

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA ASSIS**

**EXPERIÊNCIAS CRUZADAS:  
A participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**

**Niterói  
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA ASSIS**

**EXPERIÊNCIAS CRUZADAS:  
A participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**

Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências e Humanas e Filosofia como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em História. Área de concentração: História Social.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Laura Antunes Maciel**

**Niterói  
2012**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**A848 Assis, Charleston José de Sousa.**

Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica / Charleston José de Sousa Assis. – 2012.

533 f.

Orientador: Laura Antunes Maciel.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 495-499.

1. Brasil. 2. Inflação. 3. Plano cruzado, 1986. 4. Política econômica.  
5. Participação popular. I. Maciel, Laura Antunes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.  
III. Título.

CDD 330.981

**Charleston José de Sousa Assis**

**EXPERIÊNCIAS CRUZADAS:  
A participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Laura Antunes Maciel  
(Orientadora)

---

Ismênia de Lima Martins  
(UFF)

---

Marly Silva da Motta  
(CPDOC-FGV)

---

Olga Brites  
(PUC-SP)

---

Samantha Viz Quadrat  
(UFF)

Niterói  
Agosto de 2012

## RESUMO

Em 28 de fevereiro de 1986, o presidente Sarney, em cadeia nacional, anuncia o Plano Cruzado, que recebe imediata e surpreendente adesão popular. Após o fracasso do plano – e do governo – cristalizou-se na memória social que a entusiástica participação popular resultara da manipulação exercida pelos meios de comunicação, que conduziram a uma adesão cega, irrefletida e apolítica do povo ignorante. Entendendo que a participação popular no plano ocorreu porque o mesmo pareceu ser o ponto inicial de transformações sociais exigidas pela população havia décadas, bem como porque havia laços identitários previamente formados bem antes do anúncio do plano, notadamente durante a luta contra a ditadura militar, e partindo de reflexões propostas por autores como E. P. Thompson, S. Hall e B. Anderson, esta pesquisa, pretendeu refletir sobre a participação popular ao referido plano econômico estritamente em uma perspectiva histórica, isto é, que levasse em conta a dimensão processual desta participação, dando voz a sujeitos sociais que não os formuladores do plano, e seus associados. A identidade comum exibida durante as ações de fixação de preços do Cruzado resultara das experiências sociais excludentes - materiais e/ou simbólicas - que atingiram a praticamente todos os segmentos sociais durante a ditadura, combinadas a experiências com sentimentos nacionalistas que identificavam como “estrangeiros” todos os agentes políticos e econômicos que estavam no campo oposto ao da criação de um regime democrático igualitário e socialmente justo. Como atestam registros impressos (periódicos), audiovisuais, musicais, e, sobretudo, cartas enviadas pela população à Assembleia Nacional Constituinte em 1986/7, o Cruzado adquiriu contornos morais que estavam muito além da luta contra a inflação. Nos inúmeros conflitos ocorridos, o historiador pode apreender muitos elementos da cultura política dos trabalhadores e integrantes de outros segmentos, que, naquele processo histórico, tiveram suas diferenças inibidas a ponto de assumirem um protagonismo que chegou a assustar autoridades e empresários. Foi possível, portanto, evidenciar que a adesão não fora acrítica, mas eminentemente condicional, como atestam o sem-número de greves, protestos, quebra-quebras contra o governo Sarney após ficar evidente o caráter transitório do Cruzado, os quais desmentem certa interpretação e memória de que seu sucesso fora construído apenas em função de mecanismos de controle social operados pelos meios de comunicação.

Palavras-chave: 1. Participação Popular; 2. Plano Cruzado; 3. Classes; 4. Identidade; 5. Nacionalismo; 6. Democracia; 7. Ditadura.

## ABSTRACT

On February 28, 1986, President Sarney, in a national network, announces the Cruzado Plan, which receives immediate and surprising popular support. After the failure of the plan - and government - crystallized in the social memory of the enthusiastic public participation resulted from the manipulation exerted by the media, which led to a blind adherence, thoughtless and ignorant people of the apolitical. Understanding that popular participation in the plan happened because it seemed to be the starting point of social changes required by the population for decades, and because identity ties had previously formed before the announcement of the plan, especially during the struggle against military dictatorship and based on reflections proposed by authors such as E. P. Thompson, S. Hall, B. Anderson, this research intended to reflect on people's participation in the economic perspective that takes into account the procedural dimension of participation, giving voice to social subjects that were not the formulators of the plan, and their associates. The common identity appears when the actions of the Cruzado pricing resulted exclusionary social experiences – materials and/or symbolic – that hit practically all segments of society during the dictatorship, combined with nationalist feelings to experiences that they identified as "foreign" all political and economic agents who were in the camp opposed to the creation of a democratic egalitarian and socially just. As evidenced by paper records (journals), audiovisual, music, and especially letters from the public to the National Constituent Assembly in 1986/7, the Cruzado acquired moral outlines that were far beyond the fight against inflation. In many conflicts occurred, the historian can grasp many elements of the political culture of workers and members of other segments, that the historical process that had inhibited their differences as to assume a role that came to scare authorities and entrepreneurs, demonstrating that compliance was not uncritical, but highly conditional, as evidenced by the countless number of strikes, protests and demonstrations against the government Sarney after getting clear the transitional character of the Cruzado, which belie some belief that his success was built only on the basis of social control mechanisms operated by the media.

Keywords: 1. Popular Participation; 2. Cruzado Plan; 3. Class; 4. Identity; 5. Nationalism; 6. Democracy; 7. Dictatorship.

## SUMÁRIO

Introdução 16

Capítulo 1 – As experiências cruzadas 45

- 1.1. A experiência da pobreza 47
- 1.2. A experiência com a política partidária 56
- 1.3. As experiências comunitárias e associativas 82
- 1.4. As experiências dos estudantes e das mulheres 106
- 1.5. A experiência do medo 110
- 1.6. A experiência no mundo do trabalho 123
- 1.7. A experiência das Diretas Já 146
- 1.8. A experiência Tancredo Neves 176
- 1.9. Nova República, velhas experiências 203
  - 1.9.1. Nova República? 203
  - 1.9.2. Trabalhadores em luta na “Nova” República 208
  - 1.9.3. As lutas populares na (e pela) Constituinte 212
  - 1.9.4. A crise econômica e as pressões populares 216

Capítulo 2 – Mobilizações e pressões em torno do Plano Cruzado 220

- 2.1. O pronunciamento presidencial e a identificação popular imediata 220
- 2.2. Legislação e legitimidade da ação popular 235
- 2.3. As pressões sociais e a decisão de implantar o Plano Cruzado 240
  - 2.3.1. Os problemas do governo no plano político-econômico 240
  - 2.3.2. As pressões dos trabalhadores sobre o governo 246
- 2.4. Os fiscais e a fiscalização dos preços 248
  - 2.4.1. O perfil dos fiscais do Sarney 248
  - 2.4.2. “Eu sou fiscal do Sarney”? 255
  - 2.4.3. A fiscalização popular dos preços 264
  - 2.4.4. A Sunab na fiscalização dos preços 267
  - 2.4.5. A primeira grande ação dos fiscais 274
  - 2.4.6. Uma “coreografia” das ações de fiscalização 281
  - 2.4.7. Os fiscais e as autoridades 288
  - 2.4.8. As pressões dos fiscais, o congelamento de preços e a tabela da Sunab 303
  - 2.4.9. O Cruzado, os fiscais e a luta de classes 312
- 2.5. Inflação, “inimiga do povo” 322
- 2.6. Os meios de comunicação e o Plano Cruzado 328
  - 2.6.1. As defesas do Cruzado e o combate aos opositores 328
  - 2.6.2. Pura manipulação midiática? 341
- 2.7. Os fiscais e as agruras do desabastecimento 345
- 2.8. O governo e as promessas às portas das eleições 359

Capítulo 3 – A “traição” do Cruzado e as formas de protesto popular 370

- 3.1. O rompimento com a face popular do Cruzado: o Plano Cruzado II 370
- 3.2. As críticas populares ao pacote 376

3.3. As ações populares após o Cruzado II	396
3.3.1. Mobilizações dos trabalhadores após o pacote	397
3.3.2. As pressões populares na Constituinte	411
3.3.3. As classes populares em ações coletivas diretas	438
3.3.3.1. Os exemplos de Brasília e do Rio de Janeiro	438
3.3.3.2. As ações dos populares na revolta	450
3.3.3.3. A composição social e os alvos da multidão	451
3.4. Havia, em outras partes do país, consenso popular para as ações diretas?	458
3.5. O repúdio popular a José Sarney: o povo mudou de opinião?	462
 Bibliografia e Fontes	495

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado às pessoas a seguir, aqui lembradas em ordem cronológica decrescente.

À minha avó Josefa, que há mais de seis décadas veio morar no Rio de Janeiro, acompanhando seu marido, a quem não conheci, e ao qual meus pais resolveram homenagear com o José que consta em meu nome, em função de ter sido um homem honesto e bom pai de família. Por muitos anos não gostava deste nome após o Charleston, porém hoje tenho orgulho. A ela dedico este trabalho, por ter conseguido criar os dez filhos em meio a muitas lutas, viúva ainda jovem, e por tê-los formado como mulheres e homens honestos solidários e trabalhadores, um deles meu pai. E, sobretudo, pelo seu amor para comigo, e pelo fato de que, em alguns momentos importantes de minha infância e adolescência, ela fez às vezes de mãe para mim e para minha irmã.

À minha avó Evangelina, a “vó Vanja”, que nos deixou há dois anos, e cuja lacuna não tem como ser ocupada, por seu amor, por ter nos abrigado em sua casa em momentos difíceis, por ter me socorrido em horas em que nos faltou o alimento, juntamente com o meu avô Luiz, seu companheiro de 38 anos, único avô a quem conheci, e que tem a mim e a meus primos como verdadeiros netos de sangue.

Ao meu pai, Djalma, cujas intermináveis revistas em quadrinhos encheram minha vida de sonhos, descortinando um mundo cheio de cores, de graça, de fantasia e abrindo uma brecha de oportunidades, na medida em que me estimulou a amar a leitura e aos livros, o que, em última análise, me permite estar aqui esta madrugada, escrevendo essas linhas. A ele também dedico por seu exemplo de honestidade e de uma vida de trabalho, inclusive compartilhados por mim, como seu ajudante de pedreiro. Sou-lhe grato por não me dar “mole” no trabalho, assim como por muitas vezes carinhosamente preparar minha marmitta. Dentre as lembranças que carrego, tenho a de um cartão de aniversário que me deu aos dez anos, que continha versos de João Roberto Kelly (“Você me deu o seu sorriso todo branco de paz”), e no verso, entre outras coisas, a recomendação de nunca parar os estudos. Espero ter seguido bem a recomendação paterna.

À Dulce Elena, minha mãe, trabalhadora desde muito cedo, costureira como muitas, mãe como poucas. Dedico a ela por seu imenso amor e carinho, por contribuir decisivamente para minha formação, ao compartilhar comigo suas opiniões sobre a política e sobre outras questões do cotidiano de privações de gente como a gente, e também seu gosto pela MPB e pelo samba, cujos LPs eram ouvidos no mais alto volume. Lembro-me

como hoje de seus esforços para que tivéssemos livros em casa, frequentemente comprando coleções de vendedores que iam de porta em porta. Em alguns momentos, passamos por dificuldades. Por vezes, faltava algum gênero desejado por crianças na geladeira ou nos armários; felizmente, livros não faltavam. A ela dedico também em virtude de seu constante incentivo aos estudos, sempre vibrando com cada nota “azul”, sempre demonstrando orgulho com o sucesso nos estudos, com os elogios dos professores. Uma das lembranças mais tenras de infância é a de vê-la me dizer que eu seria médico, e que ela teria orgulho de ver escrito na porta do consultório “Dr. Charleston José”. Por razões que sucessivos governos como o do Sr. José Sarney explicam muito bem, pessoas como eu dificilmente ingressariam em uma faculdade de medicina. Esse sonho, ficou pelo caminho, como outros. Ainda assim, e desafiando a ordem “natural” das coisas, pode até ser que esta costureira agora passe a ter um filho “doutor”.

À sogra Cleonice, que em nada se encaixa no estereótipo da sogra indesejável, por seu apoio constante, seu carinho e seu cuidado, e também pela muitas e muitas vezes em que apareceu ao meu lado com um precioso cafezinho, enquanto redigia este trabalho.

À Dulci Vane, a tia “Vaninha”, trabalhadora desde a adolescência, hoje professora de História, que compartilhou comigo em minha infância e adolescência os seus ideais de justiça social e de democracia, e por ter sido um inspirador exemplo de dedicação aos estudos, frequentemente com um livro à mão. Seu relato do comício das diretas na Candelária, do qual participou, de alguma forma ainda vive em algum canto de mim.

À Vanessa, minha esposa, companheira de 21 anos nesta aventura que é viver. Para nós, aventura mesmo: casamos-nos aos 19 anos, ganhando salário mínimo, em plena estagflação do governo Collor. Dá pra imaginar a esteira de dificuldades enfrentadas até eu poder escrever essa dedicatória. A ela, pelo amor e pela cumplicidade, por estar ao meu lado nos bons e nos maus momentos (nem um nem outro foram poucos), por sua fibra, seu senso de humor, pelo seu carinho; e por ter aguentado firme esses mais de quatro anos, em que incontáveis vezes ela entrava e saía dos locais em que eu escrevia, e eu ali, em meio a livros, fichas, computador, e pilhas de papel que provocavam constante desordem em casa. A ela, hoje também profissional da Educação, de quem muito me orgulho por não ter desistido de estudar, e cuja trajetória foi cumprida integralmente em escola pública, desde as primeiras letras até a universidade.

À minha irmã Lisnaise, companheira de inúmeras brincadeiras na infância e adolescência, sempre ladeados dos primos, pelos quais temos muito afeto. A ela, por

muitas vezes ter cuidado de nossa comida enquanto a mãe trabalhava, e por dividir comigo não somente as alegrias daquele período, mas também as dificuldades e as dores; e por dividir, claro, a limpeza da casa, exercício diário e inadiável, que tinha que estar finalizado quando nossa mãe chegava do trabalho. Pelos nossos nomes – Charleston e Lisnaise –, o leitor não tem dúvidas de nossas origens. Nossos pais não esperavam que apenas nascêssemos, esperavam uma estreia.

À minha filha Fernanda, motivo de orgulho por sua dedicação e responsabilidade com seus estudos, pelo seu amor e pelo seu carinho, que me motivam a seguir em frente, e pela sua indignação com a corrupção, as injustiças e as desigualdades sociais. A ela, que quando comecei esta pesquisa era uma pré-adolescente, hoje é uma “moça”, como dissemos. A ela, o agradecimento por ter entendido que teria de deixar de visitar lugares interessantes e deixar de fazer muitas coisas boas porque eu tinha que estar em casa escrevendo, e também por ter abaixado o som numerosas vezes. Ainda assim, nunca era bom nem para mim, nem para ela; para mim, ainda alto; para ela, baixo. A ela, minha companheira de Flamengo, que deve ter “herdado” da avó e da mãe o gosto por ouvir músicas no mais alto volume, e que nesses anos, me fez compartilhar, às vezes contente, às vezes nem tanto, sua predileção por artistas e bandas tão díspares como Michael Jackson, Ivete Sangalo, Madonna, os Beatles, Lady Gaga, Legião Urbana, Elvis Presley, Terrasamba, Revelação, Lulu Santos, Beyoncé, Juanes, Bebeto, Alejandro Sanz e tantos outros, que não daria para enumerar.

Ao meu filho Eduardo, também motivo de orgulho, que muito me emocionou recentemente quando, aos sete anos, concluiu a leitura do primeiro livro realmente grande, que leu sozinho; e me pediu outro. A ele, também companheiro de Flamengo, que parece ter “herdado” do avô e do pai a paixão por jogar futebol, desenvolvida enquanto eu escrevia este trabalho, e ouvia a bola bater no muro, assim como ouvia seus gritos de gol e suas narrações em alta voz, nas quais ele invariavelmente levanta algum título importante, frequentemente o título mundial. Agora, acaba de passar aqui com sua chuteirinha, vestindo o “manto sagrado” e tendo uma bola debaixo do braço, para ir jogar no quintal, o que me lembrou uma música da qual ele e eu gostamos, sucesso na voz do saudoso Roberto Ribeiro: “Todo menino é um rei”.

Às “pessoas comuns”, como as que foram objeto desta pesquisa, e como este autor.

## AGRADECIMENTOS

Essa parte é ainda mais difícil que a anterior, já que ninguém – seja pobre ou seja rico – chega até esse momento sem ter de agradecer a muitas pessoas (e instituições). No entanto, quando sua trajetória é marcada, durante muitos anos, pela experiência da pobreza, há muitas mais pessoas a agradecer, e corre-se o risco de esquecer alguém.

Bom, agradeço:

À minha professora na primeira série, no distante ano de 1977, a “tia” Sônia, que tão bem (assim creio) me ensinou as primeiras letras. Agradeço às minhas queridas tias Djanete (“Neta”), Dalva, Denilda e Denise, com as quais convivi durante vários anos desde o nascimento, já que morava nos fundos da casa de minha avó, especialmente às tias Dilma, Dilva (“Vinha”) e Dilana (“Lana”), que foram as que mais cuidaram de mim e da minha irmã, enquanto meus pais iam para a labuta. Ao tio Nilton, por ter, juntamente com meu pai, acompanhado nossas aventuras no futebol; ao tio “Mário”, por ter me ajudado mais do que pude retribuir; ao tio Teodorico (“Dorico”), sempre torcendo pelo nosso êxito. À minha tia Nadira e ao meu tio Adílson, especialmente, por terem cedido gratuitamente uma das casas que tinham no quintal para que eu e minha esposa morássemos, durante alguns meses, até que conseguíssemos ajeitar as coisas.

Aos primos, em cuja companhia passei alguns dos melhores momentos da vida.

Ao professor José Marinho, de Geografia, que se deslocou de Niterói para Itaboraí, onde descobriu – nem sei como – o local em que morávamos, para saber por que eu havia deixado à escola. Agradeço por este “resgate”, que me fez deixar o trabalho de *office-boy* que eu havia conseguido para ajudar minha mãe em dificuldades naquele longínquo ano de 1988 (tá explicado, dirá o leitor, governo Sarney...), pelos seus esforços para que eu conseguisse uma bolsa integral na escola em que estudava. Agradeço aos colegas de escola, que fizeram “vaquinha” para comprar os livros que eu não tinha condição de adquirir, que venderam coisas em festa junina para me ajudar, fato que eles surpreendentemente conseguiram esconder de mim, e do qual só tomei conhecimento muitos anos depois.

A tantos outros que me socorreram emprestando dinheiro em momentos difíceis, como minha tia Denise, o dinheiro “salvador” para o gás, para dívidas, para a luz, para a comida da minha filha recém-nascida, para “descer” para trabalhar... Vem-me à memória o amigo Evaldo Jr., que, certo dia, colocou um salário mínimo na minha mão, e o amigo Charles Nabarro, que mais de uma vez fez compras que supriram muitas necessidades.

Agradeço àqueles que me chegaram com sacolas de supermercado, cheias ou nem tanto, mas sempre bem-vindas. (Embora fossem recebidas com certo constrangimento, porque símbolo da impossibilidade, ainda que momentânea, de sustentar a família.)

Aos professores do curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense, local no qual tive a sorte de estudar, e que me ofereceu suporte para a transformação da vida. Dentre eles, queria destacar o papel de Márcia Motta. Nós, professores, frequentemente dizemos coisas a nossos alunos das quais esquecemos, mas que, a eles se tornam perpétuas. Em uma ocasião, ela corrigia os trabalhos dos alunos diante de nós, em seu gabinete. Após corrigir meu trabalho, entregue manuscrito em folha de caderno, em meio a um “mar” de trabalhos digitados, ela perguntou: “Quem é Charleston?” Ao me identificar, disse que eu tinha boca e não falava, mas que escrevia muito, e que aquele foi “o melhor de todos”. Seja ou não verdade, guardo isso com muito carinho comigo. Acho que me fez sentir alguém. Depois de orientar minha monografia, lhe procurei para entregar a versão final e perguntar sobre a pós *lato sensu*. Ela disse: “pós nada, esse seu trabalho é para o mestrado”. E tudo mudou, acadêmica e profissionalmente. À Márcia, por acreditar e mim e me “descobrir” como pesquisador, sou eternamente devedor.

Aos colegas de profissão pelos quais tenho relação de amizade e admiração, pelo profissionalismo e pelo caráter, dentre os quais cito Alessandro, Margareth, Fernanda, Alessandra, Elaine, Ângelo, Roberta... Agradeço, ainda, minhas eternas diretoras Rita Damião (E.M. Rachide da Glória Salim Saker, Niterói), Fátima Alvim (E.M. Maria Clara Machado, Magé) e Rita de Cássia (CIEP Solano Trindade, Rio de Janeiro).

À professora Ismênia de Lima Martins, a quem, antes de compor minha banca de mestrado, só conhecia de palestras em eventos. A ela agradeço por ter ajudado, sem o saber, a mudar minha trajetória, quando, em função de ter apreciado o trabalho de pesquisa no mestrado, me convidou a ser pesquisador no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que à época dirigia. Talvez ela não saiba, mas a bolsa obtida possibilitou uma boa reforma na casa em que morava. À época, minha filha, com uns quatro anos, dissera: “Pai, nossa casa é feia, né?”. Colegas ficam boquiabertos quando lhes conto que a professora Ismênia orientou a elaboração deste projeto de pesquisa em sua própria casa algumas vezes, e até mesmo em um leito do hospital Santa Marta, no qual fazia um tratamento de saúde. Nunca esquecerei que, enquanto tinha uma agulha no braço, lia, comentava e

corrigia aquele projeto entusiasticamente, como lhe é peculiar. Ela me ensinou muito sobre o que é ser professor, tanto pelo que me falou quanto pelo que fez por mim.

À querida amiga Leila Menezes Duarte, minha chefe durante o período em que fui bolsista no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Admirável por seu senso de justiça, sua correção, moral ilibada, cultura geral e inteligência, me ensinou muito sobre pesquisa em arquivo. A ela agradeço por ter me ajudado em momento crítico que vivi, assim como sou grato à amiga Evelyn Chaves, colega de faculdade e do APERJ, que à mesma época igualmente me socorreu.

À amiga e eterna coordenadora Márcia Sueli Amantino, por ter acreditado em meu potencial, e me contratado para compor sua equipe de professores no curso de graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, mesmo sem me conhecer. A força que me deu nunca será e nem poderá ser esquecida, decisiva que foi para minha vida. Ocupar hoje o lugar que ela ocupou é uma honra para mim, uma vez que se trata de uma excelente professora e pesquisadora. E uma grande amiga.

Aos amigos dos tempos de “militância” religiosa, tantos que fica difícil citar uns sem ressentir a outros. Assim sendo, agradeço a amizade, a dedicação e o carinho de todos, sem nomeá-los. Fazendo um trocadilho com um jargão que usava naqueles tempos, “Deus sabe de todas as coisas”.

A Fernando Marinho da Silva, meu padrasto durante oito anos, com quem aprendi várias coisas, inclusive contas de divisão.

À minha cunhada Valma Duarte, que nos ajuda, dedicada e carinhosamente, cuidando de nossos filhos. Ao meu sobrinho Luiz Alberto Barbosa, que nos deu o prazer de compartilhar de sua convivência durante os oito anos em que viveu em minha casa. A ele desejo que bons conselhos, e, sobretudo, bons exemplos que teve, de dedicação ao trabalho e ao estudo, de cuidado com as coisas que se conquista, possa pautar seu viver.

Aos colegas professores do curso de História da Universidade Salgado de Oliveira, os quais compõem uma equipe fantástica, comprometida com a Educação e dedicada a formar professores de qualidade. Agradeço muito o companheirismo e a dedicação de Cristiane Lima, Delmo Mattos, Maria Luzia Paiva, Michele Tancmán, Sandra Cunha, e, sobretudo, devo agradecer a real amizade daqueles com os quais trabalho há mais tempo: Carlos Pestana, Cátia Couto, Cláudio Márcio Prado, Dalva Coupey, Diogo Silva, Isis Brito, José Luís Honorato, Márcio D’Albuquerque, Poméia Genaió, Valdir Porto e Vinícius Maia. Agradeço especialmente ao amigo Valdir Porto, que compôs a banca da prova-aula que fiz

para ingressar na Universo. Ao final, lembro como se fosse hoje o que disse: “Esse é professor”. Tendo ou não razão no que disse, lhe agradeço.

À Universidade Salgado de Oliveira, por me apoiar sem restrições em todas as ocasiões que necessitei me ausentar para participar de eventos na área de História, para orientações e para pesquisas.

À Pró-Reitora Acadêmica da Universo, professora Jaína Mello, por acreditar em meu potencial para conduzir o curso de História, por merecer sua confiança e pela liberdade que concede para a equipe realizar as opções acadêmicas e didático-pedagógicas para o curso. Ao aceitar minha indicação para o cargo, ajudou a mudar decisivamente minha trajetória profissional.

À minha Diretora Acadêmica, professora Danielle Mello Ferreira, a quem muito admiro por seu comprometimento com a Educação e com um trabalho bem realizado, por ser uma pessoa que nos cobra na justa medida, dona de uma coração generosíssimo e de sólido conhecimento pedagógico.

À professora Maria Alice Ribeiro, hoje Diretora do DEaD da Universo, a primeira dentro da instituição que acreditou que eu tinha perfil para gerir pessoas e processos acadêmicos. Sem esse pontapé inicial, talvez eu não estivesse agradecendo à Instituição.

À professora Andréa Jardim, Assessora do DEaD, pela amizade e compreensão em momentos nos quais foi preciso ausentar-me do Departamento para dar conta da pesquisa. Notável por sua espirosidade e admirável por sua tenacidade, ela me ajudou bastante.

À Vanessa Olmo e Telma Ardoim, companheiras de tantas discussões no DEaD, grandes amigas, de grande coração, que sempre estão busca da melhor forma de conduzir os processos, de ensinar bem, de fazer bem feito.

Aos muitos amigos que fiz na Universo para além do curso de História, e a quem quero muito bem, como os colegas Renata Mainier, Edmar Feijó, Hélio Capilé, Cláudia Ruas, Maria Nilde, Jonas Castro, José Quintão, Maria José Soares, Bruno Alcântara, Alexandre Cruz, os funcionários Cristiano, Lidiane, Elaine, Josiane, Mirian, Cynara, Michele, Núbia, Thays, Roberto, Leonardo (SG), Leonardo (EaD), Monique, e tantos outros cujo espaço – e o tempo – me impedem de citar.

Aos milhares de alunos que tive nesses doze anos de magistério, aqui representados por Fátima Oliveira, ex-aluna no Ensino Médio que hoje é arqueóloga, José Manuel Faria, ex-aluno que hoje atua como professor de História no Estado e no município de Itaboraí, e Vinícius Maia Cardoso, antes meu aluno, hoje meu colega no curso. Eles, e tantos outros –

cujo critério para estarem aqui foi unicamente o de manter relacionamento muito próximo de amizade após anos (e não por terem sido os melhores, apesar de muito dedicados), como Aldinéa de Almeida, Alex Rodrigues, Carolina Teixeira, Cláudia Santiago, Isis Bruny Oliveira, Dayvid Balbio, Eduardo Sales, Jackeline Rabello, Josias Klein, Juliana Albuquerque, Luana Tavares, Lucilene Pereira, Maria Ortélia Moraes, Pérola Corrêa, Raquel Maia, Randolpho Radsack –, são motivo de orgulho por sua evolução pessoal e intelectual, e por quem se tornaram.

À Laura Antunes Maciel, por quem eu tive a felicidade – e a sorte – de ser orientado nesta pesquisa. Não a conhecia, ainda não estava no quadro de professores do Departamento de História na época de minha graduação. Então, quando eu procurava um orientador, duas ex-professoras me disseram para procurá-la: “Ela é muito boa”, disseram as duas. O processo de orientação me permitiu constatar que Laura foi bem mais do que me foi recomendado. Sempre me instigando, desafiando, inquirindo, estimulando, colocando dúvidas onde havia certezas, me ajudando a encontrar certezas onde havia dúvidas, ela me fez enxergar o objeto de pesquisa de um modo bem mais amplo do que a princípio. Sou grato também por sua generosidade e solicitude, que se materializaram em diversos materiais que me chegavam constantemente nas dezenas de e-mails ou nos encontros para orientação. Nunca houve um e-mail sem resposta, embora houvesse e-mails para os quais eu não queria resposta, como aqueles em que ela dizia algo do tipo: “você poderia explorar mais...” Contudo, sei que foi essa postura diligente, e, ao mesmo tempo, compreensiva, a responsável por este trabalho ter chegado a termo da forma como chegou. E, se ele for bem avaliado, gostaria que todos soubessem que Laura Maciel contribuiu decisivamente para isto, revisando, objetando, invertendo ordens e prioridades, propondo ajustes, suprimindo. Por outro lado, havendo críticas, assumo que há vários aspectos em que fui resistente a alterações de fundo, e, sendo assim, assumo também a avaliação negativa que pode decorrer em função de minhas escolhas. Agradeço, ainda, por não ter desistido de me orientar, haja vista não ser um orientando padrão, com tempo suficiente para as necessidades da orientação. E torço para que fique feliz com o resultado final.

E, por fim, agradeço aos milhares de brasileiros que enviaram suas “Cartas ao País dos Sonhos”,\* sem as quais este trabalho não se realizaria, e cujo exame comprova que

---

\* Título de um belo documentário sobre as cartas enviadas à Assembleia Nacional Constituinte. Disponível: [http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?ind\\_click=8&txt\\_titulo\\_menu=Document%Elrios&IND\\_ACESSO=S&IND\\_PROGRAMA=N&COD\\_PROGRAMA=3&COD\\_VIDEO=12604&ORDEM=0&QUERY=&pagina=8](http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?ind_click=8&txt_titulo_menu=Document%Elrios&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=N&COD_PROGRAMA=3&COD_VIDEO=12604&ORDEM=0&QUERY=&pagina=8). Acessado em: 21 jan. 2011.

muitos sonhos foram realizados, enquanto outros, talvez a maioria, ainda dependerá de novas lutas sociais.

## Introdução

A manhã do dia 28 de fevereiro de 1986 começou cercada de muita expectativa. No dia anterior, já se sabia que haveria mudanças na economia, uma vez que vazaram na imprensa rumores de que haveria uma reforma monetária, que seria comunicada pelo presidente em rede nacional de rádio e televisão às 9h da manhã. O que muito pouca gente sabia eram seu conteúdo e o alcance das medidas. De todo modo, não se acreditava que o governo fosse enfrentar o problema da inflação de maneira corajosa, até porque o “governo Sarney estava tão por baixo naqueles dias que era julgado incapaz de ações ousadas”.<sup>1</sup> A impressão de Zuenir Ventura quando soube que o governo apresentaria um novo pacote dá ideia da falta de credibilidade do governo José Sarney junto à sociedade:

Quando, no dia 27 de fevereiro de 1986, se anunciou pela televisão que o Cruzado iria substituir o Cruzeiro, como parte de uma profunda reforma econômica que seria iniciada pelo Governo no dia seguinte, a primeira reação parece ter sido uma grande gargalhada que percorreu redações, escritórios, bares e casas. Ninguém levou à sério.<sup>2</sup>

Ao saberem do plano, humoristas fizeram troça (à época, literalmente dever de ofício no tocante a qualquer medida vinda do governo): “Cruzado? Acho ótimo, desde que não seja no queixo”,<sup>3</sup> brincou Chico Anysio. Jaguar demonstrou “preocupação”: “Querem tirar o meu emprego. Estão fazendo humor negro com muito mais competência do que os humoristas profissionais”.<sup>4</sup> Entretanto, para a surpresa de todo o país, o governo pareceu extremamente decidido a dar um basta na inflação, finalmente se colocando ao lado da população. Ao menos foi assim que o gesto de José Sarney foi percebido pela maioria das pessoas. Por esta razão, atestam Plínio de Arruda Sampaio e Rui Affonso, “a inesperada decisão do governo Sarney, no último dia de fevereiro, de implementar um programa de ‘choque’ antiinflacionário surpreendeu a nação e a grande maioria dos analistas”.<sup>5</sup> Mesmo críticos de primeira hora, como José Fortunati, então presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, constataram a imediata adesão popular:

Em minutos, o país foi tomado por uma gigantesca onda de euforia, há muito não vista por estas bandas, provavelmente desde a conquista da Copa do Mundo do

---

<sup>1</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 278. O jornalista Sardenberg escreveu o livro após ter deixado o cargo de Coordenador de Comunicação Social do Ministério do Planejamento (1985-1987), na gestão João Sayad.

<sup>2</sup> VENTURA, Zuenir. Deu certo (prefácio). In: NANI et. al. **Plano Cruzado: Tem que dar certo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. VIII.

<sup>3</sup> VENTURA, Zuenir. Deu certo (prefácio). In: NANI, et. al., op. cit., p. VIII.

<sup>4</sup> VENTURA, Zuenir. Deu certo (prefácio). In: NANI, et. al., op. cit., p. VIII.

<sup>5</sup> SAMPAIO JR., Plínio de Arruda e AFFONSO, Rui. A transição inconclusa. In: KOUTZII, Flávio (org.). **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 77.

México em 1970. A receptividade por parte da população surpreendeu a todos, inclusive o próprio governo.<sup>6</sup>

Para muitos, pareceu que uma Nova República finalmente tivera seu início. Rui Falcão assevera que “o impacto do pacote foi tamanho que a professora Maria da Conceição Tavares, então uma das mais respeitadas economistas do país, saudou sua edição como sendo o verdadeiro marco zero da ‘Nova República’”.<sup>7</sup> O sentimento de que o gesto ousado contra a inflação inaugurava, de fato, uma Nova República, era compartilhado por muitos. O jornalista Newton Rodrigues chegou a dizer que “a operação-cruzado é a grande evidência de que Sarney começou a governar”.<sup>8</sup> Não sem razão, a matéria de capa da primeira edição da revista *Veja* após o decreto presidencial foi intitulada “O início de um governo”.<sup>9</sup> Para os locutores da *Rádio Clube de Pernambuco*, em Recife, “a Nova República começou ontem”. Esse foi o *slogan* que a rádio utilizou para convocar os ouvintes a ajudar o governo na fiscalização dos preços.<sup>10</sup>

O Plano Cruzado provocou um enorme impacto no cotidiano de todos os brasileiros porque, em resumo, decretou: a mudança da moeda (de cruzeiro para cruzado, sendo este a milésima parte do cruzeiro); mudanças no cálculo das dívidas, da caderneta de poupança, dos investimentos, dos alugueis e das prestações do BNH (Banco Nacional da Habitação); reajuste e congelamento de salários; congelamento geral de preços pelos seus valores em 27 de fevereiro de 1986, assim como tarifas e preços dos serviços públicos.<sup>11</sup>

O sucesso do plano foi estrondoso, se levarmos em conta a imediato envolvimento da população, que deixou autoridades, intelectuais e formadores de opinião surpresos. O ministro da Justiça Paulo Brossard foi um daqueles que se disse impressionado com as pressões populares. Em entrevista à *Veja*, declarou que nunca imaginou “que em apenas 24 horas se formasse uma onda gigantesca. Nunca vi nem soube de algo parecido na História do Brasil”.<sup>12</sup> O impacto das manifestações populares em defesa do congelamento de preços foi tão significativo que a revista parecia preocupada com tamanha mobilização, tanto que

---

<sup>6</sup> FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: do Cruzado ao pacto social**. Porto Alegre: Tchê!: 1987, p. 21.

<sup>7</sup> FALCÃO, Rui. A República que fez plástica. In: KOUTZII, Flávio (org.). **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 39.

<sup>8</sup> RODRIGUES, Newton. Uma nova estagnação institucional. In: KOUTZII, Flávio (org.). **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 24.

<sup>9</sup> “O início de um governo”. *Revista Veja*. São Paulo: 5 mar. 1986, p. 20.

<sup>10</sup> “Povo acusa supermercado em todo o país”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 20.

<sup>11</sup> “O que muda com as medidas do governo”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º mar. 1986, capa.

<sup>12</sup> *REVISTA VEJA*, São Paulo: 12 mar. 1986, p. 5.

formulou a seguinte pergunta ao ministro: “Estará surgindo um poder incontrolável e acima das instituições?”<sup>13</sup>

De fato, em alguns momentos o poder pareceu mesmo ter sido transferido ao povo, tanto que, minutos após o pronunciamento, um auxiliar já comunicava ao presidente que um popular ligara para o Planalto denunciando remarcação de preços em um supermercado de Brasília.<sup>14</sup> Desse momento em diante, notícias como estas se tornaram corriqueiras. Milhares de brasileiros em todo o país se envolveram diretamente em ações coletivas contra o aumento de preços contando com a admiração e o apoio de quase todos os demais compatriotas.

No que me diz respeito, o início do interesse pelo tema provavelmente se deveu a uma inquietação proporcionada pelo caráter desmobilizador do governo Fernando Henrique Cardoso, época na qual – pessoalmente – experimentei tanto o desemprego quanto baixos salários, apesar da necessária e desejada estabilidade dos preços. Em uma aula no Curso de Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, a professora Márcia Motta nos contou que dera aulas para jovens e adultos, alguns dos quais lhe relataram ter participado do quebra-quebra ocorrido no Centro do Rio de Janeiro em 1987, no governo Sarney. Imediatamente, me vieram à memória imagens do conflito que eu, aos 14 anos, assistira – entusiasmado – pela televisão. A partir dali, decidi que pesquisaria aquele quebra-quebra, com o qual os populares impuseram a redução dos preços das passagens de ônibus. Em certo sentido, percebido depois, buscava entender porque a população antes tão decidida a defender seus direitos agora parecia conformar-se com os rumos neoliberais da Era FHC. Ao que parece, fora erguido um muro entre os anos 1980 e os anos 1990.

A preocupação com o episódio do quebra-quebra me levou às primeiras pesquisas em bibliotecas e arquivos de periódicos. Primeiro para escrever a monografia na graduação e, logo depois, para a dissertação de mestrado sobre o mesmo tema. Enquanto pesquisava, percebi que a revolta era como a ponta de um *iceberg*, sempre bem menor do que aquilo que fica submerso. Embora tenha admitido a necessidade de analisar elementos a partir dos anos 1970, a explicação do protesto popular no Rio de Janeiro acabou ficando mais circunscrita a processos históricos compreendidos no interior dos anos 1980, notadamente

---

<sup>13</sup> *REVISTA VEJA*, São Paulo: 12 mar. 1986, p. 6.

<sup>14</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 295.

envolvendo Diretas, Tancredo e Cruzado, e isto principalmente em função da exiguidade do tempo.

No momento de tentar o doutorado, me pareceu a hora de lidar com os três até então “episódios” observados em conjunto. Na ocasião, nomeei o projeto como “as jornadas cívicas dos anos 80”, pois assim entendia o processo. É muito provável, assumo isso, que minha própria visão acerca de tais “episódios” como integrantes de um mesmo “pacote” tenha decorrido da adoção de uma espécie de memória hegemônica, que explicou aqueles movimentos e ações como atos cívicos, recortando e destacando determinadas experiências, porém esquecendo/apagando significados das lutas políticas que desejavam romper a fundo com ditadura e como todos os que colaboraram com ela. Iniciado o trabalho de orientação, logo na primeira conversa ficou claro que não seria possível dar conta dos três “episódios”, e nem reuni-los, dadas as suas especificidades e da própria necessidade de escapar dos marcos da memória social oficial, construídos por cima dos movimentos sociais e das intensas pressões populares de um modo geral. Após algum tempo, a escolha recaiu sobre o Plano Cruzado, por razões que serão expostas mais adiante.

Mas essa seria a parte mais fácil. A parte difícil, a meu ver, girou em torno da incompreensão de dois aspectos do processo. A primeira se deveu ao fato que, apesar de ter como foco a participação de pessoas comuns nas manifestações em torno do Cruzado, muitas vezes não organizadas em movimentos sociais, esta pesquisa não poderia passar ao largo destes. Embora eu admitisse a importância dos movimentos sociopolíticos no processo, tive dificuldade em reconhecer que estavam imbricados. Somente no correr das orientações e da pesquisa pude mudar a interpretação inicial que apontava o popular como aquele não militante, o não organizado em algum tipo de movimento. O que só mais tarde pude perceber, é que, na prática, fazia algo que textualmente repudiara no projeto: atribuir, ainda que não explicitamente, certa noção de “pureza” ou “bondade” às pessoas envolvidas em movimentos espontâneos, ao contrário das que militavam. A segunda teve a ver com o fato de que, apesar de buscar entender o processo à luz de proposições de Edward Thompson, não percebera que subjacente ao meu uso estava a noção de que o popular é o economicamente pobre. Somente durante o processo de orientação pude perceber que caminhava, às vezes, no sentido oposto ao que propunha o historiador inglês, para quem a identidade de interesses se dava não puramente em função de aspectos econômicos. Embora soubesse disso teoricamente, tive dificuldade para pensá-lo em termos práticos.

Esses dois aspectos da orientação foram fundamentais para perceber a via de mão dupla existente entre pessoas participantes de movimentos sociopolíticos e as não participantes. Essa percepção possibilitou identificar que ocorreram correspondências entre discursos e práticas de ambos. E, mais que isso, trocas, que se deram entre estes dois atores, e entre estes e outros. Só assim pude entender o teatro das ruas e supermercados, a variedade das ações e das palavras, e o quanto tudo isto era socialmente compartilhado. Ou, por assim dizer, cruzado.

O objetivo central desta pesquisa foi analisar o intrigante fenômeno social constituído pela entusiástica adesão popular a uma reforma econômica – o Plano Cruzado – implementada em 1986 por um presidente egresso das hostes conservadoras da ditadura militar que a própria população execrava há pelo menos uma década. Um paradoxo. Ainda mais se levarmos em conta que José Sarney era bastante impopular em alguns setores e grupos sociais por seu vínculo inequívoco à ditadura, que então era vista pela população como a principal responsável pelas mazelas do país.<sup>15</sup> Daí o paradoxo da participação popular durante o Plano Cruzado.

Tendo em vista o objetivo central, o leitor não deve esperar desta pesquisa uma história do Plano Cruzado em si, ou uma explicação técnica do mesmo, ou uma cronologia das ações populares etc. Trata-se de explicar o fenômeno da participação, daí a opção de escapar a uma linearidade que apontaria para marcos muito precisos vinculados ao plano, de resto, abordados muito tangencialmente, quando abordados. Importa, antes de tudo, reunir e articular elementos que permitam a explicação do processo numa perspectiva histórica, como anunciado no próprio título deste trabalho.

O êxito da reforma econômica que levou o ex-presidente da ARENA/PDS ao píncaro da popularidade e garantiu ao PMDB a mais avassaladora vitória eleitoral de nossa história republicana até aquele momento sugere, à primeira vista, que se tratou apenas de manipulação, como explicam alguns estudos, a opinião de articulistas na imprensa, além do discurso político da oposição, sobretudo quando se observa que, não muito tempo após as eleições de novembro de 1986, o Cruzado se esvaiu em retumbante fracasso. Em que pese os esforços do governo – de qualquer governo – no sentido de controlar a opinião pública, parti, nesta pesquisa, de questões e interpretação distintos da conhecida – e socialmente difusa – explicação de que fenômenos de adesão popular a personalidades e

---

<sup>15</sup> KOTSCHO, Mara Nogueira. **A cabeça do brasileiro: uma análise das pesquisas de opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

políticas públicas resultam da relação de subordinação estabelecida entre uma massa ignorante e inculta e uma liderança carismática capaz de manipulá-la com promessas não cumpridas (não raro fazendo uso de aparato midiático).<sup>16</sup> Ao contrário, procurei refletir sobre significados do efetivo protagonismo popular nas ações que envolveram o Plano Cruzado, muitas vezes à revelia do que desejavam o presidente da República, o governo, os formuladores do plano, o empresariado, a imprensa e outros indivíduos e grupos, que, tanto quanto os supracitados, demonstraram preocupação com a insistência dos setores populares em se manifestar e, pior para aqueles, impor seus pontos de vista.

Ao longo da pesquisa, foi ficando evidente que a mobilização em torno do Cruzado não poderia ser analisada apenas pela observação do momento em que ela ocorreu (fevereiro a junho de 1986), e isto em função de alguns aspectos, que foram percebidos ao longo da análise dos registros pesquisados, quais sejam: discursos e atitudes dos populares semelhantes aos originados nos anos 1970, os quais sugeriam que o comportamento dos populares nas múltiplas ações coletivas do Cruzado tinha raízes nas lutas sociais durante e contra a ditadura. Essa constatação colocava um novo problema para a pesquisa, qual fora o de identificar quais os tipos de experiências coletivas engendraram a unidade popular que pude observar nos protestos em estabelecimentos comerciais, quebra-quebras, saques, confrontos com forças policiais, coros e palavras de ordem, cartas encaminhadas a políticos e depoimentos à imprensa. Portanto, foi necessário recuar a meados dos anos 1970 para recuperar as lutas sociais e outras formas de resistência aos sérios problemas e questões relevantes que a maioria da população vivenciava em seu cotidiano na década seguinte, bem como, e talvez principalmente, a própria experiência de exclusão social, econômica e política, pois elas, tomadas em conjunto, nos ajudam a compreender as razões da paulatina formação de uma temporária unidade popular, que fica evidente no Cruzado.

Até aqui tenho apresentado a forma como esta pesquisa buscou problematizar e explicar o processo que construiu a surpreendente unidade popular que se observou no Brasil dos anos 1980, e isto porque sem esta unidade – pré-existente – não se efetivaria o fenômeno da participação popular no Plano Cruzado na proporção que ocorreu. Dito isto, é necessário explicitar mais precisamente o motivo da escolha dessa participação popular como objeto de estudo. A mobilização observada durante e após o plano foi escolhida por

---

<sup>16</sup> Para entender porque noções como essas foram incorporadas ao “senso comum” em nossa sociedade, ver CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989.

duas razões, aparentemente opostas: por um lado, pelo seu ineditismo e, por outro, devido à sua similitude com as lutas sociais dos anos 1970 e 1980.

O fato de ter sido constituído por multidões decididas a impor o tabelamento de preços ao empresariado e de ter o governo ao seu lado representou alguns dos muitos aspectos que apontam para o ineditismo do fenômeno, afinal, fazia duas décadas que o governo estava no polo oposto. Nesta pesquisa, o fenômeno não foi explicado pelo alto, mas procurou-se analisá-lo ao lado das muitas lutas sociais do período. Isto permitiu observar aspectos comuns e compartilhados, articulações e repetições, mas, também, especificidades. Um aspecto, em particular, chamou a atenção: as multidões apresentavam um *modus operandi* claramente herdado de experiências coletivas anteriores, que pode ser observado no recurso aos coros e ao Hino Nacional, entoados coletivamente, bem como aos *slogans*, a escolha dos alvos, etc. E isto é curioso, haja vista o fato de que não necessariamente as mesmas pessoas estiveram presentes a todos os eventos, o que sugere uma “educação política” construída coletivamente e que se dissemina socialmente.

Ademais, um conhecido argumento de Thompson me instigou a estudar ações populares como as ocorridas durante o sucesso e após o fracasso do Plano Cruzado:

Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para as atitudes mais íntimas e domésticas.<sup>17</sup>

Em geral, pessoas que, repentinamente, passam a fazer parte de uma multidão revoltosa – colocando ou não sua integridade física em risco – sabem bem o motivo de estarem ali. A partir de seus estudos, Edward Thompson desenvolveu uma teoria para a compreensão desse tipo de comportamento coletivo e afirmou que quase sempre havia uma noção legitimadora para essas ações. “Por noção de legitimação”, Thompson entende

que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era esse consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência.<sup>18</sup>

Ditas estas coisas, examinemos aspectos que têm a ver com a especificidade do Plano Cruzado, uma vez que muito dificilmente ações em que as pessoas corajosa e

---

<sup>17</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 235.

<sup>18</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

coletivamente desafiam a ordem sejam destituídas de uma noção de direitos. Acredito que o atendimento imediato popular ao chamado do presidente José Sarney não pode ser compreendido sem que se recorra a uns elementos ou aspectos capazes de explicar essa forma de comportamento. E isto em função de alguns aspectos, quais sejam: 1) não se pode atribuir a entusiástica adesão ao Cruzado à confiança que a população tinha em Sarney, em parte porque ele era oriundo das fileiras da Arena/PDS, dos quais fora presidente, em parte porque Tancredo Neves tinha apoio popular para governar, não Sarney; 2) a população reprovava seu governo até então – basta notar a enorme quantidade de greves e outros protestos, bem como o resultado das eleições de novembro de 1985, desfavoráveis a Sarney e ao PMDB, partido ao qual se filiara; 3) não se pode afirmar que os meios de comunicação foram responsáveis por criar a adesão porque – e isso é muito relevante – a ação dos populares teve início imediatamente após o pronunciamento do presidente em 28 de fevereiro de 1986. Antes, portanto, que tivesse início todo o esforço midiático de propaganda do Cruzado. Todavia, essa constatação não significa que a pesquisa tenha ignorado o papel fundamental que a mídia desempenhou na produção e manutenção do consenso em torno do plano.<sup>19</sup> Se não foram estes, quais seriam então os elementos que legitimaram as ações dos “fiscais do Sarney”?

Durante a pesquisa, portanto, estive atento aos argumentos e justificativas que permitissem compreender e explicar as inusitadas ações populares demonstradas neste trabalho e, principalmente, como os homens e mulheres das multidões do Cruzado justificaram e legitimaram suas atuações e mobilizações. Do ponto de vista aqui adotado – surgido durante a análise das fontes, não antes – a noção legitimadora que animou tais multidões era composta pelos seguintes elementos: 1º) acreditavam defender direitos; 2º) nessa defesa tinham o apoio da ampla maioria da comunidade; 3º) possuíam o endosso das autoridades; e 4º) o apoio da comunidade era tão intenso que os fazia superar o medo ou respeito que em geral se possui (ou se presta) a pessoas em posição social e/ou econômica superior.

No que diz respeito à legitimidade reclamada pelos populares para suas ações durante o Cruzado, podemos perceber certa noção de “economia moral” que, num sentido mais geral, se confundiria com a noção de direito à subsistência por parte dos mais pobres

---

<sup>19</sup> Vide SOARES, Rafael Fortes. **A torcida “precisa e imparcial”: Isto É, Veja e o Plano Cruzado**. Dissertação de Mestrado. Coordenação de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2004.

em situações nas quais o “mercado” lhes impossibilita ou dificulta extremamente a sobrevivência. Para Thompson, economia moral tem a ver: a) com um conjunto “identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez”; b) com “as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento”; c) com “as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises”; d) e com “a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida”. Para o autor, estes elementos “conferem um peso ‘moral’ particular ao protesto”.<sup>20</sup>

Um protesto ocorrido no dia 1º de março de 1986, oferece um importante exemplo disso. Na ocasião, Omar Marczynski, um cidadão comum, revoltado diante do desrespeito do Supermercado Real ao congelamento de preços decretado pelo governo, afirmou energicamente – e sob aplausos e palavras de ordem dos demais populares – que estava “fechando [o supermercado] em nome de José Sarney, o nosso presidente, o presidente da Nova República! Está fechado em nome do povo!”,<sup>21</sup> bradava enquanto fechava as portas do estabelecimento com apoio dos demais. Assistida pelos milhões de telespectadores do *Jornal Nacional* (a “nação”), a ação popular que ocorrera em Curitiba foi uma dentre milhares de outras que tiveram lugar em todo o Brasil a partir da implantação do Plano Cruzado, e que foram dia após dia repetidas e amplificadas pelas redes de TV, rádios, jornais e revistas.

Ações coletivas como as dos curitibanos foram recorrentes, demonstrando certo padrão de comportamento coletivo em defesa da manutenção do congelamento de preços. Mas não somente. A fantástica adesão popular a um decreto oriundo de um presidente até então extremamente mal avaliado pela população não pode ser explicada apenas tendo-se em vista o momento em que as medidas foram divulgadas, daí a necessidade de um recuo cronológico para explicar a construção da unidade. Ela parece ter surgido das inúmeras experiências cotidianas dos setores populares que ora serão destacadas, experiências essas vivenciadas pessoalmente ou, por assim dizer, por tabela, via experiência de outrem, comunicada no âmbito da família, da comunidade, do mundo do trabalho e, por último, mas não menos importante, através dos meios de comunicação. Experiências cruzadas.

Na tentativa de identificar a origem desta identidade comum, bem como o desenvolvimento do processo histórico em que se consolida e se adensa tal unidade, a pesquisa procurou reconhecer os atores sociais que, ao longo do processo, foram se

---

<sup>20</sup> THOMPSON, op. cit., p. 257.

<sup>21</sup> O *Jornal Nacional* no Plano Cruzado. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=bOaTJzXW82w>. Acessado em 11 jan. 2011.

irmanando, ou, dito de outra forma, foram progressivamente inibindo as diferenças que os separavam como indivíduos e grupos sociais. Examinando minuciosamente os registros sobre as mobilizações populares obtidos em periódicos, registros audiovisuais e musicais e, sobretudo, as cartas dos próprios sujeitos históricos privilegiados nesta pesquisa, encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte, tentei responder à importante – e complexa – questão da “aliança” que se deu entre indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais em torno de uma reforma econômica. A complexidade do processo está no fato de que os múltiplos registros analisados sugerem fortemente que os populares viam as questões do Cruzado em termos classistas. Mas como isso seria possível, haja vista a enorme heterogeneidade das multidões do Cruzado?

Durante a coleta e análise dos registros encontrados, pude perceber que os populares partilhavam de uma identidade comum que se formara no correr de lutas cotidianas por sobrevivência e tratamento dignos contra um ente identificado como o inimigo comum – a ditadura. Compartilhando o entendimento que o historiador inglês Edward Palmer Thompson tem do conceito de classe, não procurei afirmar que as multidões do Cruzado (bem como os simpatizantes que não protestavam nas ruas), compunham uma mesma classe, mas busquei compreender como foi possível ocorrer esse processo de inibição de diferenças (ou criação de uma identidade comum) entre os brasileiros, sem pretender concluir se ele se deu de modo semelhante ao formulado por Thompson, em um espaço e um tempo muito diferenciados. Assim, defende-se aqui que “a classe acontece”, isto é, não é algo dado mecanicamente pela posição das pessoas no interior das relações de produção, não se trata de algo imutável, muito menos permanente (ou duradouro). De acordo com Thompson,

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.<sup>22</sup>

A adoção da referida opção teórica se deu em função da constatação de que a mesmo possui a capacidade de iluminar o processo histórico de inibição de diferenças entre setores populares e médios – que a própria pesquisa permitiu observar – que se constituiu no Brasil a partir de meados dos anos 1970, se adensando de forma contundente nos anos 1980. Em última análise, isso é fundamental para explicarmos a imediata adesão

---

<sup>22</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 14.

popular ao Cruzado. Caso contrário, estaríamos nos circunscrevendo apenas a elementos surgidos por volta de meados da década de 1980, desprezando, assim, a dimensão processual que a unidade popular demonstrada no Cruzado parece indicar.

A opção pelo recuo cronológico, cabe reiterar, permitiu apreender a construção da unidade entre os sujeitos históricos prioritários a partir dos quais quis contar esta história, para a qual foi necessário desvinculá-la das diretrizes fixadas pelos formuladores do plano e de seus associados, assim como da cronologia de suas ações (da decretação à falência plano). Também em função disto a periodização é outra, haja vista que periodizar em história equivale a recortar as ações e sujeitos que queremos validar e legitimar.

A peculiar configuração que os setores subalternos parecem ter assumido entre a segunda metade dos anos 1970 à primeira metade dos anos 1990 é denominada, nesta pesquisa, classes populares. Diante disso, é possível que alguém indague: “Não seria mais adequado falar em classe trabalhadora, ou invés de classes populares?” De fato, trata-se de uma questão delicada. Penso que depende muito do lugar para onde se olha. Se, por exemplo, pretendermos obter explicação para a formidável unidade surgida por ocasião da famosa greve dos bancários de 1985 necessariamente teremos de falar em classe trabalhadora. Se, por outro lado, quisermos compreender a intrigante unidade ocorrida em quebra-quebras, como o do Centro do Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1986, em que foram flagrados estudantes, trabalhadores, donas de casa, idosos, um policial (a favor), profissionais liberais e ambulantes, falaremos em que tipo de classe? Ou melhor, falaremos em classe?

A existência de uma classe trabalhadora no Brasil antes e durante o período analisado nesta pesquisa é irrefutável, como atesta numerosa historiografia.<sup>23</sup> Por outro lado, e sem pretender negar a centralidade da classe trabalhadora nas lutas sociais do período, foi preciso admitir o que os fatos teimosamente insistiam em evidenciar: a unidade constituída por e entre integrantes de diversos grupos sociais para além dos limites

---

<sup>23</sup> Importantes exemplos da centralidade dos trabalhadores naqueles anos podem ser observados em diversos trabalhos, dentre os quais, sem pretender esgotar o assunto, destacamos as seguintes: ALMEIDA, Antônio de. **Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores**. Uberlândia, MG: UDUFU, 2008; GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2001; KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009; SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sudermann”, 2004.

do mundo do trabalho, incluindo estudantes, movimentos sociais, donas de casa, profissionais liberais e segmentos médios. Portanto, adotar a versão de que os inúmeros movimentos sociais e políticos, bem como mobilizações populares “espontâneas” resultaram somente das ações da classe trabalhadora significaria sacrificar os fatos em detrimento da teoria. Contudo, se não podemos classificar a identidade comum exibida pelos populares nos anos 1980 como manifestação de uma única classe social (a trabalhadora, ou qualquer outra), cabe uma indagação: como classificaríamos indivíduos e grupos heterogêneos que integraram alguma forma de protesto social em meados dos anos 1980 ou que apenas – o que não é desprezível – tenham assumido postura crítica frente às inúmeras mazelas sociais que faziam parte de suas experiências cotidianas?

Classes populares foi a classificação que me pareceu mais adequada em função de seu emprego possibilitar o imediato reconhecimento de que se trata de uma conformação social não ajustada aos projetos de poder dos segmentos sociais dominantes (neste trabalho, elites<sup>24</sup>). E, mais que isto, porque reforça a oposição entre estes. Longe de associar aos termos o sentido de massa passiva e manipulável, ou mesmo do povo como depositário de noções de “pureza” ou “bondade”, esta pesquisa interpreta as classes populares enquanto uma “aliança de classes e de forças que constituem o campo dos oprimidos”.<sup>25</sup> Ou, ainda mais sinteticamente: “classes”, porque o exame das fontes aponta para um comportamento em termos classistas, apesar de não estarem restritos a uma única classe social; “populares”, porque contrários aos projetos hegemônicos das elites.

Esta acepção, mais do que retórica, é, antes de tudo, de ordem prática, pois foi preciso adotar uma categoria que desse conta da identidade de interesses entre pessoas de segmentos sociais distintos, portadoras de experiências sociais bastante díspares. O exame dos registros utilizados nesta pesquisa aponta para o fato de que, ao longo dos anos, tais experiências foram cada vez mais abrangentes, incluindo, paulatinamente, mesmo indivíduos e grupos que não haviam sido contrários à ditadura desde a primeira hora. As trincheiras do popular foram engrossando suas fileiras à medida que as condições socioeconômicas se deterioraram, uma vez que estas impuseram mais privações a cada vez

---

<sup>24</sup> Aqui o termo elite está sendo tomado “como um termo descritivo vago. Afinal de contas, há outros termos descritivos que são moeda comum, tais como ‘sociedade’, ‘política’ e ‘economia’. (...) se tivéssemos que fazer um exercício rigoroso de definição cada vez que quiséssemos usá-los, o discurso do conhecimento se tornaria bastante complicado”. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

<sup>25</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa**. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 270, dez. 2007.

mais gente. Ao lado disso, não se pode menosprezar os efeitos que o sentimento de desprezo, injustiça e mesmo ódio tiveram sobre as pessoas que se viram enganadas pela “revolução” que em 1964 prometera ao país um futuro glorioso, e, mais ainda, na chamada “redemocratização”, quando as desigualdades sociais e a miséria se acentuaram ao invés de regredir, como esperavam a maioria dos brasileiros.

Embora o aspecto econômico não seja – e nem possa ser – desprezado nesta pesquisa, o que está em jogo na análise não é exatamente (ou apenas) o econômico, mas o fato de que milhões de indivíduos e grupos sociais se consideraram integrantes do campo dos oprimidos também por razões morais. Em outras palavras, se irmanaram ao compartilhar experiências comuns de exclusão e enfrentamento do desemprego, do arrocho salarial ou da explosão do custo de vida, no qual participaram operários, ambulantes, professores, vendedores, donas de casa, médicos, balconistas, estudantes, advogados, faxineiros, artistas, ambulantes, intelectuais, entre milhares de outros indivíduos de origens e posições sociais muito distintas, incluindo até mesmo empresários. Mas seriam somente as supracitadas experiências excludentes vivenciadas nos anos 1970-1980 as responsáveis pela surpreendente unidade popular verificada nos anos 1986? Decerto que não. Falta um poderoso elemento aglutinador que integrou tais experiências, do qual ora nos ocuparemos.

A horizontalidade que adquiriu impressionante concretude em meados dos anos 1980 pode ser mais bem compreendida quando se leva em conta um fator até aqui negligenciado porque, cronologicamente, aparecera por último no rol de elementos explicativos da unidade popular: o sentimento nacional. Notável por seu evidente poder mobilizador, o nacionalismo, muitas vezes ao longo de sua curta história, foi acertadamente identificado às forças conservadoras, que buscaram na inculcação da ideia de nação uma forma de escamotear os conflitos de classe. Sendo assim, cabe indagar se haveria lugar para o nacionalismo no processo histórico aqui analisado.

A resposta afirmativa a esta indagação não resolve a questão, ao contrário, cria mais problemas. O primeiro deles está na sua origem, vinculado à criação do Estado burguês, que favorece a dominação de classe e a disseminação do capitalismo.<sup>26</sup> Ao suporem, talvez implicitamente, que a origem determina para sempre o uso conservador do nacionalismo pelos setores dominantes, essa questão se converte em uma espécie de mantra para muitos intelectuais. Para eles, sequer se cogita que lutas populares podem ter se valido deste sentimento para criar unidade e um sentimento de pertença. Ao contrário,

---

<sup>26</sup> HOBBSAWM, Eric John. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

como na visão que se tem do nacionalismo subjaz a noção de que se trata de um fenômeno irrefutavelmente conservador, burguês, apolítico e alienante, o mesmo só é capaz de mobilizar contra os interesses populares. A meu ver, o que falta nesses casos é olhar a História como História, e não como resultado de modelos preconcebidos. O próprio Thompson reconhece a força do nacionalismo como elemento capaz de mobilizar. Segundo ele, a cultura é uma “arena de elementos conflitivos”, que pode sim assumir a forma de “sistema”, mas “somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante”.<sup>27</sup>

O historiador Benedict Anderson é, a meu ver, aquele que melhor demonstra como o nacionalismo é capaz de criar identidades. Ao definir que a nação “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”,<sup>28</sup> porque seus membros “jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”,<sup>29</sup> o autor nos oferece elementos para compreender seu potencial aglutinador. Contudo, concordo com Hall que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”,<sup>30</sup> e que identificação não é automática<sup>31</sup>, que as identidades estão sempre em processo, logo, inacabadas,<sup>32</sup> e que, frequentemente, são contraditórias.<sup>33</sup>

Raciocínio semelhante a Anderson desenvolve Márcia Motta, para quem o nacionalismo é capaz de fazer com que “grupos diversos, e muitas vezes opostos, se unam em defesa de um mesmo país, em nome de uma mesma nacionalidade”.<sup>34</sup> A autora, ao analisar o fenômeno, nos explica o modo como ele pode contribuir para inibir as diferenças entre as pessoas. Para ela, trata-se de “um amálgama da sociedade, capaz de mobilizar (...) pessoas e projetos diversos”.<sup>35</sup>

Admitir o potencial aglutinador do sentimento nacional não equivale a asseverar que tal identidade tenha sido tão unificadora e capaz de anular diferenças de classe, gênero e raça, subordinando as diferenças culturais. Nesse sentido, compartilho com Hall que

---

<sup>27</sup> THOMPSON, op. cit., p. 17.

<sup>28</sup> ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989, p.14.

<sup>29</sup> ANDERSON, op. cit., p.19.

<sup>30</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA Editora, p. 13.

<sup>31</sup> HALL, op. cit., p. 21.

<sup>32</sup> HALL, op. cit., p. 38.

<sup>33</sup> HALL, op. cit., p. 20.

<sup>34</sup> MOTTA, Márcia. História e Memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: Pensar e Fazer**. Niterói, RJ: Laboratório Dimensões da História, 1997, p. 82.

<sup>35</sup> MOTTA, Márcia. História e Memórias. In: MATTOS, op. cit., p. 82.

“cultura nacional” é uma “estrutura de poder cultural”<sup>36</sup> que atua “constituindo dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”.<sup>37</sup> Naqueles anos, parece que os populares se apropriaram também desse dispositivo discursivo, dando a ele significados e objetivos distintos do poder/elites.

Se, por um lado, a percepção de que o nacionalismo se constituiu como um dos elementos formadores da unidade popular solidária presente em milhões de brasileiros naqueles anos, por outro, a admissão da existência do sentimento nacional no processo traz mais um problema, que se refere à demonstração empírica do fenômeno. Quanto a este aspecto, pode-se afirmar que ainda que poucos historiadores tenham se arriscado a analisá-lo, há abundante evidência documental acerca dele. Carlos Fico foi um dos que constatou e refletiu sobre o nacionalismo da década de 1980 (ainda que seu trabalho tenha se detido mais tempo nos anos 1970). Em sua tese de doutoramento publicada sob o título “Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”, o autor afirma que, por ocasião da campanha das Diretas, “o brasileiro, alegremente, espontaneamente, rompe com o obscurantismo e exige seus direitos. Cobre-se com as cores nacionais e canta orgulhosamente seu hino”.<sup>38</sup> Fico reproduz representativo trecho do livro do jornalista Ricardo Kotscho, escrito no calor da campanha:

Muito antes de esse Carnaval começar, a festa ganhou as ruas e não tem dia para acabar. É como se todo brasileiro, mesmo o que não se destaca como folião, tivesse arreventado as amarras deste vinte anos de sufoco e perdido a vergonha de ser alegre, mesmo em meio a tanta desgraça e safadeza.

(...) o brasileiro voltou a sorrir pelas ruas, a se vestir de verde e amarelo com orgulho, a cantar o Hino Nacional como se fosse um samba-exaltação de Ari Barroso. Quem não notou que o Brasil, de ponta a ponta, voltou a ficar mais colorido, mais musical, mais brasileiro nestas últimas semanas?<sup>39</sup>

Quando afirma Kotscho que “de ponta a ponta” o país se vestiu das cores da pátria ele está constatando algo que observou *in loco*, uma vez que cobriu a campanha em todo o país. De fato, Carlos Fico lembra “que se verificou ‘uma retomada dos símbolos nacionais’, no dizer de várias pessoas da época”.<sup>40</sup>

Como se sabe, a ditadura havia monopolizado fartamente as noções de patriotismo e nacionalismo em suas duas décadas de existência. Nos anos 1980, enquanto o regime

---

<sup>36</sup> HALL, op. cit., p. 59.

<sup>37</sup> HALL, op. cit., p. 62.

<sup>38</sup> FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 58.

<sup>39</sup> KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das Diretas**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Apud FICO, op. cit., p. 58.

<sup>40</sup> FICO, op. cit., p. 58.

ditatorial ainda operava com estas noções, buscando escamotear os conflitos sociais em busca de um consenso que lhe fosse favorável, as classes populares as estavam resignificando – com uma clara e contundente associação a noções (muitas e diversas) de democracia, liberdade e soberania popular.

Ainda assim, vale destacar, não significa que todos os que integravam as classes populares fossem influenciados pelo sentimento nacional, ou que o fossem no mesmo nível ou da mesma forma. É provável que militantes mais politizados tivessem uma visão crítica ou instrumental do nacionalismo, sobretudo os setores sociais e indivíduos com maior experiência da hedionda repressão do regime ditatorial.<sup>41</sup> Ao mesmo tempo em que a maioria dos populares buscava retirar das mãos dos militares os símbolos pátrios – entendidos como pertencentes ao povo, não aos militares – uma parte deles os repudiava, fosse por identificá-los à ditadura, fosse por identificá-los à dominação de classe.

O nacionalismo, refletamos, facilitava a unidade também porque em suas manifestações mais contundentes assume feição maniqueísta, e esta forma de enxergar o mundo talvez seja um dos arquétipos mais antigos da História. Assim, enxergar no mundo a dualidade entre bem e mal, luz e trevas, nós e eles, não é coisa rara. Imaginemos a situação ocorrida no Brasil dos anos 1980: é o típico caso de nós *versus* eles, que, lembremos, é apontado por Thompson como constituinte do processo de formação de classe – o reconhecimento de que há o outro. No caso, portanto, o nacionalismo lubrificou o mecanismo de identificação do inimigo, típico de situações sociais em que as diferenças entre pessoas e grupos ficam inibidas. Para Carlos Fico, “a sensação coletiva de satisfação em fazer as ‘nossas exigências’ durante a Campanha das Diretas têm como vetor principal algo representado como ‘o país’ (ou o Brasil), e não o ‘poder’ (ou o governo)”.<sup>42</sup> Ou, dito de outro modo, o “nós” *versus* “eles”.

Tendo afirmado outrora que as classes populares foram compostas pelos integrantes do campo dos oprimidos, cabe indagarmos: quem foram os oprimidos? Foram apenas os milhões de pobres e de miseráveis? Penso que não, até porque, aliás, entre estes, como entre os mais bem aquinhoados, encontravam-se muitos indivíduos favoráveis à ditadura. Assim, o que tornou um indivíduo integrante do campo dos oprimidos não foi exatamente

---

<sup>41</sup> Militante de lutas populares no período, Marcelo Badaró de Mattos (ainda militante de causas populares) me disse certa vez que militantes portavam ou mesmo se enrolavam à bandeira nacional para evitar agressões dos policiais, para escapar ou minimizar a ação das forças de repressão.

<sup>42</sup> FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 61.

(ou apenas) sua condição objetiva, mas seu posicionamento – mais ou menos consciente – no interior do polo oposto ao do regime ditatorial e daqueles que, na visão popular, eram seus associados. Estes eram os inimigos, o outro.

E quais eram esses inimigos? Os inimigos das classes populares formavam um emaranhado de entes que ganhavam vida própria na “boca do povo”: os militares, os banqueiros, os latifundiários, os atravessadores de mercadorias, as multinacionais, a burguesia, o capitalismo, o imperialismo, os Estados Unidos etc. Ou, mais sinteticamente (e bem de acordo com o nós *versus* eles), os ricos. Feita a transição para a democracia, o que se observa é que, à exceção do governo, todos os demais entes permanecem no imaginário popular como adversários. Com a *débâcle* do Cruzado, imediatamente voltava o governo a figurar entre os adversários do povo, e José Sarney voltava a ser José Sarney, ocupante da cadeira presidencial à revelia da vontade popular.

A menção feita anteriormente às greves do ABC, às Diretas, à mobilização em torno de Tancredo e do Cruzado, bem como as ações de protesto, parece colocá-las num mesmo patamar, embora não seja isto o que defendo. Muito pelo contrário, entendo que as motivações são diferentes, os atores são diferentes. Por outro lado, a pesquisa evidencia que há elementos comuns em todas, quais sejam as difusas noções de direitos, a soberania popular, a liberdade, a democracia, a justiça social e a igualdade. E são exatamente esses elementos que interessa investigar neste trabalho, pois revelam, ao mesmo tempo, tanto o caráter do processo de construção de identidade comum quanto a própria identidade construída (e se reconstruindo). E em última análise, isto permite a formação das multidões e do consenso em torno do Cruzado.

Alguém poderá objetar que se olharmos bem de perto são muitas as diferenças entre as pessoas e grupos que compõem o campo dos oprimidos. Neste caso, assevero que se olharmos qualquer sociedade bem de perto poderemos concluir muitas coisas, até chegar ao extremo de achar, por exemplo, que a vida social é construída antes pelo indivíduo que pelo mundo que encontra ao nascer. Uma vez que esta pesquisa começa analisando experiências sociais excludentes nas quais a sociedade brasileira se viu envolvida – não passivamente, registre-se –, é normal que ela destaque as similitudes do processo.

Uma vez admitida toda esta diversidade ainda se pode falar em termos classistas, ainda que reconhecendo não haver uma única classe? A pesquisa sugere que sim, tendo em vista que a diferença – gritante – deste momento histórico para o imediatamente anterior, ou o atual, é que todo o desejo de mudança é vivenciado coletivamente e, mais importante,

é a existência da crença de que os problemas serão resolvidos coletivamente. Ou alguém acha que é sem razão que tantos se emocionavam ao cantar “Vem, vamos embora/ Que esperar não é fazer/ Quem sabe faz a hora/ Não espera acontecer”? Fosse nos protestos, fosse nos comícios, fosse em shows, como o da cantora Simone no *Canecão* em 30 de dezembro de 1979, tornado célebre disco<sup>43</sup>, as milhares de pessoas tão diferentes a cantar juntas em ocasiões díspares parecem evidenciar que era uma luta que não seria vencida isoladamente.

Para uma pessoa instruída, em especial para os intelectuais, não há dúvidas que se constitui uma tarefa simples distinguir momentos como, por exemplo, greves do ABC, eleições de 1982, Diretas Já, mobilizações do Cruzado, e tantos outros “acontecimentos” que marcaram aqueles anos. O leitor desta obra, que provavelmente se situa entre os supracitados, supõe que seja igualmente simples distinguir sentimentos que perpassaram indivíduos e grupos das classes populares àqueles anos? O que pensar da maioria dentre os milhões de integrantes das classes populares para os quais o exercício de refletir sobre a vida social não era dever de ofício? Como elas mesmas – pobres ou não –, que não viviam do trabalho intelectual nem da militância política mais aguerrida (portanto, do ponto de vista da maioria dos populares) encararam todas as experiências coletivas pelas quais passaram? Que leitura elas mesmas fizeram de canções, coros, palavras de ordem, Hino Nacional, coreografias, o verde e amarelo, aplausos, vaias, “hurras”, multidões, protestos, quebra-quebras etc., vivenciados pessoalmente ou via meios de comunicação?

O cotejo das opções teóricas com as evidências empíricas suscitaram outras importantes questões, para as quais a pesquisa buscou respostas: teriam essas experiências mobilizadoras dos anos 1970 algum efeito que podemos chamar de “pedagógico” sobre o conjunto dos setores populares (e, por que não dizer, dos setores médios empobrecidos)? Teriam constituído uma experiência compartilhada de aprendizado de reivindicações? Poderíamos compreendê-la como movimento criador de noção do direito a ter direitos? Em que medida os populares fundiram tradições e modos de fazer as ações coletivas originadas em outros ambientes e articuladas com outros sentidos com as imagens, gestos, vozes e falas populares repetidos à exaustão? Por outro lado, em que medida esta “ação pedagógica” teria se constituído também através dos meios de comunicação? Ou seja, ao,

---

<sup>43</sup> Simone. LP “Simone ao vivo”. EMI-Odeon. 1980. Disponível em: <http://www.simone.art.br/website/discos/D10.htm>. Acessado em 30 jul. 2012. (Entre pérolas da MPB, a cantora interpreta “Caminhando”, de Geraldo Vandré, junto com o público. Ao ouvir a canção na voz de Simone, percebe-se que a crença na possibilidade de mudança era quase palpável.)

conscientemente ou não, reverberarem tanto as ações da sociedade civil quanto manifestações não organizadas, os meios de comunicação teriam atuado como elementos de homogeneização de algumas práticas e formas de ação coletiva? Ao longo deste trabalho, o leitor perceberá os diversos esforços para encontrar respostas a esses e outros questionamentos.

A produção historiográfica sobre o Plano Cruzado ainda é exígua, embora a bibliografia seja vasta. Os historiadores se destacam por obras gerais sobre o período, não por análises específicas sobre o assunto desta pesquisa, mas, até onde pude apurar, não há nenhum livro, artigo ou tese especificamente sobre o Cruzado elaborado por historiadores, ou cuja análise adote uma perspectiva histórica.

Por outro lado, a produção contemporânea sobre o Cruzado foi enorme, em sua maioria, realizada por economistas, sociólogos e jornalistas.<sup>44</sup> Selecionei 19 livros específicos sobre o Cruzado, todos escritos entre 1986 e 1990. Sem a pretensão de esgotar os títulos referentes ao tema, adotei como critério de seleção as análises mais representativas acerca do sucesso inicial do plano, bem como das adesões e oposições que gerou. Em geral, a maioria das análises publicadas durante o período de sucesso do plano fez a defesa do mesmo e/ou optaram por explicar seus diversos aspectos,<sup>45</sup> destacando-se os publicados por economistas da USP, da UFMG e da UNICAMP.<sup>46</sup> Mesmo estes, em sua maioria, já advertiam para a necessidade de ajustes visando manter o sucesso da reforma monetária. Após o fim do Cruzado, alguns autores se propuseram a explicar sua queda,<sup>47</sup> denunciar os casuísmos políticos,<sup>48</sup> criticá-lo<sup>49</sup> ou mesmo rir dele.<sup>50</sup> Apesar das

---

<sup>44</sup> FERREIRA, Afonso Henriques Borges. **Resenhas**. *Revista de Economia Política*, vol. 8, nº 3, julho/setembro/1988, p. 154.

<sup>45</sup> ASSIS, José Carlos. **À sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o sistema bancário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; NANI et. al. **Tem que dar certo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986; NASSIF, Luís. **O Cruzado: por dentro do choque**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1986; MODIANO, Eduardo. **Da inflação ao Cruzado: a política econômica no primeiro ano da Nova República**. Rio de Janeiro: Campus, 1986; SETTI, Ricardo A. **A história secreta do Plano Cruzado**. São Paulo: Editora Canarinho, 2001.

<sup>46</sup> PAIVA, Paulo et. al. **Plano Cruzado: ataque e defesa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987; BRAGA, Carlos Alberto Primo et. al. (orgs.). **O Plano Cruzado na visão de economistas da USP**. São Paulo: Pioneira, 1986; CARNEIRO, Ricardo (org.). **A política econômica do Cruzado**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Bienal, 1987.

<sup>47</sup> BIER, Amaury G.; MESSENERG, Roberto; PAULANI, Leda. **O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; NEPOMUCENO, Eric. **O outro lado da moeda: Dilson Funaro: histórias ocultas do Cruzado e da moratória**. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 1990; SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SIMONSEN, Mário Henrique (orgs.). **Plano Cruzado: inércia X inépcia**. Rio de Janeiro: Globo, 1989; SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987;

diferenças nas escolhas e ênfases, todos compartilham a opção de analisar a partir do que disseram, escreveram ou fizeram os “principais atores” do Plano – governo, imprensa etc. –, dando muito pouca, ou nenhuma voz, aos segmentos populares que participaram ativamente daquele processo.

Ao longo da pesquisa, encontrei apenas uma obra que tratou do fenômeno da adesão popular ao Cruzado,<sup>51</sup> que foi explicada como decorrência dos apelos do presidente Sarney em diversos discursos, interpretados através da técnica de análise do discurso, na área de Ciência Política.<sup>52</sup> Outro estudo específico foi uma dissertação de mestrado de Rafael Fortes Soares, intitulada “A torcida ‘precisa e imparcial’: Isto É, Veja e o Plano Cruzado”, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense em 2004. Ao investigar o papel exercido pela imprensa durante o Cruzado, Soares formula duas questões fundamentais, que tratam da cobertura em si e da maneira como as revistas analisadas redefiniram o papel do jornalismo na ordem democrática. No que diz respeito à primeira, o autor defende que o jornalismo teve “participação ativa e relevante na mobilização dos cidadãos em torno do Plano”, e que isto foi fundamental para o seu sucesso e legitimação; quanto à segunda, ele revela que o jornalismo definiu para si a tarefa de representar os cidadãos, assumindo uma postura política e frequentemente se colocando “acima dos poderes da República e das instituições sociais”.<sup>53</sup>

Há também grande diversidade de obras contemporâneas ao Plano Cruzado (ou pouco posteriores) que tratam de outras questões conjunturais ligadas à época, tais como a transição para a democracia, movimentos sociais, movimentos político-partidários, a Constituinte, a campanha diretas já, pesquisas de opinião, economia e mesmo literatura, que fazem ou não menção ao Cruzado.<sup>54</sup> Tanto estas obras quanto as supracitadas têm

---

<sup>48</sup> FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: do Cruzado ao pacto social**. Porto Alegre: Tchê!, 1987; RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública: a grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

<sup>49</sup> MAKSOUD, Henry. **O cruzado e outras ilusões**. São Paulo: Visão, 1987.

<sup>50</sup> ALDU. **Do Cruzado ao cruz-credo: a trágica farsa do plano cruzado**. Rio de Janeiro: Ribro Arte Ed., 1988; NOVAES, Carlos Eduardo. **O cruzado de direita**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

<sup>51</sup> Registre-se que há vários trabalhos acadêmicos sobre o plano produzidos por economistas. Como os enfoques desses trabalhos recaíram mais especificamente sobre temas econômicos não foram úteis para esta pesquisa.

<sup>52</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney. O discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

<sup>53</sup> SOARES, Rafael Fortes. **A torcida “precisa e imparcial”: Isto É, Veja e o Plano Cruzado**. Dissertação de Mestrado. Coordenação de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2004.

<sup>54</sup> Quase três dezenas de livros se enquadraram nesta categoria. Dada a quantidade, não serão citados neste espaço, mas ao longo deste trabalho.

especial relevância, na medida em que trazem as marcas de seu tempo expressas em descrições, narrativas, relatos, opiniões e análises dos autores. Este tipo de bibliografia foi muito útil no sentido de desfazer opiniões sobre o período estudado, arraigadas no senso comum de nossa época. Um importante exemplo disto pode ser obtido através do livro de Mara Kotscho, contemporâneo da transição, que traz a análise de pesquisas de opinião realizadas pelo *Instituto Datafolha*.<sup>55</sup> Se é fato que, nos últimos anos, a visão que a sociedade tem da ditadura é mais branda, em seus anos finais e nos imediatamente posteriores, as pesquisas demonstram que era muito crítica a opinião que se tinha dela em grandes parcelas da população, diferentemente do que hoje se pensa sobre o passado.

No intuito de fomentar a reflexão, ilustrarei com um exemplo que considero emblemático. Para muitos intelectuais e militantes políticos de esquerda, não raro, o envolvimento popular com a eleição e a morte de Tancredo Neves, é interpretado como uma experiência de manipulação das elites, operada através dos meios de comunicação. Contudo, ainda que nenhum pesquisador atento possa negar a existência de inúmeros esforços para manipular os brasileiros (vários dos quais esta pesquisa evidenciará), há que se indagar o seguinte: a leitura que esses segmentos sociais fizeram da “experiência Tancredo” é a mesma que os que intentaram manipulá-los desejaram? Os registros encontrados sugerem que não, como se verá ao longo da pesquisa. De todo modo, e independentemente do seu caráter e finalidade, as experiências dos “acontecimentos” acima, e de tantos outros, ajudaram constituir a noção de horizontalidade animada pelo sentimento pátrio já aludido – o “nós” *versus* “eles”, *conditio sine qua non* para a constituição de identidade.

É importante ressaltar que o que foi denominado neste trabalho como campo dos oprimidos não foi fixo, suas fronteiras se ampliaram ou se reduziram ao sabor do processo histórico. Vale utilizar a alegoria de um trem no qual há os que embarcam no início e vão até o final do trajeto, enquanto outros entram e saem após muito tempo de viagem, já outros entram no caminho e logo descem, havendo também os que entram em determinado ponto e seguem até o final. Há vários momentos em que a unidade em torno de profundas transformações sociais se acentuou, outros em que enfraqueceu. Por ocasião do sucesso do Cruzado, por exemplo, as classes populares tiveram uma adesão muito ampla. Com seu ocaso, muitos indivíduos e grupos temeram a vigorosa – e muitas vezes violenta – oposição que fizeram as classes populares ao governo e seus associados, e passaram a

---

<sup>55</sup> KOTSCHO, op. cit.

criticar greves e outras ações coletivas espontâneas ou não, que outrora contaram com seu apoio (ou simpatia). Como dito em outra ocasião, a classe acontece; não é um dado permanente.

A questão das fontes é uma das mais complexas deste trabalho, senão a mais complexa. Afora as dificuldades inerentes qualquer pesquisa histórica, foi preciso lidar com as dificuldades técnicas que enfrentam quaisquer pesquisas sobre movimentos populares, uma vez que em geral não se conta com um corpo documental pronto que dê conta do objetivo. Há ainda uma dificuldade adicional: o objeto de pesquisa está inscrito num período contemporâneo de nossa História, que conta com abundante e extremamente variada produção testemunhos e registros escritos e audiovisuais.

Como se tratou de uma reforma econômica inscrita num processo histórico que afetou indistintamente a todos, nesta pesquisa foram analisadas evidências documentais produzidas por diferentes grupos e interesses sociais, principalmente: a grande imprensa escrita, radiofônica e televisiva; a música popular; os cordéis; os programas humorísticos e a teledramaturgia; os documentos e imprensa de partidos e movimentos sociais; e, sobretudo, nas cartas de cidadãos “comuns” encaminhadas a políticos durante a Assembleia Nacional Constituinte. Neles, há registros das ações populares em ações coletivas diretas, bem como as falas dos integrantes das classes populares e daqueles que, em algum momento, se lhe opunham ou se mostravam assustados com o protagonismo popular.

Os registros utilizados neste trabalho foram pesquisados nos mais variados lugares. Os periódicos *Veja*, *Isto É* e *Visão* foram acessados na Biblioteca Central do Gragoatá, na Universidade Federal Fluminense; os periódicos *O Globo* e *O Dia* foram acessados nas respectivas; os periódicos *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* foram acessados na internet. Nesses registros, foi possível encontrar descrições de episódios, como quebra-quebras, comícios e protestos, nos quais houve registro das ações coletivas e das opiniões de populares e de seus opressores que permitiram identificar os conflitos de classe; ali se percebe também que tais mídias se posicionavam frente às lutas sociais de diferentes maneiras, nem sempre opostas a bandeiras populares. Será que isto se dava em função do interesse do público-leitor em alguma forma de mudança social? Conquanto isso seja analisado e respondido ao longo dos capítulos, interessa agora lembrar que a retórica de crítica e transformação social aparece em grande quantidade nas páginas dos periódicos (assim como em outras mídias), sugerindo fortemente que essas noções estavam circulando

e sendo socialmente apropriadas e resignificadas por indivíduos, grupos, movimentos e instituições. Ditas estas coisas, vale destacar que importa menos (embora importe) para esta pesquisa perceber as nuances desses discursos (e práticas), do que reconhecer a importância dos mesmos para a formação da identidade e do radicalismo das classes populares. Além de periódicos, a internet permitiu acesso a muitas produções de conteúdos jornalísticos, de teledramaturgia e de música popular bastante utilizados na reconstrução de episódios e do processo em si.

Os registros mais importantes foram as cartas de populares à Assembleia Nacional Constituinte, disponíveis no *site* do Senado Federal em 1986 e 1987. Tais mensagens populares foram feitas em formulários padronizados obtidos em locais públicos, como agências dos Correios, partidos e prefeituras, e gratuitamente encaminhadas aos congressistas pelos Correios. Na frente do formulário, vinha escrito: “VOCÊ TAMBÉM É CONSTITUINTE, PARTICIPE!” Após, lia-se “CORREIOS”, e, logo abaixo “COM VOCÊ NA CONSTITUINTE”. No verso, entre outras coisas, lia-se: “FAÇA VOCÊ TAMBÉM A NOVA CONSTITUIÇÃO”. No interior, o formulário trazia diversos campos a serem preenchidos pelo remetente: nome, endereço, dados pessoais (sexo, morador zona urbana ou rural, instrução, estado civil, faixa etária, atividade [econômica]) e espaço para escrever a mensagem. As cartas foram digitadas pelos funcionários do PRODASEN (Serviço de Processamento de Dados do Senado) e à época disponibilizadas aos constituintes eleitos em 15 de novembro de 1986 praticamente desde o início dos trabalhos parlamentares. Ao indexá-las, o PRODASEN teve o cuidado de colocar palavras-chave que indicassem aos parlamentares os principais assuntos do documento.

Mais de 72 mil pessoas atenderam à convocação e encaminharam cartas aos constituintes. Destas, 68.908 preencheram o campo referente ao sexo: 45.210 homens (65,61%) e 23.698 mulheres (34,39%). Este percentual de participação feminina, à primeira vista, talvez sugira baixa participação política. Se, no entanto, levarmos em conta que a luta das mulheres brasileiras por questões específicas de sua existência tinha, àquela época, uns poucos anos, vemos que tal participação na Constituinte é também expressão do êxito dos movimentos feministas.

No que diz respeito à escolaridade, mais de 68 mil a declararam e podemos observar que o maior contingente possuía apenas o primeiro grau incompleto, ao passo que mais de 64 mil missivistas declararam renda (ou a falta dela). Primeiramente, vejamos a tabela de escolaridade dos missivistas:

Escolaridade	Quantidade de missivistas
Analfabetos	955
Primeiro Grau Incompleto	14.673
Primeiro Grau Completo	6.745
Segundo Grau Incompleto	12.806
Segundo Grau Completo	13.113
Superior Incompleto	7.275
Superior Completo	11.164
Pós-Graduação	1.850
Total	68.581

Fonte: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/>

Perceba que se somarmos os que 22.373 (32,62%) declararam ser analfabetos ou ter até o Primeiro Grau Completo, que 25.919 (37,79%) disseram possuir o Segundo Grau Completo ou Incompleto, e que 20.289 (29,58%) afirmaram estar na faixa do Superior Incompleto até a Pós-Graduação, há forte desequilíbrio, no que diz respeito à representação da população, de um modo geral. Isto porque, de acordo com o IBGE, no ano de 1986, 84,2% dos brasileiros que possuíam 10 anos ou mais tinham até oito anos de escolaridade (destes, em 1986, chegaram a ter o Primeiro Grau Completo somente 6,7%); cursavam ou haviam cursado o Segundo Grau apenas 10,6%, enquanto apenas 5% cursavam ou haviam completado o Ensino Superior.<sup>56</sup>

Os 84,2% acima mencionados representam forte indício da experiência social excludente apontada nesta pesquisa. Contudo, é compreensível que, nas cartas, esse grupo não esteja representado na mesma proporção, pois se trata de um grupo com um grande contingente de jovens e de pessoas adultas com pouca instrução e menor acesso a informação. Sendo assim, é de se esperar que tenham participado menos que sua proporção majoritária possibilitaria. Por outro lado, pelo mesmo motivo se explica que os grupos mais instruídos que, somados, perfaziam 67,37% dos missivistas representassem apenas 15,6% dos brasileiros como um todo. De qualquer modo, é muito significativo que o grupo de menor instrução tenha sido responsável por praticamente 1/3 das cartas, o que indica que o desejo de se manifestar politicamente estava, em grande medida, disseminado entre os diversos segmentos da sociedade brasileira.

Quando cruzamos os dados de escolaridade com os de renda declarados pelos missivistas podemos compreender interessantes aspectos. Percebiam até cinco salários

<sup>56</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1987/1988. Rio de Janeiro: IBGE, v. 48, 1988. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_xls/educacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/educacao.shtm). Acessado em: 18 ago. 2011.

mínimos 56,42% dos missivistas, ao passo que acima de cinco salários estavam apenas 21,35% (cerca de 1/5) dos que encaminharam suas cartas aos constituintes. Isto nos leva a concluir que, apesar de cerca de 2/3 dos missivistas terem escolaridade média ou elevada, inclusive entre estes havia os que padeciam por baixos salários. Se levarmos em conta que entre os 22,22% que se declararam sem rendimento certamente haveria também muitos pobres, veremos que a quantidade de pessoas com experiência direta da pobreza entre os missivistas seria bem superior. No que diz respeito à sociedade, esse quadro de pobreza era bastante mais acentuado, pois no ano do Cruzado, os 10% mais ricos detinham 47,17% da renda nacional, ao passo que os 50% mais pobres disputavam míseros 12,91% da renda.<sup>57</sup> Não sem razão as cartas exibem posições muito críticas quanto aos problemas do país, bem como o aspecto da diferença entre ricos e pobres (inclusive entre os missivistas que declararam bom nível de renda, o que reforça o que já fora apontado: não foi somente a pobreza objetiva que criou o campo dos oprimidos).

O grande valor em tomar essas cartas como fonte está no fato de que nos permitem produzir uma história sob a perspectiva popular, uma vez que foram escritas diretamente por populares, com baixo ou nenhum nível de mediação, o que é muito raro, em se tratando das classes populares. Em geral, há muitos registros de integrantes do Estado e de segmentos sociais dominantes se referindo aos populares, mas poucas vezes encontramos um grande número de registros escritos pelos próprios. As cartas se converteram em canal para que as pessoas de diversas faixas etárias e de renda, profissões e regiões do país externassem opiniões, reivindicações, queixas, sugestões, elogios e imprecisões sobre praticamente todos os aspectos da realidade brasileira.

Anteriormente apresentadas, as cartas que a população encaminhou para a Assembleia Nacional Constituinte formam um valiosíssimo conjunto documental que possibilitou um rico cotejo com os registros obtidos nos periódicos. Elas oferecem ao historiador o raríssimo acesso ao que pensaram os integrantes dos segmentos populares pelo seu próprio punho (ou de outros que escreveram o que lhes fora ditado). Isso é raro, sobretudo aos mais pobres, que, historicamente, tiveram opiniões, valores e desejos descritos por meio de integrantes dos grupos sociais dominantes e pelo Estado, em função de pouco deixarem seus próprios registros sobre o que pensavam do mundo em que viveram. Ao cotejarmos cartas e periódicos, percebe-se que umas vezes populares e

---

<sup>57</sup> IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos\\_precos/rendimentos/rendimentos.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/rendimentos.shtml). Acessado em 21 ago. 2011.

periódicos concordam, em outras não; às vezes, a imprensa reproduz o discurso popular, em outras, são os populares que adotam as versões daquela. Contudo, ver-se-á que, num ou noutro caso, as escolhas das classes populares são feitas com base na experiência social concreta que tiveram, mais ou menos como ensina *Ciro Marcondes Filho*:

Sabemos que nenhum meio de comunicação, nem sequer todos juntos, pode impor uma “verdade” do poder contra a realidade que as pessoas vivem e contra a memória, mesmo que apagada, das massas: nem Pinochet, nem Médici, nem Maluf, nem qualquer outro tirano conseguiu formar uma opinião pública favorável só com base nos meios de comunicação, que fosse contrária à experiência das massas.<sup>58</sup>

À parte a utilização do termo “massa”, rejeitado nesta pesquisa pelo incômodo vínculo com a noção de manipulação do tipo populista, entendo que o autor acerta ao dizer que não se consegue, em geral, convencer as pessoas do contrário daquilo que elas cotidianamente experimentam. Desta forma, não adiantava o governo dizer que as coisas iriam melhorar porque as pessoas não criam no que ouviam, uma vez que a realidade desmentia a retórica governamental. Para Jean-Jacques Becker, a opinião pública pode até ser manipulada, mas a manipulação “só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública”.<sup>59</sup> No caso do Cruzado, veremos que funcionou enquanto as pessoas vivenciavam o controle de preços. Quando tudo ruiu, não houve apoio midiático que mantivesse o presidente Sarney a salvo de queixas, deboches, protestos, piadas, impropérios e até de violência física, como a ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 1987, quando teve o ônibus em que estava apedrejado por multidão revolta.<sup>60</sup>

Diante de tanta diversidade e quantidade, o que deve o historiador selecionar para reconstruir o processo? A resposta a esta questão passou pela seleção de fontes representativas, isto é, que fossem capazes de expressar os problemas, as lutas, os discursos, as visões de mundo, expectativas e aspirações dos populares de seu tempo de um modo mais abrangente (e que, por isto, adquirem estatuto de fonte nesta pesquisa), ao contrário daquelas que expressam pontos de vista mais restritos a um ou outro grupo social (estas, apesar de utilizadas, estão em menor número).

No que diz especificamente à análise documental dos registros oriundos dos meios de comunicação, sobretudo de periódicos, como o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Isto É* e *Veja*, houve muito cuidado no sentido de evitar adotar a versão das

---

<sup>58</sup> MARCONDES FILHO, *Ciro*. **O capital da notícia (Jornalismo como produção social de segunda natureza)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 171.

<sup>59</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 192.

<sup>60</sup> “Manifestantes no Rio jogam pedra em Sarney”. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1987, capa.

fontes, ou passar ao largo das entrelinhas. Para tanto, foi preciso considerar na análise o que propõem Laura Maciel, Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto. A primeira ensina que o historiador não deve tomar a imprensa

como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais”.<sup>61</sup>

Na opinião de Cruz e Peixoto, é necessário

problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que ganha visibilidade. (...)

Convém lembrar que não adianta apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se de também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente a afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.<sup>62</sup>

Assim, no que diz respeito à análise dos registros dos periódicos, nos orientamos pelas propostas das autoras no que diz respeito à representação do mundo que aparece nos periódicos, à sua tarefa de “modelar formas de pensar e agir” e de assimilar “interesses e projetos de diferentes forças sociais” articulando-os, bem como à de produzir hegemonia.

Há evidências empíricas de que muitas empresas de comunicação, notadamente as das *Organizações Globo*, apoiaram o Plano Cruzado em maior ou menor grau.<sup>63</sup> Em várias delas, contudo, havia também a disseminação de pontos de vista contrários ao governo, sobretudo na teledramaturgia e em programas humorísticos, no caso específico da televisão. Este aspecto remete à necessidade que essas empresas tinham de obter audiência e, assim, realizar lucros, sobreviver. Como manter o interesse de uma sociedade tão radicalizada como a brasileira de então se a programação se desvinculasse completamente da realidade das classes populares, de longe a grande maioria dos brasileiros? Sendo assim,

---

<sup>61</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo, Olho d'Água, 2004, p. 15.

<sup>62</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa**. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, pp. 260, 261, dez. 2007.

<sup>63</sup> RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública: a grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

para evitar o isolamento, os departamentos de jornalismo eram muito “cuidadosos” com os conteúdos e matérias, houve uma espécie de licença para dramaturgos e humoristas que expressem a condição radicalizada dos populares que se punham diante dos aparelhos de televisão. Daí advém a enorme audiência de humorísticos como “Chico Anysio Show” e “Viva o Gordo”, e de novelas como “Roque Santeiro” e “Vale Tudo”; com críticas por vezes sutis, por vezes mordazes (ou ambas), mas fortemente amparadas nas experiências cotidianas dos brasileiros.

A opção por reunir uma grande variedade e quantidade de fontes foi extremamente importante e necessária para recuperar, tanto quanto possível, parte das experiências dos brasileiros que viveram dias tão difíceis. Hobsbawm, ciente de que “todo tipo de história tem seus problemas técnicos”, lembra que os problemas típicos da chamada história vista de baixo, cujas preocupações orientam esta pesquisa, vinculam-se à inexistência de “um corpo de material a seu respeito”.<sup>64</sup> Para superar tais deficiências, sugere que

o que normalmente devemos fazer é reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para fazer isso precisamos, se me perdoam a expressão, construir nós mesmos o quebra-cabeças, ou seja, formular como tais informações deveriam se encaixar.<sup>65</sup>

Este trabalho, resultado da pesquisa que se colocou na dura tarefa de analisar tais elementos e explicar a adesão popular ao Cruzado, está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “As experiências cruzadas”, a tônica são as experiências cotidianas dos brasileiros que se consideraram oprimidos naqueles anos 1980. Nele, procurei evidenciar as múltiplas experiências com a carestia, a violência ditatorial, a inflação, os baixos salários, a corrupção das autoridades, os processos eleitorais, os movimentos sociopolíticos (como as Diretas Já) e mesmo a crítica social existente nos meios de comunicação e em manifestações artísticas (sempre identificando suas correspondências entre o período do Cruzado e os anos anteriores, a partir de meados de 1970). Longe de inventariar essas experiências, essa etapa do trabalho consistiu em identificá-las e reconhecer seu potencial aglutinador, apontando, em vários casos, para a natureza e as práticas dessas mobilizações, as quais criaram formas de agregar cidadãos e estimular sua participação. Ademais, buscou-se identificar elementos comuns nas várias mobilizações, que ajudam recompor suas traços compartilhados para visualizar uma coreografia ou linguagem social de mobilização. Não se trata, portanto, de um capítulo

---

<sup>64</sup> HOBBSAWM, Eric John. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 219.

<sup>65</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 224.

sobre a anistia, sobre a inflação, sobre a sobre o movimento das donas de casa, sobre a criação do Partido dos Trabalhadores, ou sobre as torturas perpetradas pela ditadura, mas sobre os efeitos aglutinadores que essas experiências tiveram sobre os que as sofreram, as enfrentaram, as realizaram. Ao final, recupera a decepção que praticamente todos os segmentos sociais demonstraram com o inoperante governo da “Nova” República, incapaz de realizar suas promessas, todas baseadas, em maior ou menor medida, nas aspirações populares exigidas dos governantes nos últimos anos.

O segundo capítulo, intitulado “Mobilizações e pressões em torno do Plano Cruzado”, elegeu a participação popular ao Plano Cruzado como questão central. Ele recupera a euforia que tomou de assalto a maioria dos brasileiros em virtude das medidas de proteção ao interesse público que muitos identificaram no Cruzado, bem como o horizonte que descortinou para os mesmos brasileiros, que, durante vários meses, creram que se aproximara o tempo da transformação do Brasil. Nesta parte do trabalho foram recuperadas as experiências populares coletivas de mobilização e de apoio ao plano, incluindo o surgimento dos “fiscais do Sarney”, as suas formas de organização, o papel dos meios de comunicação e dos intelectuais, as questões político-partidárias envolvidas e o aparato legal criado ou adaptado para reordenar as relações socioeconômicas. O capítulo procura evidenciar a correspondência entre as lutas populares dos anos anteriores e o *modus operandi* das multidões do Cruzado, assim como as opiniões expressas por populares sobre diversos temas de interesse social.

O terceiro e último capítulo, intitulado “A “traição” do Cruzado e as formas de protesto popular”, se ocupou de avaliar o propalado sentimento de “traição” e as diversas modalidades e formas de expressar a revolta que tomou conta dos brasileiros em função do fracasso da reforma monetária, e também do fato de que – e isto é tão importante quanto o fim do plano – tal fracasso ficou evidente apenas após as eleições que deram a maior vitória eleitoral de um partido político no período republicano. Outra intenção deste capítulo foi questionar como o que muitos consideraram como uma adesão cega e irrefletida ao presidente José Sarney, para investigar as motivações e explicações populares para a adesão na verdade crítica e condicionada a uma reforma monetária que, em alguns momentos, pareceu inverter a ordem “natural” (ou melhor, cotidiana) das coisas, pois, desta vez, e de forma inédita, os ricos, em certo sentido, sentavam no banco dos réus.

## Capítulo 1 – As experiências cruzadas

### 1.1. A experiência da pobreza

No âmbito geral, a condução das questões sociais durante a ditadura foi relegada ao segundo plano. Também em função disso, o regime instaurado através de um golpe de Estado em 1964 demonstrava claros sinais de desgaste dez anos depois, uma vez que não era capaz de garantir efetivamente o progresso social, um dos aspectos do discurso dos golpistas que representou uma das bases na sua busca por legitimidade desde o golpe.

Apesar do surpreendente crescimento econômico do período 1968-1973, o cotidiano da maior parte da população continuava composto por muitas privações, haja vista que a inflação do período ficara em 19,1% ao ano, na média,<sup>66</sup> ao passo que a legislação salarial imposta pela ditadura provocara substantivas perdas na renda dos trabalhadores. Se tomarmos como exemplo um índice de 100 para o salário mínimo em 1964, veremos em 1974 um índice espantosamente abaixo de 80. Conquanto tenha havido expansão do nível de emprego, entre abril de 1964 e abril de 1973 houve uma redução de 34% no salário mínimo real. Tamanho arrocho salarial – expressão que passará a integrar o cotidiano popular nas três décadas seguintes – só pôde ser implementado devido à extrema repressão do regime sobre o movimento operário.<sup>67</sup>

De fato, a expressão foi introjetada pelas classes populares, uma vez que o arrocho foi concretamente vivido por eles durante muitos anos. Estas experiências marcaram não somente o vocabulário dos populares, mas também a própria memória social, tanto que, em 1986, em sua carta aos constituintes, Venina Cerqueira de Souza Brito, moradora de Poções (BA), casada, 20 a 24 anos, 2º grau completo, sem rendimento, pede “fim do arrocho salarial e reposição das perdas acumuladas”.<sup>68</sup> José Luiz R. Forand, morador de Santa Maria (RS), casado, 2º grau completo, faixa de idade entre 19 a 25 anos, faixa de renda de até 1 salário mínimo, pede “proteção ao trabalhador contra o arrocho salarial”.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação brasileira: de aliado a inimigo mortal. In: SMERECÁNI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 270.

<sup>67</sup> LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007, p. 59-64.

<sup>68</sup> Carta de Venina Cerqueira de Souza Brito à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 02/03/86 FORMUL: 680 DV: 2 TIPO: 10 26/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>69</sup> Carta de José Luiz R. Forand à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 24/02/86 FORMUL: 651 DV: 3 TIPO:

Maria Maculada Aleixo, de Cristais (MG), 15 a 19 anos, solteira, 1º grau completo, até 1 salário mínimo, exige que se acabe “com este terrível arrocho salarial”.<sup>70</sup> O aposentado José Rodrigues do Nascimento, morador de Poções (BA), casado, mais de 59 anos, 1º grau, renda de até 1 salário, se refere ao “arrocho injusto, e calamitoso”.<sup>71</sup> Morador de Juiz de Fora (MG), Wladimir da Mata Stefanon, solteiro, 25 a 29 anos, 2º grau incompleto, entre 2 e 3 salários, lembra a trajetória de injustiças vivenciadas pelo “o povo brasileiro, no que diz respeito as classes médias e pobres”, que era “subjugado e ‘massacrado’ pelas medidas econômicas que causaram o arrocho salarial, desemprego, inflação, fome e miséria”.<sup>72</sup>

Essas falas põem em relevo a histórica experiência de injustiça, desigualdade social e luta de classes. Cecília Soares Bohngahrem, moradora de Atlântida (SP), demonstrou consciência desses aspectos. Em sua carta, disse não saber se “o que se compreende por ‘arrocho salarial’ (...) acabou. Vemos o assalariado receber aquém do necessário (enquanto os marajás continuam intocáveis, ganhando Jetons e nadando no dinheiro arrancado do pobre)”.<sup>73</sup> Uma anônima missivista de Florianópolis (SC), solteira, 30 a 39 anos, Superior completo, reivindica algumas coisas que, em tese, não deveriam preocupar a uma pessoa com renda entre 5 e 10 salários. No entanto, como afirmei outrora, o campo dos oprimidos não era definido pela renda. Vejamos algumas reivindicações, dentre as quais, a menção ao indefectível arrocho:

Salário mínimo que dê condições para o trabalhador tem uma vida decente.  
Melhor distribuição da renda.  
Descentralização do poder e Reforma Agrária.  
(...)  
Acabar com os latifundiários improdutivos.  
Melhorar as condições de vida do povo.

---

14 20/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>70</sup> Carta de Maria Maculada Aleixo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L036 DATA: 30/02/86 FORMUL: 892 DV: 9 TIPO: 10 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>71</sup> Carta de José Rodrigues Nascimento à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 03/03/86 FORMUL: 209 DV: 1 TIPO: 14 28/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>72</sup> Carta de Wladimir da Mata Stefanon à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L014 DATA: 29/04/86 FORMUL: 338 DV: 5 TIPO: 14 17/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>73</sup> Carta de Cecília Soares Bohngahrem à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L031 DATA: 13/05/86 FORMUL: 753 DV: 0 TIPO: 40 14/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Acabar com a repressão, arrocho salarial e acabar com as mordomias.<sup>74</sup>

Na esteira da revolta popular com as “mordomias”, que eram os privilégios que tinham os políticos (carro, casa, motorista etc.), Luiz Mário Munhoz Schmidt, morador de Porto Alegre (RS), solteiro, 30 a 39 anos, 2º grau, sem rendimento, demonstrou desejar uma inversão da realidade, que viesse punir, desta vez, os poderosos, pois pediu “um arrocho salarial dos Ministros até os vereadores”.<sup>75</sup> Salário mínimo, arrocho salarial, acesso a gêneros de primeira necessidade serão temas que permanecerão no interesse popular durante muito tempo. Uma experiência persistente e duradoura.

O debate sobre a contradição entre crescimento econômico e aumento da desigualdade social se tornou público através da imprensa e do MDB após a divulgação de um documento do Banco Mundial que demonstrava o crescimento da desigualdade social no Brasil. Na primeira metade dos anos 1970, o debate já contava com a participação de ministros, economistas, sociólogos, jornalistas, parlamentares e observadores externos. Se, em um primeiro momento o debate mais propriamente técnico estava distante do grande público, por outro lado, podemos afirmar que os efeitos deletérios da perversa situação econômica – que fizeram com que o presidente Médici declarasse que “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”<sup>76</sup> – integravam as experiências cotidianas de nada menos do que 85,1% da população economicamente ativa do país em 1972. Esse era o percentual dos que percebiam até três salários mínimos, dado que revela a brutal concentração de renda. Entretanto, dissecado, esse número pode revelar uma situação ainda mais precária: apenas 9,8% deles recebiam entre 2 e 3 salários, 22,8% estavam na faixa entre 1 e 2 e nada menos do que 52,5% dos brasileiros que trabalhavam ganhavam menos de um salário mínimo.<sup>77</sup> Em 1975, somente nas cidades, cerca de 42 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza absoluta.<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L128 DATA: 03/03/86 FORMUL: 695 DV: 3 TIPO: 10 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>75</sup> Carta de Luiz Mário Munhoz Schmidt à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L131 DATA: 30/02/86 FORMUL: 758 DV: 1 TIPO: 10 11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>76</sup> EARP, Fábio Sá e PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.230-233. (O Brasil Republicano; v. 4)

<sup>77</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, p. 151-153.

<sup>78</sup> KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 28.

No auge do milagre, portanto, o custo de vida estava em níveis muito elevados. De acordo com o DIEESE, no início da ditadura o número de horas que um trabalhador tinha que cumprir para adquirir a alimentação mensal mínima (cesta básica) era de 88h16min. Quando, em 1974, Médici passava a faixa presidencial a Ernesto Geisel, 163h32min eram necessários para obter os mesmos gêneros alimentícios.<sup>79</sup> A tradução desses números aponta para o fato de que as famílias dos segmentos populares precisavam ter todos os seus membros trabalhando, se desejassem evitar a pobreza absoluta. As consequências sobre a juventude eram funestas: em 1975, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor (CPI do Menor) calculava que a quantidade de crianças pobres era de aproximadamente 13,5 milhões, e que outras 1,9 milhões se encontravam em estado de abandono; a pobreza aguda fazia com que 2,5 milhões de menores entre 10 e 14 anos necessitassem trabalhar. Na mesma época, os gastos com Educação, que eram de 11,07% do orçamento federal no início da ditadura, caíram paulatinamente, até atingir 4,95%.<sup>80</sup> Os poucos investimentos em Educação, fundamentais para crianças e jovens, tinham nos números da Saúde – igualmente importantes – uma triste semelhança: de 4,29% do orçamento federal em 1966 passou-se a 0,99% em 1974.<sup>81</sup>

Os números do orçamento demonstram que o governo não parecia mesmo se preocupar com o fato de que cerca de 12,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos, de um total de 27,4 milhões, estivesse fora da escola.<sup>82</sup> Por outro lado, não descuidava da “educação” da população, o que era feito através da Assessoria de Relações Públicas (ARP). Herdeira da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) criada em 1968 no governo Costa e Silva, a ARP, criada em 1976, após dois anos sem uma agência governamental específica, apresentava “gastos vultosos”, assim como sua antecessora. Ainda em 1976, houve gastos com campanhas publicitárias da ordem de Cr\$ 71 milhões somente para São Paulo. Considerando que o salário mínimo em 1976 estava fixado em Cr\$ 768,00 (a partir de maio),<sup>83</sup> vemos que se gastava em propaganda o equivalente a 92.447,9 salários mínimos. Em 1978 a dotação orçamentária do órgão atingiria Cr\$ 226 milhões. Curiosamente, o Ministério da Educação e Cultura era o responsável por financiar a cópia dos filmes da AERP/ARP. O volume do material copiado fazia dos referidos

---

<sup>79</sup> ALVES, op. cit., p. 153.

<sup>80</sup> ALVES, op. cit., pp. 152, 154-155.

<sup>81</sup> ALVES, op. cit., p. 155.

<sup>82</sup> ALVES, op. cit., p. 156. (Dados de 1976.)

<sup>83</sup> Série histórica do Salário Mínimo. Disponível em: <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>. Acessado em: 04 mar. 2012.

órgãos os maiores clientes nacionais dos laboratórios que realizavam este tipo de trabalho.<sup>84</sup> O que faltava para gastar em livros era gasto em propaganda.

Bastante criticadas pela oposição, as duas agências, contudo, foram capazes de influenciar o comportamento de milhões de brasileiros no que diz respeito à saúde pública e alguns outros temas, como demonstra Fico. Ainda assim, não foram capazes de fazer com que as pessoas aderissem cegamente ao governo em função do que era veiculado, como se a propaganda fosse capaz de apagar (ou mascarar) as experiências concretas das pessoas.<sup>85</sup> Tanto é verdade que, em 1974, após seis anos de propaganda – e de crescimento do PIB –, o governo sofreu uma inesperada e fragorosa derrota nas urnas.

A derrota de 1974, ao contrário do que se poderia esperar, não ensinou ao governo que para obter alguma legitimidade deveria cuidar melhor das questões sociais. Isso pode ser demonstrado se compararmos a trajetória da concentração de renda no país. Em 1970, os 20% mais pobres detinham 3,4% da renda nacional; em 1980, eles estavam ainda mais pobres: detinham 2,8% da renda. Enquanto isso, os 10% mais ricos passaram de 46,7% para 50,9% no mesmo período.<sup>86</sup> Em 1980, 64% dos que trabalhavam ganhavam até dois salários mínimos,<sup>87</sup> com o agravante de que a taxa de inflação anual naquele ano fora de 110,2%,<sup>88</sup> o que corroía rapidamente os salários. A situação, no entanto, já vinha ruim, pois, entre 1976 e 1978 as taxas de inflação nunca ficaram abaixo de 40%; em 1979 batera os 77,3%.<sup>89</sup> Para piorar, os anos de 1981 a 1983 foram de grave recessão,<sup>90</sup> combinada a uma brutal inflação de 95,2%, 99,7% e 211%, respectivamente.<sup>91</sup> À época, não sem razão, fazia sucesso o cantor e compositor Zé Ramalho com “Admirável Gado Novo”, cujos primeiros versos seguem abaixo:

Vocês que fazem parte dessa massa  
Que passa nos projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais do que receber  
E ter que demonstrar sua coragem  
À margem do que possa parecer  
E ver que toda essa engrenagem  
Já sente a ferrugem lhe comer

---

<sup>84</sup> FICO, op. cit., p. 110.

<sup>85</sup> FICO, op. cit., p. 110.

<sup>86</sup> ALVES, op. cit., p. 335.

<sup>87</sup> ALVES, op. cit., p. 335.

<sup>88</sup> ALVES, op. cit., p. 331.

<sup>89</sup> MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação brasileira: de aliado a inimigo mortal. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.), op. cit., p. 270.

<sup>90</sup> ALVES, op. cit., p. 333.

<sup>91</sup> MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação brasileira: de aliado a inimigo mortal. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.), op. cit., p. 270.

Êh, oô, vida de gado  
Povo marcado  
Êh, povo feliz!<sup>92</sup>

Os números exibidos acima são assustadores, mas talvez não evidenciem que se tratava de um verdadeiro caos social. Isso pode ser depreendido de estatísticas do próprio governo, que indicam que nada menos que 70% dos brasileiros consumiam diariamente quantidade inferior de calorias necessárias ao desenvolvimento humano. Eram, portanto, cerca de 71 milhões de brasileiros oficialmente subnutridos. No Nordeste, havia 130 óbitos para cada mil nascimentos. Contudo, nem as áreas mais ricas estavam em boa situação, pois havia 87,3 óbitos por mil nascidos. A expectativa de vida entre os mais pobres era baixíssima: 49 anos. Entre os de mais altos salários a expectativa também não era tão elevada, pois estava em 62 anos.<sup>93</sup>

A questão da fome era tão séria que as Forças Armadas dispensavam a cada ano 45% dos convocados, por não apresentarem o mínimo exigido em peso e altura.<sup>94</sup> De acordo com dados do DIEESE, em 1981 o desemprego atingia 12,3% das pessoas em idade produtiva, enquanto 18% eram constituídos de subempregados. Em 1983, somente na Grande São Paulo havia um milhão de desempregados.<sup>95</sup> Creio ser possível recuperar seu sofrimento – e os dos empregados a baixos salários – se levarmos em conta que, pela primeira vez, o valor do salário mínimo ficou inferior ao custo da ração mínima essencial. Enquanto o salário mínimo estava em Cr\$ 34.776,00 a cesta básica estava em Cr\$ 35.349,85.<sup>96</sup> Se atentarmos para o fato de que 33,3% dos assalariados ganhavam até um salário mínimo e que outros 31,1% chegavam a dois salários mínimos percebemos que estamos diante de um quadro catastrófico,<sup>97</sup> que fazia com que fossem necessárias 243h58min de trabalho para se conseguir comprar somente a cesta básica. À guisa de comparação, podemos ver dados de 1980, até então o ano em que mais tempo um trabalhador necessitava trabalhar para obter a cesta. Naquela ocasião, trabalhava-se 173h47min para obter o mesmo que em 1983 consumia 70 horas a mais da vida de um trabalhador brasileiro.<sup>98</sup> Vale ressaltar que aqui não há referência a outras despesas básicas,

---

<sup>92</sup> Zé Ramalho. “Admirável gado novo”. In: Zé Ramalho. Epic (CBS-Sony Music), 1980.

<sup>93</sup> ALVES, op. cit., p. 293.

<sup>94</sup> ALVES, op. cit., p. 293.

<sup>95</sup> ALVES, op. cit., p. 292.

<sup>96</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 406.

<sup>97</sup> ALVES, op. cit., p. 292.

<sup>98</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 406.

como habitação, transporte e saúde. Para atender a todas essas despesas, um trabalhador com mulher e dois filhos necessitariam, de acordo com o DIEESE, de uma renda de Cr\$ 220.477,23 em setembro de 1983, que equivaliam a 6,33 salários mínimos. Somente em alimentação seriam gastos Cr\$ 106.049,55, equivalentes a 48,1% da renda doméstica total.<sup>99</sup>

A crise social, de fato, atingira níveis alarmantes, pois, “pela primeira vez na memória das pessoas, a renda dos brasileiros caiu em vez de subir, em três anos consecutivos, desde 1981 até 1984”, ano em que “os brasileiros estavam em média 10% mais pobres do que um ano antes”.<sup>100</sup> De fato, a experiência da desigualdade marcou insistentemente a existência de milhões de brasileiros, e dela podemos encontrar registros em diversos suportes, como em produções culturais, por exemplo. Uma rápida análise do registro audiovisual de “Os Trapalhões”, que formaram o grupo de comediantes mais popular do país. Nessa condição, frequentemente tinham as maiores bilheterias, compostas por pessoas de diversas condições socioeconômicas. Em 1981, 2,5 milhões de pessoas abarrotaram as salas de cinema para assistir o documentário [!] “O Mundo Mágico dos Trapalhões”. Em dado momento, aparecem imagens de trabalhadores no Centro do Rio de Janeiro voltando para casa ao final de um dia de trabalho. Ao fundo, a voz de Chico Anysio narrando o seguinte:

As pessoas fogem do trabalho para o domingo. No final da sexta-feira começa uma contagem regressiva em direção à festa, ao descanso, ao tédio e à gargalhada fácil, que é o desafogo de um país em que o povo e a economia vão mal. Domingo é o dia de se abandonar a cidade, esquecer as preocupações da escola e do escritório. Na falta de pão e de biscoitos, há o parque de diversões em São Gonçalo [mostra uma criança negra, aparentemente pobre], a linha de passes na Pavuna [mostram crianças descalças, aparentemente pobres, jogando futebol], a praia em Copacabana ou Ipanema, onde para uns poucos a vida é um domingo interminável. Dia do Flamengo, do Corinthians, da televisão...<sup>101</sup>

Além de evidenciar claramente os conflitos de classe e as tensões sociais no país, vale destacar a centralidade do pobre e da pobreza nas imagens e na narrativa cinematográfica. Ao término do texto narrado por um de nossos comediantes mais críticos de então – Chico Anysio –, aparecem imagens de famílias e indivíduos quase todas aparentemente pobres, no que diz respeito à roupa, móveis e salas em que assistem “Os Trapalhões”, invariavelmente pequenas. Ao fundo, Caetano Veloso, cantor e compositor

---

<sup>99</sup> ALVES, op. cit., p. 294.

<sup>100</sup> KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 137.

<sup>101</sup> “O Mundo Mágico dos Trapalhões”. Direção: Silvio Tendler; narração: Chico Anísio. RA Produções, 1981; Editora Abril, 2005. [grifos do autor]

conhecido por sua oposição ao regime ditatorial, cantarola a música tema de abertura do programa.

Nas cartas, a percepção das desigualdades sociais era constante. Em sua carta, José Jorge da Costa Santana, Superior completo, solteiro, 20 a 24 anos, entre 2 e 3 salários, morador de Passira (PE), exige que seja extinta “a desigualdade de direitos entre as classes”.<sup>102</sup> Odorides Custódio da Silva, solteira, 2º grau completo, 25 a 29, mesma faixa salarial, moradora de Florai (PR), defende “que não haja tanta desigualdade entre os povos, melhores salários, melhores condições de vida para todos os brasileiros”.<sup>103</sup> Salmar José Leonard, solteiro, Superior incompleto, entre 5 e 10 salários, citou a necessidade de que houvesse justiça e dignidade em nosso país. Morador de Itaituba (PA), mesmo tendo boa renda, se mostrou preocupado com a desigualdade social e racial:

Não tenho sugestão, só penso que nesta constituinte seja olhado os humildes e justos, pobres em desigualdade com ricos, que não haja discriminação racial de cor ou raça, que também seja elaborada acima de tudo por pessoas fortes e dignas de tanto.<sup>104</sup>

Maria Emília Bitarelli Viana, de Santana do Deserto (MG), solteira, 1 salário mínimo, 2º grau completo, 25 a 29 anos, culpa o capitalismo pelos problemas sociais, e destaca que ao povo “só sobrou a fome, desigualdade”.<sup>105</sup> A percepção das injustiças e o desejo de igualdade e justiça social são muito recorrentes nas cartas, denotando não serem fruto apenas das experiências cotidianas de meados da década de 1980, mas uma experiência sócio-histórica anterior. Vejamos o que diz a jovem Síntia Socorro Guerreiro de Castro sobre a desigualdade social, com a qual há tanto tempo conviviam os brasileiros. Moradora de Parintins (AM), solteira, 1º grau completo, 15 a 19 anos, Síntia diz o seguinte aos constituintes:

---

<sup>102</sup> Carta de José Jorge da Costa Santana à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 185 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>103</sup> Carta de Odorides Custódio da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 21/02/86 FORMUL: 283 DV: 3 TIPO: 16 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>104</sup> Carta de Salmar José Leonard à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L105 DATA: 22/02/86 FORMUL: 122 DV: 3 TIPO: 40 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>105</sup> Carta de Maria Emília Bitarelli Viana à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 23/02/86 FORMUL: 400 DV: 7 TIPO: 10 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Eu queria que com a nova República não houvesse diferença entre o rico e o pobre na sociedade.

(...)

Na parte que eu disse que quero que haja a igualdade entre o pobres e os ricos, porque muitas vezes isso causa morte, se num hospital tem um pobre muito doente, e chega um rico que não tem doença nenhuma, muitas vezes atendem primeiro o que tem dinheiro que é o rico, isso quer dizer que há desigualdade social. E que a reforma agrária fosse bem feita. Que dividissem as terras igualmente porque o nosso país tem muitas terras.<sup>106</sup>

Opiniões como a da missivista acima eram mais comuns do que se pode imaginar. A desigualdade social era tão evidente e insidiosa que provocava opiniões a favor de radicais intervenções na vida social. A carta de Jan Clésio Sousa Pires, morador de Itanhém (BA), solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, traz uma destas propostas:

Que seja decretada uma lei em que todo cidadão da classe alta divida parte da terra que tem com os pobres, é o que acontece na minha cidade e em todo o Brasil, gente rica com terra boa e de sobra, e gente humilde que convive com esgotos e que não pode aproveitar o chão que tem, pois este está contaminado.<sup>107</sup>

O abismo social no Brasil era algo muito concreto, e, ao mesmo tempo constituía uma experiência simbólica efetiva. Frequentemente, os ricos faziam questão de demarcar as diferenças sociais. Um anúncio publicitário de duas páginas do automóvel *Passat*, da *Volkswagen*, nos oferece uma valiosa oportunidade para perceber este aspecto, uma vez que ele foi dirigido a integrantes das elites. Nele, há um campo gramado em que aparecem as patas de um cavalo em movimento, um taco de polo e uma bola, com um *Passat* amarelo ao fundo, que não deixam dúvidas de que se trata de um espaço pertencente a pessoas ricas. Seu título é emblemático: “Passat. Mais do que um carro, você estará conquistando uma posição”. Em uma tarja ao final, há uma foto do interior do carro e um texto, do qual destaco o seguinte (atenção aos termos grafados):

Privilégio. É um direito todo seu ao se tornar membro do grupo de proprietários do Passat.

Ter um Passat é procurar para você próprio um mundo mais bonito.

Observe o design. As linhas. A concepção sofisticada. Nada popular!

As pessoas admiram o Passat, ao mesmo tempo que admiram você, dirigindo o Passat. Exclusivo!<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> Carta de Sítia Socorro G. de Castro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L018 DATA: 24/02/86 FORMUL: 447 DV: 7 TIPO: 14 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>107</sup> Carta de Jan Clésio Sousa Pires à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L208 DATA: 03/03/86 FORMUL: 176 DV: 6 TIPO: 10 02/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>108</sup> Anúncio publicitário da Volkswagen. *Revista Veja*. São Paulo, 16 mai. 1979, pp. 16, 17. [sem grifos no original]

Os efeitos da crise eram ainda mais nefastos devido à ausência de um sistema de proteção social. Ela assevera que a gravidade da situação era ainda mais acentuada porque não havia programas como seguro-desemprego, de assistência alimentar, auxílios para menores dependentes por parte do governo. Adicione-se a isso o fato de que os desempregados perdiam direitos aos benefícios dos sindicatos após um ano sem emprego, o que, na prática lhes impedia o acesso à assistência médica e odontológica sindical, bem como à assistência médica – mesmo que precária – do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), “criando-se uma situação de crise social que vai se tornando explosiva”.<sup>109</sup>

## **1.2. A experiência com a política partidária**

A experiência política proporcionada pela militância emedebista e, posteriormente, de outras agremiações políticas, não deve ser menosprezada, pois integrou o rol de elementos que concorreram para a criação das classes populares. Em razão disto, são necessários alguns registros da mesma, ainda que nem sempre apareçam as pessoas comuns nestes *flashes*. E isto é relevante, porque – lembremos – a experiência da política (como outras) não vivencia apenas quando se está pessoalmente participando dos atos políticos. Neste sentido, temos que ter em mente que, mesmo que um número um tanto reduzido de pessoas estivesse em militância política, não podemos desprezar o efeito que comícios, discursos, reportagens, propaganda eleitoral, denúncias, coros, eleições etc., podiam ter sobre uma população que vivia uma condição socioeconômica tão precária. Se nem sempre havia experiência direta, é certo que no âmbito da família, da comunidade e, talvez mais importante, através dos meios de comunicação, as pessoas tinham acesso a esses elementos. Somados às suas outras experiências sociais excludentes, não surpreende ao analista o crescimento cada vez maior das oposições nas eleições de 1974, 1978 e 1982.

Inúmeros registros pesquisados indicam que, em meados dos anos 1980, as classes populares se encontravam, em grande medida, envolvidas com questões políticas. Contudo, é preciso recuperar a dimensão processual da cultura política das classes populares, sem a qual se corre o risco de apagar um rico quadro de luta política realizada cotidianamente por indivíduos e organizações que, desde os anos 1970, escolheram o espinhoso caminho de ser oposição no Brasil. O referido processo diz respeito à construção da unidade popular, que também passou pela política partidária.

---

<sup>109</sup> ALVES, op. cit., p. 293.

Não raro, a questão política partidária no Brasil dos anos 1970 é menosprezada por historiadores e outros cientistas sociais em função da oposição oficial ter sido consentida pelo regime ditatorial. Embora estudos recentes venham jogando luz sobre o assunto, o senso comum ainda opera noções simplistas de que o MDB era o “partido do sim”, enquanto a Arena era o “partido do sim, senhor”.<sup>110</sup> Em que pese essas noções, esta pesquisa, na medida em que reflete acerca da participação popular nos anos 1980, precisa considerar todos os elementos que concorreram para a formação das classes populares, sem a qual tal participação não teria assumido a magnitude que exibiu naqueles anos.

Ainda que o leitor seja orientado pelas noções supra, de que o MDB fora criado no interior da estrutura política concebida pela ditadura, e que, portanto, pelo vício de origem, não tinha condições de atuar de forma autônoma e legítima pelas (e com) as classes populares, cabe ao historiador se ater ao que as fontes falam, quando inquiridas. Neste caso, cabe recuperar o papel de formador de consciência política operado pela militância do MDB (e no MDB), a despeito dos reais problemas de origem. Não tivesse tido importância, não teríamos, em meados da década de 1980, pessoas como José Antônio Brehm, morador de Dom Aquino (MT), casado, 30 a 39 anos, Superior completo, de 5 a 10 salários, lembrando dos “bons tempos do MDB”, em carta à Constituinte. E sua carta, dirigida a um deputado constituinte peemedebista, Brehm faz questão de lembrar que no passado o deputado defendia ideias diferentes das atuais.<sup>111</sup> Como a carta acima, há muitos registros de pessoas que valorizaram a atuação do MDB, como Klebes Barbosa de Oliveira, morador de Uberaba (MG), casado, 40 a 49 anos, Superior completo, mais de 20 salários. Em carta a Ulysses Guimarães, Oliveira condenou a atuação do PMDB, comparando-o com seu antecessor.

Fui o primeiro - não sei se V. Ex, se lembra - a enviar mensagem para o senhor não extinguir o MDB. E, mais, que nós - o povo - iríamos construir um novo MDB, pelo voto. No entanto, data vênha, o PMDB não está correspondendo ao anseio do povo. O povo está consciente de que tem que construir - novamente - lá debaixo, um novo partido, do povo e para o povo.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999, p. 118. Apud GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Nacional Libertadora (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 30.

<sup>111</sup> Carta de José Antônio Brehm à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L122 DATA: 22/02/86 FORMUL: 557 DV: 0 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>112</sup> Carta de Klebes Barbosa de Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C007 DATA: 27/04/86 FORMUL: 165 DV: 6 TIPO: 14 23/07/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

João Luiz Fernandes, morador de Mamboré (PR), se apresentou como “fundador do MDB e de PMDB” que estava “na luta a mais de 20 anos”. Em sua carta, na qual disse ter “esperança que muita coisa vai mudar se Deus quiser”, evidencia inteira filiação às causas populares, como se pode depreender pelas reivindicações que seguem:

Emprego para nossa gente, reforma agrária urgente, estudo gratuito nas faculdades. Hoje só rico pode estudar. Vergonhosamente no Brasil 40% da população passam fome, fazer com que isto seja amenizados. Juros mais baratos, os Bancos estão ganhando o, que eles querem, precisa dar um basta isso. Moradia para o pobre, e condições para que eles possam pagar o hospitais, saúde, remédios. O INPS é uma vergonha, hoje não atende o miserável paga e não e atendido. Condição para a agricultura poder plantar com preços justos, até hoje quando o lavrador colhe não tem preço, quando ele vende aí sobe o preço depois que está nas mãos das multi-nacionais. (...) Melhorar também o salário para que as famílias brasileiras possa comer dignas de um ser humano.<sup>113</sup>

Tendo em vista esta realidade evidenciada pelas fontes, impôs-se a necessidade de recuperar aspectos da experiência política partidária que agiram como formadores da cultura política popular, ao lado de outras experiências. Daí a opção por abordar a anticandidatura de 1973, e as eleições de 1974, 1978 e 1982, haja vista terem sido momentos em que a cobertura feita pela imprensa, e própria mobilização política, fizeram com que milhões de brasileiros tivessem contato com a política.

No que tange às eleições de 1974, pode-se afirmar que, além das péssimas condições de vida da população, fatores de ordem política influíram no resultado das mesmas. Como se sabe, a organização bipartidária engendrada pelo governo em 1965 passou a adquirir um caráter plebiscitário à medida que a ditadura prosseguia sem dar resposta efetiva aos problemas que afirmara que resolveria. Nesse ínterim, em meio a uma insatisfação ainda muda pela severa repressão, a oposição consentida reunida no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) aproveitou uma das brechas da legislação eleitoral para realizar a campanha para concorrer à Presidência da República pelo colégio eleitoral.<sup>114</sup>

Iniciada em 23 de setembro de 1973, e tendo Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho como candidatos a presidente e vice-presidente, respectivamente, a campanha garantiu ao partido 90 dias de exposição na imprensa. Em discurso na convenção do MDB, Guimarães enuncia o famoso discurso da anticandidatura:

---

<sup>113</sup> Carta de João Luiz Fernandes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C001 DATA: 18/05/86 FORMUL: 010 DV: 5 TIPO: 10 05/08/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>114</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 25.

Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas no *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.<sup>115</sup>

Marcada por comícios, reuniões públicas e passeatas ocorridos em todo o país, a campanha do MDB converteu-se na primeira grande oportunidade para a oposição dirigir-se à população. Apesar de não redundar na eleição de Ulysses Guimarães – uma vez que a eleição fora indireta –, a campanha foi exitosa para a oposição reunida no partido. Sua importância residiu no fato de “evidenciar a ilegitimidade do colégio eleitoral”, ao mesmo tempo em que fez “renovar esperanças e diminuir o medo e o isolamento paralisantes causados pela repressão”.<sup>116</sup> Tendo como *slogan* a frase de Fernando Pessoa “Navegar é preciso: Viver não é preciso”, a campanha emedebista acabou contribuindo decisivamente para a imprensa buscar formas de driblar a censura.<sup>117</sup> No que diz respeito à exposição da oposição na imprensa, houve um aumento de 3.500% dos espaços dedicados à oposição nos diversos jornais e revistas, o que contribuiu para melhorar o desempenho do partido nas eleições do ano seguinte, nas quais grande parte do eleitorado votou contra a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo.<sup>118</sup>

Em 1974, o MDB, com pleno acesso ao rádio e à televisão, soube captar (e capitalizar) muito bem o descontentamento popular promovendo intensos debates sobre os problemas do país. Embora no início os próprios membros do partido achassem que fariam somente os senadores da Guanabara, Rio Grande do Sul e São Paulo, e que teriam dificuldades em se organizar, as coisas começaram a mudar a partir dos acalorados debates entre Paulo Brossard (MDB) e Nestor Jost (ARENA), no Rio Grande do Sul. O debate entre eles, na televisão, marcado para agosto, foi acompanhado por muito interesse não somente pelos gaúchos, mas também pelos membros da oposição em todo o país. A partir daí, percebeu-se o quanto os meios de comunicação tinham o potencial de fazer com que o partido pudesse estabelecer diálogo com o eleitorado.<sup>119</sup> Tal diálogo foi facilitado por “comícios livres de pressões, o rádio e a televisão que esparramam a voz e a imagem de

---

<sup>115</sup> ALVES, op. cit., pp. 179, 180.

<sup>116</sup> ALVES, op. cit., p. 180.

<sup>117</sup> “Oposição. Uma necessidade nacional”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 set. 1973, pp. 22-26.

<sup>118</sup> ALVES, op. cit., pp. 180, 181.

<sup>119</sup> ALVES, op. cit., pp. 187, 188.

seus pregadores por quase todo o país, tornando praticamente compulsória assuntos habitualmente banidos pelo rótulo da inconveniência”.<sup>120</sup>

Assim, os candidatos adquiriram uma postura mais agressiva na denúncia da realidade existente. Concentrando-se temas ligados à injustiça social, à repressão, e ao arrocho salarial, o partido viu crescer enormemente o número de militantes voluntários, bem como o apoio popular. À guisa de exemplo, a campanha na televisão em Recife (PE) foi feita ao som de “Morte e Vida Severina”, de Chico Buarque de Holanda, enquanto passavam imagens de trabalhadores no corte da cana-de-açúcar e era mostrado um letreiro em que se lia: “Um dia de trabalho na zona da mata vale 8 cruzeiros, 1 quilo de charque custa 26, mais de três dias de trabalho”.<sup>121</sup> Em Minas Gerais, os telespectadores ouviram do candidato Jair Negrão de Lima o seguinte: “Vejam o que pode comprar um trabalhador de salário mínimo com um dia de suor: uma dúzia e meia de mexericas, ou um quilo e meio de frango, ou cinco abacaxis...”<sup>122</sup> Seja porque que acreditaram na proposta emedebista simbolizada pelo *slogan* “Enquanto houver um homem vivo, haverá esperança”,<sup>123</sup> seja porque entenderam que votar no MDB seria uma forma de protesto contra o governo, o que importa é que milhões de pessoas – muitas delas com baixa instrução e renda – deram uma clara demonstração de que eram capazes de fazer uma leitura crítica do quadro socioeconômico e político, votando na oposição.

Os números das eleições foram amplamente favoráveis à oposição, que obteve no Senado sua vitória mais estrondosa, com 16 cadeiras em 22, e 14,5 milhões de votos a favor e 10 milhões contra. Comparando os pleitos de 1970 e 1974, vemos que os votos válidos para a ARENA caíram de 61,4% para 41% no Senado, de 69,4% para 51,9% na Câmara Federal e 69,8% para 52% nas assembleias estaduais.<sup>124</sup> Esses resultados evidenciam o quanto o processo eleitoral atraiu a atenção dos diversos segmentos populares convencidos de que ir as urnas significava, de alguma forma, a possibilidade de dizer não ao regime que, àquela altura – e como se já não bastasse – tinha sua desgastada imagem ainda mais vilipendiada com as epidemias de meningite que custaram as vidas de milhares de brasileiros no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.<sup>125</sup> Os números eleitorais evidenciam que, ao menos, cerca de metade dos eleitores já em 1974

---

<sup>120</sup> “Eleições. A oposição na hora de falar”. *Revista Veja*. São Paulo, 16 out. 1974, p. 23.

<sup>121</sup> “Eleições. Procuram-se eleitores, vivos”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 set. 1974, p. 23.

<sup>122</sup> “Eleições. A oposição na hora de falar”. *Revista Veja*. São Paulo, 16 out. 1974, p. 24.

<sup>123</sup> ALVES, op. cit., p. 188.

<sup>124</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 26; ALVES, op. cit., p. 189.

<sup>125</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 27.

estava contra o regime militar, o que pode indicar que provavelmente a mesma proporção da população tivesse opinião semelhante.

O ano de 1976 fora muito agitado também em função das eleições municipais. Temendo um revés eleitoral, o regime decretou o fim da liberdade no horário gratuito no rádio e na televisão, a fim de evitar que a oposição avançasse ainda mais que em 1974.<sup>126</sup> O Decreto-Lei nº 6.639, conhecido como Lei Falcão, sobrenome do ministro da Justiça, “determinava que durante as campanhas para as eleições municipais os partidos limitar-se-iam apresentar no rádio e na televisão, seu nome, o número e o currículo dos candidatos, com uma fotografia destes, no caso da televisão”.<sup>127</sup> Embora a ARENA tenha vencido as eleições, obtendo 15,2 milhões de votos contra 12,7 milhões do MDB,<sup>128</sup> a quantidade de votos nulos e brancos – que Bernardo Kucinski classifica como de protesto – dobrou de tamanho, para espantosos 6,1 milhões.<sup>129</sup> Ainda assim, o MDB passou a ocupar parte significativa dos executivos municipais.<sup>130</sup>

Pelos cálculos do governo, as mudanças nas regras da propaganda eleitoral urdidas pelo ministro Armando Falcão ainda não seriam suficientes para garantir o êxito da ARENA nas eleições de 1978. Nela, estavam em disputa através de eleições diretas as assembleias estaduais, a Câmara dos Deputados e 2/3 do Senado. Tendo em vista que as duas casas do legislativo federal seriam responsáveis pela eleição do substituto de Ernesto Geisel, o governo promoveu uma “intervenção agressiva e pragmática das regras do jogo do sistema eleitoral”.<sup>131</sup> Usando como pretexto o bloqueio do MDB a uma reforma do judiciário proposta pelo governo, este se utiliza do AI-5 e fecha o Congresso Nacional por uma quinzena. Em 12 dias engendra o conhecido “Pacote de Abril”.<sup>132</sup> Imposto ao país por decreto presidencial, o pacote foi o instrumento que garantiu ao governo a manutenção da maioria no Congresso Nacional e em muitos legislativos estaduais, ainda que por margens apertadas.

---

<sup>126</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 38.

<sup>127</sup> ALVES, op. cit., p. 190.

<sup>128</sup> ALVES, op. cit., p. 191.

<sup>129</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 38.

<sup>130</sup> COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 200.

<sup>131</sup> COUTO, op. cit., 1999, p. 201.

<sup>132</sup> Para detalhes do Pacote de Abril vide ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, pp. 192-196; COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 202, 203; GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 364-366; KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 44-48.

De vez em quando, é bom ressaltar a importância dos meios de comunicação na disseminação de mensagens contra a ditadura. Que isso ocorria de maneira mais ou menos sutil já foi sugerido anteriormente. Em algumas ocasiões, a mensagem era direta. E alcançava a milhões de brasileiros ao mesmo tempo. Uma das vezes foi em junho de 1977. Na ocasião, o MDB organizou um programa nacional de rádio e televisão em que quatro dos principais líderes do partido – Ulysses Guimarães, presidente do MDB, Alencar Furtado, líder na Câmara, Franco Montoro, deputado por São Paulo e Alceu Collares, deputado pelo Rio Grande do Sul – teceram pesadas críticas ao governo quanto ao modelo de desenvolvimento, às condições de vida e trabalho, ao Pacote de Abril e à política econômica. Pesquisa realizada no dia seguinte revelou que de 21 milhões de pessoas assistiram ao programa e 69% delas manifestaram total apoio aos pontos de vista do MDB,<sup>133</sup> o que indica o grau de oposição dos brasileiros à ditadura no período. Afinal, as experiências cotidianas da população lhes permitiam entender muito bem palavras como as de Ulysses Guimarães: “O AI-5 é forte para cassar mandatos conferidos pelo povo, mas é fraco para cassar a inflação que flagela o povo”.<sup>134</sup> O governo não deixaria impune a ousadia emedebista. O programa custou o mandato do líder Alencar Furtado (MDB-PR), punido exemplarmente por palavras como essas, ouvidas por milhões de pessoas que, em sua maioria, concordavam com o que foi dito:

Sempre defendemos os direitos humanos. Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, prisões injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana, para que não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos – quem sabe? – mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvam com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.<sup>135</sup>

A raivosa reação do governo não freou o ímpeto do partido, que passou a buscar outras formas de alcançar o povo, já que em outubro de 1977 o ato complementar nº 104 cassou o direito do MDB de utilizar o rádio e a televisão.<sup>136</sup> A solução encontrada pelo partido foi estreitar seus laços com os movimentos sociais, para os quais a perseguição movida pela ditadura ao MDB garantia a este mais credibilidade. Segundo Alves,

em quase todos os estados, a campanha do partido de oposição foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição da sociedade civil: estudantes, organizadores sindicais, militantes partidários, ativistas sociais da

---

<sup>133</sup> ALVES, op. cit., p. 196.

<sup>134</sup> GASPARI, op. cit., p. 425.

<sup>135</sup> GASPARI, op. cit., p. 425.

<sup>136</sup> ALVES, op. cit., p. 197.

Igreja e membros dos movimentos pela anistia política, os direitos das mulheres e dos negros.<sup>137</sup>

O desempenho do MDB foi tão positivo ou até melhor do que em 1974, mas as regras impostas pelo Pacote de Abril diminuíram a representatividade do voto na oposição. Para se ter uma ideia, o MDB obteve 17,5 milhões de votos para o Senado, contra 13,2 milhões da ARENA. Contudo, esta conseguiu 36 cadeiras, ao passo que o MDB apenas 9 cadeiras.<sup>138</sup> O resultado das urnas em 1978 refletiu “apenas em parte o aprofundamento do processo de conscientização da sociedade brasileira”, e isto porque, pôde-se perceber “melhor a virada da opinião pública, o grau de radicalização do protesto, pela nova composição das bancadas do MDB na Câmara Federal e nos estados”. O grupo autêntico, composto “pelos ativistas políticos diretamente ligados a movimentos populares, a partidos ou agrupamentos políticos clandestinos, que passou a ter cerca de noventa deputados na Câmara Federal”.<sup>139</sup>

O governo fez questão de afirmar que a Arena havia vencido as eleições. Uma foto na capa do *Jornal do Brasil*, na qual figurava o Cel. Rubem Ludwig, porta-voz do governo, exibindo uma folha na qual se viam os números dos dois partidos, parecia confirmar a vitória arenista; no entanto, logo abaixo, o jornal exibia um *box* em que se lia “Eleição majoritária – 22 Estados”, e, abaixo, em letras garrafais: “Arena.....10012435” e, após este, “MDB.....15179673”. Desta forma, a imprensa contribuía para informar ao leitor que não era exatamente uma vitória arenista, pois a maioria dos brasileiros votou na oposição.<sup>140</sup>

A menção a esse arranjo nada fortuito das notícias na capa do *Jornal do Brasil* remete a uma reflexão sobre o papel da grande imprensa (e outros meios de comunicação) no período. Ela participa ativamente das lutas sociais. De um modo geral, a forma que veículos como *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *Veja* escolhem “informar” é mais simpática às lutas populares que o contrário, e isso tem um efeito que não pode ser desprezado quando analisamos a progressiva formação de uma opinião contrária à ditadura, que se generaliza com o passar do tempo. O governo percebera o potencial destrutivo da imprensa para consigo, tanto que, através de seu porta-voz, afirmou que havia “uma máquina de sedução montada com um volume de notícias diárias nos jornais

---

<sup>137</sup> ALVES, op. cit., p. 197.

<sup>138</sup> ALVES, op. cit., p. 197, 200.

<sup>139</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 73.

<sup>140</sup> “Eleição majoritária”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 nov. 1978, capa.

contrárias ao Governo e contra as ações dos homens do governo, que não seria ousadia de minha parte chamá-las de pressão psicológica”.<sup>141</sup> A enorme quantidade de notícias contra o governo – a tal “pressão psicológica” – tinha efeito? Decerto que sim, haja vista que toda a imprensa escrita atingia cerca de 20 milhões de pessoas, enquanto a televisão 45 milhões e o rádio 85 milhões (o que explica a proibição do MDB utilizar os dois últimos veículos).<sup>142</sup>

Ao que parece, os esforços do partido fizeram com que o mesmo fosse identificado como um porta-voz dos interesses do povo por muitos membros das classes populares durante muito tempo (inclusive após a mudança para PMDB). Provavelmente por isso, Sebastião Cunha, de Pires do Rio (GO), casado, 2º grau completo, 30 a 39 anos, entre 1 e 2 salários mínimos, quase uma década depois tenha escrito à Constituinte: “Eu como um cidadão brasileiro, como o homem partidário que sou, que sinto o meu país, o meu PMDB, uma tradição de família, estou disposto a me empenhar no que puder para o bem estar do nosso partido, do nosso povo brasileiro”. Antes que algum leitor mais ingênuo procure condenar o cidadão goiano recorrendo à cantilena das massas ignóbeis manipuladas ou coisa semelhante, veja que Sebastião Cunha tinha posição muito crítica ao governo do seu partido em 1986: “Quando nós brasileiros ouvimos falar em Nova República sentíamos uma sensação de mudança. E nada está acontecendo, tudo está a mesma coisa, ou talvez pior”.<sup>143</sup> Isso deve nos advertir que as pessoas nem sempre estão desprovidas de capacidade de refletir, em maior ou menor grau, sobre as coisas que estão no seu entorno. Por outro lado, indivíduos e grupos avaliam de acordo com os dados que dispõem, bem como de acordo com outras variáveis, como instrução, lugar social, profissão etc.

À luz das experiências de diversos governos do PMDB (e de sua atuação parlamentar) desde 1982, o leitor mais crítico talvez menospreze a militância política (ou simpatia) dos peemedebistas. Contudo, não podemos perder o foco: até meados da década de 1980 não era claro para o conjunto das classes populares que o partido estava em processo de converter em coisa distinta do que apregoava seu programa original.<sup>144</sup> Diante

---

<sup>141</sup> “Governo atribui à imprensa votos do MDB”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 nov. 1978, p. 3.

<sup>142</sup> ALVES, op. cit., p. 214.

<sup>143</sup> Carta de Sebastião Cunha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L305 DATA: 22/02/86 FORMUL: 121 DV: 7 TIPO: 13 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>144</sup> Em sua III Convenção Nacional, o MDB aprovou um documento no qual se propunha a ser “um partido de transformação social”; de “transformação de estruturas” e de “transformação de estilo da ação política”. Logo no início do documento defende a reforma agrária como “uma imposição de justiça”, defende a anistia total, repudia a interferência de estrangeiros nos rumos do país (“sem quebra de solidariedade com todos os

disto, é muito útil nos atermos à Thompson, para quem “é necessário fazer uma pausa, de tempos em tempos, para lembrar que o modo como as pessoas conceberam o seu tempo não é necessariamente o modo como ocorreram os acontecimentos à época”.<sup>145</sup>

A confiança de Cunha no partido que se dizia herdeiro do MDB e protagonista na luta contra a ditadura não era fato isolado. Ou alguém ignora que as crescentes vitórias eleitorais do MDB/PMDB se deveram a quê? Independentemente de questões objetivas, é fato que milhões de brasileiros acreditaram que as propostas do partido eram a favor do povo.

Luiz Galdino dos Santos foi outro destes. Morador de Santana do Jacaré (MG), casado, Superior completo, 40 a 49, 2 a 3 salários, Santos demonstra afeição ao PMDB, ao falar que o seu município era governado pelo partido: “A nossa administração é de um partido muito querido, o PMDB”... Entretanto, o missivista não poupou críticas ao mesmo, o que remete à questão de que a simpatia, a fidelidade e a militância ao partido não era acrílica: “Precisamos salvar o nosso partido. Em Santana do Jacaré, o PMDB está sendo sujado pelo seu representante. Pedimos socorro. pelo amor de Deus nossa cidade está sendo roubada barbaramente”.<sup>146</sup> O discurso do PMDB e sua atuação em comunidades às vezes guardava semelhanças com as do Partido dos Trabalhadores (PT), dependendo da região. Embora isso não tenha se fixado na memória social, um trabalho de História deve recuperar o que ocorrera à época. Assim, se formos fieis aos registros, compreenderemos porque o jovem morador da zona rural Lázaro Nunes da Silva, casado, 20 a 24 anos, até 1 salário mínimo, morador de Tubarão (SC), afirmou que morava “num bairro de 7.000 pessoas” e que à época participava “do conselho do conselho comunitário, e de reuniões como do PMDB e do PT”.<sup>147</sup> Jorge Luiz Viana Pimenta, de Nova Iguaçu (RJ), 22 anos, 2º

---

irmãos da América”), denuncia os acordos MEC-USAID e se diz certo de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, exige eleições diretas para todos os cargos e níveis, propõe nova lei sobre remessa de lucros, entre outras coisas. Vide: CHACON, Valmireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e praxis dos seus programas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 499, 500, 508. Os mais atentos perceberão que se trata de bandeiras que partidos e grupos mais à esquerda empunhavam desde, pelo menos, os anos 1940. Inequivocamente, eram bandeiras populares que figuravam nos discursos e em muitas manifestações públicas do partido. É fato que sensibilizaram milhões de pessoas.

<sup>145</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 213.

<sup>146</sup> Carta de Luiz Galdino dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 069 DV: 8 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>147</sup> Carta de Lázaro Nunes da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 171 DV: 7 TIPO: 30 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

grau incompleto, casado, sem renda, também se envolvia com militância política e achava que o PMDB era o seu lugar para atuar na política:

Gostaria de poder nós encontrar para poder colocar ideias jovens. Sou um grande admirador. Sinto uma vontade de participar da política do meu país, especialmente pelo PMDB. Tenho 22 anos, já organizei vários debates entre amigos e grupos estudantil. meus amigos sempre me pedem para mim candidatar.<sup>148</sup>

José Romão da Silva, vice-presidente do Diretório do PMDB no pequeno município de Socorro do Piauí (PI), mais de 59, casado, declarado analfabeto, até 1 salário mínimo também resolveu enviar suas sugestões (além de militar em sua cidade). Ele pede aos constituintes “mais oportunidade para os agricultores e operários de um modo geral”, bem como aumento de salário, contenção da inflação e valorização do magistério.<sup>149</sup> Sérgio Rebola, casado, 30 a 39 anos, Superior incompleto, morador de Navirai (MS), encaminhou carta a Ulysses Guimarães (PMDB-SP), na qual saudava o “nosso PMDB”. Pelo teor de sua carta, acreditava que o partido pudesse transformar o país:

Peço ao ilustre deputado, que sejam dados, na Nova Constituição os direitos humanos ao povo brasileiro, principalmente aos pobres e oprimidos pelo sofrimento de 20 anos que tivemos. Espero receber mais informações sobre a Constituinte do ilustre deputado. Espero um dia saudá-lo pelo que fizer. Viva o Brasil. Viva a nova Constituição. Viva o nosso PMDB.<sup>150</sup>

O MDB/PMDB foi muito beneficiado pela exposição midiática, como dito anteriormente. Desde 1973, quando os espaços nos meios de comunicação foram ampliados em mais de 3.000%, o partido ascendeu gradativamente ao posto de principal força contrária à ditadura. E isto nos ajuda a entender a permanência do PMDB na preferência popular até meados dos anos 1980 (claro que não ignorando o poderoso cabo eleitoral Cruzado). Houve muitas mensagens diretas ou indiretas favoráveis ao partido, evidenciando à população o caráter de oposição a uma ditadura que vinha tendo progressiva reprovção popular. Vejamos alguns exemplos. “A noite da Oposição” foi a manchete em letras garrafais do jornal *Folha de S. Paulo* que foi às bancas em 28 de junho

---

<sup>148</sup> Carta de Jorge Luiz Viana Pimenta à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L023 DATA: 20/02/86 FORMUL: 541 DV: 9 TIPO: 30 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>149</sup> Carta de José Romão da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L029 DATA: 20/02/86 FORMUL: 690 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>150</sup> Carta de Sérgio Rebola à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L030 DATA: 21/02/86 FORMUL: 738 DV: 1 TIPO: 15 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

de 1977, no dia seguinte ao programa do MDB em cadeia nacional de rádio e televisão. Na mesma capa, aparecem as fotografias do deputado Ulysses Guimarães (MDB-SP), do senador Franco Montoro (MDB-SP) e do deputado Alencar Furtado (MDB-PR). Logo abaixo, registros de suas intervenções, respectivamente: “O AI-5 é forte para cassar mandatos, mas não é forte para cassar a inflação que intranqüiliza a todos”; “Um exemplo bom para o Brasil é a Europa: a Espanha, que se democratizou sem traumatismos”; “O Governo confisca os lucros do produtor, comprime os salários e injeta bilhões em financeiras falidas”.<sup>151</sup> No interior do jornal, uma das matérias traz depoimentos de intelectuais, jornalistas, políticos, artistas e trabalhadores sobre o programa do MDB, sempre com opiniões favoráveis a este e contrárias ao governo. O sociólogo Otávio Ianni deu o seguinte depoimento:

As múltiplas e crescentes manifestações políticas de operários, empregados, estudantes, intelectuais e outros grupos na cidade e no campo, mostram que a sociedade brasileira já não suporta mais o regime autocrático que se impôs à Nação.

Esse regime – diz o prof. Ianni – reprime e proíbe todos os que lutam contra a exploração de operários, empregados e outros assalariados na cidade e no campo. A sua política cultural é do obscurantismo, da proibição e da censura.<sup>152</sup>

No discurso do sociólogo deve ser observado pelo menos um aspecto que faz do mesmo um discurso representativo do pensamento das classes populares que então se encontravam no processo de formação de uma identidade comum: a leitura classista da realidade social, que colocava em oposição o campo dos oprimidos de forma bem demarcada – “operários, empregados, estudantes, intelectuais e outros grupos na cidade e no campo” – ao mesmo tempo em que o termo “nação” é empregado como elemento aglutinador dos oprimidos em oposição ao opressor. Em síntese, a nação é a reunião dos oprimidos, é o povo. O “regime autocrático”, por sua vez, não faz parte da nação, e isto aparece de forma cada vez mais clara ao longo dos anos. Trata-se de uma das marcas da longa década de 1980, que permanece mesmo após a queda da ditadura, ocasião em que são eleitos outros inimigos.

Vejamos que o aspecto acima destacado fez parte do enfático discurso de Ulysses Guimarães no programa do MDB – a nação de um lado, a ditadura do outro:

A Nação não elege o presidente da República, os governadores, os prefeitos das capitais e de centenas de municípios. Em cada Estado, não se elegera, em 1978, um dos senadores.

(...)

Se a Nação não é consultada, como poderá ser atendida?

(...)

<sup>151</sup> “A noite da Oposição”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 jun. 1977, capa.

<sup>152</sup> “As primeiras reações são favoráveis aos emedebistas”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 5.

Fechar as urnas é tapar a boca da Nação. Se o povo politicamente não pode falar, como poderá anunciar o nome de seus mandatários? Como poderá clamar pela falta de pão, teto, saúde e educação?

(...)

... A segurança do Estado não pode ser a insegurança da Nação e a grandeza do homem é mais importante do a grandeza do Estado.

(...)

A Igreja, a imprensa independente e sua intemorada associação, os estudantes, os advogados do Brasil, pela sua Ordem secular, a inteligência nacional, pela voz e pela atitude das universidades, dos escritores, dos artistas, da música, do teatro, da pintura, os líderes empresariais com coragem para defender a classe e não com medo de prejudicar seus interesses, em síntese, milhares de homens, mulheres, jovens e instituições representativas do espírito e da força da Nação diariamente manifestam suas necessidades, seu descontentamento e seu desespero.

(...)

O mal que desespera a Nação tem um só diagnóstico – a ausência de democracia – e uma só cura: o restabelecimento da democracia.<sup>153</sup>

É razoável admitir que pessoas instruídas como Ianni e Guimarães talvez não utilizassem o termo nação associado ao sentimento nacional da forma como foi sugerido neste trabalho. Talvez. Mas, o que dizer dos milhões que “participaram” do programa pela TV ou pelo rádio? Não seria razoável admitir que, para a grande maioria destes, a retórica da nação em oposição à ditadura vai se tornando um elemento formador de identidade que é facilmente assimilável nos termos do nós *versus* eles?

O modo como o jornal arranja os argumentos e as falas e das diversas posições sociais dos entrevistados sugere que há uma espécie de frente contra o governo. Independentemente de o jornal desejar instilar esta percepção em seus leitores (o que é fato), neste trabalho nos interessa mais indagarmos se ele deseja criar algo que não existe ou se já existia, e, neste caso, a ação do jornal servia como reforço do processo social de constituição uma identidade comum (que, ressalte-se, não estava sob o controle de nenhum ator social especificamente). A pesquisa aponta para o fato de que o processo estava em curso, e que, nestes casos, a grande imprensa acabava reforçando lutas sociais, embora não de forma ingênua. A entrevista da dramaturga Janete Clair oferece um elemento para pensarmos a atuação da imprensa no interior das disputas políticas:

Fiquei tão emocionada, pois já fazia muito tempo que não ouvia tantas verdades. (...) Imaginem a que ponto chegamos: um fato que deveria ser corriqueiro, banal, isto é, o uso dos meios de comunicação pelos partidos políticos, se constituiu hoje num acontecimento. Esperemos que chegue o dia em que isso seja encarado não como algo inusitado mas como norma, como parte do direito indiscutível do povo ser informado e do dever do partido de prestar contas a seus eleitores. Ouvi aquilo que a gente tem vontade de dizer.

---

<sup>153</sup> “Ulisses: ‘A Nação não é consultada’”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 4.

Até aqui, vemos mais um depoimento de alguém que repudiava a ditadura e defendia o retorno a democracia. Mas, como sabemos que as pessoas dão seus depoimentos mas eles não são aproveitados integralmente, isto é, há uma escolha do que realmente irá integrar a matéria, é elucidativo que a frase final da popular novelista tenha sido esta: “Gostei muito do discurso do Franco Montoro”.<sup>154</sup> Curiosamente, o discurso de Montoro, ainda que claramente oposicionista, foi o menos “radical” de todos.

Para deixar claro que a aprovação ao programa emedebista fora geral, o jornal traz a fala de trabalhadores. De acordo com a *Folha*, opiniões recolhidas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília demonstravam que a fala do deputado Alceu Collares (MDB-RS) fora tida como a mais positiva, porque ele enfocou com “linguagem mais objetiva o problema social do assalariado”.<sup>155</sup> O pedreiro Geraldo de Oliveira, chefe de uma família com oito membros, havia assistido ao programa ao lado de sua esposa, da filha mais velha e do futuro genro. Para Oliveira, “tudo o que foi dito é uma realidade e é o que nós estamos vivendo”. Ele também disse sentir em sua própria pele o alto custo de vida, e apostava na retomada da democracia para a solução dos problemas do país: “A única maneira do povo falar é através do voto livre, quando a gente diz o nosso descontentamento; as coisas podem melhorar se o povo escolher os governantes”.<sup>156</sup>

De acordo com a reportagem, o silêncio foi quebrado poucas vezes. As vezes que a reportagem resolveu registrar foram aquelas que envolviam a fala do senador paulista Franco Montoro. Ao afirmar que no Brasil a diferença entre o menor e o maior salário chegava a 100 vezes, a dona de casa Raquel Margarida de Oliveira teria dito um agudo “minha nossa”, ao passo que o genro dissera um “tá louco”. De todo modo, apesar das possíveis escolhas (e dos interesses) do jornal, o fato é que o veículo arrolara experiências populares que durante mais de uma década compuseram o cotidiano das classes populares, como podemos ver no registro da fala de Raquel de Oliveira: “Falo como mãe de seis filhos e acho que o que eles disseram está certo, porque quando vou às compras o orçamento de um mês não dá para o mês seguinte”.<sup>157</sup>

“Aparições” como estas, no geral bastante favoráveis a posições populares, eram muito comuns em diversos veículos da grande imprensa. De diferentes formas, sugeriam ao leitor (do assíduo ao eventual, incluindo o leitor das capas nas bancas) que o MDB

---

<sup>154</sup> “As primeiras reações são favoráveis aos emedebistas”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 5.

<sup>155</sup> “As primeiras reações são favoráveis aos emedebistas”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 5.

<sup>156</sup> “Trabalhador concorda com a mensagem”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 5.

<sup>157</sup> “Trabalhador concorda com a mensagem”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 5.

estava à frente das lutas no interesse das classes populares, da “nação”. A cassação do líder do partido, deputado Alencar Furtado (MDB-PR), cassado por Geisel em 30 de junho de 1977, se converte em uma destas situações em que fica claro quem está do lado da “nação” e quem está no polo oposto. Furtado fora cassado por suas declarações no aludido programa emedebista para servir de exemplo aos demais correligionários. Ao contrário do que o governo esperava, o partido teve a coragem de se solidarizar com o ex-líder, como demonstra a capa do *Jornal do Brasil*, que traz em uma foto grande do deputado Ulysses Guimarães e a manchete: “MDB assume como seu o discurso do líder cassado”. Atos de coragem como este acabaram se sedimentando na memória social das classes populares, que, portanto tinham elementos “concretos” para afirmar em 1986-7:

Senhores parlamentares, sinto o dessabor, pois vi de perto as campanhas do extinto (MDB) e o atual (PMDB) em praças públicas. Com suas bandeiras desfraldadas, em prol da nação brasileira. E hoje está seguindo outro rumo que não parece mais o mesmo. Hoje o (PMDB) está cheio de pmdemista [udenista] que depois, arenistas, pedecistas e por último pefista [pefelista] mas tudo e todos com a mesma sela; pois já é crônica.

Esta carta de Antenor Campos Chaga, morador de Ceilândia (DF), 1º grau incompleto, casado, 40 a 49 anos, entre 1 e 2 salários, é a típica carta do simpatizante ou militante peemedebista que recorda aos parlamentares aquilo que ele leu como trajetória de lutas do partido que em meados dos anos 1980 estaria sendo perdida. Longe de apresentar-se como um partidário acríptico, Chaga disse: “Hoje me ocupo da Nova República”. A seguir fala que não quer se meter nos assuntos do presidente e dos ministros, mas se intromete mesmo assim, pois acreditava ter:

o direito de sentir e o mesmo de expor já que estamos num regime democrático. Então acho difícil este cidadão [Sarney] acostumar-se com o povão, que tanto há de gritare nas praças. Que é isso? Não digo só ele, mas sim muitos dos regimes passados que se pegaram tantos nas tetas do governo.

Não se dando por satisfeito, Antenor Chaga escreveu outra carta no mesmo dia, na qual demonstra, que, apesar de só ter cursado até a 3ª série, tinha noção do quanto a aliança PMDB-PFL na Nova República se desvirtuara daquilo que ele pensava ser as raízes do MDB/PMDB:

... Será, nosso Deputado? Que esses homens vão fazer alguma coisa, não vejo como, pois ficaram no poder 20 anos e não fizeram nada. O que farão em 3 anos? Estes homens não têm compromisso com o presente, sim com o passado. Homens como: Antônio Carlos Magalhães, Roberto Santos, Abreu Sodré, Marcos Maciel, Jorge Bornhausen, Rafael de Almeida Magalhães, Aureliano Chaves, Ney Braga e outros mais de quem não me recordo. Aí na Câmara tem pessoas competentes para o cargo e não foram contemplados com estes cargos. Continua no poder a UDN-Arena e PDS. Não PSD; MDB e PMDB. O poder está

longe dos anseios da nação. Peço desculpa pois sou ignorante, pois fiz a 3o. série.<sup>158</sup>

No documento, fica evidente que poder e “nação” não caminham juntos. Nesta carta enviada antes do Cruzado, o governo é visto como associado aos 20 anos de ditadura, com “o passado” da “UDN-Arena”. Estrategicamente, pede que o desculpem, caso tenha se excedido, pois se trata de um “ignorante”. Embora saibamos que o missivista possa ser qualquer coisa, sabemos que não era “ignorante” no sentido que ele mesmo atribuiu. Aqui temos uma sutil estratégia de falar o que se pensa e não ser punido por isto (algo nada incomum nas cartas, haja vista a experiência extremamente recente de censura e repressão).

Um outro missivista, Virgílio Nunes Maia, casado, Superior completo, entre 30 e 39 anos, incomuns mais de 20 salários, também confessou ser um peemedebista frustrado que há mais de uma década confiava no partido e agora não via o partido defendendo o interesse do povo manifestado nas urnas:

Vá lá que se tenha um Congresso - Constituinte ou uma Constituinte-Congresso, como queira. O mais forte argumento neste sentido é o de que os deputados e senadores eleitos este ano terão mandatos expressos para agirem como constituintes. Vá lá. Mas, e os Senadores eleitos em 1982? Por acaso receberam "mandato expresso"? Claramente não ainda tangido pela Ditadura. Basta que relembre a "vinculação" imposta naquela eleição. Não pode haver, assim, argumento honesto que justifique a participação dos eleitos em 1982 na Constituinte. Mas participarão pelas Diretas Já e por Tancredo? Foi para isto que (votamos) votei 16 anos no MDB/PMDB? Sentimo-nos profundamente traídos. E tristes.<sup>159</sup>

Maia, morador de Fortaleza (CE), até “engoliria” o fato do Congresso não ser exclusivamente constituinte, mas repudiava que os eleitos sob as regras da ditadura pudessem elaborar a nova Carta. Sua fala neste documento remete a alguns aspectos muito importantes, anunciados no início deste trabalho. O primeiro é que não são apenas os pobres que integram as classes populares, haja vista que ele tinha uma renda bastante elevada. O segundo é que, apesar do fato de Diretas e “Tancredo” serem episódios distintos, que envolveram diferentes mobilizações, para a maioria dos membros das classes populares eles foram vistos como fazendo parte de um mesmo processo.

---

<sup>158</sup> Carta de Antenor Campos Chaga à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 21/02/86 FORMUL: 147 DV: 2 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>159</sup> Carta de Virgílio Nunes Maia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L110 DATA: 22/02/86 FORMUL: 231 DV: 7 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Independentemente que, para isto, tenha havido uma ativa participação dos meios de comunicação de massa, interessa agora apontarmos para o fato de que nas manifestações do Cruzado esse dado integrará as experiências das multidões. Ocorre que, como sugerido no início, as diversas experiências foram se sobrepondo e se imbricando, inibindo as diferenças entre as pessoas. Experiências como as de alguém como Virgílio Maia, que votou 16 anos no MDB/PMDB e se sentia traído e triste. Ou, como ele mesmo disse, “votamos”, lembrando que a experiência de votar no MDB/PMDB foi de grande alcance social.

Até aqui, tenho sugerido que a cobertura da grande imprensa entre meados de 1970 e meados de 1980 é mais simpática a causas populares do que o contrário. Isto não equivale, no entanto, a afirmar que ela se encontra a favor de todas as causas populares. Uma reportagem da revista *Veja* pode servir como exemplo disso. Ao comentar a vitória do MDB nas eleições majoritárias de 1978, fez questão de evidenciar que o voto foi mesmo de oposição, “mas, também, com uma coloração fortemente centrista”. O título do *box* é autoexplicativo: “Contra o governo e a favor dos centristas”.<sup>160</sup> A matéria ignorava o forte crescimento das esquerdas do MDB,<sup>161</sup> evidenciando a tática de combate cuidadoso à ditadura, marcado pela defesa de uma transição que não permitisse que o poder passasse às mãos de forças progressistas mais à esquerda.

As projeções da Arena apontavam para um cenário terrível para si, no tocante ao pleito de 1982: a continuarem as regras eleitorais como estavam, o MDB ocuparia a maioria das cadeiras do Congresso Nacional. Diante do quadro prejudicial à ditadura, porque tiraria do governo a condução do processo de abertura, o governo criou, em 1979, a Lei nº 6.767, a Nova Lei Orgânica dos Partidos. Através dessa lei, o governo extinguiu a Arena e o MDB e determinava que fossem criados outros partidos. Com isso, conseguiria – e conseguiu – dividir a oposição, que ficou fracionada em seis partidos.<sup>162</sup> Em 13 de outubro de 1980, o Congresso aprovou a emenda que restabeleceu as eleições diretas para

---

<sup>160</sup> Está posta a mesa do entendimento. O resultado das eleições deverá apressar a criação dos novos partidos. *Revista Veja*. São Paulo, 22 nov. 1978, pp. 20, 21.

<sup>161</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão dos. **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 298, 299. (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3)

<sup>162</sup> Os partidos foram: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT). Para detalhes sobre a lei nº 6.767 e conhecer as características dos novos partidos ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, pp. 269-278.

governadores de estado.<sup>163</sup> O fato de que desde 1965 não se escolhiam governadores pelo voto direto e o sentimento de que essa possibilidade de escolha poderia ser uma forma de transformar o país, fez aumentar ainda mais o envolvimento popular com a campanha de 1982, tanto que desde maio ocorreram debates no rádio e na televisão, envolvendo candidatos aos governos estaduais e ao Senado, e que trataram de “discussões políticas, apresentação de plataformas, debate de temas econômicos e sociais”.<sup>164</sup>

De acordo com Alves, a Lei Orgânica dos Partidos visava, entre outras razões, engendrar um quadro partidário que propiciasse a criação de governos civis de transição, evitando a formação de governos mais liberais ou de esquerda. Entretanto, não parece ter obtido êxito quanto a isso, uma vez que “permitiu a politização daqueles mesmos sindicatos, associações e outras organizações da sociedade civil que o General Golbery desejara ‘devolver a seus papéis formais’ e afastar da política”.<sup>165</sup> Ainda segundo a autora,

a profundidade do debate sobre as alternativas políticas e o esforço necessário à reorganização dos partidos políticos após a extinção forçada do MDB e da Arena integraram as bases à discussão, sindicatos, organizações de camponeses, associações de moradores e comunidades de base participavam cada vez mais dos debates políticos para a determinação das alternativas estratégicas e partidárias. Longe de se verem afastadas da política, portanto, essas organizações da sociedade civil integraram-se ao contexto e se politizaram, além de se envolverem efetivamente na tarefa de reorganização das estruturas partidárias.<sup>166</sup>

Ditas essas coisas, fica claro que os movimentos populares estavam envolvidos com as questões políticas (em partidos ou fora deles), ampliando seus espaços, buscando o reconhecimento como interlocutores legítimos das aspirações do povo. No quadro em questão, a política partidária aparece como uma possibilidade concreta de acesso ao – ou tomada do – poder.

Essas eleições representaram um grande aprendizado para as forças populares. Embora o PMDB ainda arregimentasse muitos movimentos sociais extremamente ativos e empregasse outras formas de ação, reflitamos agora sobre outros dois partidos com propostas mais a esquerda naquele momento, que eram o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo à frente o líder operário Luís Inácio da Silva, o Lula, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel de Moura Brizola.

---

<sup>163</sup> “Congresso vota hoje emenda que restabelece as diretas”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1980, p. 4.

<sup>164</sup> COUTO, op. cit., 1999, p. 309.

<sup>165</sup> ALVES, op. cit., p. 272.

<sup>166</sup> ALVES, op. cit., pp. 272-273.

Nascido do movimento operário envolvido nas greves de 1978, 1979 e 1980, aliado a movimentos sociais de base e a setores católicos progressistas,<sup>167</sup> o PT foi a grande novidade nas eleições de 1982, até porque era distinto de todos os outros partidos políticos “no tipo de organização e no estímulo a uma nova forma de participação política”.<sup>168</sup> O Partido dos Trabalhadores reuniu muitos “movimentos sociais, membros de associações de moradores, comunidades de base, ativistas camponeses e sindicais. Contava também com o apoio de intelectuais opositores e parte do movimento estudantil”.<sup>169</sup>

E foi exatamente a composição do partido que favoreceu a organização democrática, muito semelhante à das comunidades de base. O partido foi organizado a partir da base em núcleos que eram encarregados da organização e administração do partido. Membros escolhidos pelos núcleos formavam o diretório local e diferentes diretórios escolhiam uma coordenação regional que formava o comitê estadual. Os delegados dos diretórios frequentemente participavam de reuniões regionais e nacionais para decidir questões que interessavam a todos.<sup>170</sup> Segundo Alves, “o PT conseguiu acentuada participação dos filiados nas assembleias informais aos níveis local, estadual e nacional. O partido enfatizava a consciência crítica e a participação”.<sup>171</sup>

Dessa interação, embora, de certa forma, conflituosa, dada a existência de correntes distintas, surge um programa cujo núcleo central eram, para Lincoln Moraes de Souza, “a democracia e o socialismo como princípios e valores, e as diretrizes gerais estavam estreitamente ligadas à participação popular, inversão de prioridades e transformações do papel e da estrutura do Estado”.<sup>172</sup> A mobilização dos militantes possibilitou a um partido novo e de poucos recursos a criação de 625 diretórios, em 13 estados, superando o PDT e o PTB.<sup>173</sup> Já em 1981, com apenas um ano de vida, o PT contava com cerca de 200 mil filiados em mais de mil núcleos.<sup>174</sup>

Um panfleto do partido, datado de 30 de janeiro de 1982, demonstra o esforço em se diferenciar das outras agremiações ressaltando os vínculos com os movimentos

---

<sup>167</sup> ALVES, op. cit., p. 276.

<sup>168</sup> ALVES, op. cit., p. 276.

<sup>169</sup> ALVES, op. cit., p. 276.

<sup>170</sup> ALVES, op. cit., p. 276.

<sup>171</sup> ALVES, op. cit., pp. 276, 277.

<sup>172</sup> SOUZA, Lincoln Moraes de. **Das marcas do passado à primeira transição do PT**. Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 2 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 12.

<sup>173</sup> ALVES, op. cit., p. 274.

<sup>174</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 131.

populares, e mais, em demarcar bem as diferenças entre as classes populares e outras que exploram o povo:

Pela primeira vez na história recente do Brasil, nós, trabalhadores, podemos votar em um partido formado por trabalhadores. O PT surgiu das lutas populares e não das manobras de figurões... (...) É o partido dos milhões de explorados do campo e da cidade. Nasceu da luta contra a ditadura, contra a vontade dos poderosos e dos que sempre nos enganaram.

(...)

(...)

Há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário. O bairro onde mora o grande comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciário. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?

(...)

O banqueiro, o latifundiário, o industrial, o grande comerciante, independentemente do partido a que pertencem, exploram o trabalhador. Para nós, ser de oposição, é lutar para mudar o regime político e, ao mesmo tempo, lutar para transformar a situação social e econômica que oprime a maioria do povo...<sup>175</sup>

Militantes e simpatizantes do partido encaminharam cartas ao então deputado constituinte Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP). Frequentemente podemos observar nas mesmas o vínculo com propostas mais específicas do partido, tais como educação pública e gratuita, universalização dos serviços de saúde, estatização do transporte coletivo, desconfiança quanto ao capital estrangeiro e organismos internacionais e reforma agrária. José Eduardo C. de Faria Monteiro, morador de Bauru (SP), solteiro, Superior incompleto, 20 a 24 anos, entre 3 e 5 salários, defende, entre outras coisas, que “a saúde, educação e transporte devem ser estatizados”, que o “capital estrangeiro das multinacionais (lucros) deverá ser reaplicado no próprio Brasil” e que o êxodo rural deve ser coibido “dando terras e condições para agricultores (reforma agrária)”.<sup>176</sup> José Cláudio Lopes, morador de Magé (RJ), 2º grau completo, casado, 25 a 29 anos, 1 a 2 salários mínimos, apresenta a Lula uma lista de sugestões:

- 1) Que seja proibido que pessoas eleitas assumam outros cargos exemplo: Dante de Oliveira eleito prefeito, assumiu cargo ministro.
- 2) Ensino gratuito até curso superior.
- 3) Não pagamento da dívida externa.
- 4) Igualdade para trabalhadores rurais e urbanos.
- 5) Liberdade Sindical.
- 6) Em épocas de eleições tempo igual para todos os partidos na televisão.

<sup>175</sup> “Pela unidade dos trabalhadores”. Panfleto conservado no CSBH/FPA. Extraído de **Perseu: história, memória e política**/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Vol. 1, n. 2 (2007), p. 81.

<sup>176</sup> Carta de José Eduardo C. de Faria Monteiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C006 DATA: 13/04/86 FORMUL: 130 DV: 1 TIPO: 10 23/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

- 7) Fim da propriedade privada.
- 8) Fim da remessa de lucros para o exterior.
- 9) Estatização dos bancos, transportes e saúde.<sup>177</sup>

Um missivista anônimo, casado, 30 a 39 anos, pós-graduado, entre 10 e 20 salários, participante do Movimento de Cursilhos de Cristandade da Capela N. Sra. do Carmo, na Paróquia de Santa Catarina, encaminha carta em que indaga: “Agora que o companheiro é um Constituinte, quais os seus projetos para que exista mais justiça social no Brasil?”. Morador de Piracicaba (SP), demonstrou indignação com a questão das aposentadorias após “40/45 anos” de trabalho para o povo enquanto os parlamentares podiam se aposentar após dois mandatos (oito anos), ele roga ao deputado: “Lula, não nos decepcione, lute contra as injustiças”.<sup>178</sup> Ludmila de Ávila Pacheco, de Brasília (DF), Superior completo, solteira, 25 a 29 anos, 1 a 2 salários, também remete uma lista ao deputado:

- Legalização do aborto.
- Não a pena de morte.
- Estatização dos serviços de saúde.
- Estatização dos transportes coletivos.
- Reforma agrária organizada pelos sem terra, CPT e sindicatos rurais progressistas.
- Ensino gratuito em todos os níveis.
- Fim da Lei de Segurança Nacional.
- Autonomia Sindical.
- Fim da leis de greve.
- Participação nos lucros das empresas pelos trabalhadores.<sup>179</sup>

Moradora de Barra do Piraí (RJ), Eleonora Ma G. Sbano, Pós-Graduada, solteira, 30 a 30 anos, entre 3 e 5 salários, também entregou extensa lista de sugestões ao constituinte petista, dentre as quais destaco:

- Democratização dos meios de comunicação, de todas as instituições sociais;
- Reforma agrária pelos trabalhadores;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Sindicalização para o funcionalismo público;
- Probidade (punição aos corruptos), ao invés de revanchismo, respeito aos direitos humanos;
- Emprego, trabalho e salário digno: justiça social;

<sup>177</sup> Carta de José Cláudio Lopes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C016 DATA: 13/04/86 FORMUL: 376 DV: 0 TIPO: 10 23/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>178</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C010 DATA: 13/04/86 FORMUL: 232 DV: 8 TIPO: 45 23/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>179</sup> Carta de Ludmila de Ávila Pacheco à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C018 DATA: 13/04/86 FORMUL: 438 DV: 5 TIPO: 10 23/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Educação e saúde para todos como direito de fato, garantia dos direitos das maiorias e minorias.<sup>180</sup>

Olavo Rodrigues de Novais, morador de Itaquaquecetuba (SP), centrou sua fala na indefectível reforma agrária. O missivista, vale ressaltar, era morador da zona urbana, casado, 1º grau completo, 40 a 49 anos, renda entre 3 e 5 salários, 1º grau completo, escreveu o seguinte:

Presados Senhores:

Acredito que minhas sugestões não seja em vã. A nova Constituição precisa urgente de resolver a reforma agrária. Precisamos de leis e punição para grileiro de terras que foram acobertado pelos militares o qual eles são muitos. No próprio Senado e Câmara federal estão uma boa parcela destes latifundiários. Os pequenos agricultores precisam da assistência do governo que só promete e nada faz, por ser pressionado pelos latifundiários. A classe que produz e enriquece o país está defazado sem teto, sem terra e sem alimentos. Precisamos de país justo e digno. Nossas crianças estão sem escolas e sem saúde.<sup>181</sup>

As cartas acima são algumas dentre as muitas enviadas por simpatizantes ou militantes do Partido dos Trabalhadores ao líder Luis Inácio Lula da Silva. Em geral, se ancoram no discurso e na prática do partido, propugnando, de várias maneiras, transformação e justiça sociais e reclamando soberania popular. Em que medida, no entanto, podemos afirmar que este tipo de discurso de radical transformação social do partido era exclusivo seu ou apenas de grupos circunscritos à esquerda? Examinando as cartas da população, percebemos que as bandeiras do PT (e das outras esquerdas) eram, em grande medida, socialmente compartilhadas. E não necessariamente por pessoas que simpatizavam ou militavam em agremiações de esquerda.

Vejamos exemplos relativos à reforma agrária, para ficarmos em um tema recorrente nas lutas populares das esquerdas no Brasil havia décadas. Aqui veremos situações em que populares que têm reivindicações caras às esquerdas se dirigem a políticos de centro ou conservadores para exigí-las. Waldemar Batista de Souza, de Pancas (ES), casado, 2º grau completo, 50 a 59 anos, 1 a 2 salários, escreve ao deputado Wilson Haese (PMDB-ES) para que limite a posse da terra a no máximo 100 alqueires.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> Carta de Eleonora Ma G. Sbrano à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C021 DATA: 13/04/86 FORMUL: 506 DV: 1 TIPO: 10 23/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>181</sup> Carta de Olavo Rodrigues de Moraes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C005 DATA: 22/04/86 FORMUL: 114 DV: 4 TIPO: 14 19/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>182</sup> Carta de Waldemar Batista de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 259 DV: 1 TIPO: 10

Admirador de Itamar Franco (PMDB-MG), José César Pinheiro Machado, morador de Pão de Açúcar (AL), solteiro, 2º grau completo, 25 a 29 anos, 3 a 5 salários, escreveu: “Devemos fazer presente na constituinte, as diretrizes básicas de uma reforma agrária efetiva, no sentido do aproveitamento por igual de todas as propriedades que não produzem neste país...”<sup>183</sup> Edgard Ferreira de Sousa, casado, 2º grau completo, 30 a 39 anos, de 2 a 3 salários, morador da zona urbana de Duque de Caxias (RJ), pede ao senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) que haja “melhor distribuição de renda a classe trabalhadora deste país” e “Reforma agrária”.<sup>184</sup> Morador de Lages (SC), Denir de Jesus Oliveira se dirige ao senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), então ministro da Educação do governo Sarney, portando bandeiras populares e exibindo comportamento classista característico das classes populares, com nítida percepção do abismo entre ricos e pobres:

Gostaria que fosse feita uma Constituição, voltada para os grandes problemas nacionais, tais como: Direito ao trabalho, Direito à Educação e Direito à Terra. Sei que nosso país passa por momentos difíceis, mais acho que a sociedade deveria ser mais ouvida, não as classes mais altas, mas sim os menos favorecidos, pois como os ricos saberão fazer uma Constituição, sendo que nunca passaram por uma situação de pobreza, a qual infelizmente vive a nossa nação, sendo que a grande maioria é analfabeta e pobre. Se alguém ler essas minhas indicações, ficaria grato, pois só assim poderíamos ter esperanças de que as coisas realmente estarão mudando.<sup>185</sup>

Walter José Carregosa Dias, de Paripiranga (BA), encaminhou carta ao pedessista José Lourenço (PDS-BA). Solteiro, 2º grau, de 1 a 2 salários, diz o seguinte: “Minha sugestão para futura Constituição, é que a tão comentada, sonhada e debatida "REFORMA AGRÁRIA", não passe apenas de um sonho de nós brasileiros”.<sup>186</sup>

Os exemplos acima poderiam ser reproduzidos centenas de vezes neste trabalho, pois reivindicações populares estavam nas “bocas” dos membros das classes populares.

---

31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>183</sup> Carta de José César Pinheiro Machado à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 263 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>184</sup> Carta de Edgard Ferreira de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 055 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>185</sup> Carta de Denir de Jesus Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 172 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>186</sup> Carta de Walter José Carregosa Dias à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L014 DATA: 20/02/86 FORMUL: 350 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Assim, independentemente do partido ou político a quem se dirigiam, o popular estava bem demarcado. Admitir isto não significa defender que os partidos eram iguais, longe disto. Entretanto, os registros dos populares apontam para um plano de fundo comum, tecido por noções de democracia, justiça social e soberania popular que sem dúvida haviam sido construídas também através da ativa participação de partidos, movimentos sociais (e imprensa, grande ou alternativa) desde os anos 1970, pelo menos. Por isto, reitero, tenho buscado recuperar estas experiências formadoras do radicalismo social tão evidentes nas multidões do Cruzado. Obviamente, analisando em detalhes cartas de militantes deste ou daquele partido, veremos diferenças próprias dos discursos e práticas dos mesmos. Mas, surpreendentemente, as diferenças nem sempre são tão nítidas. Analisemos a carta de Ivo Pedroso, casado, 40 a 49 anos, 2º grau incompleto, de 2 a 3 salários:

Sugerimos que seja debatida a viabilidade de aposentadoria dos agricultores, ser reduzida de 65 para 55 anos. Pois sabemos que os agricultores começam suas atividades com 5 anos de idade e trabalham 60 anos para se aposentar com um salário insignificante, e outras classes trabalhadoras começam suas atividades com 15 anos e trabalham 30 anos e provavelmente com 50 anos de idade já estão aposentados. Pedimos encarecidamente que brigem pelo nosso Brasil que está falindo dia-a-dia nas mãos de pessoas que não tem as mínimas condições por nós Brasileiros. Estamos morrendo devagarinho pelos juros altos das dívidas que estamos devendo nos bancos, só pelo um golpe sujo de uns ministros incompetentes.

Redução do limite de aposentadoria, queixa quanto ao “salário insignificante” do aposentado rural, a constatação de que o “nosso Brasil” está falindo, de que estamos “morrendo devagarinho”, entre outros, não difere substancialmente da maioria das cartas analisadas. Entretanto, vejamos o restante do documento:

Sou vereadora [sic] do PFL, se não houver um rompimento urgente da Aliança Democrática, ou seja o PFL com o PMDB; nós de três barras do PR iremos para o PDT. Temos que ser oposição e não uma calamidade dessa. Porque apoiamos a PDT para senador no paraná.<sup>187</sup>

Em que pesem as vicissitudes da política local, como por exemplo, a existência de um desafeto ou concorrente no PMDB da cidade, o fato é que, apesar (ou independentemente) disto, temos um político pefelista cujas reivindicações guardam semelhança com os demais discursos que circulavam na sociedade. Isto aponta para o fato de que as linhas que demarcavam posições ideológicas às vezes não eram claras, e isto em função da inibição de diferenças entre os brasileiros. Ao fim e ao cabo, todos os oprimidos

---

<sup>187</sup> Carta de Ivo Pedroso à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C004 DATA: 18/06/86 FORMUL: 094 DV: 6 TIPO: 14 06/08/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

eram favoráveis à justiça social (obviamente, que o que se entendia por justiça social variava de acordo com origem social, profissão, classe, segmento social, instrução etc.).

A votação do PT nas eleições de 1982 ficou bem abaixo do esperado pelo partido. No documento “O PT e os resultados das eleições” o partido buscou encontrar respostas para o insucesso eleitoral. Deixando de lado as reflexões sobre as causas da baixa votação, nos interessa a constatação do partido de que “o eleitorado queria votar na oposição para derrotar o governo” e que “o povo – mais explicitamente o eleitorado oposicionista – queria promover uma mudança imediata”. Para o partido, o voto no PMDB foi um voto para não deixar o PDS ganhar, isto é, um voto de oposição ao governo.<sup>188</sup> De acordo com as pesquisas realizadas para este trabalho, a avaliação do PT é realista, embora dê conta de apenas parte do fenômeno, pois até meados da década de 1980 o PMDB ainda era visto pela maioria dos integrantes das classes populares como representante dos seus interesses.

Os números finais das eleições confirmam a continuidade do progressivo aumento do repúdio do povo ao Estado ditatorial. Tomando por base as votações para governador, vemos que, embora o PDS (Partido Social Democrático, substituto da Arena) tenha obtido a vitória em 12 estados contra 10 da oposição (nove do PMDB e um do PDT), a situação obteve 7,8 milhões de votos contra 13 milhões da oposição. Enquanto a oposição passou a governar 69,6 milhões de pessoas (e cerca de 75% do PNB), a situação ficou com 47,4 milhões, cerca de 20 milhões a menos.<sup>189</sup>

A eleição de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio de Janeiro foi a grande surpresa das eleições de 1982. Único partido de oposição, à exceção do PMDB, a vencer uma disputa para um governo estadual, o PDT fluminense também foi beneficiado pelo sentimento de repúdio à ditadura existente na maioria da população brasileira. Por essa razão, Brizola saiu de 5,4% das intenções de voto em março de 1982, passando a 10% em agosto, 20,2% em setembro, e chegando a outubro com 32,2%. Esse impressionante crescimento se deu à medida que Brizola se diferenciava dos candidatos Sandra Cavalcanti (PTB), Miro Teixeira (PMDB) e Moreira Franco (PDS), convencendo o eleitorado de que ele era o único candidato realmente de oposição ao governo federal.<sup>190</sup> O grande gesto de

---

<sup>188</sup> “O PT e os resultados das eleições”. Documento datilografado, anexo à ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em Bragança Paulista. **Perseu: história, memória e política**/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Vol. 1, n. 2 (2007), p. 103.

<sup>189</sup> ALVES, op. cit., p. 286.

<sup>190</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estatização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: Editora FGV, 1999, pp. 219-223.

conversão de sua candidatura em uma espécie de nós *versus* eles se deu no dia da homologação, em 06 de agosto de 1982:

Sou candidato para desmascarar o falso oposicionismo desses candidatos; candidatos que são o diabo, o demônio e satanás, para que o inferno ganhe sempre. Falta-lhes legitimidade, exatamente o que me sobra. Faço um apelo a vocês para que não se deixem embromar por estas artimanhas e votem com consciência.<sup>191</sup>

Ao demonizar os três candidatos mais bem colocados, identificando-os à ditadura – o inferno – e pedir ao povo que votasse com a consciência, Brizola conseguiu estabelecer diálogo com a população do Rio de Janeiro. De acordo com Sento-Sé, apesar de apresentar-se como um candidato popular – um de seus *slogans* era “Brizola, a força do povo” – seu discurso também obteve enorme penetração junto às classes média e alta. Na opinião do autor, (o que corrobora a hipótese da construção de uma identidade comum entre diversos segmentos sociais em um único campo), uma parcela da elite formadora de opinião apoiou Brizola por se tratar de segmento de oposição à ditadura “solidário às causas populares e simpáticos a propostas redistributivas”.<sup>192</sup> Não à toa, Heloísa Buarque de Hollanda, poucos meses após a vitória do PDT, afirmara ser comum “encontrar em cada esquina (em cada bar) um cidadão carioca com Brizola na cabeça e Darcy [Ribeiro] no coração...”<sup>193</sup>

Um eleitor de Brizola afirmou a João Trajano Sento-Sé que “votar em Brizola naquelas eleições era uma espécie de vingança contra aquele regime”.<sup>194</sup> E era mesmo. A oito dias das eleições, o próprio presidente Figueiredo pôde provar do sentimento difuso contra a ditadura na “Festa da Abertura”, um evento organizado pelo PDS para promover a candidatura de Moreira Franco ao governo no estado. Era um domingo e a Quinta da Boa Vista, um enorme parque localizado na Zona Norte, recebeu um público de 100 mil pessoas para o evento, que compareceu para assistir shows de artistas populares e a apresentação da Orquestra Sinfônica Nacional. De acordo com matéria do *Jornal do Brasil*, desde o início, quando o apresentador Sérgio Malandro tentou formar um coro pró-

---

<sup>191</sup> SENTO-SÉ, op. cit., p. 222.

<sup>192</sup> SENTO-SÉ, op. cit., p. 224.

<sup>193</sup> “Saudades do Glauber”. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 jun. 1983. Extraído de GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa Buarque; VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito: da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p. 261. Em que pese que naquele momento o termo brizola equivalesse, na gíria, à cocaína, e mesmo que a autora pudesse estar atribuindo um sentido dúbio à expressão “Brizola na cabeça” (um dos *slogans* da campanha que se tornou muito popular entre os jovens), o texto, como um todo, saúda os novos tempos no Rio, que abriam possibilidades no campo da cultura, e isso vinculava-se à dupla Brizola-Darcy.

<sup>194</sup> SENTO-SÉ, op. cit., p. 226.

Moreira, a multidão já fazia coro para Brizola. O apresentador Mauro Montalvão tentou acalmar o povo, e, enquanto crescia o coro pró-Brizola disse: “Isto é democracia. Graças ao Presidente Figueiredo vocês podem gritar livremente esse nome aí. Vamos dar aplausos para a abertura do Presidente Figueiredo”. Ao tentar mudar o clima do evento, chamando Moreira Franco e João Figueiredo à frente, Montalvão não teve êxito. Figueiredo falou por três minutos, três vezes interrompido sob vaias, gritos e coro pró-Brizola, ao passo que Moreira Franco discursou durante cinco minutos sob “gritos e vaias de um público que não lhe deu um segundo de trégua”.<sup>195</sup>

Estava claro que o sentimento antigoverno estava nas alturas, como se confirmou com a escolha de Brizola no dia 15 de novembro, à revelia do governo federal e das *Organizações Globo*, que se colocaram a serviço do candidato de Figueiredo. O comentário de Heloísa Buarque de Hollanda, em sua coluna no Caderno B do *JB*, dois meses após a eleição de Leonel Brizola, acertadamente relativiza aquilo que, para muitos ainda hoje – equivocadamente –, é uma obviedade:

Jornalismo, no dizer dos críticos pessimistas dos media – a grossíssimo modo – aquele gênero literário abastardo em cuja falsa objetividade se entrevê a cada linha a mão dominadora e cruel do “sistema dominante”. Para os mais sutis, a questão se revela, obviamente, mais complexa. Por ora, venho lembrar que, embora o gênero possa ser considerado em princípio suspeito, assim mesmo, dá *Watergate*, dá *Proconsult...* Que o provem algumas turbulências eleitorais de final do ano passado...<sup>196</sup>

### 1.3. Experiências comunitárias e associativas

Em meados dos anos 1970 grandes porções da população estavam tendo contato com novas formas de ação política que paulatinamente foram modificando a cultura política dos segmentos populares. Paradoxalmente, as iniciativas de reorganização popular tiveram início em 1968, ano no qual a repressão começa mostrar sua face mais dura, com o Movimento das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Surgidas principalmente no Nordeste, as CEBs eram parte das novas políticas das pastorais da Igreja no Brasil. Em 1971, tem início em São Paulo o Movimento das Pastorais de Periferia Urbana. Liderado pelo arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, o movimento teve grande importância na organização popular durante a década de 1970 e parte da década de 1980, trabalhando “com um público carente, cheio de necessidades, e num momento de total cerceamento dos canais tradicionais de participação política e

---

<sup>195</sup> “Figueiredo acha manifestação ‘irreverência carioca’”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 nov. 1982, p. 4.

<sup>196</sup> “Poetas rendem chefe da redação (I)”. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 fev. 1983, Caderno B, apud GASPARI; HOLLANDA; VENTURA; op. cit., p. 248.

social”.<sup>197</sup> Portanto, na linha de frente da aproximação e identificação com o povo estavam as CEBs e

as pastorais da terra, dos problemas urbanos, da Igreja em relação ao mundo, da família, da periferia e das favelas das cidades, dos marginalizados, dos migrantes, do mundo do trabalho, dos camponeses e *bóias-frias*, das crianças e menores abandonados, dos detentos, dos direitos de negros e índios e, finalmente, dos direitos humanos em geral.<sup>198</sup>

As iniciativas dos setores progressistas da Igreja, vale ressaltar, em poucos anos tiveram enorme repercussão. Em 1975, no Encontro Nacional de Comunidades Eclesiais de Base, em Vitória (ES), estimou-se que existiam no Brasil cerca de 50 mil comunidades de base. Estima-se que em 1981, nas regiões rurais e periferias das grandes cidades, havia cerca de 80 mil comunidades.<sup>199</sup> Se, apenas para efeito de melhor compreensão da amplitude e da representatividade do fenômeno, estimarmos em 20 participantes o número médio de cada comunidade, veremos que em meados dos anos 1970 estaria em torno de um milhão o número de pessoas que tinham contato com as ações da Igreja no sentido de promover auxílio aos mais pobres e, ao mesmo tempo, conscientizá-los politicamente. Já no início dos anos 1980 seria 1,6 milhão de participantes, e tinha como “o principal objetivo (...) estimular a participação individual e comum em todos os níveis de responsabilidade, ação e experiência”.<sup>200</sup> E é de supor que essas experiências tivessem algum efeito transformador (ou modificador) na visão de mundo e no comportamento de seus integrantes e, tangencialmente, naqueles com os quais estes tinham contato. Senão, vejamos.

Em meados de 1986, a carta do jovem Ireudo Soares Martins, morador de Benedito Leite (MA), 1º grau incompleto, solteiro, 15 a 19 anos, até 1 salário, é emblemática da atuação conscientizadora das classes populares exercida pelas Comunidades Eclesiais de Base:

Embora tenha sido aceita a idéia do Presidente no jeito de fazê-lo, a Constituinte, é uma grande vitória da gente brasileira, que no ano passado foi para a rua exigir mudanças, ninguém mais suportava a situação, e com a força do povo, o meu [sic] governo dos militares acabou. Daqui até a eleição dos Constituintes, quer dizer daqui até o dia 15 de Novembro de 1986, haverá muito trabalho, temos esse tempo todo para criar consciência nas pessoas. Há muita gente que ignora o significado da palavra Constituinte e Constituição. É preciso que os sindicatos,

---

<sup>197</sup> GOHN, op. cit., p. 110. Há outras versões para o surgimento das CEBs. De acordo com Maria Helena Moreira Alves, alguns autores situam sua origem no Movimento de Educação de Base da Diocese de Natal (1960), outros afirmam seu início na diocese de Barra do Piraí, RJ (1956). Ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, p. 231.

<sup>198</sup> ALVES, op. cit., p. 201.

<sup>199</sup> GOHN, op. cit., p. 231.

<sup>200</sup> ALVES, op. cit., p. 202.

as comunidades Eclesiais de Base, os Partidos Políticos mais ligados ao povo, outras Associações e Organizações, cada um de nós, levem aos irmãos que estão por fora, esclarecimento sobre tudo o que todos possam participar. Temos que levar nossas idéias para ajudar na formação de leis mais justa. Cada um de nós somos responsáveis e não podemos ficar de fora.<sup>201</sup>

A fala de Martins é bastante representativa da cultura política das classes populares. Se, por um lado, ele fala de uma questão que esteve mais ligada ao cotidiano dos populares que militavam quando se refere à vitória de Sarney na Constituinte, por outro, quando ele afirma que Constituinte, e mesmo o fim da ditadura, foram conquistas do povo, ele toca em pontos que, para as classes populares, eram verdadeiros: as pessoas se achavam responsáveis pelas transformações que o país vivia, e viam como conquistas suas. Diante disto, cabe uma ressalva: não importa o quanto o processo de transição tenha sido negociado, pactuado; interessa, neste trabalho, recuperar as visões de mundo que as classes populares tinham, estivessem elas calcadas ou não na concretude do processo sócio-histórico. (De todo modo, é subjacente a este trabalho a fundamental participação popular no processo forçando os limites da abertura política e dos atores que buscavam restringir a ampliação do raio de ação das classes populares, sem as quais a transição poderia ser mais conservadora e mais tardia.)

Vicente de Paula da Costa Rodrigues, cearense de Aracati, solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau completo, até 1 salário mínimo, encaminha carta do deputado Paulo Lustosa (Arena/PDS/PFL-CE). Embora eleitor de um parlamentar que transitou em partidos não identificados às forças populares, ele afirma ser necessário que na nova Constituição sejam respeitados os movimentos sociais, o que demonstra a legitimidade e a integração dos mesmos às experiências cotidianas da população:

Um importante objetivo a ser alcançado por uma Constituição democrática no mundo contemporâneo é o respeito aos grupos intermediários da sociedade, aqueles que ficam entre o povo e o Estado. Tais grupos são, dentre outros, os sindicatos as organizações profissionais, as associações de moradores e os grupos de comunidades eclesiais de base.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> Carta de Ireudo Soares Martins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 055 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>202</sup> Carta de Vicente de Paula da Costa Rodrigues à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L002 DATA: 14/04/86 FORMUL: 042 DV: 8 TIPO: 10 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Para Alexandre da Fonseca, morador de Pouso Alegre (MG), solteiro, 2º grau completo, 20 a 24 anos, sem rendimento, não se podia admitir que os movimentos sociais estivessem excluídos da elaboração da nova Carta:

Para que haja uma constituinte verdadeira, deve-se:  
Ouvir as comunidade eclesiais de base, pastoral protestante,  
Ouvir a comissão de pastoral da terra, CNBB,  
Jovens universitários e secundários,  
Ouvir o professorado.<sup>203</sup>

A carta de Paulo A Costa, casado, 25 a 29 anos, 2º grau completo, de 1 a 2 salários, também nos ajuda a identificar os vínculos entre comunidades eclesiais de base, partidos e associações, bem como sua importância para a auto-organização da mobilização popular. Morador de Sumaré (SP), Costa se apresenta como membro do Diretório do PMDB da cidade, bem como da Sociedade Amigos do Bairro. Atentemos ao conteúdo da proposta do peemedebista, com suas menções à ampla divulgação da Constituinte, à entidades que militavam nas lutas sociais, à classe trabalhadora:

Eu gostaria que a Constituinte fosse divulgada nas rádios, TV, jornais, nos bairros através dos partidos políticos, comunidades eclesiais de base, nos grupos de jovens etc. Na TV, seria nos horários das 20:00 às 22:00 horas, pois assim a classe trabalhadora teria um conhecimento profundo do que é Constituinte.<sup>204</sup>

Eleitor de Gerson Camata (Arena/PMDB-ES), então governador do Espírito Santo, José Antonio Alvarez Muniz, 50 a 59 anos, pós-graduado, entre 3 e 5 salários, sugere que os movimentos sociais – incluindo CEBs – participem da fiscalização do poder público: “Toda concorrência pública seja fiscalizada pelos órgãos competentes da comunidade: associação de bairros, comunidades, CEB'S, sem a presença destes organismos nenhuma obra pública poderá ser executada”. Como de costume nas cartas, vale registrar a menção às desigualdades entre ricos e pobres: “Coibir o poder econômico nas eleições, não se deve permitir gastar tanto dinheiro na política, quando o País é pobre, quem ganha eleição é só rico, que muitas vezes não presta”.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> Carta de Alexandre da Fonseca à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L033 DATA: 07/05/86 FORMUL: 815 DV: 7 TIPO: 10 30/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>204</sup> Carta de Paulo A Costa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: P022 DATA: 09/12/86 FORMUL: 542 DV: 1 TIPO: 10 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>205</sup> Carta de José Antonio Alvarez Muniz à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L030 DATA: 27/08/86 FORMUL: 747 DV: 2 TIPO: 10 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Retomemos a fala do maranhense Ireudo Martins. Nela, vemos que exhibe a preocupação própria dos movimentos sociais, que era a de “criar consciência nas pessoas”. Ele se mostra ciente de que havia “sindicatos, as comunidades Eclesiais de Base, os Partidos Políticos mais ligados ao povo”, bem como “outras Associações e Organizações” que estavam imbuídas do propósito de conscientizar os que não militavam em tais movimentos. A estes – e devemos ter muita atenção a isto –, ele nomeou como “os irmãos que estão por fora”. O termo “irmãos”, que encerra uma noção absolutamente comum entre as classes populares como sinônimo de “nação”, era utilizado pelos movimentos sociais da Igreja e teve grande disseminação. Verifiquemos o uso do termo através da pena de Paulo Roberto de Almeida, casado, 25 a 29 anos, 2º grau completo, entre 3 e 5 salários, morador de São Paulo (SP):

Sou Cartorário. Não dependo diretamente da terra, mas penso que uma melhor distribuição de terras diminuiria em grande percentagem a miséria neste País. Porque tão poucas pessoas proprietárias de tantas terras? Será que uma distribuição mais justa, não iria melhorar a situação de muita gente? Como diz a campanha da "Fraternidade" neste ano "Terra de Deus; Terra de irmãos". Penso que este é o nosso caminho. Esta é a minha singela sugestão para a nova nossa Constituição.<sup>206</sup>

Para Almeida, portanto, o “nosso” caminho é o da solidariedade, afinal, os brasileiros eram “irmãos”. Veja que ele faz questão de dizer que a questão não lhe interessa como indivíduo, mas que a reforma agrária poderia mudar a vida de muitos (dos irmãos, por isto a questão é importante). É significativo que uma carta tenha sido escrita para propor algo que não o beneficiaria diretamente. Ainda mais significativo é o fato de que muitas cartas têm este perfil, como a de Paulo Aparecido Lyra, morador de Andradina (SP), solteiro, 2º grau completo, 15 a 19 anos, sem rendimento:

Com relação à Reforma Agrária. Estou de acordo com o tema da campanha da fraternidade deste ano-"terra de Deus, terra de irmãos"- já, que Deus "Doou" a terra, de igualdade para todos, deve-se acabar com o direito de posse das terras improdutivas, que causa, com a falta de plantio, um encarecimento nos gêneros de 1ª. necessidade. Isto já foi proposto pelo governo, só que todas as propostas para dinamizar e melhorar o Brasil, não passam apenas de papéis, como este em que escrevo. Dizer-me-ão que é difícil realizar tal Reforma? É difícil desde o momento que existam ainda os "coronéis" de terras, como no passado. Difícil quando não temos alguém o suficiente forte para suportar a pressão que exerceriam estes "coronéis" sobre o governo, por ter realizado em suas

---

<sup>206</sup> Carta de Paulo Roberto de Almeida à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L014 DATA: 20/02/86 FORMUL: 330 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

propriedades de criação de gado ou de valorização do capital empregado, tal Reforma em benefício do país e de pessoas que querem trabalhar.<sup>207</sup>

José Alcântara Cruz, morador de Santarém (PA), 25 a 29 anos, solteiro, 2º grau completo, até 1 salário, informou trabalhar em uma escola pública havia seis anos. Apesar de receber tão pouco salário, não foi a justa reivindicação salarial que motivou o paraense Cruz a escrever. Sua preocupação foi com a participação popular na Constituinte, para a qual ele sugere que se crie comissão em cada município e núcleos em cada bairro. Além de pedir ajuda para fazer uma minibiblioteca na escola, ele lembra dos “irmãos”: “No interior do município, outra comissão para ouvir os nossos irmãos que só vem à cidade de 10 ou de 15 em 15 anos ou nunca vieram e estão alheios a todas essas mudanças”.<sup>208</sup> Elizabeto da Silva Leal, casado, 1º grau incompleto, elevada renda entre 10 e 20 salários faz várias reivindicações ligados à saúde “para população mais carente que ainda é muito humilhada e por isso morre muita gente sem atendimento por falta de recurso humano”. Morador de Codó (MA), Leal usa o primeiro verbo no imperativo: “Quero uma nova república que assegure os nossos direitos como cidadão brasileiro participante de uma nova sociedade onde possamos viver melhor como irmãos na paz e na justiça”.<sup>209</sup> Sérgio Lucena Marques de Sá, morador de Campina Grade (PB), divorciado, Superior completo, 30 a 39 anos, entre 3 e 5 salários, requer dos parlamentares que eles olhem o sofrer dos irmãos: “Senhores da constituinte Tendes poderes nas mãos E a pátria sofre humilhada... Tenho a dizer o seguinte: Olhai o sofrer dos irmãos E livrai consciência pesada...”<sup>210</sup>

Como apontado no início deste trabalho, o sentimento nacional, no processo histórico estudado, não conduziu a um escamoteamento dos conflitos de classe e das desigualdades e injustiças sociais. Ao contrário, reforçou-os, como se pode perceber nas

---

<sup>207</sup> Carta de Paulo Aparecido Lyra à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L038 DATA: 20/02/86 FORMUL: 924 DV: 5 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>208</sup> Carta de José Alcântara Cruz à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 21/02/86 FORMUL: 170 DV: 4 TIPO: 45 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>209</sup> Carta de Elizabeto da Silva Leal à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L014 DATA: 21/02/86 FORMUL: 336 DV: 0 TIPO: 10 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>210</sup> Carta de Sérgio Lucena Marques de Sá à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L103 DATA: 21/02/86 FORMUL: 061 DV: 1 TIPO: 40 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

palavras do jovem Francisco Galdino Filho. Morador de Nazarezinho (PB), solteiro, 1º grau incompleto, 15 a 19 anos, Galdino Filho argumenta:

Espero que a nova Constituinte seja feita com bons olhos, que os nossos políticos a façam-na de maneira como deve ser, e elaborada de maneira a gerar o objetivo necessário.. Esse projeto de reforma agrária deve ser feito o quanto mais breve possível. Olha como é tão importante esse projeto que até a Campanha da Fraternidade foi lançada contendo no cabeçalho como lema: Terra de Deus, Terra de irmãos. Este lema nos explica que Deus fez a terra para todos, vivermos convivendo irmão com irmão. Mas é totalmente diferente: muitos brigam por causa de terra, os poderosos querendo só prá si, para que o pobre fique sem nada e é aquela confusão toda. Foram os índios que ganharam os primeiros pedaços de terras, mas logo chegaram os portugueses quer tomaram e, hove brigas de índios entre Portugueses, mas nada resolvido. Os portugueses ganharam porque hoje pobre não tem vez, só o rico que quer montar no gago.<sup>211</sup>

As CEBs integraram as políticas das pastorais da Igreja no Brasil, influenciadas pelo Plano de Emergência e pelo Plano de Pastoral de Conjunto, e pelas Conferências de Medellín, na Colômbia (1968), e Puebla, no México (1978). Nesta última, “reafirmou-se a opção por uma Igreja voltada para os pobres, buscando melhorar as condições de existência na Terra. O cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais”.<sup>212</sup> As teses progressistas da Igreja foram chamadas de Teologia da Libertação, e aqueles que a seguiram se autodenominaram Igreja da Libertação.<sup>213</sup> De acordo com Gohn, “a Teologia da Libertação, sistematizada pelo peruano Gustavo Gutierrez e desenvolvida pelos brasileiros, os irmãos Boff, passou a ser o principal guia espiritual das CEBs”.<sup>214</sup> As Comunidades Eclesiais de Base

são pequenos grupos de fiéis organizados junto a uma paróquia urbana ou rural. Muitas, na realidade, são formadas em regiões remotas, onde a população não tem acesso a uma capela ou a serviços religiosos regulares. Uma CEB tem geralmente origem no trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidade ou diáconos, padres e membros de ordens religiosas. Os agentes leigos podem

---

<sup>211</sup> Carta de Francisco Galdino Filho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L015 DATA: 21/02/86 FORMUL: 361 DV: 4 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>212</sup> GOHN, op. cit., p. 110.

“Em 1962, ainda antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançava o *Plano de Emergência* para preparar a Igreja para uma profunda renovação. Teve seu foco na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade sócio-econômica. A força motivadora desta primeira tentativa de pastoral de conjunto foi muito grande. Para colocar em prática as orientações do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou, em 1966, o *Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970*. Foi elaborado durante a VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar. A proposta deste Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II”. Extraído da Apresentação do **Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. CNBB. Edição de 2004, p. 2. Disponível em [http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop\\_publish/files/files\\_49c104a7bab3a.pdf](http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_49c104a7bab3a.pdf). Acessado em 13 jan. 2011.

<sup>213</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 74

<sup>214</sup> GOHN, op. cit., p. 110.

desempenhar muitos dos serviços religiosos e funções que de outra forma não poderiam ser regularmente levados à população local, por causa da carência de sacerdotes.<sup>215</sup>

Éder Sader observa que uma noção de direitos se configura a partir da participação das pessoas nas comunidades de base, nas quais diferentes formas de ação popular se expressam. O autor analisa vários exemplos de mobilizações realizadas pelos populares integrantes das comunidades na Grande São Paulo, cujas principais reivindicações estavam na área da saúde, com o destaque para a atuação das mulheres na organização de reuniões e na realização de abaixo-assinados e protestos junto às autoridades.<sup>216</sup>

As lutas prosseguiram e – aproveitando-se da postura do governo favorável à abertura a partir de 1974 – se ampliaram, fazendo com que o período compreendido entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1980 fosse um dos mais ricos na história do Brasil, no que diz respeito aos movimentos sociais e aos projetos de mudança social.<sup>217</sup>

Em 1975, além do recrudescimento de movimentos político-partidários pela redemocratização (em função do êxito nas urnas em 1974), também passaram a compor as experiências políticas dos segmentos populares a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada pela Igreja. As CPTs foram fundamentais na retomada dos movimentos sociais no campo, inspirando a criação de outros movimentos, a princípio especialmente no sul do país.<sup>218</sup> Na opinião de Kucinski, o trabalho da CPT foi fundamental nos movimentos sociais rurais, uma vez que inverteu “a correlação de forças no campo, pois o apoio e a proteção institucional de um bispo ou de uma igreja quebram o monopólio local do poder pelos maiores proprietários de cada região”.<sup>219</sup> Para o autor, na correr da luta estreitou-se “a afinidade entre a aspiração dos posseiros à propriedade legal de suas terras e a ideologia da Igreja”.<sup>220</sup>

Outro importante movimento social foi o Movimento do Custo de Vida. Vinculado às CEBs, surgiu em 1972, em São Paulo e outras capitais. De acordo com Maria da Glória Gohn, pode ser considerado o principal de todos os movimentos populares nos anos 70,

---

<sup>215</sup> Citado in GREGORY, Padre Affonso e GHISLENI, Maria A., “Chances e desafios das Comunidades Eclesiais de Base”, in **Cadernos de Teologia e Pastoral**, nº 13. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979, p. 28, 29. Extraído de ALVES, Maria op. cit., p. 231. Para saber mais sobre as CEBs vide ALVES, op. cit., p. 231 (na nota 20 a autora cita sete obras sobre as CEBs).

<sup>216</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 261-275.

<sup>217</sup> GOHN, op. cit., pp. 113, 114.

<sup>218</sup> GOHN, op. cit., p. 115.

<sup>219</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 114.

<sup>220</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 114.

tendo em vista ter possibilitado a organização de vários movimentos em todo o território nacional que seguiram o seu modelo, além de reinaugurar a participação popular na vida pública em base associativa, comunitária, anteriormente desmantelada pela ditadura.<sup>221</sup>

Contando com apenas um ano de existência, o Movimento do Custo de Vida já havia encaminhado carta ao presidente Médici em protesto contra as péssimas condições de vida da população.<sup>222</sup> O movimento era composto por integrantes de famílias pobres das periferias das grandes cidades (principalmente mulheres) e por membros das CEBs, e mobilizava milhares de pessoas em comícios e campanhas para obter assinaturas.<sup>223</sup>

Como outros movimentos populares, o Movimento do Custo de Vida cresceu bastante. Em 1977, elegeu uma coordenação para o movimento em São Paulo que contava com a participação de 700 delegados das CEBs. Em 1978, o movimento se espalhou por todo país, na esteira da carestia e da campanha eleitoral. Nesse ano, uma assembleia com 5 mil participantes aprovou um manifesto com três exigências básicas: um abono de emergência de 30% para todos os trabalhadores, congelamento dos preços de alimentos “e aumento de salário de acordo com a dignidade humana do trabalhador e sua família”.<sup>224</sup> Segundo Alves, o movimento estava suficientemente organizado para coletar 1,5 milhão de assinaturas em apoio aos pontos do seu manifesto.<sup>225</sup>

Um indício de que o congelamento era uma reivindicação popular antiga pode ser verificado em um depoimento dado à *Folha de S. Paulo* por ocasião do programa nacional de rádio e TV do MDB em 1977. Na entrevista, um popular identificado na reportagem como Ribeiro afirmou: “É preciso que o governo congele os gêneros de primeira necessidade”.<sup>226</sup> E, registre-se, a sugestão teve apoio dos outros entrevistados. Isto serve para nos advertir o quanto a decisão de congelar os preços por ocasião do Plano Cruzado, implantado quase uma década depois, pode ter incorporado interesses dos populares, que viam este tipo de intervenção no domínio econômico como absolutamente legítima. Este tinha sido um dos pontos fundamentais da luta do Movimento Custo de Vida que, muito provavelmente, deitou raízes nas classes populares. Assim, o congelamento não se tratava de uma “mágica” engendrada por Sarney, desconectada das experiências e necessidades daquelas classes. Ao contrário, tratava-se de algo que integrava o rol de possíveis soluções

---

<sup>221</sup> GOHN, op. cit., pp. 109, 110.

<sup>222</sup> ALVES, op. cit., p. 229; GOHN, op. cit., p. 115.

<sup>223</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 78.

<sup>224</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 78.

<sup>225</sup> ALVES, op. cit., p. 229.

<sup>226</sup> “Trabalhador concorda com a mensagem”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 1977, p. 5.

que os populares aventavam, desde a década de 1970, para a resolução da questão da sobrevivência cotidiana havia anos.

No intuito de identificarmos elementos formadores da unidade das classes populares no Movimento, vejamos o exemplo de uma manifestação na Igreja da Sé, em São Paulo, que mereceu destaque na capa do *Jornal do Brasil* de 28 de agosto de 1978. Intitulada “Preços altos levam 10 mil paulistas à Sé”, a matéria informava que o ato ocorreu para a entrega de 1,3 milhão de assinaturas solicitando as reivindicações do Movimento Custo de Vida. Informa, ainda, que houve conflitos entre manifestantes e a polícia, que efetuou prisões e feriu manifestantes.<sup>227</sup> No interior do jornal, a matéria detalhou o ato público e o “tumulto” causado por estudantes, cujas faixas eram assinadas pela Convergência Socialista e pela chapa Liberdade e Luta, da USP. Aparentemente, o jornal condenou os estudantes, quando afirma que “enquanto as dez mil pessoas que participavam da assembléia se retiravam pacificamente pelas portas laterais da igreja (...) os estudantes, nas escadarias da porta principal gritavam...” Contudo, ao verificarmos que o jornal faz questão de registrar todos os *slogans* dos estudantes – “Abaixo Figueiredo, o povo não é cavalo”; “tira a mão do povo, o povo não é cachorro”; “vai acabar a ditadura militar, vai avançar o movimento popular; “ninguém agüenta mais, pros quartéis os generais” – podemos depreender que essa foi a forma encontrada pelo periódico para se posicionar frente às lutas do cotidiano. Embora não pudesse ser acusado pelo governo de colaborar com os movimentos sociais, o *JB*, em realidade, na ocasião, colaborava. Ademais, a reportagem cita a violência empregada pelas forças da repressão, que usaram cassetetes, cães e bombas contra os manifestantes. Cita ainda a participação de agentes disfarçados entre a multidão na praça, com cassetetes escondidos em jornais, e agentes infiltrados dentro da igreja – “porque são religiosos”, disse o Cel. Arnaldo Braga ao repórter.<sup>228</sup>

Para que se tenha uma noção da organização popular nos eventos do Movimento Custo de Vida em sua fase de maior visibilidade, basta atentarmos aos detalhes que a matéria nos oferece. No que diz respeito às personalidades presentes, temos o bispo Dom Mauro Morelli (que substituíra Dom Paulo Evaristo Arns, que estava no Vaticano); os atores Carlos Augusto Strazzer (que, juntamente com uma coordenadora do movimento, leu um manifesto), Carlos Zara, Carlos Augusto Morelli, Eva Wilma, Lelia Abramo e

---

<sup>227</sup> “Preços altos levam 10 mil paulistas à Sé”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1978, capa.

<sup>228</sup> “Concentração em São Paulo tem tumulto e 14 são presos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1978, p. 3.

Edney Giovenazzi; políticos como o candidato ao Senado pelo MDB-SP, Fernando Henrique Cardoso, o deputado federal Airton Soares (MDB-SP) e o deputado estadual Alberto Goldman (MDB-SP); líderes sindicais como Hennis Amorina (Metalúrgicos de Osasco) e Francisco das Chagas de Barros (Metalúrgicos de Santo André); além de donas de casa, estudantes, jornalistas, operários, trabalhadores rurais etc (estes, não citados nominalmente, o que era comum). Quando ao formato do evento, é muito significativo percebermos o quanto evidencia a experiência acumulada pelos movimentos populares, no tocante à união e à participação de todos na conquista de direitos. Isso pode ser observado na leitura coletiva de uma carta, que seria entregue ao presidente Geisel. Imaginemos o impacto que gera nos indivíduos, no sentido de criar vínculos identitários entre eles, o coro de dez mil vozes a dizer:

Hoje em dia, um dos problemas mais sentidos por todos é a alta do custo de vida. (...) o que estamos exigindo agora é parte deles: congelamento dos gêneros de primeira necessidade, aumento dos salários acima do aumento do custo de vida, abono salarial imediato e sem desconto, para todas as categorias de trabalhadores.

Após a leitura coletiva, a palavra foi dada a todos os segmentos, pois foram apresentadas moções por representantes das “donas-de-casa, dos operários, dos trabalhadores da roça, dos servidores públicos, dos estudantes e dos artistas e jornalistas”. O registro pelo jornal das palavras do bispo Morelli é muito significativo: “O milagre dos pães não será mais realizado, a não ser com a redistribuição das riquezas, atualmente nas mãos de uns poucos”.<sup>229</sup>

Muito provavelmente, o leitor terá reparado na união de trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, intelectuais, donas-de-casa, artistas, clérigos e jornalistas no movimento. Com base nas pesquisas, é possível afirmar que o mesmo pode – guardadas as devidas proporções – ser considerado representativo da união que vinha sendo engendrada entre indivíduos e grupos oprimidos. Para além de representar a unidade das classes populares, não podemos nos esquecer que estas ações tinham maior ou menor cobertura dos meios de comunicação, o que fazia com que pudessem formar a opinião de cada vez mais pessoas, engrossando as fileiras dos oprimidos. Do outro lado estava o governo, não sem razão considerado inimigo da “nação”, tanto que, além de não ter mandado nenhum representante ao encontro na Sé – houve convite para que o presidente Geisel e ministros

---

<sup>229</sup> “Concentração em São Paulo tem tumulto e 14 são presos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1978, p. 3.

comparecessem<sup>230</sup> –, não quis receber a coordenação do movimento, que entrou no Palácio do Planalto e depositou pilhas e pilhas de papéis com as assinaturas. Para acompanhar os manifestantes, o governo criou um forte aparato policial, bem ao seu estilo.<sup>231</sup> No caso, um exemplo da experiência popular cotidiana com o descaso e a repressão do governo.

Dentre as estratégias para aproximação com os setores populares, o movimento criou o hino “Povo Vivo”, parodiando a música “Peixe Vivo” (tão lembrada nos funerais de Juscelino Kubitschek por aqueles anos). Além da letra do hino – que é autoexplicativa, dado o contexto socioeconômico – vale destacar que Kucinski, em seu livro, apresenta o hino numa fotografia de um panfleto de 1978. Isso nos leva a deduzir que o movimento realizava a distribuição de seus impressos, que podia ser feita em campanhas avulsas nas ruas, como as de coletas de assinaturas, bem como nos comícios e congressos, para que cantassem juntos. É interessante também ressaltar o fato de que foi escolhida uma composição musical que fazia parte do universo cultural dos mais pobres, e que remetia a um ex-presidente considerado democrata, virtude que era preciso destacar naquela conjuntura ditatorial.

Como pode um povo vivo  
Viver nessa carestia  
Como poderei viver (bis)  
Dia e noite, noite e dia  
Com a barriga vazia.  
Como pode um operário  
Viver com esse salário  
Como pode a criança  
Estudar sem comer nada  
Como sofre o bóia-fria  
Pra ganhar 30 por dia  
E tá lá o meu patrão  
Apertando a produção  
Ele só vive pensando  
Nessa tal de exportação  
Ninguém fica mais calado  
Vivendo tão explorado<sup>232</sup>

A retórica da carestia, da miséria, da exploração e dos baixos salários utilizada pelo movimento encontrava abrigo nas classes populares porque era parte indivisível de seu cotidiano, constituindo-se numa experiência coletiva de quase duas décadas, se tomarmos a época das mobilizações do Cruzado. Vejamos como esta retórica esteve presente nos

---

<sup>230</sup> “Concentração em São Paulo tem tumulto e 14 são presos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1978, p. 3.

<sup>231</sup> GOHN, op. cit., p. 111; ALVES, op. cit., p. 229.

<sup>232</sup> Panfleto do Hino do Movimento Custo de Vida. Arquivo pessoal de Bernardo Kucinski. KUCINSKI, op. cit., p. 79.

discursos dos populares em meados dos anos 1980. É preciso que o leitor compreenda que as manifestações dos populares nas cartas contra a fome e os baixos salários não se restringe a experiências vividas apenas no momento em que foram escritas, mas fazem parte de longa experiência socio-histórica. Daí a dramaticidade dos discursos, como o de Rui da Silva Cunha, de Ewbank da Câmara (MG), 1º grau completo, casado, 50 a 59 anos, até 1 salário:

Se a Nova Constituinte for idêntica a Nova República, o que poderemos esperar? Salários de miséria, custo de vida altíssimo, sem fiscalização de espécie alguma por partes dos Governos e seus auxiliares.

(...)

Como um empregado de uma Prefeitura, casado, pai de filhos, poderá sobreviver com este miserável salário? Eu pergunto: A Nova Constituinte será assim ou será melhor? Eu, de minha parte, peço a Deus que seja melhor para mim e para meus irmãos de minha classe, que seja muitas vezes melhor. O exposto acima são as minhas sugestões.<sup>233</sup>

Um missivista anônimo de Passo Fundo (RS), possuidor de alta renda (mais de 20 salários), casado, Superior completo, 30 a 39 anos, trata da questão renda e da inflação: “Em minha opinião deveriam ser menos onerados os ASSALARIADOS deste País, pois recebemos minguados reajustes semanais, sempre abaixo da inflação galopante que temos que suportar”. Para ele, “já é ora de se revisar este abuso, passando a exigir MENOS dos assalariados brasileiros”.<sup>234</sup> Décio Messagi Gomes, Superior incompleto, 30 a 39 anos, salário elevado (entre 10 e 20 salários), fala em classe operária, proletariado e burguesia:

3 - Porque a classe operária não tem sido nada até agora em nosso sistema político, e também nos demais sistemas?

4 - Normalmente "Parlamentares" são burgueses e os mesmos correspondem seu "Poder econômico" com o "Poder político". Pode o "Proletariado" ter esperanças em seus projetos?<sup>235</sup>

Roberto José Rossetto, morador de Catuipe (RS), casado, Superior completo, 30 a 39 anos, entre 10 e 20 salários, enviou longa carta à Constituinte. Nela, vemos a indignação com as coisas inacreditáveis que “fazem com a gente”, “não importe a classe social que se localize”:

---

<sup>233</sup> Carta de Rui da Silva Cunha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L112 DATA: 21/02/86 FORMUL: 272 DV: 1 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>234</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 248 DV: 0 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>235</sup> Carta de Décio Messagi Gomes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L136 DATA: 23/02/86 FORMUL: 900 DV: D TIPO: 50 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Mesmo sabedor que ainda estamos em uma transição de regime e que a democracia total, para surtir efeito, deve caminhar a passos lentos, mas firmes, descrevo abaixo uma sugestão que "urge", para condições mais dignas aos brasileiros. Poderia nesta oportunidade sugerir melhores salários para os bancários, aumentos trimestrais, mensais, semanais, diários, etc., mas tenho certeza que nada adiantaria. Coloco-me então, na situação de consumidor. É inacreditável o que fazem com a gente. Realmente não sei onde começa o problema. Altos e desenfreados custos dos artigos de primeira necessidade (alimentação, vestuário e moradia) desesperam qualquer um. Não importa a classe social que se localize. É cada dia mais difícil alimentar-se, vestir-se e morar com dignidade. Isto posto, sugiro, para que haja justiça e que cada brasileiro possa fazer suas aquisições com certeza de não estar sendo lesado durante os períodos de aumentos salariais. Que todos os produtos de consumo básico sejam tabelados e fiscalizados, a exemplo de cigarros, revistas, medicamentos, combustíveis, etc. Se isto for conseguido, (tenho certeza que (e rogo a Deus), alguém se interessará pelo caso) assim viveremos todos melhores. Em todos os segmentos da sociedade, trabalhar-se-á com a certeza de que no mês seguinte, dispende-se-á a mesma percentagem do ordenado, na aquisição dos bens adquiridos no mês anterior, já que o ordenado é o mesmo.<sup>236</sup>

Vera Lucia Gonçalves Oliveira, de São José da Safira (MG), solteira, 1º grau completo, 25 a 29 anos, até 1 salário mínimo, faz duas perguntas que foram indexadas como SUGESTÕES NÃO PERTINENTES: “Gostaria de saber por qual motivo o salário mínimo não acompanha a inflação, está sempre mais abaixo. Como nós que vivemos com salário mínimo, vamos viver, e os nossos filhos como vão comer?”<sup>237</sup> Maria do Socorro da Silva Santos, de Pedro II (PI), solteira, 1º grau completo, 20 a 24 anos, também tinha experiências negativas. Ao dizer que o Brasil e sua cidade deveriam participar da Nova República, a jovem piauiense sabia que as coisas estavam no plano da retórica no governo Sarney, pois não sentia nenhuma mudança real, no que diz respeito a ausência do emprego e renda. O fato de ter anotado no formulário o item 08 - SEM RENDIMENTO e de não ter podido dar continuidade a seus estudos, parece ter sido para ela era motivo de frustração:

A minha sugestão é essa: Que o Brasil, principalmente, Pedro II, devia participar da Nova República. Porque Pedro II é uma cidade carente onde o desemprego é grande. Eu tenho primeiro grau completo, mas não tenho condições de continuar com meus estudos; confira as minhas respostas e veja a sugestão de n. 8; eu não respondi porque eu não exerço nenhuma atividade abaixo relacionada. O que eu espero da futura Constituição é muito emprego, colaboração e espero que também ajudem aos alunos assim como eu.<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> Carta Roberto José Rossetto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L009 DATA: 23/02/86 FORMUL: 218 DV: 4 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>237</sup> Carta Vera Lucia Gonçalves Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L034 DATA: 23/02/86 FORMUL: 819 DV: 8 TIPO: 50 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>238</sup> Carta Maria do Socorro da Silva Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L113 DATA: 23/02/86 FORMUL: 305 DV: D TIPO: 16

Ressalte-se que se trata de experiências inscritas na história da sociedade brasileira, portanto, não apenas circunscritas ao momento vivido por aquelas pessoas. Em meados dos anos 1980, Edeilson Santos Silva, morador de Sorocaba (SP), solteiro, 20 a 24 anos, tinha a exata noção de que os problemas do país não eram recentes: “Nós estamos passando por vários anos de muitos problemas”.<sup>239</sup>

Em 1979, o movimento passou por uma politização partidária, ao receber o ingresso de militantes do PCdoB, “dentro de sua nova estratégia de atuação direta junto às comunidades carentes, particularmente na zona urbana”.<sup>240</sup> A partir daí, passa a denominar-se Movimento de Luta Contra a Carestia. Divergências entre membros da Igreja e do PCdoB nos anos 1980 enfraqueceram o movimento, que, no entanto, deixou marcas nos movimentos populares, como nas ações para coleta de assinaturas em abaixo-assinados, que caracterizarão, por exemplo, a ação dos movimentos sociais na Constituinte alguns anos depois.

As extremas dificuldades cotidianas dos brasileiros frequentemente encontravam eco na cultura popular, que comumente se expressava de modo favorável à mobilização social, denunciando as mazelas do país e a desigualdade social, propondo união em torno de objetivos comuns. Gravada em 1981, “Virada”, grande sucesso na interpretação de Beth Carvalho, é um excelente exemplo:

O que adianta eu trabalhar demais,  
Se o que eu ganho é pouco,  
Se cada dia eu vou mais pra trás,  
Nessa vida levando soco,  
E quem tem muito tá querendo mais,  
E quem não tem tá no sufoco,

Vamos lá rapaziada,  
Tá na hora da virada  
Vamos dar o troco.

Vamos botar lenha nesse fogo,  
Vamos virar esse jogo  
Que é jogo de carta marcada  
O nosso time não está no degedo  
Vamos à luta sem medo

---

11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>239</sup> Carta de Edeilson Santos Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 038 DV: 5 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>240</sup> GOHN, op. cit., p. 111.

Que é hora do tudo ou nada.<sup>241</sup>

No mesmo período, o escritor popular Gonçalves Ferreira da Silva evidenciava, também em uma perspectiva classista, o problema da fome no país:

Enquanto à realidade  
Nosso povo não acorda  
Só existe uma verdade  
com a qual ninguém discorda:  
quanto mais a fome aperta  
mais o Delfim engorda.

O Silvio Santos ainda  
puxa o saco da negrada  
numa rede de TV  
magistralmente equipada  
sabendo que desses tipos  
não se pode esperar nada.

Pois quem nasce mergulhado  
numa riqueza sem nome  
almoça, janta e estuda,  
o que há de melhor come  
nunca pode avaliar  
a dor crucial da fome.

Não é só, precisamente,  
da fome a dor crucial  
é também a humilhação  
que provoca a dor moral  
e o olhar cavo dos filhos  
traz a tortura mental.<sup>242</sup>

Nas cartas de populares, há inúmeras menções a experiências coletivas de mobilização e estímulo à participação popular, como podemos verificar na missiva de José Soares de Souza Filho, solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, até 1 salário mínimo, morador de Duque de Caxias (RJ). Souza Filho apresenta seis sugestões, dentre as quais destaco duas:

- 3) Que seja direito do povo destituir qualquer parlamentar (Vereador, Deputados) com um simples abaixo assinado, contendo maior número de assinaturas do que o elegeu.
- 4) Que se crie em cada bairro representante legal para expor mensalmente os problemas do bairro ao Prefeito, sendo este representante desvinculado de qualquer partido e sem vencimentos.<sup>243</sup>

---

<sup>241</sup> “Virada”. Composição: Noca da Portela e Gilper. Intérprete: Beth Carvalho. “Na fonte”. LP. RCA, 1981. Disponível em: <http://www.bethcarvalho.com/?p=251>; <http://letras.terra.com.br/beth-carvalho/175045/>. Acessado em 21 jan. 2012.

<sup>242</sup> SILVA, Gonçalves Ferreira da. Delfim deu fim no Brasil. LC8364. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=44704>. Acessado em 08 jan. 2012.

<sup>243</sup> Carta de José Soares de Souza Filho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L029 DATA: 21/02/86 FORMUL: 723 DV: 3 TIPO: 10

Jeronyma Queiroz Ferreira, casada, 2º grau incompleto, 30 a 39 anos, até 1 salário, moradora de Serranópolis (GO) desejava “que os políticos abrissem ala para comunidade ou o povo em geral, para participarem e ajudar afim de nossa melhoria, que houvesse ainda igualdade, ao invéz de privilégios para uns e miséria para a maioria”.<sup>244</sup>

José Carlos de Souza Lemes, solteiro, Superior incompleto, 25 a 29 anos, entre 3 e 5 salários, morador de Brasília (DF), defende que haja “possibilidade de cassação de Parlamentares, por abaixo-assinado proporcional, homologado pelo TRE”.<sup>245</sup> Walter Queiroz, casado, morador de Duque de Caxias (RJ), Superior completo, 30 a 39 anos, entre 2 e 3 salários, também propôs uma solução que passasse por mecanismos de participação popular na política. Além disso, sua discriminação dos problemas do cotidiano das classes populares contribui para recuperarmos alguns dos aspectos das experiências sociais negativas das mesmas:

Em vista do Brasil ser um País de extensão territorial, é necessário que se crie em cada Município um posto independente para qualquer tipo de denúncia e reclamação. Esse posto deveria ter total liberdade de ação e estaria vinculado apenas ao Senado ou Câmara dos Deputados de Brasília. Tão logo a reclamação fosse dada, de preferência por telex ou telefone, os órgãos envolvidos seriam acionados a fim de solucionar problemas comuns de hoje, como abaixo:

Fiscalização sanitária, fiscalização de preços, corrupção, falta de luz, água, urbanização, transporte coletivo, telefone público mudo, poluição sonora, taxas bancárias exorbitantes, hospitais públicos em estado de abandono, etc...<sup>246</sup>

Frederico Luiz Maciel dos Santos, solteiro, Superior incompleto, mais de 20 salários, se apresenta como sendo do jornal *O Estado*. Morador de Patos (PB), Santos vê como fundamental a participação dos movimentos sociais na Constituinte que é, para ele, uma conquista popular:

Uma conquista do povo Brasileiro, assim podemos definir a Constituinte para o Brasil. Com todo este aparato popular que cerca a construção da Carta Máxima

---

05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>244</sup> Carta de Jeronyma Queiróz Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L019 DATA: 20/02/86 FORMUL: 460 DV: 9 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>245</sup> Carta de José Carlos de Souza Lemes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L121 DATA: 23/02/86 FORMUL: 508 DV: D TIPO: 10 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>246</sup> Carta de Walter Queiroz à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L138 DATA: 23/02/86 FORMUL: 941 DV: 8 TIPO: 10 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

de leis, se faz preciso a participação de organismo de representação popular do tipo dos sindicatos, associação do moradores, entidades estudantis etc.<sup>247</sup>

Outro movimento social fundamental nas lutas do período foi movimento da anistia aos presos e perseguidos políticos. Iniciado em 1975 com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado pela advogada Therezinha Zerbini, esposa do general Zerbini, afastado do Exército por ter sido contrário ao golpe de 64. Neste mesmo ano, o movimento já conseguiu atingir 16 mil assinaturas em um manifesto pela anistia política.<sup>248</sup> Logo a campanha obteve apoio de diversos segmentos sociais, contanto com a militância, entre outros, “dos familiares dos atingidos pela repressão, um pequeno exército de mães, irmãos, filhos de presos e desaparecidos dispostos a tudo”.<sup>249</sup> Para além das vítimas diretas da repressão, o movimento atraiu também as diversas correntes políticas de oposição e diversas categorias profissionais, pois tiveram muitos de seus membros prejudicados pela ditadura. Em 1977, chegava a 4.862 o número de cassados pelo regime e em dez mil o total de exilados e suas famílias.

Com o mérito de ter sido o “primeiro movimento legalmente constituído para o enfrentamento direto do regime militar”,<sup>250</sup> a partir de 1978, com o surgimento, no Rio de Janeiro, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), com apoio do MFPA e de “várias correntes de esquerda, da Igreja e entidades de profissionais liberais, como a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa”,<sup>251</sup> o crescimento foi ainda maior. Progressivamente, a campanha chamava a atenção do grande público, fosse nas ruas, universidades, clubes, sindicatos, associações de bairro e igrejas “mobilizava-se a população em torno do lema *Anistia, ampla, geral e irrestrita* – surgindo diariamente nos jornais uma história da

---

<sup>247</sup> Carta Frederico Luiz Maciel dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L109 DATA: 21/02/86 FORMUL: 214 DV: 1 TIPO: 36 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>248</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 82.

<sup>249</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 84.

<sup>250</sup> Depoimento de Helena Grecco, fundadora do MFPA e do CBA de Minas Gerais, para a página eletrônica *20 anos: Anistia não é esquecimento*, da Fundação Perseu Abramo / Projeto memória, 1999. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/porta/modules/news/index.php?storytopic=377>. Acesso em abril de 2009. Os depoimentos que fazem parte da página eletrônica foram reproduzidos em: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah (orgs.). *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 207-303. Extraído de PORTO, Fabiola Brigante del. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 1 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 47.

<sup>251</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 38.

cassação de algum militar constitucionalista, político legalista ou professor universitário”.<sup>252</sup>

As campanhas dos CBA conseguiram comover a opinião pública, ganhando espaço em toda a imprensa escrita e, em seguida, até mesmo na televisão. Segundo Kucinski, nesse momento, a imprensa atuou “no campo da defesa dos direitos humanos, da anistia e da denúncia de violações” – inclusive jornais mais liberais da grande imprensa, como *O Estado de São Paulo*, o qual, aliás, se destacou na oposição à ditadura.<sup>253</sup> De fato, a partir das ações e da visibilidade dos movimentos pela anistia, a importância do respeito aos direitos humanos passou a integrar as preocupações das classes populares. A carta do morador de Itabaiana (PI) Fábio Mozart Marino Costa, casado, 2º grau incompleto, 30 a 39 anos, entre 2 e 3 salários, é representativa desta influência:

... gostaria de colocar o problema da tortura a presos comuns, tão comum nas delegacias brasileiras. É o estado dando o exemplo de violência. Aqui no nordeste, não é diferente, e talvez seja mais forte do que no sul ou sudeste, talvez porque a qualidade de vida do homem nordestino seja tão baixa, que nenhuma consideração merece a sua condição de pessoa humana. Sabemos que a lei brasileira garante a integridade física do preso, mas lei nenhuma aqui foi feita para ser cumprida. Será mas lei nenhuma aqui foi feita para ser cumprida. Será que a nova constituição não deveria penalizar com mais rigor os torturadores? gostaria de receber vossa opinião a respeito, já que a tortura é desumana, irracional e não combate a criminalidade. Pelo contrário.<sup>254</sup>

Sebastião Simão Evangelista, morador de Mogi das Cruzes (SP), casado, 40 a 49 anos, 1º grau completo, de 2 a 3 salários, pede “fins das Torturas em Prisões, para arrancar confissões [sic], e que automaticamente sejam expulsos da corporação todos os torturadores. E que pague pelo crime de tortura qualquer que seja a autoridade”.<sup>255</sup> J. Eugênio Corrêa, solteiro, acima de 59 anos, Superior completo, entre 5 e 10 salários, morador de Juiz de Fora (MG), lista uma série de sugestões à Assembleia, dentre as quais apresento as seguintes:

- 1- Todos são iguais mesmo perante a Lei.
- 2- Todo ser humano é portador de uma dignidade inalienável. E é sujeito de direitos e deveres.

---

<sup>252</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA e DELGADO (orgs.), op. cit., p. 269; PORTO, op. cit., p. 47.

<sup>253</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 86.

<sup>254</sup> Carta de Fábio Mozart Marino Costa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L009 DATA: 20/02/86 FORMUL: 226 DV: 6 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>255</sup> Carta de Sebastião Simão Evangelista à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L112 DATA: 22/02/86 FORMUL: 278 DV: 3 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

3- Todos são livres para pensar e decidir de acordo com sua consciência; para expressar e se organizar em associações; para ir e vir em busca de sua realização, e em profundo respeito à liberdade e dignidade dos outros.

4- A vida humana deve ser preservada, sustentada e valorizada. Por isso, nada de torturas, violências física e psíquica, aborto, pena de morte.<sup>256</sup>

Liz Gonçalves Andrade Santiago, solteiro, Superior incompleto, entre 20 e 24 anos, sem rendimento, morador de José de Freitas (PI), argumenta que desde 1948 a ONU

aprovou um documento composto de 30 artigos, e que chamaram-no de a "Declaração Universal dos Direitos Humanos" No seu 2o artigo, declara-se que todo homem tem capacidade para gozar os direitos e deveres estabelecidos nesta, sem distinção de qualquer espécie; no 5o, proíbe a tortura e castigos cruéis, desumanos e degradantes; no 6o fala do direito de todo homem ser reconhecido como pessoa humana perante a lei. Mas, por razão da desigualdade social, onde poucos são pessoas para poucos, o século vinte (xx) tomou posse da crise e só crise.

Ao final, Santiago indaga: Porque então, não reconhecer os direitos humanos como sendo para todos sua distinção de raça, cor, status social, dando a um o que pode ser dado a todos, para com isso favorecer a nossa nação?<sup>257</sup>

Entre as ações para o convencimento dos diversos setores da sociedade estava a produção de materiais de conscientização da população. Um exemplo foi o manifesto distribuído em panfleto por estudantes e pelo setor jovem do MDB, em abril de 1978, que propugnava a abertura de um comitê regional pela anistia em Brasília, demonstra os vínculos criados entre os movimentos pela anistia e as demais lutas sociais:

Quatorze anos de regime repressivo fizeram com que o povo manifestasse o seu cansaço. E começasse a retomar sua luta contra as mentiras e a falta de liberdade nesse país. O povo está cansado. Cansado de não votar, cansado de só trabalhar, cansado de produzir e não ter o que comer, cansado de não ter casa nem roupa, cansado de morrer nos acidentes e não ter saúde.<sup>258</sup>

O “Manifesto à Nação”, documento que encerrou o I Congresso Nacional pela Anistia, ao mesmo tempo em que aponta as relações que criou com os outros movimentos, nos oferece uma ideia bastante clara do nível e da abrangência de mobilização que ora se desenvolvia no Brasil (bem como da noção de que a “nação” é o conjunto dos oprimidos):

Hoje a nação reivindica seus direitos. Operários vão à greve a fim de recuperar seu poder aquisitivo arruinado e exigir sua legítima liberdade de organização e manifestação. Advogados, falando em nome da nação indignada, repudiam

---

<sup>256</sup> Carta de J. Eugênio Corrêa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L024 DATA: 23/02/86 FORMUL: 572 DV: 2 TIPO: 10 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>257</sup> Carta de Liz Gonçalves Andrade Santiago à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L216 DATA: 23/02/86 FORMUL: 381 DV: D TIPO: 14 21/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>258</sup> Citado em: “A lembrança de abril de 1945”. Movimento, 24/4/1978, p. 9. Extraído de: PORTO, op. cit., p. 47.

firmemente a lei da segurança nacional, instrumento de perpetuação da violência e do arbítrio. Estudantes exigiam o papel construtivo que lhes cabe na condução dos destinos da nação através de suas entidades livres e representativas. Os trabalhadores afirmam seu elementar direito de sindicalizados. Operários e estudantes; advogados, médicos e profissionais liberais; (...) religiosos, políticos e servidores públicos; negros e mulheres, vindo de todo o Brasil através de entidades representativas [...] e no caráter de vítimas da repressão (...) (...) repudiam a marginalização política, econômica e social do povo brasileiro, condenam a repressão que sobre eles se abate a exigem anistia. (...) <sup>259</sup>

O desempenho do MDB nas urnas em 1978 teve efeito positivo também nas lutas pela anistia no interior do Parlamento, uma vez que muitos dos eleitos eram membros de movimentos sociais ou de partidos ou movimentos políticos clandestinos, e passaram a forçar os limites da abertura também na questão da anistia, associados aos CBAs.<sup>260</sup> Temendo ser ultrapassado pelas ruas, em 28 de agosto de 1979, o governo Figueiredo decretou, sem negociação com a oposição, uma anistia que buscava assegurar que não haveria revanchismos contra os torturadores.<sup>261</sup> De todo modo, apesar das críticas dos envolvidos no movimento pela anistia ao governo, o decreto, ainda que aquém da vontade popular, representou uma vitória para os movimentos sociais pela anistia, tidos por Gohn, como os principais movimentos sociais da década, ao lado dos movimentos grevistas do ABC paulista.<sup>262</sup>

Vale ressaltar a exposição midiática que recebiam os anistiados em seu retorno, o que ampliava os efeitos dessas lutas sociais sobre o restante da população. Lucas Figueiredo informa que

as TVs mostravam multidões nos aeroportos do país a receber, com festa, nomes como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, Márcio Moreira Alves, Gregório Bezerra, Francisco Julião, Darcy Ribeiro e Fernando Gabeira – na ótica dos agentes da repressão, cada um mais perigoso que o outro...<sup>263</sup>

João Trajano Sento-Sé também destaca esses momentos. De acordo com ele, eram verdadeiras celebrações cívicas, com multidões que lotavam os aeroportos para saudar figuras em que os anos no exterior acabaram por imprimir uma aura quase mística de heroísmo. Foi assim com Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Gregório Bezerra e alguns mais. A maior parte deles fazia do Aeroporto internacional do Galeão, Rio de Janeiro, a porta de entrada do retorno ao país. Retorno este que era, simultaneamente, retorno à vida política nacional. A cena se repetia ritualisticamente. Centenas de pessoas comprimiam-se no saguão do desembarque do aeroporto com faixas de boas-vindas, bandeiras de organizações políticas extintas ou clandestinas, cantando palavras de ordem e, eventualmente,

---

<sup>259</sup> “Manifesto à Nação”. Encerramento do I Congresso Nacional pela Anistia. São Paulo, 5 de novembro de 1978. Fundo Comitê Brasileiro de Anistia. Acervo Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. Extraído de: PORTO, op. cit., p. 48.

<sup>260</sup> PORTO, op. cit., p. 49.

<sup>261</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA e DELGADO (orgs.), op. cit., p. 270. (O Brasil Republicano; v. 4)

<sup>262</sup> GOHN, op. cit., p. 116.

<sup>263</sup> FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 293.

o Hino Nacional. O ex-exilado aparecia, era saudado entusiasmamente, carregado pela multidão, vez por outra proferia um discurso mais ou menos improvisado e, independentemente do teor, provocava uma reação entusiasmada dos celebrantes. Eram realmente dias especiais ou, ao menos, assim parecia para aqueles que para lá se dirigiam. A política reencontrava, aos poucos, sua dimensão de festa e celebração.<sup>264</sup>

Acerca do caráter pedagógico do movimento, creio que o depoimento do líder operário Luís Inácio Lula da Silva seja emblemático:

Quando eu fui procurado pelo Greenhalgh [...] pra gente começar a discutir a questão da Anistia lá no Sindicato, eu falei: “Anistia não enche barriga de trabalhador. Nós vamos continuar com a nossa bandeira aqui. Essa não é a bandeira prioritária nossa”. Isso mostrava a minha despolitização! Mesmo assim, nós fizemos o primeiro grande ato, com o Zé Ibraim e o Manuel da Conceição, lá em São Bernardo do Campo. (...)”.

A anistia foi fundamental para conscientizar politicamente. (...) Eu, por exemplo, quando era despolitizado, saía na rua e passava ali no Largo do São Bento, e tinha aqueles cartazes da repressão: “Procura-se...”. Até Zé Dirceu tava lá. Eu achava que eles eram bandidos mesmo. E foi exatamente depois da presidência do Sindicato e da luta pela anistia que foi me dando a visão do que tinha acontecido neste país.<sup>265</sup>

Como Lula, quantos outros não terão sido atraídos para o campo da luta contra a ditadura por sua experiência com movimentos sociais? Ou, o que não é menos importante, quantos ingressaram no campo daqueles que passaram a considerar o governo ditatorial como inimigo do povo através do contato, mesmo que indireto, com os movimentos sociais?

Nas lutas sociais dos anos 1970 e 1980 as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB) ou Associações de Amigos de Bairro (AAB) também tiveram enorme destaque. Para que se tenha uma ideia de sua amplitude, somente na cidade do Rio de Janeiro havia 110 entidades coordenadas pela Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ); nos municípios da Baixada Fluminense eram mais 350 associações de moradores, das quais cerca de 80 eram coordenadas pelo Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu; a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro reunia cerca de 40 associações. Em todo o estado de São Paulo eram 1.300 associações, sendo 500 delas na capital. De acordo com Alves, em 1980, somente no estado do Rio de Janeiro surgia uma nova associação a cada semana, o que também ocorria de forma semelhante no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Amazonas, Pará, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná.<sup>266</sup> As organizações

---

<sup>264</sup> SENTO-SÉ, op. cit., p. 82.

<sup>265</sup> Depoimento de Luís Inácio Lula da Silva apud PORTO, op. cit., p. 62, 63.

<sup>266</sup> ALVES, op. cit., p. 226, 227.

populares se disseminavam na esteira da crescente unidade dos diversos segmentos populares que compunham o campo dos oprimidos, que só fazia ampliar-se.

A SABs tinham como objetivo principal a mobilização dos moradores para a obtenção de melhorias na localidade, no que diz respeito à coleta de lixo, oferta de água e de energia, implantação de rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação, criação de praças, escolas, postos de saúde etc. As estratégias eram as mais diversas, e frequentemente havia ações de protesto ou mesmo de confronto com as autoridades.<sup>267</sup>

Vejamos dois casos emblemáticos desse tipo de mobilização popular. No Pará, em novembro de 1977, várias associações de moradores de Belém se uniram para erguer barricadas em todas as ruas que não tinham pavimentação.<sup>268</sup> Em 1979, em Nova Iguaçu (RJ), outra ação de relevo. O Banco Nacional da Habitação (BNH) expulsou 16 mil famílias de 23 prédios de um conjunto habitacional, alegando que os mutuários estavam inadimplentes, entre outras acusações. O problema da inadimplência decorria do fato que as prestações eram reajustadas pela inflação, ao passo que o salário não. A resistência dos moradores veio através do MOB de Nova Iguaçu, que teve o apoio do bispo Dom Adriano Hypólito. Após meses de luta entre as associações de bairro e o BNH, as negociações chegaram ao final com a vitória dos moradores.<sup>269</sup>

O Movimento dos Loteamentos Clandestinos iniciado pelas ações da Igreja em 1972 também teve grade destaque. A partir de São Paulo, se expandiu para todas as periferias das grandes cidades. Esse movimento lutava pela legalização de loteamentos clandestinos vendidos irregularmente às famílias de trabalhadores, sem que estes soubessem que estavam sendo enganados.<sup>270</sup> Vale lembrar que questões vinculadas ao “sonho da casa própria” ganharam muito espaço no período, em função da dificuldade cada vez maior da população obter seu imóvel, que normalmente era adquirido (quando era) em locais distantes e sem a infraestrutura necessária (transportes, água, luz, esgoto etc.). Essa questão estava nas preocupações de Ernesto Marques Samuel, casado, 1º grau completo, 50 a 59 anos, até 1 salário, morador de Maricá (RJ). Samuel escreveu:

Um pedacinho de terra para cada brasileiro, a situação do Brasil seria bem melhor, não deixar que mexam com os índios, com os posseiros, os trabalhadores rurais. O homem do campo documento aos posseiros para que eles possam dormir

---

<sup>267</sup> ALVES, op. cit., p. 229

<sup>268</sup> ALVES, op. cit., p. 229, nota 11.

<sup>269</sup> ALVES, op. cit., p. 230, 231.

<sup>270</sup> ALVES, op. cit., p. 112, 113.

mais tranquilos. Evitar os grileiros os loteamentos clandestinos, que tiram o homem do campo e jogam nas periferias, a mercê da sorte e marginalizando-os.<sup>271</sup>

Talvez por medo, uma pessoa que se identificou apenas por Paulo, sem mais nenhum dado, além de que era moradora de Campinas (SP), também tinha experiência com loteamento clandestino: “Quem comprar ou vender loteamentos clandestinos, paga uma multa anual de um salário mínimo, até a regularização dos mesmos. O meu pai comprou um lote, agora este, tem dois proprietários”.<sup>272</sup> Edesio Domiciano Alvarenga, morador de Itaberá (SP), casado, 40 a 49 anos, 1º grau incompleto, de 1 a 2 salários, também era um dos atingidos pelo problema. Ele afirma que morava com a família “em um lote da F. Pirituba onde a mais de 5 anos esperamos a escritura definitiva temos todos as prestações pagas e nada de documento”. Para piorar o quadro, apareceram “uns invasores de terra”. Daí o questionamento: “e nós e nosso dinheiro, para onde irão, onde está esta lei de nosso país”.<sup>273</sup>

Em que pese a importância de todos os movimentos populares, como não há espaço para detalhá-los todos, vale citá-los de forma sucinta, como registro da multiplicidade de novos atores e reivindicações que marcaram a formação da identidade comum que criou as classes populares.<sup>274</sup> Em comum, pode-se afirmar que todos esses movimentos são evidência de que

---

<sup>271</sup> Carta de Ernesto Marques Samuel à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L015 DATA: 02/03/86 FORMUL: 370 DV: 3 TIPO: 10 25/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>272</sup> Carta de Paulo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L010 DATA: 25/05/86 FORMUL: 230 DV: 7 TIPO: 10 21/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>273</sup> Carta de Edesio Domiciano Alvarenga à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L011 DATA: 28/07/86 FORMUL: 274 DV: 9 TIPO: 14 09/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>274</sup> O ano de 1979 assiste ao surgimento de muitos movimentos sociais em todo o país, tanto em função do aproveitamento da brecha proporcionada pela abertura, quanto pelo efeito pedagógico que as lutas em andamento vinham desempenhando. Nesse ano, entre outros, surgem o Movimento das Favelas em São Paulo e Belo Horizonte, o Movimento dos Transportes Coletivos, o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo e Belo Horizonte, o Movimento dos Sem-Terra, em Santa Catarina, e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens em Itá (SC). Em 1980, nasce a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), ocorrem o protesto indígena durante a visita do papa João Paulo II<sup>274</sup> e o I Congresso Nacional de Luta Contra a Carestia. Em 1981, ganham destaque a passeata contra o aumento da passagem de ônibus em Salvador (cujo quebra-quebra é reproduzido em várias partes do país nos dias subsequentes), o Movimento Assembléia do Povo (baseado nas ações dos movimentos de favelas), o Movimento de Invasões de Terras na Fazenda Itupu (SP). Em 1982, é criada a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM) e ocorre o primeiro encontro nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 1983, surge em São Paulo o Movimento de Desempregados (que logo se espalha para outros estados), é criado o Movimento de Luta pela Moradia das Associações Comunitárias, ocorrem os quebra-quebras de trens em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como ondas de saques em supermercados nas mesmas cidades. Em 1984, é criado o

havia um clima de esperança, de crença na necessidade de retomada da democracia, da necessidade de participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. Os moradores das periferias, das favelas, dos cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social.<sup>275</sup>

De fato, apesar das mazelas vividas, havia esperança de transformação, que na música popular foi traduzida, entre muitas outras, nos versos de Ivan Lins e Vitor Martins em “Novo tempo”. Gravada em 1980, tanto a música quanto o LP de mesmo nome tiveram muito sucesso na voz de Lins:

No novo tempo, apesar dos castigos  
Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos  
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer  
No novo tempo, apesar dos perigos  
Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta  
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver  
Pra que nossa esperança seja mais que a vingança  
Seja sempre um caminho que se deixa de herança  
No novo tempo, apesar dos castigos  
De toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga  
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer  
No novo tempo, apesar dos perigos  
De todos os pecados, de todos enganos, estamos marcados  
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver  
No novo tempo, apesar dos castigos  
Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas  
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer  
No novo tempo, apesar dos perigos  
A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça.<sup>276</sup>

Castigos, perigos, pecados, enganos, “força bruta”, fadiga, injustiça, “noite que assusta” eram do conhecimento dos brasileiros, que, no entanto, de diversas maneiras, estavam crescidos, atentos, mais vivos, nas ruas, na praça, na luta, “quebrando as algemas pra sobreviver”.

#### 1.4. As experiências dos estudantes e das mulheres

---

Movimento dos Mutuários do BNH e surge o Movimento dos Assentamentos Rurais. Em 1985, como desdobramento dos movimentos no campo do ano anterior, ocorrem encontros regionais em Santa Catarina e Paraná e o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Curitiba (PR). Também foi criado o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Em 1986, surgem o Movimento Negro Unificado, o Movimento dos Inquilinos Intranquilos, o Movimento dos Sem-Casas e o Movimento dos Proprietários Locadores de Imóveis. Ver, GOHN, op. cit., pp. 129-139.

<sup>275</sup> GOHN, op. cit., p. 114.

<sup>276</sup> “Novo tempo”. Composição: Ivan Lins e Vitor Martins. Intérprete: In: Ivan Lins. Novo tempo. LP. EMI-Odeon, 1980. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/ivan-lins/discografia>, [http://ivanlins.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=109&Itemid=343](http://ivanlins.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=343); <http://letras.terra.com.br/ivan-lins/46444/>; Acessado em 28 ago. 2011.

No quadro das transformações ocorridas no período da abertura, a rearticulação do Movimento Estudantil a partir de 1977 foi muito importante, entre outras razões, porque os estudantes conseguiam visibilidade para suas ações. Em março e maio de 1977, os estudantes já haviam realizado diversos protestos contra o governo. E, percebendo que havia algum espaço para atuar, buscaram unir as diversas correntes para reorganizarem a União Nacional dos Estudantes.<sup>277</sup> Em greve, 60 mil estudantes da Universidade de São Paulo não frequentaram as salas de aula, 10 mil deles ocuparam as ruas pela libertação dos presos políticos e pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Na caminhada, foram aplaudidos pela população, e se abraçavam quando começou a chuva de papel picado, alguns deles às lágrimas.<sup>278</sup>

Os reflexos das mobilizações em São Paulo logo se refletiram no Rio de Janeiro, em Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, sempre com a cobertura da imprensa, que, no entanto adotou, nas palavras de Gaspari, um “código de cumplicidade”, o que podia ser traduzido por não fotografar rostos nem identificar lideranças,<sup>279</sup> mais um indicador da identidade comum em formação.

Em julho de 1977, em um protesto na Universidade de Brasília, vários estudantes saíram feridos e mais de trinta deles expulsos da UNB.<sup>280</sup> Contudo, a repressão não foi capaz de frear o ímpeto do movimento, que se beneficiava do quadro geral de oposição à ditadura que só fazia ampliar-se. Em 21 de setembro de 1977, por exemplo, 1.300 estudantes participavam do III Encontro Nacional de Estudantes na PUC-SP. 500 deles foram presos e trinta e dois posteriormente enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O relatório do Secretário de Segurança de São Paulo, Cel. Erasmo Dias, informava, entre outras, que a manifestação de 23 de setembro fora a 10ª do ano, que os presos passavam por triagem na através da qual eram qualificados, identificados, ouvidos e liberados em menos de 24 horas. O documento ainda demonstrou certa irritação com “a co-autoria intelectual representada pelo respaldo de setores da Igreja, da política e imprensa, [que] é outro fato bastante caracterizado, em particular, nestes últimos dias...”<sup>281</sup> Como temos visto, havia convergência entre diversos movimentos sociais.

---

<sup>277</sup> COUTO, op. cit., p. 205.

<sup>278</sup> GASPARI, op. cit., p. 407.

<sup>279</sup> GASPARI, op. cit., p. 407.

<sup>280</sup> COUTO, op. cit., p. 205.

<sup>281</sup> “Erasmo vê massa de manobra”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 set. 1977, p. 17.

Todavia, o relatório oficial não revelava que a ação da polícia fora truculenta, que deixou estudantes em estado de choque, vários deles chorando, vítimas de inúmeros golpes de cassetete, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. De acordo com a reportagem do *Jornal do Brasil*, os estudantes estavam em frente ao Teatro da Universidade Católica (Tuca) e começaram o ato às 21h, com leitura de informes e outros, com interrupções aos gritos de “viva a UNE” e coros como “UNE, UNE, UNE”. 40 minutos depois teve início a leitura da “Carta Aberta à População”, que, de acordo com a matéria, ficou somente no primeiro parágrafo, pois chegaram os policiais e cercaram os estudantes de forma violenta, pondo a todos humilhanamente sentados no chão, invadindo salas de aula e outros espaços, retirando alunos, professores e funcionários sob pancadas.<sup>282</sup>

Diante das ocorrências, vale a lembrança de que a coragem dos estudantes que sabiam que o que lhes esperava indica que compartilhavam do sentimento difuso entre diversos segmentos sociais de que a ditadura deveria ser enfrentada. Deve-se ter em vista que, ao mesmo tempo em que a brutal violência exercida pelas forças da repressão sobre os estudantes contribuiu “para aumentar a indignação geral que já tomava conta da sociedade brasileira diante de um governo que não tinha mais legitimidade ou base de apoio”,<sup>283</sup> serviu também para aumentar a força do próprio movimento e de outros que lutavam pelas liberdades democráticas.

As lutas dos estudantes por autonomia universitária e pela refundação da UNE se somavam a outras bandeiras dos movimentos sociais. Um exemplo dessa união pode ser visto em matéria da repórter da *TV Globo*, Sônia Pompeu, no *Jornal Nacional*, tendo ao fundo a imagem dos estudantes e outros manifestantes no Centro do Rio de Janeiro, em 1979. Pompeu informa que

esta manifestação pela anistia ampla, geral e irrestrita teve um clima diferente das outras manifestações aqui na Cinelândia. Artistas e estudantes cantaram e recitaram poesias no momento em que o Congresso Nacional em Brasília votava no projeto de anistia do governo.<sup>284</sup>

Dois anos de mobilização não foram infrutíferos. Em outubro de 1979, cerca de 400 mil estudantes foram às urnas para escolher a nova diretoria da entidade, apesar do decreto assinado pelo presidente Figueiredo que destituía de função de dirigente todos os que fossem candidatos em instituições estranhas àquelas em que são matriculados. Assim, os

---

<sup>282</sup> “Polícia paulista dissolve ato na PUC e confina 3 mil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 set. 1977, p. 9.

<sup>283</sup> GOHN, op. cit., p. 117.

<sup>284</sup> Manifestação em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Disponível em [http://www.mme.org.br/main.asp?ViewID={C46F803D-FB3E-447F-AD0D-C9874CDCC37A}&video=soniaPompeu\\_4.wmv](http://www.mme.org.br/main.asp?ViewID={C46F803D-FB3E-447F-AD0D-C9874CDCC37A}&video=soniaPompeu_4.wmv). Acessado em 13 jul. 2011.

eleitos para a Direção da UNE não seriam considerados pelo governo como interlocutores válidos.<sup>285</sup> Apesar de tudo, os estudantes foram em frente e elegeram a chapa encabeçada por Ruy Cesar Costa Silva para a recriação da União Nacional dos Estudantes,<sup>286</sup> que se manteve na linha de frente contra a ditadura, como atesta a carta do jovem morador de Brasília (DF) Jair Portella, solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau completo, de 2 a 3 salários, que procura apontar a importância da militância estudantil e ampliar sua participação nos processos decisórios:

Na última década os movimentos estudantis, e juvenis, seja de classe, de bairro ou rural tem se tornado cada vez mais fortes e fortificando as bases dos partidos políticos, mas encontram muitas dificuldades e falta de apoio, a juventude é considerada apenas como mero cabo eleitoral de candidatos que não reconhecem os jovens como políticos e que são capazes de decidir e tomar decisões. É necessário que na Assembléia Nacional Constituinte "86" a juventude tenha voz e participação direta nos debates e estudos constitucionais, para que na nova Constituição os jovens tenham condições de participar diretamente do governo, da administração e do processo político do Estado.<sup>287</sup>

Os movimentos feministas, criados a partir de grupos de mulheres que atuavam em sindicatos, também obtiveram cada vez mais destaque dentre os movimentos sociais, em função do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, da falta de liberdade no país e da própria pauta de reivindicações de mulheres.<sup>288</sup> De acordo com Araújo, faziam parte desses movimentos jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* que afirmavam a especificidade da questão feminina, isto é, “um conjunto de problemas que dizia respeito à condição das mulheres e que era ignorado pelos espaços e instâncias tradicionais da política (geralmente masculinos), como partidos e sindicatos”.<sup>289</sup> Ao mesmo tempo, os movimentos feministas – e sua imprensa – procuravam articular a luta feminista com “a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar”.<sup>290</sup>

Curiosamente, nas cartas à Constituinte, algumas vezes apareciam mulheres que não queriam ser vistas como feministas, embora reclamassem mudanças que eram

---

<sup>285</sup> “Decreto proíbe participação de DCEs na eleição da UNE”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 nov. 1979, p. 9.

<sup>286</sup> Depoimentos: Ruy Cesar Costa Silva. Memória do Movimento Estudantil. Disponível em <http://www.mme.org.br/main.asp?View=%7BD8F61CAF%2DFA6F%2D480C%2DB5B8%2D2B7E575100%7D&Team=&params=itemID=%7B9538BA1E%2D16EC%2D47D1%2DBB19%2D3F7796CADD0F%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB%2D05D4%2D4644%2DA8F2%2DFAD4803C8898%7D>. Acessado em 13 jul. 2011.

<sup>287</sup> Carta de Jair Portella à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: P010 DATA: 09/12/86 FORMUL: 229 DV: 1 TIPO: 10 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>288</sup> GOHN, op. cit., p. 115.

<sup>289</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 161.

<sup>290</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 161.

bandeiras históricas dos movimentos de mulheres. Em sua carta, Leila do Carmo Lemos, moradora de Cambuquira (MG), solteira, Superior completo, 25 a 29 anos, de 1 a 2 salários, diz o seguinte: “Sem ser feminista mas gostaria que a nova constituição visasse mas o direito da mulher. Que não seja uma constituinte preconceituosa em relação ao amor e ao sexo”.<sup>291</sup> Vera Lúcia Carmo, moradora de Moeda (MG), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, também resiste a ser tida como feminista: “Não é para dizer que sou feminista, mas as mulheres não têm sua vez. Se houver um homem e uma mulher trabalhando em uma mesma função ela ganha menos, porque? Qual o privilégio oculto dos homens?”<sup>292</sup> Adriana Cristina Alves do Amaral, moradora de Boituva (SP), solteira, Superior completo, 20 a 24 anos, sem rendimento, encaminha carta a deputada, atriz e jornalista Ruth Escobar (PMDB-SP, depois PDT-SP), conhecida também por sua luta pelos direitos da mulheres:

... o próximo sábado, dia 8 é o dia das mulheres, nós somos as rainhas do lar, mas isso basta? Todas sabemos que são. Me dirijo a você Ruth, porque essa é a nossa luta mas sou feminista no sentido Pejorativo da palavra, sou até muito feminina, um privilégio das mulheres, mas eu luto pela igualdade dos direitos e deveres independentes do sexo do cidadão. A meu ver, nossa nova Constituinte deveria deixar claro os direitos trabalhistas da mulher, independente de idade, estado civil, religião, etc. Mas é a idade, o estado civil, a crença, o número de filhos a ele mesmo as preferências sexuais da cidadã que indicará sua capacidade e disposição ou não de trabalhar. Para ilustrar, dois exemplos da discriminação à mulher, duas delas foram tentar um emprego na agência do Bradesco em Boituva: Uma tem trinta e três anos de idade e a outra vinte e três, duas mulheres competentes e dignas. Uma não foi contratada por ultrapassar o limite imposto pelo banco de vinte e seis anos e a outra por ser casada. São apenas dois exemplos recentes da discriminação não significativas. A meu ver, temos que mudar esta situação.<sup>293</sup>

### 1.5. A experiência do medo

É importante destacar que as diversas ações, sejam dos movimentos sociais, sejam das oposições organizadas no MDB, tiveram o mérito de contribuir para a – lenta, mas constante – quebra daquilo que Maria Helena Moreira Alves chama de “cultura do medo”, propiciada pelo recurso ao uso generalizado da tortura contra os integrantes de movimentos

---

<sup>291</sup> Carta de Leila do Carmo Lemos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L039 DATA: 29/04/86 FORMUL: 978 DV: 4 TIPO: 10 18/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>292</sup> Carta de Vera Lúcia Carmo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L017 DATA: 29/04/86 FORMUL: 428 DV: 4 TIPO: 10 17/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>293</sup> Carta de Adriana Cristina Alves do Amaral à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L022 DATA: 26/07/86 FORMUL: 544 DV: 9 TIPO: 10 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

sociais e políticos contrários ao regime. O medo da tortura se impunha muitas vezes como um poderoso e duradouro inibidor da ação política. À guisa de exemplo, vejamos uma situação ocorrida em 1981, quando ela já não era utilizada de forma sistemática e ostensiva pelas forças da repressão, embora existente, mas ainda estava muito vívida na memória dos trabalhadores:

Isto ficou dramaticamente patente durante um comício do Partido dos Trabalhadores (PT) em maio de 1981. O presidente do partido, o líder metalúrgico Luís Inácio da Silva, observou em conversa com os operários ali reunidos: ‘Precisamos deixar de ter medo. Estamos com medo de quê? De ser presos?’ Do fundo da sala, um operário gritou: ‘Temos medo de ser torturados! Eu fui torturado!’ Houve um momento de constrangido silêncio, e Lula respondeu: ‘Sim, companheiro. Temos medo de ser torturados. Mas precisamos deixar de ter medo da tortura. Não há pior tortura que ver nosso filho chorar por um prato de comida ou um copo de leite e saber que nosso salário não dá pra comprá-lo’. Embora a multidão reagisse com aplausos, o medo permanecia uma presença quase palpável.<sup>294</sup>

O discurso do líder operário, embora tenha buscado encorajar os militantes, admitia a existência do medo ao afirmar que era necessário deixar de tê-lo. Se o medo da repressão ainda constava dos cálculos dos trabalhadores na década de 1980, imaginemos a situação dos que estavam se organizando ainda na primeira metade dos anos 1970. Ao realizarem suas lutas nos anos em que a repressão era terrivelmente mais dura, eles tiveram o mérito – e a coragem – de reinaugurar a mobilização social no país sob o espectro da tortura, então uma possibilidade muito mais tangível que nos anos 1980. Em meados dos anos 1980, o jovem de Ibipora (PR) Roberto Cezar da Silva, solteiro, 15 a 19 anos, 1º grau completo, ainda tinha medo: “Obrigado por esse momento de falar pois tenho medo de falar o que que é certo. Muito obrigado a vocês que nos deram essa chance”.<sup>295</sup> O recente regime democrático não tinha apagado a recente memória – e a experiência – do medo, como podemos perceber nas palavras de Julio Cesar Weyme da Cunha, morador de Piripiri (PI), solteiro, Superior incompleto, 20 a 24 anos, sem rendimento:

Nosso país carece muitíssimo de uma polícia militar mais eficaz, treinamento de homens, fisicamente e intelectualmente, pois os nossos "PMs", ao contrário de dar segurança, proporcionam temor, quem não tem medo de um PM ignorante e mal-educado?<sup>296</sup>

---

<sup>294</sup> ALVES, op. cit., p. 170.

<sup>295</sup> Carta de Roberto Cezar da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 794 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>296</sup> Carta de Julio Cesar Weyme da Cunha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L002 DATA: 21/02/86 FORMUL: 032 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Por outro lado, essas experiências também contribuíram para a criação de uma identidade comum entre os brasileiros. Vinícius Brant acentua o fato quando

aponta para a importância da experiência do medo e do terror imposto pelo regime militar para a formação desses vínculos de solidariedade entre as pessoas, o que se colocaria acima de suas divergências político-ideológicas. A indignação e a revolta, por um lado, e a consciência da legitimidade de suas lutas e protestos, por outro, foram, então, fundamentais para que as oposições ao regime militar acumulassem e articulassem forças, registrando o repúdio às arbitrariedades e à violência das forças repressivas do regime autoritário.<sup>297</sup>

A questão dos direitos humanos se constituiu em mais uma daquelas que colocou a sociedade em oposição ao Estado ditatorial. Novamente, a Igreja foi a instituição mais destacada na defesa daqueles que foram vitimados pelo regime. Desde o pior período repressivo (1969-1973), sua atuação era bastante expressiva, seja no campo da “política formal”, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), seja no campo da “política de base”, através da pastoral nacional e das pastorais locais.<sup>298</sup> A noção de direitos humanos adotada pela Igreja era bastante ampla, não se restringindo, portanto, à questão do arbítrio e da tortura perpetrados pelo regime ditatorial. As próprias áreas de atuação das pastorais evidenciam sua abrangência social, como afirmado anteriormente.

O sentimento de horror à tortura entre a população começou a se disseminar a partir de 1975-76, quando, por ocasião dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, e do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, o envolvimento da grande imprensa e da imprensa alternativa com a questão foi unânime (embora maior com o jornalista do que com o operário). Assim, as pessoas ficaram a par dos detalhes que cercaram tais mortes, colocando o governo em delicada situação.

O caso Herzog tanto chocou a opinião pública que o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), João Figueiredo, em sua “apreciação sumária” enviada ao presidente Geisel, lamuriou-se quanto ao caso do “jornalista, um comunista confesso”, que cometera suicídio [sic], sobre o qual “o Comando Militar responsável dá a versão rigorosamente exata do episódio”. Contudo, o lamento não se deveu ao hediondo crime, mas à

triste conclusão, que o analista [o próprio Figueiredo] aponta a contragosto: a opinião pública, na sua grande maioria, não acreditou na palavra oficial.

---

<sup>297</sup> BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, RJ/São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980. Extraído de: PORTO, op. cit., p. 55.

<sup>298</sup> ALVES, op. cit., p. 201.

(...) No caso particular do suicídio [sic] de Vladimir Herzog, o que mais se lamenta é o descrédito que se mostrou, de certa forma generalizado, na palavra oficial.<sup>299</sup>

A repercussão do caso foi muito grande também em função de haver chegado aos noticiários de televisão. A leitura da nota oficial por parte do apresentador do *Jornal Nacional* Cid Moreira irritou João Figueiredo, pela ausência de entusiasmo:

A atitude formal assumida pelos apresentadores de televisão, quando da leitura de notas oficiais, durante os telejornais, coloca o espectador, não rara vezes, confuso ou pelo menos esvazia o conteúdo e o alcance pretendidos com o esclarecimento oficial.<sup>300</sup>

Mesmo alinhada à ditadura, como se sabe, a *Rede Globo* tinha em sua programação – notadamente na teledramaturgia – algumas “válvulas de escape”, através das quais chegavam aos seus telespectadores produções com caráter mais crítico (até porque nenhum meio de comunicação pode, sob pena de se inviabilizar, se distanciar completamente do universo de seu público, sobretudo se busca atingir um público amplo, não apenas um certo nicho). De acordo com Abreu e Lattman-Weltman,

a televisão, em especial a *TV Globo*, que apoiava o regime militar, incorporou, contudo, aos seus quadros intelectuais e produtores culturais que se manifestavam contrários aos regimes, muitos pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro. Estes produziram telenovelas ou programas dando ênfase a cenas da realidade brasileira. Na trama das novelas foram introduzidas críticas às condições sociais em que viviam os personagens, assim como temas políticos, para divulgar idéias políticas de transformação da sociedade. A sátira política tratava de questões próximas do cotidiano do telespectador, como a especulação imobiliária, o jogo do bicho, o coronelismo e suas conseqüências políticas. São inúmeros os exemplos dessa atuação da televisão: as novelas *O bem amado* (1973), de autoria de Dias Gomes, *Irmãos Coragem* (1970/71), de Janete Clair, *Os deuses estão mortos* (1971/72), de Lauro César Muniz, e a adaptação de romances de Jorge Amado, romances de denúncias e críticas à sociedade capitalista.<sup>301</sup>

Os autores supra sugerem que os vários estratagemas para denunciar a falta de liberdade podem ter contribuído como um fator de enfraquecimento da legitimidade do Estado ditatorial, contribuindo, portanto, para a redemocratização.<sup>302</sup> Um exemplo muito eloquente sobre a contribuição das produções culturais propagadas pelos meios de comunicação para a formação, em certo sentido, política das classes populares, pode ser percebido na obra do humorista Jô Soares, cujo programa “Planeta dos Homens”, que ia ao

<sup>299</sup> FIGUEIREDO, op. cit., p. 265. [sem grifo no original.]

<sup>300</sup> FIGUEIREDO, op. cit., p. 265.

<sup>301</sup> ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 78.

<sup>302</sup> ABREU e LATTMAN-WELTMAN, op. cit., p. 78.

ar todas as segundas-feiras, atingia quase 50 pontos de audiência.<sup>303</sup> Um de seus personagens era o doutor Sardinha, claramente inspirado em Delfim Neto, à época, ministro da Agricultura. No quadro, o doutor comandava uma fictícia “Cooperativa Agrícola”. Para conduzi-la adequadamente, o personagem tomava “aulas semanais sobre as diversas espécies de frutas e verduras”, mas “raramente distingue umas e outras”. “Não adianta que eu não vou aprender”, era um dos bordões, associado a este: “Meu negócio é números”, dizia, estalando os dedos.<sup>304</sup> Embora o jornalista Paulo Moreira Leite tenha se esforçado para deixar claro que não se tratava de crítica – fato compreensível, pois o AI-5 tinha caído há pouco mais de quatro meses –, se trata de uma forte crítica ao ministro Delfim, que certamente não escapou aos milhões de brasileiros que assistiam ao programa. No exemplo, temos televisão e a revista ajudando a forjar a consciência antiditadura que se construiu no país. Quando tratou da ascensão financeira do humorista, o repórter deixou passar uma visão pessoal sobre a questão salarial no país, que, contudo, era social. Ele afirmou que Jô Soares “era um dos poucos brasileiros que podem dizer, sorrindo: ‘Não ganho nem pouco nem muito dinheiro’”.<sup>305</sup> (Há que se perceber que o próprio título da matéria “O gordo que satisfaz” sugere que havia um gordo que não satisfazia – Delfim Neto.)

No caso Herzog, tendo em vista a sua posição social e as condições do crime, a crítica chegou até mesmo ao hermético *Jornal Nacional*, como observou – aborrecido – o chefe do SNI:

(...) A nota referente ao ‘affair’ Herzog, lida no *Jornal Nacional* de 29 de outubro de 1975, por aquele mesmo apresentador [Cid Moreira], além de merecer restrições quanto à leitura, provocou, nos espectadores, indagações e dúvidas pela falta de expressão do intérprete.<sup>306</sup>

Figueiredo, aliás, chegara a afirmar que havia um movimento orquestrado por parte dos comunistas na imprensa para fazer de Vladimir Herzog um herói.<sup>307</sup> De todo modo, a importância que o SNI dera à atuação da imprensa no caso demonstra que a cobertura

---

<sup>303</sup> Paulo Moreira Leite. “O gordo que satisfaz. Seu negócio são números: Jô Soares, 120kg, soma quase 100 personagens em vinte anos de TV. Em 1979, esta galeria começa a se abrir para a política”. *Revista Veja*. São Paulo, 16 mai. 1979, p. 58.

<sup>304</sup> Paulo Moreira Leite. “O gordo que satisfaz. Seu negócio são números: Jô Soares, 120kg, soma quase 100 personagens em vinte anos de TV. Em 1979, esta galeria começa a se abrir para a política”. *Revista Veja*. São Paulo, 16 mai. 1979, p. 54.

<sup>305</sup> Paulo Moreira Leite. “O gordo que satisfaz. Seu negócio são números: Jô Soares, 120kg, soma quase 100 personagens em vinte anos de TV. Em 1979, esta galeria começa a se abrir para a política”. *Revista Veja*. São Paulo, 16 mai. 1979, p. 58.

<sup>306</sup> FIGUEIREDO, op. cit., pp. 265, 266.

<sup>307</sup> FIGUEIREDO, op. cit., p. 266.

realizada poderia chegar ao grande público, causando ainda mais desgaste à ditadura. Assim, integrou as experiências dos brasileiros naqueles anos, contribuindo para a formação de uma visão crítica do regime militar.

A preocupação do SNI não era gratuita, pois a repercussão do assassinato atingiu uma magnitude inesperada, uma vez que os detalhes da ação da repressão chegaram ao grande público. Grande parte da população ficou sabendo que em 25 de outubro de 1975, o diretor de Jornalismo da *TV Cultura* se apresentou ao DOI às 8 horas da manhã, imaginando depor e logo ser liberado. Afinal, “achava que poderia explicar que não era um subversivo, que trabalhava na *TV Cultura*, que dava aulas na USP e escrevia peças de teatro”.<sup>308</sup> Submetido a espancamento e choques elétricos para admitir seu vínculo – real – ao Partido Comunista, Herzog não suportou e morreu. Imediatamente, o governo dissemina a versão de suicídio, fato que indignou instantaneamente a todos os que foram sendo informados.

Quando a esposa Clarice Herzog viu chegar à sua casa o presidente da Fundação Padre Anchieta Rui Nogueira Martins, acompanhado de várias pessoas, percebeu que havia algo errado. Ao iniciarem a conversa, Clarice gritou: “Mataram o Vlado!” Daí em diante, a notícia foi se disseminando velozmente.<sup>309</sup>

As reações de amigos do casal, de jornalistas, de artistas e da Igreja foram corajosas – como já se observava em situações diversas envolvendo vários grupos sociais. Desde a viúva, que recusou-se a apressar o sepultamento, marcando o velório para o domingo e o enterro para a segunda-feira, passando pelo Sindicato dos Jornalistas, que convidou a categoria a comparecer ao sepultamento, bem como as centenas de pessoas que estiveram presentes, entre elas nomes conhecidos da oposição. Era a primeira vez que um arcebispo (D. Paulo Evaristo Arns) e um senador (Franco Montoro, PMDB-SP) velavam um morto do regime.<sup>310</sup> Havia que ter coragem. Ao chegar, D. Paulo, avisado de que não deveria falar, respondeu: “Não vim falar. Vim rezar. Apenas alguns Salmos. Será a voz de Deus”. “Por favor, nem oração”, disse-lhe o interlocutor.<sup>311</sup> No dia seguinte, no sepultamento, dois curtos mas corajosos discursos. No primeiro, a atriz Ruth Escobar dissera: “Até quando vamos suportar tanta violência? Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio?” Por fim, o jornalista Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas,

---

<sup>308</sup> FIGUEIREDO, op. cit., p. 262.

<sup>309</sup> GASPARI, op. cit., p. 178.

<sup>310</sup> GASPARI, op. cit., p. 180.

<sup>311</sup> GASPARI, op. cit., p. 180.

recitou o poeta Castro Alves, com *Navio Negreiro*: “Senhor Deus dos desgraçados,/ Dize-me Vós, Senhor Deus,/ Se é mentira, se é verdade,/ Tanto horror perante os céus”.<sup>312</sup>

O culto ecumênico marcado em intenção de Vladimir Herzog foi muito concorrido. Na data marcada, São Paulo ficou ocupada por militares e a Praça da Sé, onde se localiza a catedral, foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Todo esse aparato, contudo, não impediu que oito mil pessoas lotassem a igreja e que outras 30 mil se concentrassem fora dela,<sup>313</sup> o que evidencia que milhares de pessoas que sequer conheciam Herzog foram se solidarizar com a família e – por que não? – protestar contra o terror de Estado. Era a resistência à cultura do medo, que vinha sendo exercitada tanto pelos setores populares quanto os médios. Segundo Kucinski, esse “culto marca a grande virada da classe média e dos profissionais liberais contra o regime”.<sup>314</sup> Em seu sermão, o cardeal Arns, embora não desafiasse diretamente o regime, não se deixou intimidar pelas pressões para que a missa não acontecesse (consta que o próprio Geisel tentara dissuadi-lo):<sup>315</sup>

Apelo para a Justiça. Apelo para vosso compromisso. Justiça que possa consubstanciar-se nas leis, mas que tenha sua força no interior de cada homem disposto a dizer a si mesmo e aos outros: Basta! É hora de se unirem os que ainda querem olhar para os olhos do irmão e inda querem ser dignos da luz que desvenda a falsidade. Encontremos a esperança que reside na solidariedade...<sup>316</sup>

Desde então, a imprensa realizou uma investigação paralela sobre o crime, buscando provar que *Vlado*, tido pelo governo como o 38º “suicida” do regime,<sup>317</sup> não atentara contra a própria vida. Em dezembro do mesmo ano, quando foi divulgado o resultado do Inquérito Policial Militar (IPM) que o próprio Geisel mandara realizar, mais de mil jornalistas assinaram manifesto denunciando a falsidade do documento que chegou ao conhecimento público.<sup>318</sup> Geisel, por sua vez, entrevistado em 1993/94, dissera ter aceitado a versão do IPM:

Não sei se o inquérito estava certo ou não, mas o fato é que apurou que o Herzog tinha se enforcado. A partir daí, o problema do Herzog para mim acabou. [...] É preciso ver o seguinte: o presidente da República não pode passar dias, ou semanas, com um probleminha desses. É um probleminha em relação ao conjunto de problemas que ele tem.<sup>319</sup>

---

<sup>312</sup> GASPARI, op. cit., p. 183.

<sup>313</sup> ALVES, op. cit., p. 205; FIGUEIREDO, op. cit., p. 263.

<sup>314</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 36.

<sup>315</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 35.

<sup>316</sup> Citado em JORDÃO, Fernando. **Dossiê Herzog – Prisão, Tortura e Morte no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1979. Extraído de ALVES, op. cit., p. 206.

<sup>317</sup> GASPARI, op. cit., p. 176.

<sup>318</sup> FIGUEIREDO, op. cit., p. 36.

<sup>319</sup> CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 370, 371. [Sem grifo no original]

Ao que parece, o presidente não dissera exatamente a verdade, ao afirmar que esse tipo de acontecimento se tratava de um probleminha, uma vez que o “suicídio” seguinte, o 39º, ocorrido em 16 de janeiro de 1976, no mesmo lugar, fizera cair o general Ednardo D’Ávilla Melo, exonerado pelo presidente do cargo de comandante do II Exército, e o chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), general Confúcio Danton de Paula Avelino, ambos homens de confiança do ministro do Exército Sylvio Frota, um dos líderes da chamada linha-dura.<sup>320</sup> A morte do operário Manoel Fiel Filho, da metalúrgica Metal Arte, embora sem a mesma divulgação ao grande público, fizera com que Geisel violasse “uma das leis não escritas do Exército, a de que o comandante é soberano dentro dos limites de sua região”,<sup>321</sup> desmentindo tratar-se de problema menor – ou “probleminha”.

Não restam dúvidas de que a reação da sociedade no caso Herzog fora decisiva para que o presidente mudasse a postura anterior, complacente para com os torturadores. Aos desmandos do II Exército que ameaçaram sua Presidência, Geisel teve que agir energicamente. Desta vez, a opinião sobre a *causa mortis* era outra: “Num fim de semana ele [o general Ednardo D’Ávila] não estava em São Paulo, e mataram esse operário”. Perguntado na entrevista de 1993/94 se o crime poderia mesmo ser atribuído ao general, uma vez que suas ordens nem sempre chegam aos seus comandados, Geisel responde algo que o coloca em contradição com sua versão sobre a morte de Herzog: “Às vezes uma coisa dessas acontece, mas não é possível admitir é que, tendo acontecido, depois possa acontecer de novo”.<sup>322</sup> Ora, se o ex-presidente assumiu terem matado o operário, e depois afirmou que o ocorrido era uma repetição, fica claro que sabia que também Vladimir Herzog havia sido assassinado.

De todo modo, a população sabia que Herzog tinha sido assassinado. Houve quem, nas cartas enviadas à Constituinte, lembrasse dele, na esteira de outros escândalos da ditadura. Morador de Jaú (SP), José Messias Vóri, casado, 1º grau incompleto, acima de 59 anos, entre 5 e 10 salários afirmara: “Neste País, só tem direito, os militares, e os colarinhos brancos, azuis, fazem miséria, como caso: Riocentro; Coroa Brastel Capemi,

---

<sup>320</sup> CASTRO e D’ARAÚJO, op. cit., p. 374, 375; GASPARI, op. cit., p. 219-222; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 381.

<sup>321</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 36.

<sup>322</sup> CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 375, 376. [Sem grifo no original]

Baugarten-Mandioca-Casa da Tortura de Petrópolis- A morte de Herzog”.<sup>323</sup> Reinaldo Cava de Britto, morador de Santo André (SP), solteiro, Superior incompleto, 25 a 29 anos, entre 10 e 20 salários, lembra de “casos como: Coroa Brastel, Capem, Delfim Neto, Haspa, Coreadora Mario Tielpo, Sul Brasileiro - Rio Centro – Baugarten - Vladimir Herzog - Sunamam-Abi Ackel. Todos impunes, pelo menos ao meu ver”.<sup>324</sup>

A memória da repressão era bastante vívida em meados dos anos 1980, mesmo naqueles que a vivenciaram por tabela, como o jovem Paulo Sérgio Aguiar Bastos, solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, 1 a 2 salários, morador de Macaé (RJ), para quem vivemos “21 anos de repressão”.<sup>325</sup> Darcy Apolinário, morador de Nova Iguaçu (RJ), casado, 30 a 39 anos, Superior completo, de 5 a 10 salários, lembrou que na época da ditadura a Polícia Militar foi fortalecida para reprimir o povo.<sup>326</sup> José Félix Soares Leite, residente em Araguaína (GO), solteiro, 25 a 29 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários, reivindica “cursos de relações humanas para os soldados”, para que findasse a “repressão pela PM”.<sup>327</sup> Antonio Carlos Sousa Rodrigues, morador de Jequié (BA), solteiro, 25 a 29 anos, Superior completo, de 2 a 3 salários, sugere “que sejam abolidas às leis da repressão, como a lei de segurança Nacional, a lei de greve, e a lei de Imprensa”.<sup>328</sup> José Jota Cabral de Andrade, morador de São Joaquim do Monte (PE), casado, 30 a 39 anos, Superior completo, 1 a 2 salários, exige uma Constituinte que despreze “as Leis de abuso e repressão da ditadura nos últimos 20

---

<sup>323</sup> Carta de José Messias Vóri à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L009 DATA: 28/04/86 FORMUL: 221 DV: 7 TIPO: 10 16/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>324</sup> Carta de Reinaldo Cava de Britto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L002 DATA: 28/05/86 FORMUL: 032 DV: 1 TIPO: 14 05/08/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>325</sup> Carta de Paulo Sérgio Aguiar Bastos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L025 DATA: 20/02/86 FORMUL: 612 DV: 3 TIPO: 15 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>326</sup> Carta de Darcy Apolinário à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L038 DATA: 21/02/86 FORMUL: 947 DV: 9 TIPO: 14 12/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>327</sup> Carta de José Félix Soares Leite à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L033 DATA: 23/02/86 FORMUL: 809 DV: 2 TIPO: 10 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>328</sup> Carta de Antonio Carlos Sousa Rodrigues à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L109 DATA: 23/02/86 FORMUL: 215 DV: D TIPO: 10 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

anos, trazendo nas novas páginas da Carta maiores leis que venham a punir com veemência o abuso de poder, a violência e as arbitrariedades”.<sup>329</sup>

Embora, como já dito, a repercussão da morte do operário não fosse a mesma, o fato foi denunciado pela imprensa escrita, tornando-se do conhecimento público. Diversos órgãos da grande imprensa cobriram o crime, tais como o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São Paulo*, a *Folha da Tarde*, *O Globo* e o *Jornal da Tarde*.<sup>330</sup> Ricardo Kotscho, então repórter de *O Estado de São Paulo*, informou aos leitores que Manoel Fiel Filho tinha 49 anos, era retirante do interior de Alagoas, fora padeiro e cobrador de ônibus em São Paulo, até chegar a ser metalúrgico. Com dezenove anos na Metal Arte, tornara-se chefe de setor. Era marido de Tereza de Lourdes Martins Fiel e tinha duas filhas.<sup>331</sup> Ainda que os organismos das sociedades civil e política que se mobilizaram em torno de Herzog não o tenham feito na mesma proporção no caso Fiel Filho, os trabalhadores foram corajosos o suficientes para mandarem celebrar três missas em intenção do companheiro assassinado, uma delas com mais de 400 participantes. Nas três ocasiões, os religiosos que as celebraram se manifestaram contra as torturas e as prisões.<sup>332</sup>

Seja pela imprensa, seja pela mobilização dos trabalhadores, o fato é que milhares (ou milhões) de pessoas ficaram sabendo que o operário fora tirado do trabalho, levado para sua própria casa para os agentes da repressão procurarem exemplares do jornal comunista *Voz Operária*, disseram a Tereza Fiel que ficasse quieta e que seu marido retornaria à noite ou, no mais tardar, no dia seguinte. Também ficaram cientes que, ao se despedir da esposa, lhe disse que não chorasse. E que, ele, chorando, abraçou-a e lhe deu

---

<sup>329</sup> Carta de José Jota Cabral de Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L103 DATA: 29/04/86 FORMUL: 051 DV: 8 TIPO: 10 18/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>330</sup> Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>. Acessado em 31 jul. 2010. Depoimento de Konder, jornalista torturado. Diário Popular, São Paulo, 7 fev. 1976. Apresenta o depoimento do jornalista Rodolfo Konder, preso em 24/10/75, no DOI-CODI, e liberado, em grande parte, devido ao movimento de opinião pública causado pelo assassinato de seu colega Vladimir Herzog, com quem encontrou-se durante os interrogatórios e a tortura. Konder ouviu Herzog ser torturado e, certa manhã, os jornalistas presos foram informados de que Vladimir se suicidara. A vítima seguinte foi Manoel Fiel Filho, operário do bairro da Moóca, também sob a versão de suicídio, desta vez com uma meia. O artigo cita que, ao contrário dos anos anteriores, a repressão militar àquela altura já preocupava camadas amplas da opinião pública brasileira. Sendo assim, Geisel demitiu o comandante do II Exército, o general Ednardo D'Ávila Melo. Seu substituto afirmou no ato de posse que o combate à subversão e à corrupção continuará, pois a subversão é caracterizada pela expansão do comunismo internacional, que se infiltra até nas Forças Armadas. Possui carimbo do Serviço de Informações, do Departamento da Polícia Federal. [sem grifo no original]

<sup>331</sup> Ricardo Kotscho. “Manoel, da fábrica da Mooca para a morte”. *O Estado de São Paulo*, 21 jan. 1976, p. 16. Extraído de GASPARI, op. cit., p. 212.

<sup>332</sup> Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3>. Acessado em 31 jul. 2010.

um beijo na testa. Às 22h20 do mesmo dia, um desconhecido agente da repressão parou o carro em frente à casa de Fiel e disse à Tereza: “Vim avisar que seu marido suicidou-se. Aqui estão suas roupas”. Em um saco plástico de lixo podiam ser vistos a calça, o blusão, os sapatos, o cinto e uma nota de dez cruzeiros. Além do marido, não retornaram as meias de náilon azuis, com as quais ele cometera o “suicídio”.<sup>333</sup>

“Suicídios” como os de Fiel Filho e Herzog marcaram as experiências das classes populares, independentemente do terror ter sido vivenciado ou não pessoalmente. Na voz de Elis Regina, as perdas das esposas de ambos foram lembradas aos brasileiros em 1979, nas letras de Aldir Blanc e João Bosco: “Chora a nossa pátria mãe gentil/ Choram marias e clarices no solo do Brasil”.<sup>334</sup> A carta de Airton Ramos, solteiro, 30 a 39 anos, 2º grau, de 2 a 3 salários, morador de Curitiba (PR), é mais uma que nos permite captar a permanência da prática da tortura, bem como o repúdio popular a ela.

É meu desejo que seja citado na Carta Magna, da nova Constituinte, os direitos dos cidadãos brasileiros: que sejam respeitados os direitos humanos, pois é de meu conhecimento que em certas delegacias ainda submetem pessoas a certas torturas.<sup>335</sup>

A utilização do termo “ainda” não deixa dúvidas que o missivista está baseado nas experiências da ditadura. Rubem Santos Leão de Aquino, casado, 50 a 59 anos, Superior completo, entre 10 e 20 salários, morador do Rio de Janeiro (RJ) também encaminhou carta à Constituinte. Conhecido historiador e ex-presos político, Aquino foi direto ao ponto: “Extinguir o SNI, CENIMAR, CISA, CIE, DOI-CODI e órgãos de repressão criados pela ditadura militar. Estabelecer punições severas para todas as autoridades que participem, ou sejam coniventes de torturas aos presos ou detidos”.<sup>336</sup> Para o morador de Maceió (AL) Gijo Serveo Malta Lobo, solteiro, 15 a 19 anos, sem rendimento, Superior incompleto, a tortura tinha que ser criminalizada, “tornando-se este crime inafiançável e insuscetível de anistia ou prescrição”.<sup>337</sup>

---

<sup>333</sup> GASPARI, op. cit., p. 212, 213.

<sup>334</sup> “O bêbado e o equilibrista”. Composição: Aldir Blanc e João Bosco. Intérprete: Elis Regina. In: Elis. CD. São Paulo, WEA, 1979.

<sup>335</sup> Carta de Airton Ramos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L010 DATA: 14/04/86 FORMUL: 233 DV: 8 TIPO: 14 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>336</sup> Carta de Rubem Santos Leão de Aquino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L008 DATA: 15/04/86 FORMUL: 215 DV: 3 TIPO: 10 11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>337</sup> Carta de Gijo Serveo Malta Lobo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C007 DATA: 24/04/86 FORMUL: 158 DV: 9 TIPO: 10

Houve outros dois cadáveres contribuíram para o contínuo desgaste do governo junto à população: os de Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart. Mortos no mesmo ano de 1976, com diferença de apenas três meses, os ex-presidentes vieram somar-se, com ou sem razão, à crença popular de que a ditadura calava seus desafetos. Morto em um acidente automobilístico na Via Dutra, JK recebera homenagens em várias partes do Brasil. Do velório, na sede da Bloch Editores, na Glória, o caixão foi levado pelos populares a pé até o aeroporto Santos Dumont, no Centro. Tendo a família do ex-presidente à frente, cerca de três mil pessoas acompanharam o cortejo para dar o último adeus a JK:

E a massa do cortejo, cada vez mais volumosa, cantava – O Hino Nacional, o Hino à Bandeira, a ‘Valsa do Adeus’ e, com especial pungência, os versos do ‘Peixe Vivo’: ‘Como poderei viver/Como poderei viver/Sem a tua, sem a tua, sem a tua companhia...’<sup>338</sup>

Ao chegar a Brasília, a maior concentração popular da cidade até então: 350 mil pessoas foi a soma dos que integraram os cortejos no aeroporto, nas ruas, na catedral e no cemitério. Todas essas manifestações não podem ser classificadas como apolíticas: “O clima era de forte hostilidade ao governo. Cumprimentei a viúva, que se portou bem, e retirei-me”, dissera o senador arenista Petrônio Portella. O ministro-chefe do SNI, João Figueiredo, novamente percebera a abrangência do ocorrido: “Estamos assistindo à ‘choradeira’ nacional pela morte de JK, muito bem urdida e explorada pelos comunistas e seus eternos aliados...”<sup>339</sup> Além de se converter em um momento no qual as pessoas presentes puderam demonstrar resistência ao medo, os funerais de JK também permitiram manifestações políticas que, de alguma forma, também chegavam aos que não estavam presentes, mas que acompanharam através da imprensa.

Por conta do temor de que a cobertura que a imprensa faria poderia propiciar o seu uso político pela oposição a permissão para a exposição pública da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek foi objeto de intenso debate entre membros do governo, incluindo Ernesto Geisel. A permissão, que se dera por margem apertada, potencializou a comoção nacional que assustou o governo, fazendo com que no caso do ex-presidente João Goulart fosse negado o que a JK fora permitido. Ainda assim, parte da imprensa fez uma crítica

---

23/07/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>338</sup> O Brasil diz seu adeus a JK. *Revista Veja*. São Paulo, 25 ago. 1976, p. 8.

<sup>339</sup> GASPARI, op. cit., p. 306-310. [sem grifos no original]

cobertura da morte de Jango, como demonstra a publicação da ordem de censura no *Jornal do Brasil*:

De ordem superior, fica proibida a divulgação, através do rádio e da televisão, de comentários sobre a vida e a atuação política do Sr. João Goulart. A simples notícia do falecimento é permitida, desde que não seja repetida sucessivamente.<sup>340</sup>

As negociações para a entrada do corpo do ex-presidente em seu país foram intensas, pois o governo queria impedir que se repetisse a comoção provocada pelo funeral de JK. Apesar de negado o luto oficial, o governo acabou permitindo que o corpo de Jango entrasse no Brasil através de Uruguaiana. No final da tarde, quando tocavam os sinos da igreja de São Francisco de Borja, anunciando que chegava um cortejo de 500 carros à sua cidade, havia mil pessoas na praça, sob forte chuva, que aguardavam com “um silêncio e um medo pavorosos”. Ainda assim, sob a “cultura do medo”, surgiram alguns gritos a “Jango”. Quando a filha Denise Goulart chegou com o irmão João Vicente, algumas senhoras lhe pediram que colocasse sobre o caixão (que tinha a bandeira do Brasil) uma faixa branca com letras vermelhas que diziam “Anistia”. Como ocorrera com JK, o corpo de Jango fora levado ao cemitério por uma multidão calculada em 30 mil pessoas. “No dia seguinte, a palavra “anistia” estava na primeira página do *Jornal do Brasil*”,<sup>341</sup> que trazia, entre outras coisas, as palavras de Tancredo Neves, presente ao sepultamento: “Na mensagem solene que se traduz nesta cerimônia de hoje, há uma advertência que se reflete em todas as consciências: É que ainda existem brasileiros que esperam voltar à Pátria”.<sup>342</sup> A presença daquelas milhares de pessoas ao velório do maior dos proscritos pelo governo ditatorial fora uma evidente forma de protesto. E de resistência ao medo.

Embora a influência do comunismo nos movimentos sociais e políticos fosse, na realidade, inferior ao que acreditava o governo (apesar de extremamente relevante tanto no MDB quanto em sindicatos e movimentos sociais), para o general Milton Tavares de Souza havia “uma poeira vermelha nos olhos do povo e de grande parte das autoridades brasileiras”.<sup>343</sup> Em outras palavras, temos um membro da ditadura admitindo que a sociedade estava vendo o governo de forma crítica, como que influenciada pelo comunismo. Conquanto não fossem somente as ideias comunistas as responsáveis pelas mobilizações sociais e políticas de então, o fato é que elas estavam ocorrendo. O que o

---

<sup>340</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 dez. 1976, p. 18. Extraído de GASPARI, op. cit., p. 316.

<sup>341</sup> GASPARI, op. cit., p. 318.

<sup>342</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 08 dez. 1976, p. 17. Extraído de GASPARI, op. cit., p. 318.

<sup>343</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02 out. 1976, p. 14. Extraído de GASPARI, op. cit., p. 324.

general chama de “poeira vermelha” nada mais é que a lenta mas progressiva educação política pelos quais passavam vastos segmentos sociais em diversas partes do Brasil.

A exposição pública das mortes acima (e de tantas outras, que, por uma razão ou outra, eram associadas à ditadura) resultavam em maior oposição popular ao governo, uma vez que abriam canais na imprensa para veicular esse tipo de notícia à população, contribuindo, assim, para deslegitimá-lo, unindo os populares contra ele. Em momentos como esse os órgãos de imprensa puderam manifestar sua insatisfação com o regime, certamente em consonância com o seu público. Podemos perceber como isso foi operado por ocasião da morte do ex-presidente JK:

... Kubitschek acabou demonstrando que, apesar de seu longo, involuntário retiro político, ainda o assaltavam preocupações e conceitos rigorosamente atuais. ‘Hoje está cada vez mais clara a necessidade de normalização da ordem pública’, disse ele a [Ulysses] Guimarães. ‘Isso é desejo de todo o povo brasileiro, à exceção de uns poucos radicais de direita e de esquerda. Passados doze anos, esse sentimento é cada vez mais amplo.’<sup>344</sup>

Por outro lado, no caso da chamada grande imprensa, vale destacar a cautela evidente em suas reportagens, como se pôde perceber acima, na condenação aos radicais de ambos espectros políticos e o elogio a posições moderadas (ou de centro), bem como a personalidades políticas moderadas, como Juscelino Kubitschek. Ressalte-se, ainda, que a mesma se caracteriza no período por dar visibilidade a posições políticas moderadas não somente por temer reações do governo, mas por filiar-se a correntes do gênero.

### **1.6. A experiência no mundo do trabalho**

A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã de 12 de maio. Uma sexta-feira. Todo mundo marcou o cartão mas ninguém trabalhou das sete até as oito horas, nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. Às oito horas chegou o gerente geral. Pelo que eu fiquei sabendo, ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa!<sup>345</sup>

As greves do ABC são consideradas por muitos estudiosos como um dos marcos fundamentais da redemocratização no Brasil. Embora representem o capítulo mais significativo – por sua posição no polo mais dinâmico da economia e por sua repercussão no restante da sociedade – das mobilizações populares dos anos 70, as ações dos operários fabris em São Paulo não foram as primeiras evidências do surgimento de identidades

<sup>344</sup> “O Brasil diz seu adeus a JK”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 ago. 1976, p. 4.

<sup>345</sup> A greve na voz dos trabalhadores. Série História Imediata nº 2, p.7. Extraído de MATTOS, op. cit., p.118.

comuns entre membros de segmentos populares no período, como vimos. Naquele momento, em todo o país havia inúmeras experiências semelhantes em curso. Em certo sentido, podemos afirmar que o comportamento dos trabalhadores da Scania-Saab naquele memorável 12 de maio de 1978 deitava raízes em experiências correlatas de caráter comunitário que se mostravam muito difusas no tecido social. De outro lado, ao desafiar a ditadura, as corajosas ações dos trabalhadores do ABC paulista ofereceram incentivo a todas as lutas sociais em andamento, além de inspirar outros movimentos. O exemplo dos trabalhadores “empolgou o país e ajudou a dar uma dimensão social à crescente oposição ao regime autoritário”.<sup>346</sup> As greves foram fundamentais, “tanto para injetar uma extraordinária energia no movimento operário como na demonstração de intranqüilidade geral na sociedade civil brasileira”.<sup>347</sup> Contudo, os trabalhadores já tinham certo destaque nacional mesmo antes das greves, uma vez que “Lula já tinha ocupado as páginas dos principais veículos de comunicação impressa do país, penetrara em milhares de lares brasileiros através de inúmeras entrevistas concedidas a emissoras de rádio e televisão”.<sup>348</sup> Com as greves, as “imagens dos estádios de futebol lotados por trabalhadores para deliberarem coletivamente sobre os destinos das paralisações viraram cenas corriqueiras”.<sup>349</sup>

Estas ações, que contaram com grande cobertura dos meios de comunicação, se inscreveram na memória social das classes populares de tal maneira que, em meados dos anos 1980, os populares distinguiam bem os que compunham o seu campo daqueles que eram seus adversários. Valter Zonin, morador da zona rural de Viadutos (RS), solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, sem renda, exigiu uma Constituinte “menos burguesa e voltada à classe trabalhadora”, que fosse voltada “quase exclusivamente à classe oprimida”.<sup>350</sup> Izabel dos Santos Alves, moradora da zona rural de Barra do Choça (BA), casada, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem renda, também estava consciente das lutas de classe, como se pode depreender por sua carta:

Vejo falar nesta tal de Constituinte, mas como não sou rica para defender, digo que não é o que eu pensava, que há muito tempo o povo vem tentando fazer as

---

<sup>346</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 400.

<sup>347</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 403.

<sup>348</sup> ALMEIDA, Antônio de. **Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores**. Uberlândia, MG: UDUFU, 2008, p. 256.

<sup>349</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 256.

<sup>350</sup> Carta de Valdir Zonin à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L037 DATA: 21/02/86 FORMUL: 924 DV: 9 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

coisas com as suas próprias mãos. Só que a chamada classe burguesa não deixa de nos explorar. Nunca espero que a classe dos ricos venha nos prestigiar como a classe que faz a riqueza. Espero que os governadores façam o que penso, mas acontece o contrário.<sup>351</sup>

Maria Cristina Demanco, residente em Gaurama (RS), solteira, 15 a 19 anos, 1º grau, sem renda, também desconfiava das intenções das elites. Ela diz que a Constituinte “deve ser livre, democrática, soberana”, mas entende que, “para isto acontecer cada classe social deve ser representada. É o povo que deve ditar as leis. É cada classe trabalhadora que deve ser representada e ouvida”. Em sua opinião, se forem os parlamentares a elaborar “os direitos e deveres dos cidadãos” [sic] o país teria “uma Constituição imposta, onde irá favorecer a classe burguesa”.<sup>352</sup> Francisco de Assis Pontes, morador de Goiânia (GO), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, de 3 a 5 salários, acentua que tinham que ser eleitos “políticos autênticos compromissados com as causas populares”. Ainda de acordo com Pontes, a Constituinte deveria ouvir “comunidades de base, associações de bairros entidades filantrópicas, etc. Entidades que se dão com as massas proletárias e não dirigentes burgueses, que só pensam no bem de uma minoria burguesa”.<sup>353</sup> Um anônimo morador de Aracaju (SE), solteiro, 25 a 29 anos, Superior completo, de 3 a 5 salários, reivindicou “uma Constituinte livre e soberana com representação popular em grande escala”. Em seguida, elaborou uma lista com várias outras reivindicações, dentre as quais destaque: “Melhor distribuição de renda à população”; “Verdadeira justiça social”; “Legislação protecionista para o trabalhador”; “Verdadeiro governo do povo, pelo povo e para o povo”; e, a última, que parece ser *conditio sine qua non* para realização dos anseios populares, que é o “Fim da democracia burguesa”.<sup>354</sup> Vera Lucia Katia Sabino, de Uberlândia (MG), casada, 20 a 24 anos, 2º grau, sem rendimento, exibiu muito claramente a experiência de ser proletário no Brasil quando disse que “gostaria que na Constituinte,

---

<sup>351</sup> Carta de Izabel dos Santos Alves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L206 DATA: 30/02/86 FORMUL: 152 DV: 5 TIPO: 40 15/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>352</sup> Carta de Maria Cristina Demanco à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L113 DATA: 01/03/86 FORMUL: 312 DV: 0 TIPO: 14 13/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>353</sup> Carta de Francisco de Assis Pontes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L207 DATA: 03/03/86 FORMUL: 156 DV: 5 TIPO: 10 02/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>354</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 11/04/86 FORMUL: 162 DV: 2 TIPO: 10 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

tivessem leis para pobres e ricos, que se algum político, empresário e qualquer membro da sociedade burguesa infringisse a lei, ele fosse tratado como um proletário, ou seja, na cadeia”.<sup>355</sup> Maria Vieira de Carvalho, moradora de Marabá (PA), casada, 2º grau completo, até 1 salário mínimo, era outra popular que tinha temores quanto à Constituinte. Em seu texto, a experiência da desigualdade é percebida como histórica (“a velha [Constituição] não deu nada para o trabalhador...”):

Todos os trabalhadores estão preocupados com esta nova constituinte, pois a velha não deu nada para o trabalhador e sim, para os patrões. A assembléia nacional constituinte para ser certa, tinha que ser popular tendo representante de todas as classes trabalhadora, porque a maioria desse que vão ser eleito são representante da classe burguesa, não irão defender o direito do trabalhador. As leis vão ser feita para proteger o patrão, por isso precisamos de ter nossos direito garantidos, direito esses: Salário digno, a moradia, educação, terra para trabalhar e morar, boa alimentação, e assistência médica.<sup>356</sup>

Ao recuperar algumas das mais significativas mobilizações de trabalhadores nos anos 1970 e 1980, esta pesquisa pretende explicar mais plenamente como se constituiu a identidade popular que será exibida nos anos do governo Sarney. Em meio a tantas experiências que formaram as classes populares, aquelas vivenciadas no mundo do trabalho não poderiam ser tratadas sem profundidade. Como vemos nas cartas acima, os populares exibiram visões classistas da realidade social, diferenciam muito claramente classe trabalhadora (ou proletária) da classe burguesa, reconhecem que os interesses de um grupo se opõem aos do outro grupo. Em que tipo de experiência social, que não as vivenciadas no mundo do trabalho, a constatação desta realidade pode ser mais evidente?

Que nenhum de nós ignore que tais experiências das classes populares eram extremamente excludentes e humilhantes, daí o ressentimento dos trabalhadores para com os seus patrões, ainda muito vívido em meados dos anos 1980, como se pode atestar em cartas como a de Renato Gomes dos Santos, morador de Ribeirão do Pinhal (PR), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, até 1 salário, para quem trabalhadores têm que enfrentar “as mentiras e os nojos dos patrões”.<sup>357</sup> Adair Francisco da Silva também lidava com o mencionado na

---

<sup>355</sup> Carta de Vera Lucia Katia Sabino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 11/04/86 FORMUL: 162 DV: 2 TIPO: 10 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>356</sup> Carta de Maria Vieira de Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L110 DATA: 01/03/86 FORMUL: 250 DV: 4 TIPO: 14 13/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>357</sup> Carta de Renato Gomes dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 778 DV: 9 TIPO: 13

carta acima. Morador de Urânia (SP), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário mínimo, denunciou que “no interior do Estado é uma exploração total dos empregados”. Indignado com os patrões porque pagavam menos da metade do salário mínimo aos menores afirmou que estavam “acontecendo coisas absurdas no sentido de pagamento do salário mínimo”.<sup>358</sup> Jurema Barbosa Cabral, de Nova Iguaçu (RJ), solteira, 20 a 24 anos, 2º grau, renda de até 1 salário, também estava indignada com a realidade em que vivia, composta por: “Patrões pagando salários miseráveis e exigindo horários acima do normal; “Desemprego”; “Aumento assustando a população a todo momento”. Com estas injustiças, ela afirmou que “um assalariado jamais poderá pensar em construir uma casa se um milheiro de tijolo custa acima do seu salário”. Em sua opinião, “a população precisa de respostas para esses mínimos detalhes pois cada dia que passa está ficando cada vez mais difícil de viver”.<sup>359</sup>

O referido ressentimento foi bastante evidente no movimento na Saab-Scania, fabricante de ônibus e caminhões em São Bernardo do Campo, que teve início com 100 operários. Tanto que, em uma semana, haviam cruzado os braços todos os 1.800 operários da empresa e o movimento já tinha se estendido aos trabalhadores de 23 outras empresas no ABC. A primeira greve em nove anos deu aos trabalhadores um reajuste de 11%, mais do que o dobro que havia sido oferecido pela empresa antes da greve.<sup>360</sup> Em um período de nove semanas, 245.935 trabalhadores entraram em greve em nove cidades paulistas, e “dos metalúrgicos de São Paulo, o movimento estendeu-se a outros Estados e outras categorias profissionais”.<sup>361</sup> E isto tudo, registre-se, num quadro em que as greves eram proibidas pela ditadura.

A coragem demonstrada pelos trabalhadores indica que a visão de mundo desses segmentos populares havia se modificado, no que diz respeito à questão da legitimidade da ditadura. As palavras de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, nos auxiliam na compreensão da mudança de atitude do

---

31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>358</sup> Carta de Adair Francisco da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 229 DV: 9 TIPO: 40 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>359</sup> Carta de Jurema Barbosa Cabral à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L014 DATA: 21/02/86 FORMUL: 330 DV: 1 TIPO: 24 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>360</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 398.

<sup>361</sup> ALVES, op. cit., p. 250.

operariado frente ao governo e aos patrões. Em entrevista a Mário Morel, Lula afirmara que

não tinha consciência de classe, era instinto. Quando falava em greve, a gente pensava logo que ia perder o emprego. Aquele negócio todo que o governo joga em cima a gente dava medo: o patriotismo, o respeito à lei, a legalidade. Eu não entendia, porra. Quando a autoridade falava, acabou. Desrespeitar aquilo era crime. Hoje eu sei que é crime ainda, mas hoje eu estou consciente de que o crime é porque as leis são feitas por quem está no poder e quer que seja assim. Tudo que é justo é crime hoje, como era também naquele tempo que eu não tinha a consciência que tenho hoje.<sup>362</sup>

Quando perguntado por Morel se obtivera essa consciência à porrada, a resposta aponta para o tipo de transformação coletiva operada no pensamento, à semelhança do que estava acontecendo em diversas partes do país:

A gente só pega no tapa. Porque se um homem faz as coisas que ele gosta de fazer, ou que as idéias dele permitem, por um processo de amadurecimento, ele nunca vai se arrepender do que fez. (...) Se eu tivesse que voltar a três anos atrás, eu começava, quem sabe, muito mais agressivo do que estou hoje. Porque fiz o correto. Eu fiz o que tinha de fazer. Eu não fiz da minha cabeça, eu fiz da cabeça de todos. Da cabeça da minha categoria.<sup>363</sup>

O depoimento de um outro trabalhador, João Roberto Faria, à época operário da Embraer, atesta essa transformação que se dava no correr da luta:

Os militares é quem mandavam. Era o que reinava no conceito dos trabalhadores na época. Sem dúvida, no decorrer da greve, esse modo de pensar sofreu mudanças; por exemplo: era comum dizerem depois da greve que os militares existiam para massacrá-los, garantindo o interesse dos empresários.<sup>364</sup>

Estudiosos afirmam que um dos grandes estímulos para as greves de 1978 foi a reposição dos 34,1% subtraídos do salário real dos trabalhadores por obra do próprio governo, que maquiara os números da inflação relativos a 1973 e 1974.<sup>365</sup> O reconhecimento do erro – o “roubo do Delfim”<sup>366</sup> – em 1977 acabou por dar mais

---

<sup>362</sup> Entrevista concedida por Lula a Mário Morel apud CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 244.

<sup>363</sup> Entrevista concedida por Lula a Mário Morel apud CARONE, op. cit., p. 244.

<sup>364</sup> Depoimento de João Roberto Faria apud WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sudermann”, 2004, p. 60.

<sup>365</sup> ALVES, op. cit., p. 246; WELMOWICKI, op. cit., p. 52.

<sup>366</sup> A experiência dos populares com o ministro Delfim Neto marcou bastante seu cotidiano por diversos anos, uma vez que fora ministro da Fazenda entre 1969 e 1974, e do Planejamento entre 1979 e 1985. Tanto tempo de exposição em um quadro de insolúvel miséria fizeram com que ele se convertesse em um dos mais identificáveis inimigos da “nação” brasileira. O “roubo do Delfim” e outros fatos ligados à sua pessoa marcou a memória social, tanto que em 1986 brasileiros assim se referiam a ele: “Só tenho um pedido a fazer, não aceitar a candidatura do Delfim Neto”, disse João Batista Lopes, de Espírito Santo Dourado (MG), viúvo, 30 a 39 anos, 1º grau incompleto, mais de 20 salários (ORIGEM: L018 DATA: 21/02/86 FORMUL: 438 DV: 7 TIPO: 60 04/11/86); “E o Delfim Neto? será que não vão puni-lo?”, indagou o morador de Nova Iguaçu (RJ) Renê Prieto Romolo, casado, 40 a 49 anos, Superior completo, de 3 a 5 salários, (ORIGEM: L020 DATA: 01/03/86 FORMUL: 508 DV: 1 TIPO: 15 17/11/86); Morador de Uberlândia (MG), José Ferreira de Freitas, solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau, até 1 salário, afirmou que o “Sr. Delfim Neto é o majestoso

legitimidade à causa operária, que desde que começara o governo Geisel, em 1974, nunca teve seus representantes recebidos no Ministério da Fazenda. Foi tão inusitado o fato das lideranças operárias terem sido recebidas por quatro ministros de Estado<sup>367</sup> em setembro de 1977 que o encontro foi descrito em reportagem de *Veja* como uma vitória, ao lado da inclusão definitiva da questão da classe operária no debate sobre a redemocratização (em marcos liberais, indica a matéria). Em outras palavras, os trabalhadores estavam à margem e sabiam disso, embora não concordassem e estivessem ali para marcar sua posição junto ao Estado e demais organismos da sociedade civil, como pode-se depreender nas palavras de Lula: “O Estado de Direito para o trabalhador vai muito além de coisas genéricas, como liberdade de imprensa e *habeas-corpus*. Eles precisam ter autonomia e liberdade sindical”.<sup>368</sup> Falando à repórter especificamente sobre o encontro na Fazenda, Lula lembrou como os trabalhadores estavam à margem quando disse que “o ministro Simonsen recebe os empresários diariamente para tratar de assuntos de seus interesses. Quanto a nós, essa foi a primeira vez”.<sup>369</sup> O ponto de vista classista – o “nós” *versus* “eles”, tão frequente naquele momento histórico – também aparece na fala do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”:

Trouxemos nossa preocupação com a redução cada vez maior do poder de compra do trabalhador, mas nossos levantamentos não batem com o das autoridades. Entre estes e os nossos há uma distância muito grande. O quadro lírico e sonhador não dá ao governo a visão real do que se passa com o trabalhador nas suas bases.<sup>370</sup>

A maioria dos empresários entrevistados na ocasião pela revista demonstrou cautela com a questão do direito de greve, embora se dissessem democratas. O depoimento de

---

homem que possui suas contas bancárias nos bancos da Suíça. Olha, na realidade terá de ter cadeira elétrica para quem mata e para quem rouba. Ou não?” (ORIGEM: L032 DATA: 25/05/86 FORMUL: 796 DV: 1 TIPO: 14 26/01/87); Missivista anônimo, morador de Caruaru (PE), casado, 40 a 49 anos, 2º grau incompleto, de 5 a 10 salários defendeu “que homens com passado sujo, como (...) Delfim Neto (...) e outros não tenham a liberdade nem de ser candidatos a cargos públicos” (ORIGEM: L011 DATA: 27/08/86 FORMUL: 256 DV: 9 TIPO: 10 12/05/87). O cordelista Gonçalo Ferreira da Silva tinha elaborado um cordel especialmente para espicaçar o famoso ministro. Segue um trecho: “Enquanto o governo prega/ o mais deslavado ardil/ desde o mais inteligente/ até o mais infantil/ todos gritam nas esquinas:/ Delfim deu fim no Brasil”. (SILVA, Gonçalo Ferreira da. Delfim deu fim no Brasil. LC8364. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43927>. Acessado em 20 fev. 2012. Este autor, por volta de 1979, aos sete anos de idade, ouviu de um primo de nove anos a seguinte piada: “O que é o que é? Qual a diferença entre Pedro Álvares Cabral e Delfim Neto?” Ao dizer que não sabia, recebeu como resposta: “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, e Delfim Neto deu fim”.

<sup>367</sup> Mário Henrique Simonsen (Fazenda), João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento), Ângelo Calmon de Sá (Indústria e Comércio) e Jorge Furtado (interino no Trabalho). “A questão operária”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 set. 1977, p. 20.

<sup>368</sup> “A questão operária”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 set. 1977, p. 20.

<sup>369</sup> “A questão operária”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 set. 1977, p. 21.

<sup>370</sup> “A questão operária”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 set. 1977, pp. 20, 21.

Maurício Roscoe, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte, é emblemático. Após afirmar que é a favor da “um governo aberto, da democracia”, defende que se aja com “autoridade”, porque “o trabalhador não está preparado para ter mãos um instrumento como a greve, pois não saberia como fazer uso dele”.<sup>371</sup>

Os números do ano seguinte demonstram que, ao contrário, os trabalhadores souberam muito bem o que fazer quando arrancaram o “direito” de greve à força, à revelia do governo e do empresariado, pois, ao todo, cruzaram os braços em 1978 um total de 539.037 trabalhadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Brasília, incluídos trabalhadores de classe média e rurais,<sup>372</sup> muitos deles com expressivas vitórias.<sup>373</sup>

Não é, portanto, sem razão, que “Saco de feijão”, interpretada por Beth Carvalho, foi uma das músicas de maior sucesso no país em 1977.<sup>374</sup> Sua letra estava perfeitamente ajustada às experiências populares. Nela, se sugere que em outros tempos (antes da ditadura, naturalmente) os brasileiros viviam melhor, sem carestia nem inflação.

Meu Deus mas para que tanto dinheiro  
Dinheiro só pra gastar  
Que saudade tenho do tempo de outrora  
Que vida que eu levo agora  
Já me sinto esgotado  
E cansado de penar, meu Deus  
Sem haver solução

De que me serve um saco cheio de dinheiro  
Pra comprar um quilo de feijão  
Me diga gente  
De que me serve um saco cheio de dinheiro  
Pra comprar um quilo de feijão

No tempo dos "derréis" e do vintém  
Se vivia muito bem, sem haver reclamação  
Eu ia no armazém do seu Manoel com um tostão  
Trazia um quilo de feijão

Depois que inventaram o tal cruzeiro  
Eu trago um embrulhinho na mão  
E deixo um saco de dinheiro  
Ai, ai, meu Deus<sup>375</sup>

<sup>371</sup> “A questão operária”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 set. 1977, p. 23.

<sup>372</sup> ALVES, op. cit., p. 251.

<sup>373</sup> ALVES, op. cit., pp. 341-343, tabela 10.

<sup>374</sup> “Do Rio para o Brasil, a voz dos líderes”. *Revista Veja*. São Paulo, 04 mar. 1987, p. 80.

<sup>375</sup> “Saco de feijão”. Composição: Chico Santana. Intérprete: Beth Carvalho. LP Beth Carvalho – Nos Botequins da Vida. RCA, 1977. Disponível em: <http://www.bethcarvalho.com/?p=35>. Acessado em 21 jan. 2012.

Na trilha da indignação com a carestia, a inflação e o arrocho salarial “as associações de classe média seguiam a mesma tendência do novo sindicalismo e dos movimentos dos marginalizados urbanos”.<sup>376</sup> O fato dos setores médios estarem dispostos “a retomar a ação política para defender seus próprios interesses era mais uma prova de que o custo da modernização (...) tinha se tornado insuportável para todos os grupos sociais”.<sup>377</sup>

No campo, os posseiros, agricultores sem-terra e pequenos agricultores intensificaram sua militância. Um retrato dessa luta foi o fato de que 12 mil coletores de bananas cruzaram os braços em São Paulo após 18 meses sem receber salários.<sup>378</sup> O fato de só terem ido à luta contra seus patrões após um ano e meio sem salários deve ser atribuído ao aspecto de que se chegou a um ponto insuportável, como assinalado acima, e que, além disso, o momento era favorável, pois diversas categorias estavam se mobilizando ao mesmo tempo. Tratava-se de uma luta que não podia ser tocada solitariamente.

O movimento dos trabalhadores em 1979 superou em muito o movimento do ano anterior. Desta vez, foram 3.207.994 trabalhadores em greve.<sup>379</sup> A partir de então, o volume das manifestações cresceu bastante, havendo incorporação de “outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no período.”<sup>380</sup>

O inédito protagonismo assumido pelos trabalhadores vinculava-se à progressiva consolidação de uma postura de oposição à ditadura militar. A criação de vínculos identitários entre os trabalhadores contra o inimigo comum foi um poderoso elemento de coesão que os levou a atos corajosos. Interessantes exemplos podem ser observados na luta operária ocorrida no interior paulista e, por isso, menos conhecidos. Na referida região, dirigentes como Zezinho Pelego, de São José, Cid de Campinas e Perón de Jundiá que buscaram, de alguma forma, desestimular o ímpeto das bases para a greve acabaram expulsos das assembleias e até mesmo perseguidos pelos trabalhadores em suas próprias

---

<sup>376</sup> AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do *impeachment* de Fernando Collor de Mello. In: ROSEN, Keith e DOWNES, Richard (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do *impeachment* de Collor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 180.

<sup>377</sup> AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do *impeachment* de Fernando Collor de Mello. In: ROSEN e DOWNES (orgs.), op. cit., p. 180.

<sup>378</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 115. Alves fala em 1.200 trabalhadores rurais. É provável que um dos dois autores tenham se equivocado em um zero a mais ou a menos. ALVES, op. cit., p. 342.

<sup>379</sup> ALVES, op. cit., p. 357.

<sup>380</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA e DELGADO (orgs.), p.289.

casas.<sup>381</sup> Em muitos sindicatos, as categorias escolheram ir à greve à revelia de suas direções. Joaquinção e aliados de Guarulhos, por exemplo, deflagraram greves para não perder a categoria. Na verdade, à exceção de São Bernardo do Campo, Santo André, dos bancários de Porto Alegre e de alguns outros poucos sindicatos, “as greves foram sustentadas por fora das diretorias sindicais, devido à ação de ativistas, em geral das oposições”.<sup>382</sup> O depoimento de um trabalhador de São José dos Campos demonstra como os trabalhadores se organizavam por fora da estrutura sindical para deflagrar a greve:

Foram feitas reuniões na casa de operários, em bares próximos às fábricas, discussão sobre a situação dos trabalhadores e, finalmente, a possibilidade de greve, além claro, dos jornais das agremiações. As assembléias no sindicato foram sendo cada vez maiores, até que, na última, somando aproximadamente umas duas mil pessoas, que a contragosto do presidente, mediante as intervenções firmes de membros da oposição, a greve foi deflagrada.<sup>383</sup>

Os exemplos de coragem dos trabalhadores foram muito abundantes. Vejamos o caso dos servidores públicos (setores educação e saúde) e dos bancários em São Paulo. Em 1978, essas categorias sofreram repressão policial e tiveram suas associações ameaçadas. No caso específico dos bancários o governo os incluiu entre os trabalhadores cujas atividades eram consideradas essenciais. Isso significa que bancários em greve poderiam sofrer suspensão de 30 dias, demissão sem justa causa e ainda enquadramento na Lei de Segurança Nacional e condenação de até 20 anos de prisão.<sup>384</sup> No entanto, o que temos em 1979? Lá estavam os bancários em São Paulo, mesmo sofrendo intervenção no sindicato, tendo três diretores afastados e sofrendo repressão policial com 300 detenções. E os professores, que tinham sofrido severa repressão no ano anterior, estavam em maior número em 1979.<sup>385</sup> Cabe destacar que foram várias as categorias de trabalhadores que apanharam da polícia e/ou sofreram algum tipo de pressão ou ameaça em 1978 e que retomaram a luta em 1979.<sup>386</sup>

O uso da violência pelas forças de repressão em 1979 foi muito superior a 1978, em função do número de paralisações – 246, contra 118 do ano anterior<sup>387</sup> – e porque o Estado e os empresários desta vez se prepararam para enfrentar os trabalhadores, lançando mão de repressão (através da polícia ou “esquadrões da morte”), demissões em massa, demissões

---

<sup>381</sup> WELMOWICKI, op. cit., p. 55.

<sup>382</sup> WELMOWICKI, op. cit., p. 57.

<sup>383</sup> Depoimento de José Roberto Faria apud WELMOWICKI, op. cit., p. 56.

<sup>384</sup> ALVES, op. cit., p. 351.

<sup>385</sup> ALVES, op. cit., p. 353.

<sup>386</sup> ALVES, op. cit., p. 341-358.

<sup>387</sup> MATTOS, op. cit., p.120.

de líderes, elaboração de “listas negras” e outros expedientes.<sup>388</sup> Os metalúrgicos de São Paulo tiveram sua greve reprimida por força policial que acabou com piquetes e invadiu igrejas para impedir reuniões, e assassinou Santo Dias, “um organizador sindical católico”, “baleado na porta de uma fábrica”.<sup>389</sup>

Um depoimento de um trabalhador da Volkswagen a um repórter pode oferecer subsídios para compreendermos o modo como as fábricas lidavam com os operários no cotidiano e como passaram a lidar com os envolvidos no movimento operário:

Sou metalúrgico, trabalho na Volkswagen do Brasil. [Há] 18 anos. Há muita injustiça dentro da Volkswagen e oportunidade pra nós e mínimas que eles dão pra nós e... nós temos aí um horário corrido de refeições... não adianta reclamar que eles não, não... eles impõe as coisa, eles acham que devem fazer as suas lei lá dentro, de acordo com o que eles acham que têm que ser e não temos direito, recramamo (...) aqueles que acha que não tá bom eles mandam embora. Nossos colega, só de participar de um congresso dos metalúrgico foro mandado embora, sumariamente. A própria federação da indústria, em outubro, obrigô as indústria a mandá todos os trabalhadores que tinha contato direto com o sindicato ou que participar de assembléia e tudo, mandá embora...<sup>390</sup>

O ano de 1979 foi decisivo para todos os movimentos de oposição à ditadura, tendo em vista o apoio aos grevistas por outros setores, o que estabeleceu “uma rede funcional de alianças entre as organizações de base, os movimentos sociais ligados à Igreja (inclusive as CEBs) e os sindicatos”, além da “oposição de elite”, que pressionou “o governo a devolver os sindicatos aos dirigentes eleitos”<sup>391</sup> e que haviam sido cassados. Essas alianças estão entre os aspectos mais interessantes do movimento de 1979. Em setembro, militantes católicos dos movimentos de base e da oposição sindical organizaram e coordenaram a greve dos metalúrgicos de São Paulo contra a vontade da direção do sindicato, e utilizando centenas de pequenas igrejas na cidade para realizarem suas assembleias.

Especificamente no ABC paulista, onde a Igreja permitiu que a própria catedral fosse usada como sede sindical provisória,<sup>392</sup> o movimento operário foi marcado pelas grandes assembleias no estádio da Vila Euclides. Milhares de pessoas reunidas para deliberar coletiva e soberanamente sobre seu futuro causaram forte impressão em milhões de outros brasileiros. A primeira assembleia no estádio, realizada sob chuva em 13 de fevereiro de 1979, “sem palanque, com Lula falando em cima de mesas” foi um formidável

---

<sup>388</sup> ALVES, op. cit., p. 255, 256; KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 398, 399; WELMOWICKI, op. cit., p. 58.

<sup>389</sup> COUTO, op. cit., p. 268.

<sup>390</sup> Fragmento de documentário exibido pelo Canal Brasil. Dirigido por João Batista de Andrade (título não identificado). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=XfF6OmQ8KKs>. Acessado em 20 ago. 2010.

<sup>391</sup> ALVES, op. cit., p. 258.

<sup>392</sup> ALVES, op. cit., p. 258.

exemplo da unidade entre os trabalhadores, sobretudo se levarmos em conta que, por defeito no som, em boa parte do tempo Lula falou sem microfone, e os que estavam à sua volta iam repetindo uns para os outros até que os mais distantes pudessem ouvir.<sup>393</sup> A foto de Lula sobre mesas em meio a um “mar” de trabalhadores foi reproduzida em diversos órgãos de imprensa. No *Jornal do Brasil*, essa foto estava no centro da capa da edição de 14 de fevereiro de 1979. Acima, uma manchete chama a atenção: “Greve de professores é ilegal mas continua”,<sup>394</sup> uma inequívoca demonstração de coragem diante dos governos do estado e do município do Rio de Janeiro, que repudiavam a greve. Merece menção o fato de que os professores estavam cientes de que quando uma greve era declarada ilegal pelo tribunal os grevistas ficam sujeitos a punições. Nem isso arrefeceu o ímpeto dos professores.

O clima em São Bernardo do Campo era semelhante. Diante de 50 mil metalúrgicos, Lula afirmou que “os patrões dizem que o dissídio entra amanhã na Justiça. Os patrões pensam que vamos ficar assustados com isso, mas não vamos” É bom lembrar que a percepção do tratamento indigno se constitui como um dos motores do movimento. Às vezes o discurso de Lula recorre a esse argumento, de resto velho conhecido dos trabalhadores, porque integrava seu cotidiano. Ao lembrar que não houve pressão sobre o sindicato no primeiro dia da greve, afirmou que, por outro lado, em grande parte das empresas, os trabalhadores sofreram pressões: “Foi chamada até tropa de choque para os operários”.<sup>395</sup> Esse argumento traz consigo uma carga simbólica muito significativa, pois o trabalhador se sente indignado quando a polícia vem lhe reprimir, porque – além dos danos físicos – a repressão policial o associa a um bandido.

O discurso de Lula na assembleia de 22 de março, no estádio da Vila Euclides, demarcou o campo dos trabalhadores em oposição ao governo e aos empresários – o nós *versus* eles, tantas vezes aqui aludido. Isso fica claro quando afirmou o líder dos trabalhadores: “pessoalmente eu acho que é muita sacanagem com os trabalhadores – feita principalmente pelos empregadores, por aqueles que ganham dinheiro como ninguém nesta terra...”<sup>396</sup> Não há dúvidas de que este sentimento era compartilhado pelos 90 mil trabalhadores que o ouviam. E, certamente, trabalhadores que tinham lotado um estádio às

---

<sup>393</sup> 1979. Greves no ABCD. Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/pt30anos/interna.php?id=36#>. Acesso em 17 de janeiro de 2011.

<sup>394</sup> “Greve de professores é ilegal mas continua”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 fev. 1979, capa.

<sup>395</sup> “Lula pede a 50 mil uma mudança de tática hoje”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 fev. 1979, p. 25.

<sup>396</sup> SADER, op. cit., p. 191.

dez da manhã de uma segunda e cinco da tarde de uma sexta concordavam com o líder quando disse que “a gente, quando entra numa briga, a gente quando se dispõe a defender uma causa, a gente quando se dispõe a lutar por alguma coisa que acha certa e verdadeira, eu acho que, se for necessário, até a vida nós temos que dar”.<sup>397</sup> De fato, estavam ali para o que desse e viesse. A coragem que o líder demonstrou era compartilhada com os liderados: “E agora paira sobre a cabeça do sindicato uma intervenção. Posso garantir a vocês que a intervenção está pronta, me parece desde o dia 14 ou desde a quarta-feira em que nós entramos em greve...”<sup>398</sup> Portanto, apesar da ameaça de intervenção, de punições, estavam todos ali porque acreditavam

que nada neste mundo, a não ser algo muito superior à nossa capacidade de briga, pode evitar ou pode fazer com que nós deixemos de nos reunir aqui e deixemos de brigar pelo nosso salário, que é o mínimo que nós temos de fazer.<sup>399</sup>

Em 1980, em função da violenta repressão, do medo do desemprego causado pela recessão e pela política salarial de 1979, que atenuou os efeitos do custo de vida, a mobilização dos trabalhadores diminuiu consideravelmente.<sup>400</sup> Não significa, portanto, que a maioria dos trabalhadores estivesse contente ou, impensável, que tivesse deixado de considerar o governo como inimigo. 664.700 trabalhadores em greve indicavam que a intranquilidade social permanecia, inclusive no campo, que desta vez teve 240 mil trabalhadores de braços cruzados.<sup>401</sup> Às portas do ano de 1980 havia mais de 10 milhões de trabalhadores sindicalizados.<sup>402</sup> Em que pese o fato de que parte dos sindicalizados fossem filiados por necessidade de assistência médica, dentária etc., de todo modo, havia milhões de trabalhadores com algum tipo de contato com um organismo encarregado por representar os seus interesses, defender seus direitos.

No caso específico dos sindicatos rurais, temos o exemplo da Confederação Brasileira da Agricultura (CONTAG), que apresentava perfil mais combativo. Já em 1979 organizara o III Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que decidiu intensificar a defesa dos trabalhadores rurais, a difundir os princípios do novo sindicalismo, mas principalmente o “fortalecimento de todas as formas de organização coletiva no campo”.<sup>403</sup> Essa opção “refletia a intensificação do conflito de terras,

---

<sup>397</sup> SADER, op. cit., p. 192.

<sup>398</sup> SADER, op. cit., p. 192.

<sup>399</sup> SADER, op. cit., p. 192.

<sup>400</sup> ALVES, op. cit., p. 263.

<sup>401</sup> ALVES, op. cit., p. 264.

<sup>402</sup> ALVES, op. cit., p. 243. (Dados de 1979.)

<sup>403</sup> ALVES, op. cit., p. 245.

envolvendo camponeses que lutavam pelo direito à terra, posseiros empenhados em preservá-la e trabalhadores agrícolas (...) (bóias-frias)”.<sup>404</sup> Em 1980, o total de filiados ligados à entidade “ultrapassava 6.800.000, de uma população de 11.500.000 famílias rurais integrantes das categorias passíveis de filiação sindical”.<sup>405</sup> Tomados os sindicalizados em conjunto, temos “mais de 11.316.000 trabalhadores organizados, numa população economicamente ativa estimada em cerca de 40.000.000”.<sup>406</sup>

No período compreendido entre 1980 e 1984 estava mais difícil obter aumentos significativos “em virtude da política salarial do governo e da conjuntura econômica desfavorável”.<sup>407</sup> Por esta razão, as lutas enfatizaram questões ligadas à estabilidade, maior frequência de reajustes salariais e o reconhecimento da representação sindical por fábrica.<sup>408</sup> Apesar da diminuição da quantidade de greves entre 1980 e 1982, pode-se constatar que desde o final dos anos 1970

quase todo trabalhador brasileiro resolveu mostrar que era um ator social empenhado em desafiar o veto do governo à autonomia da classe trabalhadora e em propor a criação de espaços de negociações entre diferentes atores sociais.<sup>409</sup>

Apesar do refluxo do movimento, 1980 foi um ano muito importante no movimento dos trabalhadores em virtude do fortalecimento dos laços entre “as organizações de base, a Igreja, os movimentos sindicais e os setores de oposição engajada na política formal”,<sup>410</sup> como “demonstrada durante greves como as dos professores primários e secundários no Nordeste e em Minas Gerais, e especialmente a dos trabalhadores de plantações de cana-de-açúcar em Pernambuco”.<sup>411</sup> E, apesar da derrota em seu espaço mais formidável – o ABC paulista –, o movimento obteve uma vitória moral sobre as forças da repressão que não seria esquecida. De acordo com José Ricardo Ramalho, “a grande repercussão alcançada pelas greves dos metalúrgicos do ABC se deveu ao fato de elas se tornarem manifestações de atos políticos contra a ditadura militar, pelas liberdades democráticas e respeito aos direitos humanos”.<sup>412</sup>

---

<sup>404</sup> ALVES, op. cit., p. 245.

<sup>405</sup> ALVES, op. cit., p. 245.

<sup>406</sup> ALVES, op. cit., p. 245.

<sup>407</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 405.

<sup>408</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 405.

<sup>409</sup> AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do *impeachment* de Fernando Collor de Mello. In: ROSEN e DOWNES, op. cit., p. 177.

<sup>410</sup> ALVES, op. cit., p. 262.

<sup>411</sup> ALVES, op. cit., 1984, p. 262.

<sup>412</sup> RAMALHO, José Ricardo. Trabalho, direitos sociais e sindicatos na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal

O comportamento dos trabalhadores durante os 41 dias de greve demonstra que ao iniciar a década de 1980 já havia sido formada a “consciência anti-ditadura e anti-patronal”.<sup>413</sup> A constituição dessa consciência pode ser observada na resistência dos trabalhadores durante muitos dias de greve, mesmo diante de

total mobilização do Exército, ocupação de locais estratégicos, ataques conjuntos a concentrações de manifestantes e detenção das principais lideranças – em verdadeiras operações de seqüestro – onde quer que se encontrassem. Líderes grevistas foram arrancados a força das assembléias em igrejas e dos carros do prefeito e de deputados e senadores de oposição que foram a São Bernardo oferecer alguma proteção, com suas imunidades parlamentares. Advogados ligados à Igreja (...) também fora detidos sem mandado. Na blitz contra os metalúrgicos em greve, os militares utilizaram armas pesadas, veículos blindados e helicópteros do Exército em apoio a tropas de infantaria e da Polícia Militar. Presos, os líderes da greve foram mantidos incomunicáveis por algum tempo.<sup>414</sup>

A ação do governo ocorreu porque este “concluiu que para destruir o novo movimento operário bastava destruir seus chefes – Lula e seu pequeno grupo de líderes sindicais”.<sup>415</sup> Entretanto, as lideranças estavam irmanadas a outros 240 mil trabalhadores em greve, suas famílias e uma rede de apoio formada pela Igreja, por movimentos sociais e por políticos de oposição. Em nota oficial, o bispo Dom Cláudio Hummes, de Santo André, foi muito claro quanto aos polos em conflito: “o Governo e o Exército estão claramente do lado dos empresários”. Depois, mais enfaticamente, afirmou:

O Ministério do Trabalho nunca interveio no sindicato dos patrões, que estão sempre infringindo a lei no dia-a-dia no tratamento dos trabalhadores nas indústrias, mas os sindicatos dos trabalhadores apenas começam a mover-se e o Ministério do Trabalho ameaça com a intervenção.<sup>416</sup>

A prisão das lideranças foi adotada no sentido de promover a desmobilização dos trabalhadores, o que não ocorreu, porque os trabalhadores estavam extremamente organizados e mobilizados para que uma liderança intermediária mantivesse a greve.<sup>417</sup> Entretanto, os grevistas do interior não tinham se preparado como fizeram os metalúrgicos do ABC e aceitaram os termos da decisão judicial, pois estavam incapacitados de se manterem sem remuneração por muito tempo; os do ABC por sua vez, permaneceram de braços cruzados. Após duas semanas, o Tribunal do Trabalho declarou ilegal a greve, que acabou sendo a senha para a repressão acima detalhada.

---

(orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: ANPOCS, 2008, p. 135.

<sup>413</sup> WELMOWICKI, op. cit., p. 59.

<sup>414</sup> ALVES, op. cit., p. 261.

<sup>415</sup> KUCINSKI, op. cit., p. 116.

<sup>416</sup> “Bispo pede toda ajuda à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 abr. 1980, p. 7.

<sup>417</sup> ALVES, op. cit., pp. 259, 260.

Um episódio inusitado ocorrido na prisão de Lula é tão elucidativo acerca da questão da formação de uma consciência popular entre os trabalhadores quanto o próprio fato da resistência durante a greve com tantas adversidades como as criadas pelo governo e empresários em 1980. De acordo com Lula, à exceção dele, Romeu Tuma havia colocado todos os líderes na mesma cela. Com o tempo,

foi juntando investigador. Tinha investigador com Rolex. E os caras já tavam admirando a gente. Era tudo fã da luta da gente. “Olha, Lula, nós não temos nada a ver com isso, nós somos solidário a você. Tamos cumprindo o que é nossa obrigação. Afinal de contas, nós tamo fudido, ganhamos pouco”. Em meia hora, tinha 28 investigadores na sala, e eu fazendo uma assembléia pra eles. Eu falava assim: ‘Vocês ganham pouco, mas tão de Rolex aí. Sabe o que que é isso? É que vocês são obrigados a se corromperem, pra poder sobreviver. Vocês deveriam se organizar num sindicato e brigar para ganhar um salário decente’. Nisso entra o Tuma. Ele ficou puto da vida! Mandou todos os investigadores embora e falou pra mim: “Eu não trouxe você aqui pra fazer agitação junto aos meus policiais”.<sup>418</sup>

Sem querer afirmar que todos os policiais pensassem como o grupo que fora ouvir Lula falar, o fato de que esses tiveram essa postura pode indicar que outros também pensassem assim, que se vissem como trabalhadores explorados em oposição a um governo que lhes tinha sido algoz, como aos demais trabalhadores. A julgar pelas 100 mil pessoas que compareceram ao ato do 1º de maio 1980 em São Bernardo, eram muitos os que consideravam o governo como algoz.

De fato, o comportamento dos diversos atores presentes demonstra a vitalidade do que ocorria no país, no que diz respeito às classes populares. Ressalte-se a coragem dos populares diante de um esquema de repressão armado desde às 5 horas da manhã na Praça da Matriz, no estádio da Vila Euclides e em diversos outros pontos da cidade:

São Bernardo teve ontem o maior aparato policial montado desde o início da greve. Pela primeira vez, o Paço Municipal ficou cercado por cordas. Cavalariados, brucutus e tropas da PM se postaram em toda a sua volta. Na Praça da Matriz, o cerco incluiu ruas próximas, e praticamente restavam duas entradas para o povo ir à missa.

No estádio de Vila Euclides e ruas de acesso, o policiamento era feito à base de pelotões de 45 homens. O helicóptero militar nunca voou tão baixo (...). Grupo de 10 viaturas da ROTA (Ronda Ostensiva Tobias Aguiar) ficavam espalhados nas quadras da Avenida Faria Lima. Caso a passeata saísse e fosse ordenada sua dispersão, viaturas da PM, da polícia civil entrariam em ação conjunta com a tropa de choque, que também incluía cães pastores. Essa ação poderia ser desencadeada em poucos minutos, fechando praticamente a cidade de São Bernardo. Desde às 5h, todas as entradas de acesso ao município, a partir de São Paulo, tiveram bloqueios de policiais de trânsito.<sup>419</sup>

---

<sup>418</sup> COUTO, op. cit., p. 270, 271.

<sup>419</sup> “Governo permite passeata de 100 mil em São Bernardo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

A resistência popular frente a todo o aparato montado para intimidar – e reprimir – foi muito grande, pois às 9h, quando teve início a Missa do Dia do Trabalho, 4 mil pessoas já estavam dentro da igreja-matriz. No interior, seguindo o roteiro da missa, todos cantaram um uníssono: “Unidos nesta greve/não nos moverão/unidos nesta luta não nos moverão/unidos até a vitória não nos moverão, não, não nos moverão com ou sem intervenção/não, não nos moverão”.<sup>420</sup> No sermão Dom Cláudio Hummes lembrou que o salário mínimo é uma injustiça, enalteceu o movimento dos metalúrgicos e acentuou que naquele momento da História as condições de vida e trabalho “não são as de um mundo de alegria, liberdade e justiça”.<sup>421</sup> Enquanto milhares de pessoas estavam na missa, uma multidão calculada pela PM em 30 mil pessoas estava do lado de fora, a “gritar palavras de ordem a poucos centímetros dos fuzis dos soldados”<sup>422</sup> e sofrendo intimidação das forças de repressão através de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Os gritos de “abaixo a repressão” diante da igreja e os sons das bombas deixaram o ambiente tenso no interior da mesma, mas não abateram o ânimo dos manifestantes. Nesse ínterim, em seu sermão, Dom Mauro Morelli, presidente do Regional Sul-1 da CNBB, declarou:

Sonhamos com os pés na terra para termos um país onde exista realmente segurança nacional. Fala-se em segurança nacional e é bom dizer que ninguém é contra isso. Mas o povo, as crianças, precisam nascer, pois os pais amando-as as trazem à vida. Ninguém pode impedir que a família tenha meios legítimos para que as crianças possam participar, serem livres e dignas. Neste 1º de maio, sonhamos com os pés no chão, crendo em liberdade, fraternidade e justiça. E que irmãos nossos, os soldados, abram o caminho para o povo caminhar”.<sup>423</sup>

No entanto, apesar da esperança, tudo indicava que a passeata não sairia, como declarara à imprensa e a outros interlocutores, como políticos e lideranças sindicais, o Cel. Arnaldo Braga, comandante da PM. No fim da missa, Nelson Campanhoto, diretor deposto do sindicato, foi chamado a falar, mas não conseguiu demover a multidão de sair em passeata. Colocada em votação, os braços se ergueram para dizer sim á passeata. O deputado Benedito Marcílio (PTB-SP) também tentou argumentar, mas não teve jeito. O conflito parecia iminente. Nesse momento, Campanhoto tornou a falar: “Queremos a paz. Recebo uma ordem expressa de José Carlos Dias até de se a caminhada sair talvez seja dissolvida. Vamos sair então, para nossas casas, sem aceitar provocações”.<sup>424</sup> Embora

---

<sup>420</sup> “Governo permite passeata de 100 mil em São Bernardo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>421</sup> “Dom Cláudio reafirma apoio à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>422</sup> “O ABC já trabalha”. *Revista Veja*. São Paulo, 07 mai. 1980, p. 19.

<sup>423</sup> “Dom Cláudio reafirma apoio à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>424</sup> “Dom Cláudio reafirma apoio à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

aplaudido, a situação continuava indefinida, até que, de acordo com a reportagem do *JB*, alguém chegou e disse: “A passeata foi liberada!” Sem poder acreditar no que fora dito, buscaram confirmar a informação. Quando Juraci Batista Magalhães, suplente do sindicato, foi ao microfone dizendo ter uma “notícia alegre” para dar, a reportagem informa que “todos explodiram em euforia, rosas para o ar, braços estendidos, gente gritando “Deus existe. Deus está com o povo”<sup>425</sup>. A notícia emocionou a todos, inclusive no altar, onde, chorando, Jacob Bittar, presidente do Sindicatos dos Petroleiros de Campinas, abraçou Dom Cláudio Hummes.<sup>426</sup> Próximo dali, o senador Teotônio Vilella ajoelhou, rezou e chorou.<sup>427</sup> Sentimentos comuns.

A coragem dos populares deve ser ressaltada porque o perigo era real. À frente de um quantitativo de oito mil soldados no entorno da matriz de São Bernardo, o Cel. Braga havia informado ao Gal. Milton Tavares de Souza, comandante do II Exército, “de que o cenário ali montado sugeria a iminência de uma tragédia”.<sup>428</sup> Ainda assim, as pessoas se mantiveram firmes e saíram à praça “cantando os versos de Caminhando, de Geraldo Vandré”,<sup>429</sup> ao encontro de 40 mil pessoas que já estavam lá. Nesse momento, a reportagem percebe a presença uma multidão de cinco mil pessoas compostas por “funcionários públicos, bancários, trabalhadores” que se aproximam com faixas de apoio aos metalúrgicos<sup>430</sup> e os grupos foram se unindo para a caminhada até o estádio. Lançando mão de antiga estratégia de forças populares em atos de protesto, forma-se um cordão de mulheres com crianças nos braços. Após elas, membros destituídos dos sindicatos faziam cordões de braços dados e iam organizando a passeata, que à sua frente tinha uma grande faixa com a inscrição: “1º de Maio: greve até a vitória”.<sup>431</sup>

A passeata começou com o Hino Nacional, enquanto milhares de policiais civis e militares deixavam o local. Durante o trajeto, a reportagem registrou diversos *slogans*, coros e palavras de ordem cantados pela multidão, especialmente dirigidos ao governador Paulo Maluf e ao presidente João Figueiredo. Os primeiros foram: “Greve geral”; “Um, dois, três, Maluf no xadrez”; “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos que o Maluf

---

<sup>425</sup> “Dom Cláudio reafirma apoio à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>426</sup> “Dom Cláudio reafirma apoio à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>427</sup> “O ABC já trabalha”. *Revista Veja*. São Paulo, 07 mai. 1980, p. 18.

<sup>428</sup> “O ABC já trabalha”. *Revista Veja*. São Paulo, 07 mai. 1980, p. 19.

<sup>429</sup> “Dom Cláudio reafirma apoio à greve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13. [com grifo no original]

<sup>430</sup> “As 14 horas de um dia tenso”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>431</sup> “Governo permite passeata de 100 mil em São Bernardo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

saia do Brasil”; “Agora, já, libertem nossos presos”.<sup>432</sup> Quadras depois, surgiu um outro: “Intervenção, intervenção, essa é a abertura do João”. A seguir, um coro entoado por muito tempo: “Chora Figueiredo/ Figueiredo chora: chora Figueiredo/ que chegou a sua hora”.<sup>433</sup>

Mesmo quem não estava nas ruas parecia compartilhar dos sentimentos dos que ali estavam. Prova disso é que “os moradores dos prédios apoiavam a manifestação, gritando ou cantando as palavras de ordem”. Ao chegarem ao Paço Municipal, ouviu-se o coro de “Se não soltar o Lula, ninguém vai trabalhar”; pouco depois, começa-se a entoar o Hino Nacional para reagrupar as pessoas que, próximo de entrar no estádio, voltam a cantar *Caminhando*.<sup>434</sup> Nas cercanias do estádio – que desde 17 de abril estivera interditado pelo governo – ocorreu outro fato inusitado: “pessoas residentes no bairro foram às calçadas e aplaudiram” a multidão que chegava para ocupar aquele espaço.<sup>435</sup> Sentimentos comuns. Logo depois, “já com estádio lotado, a multidão ocupou as ruas próximas cantando em coro: ‘Vitória. Vitória. Vitória’”, enquanto acenava com flores e bandeirolas.<sup>436</sup>

O episódio das comemorações do 1º de Maio de 1980 em São Bernardo, observadas as devidas proporções, constitui-se num paradigma, uma espécie de modelo do que viria a acontecer em praticamente todos os protestos populares no Brasil dos anos 1980 – união de pessoas não necessariamente pertencentes aos mesmos segmentos e grupos sociais, Hino Nacional, canções e coros cantados em profusão, clara identificação dos inimigos do povo e apoio de pessoas que assistem ao protesto.

Apesar de “derrotado” em 1980, o movimento dos trabalhadores não foi detido, continuou se reorganizando entre este ano e 1982, com “a construção de novos sindicatos (...) e a retomada de importantes sindicatos seja os que tinham sofrido intervenção (...), seja os que estavam nas mãos de ‘pelegos’ há 15, 20 anos ou mais (...)”.<sup>437</sup> Tais mudanças refletiram “um processo profundo na base”, e que mesmo nos casos em que a oposição sindical era composta por poucos militantes, ainda assim conseguia vencer. Para tanto, “bastava se apresentar como oposição sindical combativa, a favor das greves e da

---

<sup>432</sup> “Governo permite passeata de 100 mil em São Bernardo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>433</sup> “Governo permite passeata de 100 mil em São Bernardo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>434</sup> “Governo permite passeata de 100 mil em São Bernardo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>435</sup> “Líder ameaça parar por 60 dias”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>436</sup> “As 14 horas de um dia tenso”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mai. 1980, p. 13.

<sup>437</sup> WELMOWICKI, op. cit., p. 61.

democracia no sindicato, ou, mais tarde, como sendo da CUT e chamar para derrubar os “pelegos” (...) e se conquistavam sindicatos de extrema importância”.<sup>438</sup>

Ao longo dos anos 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) “conseguiu mobilizar várias categorias para um número expressivo de greves, principalmente por questões salariais (em um período marcado por altas taxas de inflação)”. No período, “a CUT desempenhou papel importante na condução das lutas em defesa dos assalariados, trazendo para a esfera pública demandas que antes não tinham espaço na agenda política do país”.<sup>439</sup>

É muito comum na bibliografia voltada para o movimento sindical a menção à diminuição do número de greves em virtude de uma conjuntura em que se destacavam desemprego, econômica, e união entre burguesia e governo para enfrentar os trabalhadores “por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical”.<sup>440</sup> Ainda assim, é significativo que em um quadro de tanta insegurança para os trabalhadores tivessem ocorrido mais greves do que em 1978. Mesmo açoitados pelo desemprego, os trabalhadores realizaram 144 greves em 1981, 150 em 1982, ao passo que em 1978 haviam sido 118. Como a comparação costuma ser feita com 1979 e 1983, anos de muitas greves – 246 e 1.444, respectivamente –, os anos de menor quantidade de greves acabam merecendo menor atenção dos estudiosos do tema.

De fato, 1983 recolocou as lutas dos trabalhadores em extrema evidência em função da quantidade de greves e da “diversidade dos movimentos”.<sup>441</sup> Conquanto as greves por categoria continuassem a existir, as paralisações por empresa é que passaram a ser mais numerosas, e também que surgiram novos métodos nos movimentos – greves com ocupação, greves “pipoca”, operações “padrão”, “vaca brava”, “tartaruga”, foram alguns deles.<sup>442</sup>

A política salarial de austeridade exigida pelo FMI criou uma oportunidade para a ação conjunta de diferentes segmentos dos trabalhadores. Na verdade, não foi difícil obter repúdio nacional a uma medida imposta por um organismo internacional que tinha como objetivo “manter os aumentos salariais muito abaixo do índice da inflação”. Em julho,

---

<sup>438</sup> WELMOWICKI, op. cit., p. 61.

<sup>439</sup> RAMALHO, José Ricardo. Trabalho, direitos sociais e sindicatos na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política. In: OLIVEN, RIDENTI e BRANDÃO, op. cit., p. 135.

<sup>440</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.120.

<sup>441</sup> MATTOS, op. cit., p.121.

<sup>442</sup> MATTOS, op. cit., p.121.

estouraram greves de sindicatos já comandados por integrantes do novo sindicalismo, “como petroleiros, metalúrgicos do ABC, metroviários de São Paulo e bancários”,<sup>443</sup> cuja “reivindicação de reajuste salarial, a princípio puramente econômica, adquiria, no entanto, uma dimensão inegável no contexto do fim da ditadura”.<sup>444</sup> Isso fica evidente quando constatamos que “os grevistas pedem imediato rompimento com o FMI e moratória internacional”.<sup>445</sup>

Dentre as ações do período, teve grande repercussão a greve nacional marcada para o dia 21 de julho de 1983, principalmente em São Paulo, onde as lutas dos trabalhadores estavam em estágio mais avançado. Essa data pareceu um feriado na capital paulista, pois os populares atenderam ao chamado dos sindicatos, que haviam distribuído mais de um milhão de panfletos à população, pedindo para que as pessoas ficassem em casa, o que deixou vazias as ruas. Cerca de 70% dos estabelecimentos comerciais fecharam as portas, ao passo que bancos, hospitais e serviços públicos operaram com apenas 30% da capacidade. Na capital, 300 mil metalúrgicos aderiram à greve, de um total de 400 mil. A paralisação no ABC foi quase total, pois ali cruzaram os braços 95% dos trabalhadores.<sup>446</sup>

No Rio Grande do Sul a adesão também foi massiva. Calcula-se que um milhão de trabalhadores gaúchos tenha cruzado os braços. Houve greves no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco e Paraná. Nas demais cidades, ocorreram mais comícios e manifestações do que greves, “embora as escolas permanecessem fechadas e os transportes públicos se vissem afetados pelas greves em muitas capitais, realizaram comícios e passeatas em quase todas”.<sup>447</sup> No Rio de Janeiro, uma passeata na Avenida Rio Branco, principal via do Centro, levou 50 mil manifestantes às ruas, na maior manifestação política na cidade em muitos anos.<sup>448</sup>

Nesse ínterim, corriam os esforços para a criação de uma central que aglutinasse os trabalhadores e o sindicalismo combativo. Esses esforços deram origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reuniu os sindicalistas identificados com o novo sindicalismo e as oposições sindicais que se opunham aos pelegos nos sindicatos. Os termos quem constam no artigo 2º de seu estatuto demonstram que os trabalhadores

---

<sup>443</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 415.

<sup>444</sup> MATTOS, op. cit., p. 122.

<sup>445</sup> COUTO, op. cit., p. 272.

<sup>446</sup> ALVES, op. cit., p. 303.

<sup>447</sup> ALVES, op. cit., pp. 303, 304; COUTO, op. cit., p. 272.

<sup>448</sup> “Greve parcial, mas o medo esvazia a cidade”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 jul. 1983, capa.

reunidos para criar a central estavam em sintonia com o sentimento geral da maior parte dos trabalhadores brasileiros:

A CUT é uma central unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado.<sup>449</sup>

A oposição entre os setores populares e o governo-empresários evidente no texto fundador da CUT constitui uma marca daquele processo histórico, haja vista que “a identidade de peão tem ainda a referência da oposição a outros agentes, principalmente o patronato e o governo. O primeiro “outro” é o patrão, denominação dada aos empresários”, enquanto “o segundo elemento de oposição, o outro ‘inimigo dos peões’, sempre referido, era o governo”. O fato de afirmarem que a dívida externa era “uma dívida que não é nossa” demonstrava “que eles não identificavam e não reconheciam os governantes como seus representantes”. Em suas falas, pode-se “notar o tom de desdém e mesmo de desrespeito às autoridades políticas que marca o discurso oral e escrito destes trabalhadores”.<sup>450</sup>

Portanto, não sem razão pôde a CUT permanecer à frente das principais lutas dos trabalhadores desde a sua fundação. Já em 1984 tivera grande importância nas greves que levaram cerca de 2 milhões de trabalhadores a cruzar os braços por salário, estabilidade e melhores condições de trabalho. Tendo em vista a posição central que a CUT assumiu no movimento dos trabalhadores, em meados dos anos 1980 tornara-se impossível impor um pacto social com o qual ela não concordasse.<sup>451</sup>

É mesmo inequívoca a centralidade da classe trabalhadora nas lutas sociais desde fins dos anos 1970. Isso deixou marcas que se percebe nitidamente nas classes populares, que interpretam e relembram as ações e a retórica do movimento sindical, logo, produzindo memória. Enviada em fevereiro de 1986, a carta de João Conrado de Melo, solteiro, 2º grau, 15 a 19 anos, de 1 a 2 salários trata disto. Morador de Campestre (MG), Melo afirmou ser necessária

uma REFORMULAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS, no sentido de assegurar maiores garantias e seguranças ao Empregado. Visando um salário digno,

---

<sup>449</sup> MATTOS, op. cit., p. 123.

<sup>450</sup> Marco Aurélio Santana e Regina Malta Nascimento. “Trabalhadores do Brasil” e “peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. In: TEMPO. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Sete Letras, nº 7, jul. 1999, pp. 114, 115.

<sup>451</sup> KECK, Margaret E. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, op. cit., p. 432.

estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para o favorecimento da classe trabalhadora que constitui 90% da população brasileira.<sup>452</sup>

Ozorino Cardoso dos Santos, solteiro, acima de 59 anos, analfabeto, sem rendimento, morador de Barra do Choça (BA), foi bastante crítico à Constituinte, pois, a seu ver, estava vinculada à classe dominante. Combativo, defende que “nós, os trabalhadores” (atenção ao coletivo) deveriam fazer a nova Carta “com as próprias mãos”:

Eu Ozorino, não estou defendendo a Nova Constituinte por ser atrelada a classe dominante e aos reformistas. Apesar disso deixo claro que a Nova Constituinte só vai defender aos nossos interesses, quando nós, os trabalhadores partirmos para fazer a Constituinte com as nossas próprias mãos. O que eu espero da Nova Constituinte, não mais do que a nossa classe trabalhadora está vendo a cada momento, ou seja a sociedade injusta que nos acompanha fazendo cada vez mais injusta até hoje nunca possuir nem uma casa residencial para morar apesar disso me sinto muito orgulhoso por não ter aprendido a Leitura. espero resposta.<sup>453</sup>

Outro morador de Barra do Choça (BA), Antenor Moreira Pontes, tinha discurso parecido ao do conterrâneo acima. Pontes, casado, analfabeto, acima de 59 anos, sem rendimento, certamente tinha noção da desigualdade e injustiça sociais:

Esta Nova Constituinte é só para derrubar a classe trabalhadora, apesar de só defender os interesses da classe dominante. Uma Nova Constituinte só poderá defender aos trabalhadores, se fosse com a participação da classe operária como a maioria; eu me acho abandonado da minha Pátria, porque os olhos grande não deixa o trabalhador vestir e comer. Só Deus para ter piedade da classe trabalhadora. Espero que tenho uma boa resposta desta minha sugestão.<sup>454</sup>

Os dois depoimentos anteriores foram de trabalhadores rurais que se apresentaram como tais e como analfabetos. Na hipótese de serem mesmo analfabetos, interessante terem procurado quem escrevesse para eles. Havia também pessoas com instrução elevada que se reconheciam como membros da classe trabalhadora. O contexto das cartas é semelhante: burgueses explorando trabalhadores. De acordo com José Gil de Carvalho, morador de Campina Grande (PB), 30 a 39 anos, Superior incompleto, de 2 a 3 salários,

a classe trabalhadora que estuda em curso superior, é hoje a classe visada por parte dos seus superiores, isso principalmente ocorre, nas empresas estatais. O problema maior que enfrenta é a questão de horário. De um lado, a Universidade só oferece, a maior parte das cadeiras, durante o turno diurno, o que para o

---

<sup>452</sup> Carta de João Conrado de Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L013 DATA: 20/02/86 FORMUL: 321 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>453</sup> Carta de Ozorino Cardoso dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 876 DV: 1 TIPO: 34 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>454</sup> Carta de Antenor Moreira Pontes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 877 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

trabalhador que tem que trabalhar 8 horas, não é suficiente para terminar seu curso no prazo mínimo. Sugiro que as universidades disponham todas as cadeiras no turno noturno ou, seja dada uma concessão por parte do empregador, ao empregado para pagar suas cadeiras diurnas. A classe trabalhadora, que é constituída por pessoas que no decorrer da vida profissional, é experiente necessitando do conhecimento para melhor desempenhar seu papel no contexto da sua sociedade. A educação a nível superior hoje, em nosso país é para burgueses. Os quais são formadas por uma parte minoritária, que a cada dia se fortalece, enquanto que a classe trabalhadora, a classe maior, continua dominada, inculta, sem oportunidades e sem chances de mostrar seu potencial.<sup>455</sup>

Valdir Zonin, solteiro, Superior incompleto, 20 a 24 anos, sem rendimento, morador de Viadutos (RS), tinha uma leitura semelhante à de seu colega universitário da Paraíba, geograficamente tão distante:

Quanto à "constituente" acho que deverá ser voltada quase exclusivamente à classe oprimida e com ênfase especial nos trabalhadores rurais, já que deste setor depende toda a população brasileira. Somente teremos um país auto-suficiente com um maior incentivo ao setor primário, e uma política agrícola séria. Outro aspecto a salientar é o sistema educacional do país que é precário e não há interesse pelos governantes em melhorá-lo, pois eles preferem trapassear pessoas "burras e otárias". Por uma constituinte menos burguesa e voltada à classe trabalhadora.<sup>456</sup>

Uma jovem em carta anônima, solteira, 19 a 24 anos, 2º grau, sem rendimento, moradora de Riachuelo (RN), pediu aos constituintes “mais atenção a grande classe trabalhadora que tanto luta para engrandecer cada vez mais os maiores”.<sup>457</sup> Rafael Rodrigues de Moraes, morador de Crixás (GO), solteiro, Superior completo, idade entre 20 a 24 anos, de 5 a 10 salários, escreveu:

Sugiro uma constituinte, realmente voltada para a melhoria do povo Brasileiro, uma constituinte ampla em que como princípio básico uma sociedade mais igualitária, que acabe com a corrupção maior incentivo para o ensino, saúde casa própria etc. Enfim, uma constituinte voltada para uma minoria [sic] e não para satisfazer os interesses dos tubarões deste nosso País, que a cada dia, vem engolindo a classe trabalhadora e a classe em geral.<sup>458</sup>

## 1.7. A experiência das Diretas Já

---

<sup>455</sup> Carta de José Gil de Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L036 DATA: 21/02/86 FORMUL: 880 DV: 1 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>456</sup> Carta de Valdir Zonin à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L037 DATA: 21/02/86 FORMUL: 924 DV: 9 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>457</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L105 DATA: 21/02/86 FORMUL: 115 DV: 3 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>458</sup> Carta de Rafael Rodrigues de Moraes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L110 DATA: 22/02/86 FORMUL: 245 DV: 8 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Nos meus vinte anos de jornalismo – pois é, comecei junto com o golpe... – sempre me ensinaram que repórter deve ser imparcial, neutro, jamais pode se envolver com o assunto sobre o qual está escrevendo. Bem que tentei, mas não foi possível. Os jornalistas tinham, sim, seu papel a cumprir nesta campanha, como qualquer outro cidadão que paga impostos e gosta da terra em que vive.

De que nos valia continuar a vida inteira denunciando as mazelas da ditadura, tornando as tardes de domingo cada vez mais modorrentas e sem luz, não só para nós, mas também para os leitores, para todos, enfim?

Era preciso encontrar uma saída, acreditar nela. O jornal nos dava condições para isso, já não havia a desculpa da censura à Imprensa. Só dependia da gente aproveitar os espaços abertos, seguir em frente, no rumo dos anseios nacionais.

Muitos, a esta altura, fins de 83, depois da tristeza de se ver apenas 15 mil pessoas reunidas diante do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, na primeira manifestação pró-diretas da campanha no País, desacreditavam não só do poder da Imprensa, mas da própria capacidade do povo brasileiro de se organizar contra a ditadura, a favor da democracia sem adjetivos. Para completar, naquela mesma tarde do comício do Pacaembu, a 27 de novembro, morria Teotônio Vilela, o “menestrel das Alagoas”, que sacudiu o gigante adormecido enquanto pôde.

Mas veio o temido 1984 e, em lugar das desgraças totalitárias profetizadas por Orwell, vimos foi o Brasil renascer no comício de Curitiba, o primeiro da temporada que se abria, com mais de 50 mil pessoas botando o bloco das diretas nas ruas.

A partir daí, a História do Brasil começou a mudar em poucos dias. De toda parte chegavam notícias sobre a formação de novos comitês pró-diretas. O rádio, a televisão, o resto da chamada grande imprensa boicotavam como podiam o movimento, sem êxito. Até que se chegou, com as oposições unidas, ao Grande Comício de São Paulo, no dia do aniversário da cidade, a 25 de janeiro, na praça da Sé. O governador Franco Montoro não exagerava ao proclamar: “Estão aqui as esperanças de 130 milhões de brasileiros”.<sup>459</sup>

Finalizado a dez dias da votação da emenda Dante de Oliveira, o livro do jornalista Ricardo Kotscho, até hoje uma das principais referências sobre a maior campanha popular da história do Brasil, aponta neste trecho, alguns importantes aspectos que dizem respeito não somente à campanha, mas às lutas populares no período. Em primeiro lugar, devemos perceber as menções aos jornalistas. Kotscho revela que não são neutros; que tinham, como os demais que queriam bem ao seu país, um dever a cumprir naquela causa popular, e que também queriam “encontrar uma saída, acreditar nela”. Em certo sentido, essa fala aponta para o envolvimento de jornalistas como homens de seu tempo nas lutas de seu tempo, embora não exatamente com os mesmos fins. De todo modo, alguém ignora que a política econômica da ditadura (para ficar num só exemplo) lhes fosse benéfica? Em segundo, atente-se ao fato de que mesmo com o boicote da grande imprensa a campanha obteve estrondosa adesão, o que deve servir de advertência àqueles que consideram que a população não se engajaria em um movimento político se não fosse manipulada. Em outras

---

<sup>459</sup> KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das Diretas**. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 6, 7. [sem grifos no original]

palavras, a noção subjacente a isto é que os populares são venais, isto é, só agem em função de algum tipo de recompensa, estimulados por agentes de outros grupos sociais.<sup>460</sup> Por último, transparece na fala do jornalista a ideia de que as Diretas eram aspirações de todos, da “nação”; afinal com a campanha “vimos foi o Brasil renascer”. Não à toa Kotscho afirmou que o governador Franco Montoro (PMDB-SP) não exagerara ao discursar que ali estavam as “as esperanças de 130 milhões de brasileiros”. Como estariam, senão através da comunidade imaginada que se resignificara paulatinamente na repulsa à ditadura?

Nesta parte do trabalho, além da apropriação de símbolos pátrios pela população com o sentido de demarcar o campo entre oprimidos e opressores, veremos que a campanha pelas eleições diretas foi mais uma das muitas situações que favoreceu o encontro entre militantes de movimentos sociopolíticos e os não militantes. Portanto, mais um capítulo de uma relação através da qual se estabeleceu trocas entre os dois lados, integrante daquilo que nesta pesquisa é denominado “efeito pedagógico”.

Neste momento, cabe reforçar duas consequências muito importantes que as Diretas Já tiveram sobre as lutas populares: a) reforçar na ideia de “nação” a oposição – classista – entre oprimidos e opressores e; b) acentuar a correspondência entre discurso e prática dos movimentos sociopolíticos e as das classes populares de um modo mais amplo. Podemos começar a deslindar estas consequências partindo do exame dos desdobramentos da campanha desde seu início.

Em 2 de março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou a PEC nº 5 (Proposta de Emenda à Constituição), que não mereceu espaço de destaque em nenhum órgão da grande imprensa. Todavia, a partir de então foram se avolumando iniciativas de indivíduos, partidos e movimentos sociais no sentido de formação de uma frente em favor das Diretas. Apesar da mobilização, o primeiro comício, não parecia promissor, tendo em vista o comparecimento de cerca de cinco mil pessoas. Ocorrido em Goiânia a 15 de junho de 1983, o ato foi promovido pelo PMDB e contou com as presenças de Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, entre outros, dando a partida no movimento que gradativamente tomou força e se espalhou por diversas praças do país.<sup>461</sup> Pouco tempo antes do comício, ainda em abril, pesquisa realizada pela *Folha de S. Paulo*

---

<sup>460</sup> RUDÉ, George. **A multidão na História. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, pp. 231, 232.

<sup>461</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 18.

demonstrara que a maioria dos brasileiros queria eleger o presidente do Brasil.<sup>462</sup> Neste mês, o PT passou a apoiar o PMDB na campanha, que se desenvolveu a margem dos maiores veículos de comunicação (exceto a *Folha*), o que é muito significativo, haja vista o senso comum nutrir a noção de que a população é condicionada pelos meios de comunicação.

O segundo comício de 1983 foi organizado pelo PT e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo em 27 de novembro, na cidade de São Paulo. O evento contou com mais de 70 entidades e partidos de oposição e reuniu dois atos ao mesmo tempo: um a favor das eleições diretas e outro pela paz, pelo desarmamento e contra a intervenção dos Estados Unidos na América Latina. Cartas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e 1987 demonstram que tanto as diretas quanto a oposição aos “ianques” ficaram mesmo inscritas nos discursos e nas práticas das classes populares, evidenciando a correspondência aludida anteriormente. Julio Cesar Faustino, morador de Três Rios (RJ), solteiro, idade entre 20 e 24 anos, foi direto ao ponto, defendendo “que nas próximas eleições para presidente haja eleições diretas”, e finalizou sua carta grafando da seguinte forma, em letra maiúscula: "DIRETAS JÁ".<sup>463</sup> Mais prolixo, Walter Souza Nascimento, casado, 50 a 59 anos, renda entre 5 e 10 salários, morador de Salvador (BA), fez uma extensa lista de sugestões aos constituintes. Dentre elas, destaco algumas das várias compartilhadas entre militantes e não militantes de movimentos sociopolíticos, herança de lutas que recrudesceram a partir de meados dos anos 70:

- 1 - Prioridade para a saúde e educação do povo, mais verbas.
- 2 - Reforma agrária como grande necessidade nacional.
- 3 - Eleições diretas em todos os níveis.
- 4 - Proibição da remessa de lucros das multinacionais.
- 6 - Proibição para quem fica rico com o dinheiro do Estado.
- 10 - As questões encaminhadas para justiça sejam solucionadas em curto espaço de tempo.
- 11 - Punição para Governantes que não dão prosseguimento às obras dos governantes anteriores.
- 14 - Direito de sindicalização dos funcionários públicos.
- 15 - Direito de greve a todos os trabalhadores, inclusive os funcionários públicos.<sup>464</sup>

---

<sup>462</sup> KOTSCHO, Ricardo, op. cit., p. 92.

<sup>463</sup> Carta de Julio Cesar Faustino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C009 DATA: 29/05/86 FORMUL: 225 DV: 8 TIPO: 10 05/08/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>464</sup> Carta de Walter Souza Nascimento à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L011 DATA: 07/08/86 FORMUL: 256 DV: 3 TIPO: 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Roberto I., solteiro, 20 a 24 anos, superior incompleto, morador de Brusque (SC), demonstrou preocupação com as desigualdades sociais, tanto que falou também em reforma agrária “e já”, e sugeriu que se estabelecesse – e se cumprisse – “um salário mínimo digno da pessoa humana e um máximo, para acabar com a enorme distância entre os menores e os maiores salários”. Além de desejar “eleições diretas em todos os níveis até mesmo para presidente da República”, ele advogou a “mudança para um regime socialista cristão, pois esse capitalismo selvagem está acabando com o nosso povo”.<sup>465</sup> Aqui podemos perceber algumas das diversas bandeiras que estavam transitando – há mais ou há menos tempo – na sociedade brasileira. As mais óbvias eram a das eleições diretas, a da desigualdade social e a da reforma agrária; por outro lado, a menção a uma forma de socialismo, embora menos comum, não é muitas vezes aludida nas cartas. Onde estaria a origem do interesse do jovem Roberto no “socialismo cristão” e a utilização da expressão capitalismo selvagem? Nas CEBs? Na Teologia da Libertação? No PT? Na universidade? Na família? No conjunto Titãs?<sup>466</sup> Independentemente da origem, importa reconhecer a correspondência dos discursos e das práticas disseminadas entre militantes e não militantes, todos integrantes das classes populares.

No dia do comício supracitado, capitaneado pelo PT, a *Folha de S. Paulo* publicou um manifesto assinado pelos governadores peemedebistas. Tendo sido ou não para ofuscar o brilho do Partido dos Trabalhadores no dia de tão importante comício, importa avaliarmos o quão é emblemático título do manifesto: “A Nação tem o direito de ser ouvida”. Penso que ao afirmar no documento que “a eleição direta para presidente da República é o caminho para a superação da nossa crise econômica, política e social (...) o alento de que necessitam os que vivem de salário e as empresas”,<sup>467</sup> os governadores eram portadores de um discurso com altíssimo respaldo social. Ao opor a Nação ao Estado e acentuar que as Diretas eram uma aspiração da Nação, de todos os segmentos sociais, os

---

<sup>465</sup> Carta de Roberto I. à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 14/07/86 FORMUL: 175 DV: 3 TIPO: 10 20/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>466</sup> Tendo como refrão os versos “Homem Primata/ Capitalismo Selvagem/ Oh! Oh! Oh!...”, a música Homem Primata, de grande sucesso, fazia a crítica do capitalismo, da crença em Deus e do pendor para a autodestruição cultivado pelo ser humano [?] no capitalismo. “Homem Primata”. Composição: Marcelo Fromer, Ciro Pessoa, Nando Reis e Sérgio Britto. LP Cabeça Dinossauro: WEA, 1986. Fonte: [http://www.titas.net/discografia/index.php?interface=0&acao=disco&disco\\_id=3](http://www.titas.net/discografia/index.php?interface=0&acao=disco&disco_id=3). Acessado em 31 jul. 2011.

<sup>467</sup> *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 27 nov. 1983, p.6. Extraído de RODRIGUES, Marly. **A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às ruas**. São Paulo: Ática, 1992, p. 18.

peemedebistas se aproximaram do sentimento popular, que a esta altura identificava claramente quem eram os “nossos” e quem estava do outro lado.

Ao dizer o que pensava das eleições diretas, Luiz Inácio Lula da Silva, um outro integrante (e representante) das classes populares, acabou demarcando o campo (e os interesses) dos populares e os que lhes opunham:

...Entendemos a eleição direta como meio eficaz de colocar na ordem do dia a solução dos grandes problemas do nosso povo, como a crise econômica, onde se destacam, entre outras, a questão do desemprego e dos salários, o fim da lei de segurança nacional, a autonomia e a liberdade sindical, enfim, a solução dos graves problemas criados pelos 20 anos de arbítrio a que estamos submetidos desde 1964.

Alguns setores empenhados na defesa das eleições indiretas afirmam que “o povo não quer votar, o povo quer arroz e feijão”. Sabemos disso, só que há 20 anos o povo não vota e está cada dia mais carente de arroz e feijão e de muito mais coisas. Se a nação puder votar, o eleito terá que sair da eleição comprometido com os problemas básicos da população.

O presidente que for eleito pelo processo direto deverá ser alguém comprometido com os problemas de nossa gente. Um presidente indireto, certamente será alguém desvinculado do povo e comprometido com as multinacionais e com os FMI's da vida.<sup>468</sup>

Seria o discurso de Lula representativo das classes populares como um todo ou mais restrito ao PT e movimentos sociais? Carta anônima de um morador de Uberlândia (MG) que parece apoiar o governo Sarney demonstra interessante vínculo com o discurso do petista, no que tange a identificar entes opostos às classes populares:

O governo Federal tem que ser firme, não pode deixar 200 banqueiros e 300 industriais ricos mandarem no Brasil, quem tem que mandar é o Governo e não esses ricaços corruptos que só querem tirar proveitos para si próprios e para seus familiares. O governo tem que confiscar os bens desses mandões e despachá-los para a Suíça. Ao Brasil só devem ficar honestos e que queiram dividir com o povo e não escravizar o povo e sacrificar o povo. Banqueiros são todos aproveitadores, ladrões e corruptos, pois, numa inflação zero ou perto de zero, estão cobrando 90% de juros ao ano. Isto é um absurdo. São corruptos, ladrões e mais corrupto ainda é quem deixa, pois deve ter participação, para deixax fazer isso, precisamos punir os Banqueiros. (...) Não pode deixar banqueiros acabarem com o Brasil e com os pobres Brasileiros.<sup>469</sup>

O campo dos opressores era facilmente identificável: José Sarney, então presidente do PDS, partido da situação, afirmou que a “oposição pensa que basta a mobilização popular para que os parlamentares do PDS resolvam votar a favor da emenda, esquecendo-

---

<sup>468</sup> SILVA, Luiz Inácio Lula da. “Exigência dos brasileiros”. *Diário Popular*, São Paulo, 22 jan. 1984, p. 6. In: Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 1 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, pp. 113, 114.

<sup>469</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L008 DATA: 07/08/86 FORMUL: 192 DV: 5 TIPO: 10 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

se de que o fundamental é a ação no Congresso”.<sup>470</sup> Com esta afirmação bastante pragmática – e que acabou vitoriosa, como se sabe – Sarney reconheceu a enorme mobilização popular em torno das eleições diretas, embora a tenha minimizado e desqualificado. O ex-presidente Médici também se disse impressionado com o clamor das ruas pelas diretas.<sup>471</sup> O então presidente João Figueiredo também reconhecia a demanda da sociedade acerca da questão. Contudo, em reunião com membros de seu governo, anunciou que “a eleição direta de forma alguma será implantada na esteira das pressões populares”.<sup>472</sup>

As diretas se tornaram preocupação de praticamente todos os segmentos sociais. Em função disto, a imprensa registrou muitas declarações e atitudes de pessoas públicas ou de populares a favor da mesma. A cantora Elba Ramalho, em todas as noites em que apresentou seu show *Coração Brasileiro*, não deixou de convidar o público paranaense para comparecer à manifestação pelas diretas, que ocorreria na cidade: “O Brasil está com um pé na montanha e outro no abismo, e só a eleição direta salvará o país”, disse.<sup>473</sup> De acordo com a revista *Veja*, o interesse foi tamanho que comércio fechou as portas e as pessoas só falavam no comício, que teve grande sucesso e contou com a participação de vários artistas, entre eles Martinho da Vila, Raul Cortez e Dina Sfat.<sup>474</sup> Se os meios de comunicação compartilhavam com ideais democráticos ou porque o seu público era quem compartilhava, não me é possível responder. A frase de Egídio Ferreira, vice-líder do PMDB na Câmara, entretanto, pode oferecer subsídios para a explicação do fenômeno: “o movimento pelas diretas cresceu tanto que até a Globo aderiu”.<sup>475</sup> A revista *Veja*, defendendo a posição da emissora, afirmou que a *Globo*, na verdade, reconheceu que estava perdendo credibilidade por sua omissão em cobrir a campanha.<sup>476</sup> A revista *Isto É* também tratou da ausência da *Rede Globo* na campanha. Afirma que, na opinião de um veterano redator da emissora, imperava no departamento de jornalismo “uma desgraçada

---

<sup>470</sup> “A cartada do Planalto. Figueiredo e seus ministros militares acham que chegou a hora de mostrar à oposição que as regras do jogo só mudarão em 1990”. *Revista Veja*. São Paulo, 15 fev. 1984, p. 22.

<sup>471</sup> “A cartada do Planalto. Figueiredo e seus ministros militares acham que chegou a hora de mostrar à oposição que as regras do jogo só mudarão em 1990”. *Revista Veja*. São Paulo, 15 fev. 1984, p. 24.

<sup>472</sup> “Carta ao Leitor”. *Revista Veja*. São Paulo, 22 fev. 1984, p. 21.

<sup>473</sup> “O começo em Curitiba. No primeiro comício pela eleição direta, o PMDB leva 30 000 às ruas e provoca o primeiro incidente, escondendo a urna onde Brizola ganhava”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 jan. 1984, p. 22.

<sup>474</sup> “O começo em Curitiba. No primeiro comício pela eleição direta, o PMDB leva 30 000 às ruas e provoca o primeiro incidente, escondendo a urna onde Brizola ganhava”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 jan. 1984, p. 20.

<sup>475</sup> “Diretas no vídeo. As emissoras saem a campo na cobertura do comício e ganham pontos preciosos de audiência”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, pp. 93, 94.

<sup>476</sup> “Diretas no vídeo. As emissoras saem a campo na cobertura do comício e ganham pontos preciosos de audiência”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, pp. 93, 94.

sensação de culpa” e que os telespectadores ligavam para a emissora indignados com o boicote.<sup>477</sup> O engajamento popular foi tão avassalador que obrigou os meios de comunicação a cobrirem a campanha à revelia do Palácio do Planalto.

Ciro Marcondes Filho afirma que no movimento das diretas o papel da imprensa foi muito destacado. Ele cita o exemplo da conversão do jornal *Folha de S. Paulo* à campanha. Diz que, a princípio, Otávio Frias Filho, diretor de redação, não estava entusiasmado com a campanha, lançada em 1983, pois havia constatado “que os meios de comunicação são de um modo geral contrários ao restabelecimento das diretas”.<sup>478</sup> Entretanto, ao fazer outra constatação, a de que a sociedade desejava as diretas, Frias Filho afirmou que era “o momento de apostar nas massas e construir, por meio disso, uma imagem renovada na opinião pública”.<sup>479</sup> Assim, o periódico se lançou à campanha e conseguiu colher os frutos de seu engajamento junto à opinião pública.<sup>480</sup>

Vejamos a mudança de posição da *Rede Globo*, pois é representativa do interesse do conjunto da grande imprensa, que teve que cobrir a campanha, dada sua gigantesca popularidade. Em 25 de janeiro de 1984, a emissora havia levado ao ar apenas 45 segundos de reportagem do comício das diretas em São Paulo – que contou com mais de 250 mil pessoas<sup>481</sup> –, ainda assim no contexto do aniversário da cidade. A cobertura da emissora à época foi muito criticada, a ponto de figurar no espaço intitulado “Polêmicas Históricas” que a emissora criou no endereço eletrônico [www.memoriaglobo.com](http://www.memoriaglobo.com), no qual procura dar a sua versão dos fatos. Em depoimento ao referido *site*, o então vice-presidente de Operações da TV Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, conhecido como Boni, argumentou:

Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir.<sup>482</sup>

---

<sup>477</sup> “O gigante que desperta. O comício monstro de São Paulo assusta o governo, sacode o país e dá novo impulso à luta pelas diretas”. *Revista Isto É*, São Paulo, 1º fev. 1984, p. 20.

<sup>478</sup> MARCONDES FILHO, **Ciro**. **O capital da notícia (Jornalismo como produção social de segunda natureza)**. São Paulo: Ática, 1989. 2ª edição, p. 168.

<sup>479</sup> MARCONDES FILHO, *op. cit.*, p. 168.

<sup>480</sup> MARCONDES FILHO, *op. cit.*, p. 170.

<sup>481</sup> “O gigante que desperta. O comício monstro de São Paulo assusta o governo, sacode o país e dá novo impulso à luta pelas diretas”. *Revista Isto É*, São Paulo, 1º fev. 1984, p.17.

<sup>482</sup> Depoimento de José Bonifácio Oliveira Sobrinho sobre a cobertura da TV Globo nas Diretas Já ao site Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21751,00.html>. Acessado em 30 jun. 2008.

A julgar pelas palavras de Boni, o presidente das *Organizações Globo* Roberto Marinho estava de mãos atadas. Será mesmo? Se estava, seria coerente que até o final da campanha faria a cobertura superficial que vinha fazendo. Como em abril, no comício da Candelária, no Rio de Janeiro, utilizou quase uma hora, entre *flashes* vespertinos, *Jornal Nacional* e com interrupções durante a novela das oito<sup>483</sup> podemos depreender que não corresponde à verdade a tese da incapacidade de ação de Roberto Marinho. Se não podia antes, como pôde a 15 dias da votação da Emenda Dante de Oliveira?

A meu ver, a mudança da emissora é reveladora do quanto o interesse da população nas diretas aumentava cotidianamente. O interesse dos brasileiros nas Diretas à revelia da *Globo* e de outros veículos colocava a emissora em delicada situação junto ao seu público. Segundo o IBOPE, entre as 21 e 21h30, cerca de 4,2 milhões de cariocas e 4,8 milhões de paulistanos assistiram ao comício da Candelária. 83% da audiência entre os cariocas e 60% entre os paulistanos. Para se ter uma ideia, a novela *Champagne* vinha apresentando audiência de 60% dos aparelhos de televisão. Este fato autorizou a reportagem de *Veja* afirmar: “se comício agora dá mais ibope do que novela, está aí a prova final de que o povo, ao contrário do que vivem insinuando políticos do governo, não vai à praça pública para ver os artistas, ficava com a novela mesmo”.<sup>484</sup> Diante de tudo isto, como se manter à margem da campanha?

A constatação do fato de que eleger o presidente da república era uma aspiração que unia a todos os segmentos sociais não passou despercebido à conservadora revista *Visão*. Ao cobrir o comício paulista de janeiro, a revista reconheceu que

o povo quer eleger seu presidente – sobre isso não resta dúvida alguma, como indicam as pesquisas de opinião pública. O dia chuvoso e o boicote de alguns canais de televisão não conseguiram impedir que milhares de pessoas acorressem ao centro da cidade...<sup>485</sup>

Em uma reportagem cujo título era “Vamos trocar o rei?”, a revista *Visão* demonstrou grande preocupação com os rumos da campanha. Em sua opinião, não se ouvia do palanque o que realmente importava, e que poder-se-ia trocar a tirania de minorias pela de maiorias. Preocupada com o “perigoso” caminho popular das diretas –

---

<sup>483</sup> “Diretas no vídeo. As emissoras saem a campo na cobertura do comício e ganham pontos preciosos de audiência”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 93.

<sup>484</sup> “Diretas no vídeo. As emissoras saem a campo na cobertura do comício e ganham pontos preciosos de audiência”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 93.

<sup>485</sup> “Vamos trocar o rei? O comício das diretas está na praça, mas do palanque não se ouve o que importa. Legitimar um Governo com poderes ilimitados é trocar a tirania de minorias pela tirania de maiorias.” *Revista Visão*. São Paulo, 06 fev. 1984, p. 19. [sem grifo no original]

como também *Veja e Isto É* que, contudo, não eram tão explícitas – a revista indaga: “Ou será que ninguém se lembra que o povo, açulado pelos políticos, já quis Getúlio Vargas, já quis Jânio Quadros, já quis Adhemar de Barros e outros mais – e que tudo, como se sabe, deu no que deu?”<sup>486</sup>

Contudo, as classes populares não pareciam se importar com os que não queriam as diretas para presidente. À semelhança de outros movimentos sociopolíticos, a campanha se tornou um espaço de convivência de pessoas de todos os segmentos sociais, tanto que “atores, apresentadores de TV e cantores acompanharam os políticos aos palanques, emprestando apoio ao movimento”.<sup>487</sup> Dentre eles, o locutor esportivo Osmar Santos foi o apresentador de maior destaque nos comícios. Para ele, “quem está contra as diretas pode ser comparado a quem torce contra a Seleção Brasileira”.<sup>488</sup> Perguntado se as diretas não fossem aprovadas, respondeu:

Mesmo assim terá valido a pena. Mesmo assim alguma coisa terá mudado. O Brasil não pode mais voltar a ser o mesmo. Todo mundo pensava que o povo estivesse desmobilizado, vencido por suas frustrações, mas ele mostrou que está aí, e que quer participar. Está é a coisa mais linda que eu já tomei parte na minha vida.<sup>489</sup>

Seu discurso, como a maioria dos que aqui têm sido exibidos, apontam para a centralidade do fator participação popular. Em uma de suas edições de fevereiro de 1984, a revista *Veja*, ainda não engajada na campanha, afirmou em apenas duas colunas em preto e branco que as diretas já levaram 500 mil pessoas às manifestações em várias partes do país.<sup>490</sup> Nesta mesma edição, trouxe uma entrevista com Sérgio Murad, empresário que procurava reunir novamente *Os Trapalhões*, então separados. Tendo tido sucesso em sua empreitada, o mesmo declarou: “Já que não temos eleições diretas, que tenhamos pelo menos *Os Trapalhões*”.<sup>491</sup> Na edição seguinte, ao que parece, a revista decidiu “mergulhar” na campanha. Ao destacar o brado: “um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil”, declarou:

---

<sup>486</sup> “Vamos trocar o rei? O comício das diretas está na praça, mas do palanque não se ouve o que importa. Legitimar um Governo com poderes ilimitados é trocar a tirania de minorias pela tirania de maiorias.” *Revista Visão*. São Paulo, 06 fev. 1984, p. 20.

<sup>487</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 19.

<sup>488</sup> “O começo em Curitiba. No primeiro comício pela eleição direta, o *PMDB* leva 30 000 às ruas e provoca o primeiro incidente, escondendo a urna onde Brizola ganhava”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 jan. 1984, p. 20.

<sup>489</sup> “Capricha, garoto. Osmar Santos vira o próprio símbolo das diretas”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 54.

<sup>490</sup> “Meio milhão. Campanha já levou às ruas 500 000 pessoas”. *Revista Veja*. São Paulo, 22 fev. 1984, p. 29.

<sup>491</sup> “Fim do divórcio. Os *Trapalhões* anunciam sua reconciliação”. *Revista Veja*. São Paulo, 22 fev. 1984, p. 70.

o comício de Belo Horizonte, realizado na sexta-feira da semana passada, confirmou a suspeita de que o Brasil teve, com a campanha pela eleição direta do presidente da República, o maior movimento popular de sua História. Jamais uma idéia política levou tanta gente às ruas.<sup>492</sup>

Ao perceber a alegria de pessoas tão distintas presentes ao comício de Belo Horizonte, a reportagem notou que havia gente de todo tipo e origem: “poucos movimentos têm essa capacidade de empolgar uma população tão diversa”. E entrevistou, entre outros, Maria Luiza Figueiredo, de 55 anos, que desde a campanha do marechal Lott, em 1960, havia abandonado manifestações políticas: “Só as eleições diretas podem restituir a decência a este país”. Outro entrevistado, o jogador de futebol Daria Pereira – o Dadá Maravilha – tinha o hábito de dar nomes aos seus gols. Dias antes, havia feito o gol *Eleição Direta*, de cabeça: “Quando subo, parece que estou saindo do mundo da inflação”, explicou ao sair de campo. No dia do comício, discursou: “O meu título já está amarelo. É hora do Dadá votar. É hora de todos votarem”.<sup>493</sup>

Segundo a reportagem, poucas vezes uma música foi cantada com tanta emoção quanto naquele comício, no qual cerca de 250 mil pessoas acompanharam a cantora Simone na música *Caminhando*, de Geraldo Vandré.<sup>494</sup> “Havia na Avenida Afonso Pena a real sensação de que, como diz a letra, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.<sup>495</sup> A reportagem de *Isto É* também deu destaque a momentos emocionantes, citando a cantora Simone, que cantou o “indefectível *Para não dizer que não falei das Flores*”.<sup>496</sup> Este momento de fato parece ter sido extraordinário. Ricardo Kotscho afirmou que a multidão “cantou de mãos dadas com Simone”.<sup>497</sup> Pouco depois, Kotscho disse ter havido a apoteose ao som do Hino da Independência. Na ocasião, “um louco foguetório anunciando na voz

---

<sup>492</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 20.

<sup>493</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 21.

<sup>494</sup> A canção, no caso, tinha por título *Pra não dizer que não falei de flores*, mas ficou conhecida como *Caminhando*. De autoria de Geraldo Vandré, foi por ele apresentada no Festival da Canção do Rio de Janeiro em 1967 e imediatamente se tornou um dos hinos de contestação daqueles anos. Seu refrão diz: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Em fins dos anos 70 havia sido reapropriada pelos movimentos sociais, e era recorrentemente cantada em mobilizações populares. Ver SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 29. Nota 4.

<sup>495</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 21.

<sup>496</sup> “A grande festa mineira pelo voto. Tancredo põe mais de 200 mil na rua, num lance do jogo da sucessão que vai esquentar em abril”. *Revista Isto É*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 19.

<sup>497</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 56.

coletiva de um povo que perdeu o medo e ganhou definitivamente a esperança: ‘Já raiou a liberdade, já raiou a liberdade no horizonte do Brasil’...’.<sup>498</sup>

Havia dezenas de pessoas inscritas para discursar. Para *Isto É*, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, tornou-se o mais aplaudido entre os trinta oradores. Usando frases como: “Quando Minas se ergue, alguma coisa vai acontecer no Brasil”,<sup>499</sup> o governador levou os mineiros ao delírio.

Em Belo Horizonte, como nas demais praças, ficaram evidentes os adversários eleitos pela multidão, aqueles que estavam no polo oposto das lutas sociais. A *Rede Globo* foi uma das vítimas. Logo que apareceu a primeira equipe de televisão no palanque veio o brado popular “Abaixo a Rede Globo”.<sup>500</sup> Sofrimento semelhante experimentou o ator Dênis Carvalho, bastante aplaudido posteriormente, ao se identificar com os demais integrantes das classes populares ali presentes: “Antes de ser dessa organização eu sou um cidadão brasileiro”.<sup>501</sup>

A determinação das multidões e a própria magnitude de suas exibições parecem ter assustado a cúpula do PMDB, partido que liderou a campanha pelas diretas. Segundo *Veja* (que também pareceu preocupada), infiltrou-se no partido “a convicção de que a campanha da direta, caso seja submetida a uma longa duração, acabará saindo do controle do partido e tomada simultaneamente pelos petistas, nas praças, e por Brizola, nos palanques”.<sup>502</sup> Para a revista, “o movimento popular provocado pela eleição direta trouxe de volta a multidão ao cenário político brasileiro, coisa que não ocorria desde 1964”.<sup>503</sup> *Isto É* tinha opinião semelhante sobre a campanha: “A volta dos grandes atos – povo na rua ajuda a história do país”, foi o título de uma de suas matérias.<sup>504</sup>

Uma pesquisa publicada pela revista *Veja*, realizada pelo Instituto Vox Populi, aponta para o fato que, além das diretas propriamente, as pessoas desejavam participar juntas de manifestações públicas. Isto pode ser afirmado uma vez que 40% dos

---

<sup>498</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 56. [sem grifo no original]

<sup>499</sup> “A grande festa mineira pelo voto. Tancredo põe mais de 200 mil na rua, num lance do jogo da sucessão que vai esquentar em abril”. *Revista Isto É*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 18.

<sup>500</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 58.

<sup>501</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 59.

<sup>502</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 22.

<sup>503</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 23.

<sup>504</sup> “A volta dos grandes atos. Povo na rua ajuda a história do país”. *Revista Isto É*. São Paulo, 1º fev. 1984, p. 21.

entrevistados acreditavam que as diretas viriam já. Ora, se 60% não acreditavam nas diretas para já por que foram para as ruas de Belo Horizonte? De acordo com a revista,

pelo simples fato de terem ido para a Avenida Afonso Pena, tinham a marca da grande mudança ocorrida no Brasil neste verão de 1984: acreditavam que saindo de casa para ir à rua pedir eleições diretas podiam, de alguma maneira, mudar a vida do país em que nasceram.<sup>505</sup>

O Carnaval de 1984 tornou-se um palco para a exibição popular em prol das eleições diretas para presidente da República. Novamente, pode-se perceber a unidade das pessoas em torno de objetivos comuns:

Nas ruas, escolas de samba e blocos carnavalescos ironizaram candidatos à sucessão presidencial, caricaturaram ministros de Estado, brincaram com a crise econômica e, sempre sob aplausos das platéias, pediram eleições diretas. Nos salões, foliões solitários trocaram fantasias convencionais por figurinos e máscaras que lembravam políticos de diferentes partidos e ideologias.<sup>506</sup>

A reportagem de *Isto É* esteve atenta às manifestações populares pró-diretas durante o Carnaval. Segundo a revista, a marcha *Mamãe eu quero* embalou “esta semana a obsessão nacional pelas eleições diretas para a Presidência da República”<sup>507</sup> com os versos modificados: “Mamãe eu quero votar/ me dá uma urna/ me dá uma urna/ me dá uma urna que eu não sou de malufar”.<sup>508</sup> A reportagem de *Veja* considerou como um lapso na transmissão do desfile pela televisão a não exibição de um cartaz com a inscrição “Diretas Já”. A reportagem informa que a escola de samba Caprichosos de Pilares foi a mais aplaudida do desfile de domingo no sambódromo carioca.<sup>509</sup> Não sem razão. A revista *Veja* destaca que

o desfile da Caprichosos de Pilares, a escola mais aplaudida do domingo, foi um bom indício do que seria o carnaval de 1984. Um trecho da letra do samba enredo dizia: Tantas loucuras/ Dos ministros, os Trapalhões/ “Brazil”, Brasil, Brazuca/ É Alice num país de ilusões.<sup>510</sup>

De fato, o samba-enredo da escola estava de acordo com os padrões dos discursos que tinham respaldo na sociedade brasileira naquele momento:

---

<sup>505</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 23.

<sup>506</sup> “O grito dos mineiros. O comício de Belo Horizonte supera o da Praça da Sé”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 fev. 1984, p. 22.

<sup>507</sup> “Sedutora folia democrática. A campanha pelas eleições diretas contorna a crise e o rancor e leva esperança às ruas”. *Revista Isto É*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 16.

<sup>508</sup> “Sedutora folia democrática. A campanha pelas eleições diretas contorna a crise e o rancor e leva esperança às ruas”. *Revista Isto É*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 16.

<sup>509</sup> “O Carnaval da política. Sob o estandarte da direita, a volta da sátira à folia”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 23.

<sup>510</sup> “O Carnaval da política. Sob o estandarte da direita, a volta da sátira à folia”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 23.

Sorria, meu povo  
Sorria, "Chico Rei" chegou  
Nesse palco todo iluminado  
Que um dia por pecado (bis)  
Se apagou  
Ô ô ô ô ô

E Popó mandou cair na folia  
A festa é nossa no reinado da alegria  
É cascata, o pacotão  
No combate, como bate o coração  
Na agonia, com a corda no pescoço  
A piada rói o osso  
E alegre o meu povão.<sup>511</sup>

Ao condenar os pacotes econômicos do governo federal como piada, “cascata” e anunciar que a população se encontra “na agonia, com a corda no pescoço” a escola fez vibrar a Marquês de Sapucaí. Ora, se a escola que protestou foi a mais aplaudida podemos concluir que o público concordava que vivia num “país de ilusões” e não se furtava a desafiar o governo ditatorial ainda instalado no Brasil. A sociedade se sentia mais forte que a ditadura. Ainda no desfile, temos outra passagem ainda mais contundente a respeito da manifestação da identidade comum entre os brasileiros:

Antes que o desfile da Imperatriz Leopoldinense começasse, por exemplo, o locutor oficial da escola, Francisco de Souza Medina, agarrou o microfone e gritou: “Diretas Já”! O brado não fora ensaiado. “Eu estava com as diretas na garganta e nem pensei no que fiz”, explica Medina, um comerciante de 30 anos que seus companheiros na Imperatriz chamam de “bola”. “Todos os brasileiros querem as diretas, até os banqueiros do jogo de bicho”, argumenta Medina.<sup>512</sup>

A respeito da atitude do locutor oficial de sua escola, o presidente da mesma, Rubens Gonçalves, se mostrou cuidadoso ao dar entrevista. Apesar de achar inoportuna a associação entre samba e política, afirmou, como um legítimo homem de seu tempo: “As diretas são um desejo do povo, e os sambistas são do povão. Se os sambistas quiserem gritar e pedir, tudo bem, pois o Carnaval é deles”.<sup>513</sup> Para a revista *Isto É*, o grito reinante nas arquibancadas do sambódromo carioca foi “Diretas, diretas”.<sup>514</sup> Na opinião da revista

---

<sup>511</sup> G.R.E.S. Caprichosos de Pilares. “A visita da nobreza do riso à Chico Rei num palco nem sempre iluminado”. Composição: Almir de Araújo, Balinha, Marquinho Lessa, Hércules. Disponível em: <http://www.caprichososdepilares.com.br/antigos/1984.htm>. Acessado em 06 set. 2008.

<sup>512</sup> “O Carnaval da política. Sob o estandarte da direita, a volta da sátira à folia”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 23.

<sup>513</sup> “O Carnaval da política. Sob o estandarte da direita, a volta da sátira à folia”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 23.

<sup>514</sup> “A passarela mágica. No Sambódromo renasceu a Mangueira e Brizola escapou de quem atravessava o seu Carnaval”. *Revista Isto É*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 36.

*Visão*, “milhões de brasileiros lutam pelo direito de eleger, já, o futuro presidente da República”.<sup>515</sup>

A escola de samba Imperatriz Leopoldinense também fez sucesso entre o público presente ao sambódromo. Ao rimar povo com novo, a escola se mostrou afinada com o sentimento que se tornara “nacional”: “O gigante é nosso povo/ Reconstruindo um Brasil novo/ Cheio de vida organizando mutirões”.<sup>516</sup>

Ao desfilar em trio elétrico na capital baiana durante o Carnaval, Osmar Santos pôde comprovar a gigantesca popularidade da campanha pelas diretas para presidente. Os foliões, ao identificarem o apresentador, entoavam imediatamente coros pelas diretas.<sup>517</sup> Na opinião do jornalista Ricardo Kotscho, o Carnaval de 1984 era capaz de desfazer mitos:

Essa gente que se acostumou a ver no Carnaval uma das formas de alienação do povo brasileiro, assim como o futebol, vai ter que rever suas teorias, rasgar as fantasias mofadas e cair na real. Nos últimos anos, já tivemos o “carnaval da anistia”, o “carnaval da abertura” e, agora, estamos em pleno “carnaval das diretas”.<sup>518</sup>

Kotscho chega indagar se “o Carnaval se politizou”, se ele “perdeu seu caráter de grande festa popular”. A resposta: “Não, nada disso, muito ao contrário: o Brasil é que mudou, o Carnaval continua o mesmo, a vida escrachada em quatro dias de festa, que resumem os sonhos de toda gente, como se tudo fosse acabar amanhã”.<sup>519</sup> O “cronista das diretas” Kotscho continua a desvelar o sentimento da “comunidade imaginada” dos brasileiros:

Pode-se esconder a realidade durante o ano todo, mas como esconder das câmaras de televisão os estandartes, as faixas, as fantasias, as mil formas de manifestação da alma popular tendo por tema as eleições diretas? Como tapar todos os microfones que multiplicam o som dos sambas e das marchinhas que pedem eleições diretas?

Muito antes de esse Carnaval começar, a festa ganhou as ruas e não tem dia para acabar. É como se todo brasileiro, mesmo o que não se destaca como folião, tivesse arrebitado as amarras destes vinte anos de sufoco e perdido a vergonha de ser alegre, mesmo em meio a tanta desgraça e safadeza.

(...)

Haja garganta e fôlego para puxar esse samba-enredo feito por 130 milhões de compositores, ao mesmo tempo seus cantores, em que se inverteu a velha máxima de que os fins justificam os meios. Na verdade, neste enredo, são os meios que justificam os fins. Nada de esperar a chegada ao oásis para a banda começar a tocar, a cerveja rolar: a própria travessia do deserto já é um motivo de

---

<sup>515</sup> “A loteria presidencial. Enquanto alguns grupos querem um jogo de cartas marcadas para a escolha do próximo presidente, os defensores das eleições diretas tentam somar suas forças e conciliar alternativas políticas”. *Revista Visão*. São Paulo, 26 mar. 1984, p. 23.

<sup>516</sup> “O Carnaval da política. Sob o estandarte da direita, a volta da sátira à folia”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 23.

<sup>517</sup> “Capricha, garoto. Osmar Santos vira o próprio símbolo das diretas”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 55.

<sup>518</sup> KOTSCHO, op. cit., pp. 61, 62.

<sup>519</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 62.

festa, a liberdade dando o tom, o mestre-sala do amanhã abrindo alas para a porta-bandeira da democracia.<sup>520</sup>

A revista *Isto É*, ao destacar o fato de que a campanha vendia milhares de chaveiros, camisetas, adesivos e até biquínis, criticou a frequente omissão acerca da campanha nos noticiários das televisões.<sup>521</sup> Este fato deve propiciar uma reflexão sobre poder dos meios de comunicação na formação de opinião pública nas Diretas. Veja que apesar do boicote de algumas das maiores emissoras de televisão – como a *Rede Globo* – o interesse popular não arrefeceu. Ao contrário, houve perda de popularidade por parte delas. Ciro Marcondes Filho, ao analisar o fenômeno, disse que

também as redes de televisão tiveram que mudar, não porque o público impôs, mas porque perdiam credibilidade e audiência, ou seja, seu subproduto (telejornal) não era mais “comprado”. O lucro, portanto, impôs a virada, a ponto de não atenderem (Globo e Manchete) as “recomendações” do Planalto para não darem destaque às passeatas.<sup>522</sup>

Naquele momento, os meios de comunicação demonstraram que não poderiam atuar como instituições independentes e contrárias ao corpo social, possuidoras de vida própria.<sup>523</sup>

Em março, após o Carnaval, uma passeata no Rio de Janeiro, que não contou com a presença de artistas, levou 150 mil pessoas às ruas, segundo a Polícia Militar ou 300 mil, segundo os organizadores. Acerca deste acontecimento, Luiz Carlos Prestes, 86 anos, ex-secretário-geral do PCB, mostrou ver os fatos com mais clareza que o ministro Abi-Ackel e o assessor de Paulo Maluf Calim Eid, que afirmavam que as multidões iam às manifestações para ver artistas. Prestes percebera que “este é um monumental movimento de massas”.<sup>524</sup> Dona Zica, viúva do sambista Cartola, perguntada sobre a importância da manifestação, declarou: “Este é o meu ano. Depois da vitória da Mangueira, só as eleições diretas”.<sup>525</sup> Na ocasião, destacaram os coros “Mamãe eu quero, mamãe eu quero votar”, “Voto direto derruba Delfim Neto”, “O povo está a fim da cabeça do Delfim”, bem como a participação de

representações do PMDB, do PT e do PDT, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Comitê Brasileiro pela Anistia – cujos integrantes portavam cartazes negros com nomes de 100 dos 300 desaparecidos políticos brasileiros – vários

---

<sup>520</sup> KOTSCHO, op. cit., pp. 62, 63.

<sup>521</sup> “Sedutora folia democrática. A campanha pelas eleições diretas contorna a crise e o rancor e leva esperança às ruas. *Revista Isto É*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 17.

<sup>522</sup> MARCONDES FILHO, op. cit., p. 172.

<sup>523</sup> MARCONDES FILHO, op. cit., p. 171.

<sup>524</sup> “Festa na rua. Passeata sai sem artistas e sem apoio do governo”. *Revista Veja*. São Paulo, 28 mar. 1984, p. 27.

<sup>525</sup> “Festa na rua. Passeata sai sem artistas e sem apoio do governo”. *Revista Veja*. São Paulo, 28 mar. 1984, p. 27.

sindicatos e pró Cut, associações de moradores, do Movimento Negro, e até de associações de funcionários de órgãos estatais...<sup>526</sup>

Para o sociólogo Brasília Sallum Jr., neste período assistiu-se à implementação de uma “imagem rósea da construção democrática”.<sup>527</sup> O comício de Londrina, no Paraná, constituiu-se em um excelente exemplo do quanto a população estava mobilizada em torno da democracia. Prova disto é que foram calculadas 40 mil pessoas no comício em uma cidade de 310 mil habitantes.<sup>528</sup> Parte significativa dos cidadãos de Londrina estava presente ao ato. Ali, a revista *Veja* flagrou uma jovem de 16 anos, Andrea Ramondini, que ostentava um crachá com a inscrição “Direitos da Mulher, Diretas Já”. Ela driblou a segurança do evento e subiu no palanque. Ao responder à menção de que sequer tinha idade para votar, afirmou: “Não importa a idade, vim porque está todo mundo na festa das diretas”.<sup>529</sup>

O deputado situacionista Thales Ramalho (PDS-PE), diante do inédito apoio popular a uma ideia política, chegou a aventar a hipótese de o governo ser derrotado: “A mobilização pelas diretas já superou qualquer movimento da história política do país e o governo sabe que se não houver alternativas, o Congresso aprovará a Emenda Dante de Oliveira, com o apoio de uma parte do PDS”.<sup>530</sup>

A evolução dos acontecimentos, com o povo na rua exigindo as Diretas, fez com que milhões de brasileiros se enchessem de esperança, como se pode perceber nas palavras de Kotscho, através das quais podemos perceber a identidade comum entre as classes populares formadas por pessoas de diversas matizes, naquele momento irmanadas por 20 anos de humilhações:

Se alguém ainda tinha alguma dúvida antes deste histórico 10 de abril, que fique sabendo que o Brasil se reencontrou definitivamente com seu destino, na grande cruz formada pelo mar humano que, a partir da Candelária, inundou a avenida Presidente, para lá da praça da República, e a avenida Rio Branco até a Cinelândia, de um lado, até a praça Mauá, de outro, explodindo num grito só, há muito tempo parado no ar, ao mesmo tempo de basta e de esperança.

Quem podia imaginar, há apenas seis meses, este Rio de Janeiro das praias, mulheres bonitas, escolas de samba e jogo do bicho, nostálgico dos tempos de Capital da República, irmanado nas ruas até onde a vista da gente alcançava, batendo palmas, as mãos erguidas, no ritmo da música “Nos bailes da vida”, cantada pelos autores Milton Nascimento e Wagner Tiso?

<sup>526</sup> “Rio reúne 200 mil pessoas nas ruas pelas Diretas”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 mar. 1984, p. 4.

<sup>527</sup> SALLUM Jr. Brasília. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, Lourdes (org.). **O Estado da transição: política e economia na Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 118.

<sup>528</sup> “Bola de neve. Comícios alastram-se por todo o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 24.

<sup>529</sup> “Bola de neve. Comícios alastram-se por todo o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 24.

<sup>530</sup> “O PDS reza o terço. Alarmado com o crescimento da campanha pela eleição direta, o governo busca fórmulas para enfrentá-la”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 mar. 1984, p. 28.

“Todo artista tem de ir/onde o povo está...” – e eles poderiam cantar também, além do artista, o operário, o professor, o profissional liberal, o desempregado, o empresário, o colarinho branco, o lavrador, o estudante, o jornalista, o poeta, toda a gente, de todas as cores, tamanhos, angústias, ilusões, que ontem desaguou sua ira santa e a certeza bonita de que, apesar de tudo, ainda dá orgulho de ser brasileiro.

Pena que Teotônio Vilela e todos os que ficaram pelo caminho não estivessem vivos para ver como valeu a pena acreditar, resistir, ir levando até o dia em que não dava mais para segurar. O Brasil voltou vinte anos atrás em algumas horas, para poder olhar novamente para a frente, o futuro nas próprias mãos, o povo nas ruas, a vontade de perdoar, mas nunca de esquecer.<sup>531</sup>

Depoimentos de pessoas comuns registrados pela imprensa nos permitem identificar elementos presentes na fala de Kotscho, como este, da empregada doméstica Rita de Cássia Silva, 24 anos, na profissão desde os 16 anos: “Eu agora gosto de comício. Embora esta seja a vontade do povo, acho que o governo não vai deixar”.<sup>532</sup> Note que, embora desconfiasse que o governo Figueiredo fosse impedir a realização da vontade popular, ainda sim a jovem se dispôs a ficar seis horas de pé pelas eleições diretas. Vejamos outro depoimento, carregado de emoção: “Só despertei quando vi o filme Jango”, dizia chorando Silvana Rodrigues, 25 anos, gerente de uma loja em Copacabana. “Durante 25 anos, vivi fora da realidade. Não permitirei que joguem fora mais 25”. Havia também pessoas bastante jovens na multidão:

“Diretas para o papai e para a mamãe”, gritava Suzana Garcia Assis, 13 anos, à frente de um grupo de 150 alunos do Colégio São Vivente, todos menores de 18 anos. “Cresci sem que ninguém soubesse me informar o que é votar para presidente. Com a emenda Figueiredo, propondo eleições diretas para presidente em 1989, eu já estaria na idade certa para votar. Mas não confio. Meus pais confiaram na revolução e entraram pelo cano!”

Um dos perseguidos pelo regime militar, como o ex-presos político e publicitário Ponce de León, também estava presente, e confiante: “Acho que as diretas vêm, não há outra saída. O país está exaurido”.<sup>533</sup>

O gigantismo dessa manifestação e a própria evolução dos acontecimentos em torno das diretas fizeram com que a revista *Veja*, que, até então, dava pouco destaque à campanha, afirmasse que

o comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução desta campanha sem precedentes, em mobilização e apoio popular, por uma idéia política (...) Hoje o desejo de escolher o presidente da República é a maior unanimidade popular já registrada na história do Brasil, algo que se afere não apenas pelo tamanho dos comícios

<sup>531</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 69. [sem grifos no original]

<sup>532</sup> “O grito da Candelária. No Rio, a maior manifestação da história do Brasil”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 24.

<sup>533</sup> “O grito da Candelária. No Rio, a maior manifestação da história do Brasil”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 28.

mas por toda e qualquer investigação de opinião pública que se possa fazer. Nunca tantos quiseram a mesma coisa ao mesmo tempo.<sup>534</sup>

Na opinião da revista *Isto É*, “o comício da igreja da Candelária foi uma orgia cívica incomparável. Poucas vezes a história terá registrado um encontro tão emocionante entre o prazer e a política”.<sup>535</sup> Entre os milhares entusiasmados com a manifestação, estava o historiador Hélio Silva, de 80 anos:

Em minha longa existência, nunca vi nada igual, nem no Brasil, nem no exterior. Nem Rui, nem Nilo, nem Vargas, nem Jango, nem Juscelino, nem nas concentrações mais famosas, nos momentos mais empolgantes, nunca o povo se fez presente em massa tão compacta e disciplinada.<sup>536</sup>

É impressionante o fato de que uma multidão calculada em um milhão de pessoas tenha se mantido ordeira durante mais de seis horas, durante os quais ouviu 67 discursos e 21 músicas, sem poder se locomover livremente.<sup>537</sup> Apenas se percebessem que entre si havia uma identidade comum, objetivos semelhantes. A “nação” os amalgamava. O psicanalista Hélio Pellegrino percebeu a unidade da multidão presente ao evento: “Quando a massa tem um projeto claro, um objetivo, a palavra de ordem cimenta uma incrível fraternidade, uma espécie de paixão fraterna. E, pode-se acrescentar, uma insaciável motivação”.<sup>538</sup> Mesmo sem ser estudiosa da sociedade, Denise Goulart, filha do ex-presidente João Goulart, notou que aquela multidão tinha uma singularidade: “a classe média se juntou ao povo”.<sup>539</sup>

O clima de emoção e de euforia da manifestação parece ter sido captado pela reportagem da revista *Veja*. Assim ela descreve um dos momentos mais marcantes do acontecimento:

Estendida à frente do palanque armado junto à Igreja da Candelária, a imensa multidão viu surgir ao microfone um homem de terno preto e cabelos brancos, curvado por 90 anos de vida e muitas lutas, e ouviu, multiplicada pela aparelhagem de som espalhada por dezenas de postes, a ordem emitida pela voz já trêmula: “Peço silêncio para falar. **Quero falar à nação brasileira**”. A multidão calou-se, e, nos 5 minutos seguintes, acompanharia emocionada o discurso do advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto. “Este movimento não é contra ninguém. Este movimento é a favor do povo”, disse Sobral Pinto, que

<sup>534</sup> “Carta ao Leitor”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 21.

<sup>535</sup> VENTURA, Zuenir. “O Rio falou pelo Brasil inteiro. Num colossal ato de política e prazer, 1 milhão de pessoas pró-diretas no Rio fazem a história andar. *Revista Isto É*, São Paulo: 18 abr. 1984, p. 29.

<sup>536</sup> VENTURA, Zuenir. “O Rio falou pelo Brasil inteiro. Num colossal ato de política e prazer, 1 milhão de pessoas pró-diretas no Rio fazem a história andar. *Revista Isto É*, São Paulo: 18 abr. 1984, p. 29. [sem grifo no original]

<sup>537</sup> VENTURA, Zuenir. “O Rio falou pelo Brasil inteiro. Num colossal ato de política e prazer, 1 milhão de pessoas pró-diretas no Rio fazem a história andar. *Revista Isto É*, São Paulo: 18 abr. 1984, p. 30.

<sup>538</sup> VENTURA, Zuenir. “O Rio falou pelo Brasil inteiro. Num colossal ato de política e prazer, 1 milhão de pessoas pró-diretas no Rio fazem a história andar. *Revista Isto É*, São Paulo: 18 abr. 1984, p. 29.

<sup>539</sup> “Pais distantes em 64, filhos próximos em 84”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 28.

arrancaria aplausos generalizados e algumas lágrimas da platéia ao repetir o Artigo 1º da Constituição brasileira: “Todo poder emana do povo”.<sup>540</sup>

Ao conjugar nação com povo e declarar que “todo poder emana do povo”, Sobral Pinto obteve eufóricos aplausos e até lágrimas emocionadas porque suas palavras eram as mesmas nas quais a maior parte daquela multidão acreditava, uma vez “que em nome da nação grupos sociais diversos, e muitas vezes opostos, se unem em defesa de um mesmo país, em nome de uma mesma nacionalidade”.<sup>541</sup> Lembremos que isto vinha ocorrendo país a fora, integrando as expectativas da comunidade imaginada dos brasileiros. O título de uma das matérias da *Folha* captou o sentimento geral dos que participaram do grande ato político (presencialmente ou através da televisão): “O País grande reencontra a Nação”.<sup>542</sup>

As palavras do jornalista Kotscho não deixam dúvidas de que se fazia leitura nacionalista do acontecimento:

Nas horas que antecederam esta grande afirmação da nacionalidade, porém, o clima que se respirava no Rio era mais de tensão do que de festa. Todos sabiam que estavam no limiar de um momento histórico, mas eram muitos os que temiam por ele, não pelo povo, é claro, mas pelo que poderiam tentar os sobreviventes da turma do Riocentro, num último gesto de desespero para impedir que se transformasse em realidade a vontade nacional.<sup>543</sup>

Em sua coluna na *Folha*, o jornalista Jânio de Freitas fez leitura semelhante. Seu texto evidencia que havia de um lado a nação, de outro o governo, leitura esta que era fruto de um processo que vinha ocorrendo na última década, e encontrou nas Diretas um poderoso elemento aglutinador. Embora se possa objetar que aos meios de comunicação e seus associados nos meios político e empresarial interessava manter em alta o clima cívico em cores nacionais, vale refletir que isto não muda o fato de que a maioria das classes populares fazia a leitura do seu cotidiano desta forma: o povo era a nação, e o governo nada tinha a ver com a nação. Vejamos alguns trechos do texto de Freitas:

Os donos do regime podem temer as eleições diretas a ponto de impedi-las. O Congresso pode temer os donos do regime a ponto de recusar as eleições diretas. Pouco importa: uma confirmação a mais ou a menos nada significaria para uma velha regra, como esta da dissociação entre a pequena parcela que detém os instrumentos institucionais e os meios de coerção e, de outra parte, a vastidão renegada que se chama Brasil.

Valeu a pena. Porque testemunhar e viver esta culminância de todo civismo e a brasilidade expressos na campanha das diretas permite, enfim, uma

<sup>540</sup> “O grito da Candelária. No Rio, a maior manifestação da história do Brasil”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 abr. 1984, p. 22. [sem grifo no original]

<sup>541</sup> MOTTA, Márcia. História e Memórias. In: MATTOS, op. cit., p. 82.

<sup>542</sup> “O País grande reencontra a Nação”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 4.

<sup>543</sup> KOTSCHO, op. cit., p. 71. [sem grifos no original]

certeza. A serena certeza de que o regime, seus centuriões e seus serviçais podem recusar as diretas, podem governar à revelia da vontade nacional...

(...)

...Ora, um movimento que (...) é a favor do que efetivamente constitui uma Nação, um movimento assim constitui o próprio caminhar ininterrompível de um povo. O resto tem vida limitada.<sup>544</sup>

É importante reiterar que esta leitura era coletiva. Um outro indicador do fenômeno foi o fato de ter sido a atriz Lucélia Santos a mais saudada pelo público, dentre todos os apresentadores. Entendamos o motivo de ter sido tão festejada analisando sua primeira intervenção, em que foi demoradamente aplaudida, ela afirmou que ali “ninguém é ninguém, somos todos uma única expressão, querendo eleições diretas para presidente já”.<sup>545</sup> Sua fala, em perfeita consonância com o sentimento geral, explica seu êxito com a multidão.

Ao final do comício, o ponto alto da manifestação também teve a ver com a irmandade propiciada pela ideia de nação: todos cantam o Hino Nacional. A reportagem da revista *Veja* se referiu à alegria popular demonstrada no comício, com destaque para o Hino Nacional:

Das 4:10 horas da tarde, quando falou o primeiro orador, até às 10 da noite, quando as estrelas do ato, de mãos dadas erguidas para o alto e acompanhadas pela multidão, cantaram o Hino Nacional no encerramento do comício, o palanque refletia o clima de euforia registrado na avenida.<sup>546</sup>

Nada mais apropriado que, tendo em mente a imagem da multidão a cantar o hino, evocar-se a definição de Anderson acerca da nação enquanto uma “comunidade política imaginada” e “imaginada exatamente porque seus membros jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”.<sup>547</sup> Penso que sejam válidas as palavras de Anderson para o que estava ocorrendo no Brasil em 1984, especialmente, quando afirma que “na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”<sup>548</sup> E quanto aos “outros milhões de cidadãos que viram o comício pela TV?”<sup>549</sup> O governador mineiro Tancredo Neves parecia ter em mente a imagem desta comunhão (e/ou saber trabalhar com ela eficazmente), como se pode ver em seu discurso:

---

<sup>544</sup> Jânio de Freitas. “A ordem das multidões”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 5.

<sup>545</sup> “Vamos preparar nossos títulos, exorta Brizola”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 5.

<sup>546</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22.

<sup>547</sup> ANDERSON, op. cit., p. 19.

<sup>548</sup> ANDERSON, op. cit., p. 19.

<sup>549</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22.

O que penso estar reunido nesta praça pública não são apenas um milhão de pessoas, mas 130 milhões de brasileiros que se comprimem nas praças públicas de todo o País para que não continuem lhes usurpando o direito de escolher o Presidente da República”<sup>550</sup>

Na opinião da historiadora Marly Rodrigues, o Hino Nacional tinha posição central na sociedade brasileira naquele momento:

O Hino Nacional, cantado a uma só voz em ruas e praças, passou a significar a unidade em torno do desejo de mudanças. Vivia-se um clima de esperança vestida de vibrante amarelo, a cor símbolo das “diretas-já”, a preferida de qualquer brasileiro naqueles dias.<sup>551</sup>

O clima cívico que tomou conta da população levava as pessoas a agir em nome desse interesse maior, o “interesse nacional”. Como já se afirmou, muitos foram os integrantes da classe artística que se engajaram nas diretas. Durante o comício, um bloco composto pelas atrizes Christiane Torloni, Maitê Proença, Dina Sfat, Vera Fischer e Tônia Carrero decidiu que antes da votação da emenda continuaria em busca dos parlamentares do PDS contrários às eleições diretas a fim de persuadi-los a votar a favor. O presidente da República, João Figueiredo, se irritara quando informado dos “métodos de persuasão utilizados por um grupo de artistas e intelectuais, entre os quais Maitê Proença, Lucélia Santos e Lígia Fagundes Telles, que por horas a fio atormentaram alguns deputados e senadores do PDS”.<sup>552</sup> Ressalte-se que a mobilização das atrizes fora semelhante à já realizada por movimentos sociais anos antes.

Ao saírem do comício, o cantor e compositor Chico Buarque e a atriz Marieta Severo deram depoimentos em que ligavam o comício da Candelária a todos os brasileiros. Buarque disse que todos estavam saindo “de lá engasgados de emoção, certos de que foi a maior manifestação da História política brasileira. Foi a apoteose de uma campanha cujo mérito é trazer todos os brasileiros para a rua”.<sup>553</sup> Marieta Severo, por sua vez, afirmou que “é como se todos estivessem descobrindo que há uma saída para o túnel em que estamos metidos”.<sup>554</sup> A reportagem da *Folha* também captou o sentimento comum que parecia perpassar a todos:

A emoção foi a grande marca deste comício. Estavam emocionados os apresentadores, todos tarimbados no contato permanente com o público.

---

<sup>550</sup> “Rio faz o maior comício da História do Brasil”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 4.

<sup>551</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 19.

<sup>552</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22.

<sup>553</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22. [sem grifo no original]

<sup>554</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22. [sem grifo no original]

Estavam emocionados os políticos, mesmo os mais experientes, aqueles que já viveram outras campanhas memoráveis. Estava especialmente emocionada a massa que compareceu em peso à convocação do comício.<sup>555</sup>

Um dia antes da votação no Congresso, cerca de um milhão e meio de pessoas saíram às ruas de São Paulo em passeata pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, realizando a maior manifestação política da história do Brasil.<sup>556</sup> Tamanha multidão foi capaz de obter elogios até mesmo da reportagem da revista *Visão*, que falou do “entusiasmo apaixonante incrivelmente ordeiro” da multidão.<sup>557</sup> (O elogio à ordem por parte da revista é autoexplicativo.) Sobre a unidade expressa no Anhangabaú e em todas as outras praças, vale recuperarmos o que escreveu Kotscho sobre o outro Hino das Diretas:

Quantas vezes escrevi estes versos – “Vem, vamos embora, que esperar não é saber”? – nas últimas semanas para contar o que o povo cantou. Quantos milhões de brasileiros não foram atrás dessa toada singela, que expressa, mais do que nunca, o que vai pela alma popular?<sup>558</sup>

Após o discurso do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva – o mais aplaudido entre todos –, falou o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que provocou euforia ao afirmar que o “governo está divorciado da nação”.<sup>559</sup> Ao colocar em polos distintos o governo e a nação, Guimarães estava em sintonia com o sentimento de seus ouvintes. Todos se percebiam como uma só entidade, unida contra o inimigo comum. Os inimigos foram identificados pela reportagem da *Folha*. (Independentemente de isso ter sido recorrente em muitas matérias do veículo, que buscava legitimar-se como paladino da redemocratização.):

Além dos adversários naturais – o Colégio, os candidatos indiretos, o governo – só se hostilizou um alvo: a Rede Globo de Televisão, que preparou um esquema-mostro de cobertura. “O povo não é bobo, fora a Rede Globo” foi o slogan mais utilizado.<sup>560</sup>

O jornalista Cláudio Abramo também vislumbrou no Anhangabaú a união popular em torno das Diretas nos termos que têm sido destacados neste trabalho, conjugando as experiências coletivas de indivíduos e grupos díspares capazes de inibir as diferenças que

---

<sup>555</sup> “Rio faz o maior comício da história do Brasil”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 abr. 1984, p. 4.

<sup>556</sup> Antônio Carlos Fon. “Uma campanha alegre. Passeata em São Paulo encerra campanha”. *Revista Isto É*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 31.

<sup>557</sup> “O grito do Anhangabaú. A campanha pelas eleições diretas culmina, em São Paulo, com um comício tão grande quanto o do Rio. Figueiredo anuncia pela TV o envio de sua emenda ao Congresso propondo diretas em 1988”. *Revista Visão*. São Paulo, 23 abr. 1984, p. 23.

<sup>558</sup> Ricardo Kotscho. “Todos sabiam onde queriam chegar”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 abr. 1984, p. 6.

<sup>559</sup> Antônio Carlos Fon. “Uma campanha alegre. Passeata em São Paulo encerra campanha”. *Revista Isto É*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 31.

<sup>560</sup> “São Paulo faz o maior comício”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 abr. 1984, capa.

existem entre os mesmos, na medida em que uns aprendiam algo com os outros. Vejamos alguns trechos:

...povo é povo, e quando uma porção tão importante de povo se junta, deixa de ser o “povão”, objeto de ironia da elite para se investir, simples e claramente em sua condição de povo.

(...) O Povo que estava ontem no Vale era o suado, o sofrido, o explorado povo brasileiro...

A imensa maioria das pessoas que estava ontem presente no Vale era realmente de trabalhadores, aos quais se misturava, rarefeitos, não porque não tivessem comparecido também em massa, mas porque é naturalmente minoritária, a classe média. Repetiu-se aqui ontem, cantando em coro o Hino Nacional, o que aconteceu no Rio: a grande massa pobre se encontrou com os outros segmentos da população. Esse povo unido soube ver na confluência dos diversos líderes de partidos, parlamentares e políticos, intelectuais e artistas, acima de legendas, a busca para a solução institucional para a séria crise brasileira.

(...) o povo brasileiro se sente cada vez mais unido...<sup>561</sup>

Em função da experiência com a campanha, as Diretas se integraram à memória dos populares nos anos seguintes como convicção profundamente arraigada. Em um país no qual se destacava um grave quadro de miséria, desemprego, carestia, ente outras mazelas, é muito significativo que milhares de pessoas tenham se lembrado de reivindicar eleições diretas para a Presidência da República em meio a outras exigências. Em sua carta, Rivelino Bezerra da Silva, morador de Umbuzeiro (PB), solteiro, 1º grau incompleto, 15 a 19 anos, sem rendimento, pede “Diretas já, o país só é democrático com a opinião de cada um de nós”.<sup>562</sup> Reginaldo Palma Bezerra, residente em Bonfinópolis de Minas (MG), casado, 25 a 29 anos, 1º grau, até 1 salário mínimo, exige “Eleições Municipais em 86, além da principal que é para Presidente. Diretas já”.<sup>563</sup> Moradora de Itamaraju (BA), Alba Regina Macêdo Santos, casada, 20 a 24 anos, 2º grau, sem renda, apresentou o desejo de mudança com os verbos esperar e dever no plural, expressando vontade coletiva: “Esperamos que o Brasil mude, mas mude para melhor, e por isso devemos eleger o nosso candidato. Diretas já”.<sup>564</sup> Morador de Alvarães (AM), Joaquim

---

<sup>561</sup> Cláudio Abramo. “Ele não está brincando”. Opinião. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 abr. 1984, p. 2. [sem grifo no original]

<sup>562</sup> Carta de Rivelino Bezerra da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L026 DATA: 21/02/86 FORMUL: 639 DV: 2 TIPO: 10 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>563</sup> Carta de Reginaldo Palma Bezerra à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L015 DATA: 23/02/86 FORMUL: 353 DV: 9 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>564</sup> Carta de Alba Regina Macêdo Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L103 DATA: 30/02/86 FORMUL: 054 DV: 3 TIPO: 10 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Brito de Souza, casado, 1º grau incompleto, até 1 salário, demonstrava ter memória das lutas recentes e das promessas feitas ao povo:

Ainda estamos esperando da Nova República, quando o grande líder político Tancredo Neves ANUNCIOU. Garantiu nas praças públicas a baixa de mercadorias, empregos, aumento de salários e dar melhores condições ao Amazonas. Na minha opinião, as eleições DIRETAS O MAIS BREVE POSSÍVEL, ou seja em 86. DIRETAS JÁ.....<sup>565</sup>

Residente em Salvador (BA), Luis Carlos da Glória, solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau, entre 1 e 2 salários, também indicou que sua vontade era coletiva, associando as eleições diretas à real participação popular que criaria um governo livre da corrupção, que acabaria com o sofrimento dos brasileiros. Notemos que utiliza a expressão “Muda Brasil”, *slogan* da campanha de Tancredo Neves na eleição indireta do Colégio Eleitoral, todavia o associa à soberania popular, ao fim da humilhação do povo, à honestidade na política, o que somente poderiam ser obtidos através das “Diretas Já”. Trata-se, portanto, de uma corriqueira resignificação de propostas políticas oriundas de setores das elites que, ao chegarem aos destinatários, passaram por releituras, muitas vezes distintas da mensagem original, uma vez que o compromisso com as eleições diretas para já não constava do programa do candidato Tancredo Neves.

Queremos a participação, democraticamente, do povo brasileiro. Queremos um governo sério e honesto com a realidade do sofrimento do povo; chega de tanta vergonha que se encontra o nosso país. Queremos uma nova República, com a participação do povo. Queremos um governo sério e honestamente democrático. Queremos mudança do governo, chega de tanta humilhação para o povo brasileiro. Queremos o Brasil livre e democrático, com pessoas sérias e honestas. "Muda Brasil". Diretas já.<sup>566</sup>

Paraibana de Santa Cruz, Iranete Félix Pereira, solteira, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento queria “Diretas já, e acabar com o Colégio Eleitoral”, mas com “participação das classes trabalhadoras e não só das políticas”.<sup>567</sup> Na opinião do cearense morador de Irajá Ubiracy Rufino Resende, casado, 2º grau, 25 a 29 anos, entre 2 e 3 salários, o Brasil deveria ter “eleições diretas JÁ para Presidente”, pois “o povo quer

---

<sup>565</sup> Carta de Joaquim Brito de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L315 DATA: 22/02/86 FORMUL: 360 DV: 1 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>566</sup> Carta de Luis Carlos da Glória à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L204 DATA: 30/02/86 FORMUL: 096 DV: 8 TIPO: 30 15/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>567</sup> Carta de Iranete Félix Pereira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L016 DATA: 24/02/86 FORMUL: 377 DV: 9 TIPO: 10 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

decidir sem intermediários”...<sup>568</sup> A carta de Pedro Holanda de Nogueira é ainda mais reveladora da identidade comum criada entre os brasileiros. Morador de Mossoró (RN), Nogueira, divorciado, 30 a 39 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários, percebeu claramente que se formara uma unidade popular no país:

Pode-se também perguntar de quem é mérito de se levar milhões de brasileiros as praças para um único grito, clamarem por "Diretas Já"? serão os cantores? o próprio sistema de Constituinte? é preciso levantar um pouco o véu e enxergar que milhões de brasileiros, foram se organizando em um grupo neste país.<sup>569</sup>

De acordo com Leonelli e Oliveira, o comício da Candelária havia constituído uma experiência de união emocionante, como outras que vinham tendo os brasileiros:

A visão daquelas levas imensas de brasileiros vestidos de amarelo, portando bandeiras e símbolos da campanha, foi instalando e emoção no peito das pessoas comuns, dos velhos políticos profissionais e até dos organizadores da passeata, agoniados com suas mil tarefas. E foi no silêncio de mais de um milhão de pessoas, de mãos entrelaçadas, à espera do sinal do maestro Benito Juarez, para cantar o Hino Nacional, que se chegou ao clímax. No palanque o no chão do Vale do Anhangabaú, as lágrimas rolaram nas faces de homens, mulheres e crianças em pleno estado de cidadania.<sup>570</sup>

Diante destes registros, é útil lembrar que o que acontecera era semelhante ao definido por Edward Thompson:

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.<sup>571</sup>

Isto significa que uma classe se constitui em oposição a outra, que isto faz parte do processo de construção de identidade comum. Quando o sentimento nacional serviu como um amálgama para as múltiplas experiências pelas quais há anos passavam as classes populares nos planos político, econômico e social – unindo-os e fazendo-os agir de forma parecida a uma classe –, evidenciou-se, no processo, que o inimigo comum era o governo.

---

<sup>568</sup> Carta de Ubiracy Rufino Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L023 DATA: 24/02/86 FORMUL: 569 DV: 5 TIPO: 14 20/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>569</sup> Carta de Pedro Holanda de Nogueira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L110 DATA: 23/02/86 FORMUL: 232 DV: D TIPO: 45 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>570</sup> LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: quinze meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 509, 510.

<sup>571</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.18. [sem grifo no original]

A reportagem de *Isto É* percebeu que a campanha pelas diretas foi capaz de “reconciliar a nação com seus símbolos históricos”.<sup>572</sup> E, mais significativo: “Apropriados há tempos pelo regime, tanto o Hino como a Bandeira do país voltaram, nesses últimos meses, às mãos e à boca do povo”.<sup>573</sup> É evidente que a sociedade brasileira vivenciou uma trajetória assemelhada à descrita acima, uma vez que se apropriou de símbolos pátrios até então monopolizados pela ditadura, promovendo uma resignificação dos mesmos de forma crítica. Um processo que erigiu uma identidade comum.

Em sua edição do dia 25 de abril de 1984, dia da votação da emenda Dante de Oliveira, *Veja* pareceu captar o fato de que com a campanha “uma flor nasceu na rua”.<sup>574</sup>

...no chão da praça da Sé e do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, e na Candelária, no Rio de Janeiro, vários milhões de pessoas gritaram: “Diretas Já!” Percorrendo-se grandes comícios ou mesmo as mais mirradas manifestações de pequenas cidades, onde as pessoas simplesmente se vestiam de amarelo para mostrar que querem votar para presidente, e votar agora, sente-se que aconteceu no Brasil em 1984, aquilo que fez o poeta Carlos Drummond de Andrade escrever, em 1945, que “uma flor nasceu na rua”.<sup>575</sup>

Estando as medidas de emergência decretadas pelo governo federal sobre o Distrito Federal e arredores já em vigor,<sup>576</sup> esta edição fez juz ao suspense que tomou conta da “comunidade imaginada” dos brasileiros, ávidos por saber o resultado da votação (já que o Planalto impedira a transmissão do que acontecia em Brasília). Evocando o clima de apreensão, declarou que “nesta quarta-feira escreve-se em Brasília um dos momentos decisivos da maior campanha popular já vista na História do país”.<sup>577</sup> O editorial desta edição se posicionou claramente em favor das diretas, do clamor popular e a favor de mudança, e mudança já. Diante disto, vale o cotejo deste editorial com o que fora publicado no dia 4 de janeiro de 1984, o primeiro do ano. Aqui vemos que a revista *Veja* modifica completamente sua cobertura para assumir a postura pró-mudanças, exibida no texto que segue, exatamente porque entende que é o desejo da grande maioria da população brasileira, incluído aí o seu público:

---

<sup>572</sup> “O vigor das ruas. A frustração é grande, mas a campanha parece ter estocado forças para continuar”. *Revista Isto É*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 30.

<sup>573</sup> “O vigor das ruas. A frustração é grande, mas a campanha parece ter estocado forças para continuar”. *Revista Isto É*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 30.

<sup>574</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22.

<sup>575</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22.

<sup>576</sup> “Emergência de novo em Brasília”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 abr. 1984, capa.

<sup>577</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 22.

A questão seria certamente de outra natureza se envolvesse apenas um debate entre governo, de um lado, e a oposição, de outro, cada qual lutando em defesa de suas posições políticas. No caso, entretanto, o que ocorre é que o governo não está numa disputa com a oposição e sim com a profunda vontade popular. Raras vezes ela foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já. (...) A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o presidente da república vá embora. Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando.<sup>578</sup>

A seguir, vejamos texto do primeiro editorial de 1984. Nele, o editor exaltou os esforços do empresariado, defendendo que eram estes os que fariam a diferença no desenvolvimento do país. Em seguida, anunciou que

a questão crucial para 1984 não consiste em saber se vamos eleger o nosso próximo presidente pelo caminho direto ou indireto. O principal desafio que enfrentamos neste início de mais um ano novo é o de verificar onde estamos, definir com clareza o que queremos e juntar esforços para iniciar a longa caminhada – ou corrida – na direção da sociedade próspera e justa que todos almejamos.<sup>579</sup>

Discorrendo sobre a cobertura do jornal *Folha de São Paulo* na campanha, Ciro Marcondes Filho oferece subsídios para entendermos o que teria ocorrido com os meios de comunicação de um modo geral. Ele informa que

nem o jornal nem o comitê imaginavam a forma explosiva como tudo foi crescendo. Neste ponto perderam a compreensão das coisas. Ninguém previa a explosão tão intensa e enérgica das massas (estas, que há muitos anos buscam um meio forte e poderoso para canalizar sua insatisfação e seu protesto, encontraram na campanha um excelente escoadouro).<sup>580</sup>

Faltando dois dias para a votação, um fato inusitado (se bem que nada incomum para aqueles dias). Durante o voo São Paulo-Brasília que saiu de Congonhas às 7 da manhã o deputado João Herrmann Neto (PMDB-SP) pegou o microfone e disse, a 10 mil metros de altura:

Este não é mais um comício para pedir votos. O que vamos conquistar com esta campanha das Diretas Já, pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, daqui a dois dias no Congresso Nacional, é um direito que nos foi roubado há vinte anos... É a Segunda Independência do Brasil, a verdadeira alforria dos direitos civis...<sup>581</sup>

Dito isto, ao invés de ser repellido pelos que queriam descansar por terem acordado tão cedo, o deputado foi saudado com palmas e gritos de “muito bem!” Mais inusitada ainda

---

<sup>578</sup> “O caminho das flores. A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. Revista Veja. São Paulo, 25 abr. 1984, p. 21.

<sup>579</sup> Victor Civita. “Carta do Editor”. Revista Veja. São Paulo, 25 jan. 1984, p. 15.

<sup>580</sup> MARCONDES FILHO, op. cit., p. 171.

<sup>581</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 528.

(embora perfeitamente de acordo com o cotidiano da “nação”) foi a atitude da deputada Bete Mendes (PT-SP), que fez uso do microfone para cantar o Hino Nacional em pleno voo, sendo acompanhada pelos 120 passageiros.<sup>582</sup>

Na véspera da votação milhares de pessoas em várias cidades recorreram aos buzinaços e panelaços<sup>583</sup> como instrumento de pressão junto ao Congresso Nacional. Marly Rodrigues confirma o fato: “por fim vieram os panelaços e buzinaços, organizados nas grandes cidades do país”.<sup>584</sup> Um dos participantes do panelaço foi entrevistado. Em seu apartamento em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, o administrador de empresas Jorge Luís de Hollanda Camargo, de 31 anos, lia um jornal atentamente. Por volta das 20 horas de terça teve sua atenção desviada para o barulho que um vizinho estava fazendo com panelas. “Pensei que era um maluco. Mas logo me deu um estalo e fui correndo pegar minha panela”. Assim como Camargo, uma multidão de brasileiros agiu de forma semelhante, uma reação em cadeia.<sup>585</sup> Milhões de pessoas conectadas nas Diretas.<sup>586</sup>

Poucas horas antes, Ulysses Guimarães fizera com que centenas ficassem com olhos marejados no Plenário da Câmara. Na opinião de Leonelli e Oliveira, naquele discurso “a nação se transformou em palavras”:

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a democracia...  
Vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados convencerem-se de que não há direito sem bem-estar e sem cidadania...  
Vi a força da mulher brasileira...  
Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil...  
Vi os artistas nas igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores deixarem os palcos, as novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras pelos palanques do povo.  
Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil...  
Vi a história brotar nas ruas e na garganta do povo...  
É o povo não a horda, brada pela vida, não por vingança...<sup>587</sup>

Em seguida, Guimarães fala em “Constituinte, retomada do desenvolvimento, rompimento dos acordos com o FMI, moratória da dívida externa, reforma financeira, reforma fiscal, política agrícola, reforma agrária, política industrial” que seriam levados à cabo por um presidente eleito pelo voto do povo: “Todo esse universo está abrangido no grito popular

---

<sup>582</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., pp. 528, 529.

<sup>583</sup> “O país busca a luz. Rejeitada a emenda das diretas, chegou a vez negociação”. *Revista Veja*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 20.

<sup>584</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 19.

<sup>585</sup> “O país busca a luz. Rejeitada a emenda das diretas, chegou a vez negociação”. *Revista Veja*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 20.

<sup>586</sup> “O vigor das ruas. A frustração é grande, mas a campanha parece ter estocado forças para continuar”. *Revista Isto É*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 30.

<sup>587</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 541.

de guerra e de esperança: Diretas Já”.<sup>588</sup> Ao final, sintetiza: “O país é o território, a nação é a história e a civilização, o povo é a pátria. Não há pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade. A pátria é o povo e o povo vencerá”.<sup>589</sup>

O discurso, que fora feito aos brados em vários momentos, foi interrompido 23 vezes pelos aplausos. Quando o deputado finalizou sua intervenção, o plenário e as galerias cantaram de pé o Hino Nacional, à semelhança do que há vários anos os movimentos sociais já faziam nas ruas. Após o que, de mãos dadas, veio o coro: “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil”.<sup>590</sup>

No dia seguinte, dia da votação, vigorava em Brasília um “decreto que suspendia a liberdade de reunião e associação, previa a intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais e estabelecia a censura das comunicações”. Somou-se a isto a proibição aos meios de comunicação de veicular o evento.<sup>591</sup> Os brasilienses não se sentiram intimidados com as medidas de emergência. O próprio presidente Figueiredo constatou isto. Ao sair do Palácio do Planalto, e ouvir o “buzinaço”, perguntou: “O que é isso? Um engarrafamento?” O assessor, elevando o tom da voz, explicou: “Não, presidente, é uma manifestação pelas eleições diretas”.<sup>592</sup>

A análise dos acontecimentos deste episódio em Brasília autoriza a afirmar que a coragem demonstrada em inúmeros episódios de resistência à ditadura ao longo dos anos esteve especialmente em evidência justamente durante a vigência das medidas de emergência. De acordo com Leonelli e Oliveira, a execução das medidas de emergência pelo general Newton Cruz (o “Nini”) foi realizada de forma “ridícula”: “Buzina agora que eu quero ver, seu filho-da-puta”, gritava o comandante Cruz enquanto golpeava os carros com chicote na mão.<sup>593</sup>

Desfile de tropas. Apreensões de camisetas e outros materiais Pró-Diretas. Bombas de gás lacrimogêneo. Golpes de cassetete. Prisões de jornalistas e parlamentares. Cerco ao Congresso. Agressões. Arruaças. Chicotadas... Durante a execução das medidas de emergência, o general Newton Cruz conseguiu se superar, promovendo um espetáculo vergonhoso.<sup>594</sup>

---

<sup>588</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 542.

<sup>589</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 543.

<sup>590</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 543.

<sup>591</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 19.

<sup>592</sup> “Cidade sitiada. A vida de Brasília, entre hordas amarelas, o ‘buzinaço’ e a performance do general Cruz”. *Revista Isto É*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 25.

<sup>593</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 523.

<sup>594</sup> LEONELLI & OLIVEIRA, op. cit., p. 523.

Uma multidão lotava as galerias da Câmara dos Deputados, portando pétalas de rosas amarelas, cor símbolo da campanha. Foram impedidos de saudar dos deputados com as pétalas por apenas 22 votos, separaram os brasileiros do sonho de votar para presidente após 20 anos de ditadura. Indignada, a multidão entoou profético coro: “O povo não esquece, acabou o PDS”.<sup>595</sup> Em seguida, as pessoas deram as mãos, como de costume naqueles dias, ergueram-nas, e se fez ouvir, em meio a enorme comoção e muitas lágrimas, o Hino Nacional.<sup>596</sup>

O jornal *Folha de São Paulo* que foi às bancas no dia seguinte convocou a população a usar roupas pretas em sinal de luto pelo Congresso Nacional. Em letras garrafais estampava a frase “A NAÇÃO FRUSTRADA”, e dedica toda a capa ao assunto, anunciando o nome de todos os parlamentares e seu voto ou abstenção.<sup>597</sup> Em ato incomum, o editorial foi trazido para a capa. Vale o registro de um trecho elucidativo: “Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável”.<sup>598</sup>

Apesar da decepção popular com a derrota das Diretas, opiniões contemporâneas, como as do jornalista Newton Rodrigues, já apontavam para a importância decisiva da mesma no sentido de impedir a continuidade do autoritarismo, ao mesmo tempo em que denunciavam “o jogo de conveniências de que participaram, em grau maior ou menor, todas as cúpulas dirigentes”.<sup>599</sup>

### **1.8. A experiência Tancredo Neves**

Após a derrota das diretas, o interesse da população no processo político que culminaria com o fim da ditadura militar não arrefeceu, apesar da frustração advinda do infortúnio da campanha. Grosso modo, pode-se afirmar que a grande imprensa colocou sob os holofotes a candidatura Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral, apontando sua eleição como a única maneira de encerrar o período ditatorial. Essa postura contribuiu para abafar as vozes dos que continuavam a clamar pelas eleições diretas, notadamente o Partido dos Trabalhadores, cujos parlamentares – com exceção de dois, posteriormente expulsos – se recusaram a votar em eleições indiretas.

---

<sup>595</sup> “Um sonho adiado. O Congresso rejeita a emenda das diretas já”. *Revista Veja*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 26.

<sup>596</sup> “O país busca a luz. Rejeitada a emenda das diretas, chegou a vez negociação”. *Revista Veja*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 20; “Longe da praça. Um Congresso sem as tensões e expectativas das ruas deixou de aprovar as diretas por 22 votos”. *Revista Isto É*. São Paulo, 02 mai. 1984, p. 22.

<sup>597</sup> “A nação frustrada”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 abr. 1984, capa.

<sup>598</sup> “Cai a emenda, não nós”. Editorial. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 abr. 1984, capa.

<sup>599</sup> RODRIGUES, Newton. Uma nova estagnação institucional. In: KOUTZII, op. cit., pp. 14, 15.

De todo modo, e por razões que o escopo deste trabalho não permite aprofundar, a maior parte da população interpretou que a eleição – mesmo que indireta – de Tancredo Neves atendia seus interesses imediatos. A leitura realizada pela maioria das classes populares foi eivada de pragmatismo e realismo, afinal, a vitória do candidato peemedebista era tida como certa e, àquela altura, o partido ainda era visto como representante dos interesses populares pela maioria dos populares. Portanto, independentemente do fato do próprio Tancredo não ter se caracterizado, ao longo de sua vida pública, por um posicionamento francamente progressista, importa neste trabalho a forma como sua personagem foi lida pelas classes populares. E a leitura lhe era francamente favorável, como se pode deduzir da leitura de cartas encaminhadas ao Congresso um ano após sua morte. Contudo, cabe ressaltar que não se tratava de uma adesão cega e irrefletida, uma vez que a confiança no candidato se baseou no vínculo que os populares acreditavam que ele tivesse com a democracia, e seu corolário.

Afonso Marques de Souza, residente em Sousa (PB), solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau, entre 6 e 10 salários, afirmou que “gostaria de lamentar a nossa grande perda nacional que de fato podia dar de tudo pela plena democracia no nosso querido Brasil. A morte do nosso líder o Dr. Tancredo Neves, este martir nacional”. Analisando estas palavras, vemos que ainda se encontra sob a comoção instilada pela imprensa, por ocasião da trágica morte. Ao final de sua carta, volta a deixar claro que considerava Neves como líder por ter se comprometido com o retorno à democracia, quando pede a Deus “que faça desta nação uma vida honesta de democracia”. Na última frase, a menção à coletividade: “é o que todos nós desejamos”.<sup>600</sup> “A constituição não está sendo como o Presidente Tancredo Neves queria que fosse”, foi a opinião do morador de Garuva (SC) Israel Joaquim Salvador, solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau, 1 a 2 salários. Ele defendeu que antes da Constituição ser aprovada pelo Congresso deveriam ser distribuídas, “em escolas e instituições”, cartilhas simplificadas com as explicações dos direitos e deveres do povo.<sup>601</sup> Sua fala alude à necessidade do envolvimento popular na Constituinte, associando-o a

---

<sup>600</sup> Carta de Afonso Marques de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 181 DV: 2 TIPO: 30 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>601</sup> Carta de Israel Joaquim Salvador à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L015 DATA: 20/02/86 FORMUL: 361 DV: 1 TIPO: 20 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

vontade de Tancredo Neves. No entanto, ocorre que o político mineiro não havia externado proposta nesse sentido.

As falas dos jovens paraibanos e catarinenses não foram isoladas, o que deve nos conduzir à reflexão de que as diversas e numerosas mensagens disseminadas pelos vários segmentos que apoiaram a candidatura de Tancredo foram apropriadas pelas classes populares de maneira não exatamente semelhante ao modo como foram formuladas. Ou com os fins para os quais foram formuladas. A maioria dos integrantes das classes populares se apropriou das referidas mensagens com as lentes que os faziam enxergar a realidade social de modo classista: o mundo era dividido entre bons (o povo, a “nação”) e maus (ricos, políticos etc.), e Tancredo passara a integrar o lado dos bons porque se colocava contra a ditadura (e seu representante Paulo Maluf), contra a qual estavam os populares. Sendo assim, ele só poderia mesmo ser bom. Afinal, ele não estava contra os maus? Parece equivocada esta interpretação? Vejamos as comprovações empíricas da imagem que os populares fizeram de Tancredo Neves.

Paulo Tarsio Cipriano Carneiro, morador de Cana Verde (MG), solteiro, 30 a 39 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários, se mostrava muito indignado com a corrupção na Nova República. Suas palavras revelam que o procedimento de seus representantes não condiziam com o que havia dito o falecido presidente. Ao legitimar sua indignada fala na pessoa de Tancredo, Paulo Carneiro, assim como os anteriores, demonstrou que se tinha memória das mensagens políticas enunciadas – no caso, a questão da moralidade pública no novo regime civil – e, ao mesmo tempo, evidenciou um comportamento popular anterior ao período em que escrevia, em que se destacava a indignação com a classe política.

Se os homens que governam este preocupa-se realmente com a opinião pública, o que fariam em primeiro plano: Tomariam vergonha na cara e deixariam de tanta corrupção safadeza. Nós brasileiros já não sabemos mais em quem acreditar, a promessa da nova república foi sepultada com seu líder maior - Tancredo Neves. Que democracia é esta? Onde somos escravos de uma sociedade de líderes corruptos indistintamente, a começar pelos nossos vereadores, o prefeito aqui de nossa cidade nós afronta com seus roubos absurdos . A quem iremos reclamar? Onde esta localizado o antigo tribunal de contas. Pelo Amor de Deus vocês que receberam nossos votos tomem providências. Quero Respostas.<sup>602</sup>

---

<sup>602</sup> Carta de Paulo Tarsio Cipriano Carneiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 383 DV: 4 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Morador de Frutal (MG), Agnaldo Francisco Borges, casado, 30 a 39 anos, 1º grau, mais de 3 a 5 salários, pergunta: “Será que podemos confiar nesta Nova Constituinte?” A seguir, lamenta, demonstrando que o governo Sarney não vinha sendo o que se prometera: “espero que essa Nova Constituinte não queira fazer como fez a Nova República que até hoje não realizou os sonhos do então Presidente Tancredo Neves”. Será que o nosso missivista se referia exatamente aos sonhos de Tancredo Neves?

O sonho dos Brasileiros é que se coloque pessoas no poder e que estas possam sanar em parte os problemas que afetam a vida dos Brasileiros como por exemplo: Baixar a Inflação, mais Emprego, melhores Salários, mais Justiça, mais Segurança, melhor atendimento dos Órgãos Públicos, como por exemplo o INPS e etc. Acabar com a Corrupção, o que virou rotina no Brasil. (...) Espero que com esta Nova Constituinte, problemas deste tipo sejam sanados, porque se isto não acontecer será um caos total para o Brasil. O Povo Brasileiro já anda cansado de promessas e as quais nunca se realizam.<sup>603</sup>

Pela continuação de sua carta, percebe-se algo muito comum em todas as que se referiam a Tancredo: elas afirmavam que interesses de Tancredo eram os mesmos das classes populares, e buscavam legitimar-se numa personalidade política que, para a maioria dos populares, era insuspeita. E que, tão importante quanto, se pronunciara muitas vezes de forma favorável aos interesses populares, como lembra a carta de Camila Cesar Cavalcante, residente em Natal (RN), casada, 30 a 39 anos, Superior incompleto, mais de 2 a 3 salários, diz o seguinte aos constituintes: “Lembramos as campanhas de tantos políticos, entre os quais, o saudoso Tancredo Neves, em favor da política de habitação”.<sup>604</sup> Outro popular que lembrava das promessas de Tancredo foi Francisco Alves Campos, morador de Escada (PE), casado, 30 a 39 anos, Superior incompleto, mais de 5 a 10 salários, para quem os brasileiros estavam “os Políticos possuidores de cargos elevados e que se comprometeram com o povo Brasileiro realizem o que Tancredo Neves mais pregou, a formação do pacto social, a única solução democrática”. Embora saibamos que o pacto social proposto por Tancredo Neves buscasse escamotear os conflitos de classe no sentido de se obter estabilidade, percebemos que Campos não viu exatamente desta forma. Ao contrário, em sua opinião, o presidente eleito teria celebrado o pacto no interesse da “nação”, em detrimento das elites: “Queremos estabilidade social, mesmo que isso

---

<sup>603</sup> Carta de Agnaldo Francisco Borges à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 873 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>604</sup> Carta de Camila Cesar Cavalcantes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L117 DATA: 22/02/86 FORMUL: 414 DV: 4 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

sacrifique um pouco aqueles que são poderosos”.<sup>605</sup> O que o missivista pernambucano escreveu nada mais é do que a forma como as classes populares entendiam que devia ser o novo regime: popular. E assim devia ser o presidente que liderasse tal regime.

Tânia Canadas Rodrigues de Abreu, residente em Resende (RJ), casada, 20 a 24 anos, escolaridade não declarada, de 1 a 2 salários, se queixou do salário que recebia como funcionária pública municipal, e de injustiças que estava presenciando no trabalho. Em determinado momento, indagou: “Segundo o pensamento da Nova República, seria justo um chefe de família viver com este salário”...? Quase ao fim, se amparou no ex-presidente tão lembrado pelos meios de comunicação. Na opinião dela, “estes princípios não estariam de acordo com o Sr. Tancredo Neves. Acho que na diretriz da nossa Constituinte nossos deputados deveriam olhar mais para nós: pobres brasileiros”.<sup>606</sup> Outro que se legitimou no político mineiro para dizer o que pensavam as classes populares foi o morador de Governador Archer (MA) Antônio Paulo de Andrade, casado, 30 a 39 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários. Ele sugeria reduzir os mandatos de prefeitos de seis para quatro anos, “pois é um absurdo um mandato de 6 anos. Se estamos em democracia, vamos acabar com a ditadura. Esta opinião foi do ex-presidente e saudoso Tancredo Neves.”<sup>607</sup> Encaminhando carta a Ulysses Guimarães, Paulo Soares Cunha, 25 a 29 anos, 2º grau, mais de 5 a 10 salários, morador de Grajaú (MA), disse que o povo era fazia “o Patrimônio desta Pátria tão amada”, todavia, esta Pátria (nação) não era

respeitada por aqueles que não sentem, ou não tem, até mesmo não querem respeitar os direitos em especial da classe assalariada [quem, senão os ricos e os políticos?], que com o passar dos tempos sofre, vivendo de salários míseros, combatendo um adversário chamado de inflação, calando e tendo que aceitar imposições daqueles que frustam a vontade de um Povo. Sr. Ulysses, guardo comigo a lembrança de uma figura exemplar, que seria capaz, não de trazer riquezas aos lares, mas de dar a felicidade a uma população sofrida, mediante a política de Mudança, que até hoje estamos a esperar, falo com orgulho do Sr. TANCREDO NEVES. Ele morreu, particularmente acho que com ele se foi a tal mudança, porém existe uma raiz inesquecível TANCREDO, que será capaz de celebrar e satisfazer a vontade de todos Brasileiros. Ulysses Guimarães, desejo

---

<sup>605</sup> Carta de Francisco Alves Campos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L001 DATA: 21/02/86 FORMUL: 025 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>606</sup> Carta de Tânia Canadas Rodrigues de Abreu à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L008 DATA: 21/02/86 FORMUL: 195 DV: 7 TIPO: 34 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>607</sup> Carta de Antônio Paulo de Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L031 DATA: 21/02/86 FORMUL: 766 DV: 4 TIPO: 10 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

tão somente democraticamente que a Nova Constituição seja cumprida a rigor, e que haja igualdade Social, sem exceção, a todos Brasileiros.<sup>608</sup>

Em sua carta, ao falar da mudança, Cunha expressou uma das reivindicações populares mais corriqueiras, que era o fim das injustiças sociais e do tratamento desigual que sofriam os trabalhadores. Para a maioria destes, Tancredo na Presidência representava a mudança desse estado de coisas, como evidencia muito claramente a frase em destaque. Aliás, somente por esta razão ele obteve apoio popular e, em razão disto, a manipulação midiática em benefício de sua imagem junto ao povo só obteve êxito por ter bases sociais sobre as quais pôde deitar raízes.

A popularidade adquirida pelo então governador de Minas Gerais atraiu inúmeros políticos da situação em direção à sua candidatura para o Colégio Eleitoral: “Aureliano e seu grupo não desejam uma recomposição com Figueiredo, porque descobriram, na vizinhança da oposição, um atrativo que o governo não tem para lhes oferecer: a popularidade”. A grande deserção ocorrida nas hostes do governo evidencia que associar-se – ou simular associação – a reivindicações populares era condição *sine qua non* para sobreviver politicamente. O presidente do PDS do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, resumiu, de forma irônica, o motivo das preocupações dos dissidentes das hostes do governo: “A dissidência do PDS quer ser ovacionada com palmas e não com ovos”.<sup>609</sup> De fato, duas semanas antes, pedessistas haviam sido atacados com ovos ao saírem de uma reunião em Brasília.

Vejamos exemplos eloquentes de muitos populares que saudavam aqueles que deixavam as fileiras do governo. Era como se passassem a fazer parte da “nação”. O deputado Fernando Bastos (PDS-SC) demonstrou que se tornara popular ao deixar o governo: “Eu agora sou reconhecido nas ruas e estranhos se aproximam para dizer que sou um deles”, o que atesta que os populares identificavam quem integrava o *nós* e o quem fazia parte do *eles*. (Veja que o deputado avaliou que não era reconhecido como integrante das classes populares pelos próprios populares.) O deputado Stelio Dias (PDS-ES) também se mostrou muito satisfeito com a escolha pela oposição: “Eu percebi que tinha acertado minha opção quando, no dia 26 de abril, depois de votar pelas diretas, desembarquei em

---

<sup>608</sup> Carta de Paulo Soares Cunha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L113 DATA: 21/02/86 FORMUL: 308 DV: 6 TIPO: 13 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>609</sup> “Em busca do aplauso. Encantados com uma súbita popularidade, Aureliano e a Frente Liberal querem Tancredo”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 jul. 1984, p. 25.

Vitória e ganhei um abraço, ainda no pé do avião, de um mecânico da Vasp”. Até o indefectível José Sarney, de tantos anos de militância conservadora, ao deixar a presidência do PDS para apoiar Tancredo Neves (e se tornar o vice em sua chapa à presidência), afirmou estar “aliviado e rejuvenescido”. O senador Jorge Bornhausen (PDS-SC) declarou que experimentou a sensação de “subir o Morro da Caixa em Florianópolis sem ser hostilizado”.<sup>610</sup> Fica claro que o governo federal continuava sendo inimigo do povo, na visão deste.

O interesse da sociedade era tanto que desde que o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, anunciou que a “máquina” governamental entraria na disputa pela vitória no Colégio Eleitoral, muitos “funcionários públicos de vários níveis ligaram para políticos de oposição, oferecendo-se como voluntários na vigilância do governo”.<sup>611</sup>

Ao mesmo tempo, no comando da campanha de Tancredo Neves havia deliberada disposição em manter o elevado apoio popular à oposição. Tendo esse apoio em vista, Tancredo visitou o Memorial JK, em Brasília, onde rezou na passagem do oitavo aniversário da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Dias depois, deslocou-se até o Rio Grande do Sul, a São Borja, para depositar flores no túmulo do ex-presidente Getúlio Vargas pelos 30 anos de sua morte.<sup>612</sup> O movimento para identificar-se com Vargas não foi casual. Ela informa que em torno de Tancredo Neves “formava-se uma aura de ‘salvador’, de um novo ‘pai dos pobres’, como havia sido Getúlio Vargas, em cujo governo, nos anos 50, Tancredo havia colaborado”.<sup>613</sup> As forças que o apoiavam entenderam com muita clareza que a população queria acreditar em uma saída para o caos em que se encontrava o país e que, para isto, somente sua identificação as “diretas-já” lhe dariam “amplo apoio popular”.<sup>614</sup>

Na opinião da revista *Veja*, “os caminhos para o Colégio Eleitoral hoje nascem nas ruas e passam necessariamente pelas praças”.<sup>615</sup> Esta opinião foi externada por ocasião do comício de Goiânia, o primeiro da campanha à presidente pelo voto indireto. Para a revista, o comício foi quase uma reedição dos comícios pelas diretas, com direito a Osmar

---

<sup>610</sup> “Em busca do aplauso. Encantados com uma súbita popularidade, Aureliano e a Frente Liberal querem Tancredo”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 jul. 1984, p. 25.

<sup>611</sup> “Tancredo no Planalto. Candidato da oposição troca Minas por Brasília”. *Revista Veja*. São Paulo, 22 ago. 1984, p. 30.

<sup>612</sup> “Na rua e na sombra. Tancredo sai no corpo-a-corpo em busca de votos e começa a preparar comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 ago. 1984, p. 27.

<sup>613</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 22.

<sup>614</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 23.

<sup>615</sup> “A volta das multidões. Em Goiânia, Tancredo abriu a temporada dos comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 set. 1984, p. 20.

Santos, Fafá de Belém, bandeiras do Brasil e de partidos clandestinos e, como não poderia deixar de ser, o encerramento com o Hino Nacional cantado em coro.<sup>616</sup> E assim transcorreram os comícios em várias capitais.<sup>617</sup>

O candidato do PMDB ao Colégio Eleitoral pôde experimentar sua popularidade também em caminhadas. Ele foi recebido no Centro e na Zona Sul do Rio de Janeiro com festa pela população, que via passar o trio elétrico no qual estava ele estava postado, acenando.<sup>618</sup> O candidato Paulo Maluf (PDS-SP), por sua vez, estava experimentando toda a ira popular por ser candidato do governo do general Figueiredo (embora à revelia deste). Em comício realizado em Rondônia, para cerca de 10 mil pessoas, o candidato, acompanhado do presidente da República, era vaiado cada vez que tinha o seu nome anunciado. O governador Jorge Teixeira, ao discursar, repreendeu a multidão. Em seguida, foi a vez do próprio João Figueiredo. Ao fazer menção ao “candidato do nosso partido”,<sup>619</sup> as vaias se generalizaram. Bastante irritado, o presidente também repreendeu a multidão. Os rondonenses deram como resposta aquilo que ocorreria em qualquer praça do país naquele momento histórico: vaias em tom ainda mais elevado.<sup>620</sup> E foi neste clima de apoio popular a Tancredo Neves que transcorreu a campanha nas ruas, tendo como palco não menos importante o Congresso, no qual os dois candidatos disputavam os votos do Colégio Eleitoral.<sup>621</sup>

“Tenho a honra de dizer que o meu voto enterra a ditadura funesta que infelicitou a minha pátria”,<sup>622</sup> foram as palavras do deputado João Cunha (PMDB-SP), que fizeram vibrar não só o plenário da Câmara, mas os milhões de brasileiros que estavam acompanhando a transmissão da votação pela televisão naquele 15 de janeiro de 1985.<sup>623</sup> A vitória de Tancredo foi interpretada por milhões dos que haviam sofrido o “desencanto da manipulação no Congresso Nacional da rejeição da Emenda Dante de Oliveira” como

---

<sup>616</sup> “A volta das multidões. Em Goiânia, Tancredo abriu a temporada dos comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 set. 1984, p. 20.

<sup>617</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 22.

<sup>618</sup> “A volta das multidões. Em Goiânia, Tancredo abriu a temporada dos comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 set. 1984, p. 20.

<sup>619</sup> “A volta das multidões. Em Goiânia, Tancredo abriu a temporada dos comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 set. 1984, p. 22.

<sup>620</sup> “A volta das multidões. Em Goiânia, Tancredo abriu a temporada dos comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 set. 1984, p. 22.

<sup>621</sup> RODRIGUES, op. cit., pp. 22, 23.

<sup>622</sup> “As frases de 1985. A agonia de Tancredo Neves e as eleições para as prefeituras das capitais produziram as declarações que mais esquentaram o ano”. *Revista Veja*. São Paulo, 1º jan. 1986, p. 5.

<sup>623</sup> “A oposição chegou lá. Tancredo é eleito sem surpresas, promete fortalecer o Congresso e inaugura um estilo de política no qual a divergência passa a ser uma virtude”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 22.

uma espécie de substituição da derrota anterior.<sup>624</sup> Contudo, as diretas não foram esquecidas. Pelo contrário, o argumento de Tancredo afirmando ter sido aquela a última eleição indireta foi utilizado por populares como Renato Neves da Silva como elemento de legitimação de sua reivindicação. Na avaliação de Silva, morador da zona rural de Aimorés (MG), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, sem rendimento,

ser constituinte é colaborar com o nosso país pelo voto, Queremos então as diretas já prometida pelo Dr. Tancredo Neves; com as diretas, podemos eleger os nossos representantes, pois estamos vivendo num país que se diz democrático e democracia é isto aí.<sup>625</sup>

Contando com 480 votos a favor, contra 180 de seu adversário Paulo Maluf, Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente da República.<sup>626</sup> Ao discursar, já eleito, declarou: “Com o êxtase e o terror de haver sido o escolhido, (...) entrego-me, hoje, ao serviço da nação”.<sup>627</sup> Ao colocar-se como um servidor da nação, Tancredo estava em consonância com os sinais emitidos pela população. O eleito “soube tocar na emoção popular, quando afirmou que não pagaria a dívida externa com a fome do povo brasileiro”.<sup>628</sup>

Gestos como esses eram muito significativos, entre outros aspectos, porque o calote na dívida externa era uma luta antiga das esquerdas que à essa altura era compartilhada com a maioria da população. Assim, Tancredo obteve um “avassalador consenso social e político”.<sup>629</sup> Carta de Maria Helena de Carvalho Magalhães, moradora do Rio de Janeiro (RJ), viúva, entre 50 e 59 anos, Superior completo, entre 5 e 10 salários, tocou na questão da dívida externa e deixou entrever que as pessoas eram também “formadas” pelos noticiários:

Tomamos conhecimento do periódico aumento da dívida externa que, no tempo de Jango era de 2.700.000,000 dólares e agora ascende a 108.000.000.000 ou mais. Essa dívida é o corredouro por onde se escoia tudo o que a labuta do trabalhador brasileiro produz.

---

<sup>624</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, op. cit., p. 336.

<sup>625</sup> Carta de Renato Neves da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L129 DATA: 22/02/86 FORMUL: 719 DV: 0 TIPO: 13 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>626</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, op. cit., p. 340 e; NEVES, Guilherme Pereira et al. **Brasil: de terra ignota ao Brasil atual**. Rio de Janeiro: Log On Editora Multimídia, 2002. p. 406 e; “A oposição chegou lá. Tancredo é eleito sem surpresas, promete fortalecer o Congresso e inaugura um estilo de política no qual a divergência passa a ser uma virtude”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 20.

<sup>627</sup> “A oposição chegou lá. Tancredo é eleito sem surpresas, promete fortalecer o Congresso e inaugura um estilo de política no qual a divergência passa a ser uma virtude”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 20.

<sup>628</sup> NEVES, Guilherme Pereira et al., op. cit., p. 406.

<sup>629</sup> SALLUM Jr. Brasília. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, op. cit., p. 118.

Segundo declarações do Governo, não é possível diminuir a dívida sem prejuízo do progresso do país. Que progresso? Apenas o bem estar de alguns?

(...)

O povo vive bombardeado por notícias que evidenciam encontrar-se o país a deriva. Pessoas aposentadas com mensalidades milionárias, que trabalham apenas 4 horas. Milhares de funcionários que só se dirigem às repartições para receberem o contra-cheque dos salários. Enquanto isso, a miséria do povo, enfim, tudo errado.<sup>630</sup>

Para Antonio de Pádua, analfabeto, acima de 59 anos, morador de Brasília (DF), sem rendimento, além de “tirar Sarney do poder”, era preciso “entrar em estado de moratória” e “cortar relação com os Estados Unidos”.<sup>631</sup> “Romper com o FMI” era uma das sugestões de Antonio Juarez Jesus Mello, morador de Braga (RS), casado, 2º grau incompleto, 30 a 39 anos, de 2 a 3 salários.<sup>632</sup> De acordo com João Nelson Pires, morador de São Paulo (SP), solteiro, 2º grau, 15 a 19 anos, de 1 a 2 salários, era preciso “dizer não ao FMI, onde acarreta dificuldades na vida financeira do país”.<sup>633</sup> O paranaense de Diamante do Norte Antinar Gomes Machado, casado, 40 a 49 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários, queria o seguinte: “Que faça com que o FMI abaxe os juros é para que o Brasil possa sair deste câncer, e pagar suas dividas”.<sup>634</sup> Para Francisco de Paula Pinto, morador de Tenente Ananias (RN), solteiro, 40 a 49 anos, Superior completo, de 1 a 2 salários, a crise só teria solução quando o país ficasse independente do FMI. E completou: “Enquanto isso seremos uma nação dependente. Pois, o fantasma da inflação e recessão continuarão a nos acordarmos. Constituinte sim, entretanto, precisamos urgentemente ficarmos livres e soberanos da inflação e recessão”.<sup>635</sup> Nas palavras do carioca Luiz Carlos Vieira do

---

<sup>630</sup> Carta de Maria Helena de Carvalho Magalhães à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: C008 DATA: 24/04/86 FORMUL: 184 DV: 0 TIPO: 40 23/07/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>631</sup> Carta de Antônio de Pádua à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L009 DATA: 14/08/86 FORMUL: 202 DV: 2 TIPO: 10 08/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>632</sup> Carta de Antonio Juarez Jesus Mello à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 249 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>633</sup> Carta de João Nelson Pires à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 781 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>634</sup> Carta de Antinar Gomes Machado à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 883 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>635</sup> Carta de Francisco de Paula Pinto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L037 DATA: 20/02/86 FORMUL: 896 DV: 1 TIPO: 14

Carmo, solteiro, 2º grau incompleto, 15 a 19 anos, de 3 a 5 salários, “o Brasil deveria fazer o FMI se adaptar as condições brasileiras e não o contrário”.<sup>636</sup> Como estes, há inúmeros exemplos de populares que reclamam soberania frente ao Fundo Monetário Internacional, bem como quanto a outros entes estrangeiros.

Houve festas por todo o país após o fim da votação no Colégio Eleitoral, embora muito menos pessoas que durante as jornadas das Diretas.<sup>637</sup> Milhares de pessoas estavam concentradas em locais como a Cinelândia, no Rio de Janeiro, a Praça da Sé, em São Paulo, a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, e, como não poderia deixar de ser, defronte ao prédio do Congresso Nacional, onde estava estendida uma bandeira com 250 m<sup>2</sup> de comprimento, que, a certa altura, serviu de abrigo durante a forte chuva que caiu na capital do Brasil.<sup>638</sup>

O Hino Nacional não poderia estar ausente das comemorações. Em Belo Horizonte, por exemplo, a multidão de cerca de 10 mil pessoas pediu bis para o Hino, puxado pelo compositor Fernando Brant. As pessoas não ficaram satisfeitas por terem cantado ao som dos rojões que comemoravam a vitória de Tancredo Neves. Restabelecido o silêncio, cantaram o Hino de novo.<sup>639</sup> No plenário do Congresso, algo também significativo: a “vitória foi comemorada com o Hino Nacional acompanhado pelos repórteres que ocupavam o plenário”.<sup>640</sup> Os repórteres exibiram, portanto, um comportamento idêntico ao dos demais cidadãos. Comportamentos como estes se deviam às expectativas de mudanças geradas na sociedade “pela campanha das ‘Diretas Já’ e pela eleição de Tancredo”.<sup>641</sup> O economista e professor da PUC-SP Francisco de Oliveira também interpretou de forma semelhante a retumbante vitória da Aliança Liberal através do voto indireto. Para Oliveira, a vitória deveu-se à mobilização popular.

---

31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>636</sup> Carta de Luiz Carlos Vieira do Carmo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L040 DATA: 20/02/86 FORMUL: 982 DV: 5 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>637</sup> “Pouca gente saiu às ruas para festejar”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16 jan. 1985, capa.

<sup>638</sup> “A oposição chegou lá. Tancredo é eleito sem surpresas, promete fortalecer o Congresso e inaugura um estilo de política no qual a divergência passa a ser uma virtude”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, pp. 20-23.

<sup>639</sup> “A oposição chegou lá. Tancredo é eleito sem surpresas, promete fortalecer o Congresso e inaugura um estilo de política no qual a divergência passa a ser uma virtude”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 21.

<sup>640</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 23.

<sup>641</sup> SALLUM Jr. Brasília. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, op. cit., p. 134.

Os números finais da eleição no Colégio Eleitoral não deixam margem à dúvida: na acachapante derrota do senhor Paulo Maluf a Nação traduziu seu repúdio à continuidade desse regime feito de horror e fel. Os votos dados ao senhor Tancredo Neves são o resultado da campanha das diretas-já, que estraçalharam o partido oficial, obrigando à debandada da Frente Liberal...<sup>642</sup>

O novo presidente, por sua vez, demonstrou reconhecer que sua eleição se deu com amplo apoio popular. Em seu discurso, como não poderia deixar de ser, especialmente naquela conjuntura, fez várias menções ao povo trabalhador:

Nós sacrificamos muito o homem brasileiro para realizarmos grandes obras. Basta, agora, de erigir esses monumentos em ferro e cimento e voltarmos novamente, patrioticamente, a cuidar do homem, do seu estômago, quer dizer, da sua alimentação, do seu vestuário, da sua educação, da sua saúde, da sua casa própria, do seu saneamento, porque esse é o objetivo do nosso governo.<sup>643</sup>

Ao mencionar a dívida externa, disse o que todos queriam ouvir: “Nós devemos aos nossos credores dinheiro. Dinheiro se paga com dinheiro. Não se paga dinheiro com a fome, a miséria e o desemprego dos cidadãos brasileiros”.<sup>644</sup> Estas menções aos trabalhadores, à fome e à dívida não foram esquecidas por muitos brasileiros, entre eles Tarcísio Silva, morador de Santo André (SP), solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau, até 1 salário, que disse reconhecer “a causa da inflação, dívida externa, etc. E como dizia o Presidente Tancredo Neves: A dívida se paga com dinheiro e não com a fome. E até mesmo para se arrumar um emprego, está muito difícil”...<sup>645</sup> Fernando do Maurício Gomes, residente em Campo Belo (MG), casado, 40 a 49 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, reivindicava que “o presidente Sarney olhasse a classe pobre do interior, sem teto, sem trabalho e sem pão, como dizia Tancredo Neves”.<sup>646</sup> Acerca dos trabalhadores, afirmou: “Os trabalhadores não têm mais o que dar. Sobre seus ombros é que têm sido lançada a responsabilidade da manutenção da ordem política e social no Brasil...”<sup>647</sup> Por posicionamentos como estes, francamente favoráveis aos interesses populares, o jornalista Fernando Pedreira, colunista

---

<sup>642</sup> Francisco de Oliveira. “E agora transição?”. *Tendências/Debates. Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16 jan. 1985, p. 2.

<sup>643</sup> “A receita do novo presidente. Com o discurso da vitória e uma entrevista, Tancredo dá amostras de seus planos para o governo”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 27.

<sup>644</sup> “A receita do novo presidente. Com o discurso da vitória e uma entrevista, Tancredo dá amostras de seus planos para o governo”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 27.

<sup>645</sup> Carta de Tarcísio Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L124 DATA: 22/02/86 FORMUL: 592 DV: 0 TIPO: 13 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>646</sup> Carta de Fernando do Maurício Gomes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L112 DATA: 22/02/86 FORMUL: 286 DV: 6 TIPO: 60 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>647</sup> “A receita do novo presidente. Com o discurso da vitória e uma entrevista, Tancredo dá amostras de seus planos para o governo”. *Revista Veja*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 27.

de *Isto É*, ao refletir sobre os destinos da Nova República, reconheceu que “o doutor Tancredo obteve uma tão grande vitória, uniu e pacificou o país a tal ponto...”<sup>648</sup> Willinans Dias de Souza, morador de Aracaju (SE), casado, 25 a 29 anos, 2º grau, mais de 2 a 3 salários, após requerer dos constituintes: “incansável luta contra a inflação, nosso maior fantasma”; “estudo para os menos favorecidos”; “salários dignos ao nosso Povo”; “conscientizar nossos políticos maiores de que o povo é o País em que vivemos, sem eles que seria dos SENHORES?” Por fim, os advertiu: “Lembrem-se sempre da frase dita pelo nosso querido Tancredo Neves: “ENQUANTO HOUVER NESTE PAÍS UM SÓ HOMEM SEM TETO, SEM LETRAS, SEM COMIDA , TODA PROSPERIDADE SERÁ FALSA””.<sup>649</sup>

É fato que a vitória de Tancredo Neves foi potencializada ao máximo pelos meios de comunicação, mas, à semelhança de outros momentos na longa década de 1980, a exposição midiática teve êxito em função da identificação que fora feita do candidato indireto aos interesses populares. Real ou forjado, importa que o vínculo tenha sido real para milhões de indivíduos e grupos que creram que Tancredo Neves integrava a “nação”.

De vez em quando, cabe àquele que revisita o passado nos colocarmos na posição do brasileiro que não vivia do trabalho intelectual, não tinha militância política nem em movimentos sociais – portanto, a maioria. Ao ouvir que os trabalhadores não tinham mais o que dar ou que o Brasil não iria pagar a dívida externa às custas do povo, qual seria o motivo para as pessoas comuns não comemorarem? Devemos levar em conta que a “canonização” do político de centro Tancredo Neves foi feita com base em elementos que integravam o cotidiano e as preocupações das classes populares. E exatamente por isso o trabalho dos meios de comunicação para identificá-lo ao povo foi exitoso.

Ao mesmo tempo em que se definia o resultado eleitoral no Colégio, havia muitas fenômenos simultâneos que acabavam reforçando a face popular do candidato vitorioso. De acordo com a *Folha*, “as rádios paulistas tocaram várias vezes ontem o samba ‘Vai Passar’, de Chico Buarque e Francis Hime. A música faz alusão ao período autoritário, aos

---

<sup>648</sup> Fernando Pedreira. “E agora, doutor Tancredo? Presidente eleito, Tancredo Neves terá de decidir o que fazer com o grande leque de forças políticas que o apoiou no colégio: fechá-lo ou abanar-se com ele?”. *Revista Isto É*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 30.

<sup>649</sup> Carta de Willinans Dias de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L006 DATA: 23/02/86 FORMUL: 141 DV: 1 TIPO: 13 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

exilados, à anistia e à ‘evolução da liberdade’”.<sup>650</sup> No *Rock in Rio*, o público foi ao delírio quando o vocalista da banda *Scorpions*, Klaus Meine, trouxe para o palco uma bandeira do Brasil. Era a noite de 15 de janeiro, data da vitória de Tancredo, tida por muitos como vitória da nação. Os gritos de Brasil! Brasil! ecoaram das milhares de pessoas que compareceram ao evento. O cantor Cazuza, da banda Barão Vermelho, também lembrou o momento de felicidade nacional. Ele se despediu do público discursando durante a canção *Pro dia nascer feliz*: “Que o dia nasça feliz amanhã pra todo mundo! Um Brasil novo... uma rapaziada esperta!”,<sup>651</sup> disse Cazuza enquanto “de norte a sul do país, milhares tingiram outra vez de verde e amarelo as ruas e praças públicas para comemorar e eleição de Tancredo Neves...”.<sup>652</sup> *Isto É*, em editorial, anunciou: “A democracia brasileira está em festa. A opinião pública sustenta o governo eleito inspirada por uma grande dose de confiança em Tancredo Neves e num inédito grito de patriotismo em tempos de paz”.<sup>653</sup>

O sociólogo e professor da USP Brasília Sallum Jr. atesta o consenso em torno de Tancredo Neves enquanto portador das esperanças dos brasileiros em uma vida melhor. Em artigo escrito em 1988, no qual procurou explicar porque a transição não vinha dando certo, ele afirmou que

o período que vivemos foi, de início, imaginado como fase positiva da transição, a fase de construção da Nova República, que sucederia os maus tempos de crise econômica e política que marcaram o ocaso do regime militar. Esta imagem, fixada pela retórica do candidato Tancredo Neves e sustentada pelo avassalador consenso social e político que marcou sua eleição como sucessor do general Figueiredo na Presidência da República...<sup>654</sup>

Pensando bem, não era muito difícil acreditar na transformação, afinal mais de duas décadas de ditadura haviam acabado. Para completar, o governo Figueiredo, em especial, fora o pior de todos, do ponto de vista econômico. Tal opinião teve Jovelino Rodrigues, morador de Barbosa (SP), solteiro, 1º grau completo, 37 anos, de 1 a 2 salários, trabalhador na construção civil: “O ex-presidente João Figueiredo deixou o país arrasado, o pobre não tinha condições de sobreviver. Para mim, foi o pior governo que existiu durante meus 37 anos de vida. Agora as coisas me parecem mais claras”.<sup>655</sup> Arinaldo Zeferido da Silva, de

---

<sup>650</sup> “Vai passar”. Painei. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 abr. 1984, p. 3.

<sup>651</sup> *Revista Showbizz*. São Paulo, jan 2000, p. 24.

<sup>652</sup> “Uma festa popular. Numa explosão de cores e alegria, o país saudou nas ruas a vitória de Tancredo”. *Revista Isto É*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 31.

<sup>653</sup> “Um desafio para todos”. Editorial. *Revista Isto É*. São Paulo, 23 jan. 1985, p. 15. [sem grifo no original]

<sup>654</sup> SALLUM Jr. Brasília. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, op. cit., p. 118. [sem grifo no original].

<sup>655</sup> Carta de Jovelino Rodrigues à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L123 DATA: 02/03/86 FORMUL: 563 DV: 6 TIPO: 30

Feira de Santana (BA), casado, 25 a 29 anos, 1º grau completo, até 1 salário, disse que amigos mais velhos falam antes cada brasileiro vivia melhor, vivia mais. Porém, “depois começou as desgraças na vida de cada um”. A seguir, desabafa: “Na verdade, eu nunca gastei o meu tempo para assistir João Figueiredo falar, porque eu o chingava por matar os brasileiros, devagar para a dor ser maior”.<sup>656</sup> O jovem Paulo Eduardo Pereira, morador de Venâncio Aires (RS), solteiro, 1º grau incompleto, renda declarada entre 5 e 10 salários, pede “que o presidente [Sarney], que os ministros e todos os políticos façam tudo para melhorar este país que só foi prejudicado durante o governo de João Figueiredo”.<sup>657</sup> Em carta anônima, um morador de Maringá (PR), 1º grau incompleto, solteiro, 15 a 19 anos, também desabafa:

É o seguinte, nós estamos numa nova era de transformação. O Brasil sendo um país pobre tem que mudar para melhor, através de rádio, televisão e jornais, temos que falar o que os deputados e o governo fazem com o povo mas é verdade, tudo o que fazem por trás de nós. Mas o povo em qualquer palavra falada por um homem da alta sociedade, ele acredita nas suas versões, e que o poder quer roubar o Brasil cada vez mais, como o Delfim que deu fim, e o João Figueiredo que começou a piorar mais o Brasil, pessoas como essas têm que tirar deles tudo o que pegaram de nós brasileiros.<sup>658</sup>

Na véspera da posse, 14 de março de 1985, o susto: o presidente foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília e teria que passar por uma cirurgia. Em consequência disso, o vice-presidente José Sarney tomou posse em meio à grande frustração popular, que esperava comemorar a posse de Tancredo Neves.<sup>659</sup> Ainda assim, como “ao longo da campanha pelas eleições diretas, muitos brasileiros aprenderam a desfraldar a bandeira com desembaraço e a cantar o Hino Nacional”,<sup>660</sup> nada mais normal que o Hino fizesse parte dos festejos, assim como a famosa música de Geraldo Vandré. No dia da posse, por exemplo, apesar da ausência do presidente eleito, as cerca de 10 mil

---

23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>656</sup> Carta de Arinaldo Zeferino da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L026 DATA: 30/02/86 FORMUL: 639 DV: 1 TIPO: 13 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>657</sup> Carta de Paulo Eduardo Pereira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L123 DATA: 02/03/86 FORMUL: 551 DV: 8 TIPO: 30 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>658</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L023 DATA: 20/08/86 FORMUL: 561 DV: 1 TIPO: 40 16/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>659</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 23.

<sup>660</sup> “O susto, o medo, a festa. Tancredo Neves tenta resistir à infecção e aos médicos mas não escapa da cirurgia, e o país assiste à posse do vice José Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 20 mar. 1985, p. 37.

pessoas presentes em Brasília fizeram uma animadíssima festa.<sup>661</sup> Entre as muitas manifestações populares, ficou marcado o coro popular com a música *Pra não dizer que não falei das flores*, de Vandrê, retomada à semelhança da campanha das diretas. Entre os acontecimentos marcantes, houve os momentos de aplauso: o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP) foi erguido pelos populares e longamente aplaudido, aos gritos de “Ulysses, Ulysses e o povo unido jamais será vencido”.<sup>662</sup> Em aplausos, só perdeu para Tancredo Neves, ou melhor, “o boneco com o rosto de Tancredo que, em certo momento da cerimônia no Congresso, burlou a vigilância dos policiais e conseguiu subir a rampa do Congresso ante o delírio da multidão”.<sup>663</sup> A mesma multidão que aplaudiu efusivamente os símbolos da “Nova República” também vaiou. Alguns representantes de governos estrangeiros foram vaiados, com destaque para o vice-presidente dos Estados Unidos, George Bush. Nota-se que receberam vaias aqueles representantes de países reconhecidos pelos populares como inimigos da “nação”.

A doença do presidente monopolizou a atenção do país nos dias que se seguiram à internação: “todas as atenções se voltaram para os boletins médicos, que davam conta da evolução do seu estado de saúde”.<sup>664</sup> As manifestações emocionadas da solidariedade popular comoveram Risoleta Neves, esposa de Tancredo. Confinada no Hospital de Base, ela só teve uma ideia mais ampla da repercussão da doença do presidente ao assistir o programa *Globo Repórter*, inteiramente dedicado ao assunto.<sup>665</sup> Em poucos dias, além dos que foram pessoalmente ao hospital, “chegaram 7000 mensagens de solidariedade, cerca de 15000 telefonemas, rosários, fijas e milhares de garrafinhas de água benta”.<sup>666</sup>

Esse processo de transição foi promovido não por uma agência de propaganda do governo, mas pelos meios de comunicação privados do país, na opinião de Koutzii. Ele argumenta que a mídia acentuou o que estava havendo, que se constituía numa “etapa de modificações profundas no plano social”. Ainda segundo o autor, “a tevê, com seu *know-how*, com domínio profundo da psicologia do povo brasileiro, é que produz (e se trata

---

<sup>661</sup> O susto, o medo, a festa. Tancredo Neves tenta resistir à infecção e aos médicos mas não escapa da cirurgia, e o país assiste à posse do vice José Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 20 mar. 1985, p. 37.

<sup>662</sup> “Estréia a Nova República. A doença de Tancredo não impediu uma tranqüila transição do poder”. *Revista Isto É*. São Paulo, 20 mar. 1985, p. 22.

<sup>663</sup> “O susto, o medo, a festa. Tancredo Neves tenta resistir à infecção e aos médicos mas não escapa da cirurgia, e o país assiste à posse do vice José Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 20 mar. 1985, pp. 42, 43.

<sup>664</sup> “O susto, o medo, a festa. Tancredo Neves tenta resistir à infecção e aos médicos mas não escapa da cirurgia, e o país assiste à posse do vice José Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 20 mar. 1985, p. 37; NEVES, op. cit., p. 406.

<sup>665</sup> “A primeira dama faz seus desabafos”. *Revista Veja*. São Paulo, 27 mar. 1985, p. 41.

<sup>666</sup> “Sanatório geral impera no Hospital de Base”. *Revista Veja*. São Paulo, 27 mar. 1985, p. 43.

disso, ‘produzir’ imagens)” e ordena a cobertura da agonia de Tancredo, que ele chama de “a grande, trágica e esperançosa novela daqueles dias”.<sup>667</sup> Ele explica que

a estrutura dos boletins diários lembrava em tudo os ingredientes das novelas. A começar justamente por isso – eram diárias –, o suspense, a possibilidade de uma notícia boa ou do agravamento do estado de saúde estavam escondidas atrás do rosto impenetrável do porta-voz da Presidência Antônio Britto, e nos reservavam aquilo que é da essência da novela: a emoção alternada e incerta. Havia o ‘mocinho’ no rosto bom e confiável de Britto ou neto Aécio, jovem e inevitável futuro candidato. O papel de ‘bandido’ foi dividido entre diferentes ‘quadrilhas’ de médicos, os de Brasília e os de São Paulo... (...) E o desenlace, como em todo final de novela com o padrão de qualidade global, se deu com a trilha sonora: ‘Coração de Estudante’. É o grande espetáculo da tragédia glamurizada.<sup>668</sup>

Com o agravamento de seu quadro clínico, o presidente acabou sendo transferido para o Incor (Instituto do Coração), em São Paulo. Como ocorrera no Hospital de Base de Brasília, diante do Incor havia sempre um grande número de pessoas, que oravam, faziam votos de restabelecimento, “acendiam velas, faziam promessas e oferendas numa catarse que dava bem idéia dos problemas que afligiam os brasileiros, de sua esperança e de sua sede de heróis”.<sup>669</sup> De acordo com a reportagem da revista *Veja*,

não há notícia na história do país de uma convalescença tão ansiosamente acompanhada pela população. Aonde ele vai, penduram-se faixas e cartazes desejando-lhe saúde. Aonde vão seus assessores, são cercados por populares que pedem notícias, desejam sorte, e em certos casos, tiram da carteira os santos de sua devoção e pedem que os façam chegar ao presidente.<sup>670</sup>

A revista *Isto É* também registrou a movimentação em torno do Hospital das Clínicas por ocasião da chegada do presidente eleito:

Praticamente desde a chegada de Tancredo, o hospital ficou sitiado por uma multidão de jornalistas e populares interessados em saber notícias da saúde do presidente, em tal número que o cirurgião Adib Jatene, diretor de cirurgia Torácica do Instituto, chegou a reclamar, em termos corteses, do cerco que atrapalhava a chegada de outros doentes ao local.<sup>671</sup>

Uma série de boatos em torno das causas da doença do presidente se espalharam pelo país, com o destaque para a famosa versão do tiro<sup>672</sup> do qual ele teria sido vítima: “Foi um tiro, tenho absoluta certeza”, afirmou o taxista paulista Antônio José dos Santos, de 27 anos. O proprietário de uma banca de jornais na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, Giuseppe Scarcelli, de 48 anos, também tinha uma opinião semelhante:

---

<sup>667</sup> KOUTZII, Flávio. Por trás das antenas platinadas. In: KOUTZII, op. cit., p. 108.

<sup>668</sup> KOUTZII, Flávio. Por trás das antenas platinadas. In: KOUTZII, op. cit., p. 108.

<sup>669</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 24.

<sup>670</sup> “A primeira dama faz seus desabafos”. *Revista Veja*. São Paulo, 27 mar. 1985, p. 29.

<sup>671</sup> “Volta a esperança. Terceira cirurgia extingue sangramento”. *Revista Isto É*. São Paulo, 03 abr. 1985, p. 24.

<sup>672</sup> “Passos de um calvário inútil. Erros, omissões, mexericos e ciumeiras prejudicaram Tancredo Neves tanto quanto a própria doença”. *Revista Isto É*. São Paulo, 03 abr. 1985, p. 17.

“Naquela missa às vésperas da posse, o presidente levou um tiro de arma com silenciador, por isso ninguém percebeu”. Na cidade de Lima Campos, a 400 quilômetros de Fortaleza (CE), o comerciante Livino de Souza Neto, de 48 anos, também apoiava a tese: “Houve um atentado contra o homem e o Sarney só escapou porque usa um Agnus Dei que ganhou de sua mulher”. Em Salvador (BA), a vendedora de acarajés Lindinalva de Assis, de 33 anos, tinha opinião distinta das anteriores: “Estão enganando o povo, fizeram uma tremenda macumba”.<sup>673</sup>

Os dias se passavam, e a falta de solução para os problemas de saúde do presidente angustiavam a população:<sup>674</sup> “Para milhões de brasileiros a simples interrupção de um programa de rádio ou televisão, ou até mesmo o barulho do telefone, parecia um sinal de que o temido sucedera: o presidente da República morreria”.<sup>675</sup> Após sete cirurgias, as pessoas esperavam pelo pior: “Nas aglomerações às portas do Instituto do Coração, via-se mais choro e rostos crispados do que as expressões esperançosas dos dias anteriores”.<sup>676</sup> Muitas, para que não ocorresse o pior, se agarravam à fé: “Agora, poucas são as pessoas que olham para o grande prédio de concreto aparente. Um olham direto para o céu e outras para as imagens de santos de todas as fés que povoam a calçada fronteira ao hospital”.<sup>677</sup>

Toda aquela comoção ocorria, de acordo com Camargo, porque “o ex-governador mineiro simbolizava a esperanças de volta à normalidade política”. Para o autor, “Tancredo havia se tornado uma espécie de salvador da pátria. Com a doença e internação, foi ungido à categoria de mártir nacional”.<sup>678</sup>

Foram 37 dias de agonia. Depois de semanas se preparando para a cobertura da posse, a imprensa organizou um esquema de emergência que envolvia jornalistas das mais diversas áreas, a começar pelos especializados em saúde. Nas imediações do Incor, em São Paulo, uma multidão permanecia em vigília, rezando e torcendo por sua recuperação. A

---

<sup>673</sup> “E os boatos se espalharam por todo o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 abr. 1985, p. 27.

<sup>674</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 23.

<sup>675</sup> “As horas de agonia. Atacado pela infecção e debilitado por cinco abscessos no abdômen e duas crises pulmonares, Tancredo passa por uma difícil prova”. *Revista Veja*. São Paulo, 10 abr. 1985, p. 20.

<sup>676</sup> “Passos de um calvário inútil. Erros, omissões, mexericos e ciúmeiras prejudicaram Tancredo Neves tanto quanto a própria doença”. *Revista Isto É*. São Paulo, 03 abr. 1985, p. 15.

<sup>677</sup> “E os boatos se espalharam por todo o país”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, p. 21.

<sup>678</sup> CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luzia (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 259.

situação atraiu tanto a atenção da população que revista *Veja*, então a maior revista do país, publicou seis capas consecutivas sobre o tema.<sup>679</sup>

O interesse popular na saúde de Tancredo tornava difícil a tarefa de noticiar realisticamente o grave estado do presidente eleito. Dácio Nitrini, editor de *Cidades da Folha* resumiu a situação em seminário interno do jornal, realizado em 1986: “O tom das informações oficiais era otimista. E nas ruas, esbarrávamos no mito, na crendice, de não se poder falar de doença para evitar a morte, o mau agouro ao paciente”. Quando a *Folha* publicara que já havia um esquema montado para o caso de Tancredo morrer, a redação recebeu inúmeras reclamações de leitores.<sup>680</sup> De acordo com Koutzii, os brasileiros estavam “instalados no coração do drama, o sentimento difuso da fatalidade verde-amarela: sempre o imponderável impede a realização do sonho (entendido como o acesso à felicidade)”.<sup>681</sup> Uma espetacularização constante da agonia de Tancredo fez com que os 38 dias de espera pela cura do presidente estivessem “permanentemente atravessados por um ‘Fantástico’ embutido na telenovela”. Ainda segundo o autor, “as explicações médicas e técnicas provocaram um deslumbramento nacional, quando todos entendemos o que é e onde ficava o divertículo de Meckel e o que havia nas zonas adjacentes...”<sup>682</sup>

À espera da morte de Tancredo, equipes das redes *Globo* e *Manchete* se instalaram em São João Del Rey, cidade natal do presidente. A equipe da *Manchete* provocou a ira dos moradores da cidade, uma vez que estacionou o caminhão durante uma semana na porta do cemitério, aguardando a chegada do presidente – que ainda não estava morto. Para João Lobosque Neto, de 69 anos, velho amigo da família Neves, “alguma coisa séria vai acontecer se aquele caminhão não sair, pois estão falando em tocar fogo nele”.<sup>683</sup>

Uma partida de futebol entre o Atlético Mineiro e o Cruzeiro, pelo campeonato mineiro, deixou evidente a união da população em torno da recuperação do presidente. Quando os jogadores das duas equipes tradicionalmente rivais deram as mãos no centro do gramado para uma prece em prol de Tancredo as cerca de 50 mil pessoas presentes se

---

<sup>679</sup> CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: LUCA e MARTINS, op. cit., p. 259.

<sup>680</sup> CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: LUCA e MARTINS, op. cit., p. 259.

<sup>681</sup> KOUTZII, Flávio. Por trás das antenas platinadas. In: KOUTZII, op. cit., p. 108.

<sup>682</sup> KOUTZII, Flávio. Por trás das antenas platinadas. In: KOUTZII, op. cit., p. 108.

<sup>683</sup> “Trinta dias de agonia. Duas crises e a entrada em cena de um rim artificial levam o Brasil a buscar respostas para a grande pergunta: e se Tancredo morrer?”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, p. 22.

sentiram ligadas com o que estava acontecendo no campo. Todos no estádio ficaram de pé e fizeram um coro comum: “Tancredo! Tancredo!”<sup>684</sup>

Ciente de que muitas eram as pessoas que faziam preces pelo seu marido, Risoleta Neves fez um apelo de improviso pela televisão: “Peço a cada um que continue, continue rezando”.<sup>685</sup> Em todo o país eram organizadas manifestações religiosas visando a recuperação de Tancredo. O arcebispo Dom Hélder Câmara demonstrou ter uma opinião semelhante acerca do consenso popular pró-Tancredo: “A sintonia do povo com o presidente é tão grande que nem foi necessário pedir aos brasileiros que orassem por ele”.<sup>686</sup>

Esse quadro trágico, exposto incessantemente pelos meios de comunicação, fez com que Flávio Koutzii afirmasse que “a Nova República produziu mais emoções do que modificações”. Segundo ele, a “doença fatal de Tancredo Neves (...) transformou num longo calvário”, que foi “explorado, além dos limites da ética, pelo governo que, impossibilitado de se legitimar pelo voto, se legitimava pelo sacrifício de uma morte lenta, dolorosa e trágica”.<sup>687</sup>

As atenções de todos estavam fixadas em Tancredo Neves, até mesmo “deputados e senadores preferiram plantar-se diante de aparelhos de televisão, sem ânimo para fazer ou ouvir discursos no plenário”.<sup>688</sup> Segundo Marly Rodrigues, a imprensa fez uma das coberturas mais completas já vistas no país, mantendo a população informada do estado de saúde do presidente.<sup>689</sup> O próprio deputado Paulo Maluf (aproveitando a preciosa oportunidade de melhorar sua imagem junto à opinião pública) visitou o Hospital das Clínicas e afirmou estar integrado às rezas que “o Brasil inteiro faz pela recuperação do presidente”.<sup>690</sup> O vice-presidente Sarney, na esteira das manifestações de fé, declarou: “Como todo o povo brasileiro, tenho muita fé na recuperação de Tancredo”.<sup>691</sup> Um modesto eletricitista carioca, Hildebrando Conceição, 56 anos, que juntou 35 colegas de

---

<sup>684</sup> “O país inteiro rezou por Tancredo”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, p. 26.

<sup>685</sup> “O país inteiro rezou por Tancredo”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, p. 27.

<sup>686</sup> “O país inteiro rezou por Tancredo”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, p. 27.

<sup>687</sup> KOUTZII, Flávio. Por trás das antenas platinadas. In: KOUTZII, op. cit., p. 107.

<sup>688</sup> “O legado em disputa. Com a máquina administrativa paralisada, os grupos da Aliança Democrática se movimentam para assegurar espaços no governo Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, p. 28.

<sup>689</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 24.

<sup>690</sup> “Passos de um calvário inútil. Erros, omissões, mexericos e ciumeiras prejudicaram Tancredo Neves tanto quanto a própria doença”. *Revista Isto É*. São Paulo, 10 abr. 1985, p. 20.

<sup>691</sup> “Cuidados no poder. Sarney assume de verdade, atento à família de Tancredo e às sensibilidades do PMDB. *Revista Isto É*. São Paulo, 10 abr. 1985, p. 27.

uma obra no bairro do Flamengo para orar por Tancredo, foi um dos milhares que podia afirmar: “Estamos todos orando muito”.<sup>692</sup>

O envolvimento da população em torno do restabelecimento de Tancredo Neves tornou-se mais um elemento de unidade “nacional”. A imprensa, obviamente, aproveitava-se de um sentimento existente para carregar nas tintas: “não se conhece um só brasileiro que não tivesse desejado ver Tancredo restabelecido nem se sabe de pessoas de fé que, de alguma maneira, deixaram de orar por ele. De certa maneira, esperava-se um milagre”.<sup>693</sup>

Contudo, o milagre não veio. “E volta a falar do Instituto do Coração o repórter Carlos Tramontina”, anunciou o apresentador Sérgio Chapelin no programa *Fantástico*, uma das maiores audiências da televisão brasileira no domingo à noite. “Quando está chegando por aqui o Secretário de Imprensa da Presidência da República, o jornalista Antônio Britto, que traz novas informações sobre o estado de saúde do presidente Tancredo Neves. O jornalista Antônio Britto descendo a escada, e vai se dirigindo ao local onde prestará novas informações sobre o estado de saúde do presidente”. Tramontina se virou para o local onde se sentara Britto, a câmera fixou-se no porta-voz do presidente, que ajeitou os papéis que tinha em mãos e abriu o botão do paletó. Ao dizer as primeiras palavras, fez-se profundo silêncio:

Senhores, por gentileza: lamento informar que o excelentíssimo senhor presidente da República Tancredo de Almeida Neves faleceu esta noite, no Instituto do Coração, às 10 horas e 23 minutos. Acrescento o seguinte: nos últimos 50 anos, a vida pública de Tancredo Neves confundiu-se com os sonhos e os ideais brasileiros de união, de democracia, de justiça social e de liberdade. Nos últimos meses, pela vontade do povo, e com a liderança de Tancredo Neves, estes ideais se transformaram na Nova República. A emocionante corrente de fé e solidariedade das últimas semanas, enquanto o presidente Tancredo Neves lutava pela vida, só fez crescer este sentimento de união, que foi sempre ação, exemplo e objetivo de Tancredo Neves. Com a mesma determinação, o Brasil haverá, a partir de agora, de realizar os ideais do líder que acaba de perder – Tancredo Neves.<sup>694</sup>

Nota-se que as palavras de Britto estimulam a concórdia, a crença num destino comum que adquiriria concretude na Nova República, associada à democracia, justiça social e liberdade. Obviamente, tratava-se de preparar terreno para a Presidência José Sarney, com a qual se buscava estabelecer uma linha direta com os ideais de Tancredo Neves.

---

<sup>692</sup> “Cuidados no poder. Sarney assume de verdade, atento à família de Tancredo e às sensibilidades do PMDB. *Revista Isto É*. São Paulo, 10 abr. 1985, p. 27.

<sup>693</sup> “Trinta dias de agonia. Duas crises e a entrada em cena de um rim artificial levam o Brasil a buscar respostas para a grande pergunta: e se Tancredo morrer?”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 abr. 1985, 21.

<sup>694</sup> “Fantástico – A morte de Tancredo Neves (1985)”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8zMCWKNxbjo>. Acessado em 17 jun. 2012.

Com as palavras acima o jornalista Antônio Britto, porta-voz da presidência, declarou o falecimento do presidente em 21 de abril de 1985. “Forjada ou conscientemente, estabeleceu-se, através da data de falecimento, a relação entre ele e Tiradentes, ambos mineiros e ambos tidos como mártires da Pátria”.<sup>695</sup>

A morte de Tancredo provocou cenas de desespero na massa popular. Em Tancredo estavam depositadas as esperanças de um Brasil novo. As cerimônias fúnebres foram repletas de cenas de rara emoção. E, enfim, o povo brasileiro acumulava mais uma grande decepção.<sup>696</sup>

A questão da data pode até não ter sido forjada, mas houve deliberada disposição da *Rede Globo* em associar Tancredo Neves ao herói Tiradentes, haja vista que, àquela época, a figura do “mártir da Independência” era popular, uma vez que o ensino durante a ditadura acentuou bastante a exaltação dos chamados grandes vultos da pátria. Em função disto, Tiradentes era vinculado, no pensamento popular, à liberdade e à soberania do Brasil, independentemente de não ter sido esta a intenção dos que, durante a ditadura, implementaram o ensino de Educação Moral e Cívica.

Em um cortejo que contou com a participação de 2 milhões de pessoas, o corpo de Tancredo Neves foi transportado do Hospital das Clínicas para o aeroporto de Congonhas em carro aberto; daí seguiu para Brasília, depois Belo Horizonte, e finalmente para São João Del Rey, onde foi sepultado.<sup>697</sup> Segundo a revista *Isto É* – para quem a morte de Tancredo “deixou órfã e perplexa uma nação que começa a viver um fato inédito em sua história...”<sup>698</sup> –, multidões jamais vistas<sup>699</sup> foram às ruas homenagear o presidente com uma profusão de símbolos pátrios.<sup>700</sup> A imprensa descreve cenas impressionantes dos cortejos. Lágrimas, desmaios, manifestações de carinho, de desespero e até mortes. Quatro pessoas morreram em Belo Horizonte na tentativa de entrar no Palácio da Liberdade para ver Tancredo, e outra ferida veio a falecer no hospital.<sup>701</sup> A multidão só se acalmou quando dona Risoleta Neves, do microfone da sacada do Palácio, falou-lhe emocionada: “Diante

---

<sup>695</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 24.

<sup>696</sup> NEVES, et al., op. cit., p. 406.

<sup>697</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 24.

<sup>698</sup> “Tempos de combate. Da Câmara de São João del Rei à cadeira de primeiro-ministro, muitos percalços no caminho”. *Revista Isto É*. São Paulo, 1º mai. 1985, p. 22.

<sup>699</sup> “Paz para o grande político do Brasil. Fantásticas multidões choraram nas ruas o arquiteto da Nova República, Tancredo Neves”. *Revista Isto É*. São Paulo, 1º mai. 1985, p. 12.

<sup>700</sup> “Paz para o grande político do Brasil. Fantásticas multidões choraram nas ruas o arquiteto da Nova República, Tancredo Neves”. *Revista Isto É*. São Paulo, 1º mai. 1985, p. 14.

<sup>701</sup> “Paz para o grande político do Brasil. Fantásticas multidões choraram nas ruas o arquiteto da Nova República, Tancredo Neves”. *Revista Isto É*. São Paulo, 1º mai. 1985, p. 16.

desse carinho imenso desta multidão reunida em amor por seu presidente, quero lhes pedir: venham pacientemente”.<sup>702</sup>

As cenas da campanha ao Colégio Eleitoral e de sua vitória no mesmo, as de sua agonia, morte e sepultamento, exibidas à exaustão pelos meios de comunicação, principalmente a *Rede Globo*, tiveram o efeito de envolver as classes populares com a política. Importa menos que havia objetivo de disciplinar a população para seguir um projeto de poder forjado em grande medida à margem da mesma, duvidosamente progressista. Ao imergir os brasileiros com a tragédia da morte do presidente, essas mídias, à sua revelia, estavam contribuindo para formar politicamente milhões deles. Daí o sentido de “experiência Tancredo Neves”, porque se tratou, antes de mais nada, de uma experiência política. Ou o leitor acha que, uma vez que o pensamento dos donos dos *mass media* era conservador, mecanicamente a população adotaria essa postura?

De fato, foi o que se tentou exaustivamente. Vejamos o exemplo do programa *Globo Repórter*, da *Rede Globo*, intitulado *Tancredo Especial*, que foi ao ar em 24 de abril de 1985. Nele vemos os esforços para doutrinar o povo através da inculcação de valores que não estimulassem os conflitos de classe e os “revanchismos” contra os que fossem considerados inimigos do povo. Na ocasião, foi lido em “off” pelo jornalista Eliakim Araújo um texto escrito pelo psicanalista Hélio Pellegrino. Enquanto Araújo lia, os telespectadores viam imagens do cortejo que levou milhões às ruas em São Paulo, em Belo Horizonte e em São João Del Rei, que terminou com a bandeira nacional tremulando em câmera lenta. Com o Hino Nacional ao fundo, tocado no piano, ouviu-se o seguinte:

Tancredo Neves representa a utopia do possível. Ele simboliza valores que estão à mão de cada brasileiro. Cada um de nós pode e tem o dever de ser digno, de ser íntegro, de respeitar a lei, de trabalhar pela justiça e pela fraternidade. São esses os valores que Tancredo Neves realizou exemplarmente. Por isso ele é vivo. Por isso as multidões seguem o seu cortejo. E poderemos estar certos de que o povo não corre atrás da morte, o povo procura os focos de luz e os focos de vida. Hoje Tancredo Neves é a mais viva presença para nos iluminar nesta caminhada possível, nesta caminhada modesta, nesta caminhada republicana. Sem utopia, sem exagero, sem revanchismo, que iremos realizar, custe o que custar.

Em seguida, aparece a bandeira de Minas Gerais, com o indefectível “*Libertas quae sera tamen*”, e o repórter Ronald de Carvalho começa a narrar o seguinte:

Um dia após a morte de Tiradentes, por ordem de d. Maria I, rainha de Portugal, tudo o que pertenceu ao alferes Joaquim José foi destruído, inclusive a casa em que ele nasceu. [câmera focaliza o repórter e o que restou da casa] Esse monte de pedras é tudo que resta do que pertenceu a Tiradentes. [câmera focaliza a

---

<sup>702</sup> “Nova voz de comando. Na dor, surge a face forte de dona Risoleta”. *Revista Isto É*. São Paulo, 1º mai. 1985, p. 20.

bandeira de Minas tremulando, e vai fechando cada vez mais na mesma] Mas Tiradentes tem com o presidente Tancredo Neves a semelhança de uma herança que não foi destruída: conquista de uma liberdade, embora que tardia.<sup>703</sup>

O programa foi inteiramente formatado para associar Tancredo a Tiradentes, ambos naturais de São João Del Rei e mortos no mesmo dia. “Essa perspectiva fica mais evidente quando o programa reprisa parte do discurso do político feito em 21 de abril de 1984, em Ouro Preto”, explica Cássia Palha, professora da Universidade Federal de São João Del Rei.

Comunicando aos espectadores que a partir dele e do Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles, o programa homenageia Tancredo Neves, a locução de Eliakim Araújo explica que será feita uma encenação com os atores Mário Lago e Rodrigo Santiago: um diálogo imaginário entre o próprio Tancredo e Tiradentes. Reproduzo aqui parte do diálogo interpretado pelos atores. O cenário é simples, duas cadeiras colocadas de frente uma para a outra, com a luminosidade centrada nos atores. Estes, sentados rentes às cadeiras, com roupas modestas em tom pastel. A ênfase da tomada é a expressividade dramática dada à própria retórica. Mário Lago assume a fala de Tiradentes e Rodrigo Santiago a de Tancredo Neves:

Tiradentes: Vim trabalhar para todos, mas para mim, quem trabalha? Tombado fica o meu corpo nesta esquecida batalha (...) Por onde a glória se espalha?

Tancredo Neves: Tiradentes, o teu holocausto não foi um gesto dramático e inútil. Nós nos tornaremos dignos de honrarmos a sua memória e viver pelos seus ideais. Não se apaga do coração do povo a fé que lhes incutisse (...)

Tiradentes: Que fizeste da pátria que pela qual sonhei? Pela qual fui enxovalhado no corpo e na alma?

Tancredo Neves: Apesar de tudo, aqui está, íntegra. A pátria que fizemos sob os alicerces do seu sangue. (...) A tua luta consagrou o sentido permanente da luta: “Liberdade ainda que tardia”. Se quisermos, faremos do Brasil uma grande nação.<sup>704</sup>

Carta escrita por um morador de Sapucaia do Sul (RS), que por razões que ele mesmo expôs, não assinou o nome nem colocou nenhum outro dado.

Tancredo Neves, no dia em que tu morrestes, eu chorei muito, chorei porque eu perdi a esperança, perdi a fé nos homens, não que tu fosse alguma coisa daquilo que o povo estava esperando, não porque serias bloqueado, pressionado pelo próprio povo, pelos colegas, pelo FMI, enfim por todo mundo. Chorei desconsoladamente porque pude ver claramente que neste País jamais o povo vai ter voz ativa, jamais. Porque quando todo pensou que nós havíamos escolhido nosso presidente, eles te mataram. Fizeram isso com tiradentes, fizeram isso contigo, (que coincidência morreram no mesmo dia) E vão fazer isto com qualquer um

<sup>703</sup> “Globo Repórter - Texto de Helio Peregrino sobre a morte de Tancredo Neves”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8zMCWKNxbjo>. Acessado em 17 jun. 2012; PALHA, Cássia R. Louro. O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985). Tese de doutorado. Coordenação de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 229.

<sup>704</sup> PALHA, Cássia R. Louro. **Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Mesas/mesa2-C%C3%A1ssia.pdf>. Acessado em 17 jun. 2012.

que se meter com eles, com esses lá em cima. Agora o Sarney fez um pacote para enrolar os trouxas, e tá todo mundo batendo palmas para ele. Ah povo brasileiro a 804 cruzados ainda querem opinião sobre a constituinte?

Vão para p... que pariu.

Não vou arriscar pôr meu nome porque esse é um país muito democrático, demais.<sup>705</sup>

A carta apresentou alguns reflexos da campanha midiática pela eleição e depois “canonização” de Tancredo Neves, pois podemos perceber que o missivista: a) “chorou muito”; b) acreditava que “nós havíamos escolhido nosso presidente”; e c) associou Tancredo a Tiradentes (“que coincidência” morreram no mesmo dia”). Por outro lado, se a campanha dos meios de comunicação era a favor da concórdia, da fraternidade e da união em torno da Nova República, a mensagem foi absorvida até onde interessava ao receptor, tanto que sobre o presidente Sarney e os que o apoiavam, ele não poderia ter sido mais claro: “Vão pra p... que pariu”.

Na realidade, os populares leram Tancredo Neves de modo distinto do que queriam as elites. Silvia Ferraz Xavier, moradora de Triunfo (PE), solteira, 40 a 49 anos, Superior completo, mais de 2 a 3 salários, queria “fazer valer a reforma agrária segundo o projeto de Tancredo Neves”.<sup>706</sup> Reinaldo Torres Resende, morador de Pirapemas (MA), casado, 30 a 39 anos, 2º grau incompleto, mais de 1 a 2 salários, após reivindicar mudança no “sistema de fiscalização das verbas da União, ou seja, do Fundo de Participação”, associou isso a Tancredo: “Que faça cumprir o desejo do nosso saudoso Tancredo de Almeida Neves”. Em seguida, exigiu comissão para investigar corruptos em cada município, argumentando que “o povo morre de fome e falta de assistência médica, enquanto o prefeito desfruta na capital de luxuosas mansões e médicos a domicílio comprada e paga com as verbas da União”. Após reivindicar que “a Nova Constituição acabe com as corrupções reinantes no Brasil”, Resende emendou: “Que a memória de Tancredo Neves seja respeitada, com justiça ao povo brasileiro”.<sup>707</sup> Manoel Francisco dos Santos, casado, 20 a 24 anos, Superior completo, mais de 3 a 5 salários, morador de Sanharó (PE), “Gostaria que V.Sa. colocasse

---

<sup>705</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L128 DATA: 29/04/86 FORMUL: 679 DV: 7 TIPO: 40 19/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>706</sup> Carta de Silvia Ferraz Xavier à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L130 DATA: 03/03/86 FORMUL: 741 DV: 5 TIPO: 10 02/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>707</sup> Carta de Reinaldo Torres Resende à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L204 DATA: 03/03/86 FORMUL: 093 DV: 3 TIPO: 10 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

um projeto na Câmara Federal, defendendo os povos pobres, que era mais em que o Dr. Tancredo Neves falava, era melhorar a situação dos pobres”.<sup>708</sup> Célia Regina Correia, residente em Guimarães (MA), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, argumentou o seguinte: “Já que estamos falando de Constituinte em forma de povo, gostaria que o Presidente José Sarney cumprisse seriamente o que o inesquecível Tancredo Neves deixou para ele cumprir”. Ela parece associar os seguintes pontos à vontade de Tancredo: a) que a Constituinte tivesse “a participação de um representante de cada classe social...”; b) que os parlamentares agissem “como representantes do povo”, a partir desta Constituinte, representantes de coração mole, puro e humilde com todos os pobres”; c) que os políticos “dêem vez ao povo e às classes para falarem e gritar em pelos seus direitos”.<sup>709</sup> Pode-se notar que ela faz elegia à real participação popular na elaboração da Carta, não considera os políticos como integrantes do povo e defende o direito dos pobres de falar e gritar pelos seus direitos. Era isso tudo o que queria “o inesquecível Tancredo Neves”? Em sua carta, Franciscley Ferdinando Moreira de Souza, morador de Benjamin Constant (AM), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, mais de 3 a 5 salários, acreditava apoiando os agricultores brasileiros o país teria “condições suficientes para realizar um grande sonho do nosso saudoso Presidente Tancredo Neves: ‘enquanto houver um único brasileiro sem pão, os ideais na Nova República não estarão cumpridos’”.<sup>710</sup> José Geraldo dos Santos Rocha, residente em São João Evangelista (MG), casado, 1º grau, 50 a 59 anos, até 1 salário, disse o seguinte: “Sempre acreditei em Tancredo Neves e sabia perfeitamente que ele faria essa boa escolha...” Qual seria a escolha? “Peço reforma agrária porque meu povo precisa de terras para trabalhar”.<sup>711</sup>

---

<sup>708</sup> Carta de Manoel Francisco dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 02/04/86 FORMUL: 065 DV: 8 TIPO: 10 02/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>709</sup> Carta de Célia Regina Correia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 03/04/86 FORMUL: 061 DV: 6 TIPO: 10 28/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>710</sup> Carta de Franciscley F. M. de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 07/04/86 FORMUL: 038 DV: 9 TIPO: 10 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>711</sup> Carta de José Geraldo dos Santos Rocha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: 08 DATA: 07/04/86 FORMUL: 188 DV: 1 TIPO: 13 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Poderiam ser arroladas aqui dezenas de cartas que apontariam para o que as cartas acima apontaram. Tancredo Neves foi associado a reivindicações populares anteriores ao destaque nacional que passou a ter após a derrota das Diretas, fosse porque efetivamente prometera que faria mudanças, fosse porque os meios de comunicação repetiam que as faria. E, além disso, o ex-presidente passou a ser usado para legitimar as reivindicações dos populares. Afinal, tanto se falou que Tancredo faria mundos e fundos. Nada melhor então do que se dirigir a um político fazendo reivindicações e dizendo que “Tancredo queria”, como fizeram as duas missivistas seguintes.

Maria da Conceição Viana de Brito, moradora de Itupiranga (PA), casada, 50 a 59 anos, Superior completo, sem rendimento, reivindicou o seguinte: “Terra para os pobres, mais justiça, quero que se realize o que Tancredo queria fazer”.<sup>712</sup> Bete de Souza, residente em São Paulo (SP), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, não fez caso das recomendações de conciliação entre as classes, associadas a Tancredo, e asseverou que desejava que “esta Constituinte fosse feita por representante [de] classes, operários, artistas, comerciantes, mas não puxa-saco ou ricoço. Tem que gente da maioria, "os pobres", e não só ela classe dominante”. Ela foi mais longe, defendendo que a “Constituinte tem que ver a segurança do povo, educação do povo, o socialismo, todos iguais, nenhum melhor que outro, nem milionário e nem mendigos, ver a reforma agrária”. Entre outras, ela recomendou aos parlamentares “Pense no povão. É diretas já. Democracia. Mostre a verdadeira nova República que Tancredo queria que fosse”.<sup>713</sup>

Com o trágico desfecho da agonia de Tancredo Neves, coincidentemente cumpriu-se o que temia Percy Penalvo, administrador dos bens do ex-presidente João Goulart. Na visita que Tancredo havia feito ao túmulo de Getúlio Vargas durante a “campanha” que precedeu a ida ao Colégio Eleitoral, Percy deu-lhe um poncho devido ao frio de 6 graus que fazia. Depois disse aos repórteres, em tom de gracejo: “Se o velho pega uma pneumonia a gente vai ter que aturar o Sarney”.<sup>714</sup> Profético?

---

<sup>712</sup> Carta de Maria da Conceição V. de Brito à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L039 DATA: 24/02/86 FORMUL: 966 DV: 4 TIPO: 10 20/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>713</sup> Carta de Bete de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L024 DATA: 11/07/86 FORMUL: 589 DV: 0 TIPO: 10 12/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>714</sup> “Na rua e na sombra. Tancredo sai no corpo-a-corpo em busca de votos e começa a preparar comícios”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 ago. 1984, p. 27.

## 1.9. Nova República, velhas experiências

### 1.9.1. Nova República?

“Sarney, onde está a Nova República que se diz - e esclareça a morte de TANCREDO NEVES”, foi uma das colocações de Jair Dal Pozzo, casado, 25 a 29 anos, 2º grau, até 1 salário, morador de Santa Bárbara do Oeste (PR), em sua carta à Constituinte.<sup>715</sup> A comparação com o presidente morto e a expectativa (e exigência) de cumprimento das promessas da Nova República desde sua “campanha” eleitoral perseguiram o presidente José Sarney. Como atestam as cartas, a memória de Tancredo e de suas promessas ainda figuravam na memória popular tempos após seu sepultamento. Antonio Joaquim da Silva, morador de Altos (PI), solteiro, 25 a 29 anos, 2º grau, sem rendimento, militante do PMDB, se aproveitou do espaço aberto à população para demonstrar indignação com os rumos Nova República, dissociando-o dos rumos que Tancredo daria à mesma, se vivo estivesse:

No momento, que abrem-se os espaços para o povo neste colendo Congresso, sugiro pois, que a Nova Carta Magna da Nação, nos dê uma Justiça mais sólida, mais rígida, pois o que me envergonha é ser natural de um país, onde os crimes praticados pelos mais poderosos financeiramente, ficam por isso mesmo. Diante do exposto pergunto a Vossa Exa. por que tal impunidade? Será que a nossa justiça é tão frágil? Por outro lado, pergunto ao nobre Deputado o porquê do não cumprimento das idéias de Tancredo Neves? O que também, me deixa envergonhado, odiado, estarrecido, por ter ouvido tantas promessas tentadoras, transmitidas pelo rádio, direto da beira da sepultura do falecido presidente, na voz do seu sucessor, Senhor José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney). Infelizmente, a Nova República, na qual vivemos é na verdade, apenas uma fotocópia não autenticada pelo respaldo popular, e além do mais, não confere mesmo com a original, devido às suas rasuras e entrelinhas. Sou um desempregado, filiado ao PMDB altoense, estudante dos mais coerentes.<sup>716</sup>

Havia muitos indignados com o “Senhor José Ribamar”, como atesta a carta acima. Outros, como José Bernardes Neto, de Caldas (MG), casado, 2º grau completo, de 1 a 2 salários, demonstravam frustração com uma Nova República que não mostrara a que veio. Em sua carta, traz uma extensa lista de reivindicações e sugestões. Ao final, escreve o seguinte: “Obs.: Espero que estas sugestões não fiquem só no papel. ‘E que a Nova República

---

<sup>715</sup> Carta de Jair Dal Pozzo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 237 DV: 1 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>716</sup> Carta de Antonio Joaquim da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L112 DATA: 21/02/86 FORMUL: 279 DV: 6 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

nasça a partir da Nova Constituição”<sup>717</sup>. Bernardes Neto não deixa dúvidas de que a Nova República ainda não nascera. Outro popular extremamente frustrado e furioso com a Nova República era morador de Itaguatins (GO), casado, 30 a 39 anos, 2º grau, renda entre 2 e 3 salário, que preferiu não registrar o nome.

É realmente vergonhoso para nós brasileiros continuarmos vendo o País do mesmo jeito que estava quando era governado pelos militares. Nova República é uma ova, tudo continua do mesmo jeito, a corrupção correndo solta sem ninguém indo para a cadeia, as mordomias que a oposição tanto criticou, as mesmas caras mentindo direto na televisão, os desgraçados dizendo que a inflação vai cair quando basta ter o mínimo de inteligência para se saber que não é interesse do próprio governo baixar a inflação, pois a curriola deixará de ganhar os trocados que já estão acostumados.

Pelo amor de Deus deixem de hipocrisia, respeitem o povo brasileiro, ele é pacífico, mas uma hora o saco pode explodir e nessa hora posso garantir a todos vocês, que pegaremos em armas para expulsa-los de seus palácios. Criem vergonha na cara e façam o que prometeram ao povo. Tenho vergonha de ter nascido no Brasil. A minha sugestão para a Nova Constituinte é que vocês vão todos para o inferno.<sup>718</sup>

Logo ao assumir a Presidência interinamente, o vice-presidente José Sarney tinha consciência de que não estava amparado no cargo pela vontade popular. Na ocasião, assinava o menor número possível de documentos, para ninguém pensar que estava usurpando o cargo, e assim mesmo só aquilo que cria que Tancredo Neves também assinaria. Ele parecia estar certo de que sua estabilidade no Palácio do Planalto dependia de sua capacidade de fazer as pessoas esquecerem que quem estava lá era ele, José Sarney, não o presidente eleito.<sup>719</sup> Ciente da união popular em torno de Tancredo e da desconfiança em torno do seu nome,<sup>720</sup> Sarney expressou sua opinião para o caso de Tancredo vir a falecer: “Eu só fico aqui até a missa de sétimo dia”.<sup>721</sup> Contudo, “a impossibilidade da posse do homem nacionalmente escolhido, acolhido e aplaudido, seguida de lenta agonia, explorada politicamente aos limites da indignidade humana, trouxe (...) o vice José

---

<sup>717</sup> Carta de José Bernardes Neto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L013 DATA: 20/02/86 FORMUL: 322 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>718</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: ORIGEM: L004 DATA: 23/02/86 FORMUL: 078 DV: 8 TIPO: 40 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>719</sup> “Um discreto interino. Sarney não mexe em quase nada, ganha o apoio do PMDB e fica firme, mas o país quer andar de novo”. *Revista Veja*. São Paulo, 27 mar. 1985, p. 44.

<sup>720</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 21.

<sup>721</sup> “Um discreto interino. Sarney não mexe em quase nada, ganha o apoio do PMDB e fica firme, mas o país quer andar de novo”. *Revista Veja*. São Paulo, 27 mar. 1985, p. 45.

Sarney...”.<sup>722</sup> Empossado, discursou sobre os enormes desafios que herdara dos governos anteriores:

Eu, sem o desejar, sem ter tido tempo para preparar-me. Tornei-me o responsável pela maior dívida externa sobre a face da terra, bem como a maior dívida interna. Minha herança incluiu a maior recessão de nossa história, a mais alta taxa de desemprego, um clima sem precedentes de violência, desintegração política potencial e a mais alta taxa de inflação da história do nosso país – 250 por cento ao ano, com a perspectiva de atingir 1.000 por cento.<sup>723</sup>

O cenário socioeconômico era mesmo desastroso. Mais da metade dos brasileiros até 17 anos era subnutrida. Em cada 1.000 nascimentos morriam 92 crianças com menos de um ano. Estimava-se que 70 milhões de brasileiros tinham verminoses e que pouco mais da metade das casas tinham fornecimento de água e, bem pior, que somente 25% tinham rede de esgoto. Esses números significam que mais de 60 milhões de pessoas necessitavam carregar água em baldes (ou latas) para cozinhar, beber, limpar suas casas e se banhar, e que quase 100 milhões conviviam com valas negras nas quais o esgoto corria à céu aberto em frente às suas casas. Todavia, o termo “suas casas” talvez não seja o mais adequado, pois o *déficit* habitacional era de mais de sete milhões de moradias. A Educação também vivia o caos: metade dos alunos abandonava ou era reprovada na logo na 1ª série.<sup>724</sup>

Tendo em vista o péssimo cenário social brasileiro, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República dobrou – no papel – o programa de prioridades sociais com investimentos para o período compreendido entre 1986 a 1989, destinando recursos da ordem de US\$ 4 bilhões por ano. Segundo Pedro Jacobi, o que se pretendia era que a renda da população mais pobre crescesse 50% nesse período, enquanto a renda *per capita* média do brasileiro deveria aumentar em 20%.<sup>725</sup> Ao menos no discurso, a Nova República começava bem. Eduardo Fagnani também concorda que “o Governo reconhece a enorme ‘dívida social’ acumulada nas últimas décadas”, e que o amplo quadro de “desigualdades e carências, existente em diferentes setores, é identificado no diagnóstico oficial”, em documento elaborado pela Secretaria do Planejamento.<sup>726</sup>

E não se podia admitir outro discurso nesse momento, pois o investimento social era o único aceitável pela população, que até então, em sua grande maioria, tinha esperança no novo regime civil. Basta lembrar que já passava de uma década o período de carestia

---

<sup>722</sup> RODRIGUES, Newton. Uma nova estagnação institucional. In: KOUTZII, op. cit., p. 21.

<sup>723</sup> NEVES et. al., op. cit., p. 407.

<sup>724</sup> JACOBI, Pedro. Os velhos problemas, mas sem o déficit. In: KOUTZII, op. cit., p. 257.

<sup>725</sup> JACOBI, Pedro. Os velhos problemas, mas sem o déficit. In: KOUTZII, op. cit., p. 257.

<sup>726</sup> FAGNANI, Eduardo. A política social da Nova República: impasse na viabilização das reformas estruturais. In: CARNEIRO, op. cit., p. 263.

que resultou em “mais de 40% da população economicamente ativa (...) excluída dos direitos elementares de cidadania: direito ao trabalho, à saúde, à educação básica, à habitação e à Previdência Social”.<sup>727</sup> Para atacar o problema, o governo da Nova República propunha eliminar a pobreza absoluta em quatro anos, inserindo 40 milhões de pessoas no processo produtivo.<sup>728</sup> Contudo, escrevendo quase um ano após o início do governo, Jacobi deixa transparecer sua frustração quando afirma que “das promessas aos fatos pouco avançou no modelo social com relação ao *ancien regime*”.<sup>729</sup> Certamente, os mais pobres, que eram os que precisavam do auxílio do governo – os 40 milhões! –, estavam sentindo na carne o que o estudioso tinha constatado examinando os números do programa.

A frustração de Jacobi era acompanhada por outros intelectuais. Newton Rodrigues, por exemplo, afirmou que “ao se aproximarem doze meses de governo, prosseguiram insolucionados ou inequacionados quase todos os problemas básicos que preocupam e têm mobilizado o povo brasileiro”.<sup>730</sup> Rodrigues explica que, de realmente significativo, o governo só havia elaborado a Emenda Constitucional nº 25, de 15/05/85, que, apesar de introduzir 36 alterações na Constituição, somente três delas eram relevantes. Eram elas: o direito de voto aos analfabetos; concessão a que o Distrito Federal eleja deputados e senadores; restabelecimento de eleições para executivo e legislativo das capitais e municípios considerados até então como áreas de segurança nacional.<sup>731</sup> O autor ainda sugere que a exiguidade das mudanças reflete o caráter da transição – pactuada, de cima para baixo – ocorrida no Brasil, pelo seu caráter conservador, sem ruptura clara com o passado. Para ilustrar o fato, lembra o clima dominante no Palácio Bandeirantes, em São Paulo, no último comício antes do Colégio Eleitoral, no qual estavam “em alegre convívio (...) todos os ex-governadores ditatoriais (salvo Maluf), de mistura com peemedebistas históricos ou recém aderentes, cassadores e ex-cassados, pefelistas de várias fornadas e o próprio Sarney”.<sup>732</sup>

Eric Nepomuceno explica que a imagem do governo batizado como Nova República pelos dois partidos que o compunham – PMDB e PFL – “não fizera outra coisa além de repetir esquemas da ‘Velha República’”. Segundo ele, “o desgaste era enorme e a

---

<sup>727</sup> JACOBI, Pedro. Os velhos problemas, mas sem o déficit. In: KOUTZII, op. cit., p. 256.

<sup>728</sup> JACOBI, Pedro. Os velhos problemas, mas sem o déficit. In: KOUTZII, op. cit., p. 257.

<sup>729</sup> JACOBI, Pedro. Os velhos problemas, mas sem o déficit. In: KOUTZII, op. cit., p. 255.

<sup>730</sup> RODRIGUES, Newton. Uma nova estagnação institucional. In: KOUTZII, op. cit., p. 15.

<sup>731</sup> RODRIGUES, Newton. Uma nova estagnação institucional. In: KOUTZII, op. cit., p. 16.

<sup>732</sup> RODRIGUES, Newton. Uma nova estagnação institucional. In: KOUTZII, op. cit., p. 20.

credibilidade se corroía em velocidade vertiginosa”.<sup>733</sup> O psicanalista Hélio Pellegrino tem a mesma percepção: “A verdade era que marchávamos, rapidamente, para o caos destrutivo ou para o abismo, sem qualquer exagero retórico. A inflação galopante prenunciava – e preparava – a desintegração da vida nacional, em todos os seus quadrantes”.<sup>734</sup>

O quadro político era o pior possível para o governo. A situação do país era tão difícil que as urnas demonstraram o quanto a população foi capaz de realizar uma leitura adequada do que estava ocorrendo. Abertas as urnas para as eleições municipais de novembro de 1985, o PMDB constataria assustado ter perdido

a Prefeitura da mais rica cidade do país, São Paulo, e em duas importantes capitais – Rio de Janeiro e Porto Alegre – o Partido Democrático Trabalhista, capitaneado por Leonel Brizola, colocara seus candidatos na Prefeitura. Outro partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, em cuja liderança máxima estava um ex-dirigente sindical, Luis Ignácio Lula da Silva, de longa tradição de luta nos derradeiros anos do regime militar, também obtivera importantes vitórias em várias cidades. O crescimento da esquerda ameaçava embaralhar os planos de quem compartilhava poder e governo. (...) Em todo caso uma coisa era certa: com aquele caos na economia, as pressões populares poderiam trazer de volta o fantasma da exigência de eleições ‘diretas já’, e aí, o impulso experimentado pelos partidos de esquerda seria uma ameaça tenebrosa para o esquema que se sustentava no poder.<sup>735</sup>

Naquele momento, José Sarney também sofria pressões de citricultores e prefeitos. Os últimos, “organizaram uma Frente Municipalista para reivindicar maiores recursos”.<sup>736</sup> O ministro da Fazenda Dílson Funaro também estava sendo pressionado por associações de donas de casa, para que incluísse a carne entre os produtos da cesta básica, a fim de que o seu preço fosse controlado pela SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento).<sup>737</sup> Dias antes, em almoço com os presidentes das federações estaduais e da Confederação Nacional de Indústrias, ouviu dos mesmos que não aceitariam mais impostos, “a menos que exista a necessária contrapartida, ou seja, diminuição das taxas de juros”.<sup>738</sup> O governo também era pressionado pelo funcionalismo público federal, que exigia o direito de passar a receber o 13º salário. E havia mais: o empresariado se colocava contra o aumento do Imposto de Renda previsto para a próxima reforma tributária; a indústria automobilística, em crise, diminuía os turnos de trabalho; os metalúrgicos do Rio de Janeiro entravam em greve, como os três maiores estaleiros daquele Estado, e duas poderosíssimas centrais

---

<sup>733</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 83.

<sup>734</sup> PELLEGRINO, Hélio. Pacote e comportamentos. In: KOUTZII, op. cit., p. 49, 50.

<sup>735</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 84.

<sup>736</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 42.

<sup>737</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 42.

<sup>738</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 43.

sindicais, a CUT e a CONCLAT, afirmavam que preferiam a greve ao pacto proposto pelo governo.<sup>739</sup>

A popularidade da Nova República se esgarçava rapidamente, sem “qualquer vestígio das cores da generosa esperança que havia tomado a Nação na eleição de Tancredo Neves. O País estava envolvido pelas sombras escuras de uma crise econômica e de um ambiente político de instabilidade”.<sup>740</sup> O tom da carta de Agenor Antônio Valim, residente em Resende (RJ), casado, 30 a 39 anos, 2º grau, desempregado, nos permite captar o quadro de extrema dificuldade por que passavam as classes populares.

Senhor Presidente José Sarney, Encontro-me desempregado há quase dois anos, sem poder colocar o pão nosso de cada dia em meu lar para meus 4 filhos. Como é triste olhar os filhos passando tantas dificuldades e a gente não poder fazer nada, sendo isto por causa do desemprego que assola este nosso Brasil. (...) Venho por meio desta pedir ao senhor com muita humildade para que me libere o PIS, pois é com este dinheiro que pretendo comprar alguma coisa para meus filhos e sair para poder arrumar um emprego. Sou um dos milhares que confiam na Nova República que nosso Dr. Tancredo Neves tanto sonhou...<sup>741</sup>

### 1.9.2. Trabalhadores em luta na Nova República

Nesse ínterim, os trabalhadores continuam sua luta por melhores salários e condições de trabalho, como faziam desde 1978. Vejamos o que diz o liberal empresário Henry Maksoud sobre a mobilização dos trabalhadores:

No fim de 1985 é preciso mais uma vez alertar contra o grave perigo do sindicalismo monopolista imune à lei que continua crescendo em nosso país. A fantástica máquina pseudoprogressista de propaganda, dominada pela nova classe de intelectuais dos tempos modernos, apresentar os sindicatos como singelas organizações tão-somente preocupadas com a melhoria do padrão de vida dos que se encontram economicamente em piores condições. A verdade, no entanto, é outra. O poder sindicalista transformou-se na mais poderosa força de pressão política, física e econômica que se desenvolveu nas sociedades ocidentais...<sup>742</sup>

Embora as palavras utilizadas para explicar a atuação dos sindicatos e seu apoio nos meios intelectuais não correspondessem aos fatos, elas servem para ilustrar a força que haviam obtido os trabalhadores e a alianças tecidas com intelectuais, em geral egressos de outros segmentos sociais. Ainda desenvolvendo seus argumentos sobre os sindicatos,

---

<sup>739</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 43.

<sup>740</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 283.

<sup>741</sup> Carta de Agenor Antônio Valim à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L033 DATA: 23/02/86 FORMUL: 898 DV: 5 TIPO: 60 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>742</sup> MAKSOUD, Henry. **O cruzado e outras ilusões**. São Paulo: Visão, 1987, p. 261.

Maksoud exibindo acusa “as associações voluntárias de trabalhadores” de se transformarem

nos sindicatos coercitivos de hoje porque os assalariados passaram a aceitar a idéia coletivista (baseada na Utopia socialista) de que, como indivíduos, suas chances de progresso seriam muito pequenas numa sociedade livre e competitiva, por lhes faltarem os dons necessários para conseguir se dar bem por conta própria.<sup>743</sup>

A avaliação que faz Maksoud, apesar de enviesada (porém, sempre coerente com sua opção ideológica), nos permite perceber que o comportamento coletivista, associativo, renascido nos anos 1970, continuava em voga naqueles dias. Como se pode perceber, essa característica dos movimentos dos trabalhadores parecia incomodar muito o empresário.<sup>744</sup> Compreensível, diante do fato de que ocorreram 927 greves ao longo de 1985.<sup>745</sup> A primeira grande greve do ano foi a dos metalúrgicos do interior de São Paulo. Segundo Morais, ela “atingia perto de 280 mil trabalhadores, dos quais 240 mil representados por entidades filiadas à CUT...”. Registre-se que nem a convalescência de Tancredo foi impedimento para o movimento, tachado de impatriótico pelos setores contrários à greve.<sup>746</sup> Outra greve emblemática do período foi a greve nacional dos bancários, bem-sucedida pelo grau de organização, pela repercussão e pela ‘naturalidade’ como foi percebida pela população. A greve paralisou quase todo o sistema financeiro nacional, ainda que os sindicatos vinculados à Conclat e às confederações tivessem resistido, como os bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro “estavam sob direção de correntes cutistas foi decisivo para impor aos setores mais resistentes a necessidades da unificação. As assembleias de massa, a organização dos comandos foi marca registrada desse conflito”.<sup>747</sup>

Esta greve estimulou o movimento operário na Grande São Paulo a unificar campanhas salariais de metalúrgicos, químicos, plásticos, marceneiros, gráficos e padeiros, que reuniram cerca de 600 mil trabalhadores que paralisaram o trabalho durante dois dias no mês de outubro.<sup>748</sup> Também “significativa – pelo número e pelo impacto político – foi a de trabalhadores rurais do interior de São Paulo (e em outros estados). Em São Paulo, o

---

<sup>743</sup> MAKSOUD, op. cit., p. 261.

<sup>744</sup> Henry Maksoud desempenhava à época as seguintes funções: era diretor-presidente da Hidroservice – Engenharia de Projetos Ltda., presidente da Editora Visão, presidente da H. M. Hotéis e Turismo S.A., presidente das empresas de agropecuária e industriais Hidroservice Centro-Oeste Ltda. e Hidroservice Amazônia S.A. e presidente do Conselho de Administração da Sisco – Sistemas e Computadores S.A. A responsabilidade por tantas empresas talvez deva explicar parte da má vontade com os sindicatos, uma vez que o empresário tinha que lidar com muitos – e combativos – sindicatos e seus trabalhadores.

<sup>745</sup> MATTOS, op. cit., p.120.

<sup>746</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 238.

<sup>747</sup> WELMOWICKI, op. cit., p. 73.

<sup>748</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 239.

movimento atingiu perto de 100 mil trabalhadores temporários da cultura de cana”.<sup>749</sup> De acordo com Morais, movimentos “desse tipo se tornaram quase diários”.<sup>750</sup>

Em verdade, a percepção de mudanças efetivas foi muito pequena, senão inexistente, como revela a carta de Maria da Conceição Duarte Viana, residente no Rio de Janeiro (RJ), solteira, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, para quem “deveremos ter uma verdadeira Nova República, que até hoje não tivemos, continua a mesma”. Após tratar da política de segurança pública, a missivista requer o seguinte: “Dê vida melhor para os trabalhadores e muita segurança, para que nós possamos viver em paz. Mudem a República para melhor e não para pior. Dar um futuro melhor para nossos filhos”.<sup>751</sup> Jenivaldo Hermmann Dyns era outro popular que não tinha dúvidas nenhuma em afirmar que a Nova República não dissera a que veio. Morador de Tavares (PB), solteiro, 2º grau, assim se manifestou, invocando a coletividade: “A minha sugestão, é como a de todos: Queremos salários melhores; Pois está terrível”. Em seguida, se referiu a outra reconhecida mazela nacional: “Que a inflação, chegue ao fim; coisa que será muito difícil”. Ao final, a sugestão: “Quero sugerir que: A nação do Brasil, viva melhor, pois de Nova República, este País não tem nada...???,; OK”.<sup>752</sup> Mário Luiz Garcia, pouco antes da Nova República completar um ano, dizia: “Perdi a credibilidade nos Políticos Brasileiros”. Morador de Ribeirão Preto (SP), casado, 30 a 39 anos, Superior incompleto, mais de 5 a 10 salários, afirmou que os parlamentares não eram muito sérios, e deu exemplos: “1- trêm da alegria. 2 - Jetons dos Senhores. 3- Mordomias, etc, etc, etc.” Sua avaliação sobre a classe política que compunha a Nova República fora muito ácida. E realista: “Assim diz um cidadão comum, pois o que sinto é a insinceridade política. Antigamente era fácil fazer oposição e agora a oposição é a mesma situação, talvez pior e bem pior”.<sup>753</sup> Ismael de Matos Ferreira, residente em Arcos (MG), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, mais de 2 a 3

---

<sup>749</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 238.

<sup>750</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 238.

<sup>751</sup> Carta de Maria da Conceição Duarte Viana à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L018 DATA: 21/02/86 FORMUL: 448 DV: 2 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>752</sup> Carta de Jenivaldo Hermmann Dyns à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L019 DATA: 21/02/86 FORMUL: 454 DV: 2 TIPO: 10 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>753</sup> Carta de Mario Luiz Garcia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L019 DATA: 21/02/86 FORMUL: 459 DV: 4 TIPO: 40 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

salários, pergunta: “E a tão falada dívida social?” Não nos escape a expressão “tão falada”, que alude à intensa propaganda realizada pelos segmentos que apoiaram a Aliança Liberal e que, posteriormente, apoiaram o governo Sarney. Como temos visto, não houve propaganda capaz de retirar das classes populares sua capacidade de raciocinar sobre o seu cotidiano. Após aquela indagação, Ferreira afirmou: “Gostaria de receber uma resposta, mas não uma resposta escrita em projetos, e sim uma resposta concretizada, é isto que o povo espera da nova república”.<sup>754</sup> Maria de Fatima Sousa Oliveira, solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, moradora de Jericó (PB), também questionou: “Onde está a tão falada ‘Nova Republica’?” Ela afirmou que o povo queria “o tema da democracia tendo prioridade, no nosso país; ao invés, de injustiças, desigualdades sociais, exista (oxalá, que existisse), liberdade e justiça para todos (?)”.<sup>755</sup> Opinião semelhante teve uma missivista anônima moradora de Brasília (DF), solteira, 40 a 49 anos, Superior completo, mais de 10 a 20 salários:

Que a nova Constituinte, permita aos cidadãos brasileiros, o livre arbítrio, a liberdade de exercer suas funções profissionais, sem o medo de perdê-las por Q.I (Quem indique, e não Quociente de inteligência), como está e sempre esteve acontecendo no Brasil, na velha e principalmente na "Nova República", resumindo: se possível, acabar com o "Pistolão", essa velha instituição, criada pelos Deputados e Senadores.<sup>756</sup>

Um depoimento de Reginaldo Cavalcante, à época integrante da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) de uma grande montadora, nos oferece um bom exemplo do modo como os trabalhadores viram a transição da ditadura para a democracia, suas esperanças e os limites que lhes foram impostos, e contra os quais se insurgiram:

Naquele momento, a Aliança Democrática, os trabalhadores sentiram, até eles viram com bons olhos porque era o primeiro momento de você fazer uma mudança na verdade; em seguida viriam às diretas e aonde a gente podia buscar a democracia e aspirar a um sindicato no local de trabalho pra você reestruturar. Os trabalhadores naquele momento foram pra rua justamente votar pelas diretas onde realmente a democracia implementada pra todos os trabalhadores inclusive no chão da fábrica.

Mas houve muitos ataques aos trabalhadores na época, porque eles estavam fazendo greve, sendo já um regime não-ditatorial. (...) Porque tinha alguns

---

<sup>754</sup> Carta de Ismael de Matos Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L025 DATA: 21/02/86 FORMUL: 616 DV: 2 TIPO: 14 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>755</sup> Carta de Maria de Fatima Sousa Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L030 DATA: 21/02/86 FORMUL: 733 DV: 9 TIPO: 40 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>756</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L022 DATA: 21/02/86 FORMUL: 542 DV: 9 TIPO: 14 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

governos dignos, sim, num sistema democrático, mas onde tinha aquele ranço ainda da ditadura e parecia que o poder do dinheiro tinha que mandar; precisava então fazer valer aquela conquista, aquela lei, aquele sistema tinha mudado, mas ele interpretava que era o dinheiro que ainda mudava, o capitalismo seguia mandando, que as empresas essas é que mandavam no próprio país. Os trabalhadores ainda viam no governo um aliado dos patrões. Os políticos eram seus aliados, do patrão, tanto que a gente via naquele momento grandes empresários investindo nas campanhas políticas para eleger esses políticos, esses banqueiros, latifundiários, donos de grande poder, situação e renda pra que eles mantivessem seu poder e renda de uma forma ou de outra.<sup>757</sup>

### 1.9.3. As lutas populares na (e pela) Constituinte

Ainda em meados em 1985, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a mensagem nº 330, que continha seu projeto convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, proposta essa que provocou temores nos movimentos populares, que lutavam por uma “Constituinte exclusiva”.<sup>758</sup> De acordo com o jornalista Rui Falcão, estávamos nos encaminhando “não só para um Congresso de maioria conservadora, mas, sobretudo, para a edição de uma Carta Magna cuja indumentária (...) terá ‘calças de fazendeiro, dólmã de general e colete de banqueiro’”.<sup>759</sup> De fato, a Constituinte nasceu cercada por muita esperança, mas também por muita desconfiança e temor. Paulo Fernando Correia, solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, de 3 a 5 salários, morador do Rio de Janeiro (RJ), se mostrou revoltado com os rumos elitistas que a ela vinha tomando:

Mais do que uma sugestão, eu queria expressar a minha revolta contra a Constituinte que vem por aí. Uma Constituinte que nos será empurrada garganta abaixo. Uma Constituinte que será composta por "testas-de-ferro" todas as classes poderosas que certamente irão financiar campanhas milionárias para aqueles que se apresentarão para um povo sofrido, como a esperança de dias melhores, mas que na realidade apenas contribuirão para a manutenção do "status quo" atual. O povo que já foi enganado por essa Nova República, que não passa de uma disputa de cargos repugnante no Poder Federal, infelizmente não conseguirá pressentir que será novamente lubrificado em seus interesses. A Constituinte teria que contar com uma maior participação do povo. Os Deputados e Senadores que serão eleitos em novembro não representarão os nossos interesses, já que no Brasil, historicamente, os parlamentares nunca cumprem os compromissos da campanha. E só nos resta uma coisa a dizer. Chora, Brasil.<sup>760</sup>

---

<sup>757</sup> WELMOWICKI, op. cit., pp. 74, 75.

<sup>758</sup> MICHILES, Carlos et. al. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 24, 25.

<sup>759</sup> FALCÃO, Rui. A República que fez plástica. In: KOUTZII, op. cit., p. 36.

<sup>760</sup> Carta de Paulo Fernando Correia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L038 DATA: 23/02/86 FORMUL: 942 DV: 4 TIPO: 40 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Um anônimo morador de Fortaleza (CE), casado, Superior completo, 30 a 39 anos, de 5 a 10 salários, se mostrou muito crítico quanto à Constituição, da qual dissera não querer participar. Em sua opinião, ela estava à mercê de homens não comprometidos com o povo:

É da maior importância que cada cidadão participe na feitura da Nova Constituição de seu País. É conversa para inglês ver. Pois ficará somente em tentativa de colaborar. Na realidade os futuros Constituintes irão fatalmente, fazer apenas o que lhes interessar mais de perto. O povão que se dane. O movimento de 1964, cansou-se de mexer na Constituição e nada consolidou. E agora os mesmos daquela época, retornam com a história de Constituinte. Eles simplesmente só mudaram de roupa. O que existe mesmo é só o interesse de se lançarem candidatos com o fito de resolverem seus interesses e satisfazerem suas ambições. Eu não acredito mais nos nossos, ditos "nossos representantes". Portanto, a minha participação será nula, porque não creio nos futuros Constituintes. São todos homens comprometidos com corrupções e outras mas ações. É triste ter que dizer isso.<sup>761</sup>

Contudo, os movimentos populares já se organizavam ainda antes da posse de Tancredo Neves para que a futura Constituição realmente refletisse anseios populares de transformar o Brasil num país democrático e com justiça social. O marco inicial desta luta foi o lançamento do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte em Duque de Caxias (RJ), com sete mil pessoas,<sup>762</sup> em 26 de janeiro de 1985. Logo depois foi criado o Projeto Educação Popular Constituinte com as seguintes entidades: ISER (Instituto de Estudos da Religião), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), CEDAC (Centro de Ação Comunitária), SEP (Serviço de Educação Popular), CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), CPO (Comissão Pastoral da Operária), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional).<sup>763</sup> Em São Paulo, outro movimento fundamental nas lutas da Constituinte o primeiro Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, criado quase ao mesmo tempo.<sup>764</sup> Participantes desses movimentos informaram os métodos de ambos se completavam e que

o movimento criado no Rio de Janeiro se desenvolveu através de viagens e contatos de seus líderes e organizadores em todo o Brasil, estimulando as iniciativas existentes ou despertando novas. Em São Paulo adotou-se o método da publicação sistemática de um pequeno boletim de notícias, enviado às pessoas e entidades que se interessassem em recebê-lo, em todo o Brasil.<sup>765</sup>

---

<sup>761</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L022 DATA: 20/02/86 FORMUL: 528 DV: 2 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>762</sup> MICHILES, Carlos et. al., op. cit., p. 9.

<sup>763</sup> O Movimento Nacional pela Constituinte foi liderado pelo bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, Herman Baeta (OAB) e Herbert de Souza, secretário do IBASE, estando Cláudio Nascimento, do CEDAC, à frente do Projeto Educação Popular Constituinte. MICHILES, op. cit., pp. 40, 41.

<sup>764</sup> MICHILES et. al., op. cit., p. 40.

<sup>765</sup> MICHILES, et. al., op. cit., p. 40.

Eles lembram que desde a ditadura “diversos movimentos, inclusive de igrejas e partidos, trabalhavam junto às camadas sociais excluídas (...), numa perspectiva de que estas deveriam se tornar ‘sujeito’ de sua própria história”. Disso resulta que se tornara improvável que os movimentos populares deixassem de intervir na elaboração da lei máxima do país. “Por isso, junto com a luta pela constitucionalização, foi crescendo a preocupação com a ‘participação popular’ na elaboração constitucional”.<sup>766</sup>

Havia mesmo intensa participação de movimentos populares e mesmo de indivíduos no processo Constituinte.<sup>767</sup> Um momento marcante do processo ocorreu por ocasião do plebiscito proposto pelo deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach (PMDB-SP) para que o próprio povo pudesse escolher que tipo de Constituinte queria – se congressional ou exclusiva.<sup>768</sup> No dia da entrega do relatório, com grande cobertura da imprensa, Bierrenbach surpreendeu a todos quando abriu uma mala contendo 70 mil telegramas e cartas de todo o Brasil apelando para uma Constituinte exclusiva, fato que foi apresentado como resultado da mobilização de entidades e partidos. O governo, a liderança do PMDB e o Senado se esforçaram para derrubar o parecer de Bierrenbach aprovando o substitutivo do deputado Valmor Giavarina (PMDB-SC), a favor de uma Constituinte congressional.<sup>769</sup>

A população não estava integralmente alheia a esta discussão, de tanta importância para o processo constituinte. Nonato Soares, morador de Bujaru (PA), solteiro, 20 anos, 2º grau, renda de até 1 salário, foi um dos que se preocupou com a questão. Sua carta, na qual recorre à fórmula elogio-reivindicação e critica o formato da Constituinte (imposto por Sarney, entre outros), é extremamente representativa do pensamento das classes populares, uma vez que ele demonstra: conhecimento (ou participação) dos(nos) movimentos sociais (“sei que nós nos organizamos em sindicatos, associações, clubes, etc e desejamos uma mudança dessa sociedade mal estruturada”), ampla percepção das desigualdades sociais e da luta de classes (“onde existem opressores e oprimidos, ricos e pobres, cultos e analfabetos”), desconfia da classe política (“Os parlamentares sabem (e contribuem) da opressão e tenho certeza de que eles não defendem os interesses deste povo que tanto sofre”), e acredita em um futuro de felicidade coletiva (“Há de chegar o dia em que as

---

<sup>766</sup> MICHILES, et. al., op. cit., p. 38.

<sup>767</sup> Para pesquisar a participação de indivíduos e entidades na elaboração da Constituição de 1988 acesse <http://www.senado.gov.br/legislacao/BasesHist/>.

<sup>768</sup> FALCÃO, Rui. A República que fez plástica. In: KOUTZII, op. cit., pp. 36, 37.

<sup>769</sup> MICHILES et. al., op. cit., p. 31.

correntes se quebrarão, e cada passo firme não será dado em vão, e todo mundo e em coro cantará uma canção: TRABALHO, TERRA, LIBERDADE").

Vossa Excelência, Presidente da República, poeta José Sarney. Chamo-lhe (e trato-lhe) de excelência mesmo sabendo que o povo é excelência por natureza radical e sofrida. Como jovem que sou, sempre tive o meu sonho. Desculpe-me, mas diante da necessidade do povo, acho desumano que esta constituinte seja congressual. Tenho certeza e sei que nós nos organizamos em sindicatos, associações, clubes, etc e desejamos uma mudança dessa sociedade mal estruturada, onde existem opressores e oprimidos, ricos e pobres, cultos e analfabetos. Por que não escolher os nossos líderes sindicais ou de outra espécie de organização para levar diretamente a nossa proposta? Os parlamentares sabem (e contribuem) da opressão e tenho certeza de que eles não defendem os interesses deste povo que tanto sofre. Por isso é que eu sonho: "Há de chegar o dia em que as correntes se quebrarão, e cada passo firme não será dado em vão, e todo mundo e em coro cantará uma canção: TRABALHO, TERRA, LIBERDADE". Também sou poeta com 20 anos que tenho e sou desses milhões de brasileiros que não tem condição de desenvolver seus talentos; sou poeta de gaveta, sem escola literária. O espaço foi curto. Quando der certo irei lhe ver aí, para bater um papo com afeto.<sup>770</sup>

Forças populares de todo o país se organizaram, bem de acordo com o comportamento das classes populares de então. Alguns exemplos eloquentes dessa mobilização podem ser verificados aos borbotões. Em Santa Catarina, a Ação Catarinense Pró-Constituinte reuniu 44 entidades coordenadas pela UFSC durante 1 ano e meio a partir de meados de 1985. Ela “publicou mais de 100 mil exemplares de uma cartilha que atingiu até as escolas primárias de todo o Estado e levou à realização de um Dia Estadual de Reflexão, em 25 de abril de 1986”. Seu trabalho resultou em 11 mil propostas, consolidadas em 646 num congresso final em outubro de 1986. A Prefeitura de Curitiba promoveu o “Circo da Constituinte”, instalado no Centro da cidade (abril e maio de 1987), promoveu debates, cursos, exposições, além de reuniões dos constituintes com a população. Em São Paulo, a SEE divulgou amplamente um ‘Gibi da Constituição’, bem como a Faculdade de Direito da USP apoiou o Plenário de São Paulo. A Prefeitura do Rio apoiou inclusive a organização de caravanas a Brasília.<sup>771</sup> Ainda no Rio de Janeiro, por exemplo, destaca-se o papel desempenhado pela FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro).<sup>772</sup>

Os movimentos “surgiram pela atuação de militantes políticos ou sindicais, de agentes de pastoral, de movimentos de moradores, de associações profissionais”.<sup>773</sup> Houve

---

<sup>770</sup> Carta de Notato Soares à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L031 DATA: 21/02/86 FORMUL: 755 DV: 2 TIPO: 14 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>771</sup> MICHILES, Carlos et. al., op. cit., p. 39. Nota 13.

<sup>772</sup> MICHILES, Carlos et. al., op. cit., p. 39. Nota 13.

<sup>773</sup> MICHILES, Carlos et. al., op. cit., p. 38.

alianças entre partidos e movimentos sociais para realização de diversas ações. Uma delas foram as caravanas, que foram aumentando em número e quantidade de participantes de todo o país. Segundo Michiles, “determinados partidos como o PT, o PDT e setores do PMDB já começavam a dar um apoio explícito às caravanas que se apresentavam na capital federal”. (...) Na terceira caravana ficou evidente “para os seus participantes, o que poderia vir a ser um ‘lobby popular’, como instrumento de pressão quando se elaborasse a Constituição”.<sup>774</sup>

#### **1.9.4. A crise econômica e as pressões populares**

À mesma época, a equipe econômica do governo, da qual se esperava solução para inúmeros problemas, era assaltada por um sentimento de impotência, até porque estavam em jogo carreiras e um projeto político de economistas de oposição que, finalmente, chegaram ao governo, porém foram incapazes de fazer melhor que os conservadores tão criticados por eles.<sup>775</sup> O professor da Unicamp Reginaldo Morais explica o porquê da angústia desses economistas. Segundo ele, a oposição propôs à “‘opinião pública’ e aos assalariados em especial a necessidade de mudança da equipe dirigente do país” dando como exemplo da ineficácia da ditadura os “fracassos da política econômica e seu caráter socialmente injusto”. Ele lembra que “as demandas sociais reprimidas constituíram a grande mola propulsora das eleições de 1974, 1978, 1982 e das campanhas pelas ‘diretas-já’ e ‘mudanças-já’”.<sup>776</sup> Diante disso, a população não conseguia aceitar que a tão propalada Nova República fosse tão ineficiente quanto a Velha República ditatorial, contra a qual quase todos os brasileiros lutaram ou se opuseram. Dito de outra forma, o regime democrático não podia estar pior que a ditadura. Mas estava.

O início de 1986 mostrava sinais alarmantes de desagregação da Nova República: taxas-recorde de inflação em dezembro-janeiro-fevereiro; absoluta imprevisibilidade no cálculo econômico das empresas e verdadeira greve de investimentos produtivos; fissuras profundas na Aliança Democrática, com a virtual saída da esquerda peemedebista; inquietação nos quartéis, diante desse ‘caos’ e diante de previsíveis movimentos trabalhistas de envergadura, no primeiro semestre de 1986, talvez desembocando numa greve geral comandada pela CUT.<sup>777</sup>

Os 16,2% de inflação deixaram o governo aturdido e exposto a uma saraivada de críticas vindas de toda parte. Pela segunda vez era quebrado o recorde mensal de inflação (a primeira fora em agosto de 1985, com 14%), o que mereceu enorme exposição na

<sup>774</sup> MICHILES, Carlos et. al., op. cit., p. 47.

<sup>775</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 197.

<sup>776</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 227.

<sup>777</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., pp. 240, 241.

imprensa.<sup>778</sup> Declaração do assessor do presidente Sarney, Jorge Murad, referente a esse índice de inflação reflete letra por letra o que também sabiam os demais brasileiros:

Isso aqui não é mais governo. Com tanta coisa importante para fazer e fizemos nós e o País esperando o dia 30 para saber qual o índice do mês. Depois passamos mais 30 dias especulando e brigando com o índice do mês seguinte. Nós não estamos governando.<sup>779</sup>

O presidente José Sarney também parecia saber da ineficiência de seu governo: “Ninguém governa nada anunciando 15, 16% de inflação todo mês”, afirmou.<sup>780</sup> Acerca dessa Nova República e da constatação concreta que a população estava tendo com ela, vale recuperar as palavras do sociólogo Flávio Koutzii:

Ela começou, apesar do colégio eleitoral e das eleições indiretas, da agonia e da morte de Tancredo, como uma esperança forte de mudança. O povo retomou o seu hino, sua bandeira, sua vontade de sonhar. A televisão glamurizou tudo isso e repetiu sem cessar a boa nova, até convencer a quase todos que tudo ia dar certo. Não deu. Ao menos, não tudo, na verdade muito pouco. Por um ano muitas esperanças foram definhando.<sup>781</sup>

A carta da *socialite* Elizinha Gonçalves, ex-mulher do banqueiro Walter Moreira Salles, ao *Jornal do Brasil* em setembro de 1985 é uma interessante caricatura do sentimento da maioria das pessoas com os rumos do governo Sarney (bem como de fraturas intraelites): “O Brasil está parecendo uma comédia. Temos um presidente que nada sabe de economia e os negócios públicos foram entregues a um homem, o ministro da Fazenda, que há um ano estava dirigindo uma fábrica de brinquedos em concordata”.<sup>782</sup> As cartas de populares encaminhadas ao Congresso Nacional por ocasião da Constituinte também nos permitem apreender o sentimento de desilusão da população para com a Nova República. A carta de Luiz Maraschin a José Sarney é um interessante exemplo. Morador de Balneário de Camboriú (SC), 28 anos, Maraschin parece ter sido um militante da esquerda peemedebista desiludido com os rumos do partido (fato nada incomum naqueles dias):

Ôhhhh, Poeta bobo; Vamos fazer reformas; Agrária, Educacional (sem o ditador do Jorge [Bornhausen], hoje Ministro) Diretas Já; Tens medo do Brizola porque és incompetente. Ah são os militares, vocês civis a serviço da Direita heim. Alias, vocês são a direita. Tenha vergonha na cara seu safado, corrupto, grileiro, tenho vergonha em dizer que sou do PMDB. O velho sem vergonha do Tancredo e vocês haverão de pagar um dia. Como vês 28 anos, 2 salários mínimos, morando num quarto sem janela, acabo de trancar matrícula na faculdade por falta de grana...vou fazer política em outro partido. Cuidado com o Brizola, seu

<sup>778</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 183-189.

<sup>779</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 197.

<sup>780</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 197.

<sup>781</sup> KOUTZII, Flávio. Apresentação. In: KOUTZII, op. cit., p. 5.

<sup>782</sup> Cotação. Elizinha. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 16 mar. 1986, p. 30.

velho fisiologista. Dê um abraço a tua filha, que parece a única velho fisiologista. Dê um abraço a tua filha, que parece a única decente.<sup>783</sup>

Outro missivista irritado com a “Nova República” era Raimundo dos Santos da Cunha, morador de Tomé-Açu (PA), solteiro, 30 a 39 anos, 1º grau incompleto, até 1 salário:

Será que, com a Constituinte, vai mudar alguma coisa, ou vai ser só papo furado, como a nova república que só mudou o partido e os integrantes do governo, mas continua sendo a mesma droga de sempre, melhor, até pior, porque diziam que com a nova república tudo iria mudar. Até hoje eu ainda não vi mudança nenhuma, muito pelo contrário, só tem piorado, por isso eu pergunto: será que, com a Constituinte, vai mudar alguma coisa ou vai continuar sendo a mesma droga de sempre? Por esses motivos que citei acima, é que eu não tenho muita fé na Constituinte, porque prometeram tanta coisa na nova República e do que prometeram até hoje nada foi cumprido.<sup>784</sup>

Mais contida, Sonia Maria Alves de Oliveira, entre 15 e 19 anos, moradora de Itapipoca (CE), afirmou: “Na minha opinião a nova República como foi criada, não mudou nada, porque as preocupações na nação continuam pior que a velha república.” De acordo com Sonia Maria, “se o presidente Sarney quisesse melhorar mais um pouco o Brasil”<sup>785</sup> ele deveria tomar algumas medidas, listadas por ela logo abaixo. Ao dizer “se o presidente Sarney quisesse...”, a jovem de Itapipoca deixa entrever que Sarney não deseja melhorar nada. Moradora de Manoel Emídio (PI), Hortência Maria Damasceno, solteira, 40 a 49 anos, 2º grau, até 1 salário, reivindicou agilidade ao novo regime civil para resolver os problemas do país: “Espero que a Nova República acelere mais rápido o ritmo de administração, pois acho muito lenta, principalmente, no sentido dos que esperam ansiosos por melhores dias, que se acham sem emprego para ganhar o pão para sua sobrevivência”.<sup>786</sup> Essa era a percepção da maioria das pessoas, como se pode ver também na carta de um anônimo, morador de Pirapemas (MA), casado, 40 a 49 anos, 1º grau, renda de até 1 salário. Ele acreditava que o governo poderia acabar com a inflação que estava

---

<sup>783</sup> Carta de Luiz Maraschin à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L034 DATA: 20/02/86 FORMUL: 831 DV: 7 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>784</sup> Carta de Raimundo dos Santos da Cunha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L206 DATA: 30/02/86 FORMUL: 126 DV: 4 TIPO: 40 15/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>785</sup> Carta de Sonia Maria Alves de Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 033 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>786</sup> Carta de Hortência Maria Damasceno à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L038 DATA: 23/02/86 FORMUL: 922 DV: 3 TIPO: 10 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

“acabando com o povo”. Sua carta é representativa do que pensavam os demais membros da comunidade imaginada acerca da Nova República: povo explorado, desconfiança quanto ao novo governo e aos políticos, inflação desesperadora, aposentados sofredores, corrupção desenfreada, questões essas não enfrentadas pelo regime civil.

No caso da inflação acho que o governo Sarney junto com o Senado e Câmara dos Deputados, deem um remédio forte para acabar com este mal crônico que esta acabando com o povo especialmente os mais pobres que mais sofrem com preços altos e os salários sendo achatados logo vem os especuladores, atravessadores que aproveitam da chamada inflação, exploração o, povo brasileiro não sabe em quem confiar, há muitas esperanças somadas na nova República. O povo já esta desconfiado, acho que os senhores dirigentes podem ditar normas de uma vez para acabar com esta dita cuja inflação e conte com o povo brasileiro, que tanto espera, Presidente Sarney, tome decisão firme e coragem para diminuir a inflação e conte com seu povo, como também uma reforma na aposentadoria de melhor pois tem aposentador com idade alterada e viúvas com os maridos vivos jente aposentado pelo INPS e Funrural, outra coisa a distribuição de merenda escolar a so visto por que contado não podse acreditar e preciso muitas lutas para combater a ladruagem.<sup>787</sup>

No entanto, surgiu um fato novo, que tirou o presidente – e seu governo – de sua letargia e o colocou nos braços do povo: “O pacote de fevereiro 1986 relançou as expectativas de avanço e reativou a festa midiática. O povo crê de novo que vai dar certo”.<sup>788</sup>

---

<sup>787</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 08/07/86 FORMUL: 422 DV: 2 TIPO: 40 06/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>788</sup> KOUTZII, Flávio. Apresentação. In: KOUTZII, op. cit., p. 5.

## Capítulo 2 – Mobilizações e pressões em torno do Plano Cruzado

### 2.1. O pronunciamento presidencial e a identificação popular imediata

Na manhã de 28 de fevereiro de 1986, milhões de brasileiros viviam a expectativa das medidas que seriam anunciadas pelo presidente José Sarney, uma vez que, no dia anterior, os meios de comunicação haviam informado que o governo operaria importantes mudanças na economia.<sup>789</sup> Às 9 horas, estabeleceu-se uma cadeia nacional de rádio e televisão. Nos televisores, ao contrário dos costumeiros pronunciamentos presidenciais em que o chefe de Estado aparecia sozinho, os brasileiros viram o presidente à cabeceira de uma enorme mesa oval, reunido com todo o seu ministério. O incomum cenário parecia sugerir que algo muito importante estava para anunciado.

Ao iniciar sua fala, José Sarney afirmou se tratar de “uma reunião do governo com todo o povo brasileiro”. Em seguida, declarou: “Esta é uma convocação para que juntos, governo e povo, tomemos uma decisão grave e difícil. Ela marcará a sorte de nossa sociedade nos próximos anos”. Apenas 17 minutos foram suficientes para o presidente anunciar que havia determinado “mudanças fundamentais na economia” e convocar “o povo brasileiro para viver esse momento”, iniciando “uma guerra de vida ou morte contra a inflação”.

“O caminho que escolhi não é o caminho dos fracos”, disse Sarney, antes de acentuar que “o governo não poupará empenho e energia para fazer cumprir os seus propósitos. Mas não bastará a firmeza, se faltar a coragem do povo”. (...) “Será a coragem do povo que vai derrotar a inflação”, “e essa coragem do povo é e será a minha coragem”.<sup>790</sup> A fala do presidente durou pouco, mas foi o suficiente para fazer com que muitas pessoas – corajosamente – se dispusessem a fiscalizar estabelecimentos comerciais em diversas partes do país. Tal fato que deve nos levar a refletir sobre o apoio popular ao Cruzado partindo desta fala, que enseja a seguinte indagação: por que o após pronunciamento teve início uma gigantesca mobilização popular em defesa do congelamento de preços?

Por, pelo menos, três razões este discurso foi eficaz. Em primeiro lugar, ele foi ao encontro de profundas aspirações populares, dentre as quais a crença de que era papel do governo garantir dignas condições de subsistência a seu povo (o que não inclui apenas

---

<sup>789</sup> SETTI, Ricardo A. **A história secreta do Plano Cruzado**. São Paulo: Editora Canarinho, 2001, p. 87.

<sup>790</sup> “Sarney conclama o povo para guerra contra inflação. A sorte está lançada”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01 mar. 1986, p. 12.

elementos econômicos, mas também morais). Em segundo, porque o discurso foi dirigido a uma população que já estava, em certo sentido, mobilizada em termos classistas. E, por último, mas não menos importante, ele apontou um inimigo comum: a inflação.

Começemos pela primeira razão. As medidas implantadas pelo governo representariam mesmo aspirações populares? Decerto que sim, a julgar pelas várias cartas encaminhadas aos constituintes antes da implantação do Plano Cruzado, nas quais são encontrados registros de que a contenção dos preços através de intervenção governamental constituía uma das mais recorrentes reivindicações populares.

Abraão Virgulino da Costa, morador de Esperantina (PI), 25 a 29 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, reivindicou o controle de preços de cereais, o congelamento do “preço do petróleo pelo menos de dois em dois meses” e da “inflação pelo menos de três em três meses”.<sup>791</sup> Na opinião de Antonio Paladine, residente em Garça (SP), casado, 50 a 59 anos, Superior completo, mais de 3 a 5 salários, sempre que o governo decretasse aumentos salariais deveria decretar também “o congelamento dos preços das mercadorias de primeira necessidade”. Paladine também acreditava que aquele que viesse “a desobedecer tal lei, deverá responder por crime de especulação contra a economia popular e responder perante a justiça”.<sup>792</sup> “Diminuir os índices inflacionários que a cada dia se tornam mais elevados” era a reivindicação de Kleider Elias Silva, morador de Serranópolis (GO), casado, 20 a 24 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários. Entre outras coisas, Silva desejou “que a SUNAB atue com mais precisão, punindo assim nossos comerciantes exploradores”.<sup>793</sup> Residente em Socorro do Piauí (PI), Salomão Rodrigues de Souza, casado, 40 a 49 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, exigiu “congelamento de preços e gerações de mais empregos”.<sup>794</sup> Ailton Claudino de Barros, morador de Pancas (ES),

---

<sup>791</sup> Carta de Abraão Virgulino da Costa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 255 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>792</sup> Carta de Antonio Paladine à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 20/02/86 FORMUL: 356 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>793</sup> Carta de Kleider Elias Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L019 DATA: 20/02/86 FORMUL: 462 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>794</sup> Carta de Salomão Rodrigues de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 20/02/86 FORMUL: 683 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

solteiro, 30 a 39 anos, 1º grau, mais de 3 a 5 salários, sugeriu “na nova Constituição uma arma contra a inflação, Congelamento de preços e salários. Emissão de uma nova moeda”.<sup>795</sup>

Wilson Guarnieri, residente em Uniflor (PR), casado, 40 a 49 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, reivindicou “uma melhor e humana forma na distribuição das riquezas de nossa terra para com o trabalhador brasileiro, pois neste país imenso e rico ainda morre de fome e de doenças por falta de recursos”. Completando este trecho, o missivista apresentou uma aguda percepção das lutas de classe: “Enquanto uma minoria vive explorando o pobre do trabalhador e desperdiçando dinheiro em coisas supérfluas”. Ele também exigia que fossem “fiscalizada as multinacionais” e que se evitasse “sermos sugados pelos estrangeiros”. Guarnieri defendia uma intensa intervenção do governo na economia: “Que sejam tabelados os preços nos gêneros de primeira necessidade. Que mudem a nossa moeda por uma mais forte, pois o nosso dinheiro não está com nada”.<sup>796</sup> Morador anônimo de Vargem Grande do Sul (SP), casado, 25 a 29 anos, Superior completo, mais de 1 a 2 salários, exigiu “um controle maior nas fiscalizações dos preços, ou uma verdadeira SUNAB”, pois, para ele, o órgão não estava “fiscalizando nada, em relação ao interior, a não ser quando haja uma denúncia”. Em sua opinião, a “Sunab praticamente não existe no interior do estado, a mesma só se preocupa com as capitais”.<sup>797</sup>

Adelson Dias de Souza, residente em Três Marias (MG), casado, 25 a 29 anos, Superior incompleto, mais de 5 a 10 salários, reivindicou, entre outras, que o governo garantisse o “controle de preços dos alimentos básicos, serem deixar diminuir a produção. Fiscalização real do governo contra abusos com relação a empregos e salários de fome”.<sup>798</sup> Gerônimo Martins Pereira, morador de Capitão Enéas (MG), solteiro, 50 a 59 anos, analfabeto, renda de até 1 salário, listou suas reivindicações em formato de tópicos,

---

<sup>795</sup> Carta de Ailton Claudino de Barros à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L030 DATA: 20/02/86 FORMUL: 724 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>796</sup> Carta de Wilson Guarnieri à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 780 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>797</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 808 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>798</sup> Carta de Adelson Dias de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 808 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

com frases simples e diretas: “Reforma agrária já”; “Medição das grandes fazendas”; “Direito para o analfabeto votar”; “Eleições diretas para 1988 em todos os níveis”; “Subir o salário anual”. A última reivindicação seguia a lógica de intervenção estatal que se reclamava em favor do povo: “Tabelar os preços das mercadorias”.<sup>799</sup>

Maria Elena de Souza, moradora de Barra do Pirai (RJ), solteira, 30 a 39 anos, 2º grau incompleto, mais de 1 a 2 salários, exigiu que o governo interviesse nos alugueis e nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Segundo ela, “a atual constituição sacrifica o povo no que diz respeito ao custo de vida e, principalmente, aos aluguéis”. Prosseguindo, conjugou verbo na 3ª pessoa do plural, evidenciando a noção do sentimento coletivo que perpassava (e formava) o campo dos oprimidos:

Esperamos que a nova constituinte reformule os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e abaixem o índice de aumento dos aluguéis para que o pobre e a classe média possa se alimentar e morar condignamente como pessoas humanas e cidadãos brasileiros que contribuem altamente, com seus serviços, para o progresso e o bem estar do país.<sup>800</sup>

Morador de Santo Anastácio (SP), Evandro José Afanaci, solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, renda de até 1 salário, reivindicou que “o Salário Mínimo nunca esteja abaixo de 12 ORTNs” e que fossem tabelados “alguns produtos como: Café, Óleo, e outros mais”.<sup>801</sup> O morador de Breves (PA) Marco Antonio Pena Borges, solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, se queixou de que aumentos de salário eram acompanhados por aumentos de preços e, por isso cobrou congelamento:

A minha sugestão é para que haja um reajuste no salário que anda muito pouco, em comparação com as mercadorias, que deveriam entrar em congelamento; pois sem isso de nada vai adiantar aumentar o salário, se antes mesmo de aumentá-lo, as mercadorias já subiram de preço. Não havendo condições, para se viver. Vejam bem, todos os brasileiros de qualquer classe que tinham por costume tomar o seu cafezinho, e hoje já não tomam mais. Por que enjoaram? Não. Porque não há mais condições de comprá-lo. E isso é uma tristeza para o povo brasileiro, saber que os seus líderes não estão preocupados com eles. Colocando-

---

<sup>799</sup> Carta de Gerônimo Martins Pereira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 21/02/86 FORMUL: 005 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>800</sup> Carta de Maria Elena de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L041 DATA: 20/02/86 FORMUL: 988 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>801</sup> Carta de Evandro José Afanaci à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 21/02/86 FORMUL: 015 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

me ao inteiro dispor dos Ilmos. Srs., aproveito o ensejo para apresentar-lhes meus protestos de consideração e apreço. Cordialmente.<sup>802</sup>

Nivaldo Lucas de Alencar, residente em Santa Isabel do Ivaí (PR), solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau, sem rendimento, também se mostrou indignado com os aumentos de preços que ocorriam após aumentos de salário. Ele reclama fiscalização e intervenção sobre os patrões – “esse pessoal que gosta de explorar os pobres coitados que trabalham para comprar um kg. de feijão”:

Eu acho errado esse negócio de subir o salário dos empregados e as mercadorias também, porque, vocês não pegam e sobem o salário e proíbem esse pessoal que gosta de explorar os pobres coitados que trabalham para comprar um kg. de feijão. Eu gostaria que fosse assim, se subisse o salário e as mercadorias continuassem no mesmo preço pois não só os adultos podem receber um salario minimo, mas também os menores também podem receber, pois o próprio nome diz "mínimo". Eu gostaria que existisse um sindicato para investigar certos lugares aqui como supermercados. Tenho amigos aqui que ganham 350.000 em um mês sendo que poderiam ganhar 600.000, certo?<sup>803</sup>

As duas outras razões podem ser analisadas de modo conjunto. O discurso estabeleceu uma espécie de pacto entre o presidente e o povo, e teve a capacidade de mobilizar porque apontou para um único inimigo – a inflação – e conclamou o povo para combatê-la. Ao atender aspirações populares, eleger um só inimigo consensualmente identificado pelo povo como uma chaga nacional e pedir união contra o mesmo, o governo encontrou forte apoio nas classes populares. Contudo, o elemento que garantiu maior eficácia ao chamamento presidencial nada teve a ver com o presidente José Sarney. Trata-se da unidade popular previamente existente, uma vez que a população, de um modo geral, já vinha mobilizada nos termos *versus* eles, na perspectiva das lutas de classe.

Tendo em vista que grande parte da sociedade brasileira se encontrava radicalizada, e que as classes populares liam a realidade em termos classistas, não é possível explicar a adesão popular ao plano sem levar em conta essa realidade. O governo e seus aliados, por sua vez, não fizeram caso dos aspectos pré-existentes. Para eles, estabeleceu-se um pacto entre governante e governados, o que José Fragelli, presidente do Senado, chamou de “pacto presidente-povo”.<sup>804</sup> O fato de que estas palavras tenham sido oriundas de um

---

<sup>802</sup> Carta de Marco Antônio Pena Borges à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 21/02/86 FORMUL: 222 DV: 4 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>803</sup> Carta de Nivaldo Lucas de Alencar à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 885 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>804</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 241.

governista automaticamente a invalidam? Não exatamente. Há inúmeros indícios de que ele falava em sintonia com o sentimento popular, tanto que muitos críticos do governo Sarney tiveram percepção semelhante. O psicanalista Hélio Pellegrino, por exemplo, afirmou que o discurso do Cruzado, “convocando o povo diretamente, para atribuir-lhe o papel central na execução do plano econômico, representa a meu ver um episódio alto da história brasileira”. Para Pellegrino (e não somente para ele), “Sarney, até esse instante, não era flor que se cheirasse...”<sup>805</sup>

De fato, a firme e inédita posição contra a inflação assumida pela Presidência agradou imediatamente a maioria dos brasileiros. No discurso, o presidente Sarney se colocava como aquele “que se prepara, enfrenta e vence a inflação”. E aparece como uma pessoa que age com firmeza. Jardim Pinto chama a atenção para o uso das frases na primeira pessoa do singular: “determinei mudanças”, “minha decisão”, “decidi conceder”, “cuidei de estabelecer”, “preparei com muito trabalho”, “posso me dirigir a você, brasileira ou brasileiro”, “conclamo para essa luta os brasileiros”.<sup>806</sup>

José Sarney recorreu ao povo: “Mas não bastará a nossa firmeza se faltar a coragem do povo”. Exaltando o povo, afirma que foi sua coragem que: a) “nos reintroduziu na democracia”; b) “restaurou o crescimento econômico” e; c) “assegurou a negociação soberana da nossa dívida externa”. E será ela “que vai derrotar a inflação”. Ao fazer a quinta menção ao termo coragem, diz: “E essa coragem do povo é a minha coragem”.<sup>807</sup> Aqui vemos Sarney buscando identificar-se com a população, lançando mão de um substantivo de uso corrente – e forte carga classista: povo. Daí se compreende melhor a correspondência imediata estabelecida pelo discurso com as classes populares, uma vez que, para estas, o termo povo, naquele processo histórico, não equivalia a massa. Ao contrário, povo equivalia à nação, ao conjunto dos brasileiros acossados pelas injustiças sociais, pela inflação, pela carestia, pelo desemprego, pela falta de moradia, pela péssima infraestrutura sanitária, de transportes e comunicações, pela corrupção, pela exploração de uns poucos segmentos dominantes, entre outros problemas.

Como já acentuado anteriormente, essa unidade nasceu das lutas contra a ditadura e seus efeitos nefastos, criando certa horizontalidade entre as pessoas de diferentes grupos e segmentos sociais. Portanto, quando se dirigia ao povo, Sarney falava a um enorme contingente cuja coesão fora forjada antes mesmo de seu governo. No mínimo, posso

---

<sup>805</sup> PELLEGRINO, Hélio. Pacote e comportamentos. In: KOUTZII, op. cit., p. 51.

<sup>806</sup> PINTO, op. cit., p. 79.

<sup>807</sup> PINTO, op. cit., p. 104.

afirmar que se dirigia a milhões de brasileiros para os quais as diferenças – sociais, econômicas, raciais, de gênero – estavam, em grande medida, inibidas, em segundo plano; no limite, contudo, posso dizer que se dirigia a uma “classe” – uma classe popular.

Isso é bastante compreensível, se tivermos em vista que, para as classes populares, pouco menos de um ano antes da implantação do Cruzado, o inimigo comum era a ditadura – uma relação de oposição construída ao longo de duas décadas. Portanto, a experiência coletiva de oposição à ditadura já tinha formado uma unidade, já tinha criado uma identidade comum que não havia sido desfeita, mas assumido uma nova feição por ocasião do Cruzado. Durante um curtíssimo período de tempo, o governo deixara de habitar o campo oposto ao da população, em função da expectativa extremamente positiva ensejada pela posse de Tancredo – que acabou não ocorrendo. Ao substituí-lo, José Sarney, a princípio, herdou boa parte das esperanças da maioria do povo. Entretanto, as esperanças que a “Nova” República inspirou se esvaíram rapidamente, voltando o governo a compor o lado oposto ao da nação, para os que esperavam mudanças imediatas; enquanto que, para outros, mais distraídos (ou pacientes), era visto como um elemento neutro (haja vista que, apesar de sua inépcia, a “Nova” República, apesar de não ser exatamente nova, não era a ditadura, e tinha pouco tempo de existência).

A reação à implantação do Cruzado – e ao próprio discurso inaugural – apenas tornou visível a cultura política da população, preexistente, porém mais difícil de ser observada pelos pesquisadores. É sabido que episódios conturbados nos permitem descobrir as normas do cotidiano, como ensina Thompson em conhecida passagem:

Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para as atitudes mais íntimas e domésticas.<sup>808</sup>

Ao declarar em seu pronunciamento à nação que a inflação “tem sido o pior inimigo da sociedade”, “confisca o salário”, “confisca o pão” e “tornará letra morta reajustes e aumentos reais de salário”, Sarney tocou no sentimento popular por identificação plena, em virtude do reconhecimento do infortúnio cotidiano dos brasileiros. Quando o presidente afirmou que “a inflação é uma angústia solitária” e que “tornou-se o inimigo número um do povo”<sup>809</sup> ele identificou inequivocamente o alvo. Logo após a

---

<sup>808</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 235.

<sup>809</sup> PINTO, op. cit., p. 77.

identificação do inimigo veio, finalmente, o chamado à luta contra o mesmo, que era o que, entre outras coisas, se esperava de uma Nova República:

Todos estaremos mobilizados nesta luta, cada brasileira ou brasileiro será e deverá ser um fiscal dos preços. E aí posso me dirigir a você, brasileira e brasileiro, para investi-lo como fiscal do presidente, para a execução fiel desse programa em todos os cantos deste Brasil.<sup>810</sup>

Céli Regina Jardim Pinto constatou que o discurso ignorou “qualquer mediação histórica, de classe, de posição política”.<sup>811</sup> Consciente ou intuitivamente, José Sarney evocou uma unidade previamente existente na sociedade contra um inimigo por todos odiado. Nesse momento, havia três elementos em jogo: o povo com experiência de mobilização, a inflação por todos odiada e o governo disposto a enfrentar o inimigo do povo. Dos três elementos, dois eram conhecidos e pré-existentes; o terceiro, por sua vez, era a grande e surpreendente novidade, o fato novo: um governo que se colocou ao lado do povo (se, na prática, estava ou não estava, não cabe nesta análise). Aí se completam os elementos que concorreram para o imediato sucesso do plano.

Jardim Pinto lembra que em apenas um momento o discurso se afastou da ideia de que só existem o governo e o povo contra a inflação ao dar “destaque à posição da classe trabalhadora, por um lado, e a preocupação, por outro, de não colocar o Plano como negação de qualquer interesse dentro do país”.<sup>812</sup> Isso pode ser mais bem observado quando se atém ao fato de que as medidas são anunciadas de forma impessoal, com exceção do “seguro-desemprego, antiga e justa aspiração da classe trabalhadora”.<sup>813</sup> O outro momento em que se refere ao trabalhador é quando deve haver “aumentos reais de salários que o trabalhador obteve com muito suor e riscos”.<sup>814</sup>

O reconhecimento do trabalhador no mais importante discurso de todo o governo Sarney (1985-1990) foi algo que estava rigorosamente dentro do universo discursivo de meados dos anos 1980 porque integrava o mundo concreto. É inegável a centralidade obtida pelos trabalhadores no período. Sendo assim, se tratou, na verdade, de buscar o apoio daquele ente social que não vinha demonstrando confiança no governo da “Nova” República. Note-se que o apoio foi solicitado com base nas bandeiras dos próprios movimentos dos trabalhadores. Desta vez, no entanto, e surpreendentemente, quem empunhava a bandeira era o governo. E isso, definitivamente, não era algo que constava

---

<sup>810</sup> “A sorte está lançada”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 1º de março de 1986, p. 12.

<sup>811</sup> PINTO, op. cit., p. 108.

<sup>812</sup> PINTO, op. cit., p. 81.

<sup>813</sup> PINTO, op. cit., p. 82.

<sup>814</sup> PINTO, op. cit., p. 105.

das experiências dos trabalhadores e dos movimentos populares, de um modo geral. Essa inversão dos papéis era algo inusitado. O presidente chamava o povo à luta contra o inimigo – “conclamo para essa luta os brasileiros” –, se colocava como o primeiro nela – “determinei mudanças fundamentais na economia” – e acenava com total apoio na luta a todos os que aceitassem o seu chamado – “Ninguém poderá, a partir de hoje, praticar a indústria da remarcação. O estabelecimento que o fizer poderá ser fechado, e essa prática ensinará a prisão dos responsáveis”.<sup>815</sup>

Sarney fez questão de reiterar, em diversas oportunidades, o ineditismo da postura assumida por seu governo. Dias depois da implantação, em seu discurso no radiofônico “Conversa ao Pé do Rádio”, em 23 de março, José Sarney afirmara que “o que está acontecendo hoje no Brasil é um perfeito entendimento entre o povo e o governo. É um ato inédito em nossa História. O governo defende o interesse do povo e o povo ajuda o governo a ser eficaz, a acertar”.<sup>816</sup> Em outra ocasião, Sarney dissera: “O povo descobriu que manda nesse país”.<sup>817</sup> Como observamos no primeiro capítulo, não havia paralelo disso em pelo menos duas décadas de ditadura. Até então, a população estava acostumada a ter o governo no polo oposto, e oposto a ela, a verdadeira nação. O ineditismo do discurso estava, entre outras coisas, na fusão povo-governo (que resultaria na nação), através da qual, diferentemente da ditadura, seriam satisfeitos os interesses populares, não os do governo. O inimigo popular, que antes era a ditadura, agora era a inflação.

Há muitos registros de integrantes das classes populares que sugerem que afirmações de Sarney como as de que “o povo descobriu manda nesse país”, além de servir para reforçar vínculo com a população, expressava, de fato, a crença de milhões de brasileiros naqueles primeiros meses do Plano Cruzado. Poetas populares registraram “a onda de aprovação nacional” em seus cordeis, com títulos que expressavam personagens e episódios ligados à reforma monetária, tais como “A Guerra contra a Inflação e o Valor do Cruzado”, “No Pacote de Sarney Cruzeiro Virou Cruzado”, “O Fim do Arrocho e os Preços Congelados” e “O Pacotão de Sarney”.<sup>818</sup> Como exemplo, temos o cordel “Cruzado que derrubou a inflação”, do poeta Gonçalves Ferreira da Silva, que mencionaremos em

---

<sup>815</sup> “A sorte está lançada”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 1º de março de 1986, p. 12.

<sup>816</sup> PINTO, op. cit., p. 103.

<sup>817</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 25.

<sup>818</sup> CURRAN, Mark J. **História do Brasil em cordel**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 229.

alguns momentos nas páginas seguintes. No trecho abaixo, a certeza de que, agora, os pobres tinham vez:

Gerentes, proprietários  
de grandes supermercados  
acorreram logo às máquinas  
de remarcar, apressados  
mas os fiscais proibiam  
pois os preços não podiam  
por lei ser mais remarcados.

Por teimosia, alguns deles  
tiveram que ser multados  
em alguns casos extremos  
sumariamente fechados  
pois, indiscutivelmente,  
os fiscais do presidente  
tinham que ser respeitados.<sup>819</sup>

Outro poeta popular, o cantor Bezerra da Silva resolveu incluir em LP gravado em 1986 uma composição de Bicalho e Silvio Modesto, intitulada “Rasteira do Presidente”.<sup>820</sup>

A primeira estrofe, falada, dizia o seguinte:

Alô, alô Dona de Casa,  
Fiscais do Presidente, se liga,  
Tabela de preços na mão,  
E vamos lutar contra a inflação.  
[Se liga tubarão]

No refrão, menciona-se “rasteira” que se acreditava que o presidente havia dado nos ricos, que são lembrados na canção como tubarões (termo muito comum nos cordeis e nas charges de humoristas, não aparece na letra, mas é cantado após a primeira menção da frase “não é mole não”):

E não é mole não, [tubarão]  
Vivendo dessa maneira,  
Eles inventaram essa tal de inflação,  
E o Presidente, deu aquela rasteira,  
Não é mole não.

A música também menciona diversos problemas pelos quais passava a população, tais como o endividamento, a inflação, a carestia, o baixo salário, a falta de acesso a crédito e até mesmo os efeitos da dívida externa sobre o povo. Diante de tantos problemas, era de se esperar que fosse comemorado o fato de que “O bicho vai pegar adoidado/Em cima

---

<sup>819</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflação**. LC8578. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43907>. Acessado em 18 jul. 2012.

<sup>820</sup> “A Rasteira do Presidente”. Composição: Bicalho; Silvio Modesto. Intérprete: Bezerra da Silva. “Alô malandragem, maloca o flagrante”. LP. RCA Victor, 1986.

daquele que não obedecer”, porque “Se os federais chegarem em um supermercado/Encontram os preços remarcados/Dão bolacha no gato e mete na cadeia”.

O meu salário é o mínimo, porém é o máximo que eu consigo vencer,  
Desconto pro INPS e o maldito Leão ainda quer me morder,  
O ano inteirinho o INPC, eu escuto dizer,  
Eu não sei o que é,  
Eu só sei que recebi meu pagamento,  
Que não deu pra comprar meu alimento,  
Remarcaram os preços eu fiquei a pé.

(...)

O que não consigo entender, o meu nome é sujo no SPC,  
Meu crédito é cortado na praça, não me vendem fiado, nem o que comer,  
O banco não me empresta dinheiro, porque não tenho bens para me garantir,  
Veja bem, não pedi nada emprestado,  
Dizem que devo dolar adoidado,  
Ao famigerado, FMI.<sup>821</sup>

A análise de vários registros permite identificar com bastante clareza que a leitura que fizeram as pessoas desse momento se relacionava a, pelo menos, dois elementos: o primeiro era que o combate à inflação era fundamental; o segundo era que, agora sim, a “Nova” República começava, se tornava uma Nova República. Em carta enviada ao Congresso Nacional pouco depois do Cruzado, Gilson Dias Pinheiro, de Antonina (PR), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, deixa entrever esses elementos:

No meu pensar eu acho que o nosso Brasil está muito melhor do que os anos anteriores, por isso gostei muito da atitude do Governo, o Presidente José Sarney. Com os preços congelados e a Nova Moeda, o "Cruzado", tivemos muitas vantagens em termo da economia brasileira e o cruzado valorizando cada vez mais enquanto o cruzeiro se desvalorizou totalmente. Queria saber o seguinte, será que nós brasileiros vamos vencer contra a inflação, mas creio que unidos venceremos e que o nosso Presidente consiga efetuar todos os seu deveres na Nova República. Só queria que alguém me envia-se alguma tabela com a valorização do cruzado. Parabéns Sarney, espero estar cooperando com V.Ex. em termo de Fiscal dos preços.<sup>822</sup>

Maria Madalena Santos, residente em Saire (PE), solteira, 30 a 39 anos, 1º grau incompleto, até 1 salário, disse ter achado “muito importante esta atitude que o Presidente tomou, do jeito que ia a classe pobre, não aguentava mais, o custo de vida estava sem

---

<sup>821</sup> “A Rasteira do Presidente”. Composição: Bicalho; Silvio Modesto. Intérprete: Bezerra da Silva. Disponível em: <http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/bezerra-da-silva/a-rasteira-do-presidente/163963>. Acessada em 17 jun. 2012.

<sup>822</sup> Carta de Gilson Dias Pinheiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L213 DATA: 02/03/86 FORMUL: 304 DV: 1 TIPO: 35 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

limites”.<sup>823</sup> Outra pessoa muito esperançosa com as mudanças, consubstanciadas na união (ou pacto) povo-presidente foi Maria Apo. [Apolinário?] Pereira da Silva, de Mogi das Cruzes (SP), solteira, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário:

Com a criação da nova moeda (cruzado) e o sistema econômico usado nesta nova república, o povo que é um fiscal do presidente. Uma união como está entre o "Povo e o Presidente", poderíamos transformamos num país desenvolvido...<sup>824</sup>

Rogério Cordeiro de Farias, de São Bento do Uma (PE), solteiro, 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, estava tão esperançoso quanto sua “colega” de Mogi das Cruzes: “Para mim, o que eu espero da Nova Constituição, é renascer um novo Brasil. Porque no momento em que surgiu a nova república, o Brasil ficou completamente iluminado, os brasileiros agora estão enxergando mais longe”.<sup>825</sup> O cordelista Gonçalo Ferreira da Silva também interpretou o momento que o país vivia de forma semelhante:

Quando pelo presidente  
foi o decreto assinado  
o Brasil, de ponta a ponta  
ouviu emocionado  
como um grande festival  
o hino nacional  
pelas multidões cantado.<sup>826</sup>

Nelza de Souza Sodré, residente em Conceio da Feira (BA), solteira, 25 a 29 anos, 2º grau incompleto, entre 1 e 2 salários, demonstrou seu contentamento com as novas medidas: “Eu, como funcionária pública, estou super contente com as decisões tomadas pelo nosso Presidente José Sarney e nosso grande Ministro, Dilson Funaro”. Como a maioria dos brasileiros, ela acreditou que o governo trabalhou em prol dos menos aquinhoados: “sabemos que os maiores favorecidos somos nós da classe pobre. Agora sim, estou feliz com a nova República”.<sup>827</sup> Josenilda Marai de Almeida, moradora de

---

<sup>823</sup> Carta de Maria Madalena Santos   Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da populao para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L101 DATA: 01/03/86 FORMUL: 014 DV: 9 TIPO: 36 21/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>824</sup> Carta de Maria A. Pereira da Silva   Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da populao para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L036 DATA: 03/03/86 FORMUL: 887 DV: 0 TIPO: 10 27/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>825</sup> Carta de Rogério Cordeiro de Farias   Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da populao para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L006 DATA: 07/04/86 FORMUL: 147 DV: 2 TIPO: 34 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>826</sup> SILVA, Gonalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflao**. LC8578. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43907>. Acessado em 18 jul. 2012.

<sup>827</sup> Carta de Nelza de Souza Sodré   Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da populao para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L123 DATA: 30/02/86 FORMUL: 561 DV: 2 TIPO: 30

Gravatá (PE), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau, sem rendimento, também se mostrou satisfeita com o Cruzado: “achei ótima as mudanças que ocorreram com a nova República, principalmente o congelamento de preços”.<sup>828</sup> Assim o cordelista se expressou sobre o ineditismo da ação do governo.

Nunca um ato do Governo  
foi aplaudido de pé,  
nunca tinha tido o povo  
tão grande dose de fé,  
nunca um decreto assinado  
tinha sido festejado  
como este do José.<sup>829</sup>

Alberone Bernaldo da Silva, residente em Curitiba (PR), casado, 30 a 39 anos, 1º grau, mais de 5 a 10 salários, disse que “gostaria de ser um poeta para, nesta oportunidade, escrever aquilo que sinto e almejo para a nossa nação”. Em seguida, afirmou que, em 1822, d. Pedro havia proclamado a independência do país, mas que isso não mudara nada na prática, até “aparecer a nova República, comandada pelo sr. José Sarney e outros, que mudaram o nosso Brasil, que parabenizo e afirmo: nós, os brasileiros, estamos contigo”. Contudo, mesmo mensagens que sugerem adesão irrestrita ao presidente, em geral, nos deixam entrever que as pessoas não acharam que o Cruzado transformara o país por inteiro. O próprio missivista lembrou que o “desemprego hoje assusta”.<sup>830</sup>

Morador de Murutinga do Sul (SP), Irac Novaes, casado, 30 a 39 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, saudou as mudanças ocorridas no final de fevereiro, e identificou os problemas nacionais à ditadura. Apesar na confusão com datas e períodos, demonstrou ciência da dimensão histórica dos males que o povo sofria: “Constituinte é a nova esperança de um povo sofrido que, até o dia 26 de fevereiro, vivia só as medidas drásticas

---

11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>828</sup> Carta de Josenilda Marai de Almeida à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L124 DATA: 30/02/86 FORMUL: 597 DV: 7 TIPO: 16 11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>829</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflação**. LC8578. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43907>. Acessado em 18 jul. 2012.

<sup>830</sup> Carta de Alberone Bernaldo da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L138 DATA: 30/02/86 FORMUL: 917 DV: 1 TIPO: 13 11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

de um governo de 24 anos atrás”.<sup>831</sup> Cordelistas como Silva também associavam os infortúnios da “nação” à ditadura:

Foram vinte longos anos  
de fome e de humilhação  
numa infeliz ditadura  
sem alma e sem coração  
e de sucessivas crises  
que geraram cicatrizes  
no seio desta Nação.

(...)

Sabemos que a ditadura  
sacrificou nossa gente  
e nela havia a figura  
do sujeito incompetente  
de atuação bisonha  
que eu tinha até vergonha  
de chamar de presidente.<sup>832</sup>

Um jovem estudante universitário de História chamado André Gonçalves, morador de Arujá (SP), solteiro, 15 a 19 anos, até 1 salário, se disse “deveras emocionado e com a alma transbordante de felicidade, quando vejo que depois de tanto tempo vivendo submissos ao alçózes militares” veio “a nova república, com a Constituinte e recentemente a reforma econômica”. Matriculado no primeiro ano do curso, afirmou que acompanha “os problemas do nosso amado país”. Feliz, disse sentir “orgulho de ter um presidente como o José, sim, o José Sarney Ribamar”, que para ele, era “o homem mais dinâmico e corajoso que já viveu sob o Cruzeiro do Sul”.<sup>833</sup> Opinião particular? Decerto que não. Obviamente, que em sempre com os mesmo termos, mas foram muitos os brasileiros que interpretaram como corajosas as ações do presidente Sarney. No cordel, essa percepção ficou explícita:

Este nobre e decisivo  
ato presidencial  
assegurou a Sarney  
posição especial  
inquestionavelmente  
como o maior presidente  
da história universal.

---

<sup>831</sup> Carta de Irac Novaes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L138 DATA: 30/02/86 FORMUL: 921 DV: 9 TIPO: 13 11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>832</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflação**. LC8578. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43907>. Acessado em 18 jul. 2012.

<sup>833</sup> Carta de André Gonçalves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L019 DATA: 01/03/86 FORMUL: 468 DV: 0 TIPO: 13 17/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

E o pacote econômico  
foi fruto, principalmente,  
da coragem desmedida  
de um grande presidente  
é tanto que foi criado  
por um decreto assinado  
de modo supreendente.<sup>834</sup>

Benedito Martins Filho, morador de Antonina (PR), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, também acreditou que o Brasil estava mudando para melhor. Após reivindicar chance de emprego para jovens sem experiência profissional, ele declarou: “...hoje posso dizer com orgulho, nosso Brasil mudou e mudou para melhor. E com essa mudança surge no coração de cada brasileiro uma nova, esperança e confiança ao mesmo tempo de que o Brasil será um País para todos”.<sup>835</sup>

Morador de Wenceslau Braz (MG), um missivista anônimo casado, acima de 59 anos, curso Superior, mais de 5 a 10 salários, afirmou estar “satisfeito com a nova República, principalmente no tocante ao novo decreto do Presidente, no tocante a economia da nação”. Da forma como redigiu sua carta, conclui-se que ele atribuiu ao Cruzado o poder de beneficiar os pobres em detrimento dos ricos. Em sua opinião, antes da reforma econômica “os ricos estavam cada vez mais ricos e os pobres empobrecendo cada vez mais, a ponto de não terem nem o que comer”.<sup>836</sup> Maria Aparecida Alves da Silva, residente em Santa Terezinha (PE), solteira, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, afirmou que estava “muito ansiosa com o pacote econômico”, e que o mesmo havia feito “uma grande surpresa a nós, povo brasileiro”. Ela disse ainda que, “como estudante do 2o. grau, estava acompanhando a Nova República”, e que “sempre esperava que vocês tomassem algumas medidas contra a inflação, que estava desvalorizando o nosso país”.<sup>837</sup>

De Rio Real (BA), Genésio Alves Oliveira, casado, 40 a 49 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, escrevia aos constituintes reivindicando que dali há um ano, em 1º de março

---

<sup>834</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflação**. LC8578. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43907>. Acessado em 18 jul. 2012.

<sup>835</sup> Carta de Benedito Martins Filho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L023 DATA: 01/03/86 FORMUL: 571 DV: 5 TIPO: 13 17/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>836</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L023 DATA: 01/03/86 FORMUL: 572 DV: 1 TIPO: 13 17/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>837</sup> Carta de Maria Aparecida Alves da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L032 DATA: 01/03/86 FORMUL: 808 DV: 5 TIPO: 36 17/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

de 1987, “os brasileiros começando de mim assalariado, possam comprar o pão de cada dia que antes não estava podendo”. Antevendo os perigos do descongelamento, que, pelo decreto presidencial, ocorreria após um ano, Oliveira queria que “Deus, o Presidente e seus pares” conservassem “este Brasil como hoje”, pois estava podendo custear suas “despesas através da atitude severa do nosso primeiro executor da lei que agradou a todos de modo geral”.<sup>838</sup> Nelson Gomes de Castro, morador de Curitiba (PR), casado, 25 a 29 anos, 2º grau incompleto, mais de 3 a 5 salários, escreveu, entre outras coisas, para "dar parabéns ao Exmo Sr. presidente José Sarney, pela atitude de soltar um pacote econômico que esta acabando de derrotar todos os usurpadores, atravessadores de nossa dívidas”. Como milhões de brasileiros, Castro se colocou à disposição para apoiar o presidente: “ele pode contar comigo a qualquer tempo para apoiá-lo no que for necessário para termos um país cada vez maior e melhor. Que todos tratarão com mais respeito e que viva a nova república do Brasil para sempre”.<sup>839</sup> Registre-se que todas as cartas citadas foram encaminhadas pouco tempo após o lançamento do Plano Cruzado, o que explica o encantamento com a “Nova” República.

## **2.2. Legislação e legitimidade da ação popular**

Não há uma única explicação para o entusiasmo popular existente nos primeiros meses de vigência do Plano Cruzado. Contudo, dentre os vários elementos responsáveis pelo apoio que o governo Sarney recebeu ao implantar a reforma monetária não se pode ignorar a lei que lhe deu origem, e isto porque o ineditismo da ação do governo no interesse da população não pode ser menosprezado. Sobretudo, reitero, se levarmos em conta as duas décadas de governos cujos atos não iam ao encontro das aspirações populares. A posição – a pública, não a oculta – do governo da “Nova” República em favor da população adquiriu concretude através da lei. Desta feita, havia instrumentos legais que legitimavam a ação da população em defesa de seus interesses. O historiador Edward Thompson identificou que os ingleses pobres no século XVIII recorriam à legislação existente – o *Book of orders* – para fixar preços, que a utilizavam como instrumento de

---

<sup>838</sup> Carta Genésio Alves Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L038 DATA: 01/03/86 FORMUL: 943 DV: 0 TIPO: 30 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>839</sup> Carta Nelson Gomes de Castro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L128 DATA: 03/03/86 FORMUL: 698 DV: 2 TIPO: 13 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

legitimação de suas demandas.<sup>840</sup> Guardadas as peculiaridades de espaço e tempo, no Brasil do Cruzado a população também buscou justificar suas ações baseando-se na legislação, no caso o Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, que instituiu o Plano de Estabilização Econômica. A lei tornara-se uma evidente garantia de direitos, algo que os movimentos sociais e a população em geral vinham reivindicando há vários anos.

As principais alterações introduzidas pelo decreto-lei foram: a) supressão do cruzeiro e criação de nova moeda – o cruzado; b) término da correção monetária em aplicações financeiras com prazo inferior a um ano, exceto para os depósitos em caderneta de poupança, depósitos do PIS/PASEP e do FGTS; c) fixação, em termos práticos, de paridade fixa do câmbio; d) reajustamento geral dos salários e adoção de nova política salarial; e) reajuste de aluguéis, prestações do SFH e do saldo devedor dos seus mutuários; f) congelamento geral dos preços.<sup>841</sup> Em meio a tantas mudanças, a medida de maior impacto foi a última, e por razão muito simples: praticamente todos iam ao mercado, portanto, a grande maioria da população se sentia prejudicada pela inflação.

O congelamento de preços foi objeto do artigo 36 do decreto-lei, que rezava:

Todos os preços, inclusive aluguéis residenciais, são expressos em cruzados e ficam, a partir desta data, congelados nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986, admitida a revisão setorial e temporária pelos órgãos federais competentes, em função da estabilidade da nova moeda ou de fenômenos conjunturais.<sup>842</sup>

O artigo 37 determinava quais órgãos exerceriam vigilância sobre os preços:

A Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - SEAP, o Conselho Interministerial de Preços - CIP, a Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB, órgãos do Ministério da Fazenda, o Conselho de Defesa do Consumidor, a Polícia Federal, órgãos do Ministério da Justiça, exercerão vigilância sobre a estabilidade de todos os preços, incluídos, ou não, no sistema oficial de controle.<sup>843</sup>

O artigo 38 autorizava a imediata assinatura de convênios entre o governo federal e os estados, municípios e Distrito Federal para fiscalização dos preços:

Ficam os Ministérios da Justiça e da Fazenda autorizados a celebrar imediatamente com os governos dos Estados, Municípios e Distrito Federal

---

<sup>840</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 176-178.

<sup>841</sup> GONTIJO, Cláudio. O plano de estabilização e a economia brasileira: aspectos gerais. In: PAIVA, Paulo et. al. **Plano Cruzado: ataque e defesa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. XI.

<sup>842</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2283.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

<sup>843</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2283.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

convênios para a fiel aplicação deste decreto-lei e para a defesa dos consumidores, objetivando a punição dos infratores e sonegadores.<sup>844</sup>

O artigo de maior impacto, ao lado daquele que instituía o congelamento, foi o de número 39, cuja redação foi a seguinte: “Qualquer pessoa do povo poderá e todo servidor público deverá informar às autoridades competentes sobre infrações à norma de congelamento de preços e prática de sonegação de produtos, em qualquer parte do território nacional”.<sup>845</sup>

Portanto, os artigos 36 e 39 do decreto-lei, em especial, se converteram em instrumentos legitimadores para a ação da população sobre estabelecimentos comerciais em geral. Para a população, foi muito significativo que a lei autorizasse a ação de “qualquer pessoa do povo” para garantir seus direitos. Fosse um exercício de retórica ou não, a permissão para que qualquer brasileiro pudesse denunciar aqueles que burlassem o congelamento foi muito bem recebida. Não sem razão, muitas pessoas deram demonstrações de gratidão ao governo, como podemos observar na carta de Antonio Francisco Azevedo, solteiro, 30 a 39 anos, primeiro grau completo, morador de Curitiba (PR): “Antes de tudo, devo parabenizar aos políticos da nova república, que com inteligência lançaram o cruzado e congelaram os preços no mercado do comércio e financeiras”.<sup>846</sup> José Ailtom da Silva, morador de Lagoa da Prata (MG), solteiro, 15 a 19 anos, primeiro grau incompleto, também se mostrou grato: “Admiro muito o desenvolvimento da nova República, cruzado, Constituição, corte do desconto na Previdência de quem recebe apenas um salário mínimo, etc”. Em outro trecho, diz: “Aceite meus humildes parabéns e que Deus lhe dê cada vez mais força para governar”.<sup>847</sup>

Erroneamente, contudo, o comportamento popular durante o Cruzado é interpretado apenas como fruto da manipulação do governo e de seus associados nos meios de comunicação, sobretudo quando se observa as manifestações de apoio e gratidão da

---

<sup>844</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2283.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

<sup>845</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2283.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

<sup>846</sup> Carta de Antonio Francisco Azevedo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L019 DATA: 01/03/86 FORMUL: 459 DV: 1 TIPO: 13 17/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>847</sup> Carta de José Ailtom da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L123 DATA: 29/04/86 FORMUL: 573 DV: 4 TIPO: 13 18/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

população. Retomemos as duas cartas anteriores, pois elas têm outros trechos que revelam que não era exatamente assim. Antonio Azevedo, após o elogio, vem com sugestões para aperfeiçoar o plano:

Tenho porém comigo a idéia de que deve-se tabelar os juros de financeiras e crédito pessoal, do contrário de nada adiantaria a luta de 120.000.000(milhões) de brasileiros para acabar com a inflação. Penso que com isso e com a tabela da SUNAB, os fiscais de todo o Brasil possam controlar os especuladores. Deve-se também fazer o tabelamento de todas as marcas e tipos de produtos do mercado.<sup>848</sup>

Note-se que Azevedo se apropria da conquista ao vincular a luta contra inflação ao povo – os “120.000.000 (milhões) de brasileiros” – e destaca o controle dos especuladores em todo o país. José Ailtom vai adiante, ao asseverar que sua “sugestão principal é diretas já”, além da manutenção do congelamento.

Minha sugestão principal é diretas já e continuar com o novo pacote tem que dar certo", se Deus quiser, Deus é grande e vai nos ajudar e todos nós brasileiros adolescentes, velhos e adultos, todos sabemos que o senhor é um grande patriota e um excelente presidente e que nada mais quer que: Justiça, democracia, liberdade e "Ordem e Progresso". Felicidades e espero resposta breve.<sup>849</sup>

O trabalho de elaboração do plano parece não ter sido bem executado. Não fosse assim, o que como explicar que em apenas dez dias fosse necessário que o governo revogasse o Decreto-lei 2.283/86? A melhor explicação para isso consta nas considerações do texto do instrumento que o substituiu, o Decreto-lei 2.284/86: “Considerando que o Decreto-lei nº 2.283, de 28 de fevereiro de 1986, foi publicado com algumas incorreções”.<sup>850</sup> Este novo decreto-lei detalhou mais alguns dos temas que constavam no decreto-lei anterior, bem como inseriu novos temas, antes omitidos. No que diz respeito ao congelamento de preços, detalhou melhor as instâncias fiscalizadoras e a própria estrutura de fiscalização:

Art 39. Os Ministros de Estado indicarão à SUNAB os servidores públicos, a eles subordinados ou vinculados, que deverão participar da execução das atividades de fiscalização, previstas neste decreto-lei, e no Decreto nº 92.433, de 3 de março de 1986.

---

<sup>848</sup> Carta de Antonio Francisco Azevedo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L019 DATA: 01/03/86 FORMUL: 459 DV: 1 TIPO: 13 17/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>849</sup> Carta de José Ailtom da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L123 DATA: 29/04/86 FORMUL: 573 DV: 4 TIPO: 13 18/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>850</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2284.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

§ 1º A União celebrará com os Estados-membros, Distrito Federal, Territórios e Municípios convênios para execução das atividades a que alude o caput deste artigo.

§ 2º Os servidores das pessoas estatais referidas, que forem por elas designados para exercer as atividades de que trata este artigo, terão competência para autuar infratores, notificá-los e praticar os demais atos relativos ao exercício de fiscalização.

§ 3º As autuações, notificações e demais atos realizados pelos agentes de fiscalização, inclusive os designados na forma deste artigo, serão processados e julgados na Delegacia competente da SUNAB, a quem caberá coordenar, orientar e supervisionar a execução de todas as atividades fiscalizadoras.

Leis já existentes foram utilizadas para tentar garantir o congelamento de preços e o abastecimento. Foram elas a Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951 (crimes contra a economia popular);<sup>851</sup> a Lei Delegada 4, de 26 de setembro de 1962 (sobre a intervenção do domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo);<sup>852</sup> e Decreto-lei 2, de 14 de janeiro de 1966 (autoriza a requisição de bens ou serviços necessário ao consumo do povo).<sup>853</sup> As três permitiam ao governo intervir em situações atípicas para salvaguardar o interesse público, prevendo pagamento por conta de quaisquer confiscos, e definindo eventuais punições, formato, trâmite e prazo inquirido e processos jurídicos.

O único instrumento acessório publicado à época foi o Decreto 92.433, de 03 de março de 1986, que nomeava os executores das medidas dos artigos 37 e 38 do Decreto-lei 2.283/86. Os trechos mais relevantes foram os que determinaram a agilidade e o tipo de punições aos infratores do decreto:

Art. 5º - Compete ao Ministério da Justiça, em conjunto com a Procuradoria Geral da República, entender-se com o Ministério Público dos Estados, visando agilizar a repressão dos crimes contra a economia popular de competência da Justiça comum.

Art. 6º - Os casos de abuso do poder econômico apurados pela Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB no exercício de sua atividade de fiscalização deverão ser, de ofício, encaminhados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para instauração de processo, sem prejuízo dos demais procedimentos e sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 7º - O descumprimento das disposições do Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, sujeitará o infrator à perda de quaisquer incentivos fiscais ou de outra natureza que lhe tenham sido outorgados pelo Poder Público Federal e impedirá o seu acesso aos créditos de qualquer natureza concedidos por órgãos e

---

<sup>851</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L1521.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

<sup>852</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/Ldl/Ldl04.htm>. Acessado em 05 jan. 2009.

<sup>853</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2, de 11 de fevereiro de 1966. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126220/decreto-lei-2-66>. Acessado em 05 jan. 2009.

entidades da administração federal direta e indireta ou por seus agentes repassadores.

O governo também se preocupou com a publicidade das punições aos infratores. No caso, além do óbvio efeito de dissuasão sobre outros possíveis infratores, o disposto no artigo 8º estimulava a publicidade das ações do próprio governo:

Art. 8º - As medidas punitivas aplicadas em razão do descumprimento do Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, deverão ser objeto de ampla divulgação pública, com vistas à efetiva defesa do interesse público.<sup>854</sup>

### **2.3. As pressões sociais e o Plano Cruzado**

#### **2.3.1. Os problemas do governo no plano político-econômico**

A história da implantação do Plano Cruzado é bem documentada. Na imprensa, se destaca a reportagem vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1986, de autoria do jornalista Ricardo Setti. Publicada em maio na revista *Playboy* sob o título “O dia em que Sarney derrubou a inflação – Exclusivo: a história secreta da mais ousada reforma econômica de todos os tempos no Brasil”, o texto contém minuciosa narrativa dos fatos que envolveram a concepção e o lançamento do plano.<sup>855</sup> Além da cobertura da imprensa, destacam-se dois outros livros que confirmam o que fora escrito por Setti e vão além, adicionando novos detalhes ao processo, ambos publicados em 1987. São eles: “Os pais do Cruzado contam porque não deu certo”, em que André Lara Resende, Dílson Funaro, João Sayad, Luiz Gonzaga Belluzzo e Pêrsio Arida concedem entrevista ao jornalista Alex Solnik<sup>856</sup> e; “Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado”, do jornalista Carlos Alberto Sardenberg,<sup>857</sup> que fora Coordenador de Comunicação Social do Ministério do Planejamento, na gestão João Sayad.

A esta pesquisa pouco interessa os bastidores do plano, uma vez que se ocupa ao apoio popular ao mesmo. Apenas alguns aspectos da fase de elaboração mereceram menção neste trabalho, em função de refletirem pressões da sociedade sobre o governo. Como exemplo, temos os 16,23% de inflação de janeiro, conhecidos em fevereiro, que foram fundamentais para a decisão de implantação do plano por parte do presidente, mas ainda não havia uma data. Somente nos últimos quinze dias de elaboração é que a equipe

---

<sup>854</sup> Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 92.433, de 03/03/86. Disponível em: [http://www.fiscolex.com.br/doc\\_206332\\_DECRETO\\_N\\_92\\_433\\_3\\_MARCO\\_1986.aspx](http://www.fiscolex.com.br/doc_206332_DECRETO_N_92_433_3_MARCO_1986.aspx). Acessado em 05 jan. 2009.

<sup>855</sup> A reportagem foi publicada em livro em 2001. Vide SETTI, Ricardo A. **A história secreta do Plano Cruzado**. São Paulo: Editora Canarinho, 2001.

<sup>856</sup> SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam porque não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987.

<sup>857</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

aumentou de tamanho e começou a trabalhar em tempo integral na reforma. Embora soubesse dos preparativos para o plano, somente em 24 de fevereiro Sarney reuniu-se com a equipe econômica que o elaborava.<sup>858</sup>

Os registros pesquisados sugerem que o planejamento não fora feito a contento, e que o prazo fora exíguo. Ou se tinha mais prazo ou o planejamento deste o início deveria contar com uma equipe maior. Senão, vejamos. A decisão de implantar foi tomada pelo presidente Sarney em 14 de fevereiro, diante dos diagnósticos sombrios recebidos em despacho com Funaro e Sayad. “Vai ser agora, em fevereiro, dia 28”, disse Sarney. Diante da argumentação de Funaro, que buscava ganhar tempo, o presidente disse: “Não tem nada disso. Vai ser o plano todo, dia 28”.<sup>859</sup> Pêrsio Arida confirmou a história. Afirmou que “a decisão final foi tomada praticamente quinze dias antes”.<sup>860</sup> Perguntado se “até fevereiro vocês não tinham certeza se ia sair o Plano Cruzado?”, respondeu: “Não, não tinha nenhuma garantia”.<sup>861</sup>

A gravidade da decisão de finalizar uma reforma monetária a toque de caixa para implantá-la em apenas duas semanas pode ser avaliada pela reação de Saulo Ramos, consultor-geral da República. Chamado no dia 14 de fevereiro para avaliar as questões jurídicas, portanto, a apenas duas semanas de sua entrada em vigor, Ramos assustou-se, como podemos depreender por suas duas indagações: “Vocês querem criar uma nova moeda e simplesmente alterar todos os contratos vigentes no País, públicos e privados, tudo por decreto-lei?”; “Vocês já pensaram que estão interferindo tanto nos negócios do sujeito que está comprando uma fazenda quanto nas contas do armazém da esquina?”. Alarmado, Ramos disparou: “Vocês estão querendo uma bruta coisa maluca”.<sup>862</sup>

Em reunião no Palácio da Alvorada em 24 de fevereiro, à noite, o presidente repetiu que seria para o dia 28 do mesmo mês. Sua fala aos presentes parecia ser a de um grande estadista. Ou debela-se a inflação ou virão as diretas já, foi o tom de suas palavras (o que coloca em questão o inequívoco caráter de sobrevivência política do Cruzado).

Os senhores sabem as circunstâncias trágicas em que cheguei à Presidência. E se Deus me colocou aqui, não foi para ter medo. Nem para fazer um governo medíocre, que fique conhecido por ter levado a inflação a 15% ao mês. Portanto, eu não tenho receio de arriscar. Se der certo, será ótimo para o País. Se der errado, vêm as diretas-já e também estará bem. Se não soubermos combater essa

---

<sup>858</sup> SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987, pp. 17-22.

<sup>859</sup> SARDENBERG, op.cit., p. 210.

<sup>860</sup> SOLNIK, op. cit., p. 86.

<sup>861</sup> SOLNIK, op. cit., p. 87.

<sup>862</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 222.

inflação, todo o resto que pudéssemos fazer seria besteira. Os senhores, portanto, preparem tudo. Nós vamos assinar dia 28.<sup>863</sup>

Entretanto, como se sabe dos grandes esforços posteriores de José Sarney para postergar as eleições diretas e ampliar a duração de seu mandato,<sup>864</sup> pode-se depreender que argumentara que se viessem as diretas também estaria bem em função de falar a pessoas com as quais não tinha relação pessoal, algumas delas tendo com ele o primeiro encontro de trabalho naquela ocasião.

A nova moeda nem nome tinha. Só no dia 25 fora escolhido um nome, em virtude de indagação do ministro Marco Maciel, que no final do encontro perguntou: “Mas e o nome? Fica cruzado mesmo?”. Arida lhe respondeu: “Nós só estamos usando cruzado na falta de um nome melhor”. Após instantes de indecisão, Sarney quebrou o silêncio: “Parece-me que é um nome muito bom. Tem raízes históricas. Camões recebeu pagamento em cruzados de ouro pelos *Lusíadas*”. Coincidentemente, o ministro Brossard tinha um cruzado de ouro no bolso: “Eis aqui um cruzado”, disse sorrindo enquanto passava a moeda ao presidente.<sup>865</sup> Estava batizada a nova moeda, cujo nome não agradou a vários dos presentes e muitos dos que queriam tê-la nos bolsos: “com a Nova Constituinte, procure um nome mais real e brasileiro para essa moeda que acaba de ser criada hoje: O (Cruzado)”, escreveu Ocevar Mattioni, morador de Ajuricaba (RS), Superior completo, 30 a 39 anos, de 3 a 5 salários.<sup>866</sup>

A “bruta coisa maluca” ordenada pelo presidente parece não ter sido fruto de cuidadosa reflexão, cálculos e debates, como pedia o caótico quadro socioeconômico e político brasileiro. Ao contrário, foi uma resposta à deterioração da base de apoio ao governo. Dito de outra forma, o plano foi implementado às pressas por razões políticas.

Em outros momentos desta pesquisa pôde-se observar que o governo Sarney estava contra a parede. Às vésperas da implantação do Cruzado, acossado por índices inflacionários recordes e críticas vindas de todas as partes, o governo estava sem rumo.

---

<sup>863</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 232.

<sup>864</sup> Em entrevista a *Folha* em 1983, Sarney se disse favorável às eleições diretas, mas não para já, com os seguintes argumentos: “objetivamente, no caso brasileiro, em face do que dispõe a Constituição, com a eleição que foi feita para constituir o Colégio Eleitoral, o PDS não pode abdicar do colegiado que conquistou nas eleições. Para a próxima eleição, não vejo condições políticas de torná-las diretas”. (“Sarney quer diretas para Presidente. Dirigente do PDS aponta ‘doença infantil’ dos partidos como um obstáculo à adoção dessa medida”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 23 out. 1983, p. 6.) Na Presidência, fez o que pôde para obter mais um ano de governo.

<sup>865</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 238.

<sup>866</sup> Carta de Ocevar Mattioni à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 24/02/86 FORMUL: 227 DV: 7 TIPO: 10 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Dois dos principais opositores com os quais o governo se defrontava foram claramente identificados pelo SNI:

O presidente joga seu mandato nesse programa – comentou o general Ivan [de Souza Mendes, chefe do SNI], cujos relatórios comunicavam a cada dia a deterioração do ambiente econômico e político. Sua conclusão: a CUT-PT come o governo por uma perna, o PMDB por outra.<sup>867</sup>

A preocupação com os opositores se dava em função de uma única questão: as eleições de 15 de novembro de 1986. Curiosamente, o próprio Sarney acusara o movimento sindical de ter a política como força motriz: “Os sindicatos do Brasil vivem ainda no século passado. Para eles não interessam salários, só política e eleições. Não vamos recuar”,<sup>868</sup> afirmou após a implantação do Cruzado. De acordo com Eric Nepumuceno, era justamente o aspecto político que o Planalto queria resolver. Ele conta que no dia seguinte após o lançamento do plano, já com o país imerso em euforia pelas novas medidas, “um jornalista ligou do Rio de Janeiro para um dos mais íntimos e influentes assessores do presidente Sarney. O jornalista fez uma pergunta franca: “Diga uma coisa: exatamente por que vocês fizeram isso?” A resposta, igualmente franca: “Para ganhar as eleições. Ou você acha que a gente ia continuar correndo riscos?”<sup>869</sup> De acordo com Sardenberg (e outros analistas), os riscos que o governo corria eram concretos:

Não seria exagero dizer, naqueles dias, que o PMDB estava à beira do rompimento com o governo. Em primeiro lugar, o principal partido da Aliança Democrática achava que merecia número maior de vagas e cargos mais importantes do que Sarney concedera na reforma do Ministério. Segundo, o PMDB estava convencido de que o novo Ministério exibia perfil conservador. Terceiro, o partido estava em estado de choque com o recorde de inflação de janeiro de 1986 (os 16,2%) e perplexo diante do avassalador crescimento do movimento sindical contra uma política econômica comandada por economistas saídos das fileiras do PMDB.<sup>870</sup>

Paulo Paiva foi um dos muitos intelectuais a constatar que a motivação para a implantação do plano foi, antes de mais nada, política: “Ademais, foi importantíssimo, naquela ocasião, para recompor o apoio do PMDB ao governo, abalado após o processo da reforma ministerial de fevereiro”.<sup>871</sup> De fato, após os resultados dos pleitos municipais de 1985, e principalmente nas primeiras semanas de 1986, não foram poucos políticos peemedebistas que buscaram aproximação com Leonel Brizola, governador do Rio de

<sup>867</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 232.

<sup>868</sup> “Começa a era do Cruzado. Sarney decreta morte do cruzeiro, acaba com a correção monetária, congela os preços e abre uma luta de morte contra a inflação”. *Revista Veja*. São Paulo, 5 mar. 1986, p. 28.

<sup>869</sup> NEPOMUCENO, Eric. **O outro lado da moeda: Dilson Funaro: histórias ocultas do Cruzado e da moratória**. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 1990, p. 87.

<sup>870</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 282.

<sup>871</sup> PAIVA, Paulo. O Plano Cruzado seis meses depois. In: PAIVA, op. cit., p. 193.

Janeiro.<sup>872</sup> Insatisfeitos com os rumos do partido, em virtude do seu apoio ao precocemente desgastado governo Sarney, muitos integrantes da ala progressista viam no PDT uma possibilidade de ampliar sua visibilidade, na medida em que Brizola vinha bem avaliado. Para Sardenberg, o próprio PMDB, abertamente, “desenvolvia uma trajetória que deveria levá-lo afastar-se do governo Sarney e a assumir uma posição de independência, com a qual pretendia apresentar-se às eleições gerais daquele ano [1986]”.<sup>873</sup>

Na avaliação de Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Rui Affonso, o Plano Cruzado se constitui em resposta governamental às pressões sociais e políticas. Os autores explicam que em 1984 o país foi sacudido pelas Diretas Já, um movimento cujo objetivo, mais do que substituir um militar por um civil, era a transformação do Brasil quanto a saúde, salários, reforma agrária, etc. Para eles, buscava-se reformas sociais que atendessem a maioria da população. Com a derrota da emenda e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, eles admitem que “o país entrou em compasso de espera, aguardando as tão prometidas reformas, principalmente pelo PMDB”.<sup>874</sup> Uma vez no poder, o PMDB não atendeu às expectativas da população. Na reforma ministerial ocorrida após meses de governo, o presidente Sarney privilegiou conservadores – 14 de 24 ministros tinham servido à ditadura e seis deles haviam sido governadores pela ARENA/PDS. Julgando-se preteridos, vários setores do PMDB ameaçaram romper com o governo, ensaiando aproximações com o PT e o PDT. Para completar o quadro que levou o governo a decidir pela reforma monetária, Sampaio Jr. e Affonso apontaram

o crescente isolamento político e social [do governo], caracterizado pelo fortalecimento eleitoral dos partidos de oposição, particularmente o Brizola e o PT, pelo ressurgimento da tese das ‘diretas’ para presidente, pela impotência do governo para enfrentar a rodada de reivindicações sindicais que se iniciaria em março e abril com os dissídios dos bancários e dos metalúrgicos e pela rápida desagregação de sua base de sustentação política e parlamentar em função da violenta reação do PMDB à reforma ministerial realizada em meados de fevereiro.<sup>875</sup>

Um das evidências de que o divórcio entre PMDB e governo era possível foi a bombástica entrevista concedida pelo líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), para quem “a Nova República é a mesma Velha República do passado. A população olha a moldura e diz: é esta mesma gente. É isto que está doendo”. Segundo ele, o partido precisava voltar às ruas, de onde parte “hoje o começo de

---

<sup>872</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 89.

<sup>873</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 282.

<sup>874</sup> SAMPAIO JR., Plínio de Arruda e AFFONSO, Rui. A transição inconclusa. In: KOUTZII, op. cit., p. 78.

<sup>875</sup> SAMPAIO JR., Plínio de Arruda e AFFONSO, Rui. A transição inconclusa. In: KOUTZII, op. cit., p. 78.

um desligamento entre governo e sociedade”.<sup>876</sup> A mensagem foi direta: “O PMDB deve deixar o governo e ir para as ruas”.<sup>877</sup> Para Cardoso, o governo havia assumido postura conservadora ao ampliar o espaço do PFL no governo. Ele denunciou que quem mandava no governo era a ala moderada do Exército, a ala liberal do regime anterior e alguns amigos do presidente. Do jeito que as coisas estavam sendo conduzidas pelo governo, ele acreditava que “a rua” iria para Brizola e Lula. Ele se disse cansado de ouvir dizer: “Vou votar no Brizola porque não tem outro jeito”.<sup>878</sup>

No mesmo dia 26 em que a entrevista era publicada no *JB*, Ulysses Guimarães concedia entrevista em seu gabinete, na qual reclamava do governo medidas de contenção da inflação e mais firmeza diante dos credores, quando recebeu telefonema de Sarney, que o convidara para uma conversa sobre economia.<sup>879</sup> Nessa conversa, sobre a qual guardou sigilo, foi informado sobre a reforma monetária.

Acerca da insatisfação e das críticas do PMDB ao governo, Sardenberg afirma que acabou funcionando no sentido de fazer o governo deixar o conservadorismo e assumir postura mais progressista:

Os líderes do partido não sabiam, até a véspera, que o programa estava em andamento e assim foram escalando nas críticas ao governo Sarney. E quanto mais avançavam nessas críticas, mais social e mais distributivo se tornava o programa em elaboração...<sup>880</sup>

Plano anunciado, euforia nas ruas. PMDB e governo restabelecem a paz: “Com o advento do pacote, houve uma reaglutinação das forças da Aliança Democrática que passaram a brigar pela paternidade das medidas econômicas. O Plano Cruzado cumpriu seu primeiro objetivo político”,<sup>881</sup> constatara Tarso Genro.

---

<sup>876</sup> “Fernando Henrique prega volta às ruas”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 fev. 1986, capa.

<sup>877</sup> “Fernando Henrique: PMDB deve trocar governo pela rua”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 fev. 1986, p. 4.

<sup>878</sup> “Fernando Henrique: PMDB deve trocar governo pela rua”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 fev. 1986, p. 4.

<sup>879</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 282.

<sup>880</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 228.

<sup>881</sup> GENRO, Tarso. Mais um capítulo (Prefácio). In: FORTUNATI, op. cit., pp. 22, 23. Os depoimentos a seguir são trechos de discursos de parlamentares peemedebistas que saudaram o governo e se apropriaram das medidas implantadas com o Cruzado como oriundas do PMDB. Vide PINTO, op. cit., pp. 131, 132.

Wilson Paz, 4/3: “Nós da Oposição passamos vinte anos a criticar a agiotagem dos bancos (...). Aplaudimos portanto o presidente da República José Sarney”.

H. Zanetti, 10/3: “O PMDB não pode esquecer que durante vinte anos foi para as praças públicas e as tribunas exigir mudanças, por isso estou aqui como deputado do governo apoiando as medidas sadias que foram anunciadas”.

W. Hasse, 14/3: “A luta do PMDB não foi em vão (...) as bandeiras do PMDB finalmente tremulam e teses que o partido defendeu durante longos anos de arbítrio são transformadas em realidade”.

### 2.3.2. As pressões dos trabalhadores sobre o governo

A força das esquerdas de um modo geral, e dos movimentos dos trabalhadores em especial, era inconteste. Nenhuma espécie de pacto social poderia ser realizado sem sua participação ou, no mínimo, sem o atendimento às suas reivindicações. Isso pode ser atestado quando observamos a constatação de Sardenberg, que assegura que a reforma fora gestada para neutralizar as críticas tanto à direita (“o déficit e o crescimento da dívida”) quanto à esquerda (“salários, movimentos sindicais”). Com o passar do tempo, assevera, “as preocupações à esquerda tornaram-se dominantes: o programa buscou cercar-se de acessórios que garantissem apoio popular ou ao menos evitassem grandes resistências de movimentos políticos e sindicais”.<sup>882</sup> Nas proximidades do anúncio do plano a imprensa revelava que a maioria dos sindicatos rejeitava proposta de reunir-se com governo e empresários para avaliar um pacto de salários e preços sem que antes houvesse acordo para a reposição das perdas salariais ocorridas durante a ditadura.<sup>883</sup>

A inclusão do ministro do Trabalho Almir Pazzianotto na equipe que discutiu o plano aponta para a importância do atendimento aos interesses dos trabalhadores para o êxito do programa. Um dos aspectos que André Lara Resende menciona em entrevista foi a resistência do ministro por ocasião da primeira exposição do plano. Pazzianotto demonstrara que o plano não passaria se não acenasse aos trabalhadores. Diante disso, Resende declarou: “Então ficou muito claro: sem o Pazzianotto a coisa vai ser uma crise danada. Se o Pazzianotto não embarcar no programa, vai ser muito difícil”.<sup>884</sup> Segundo Resende, o abono e o gatilho salarial nasceram da discussão com o ministro, não faziam parte do programa. O gatilho salarial (a escala móvel) entrou por insistência de João Manoel Cardoso de Melo, que afirmara que assim o governo atenderia uma reivindicação antiga do PMDB e das forças trabalhistas. Pazzianotto endossou: “Tem que colocar a escala móvel, não se discute isso”.<sup>885</sup> Em suma, “todas as concessões foram advindas do

---

Chagas Vasconcelos, 17/3: “Integrando um partido que teve a responsabilidade de lutar e que lutou durante tantos anos para que o sol da liberdade voltasse a brilhar novamente nos céus do Brasil... aquela luta não foi em vão”.

Darcy Passos, 19/3: “O PMDB se alegra com isso [a escala móvel de salário] porque reencontra no povo e no governo a sua mensagem de vinte anos... luta de vinte anos, que foi luta popular, partidária e parlamentar do PMDB”.

João Marcelino, 4/3: “Ao editá-lo, sua excelência [presidente da República] agiu exatamente em consonância com o programa do PMDB, com o programa da Aliança Democrática, porque veio ao encontro dos anseios do grande público brasileiro”.

<sup>882</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 165, 167.

<sup>883</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 242, 243.

<sup>884</sup> SOLNIK, op. cit., p. 156.

<sup>885</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 245, 246.

receio de não ter apoio público no momento inicial”,<sup>886</sup> “e aqui pesou a pressão exercida sobre o governo Sarney”.<sup>887</sup> Isso revela a centralidade dos trabalhadores no cenário nacional.

O seguro-desemprego também foi implantado na esteira das preocupações com as oposições que poderiam advir dos trabalhadores, uma vez que era antiga reivindicação do movimento.<sup>888</sup> A questão da escala móvel também ajudava o programa adquirir perfil progressista, pois dada a importância dos trabalhadores para a estabilidade, o Plano Cruzado “em nenhum momento poderia parecer conservador”.<sup>889</sup> Não sem razão, portanto, o economista João Antônio de Paula, da UFMG, afirmou que a escala móvel e o seguro desemprego “são certamente conquistas importantes, ainda que limitadas tais como estão”.<sup>890</sup>

Exatamente em razão de o Cruzado não poder parecer – e nem era – conservador, as discussões sobre os salários foram intensas, embora a apenas dois dias do pacote ainda não houvesse uma definição final sobre os índices. Até 25 de fevereiro, por exemplo, decidira-se sobre a conversão dos salários pela média dos últimos seis meses, mais abono de 4%. Somente na véspera, dia 27, é que se chegou aos 8% de abono e 16% para o mínimo. Nos debates, Pêrsio Arida era o mais contrário ao abono, argumentando que iria aquecer a economia e criar problemas para a administração dos preços. No polo oposto estava João Manoel Cardoso de Mello, que argumentava razões políticas: “E se os sindicatos parassem o País numa greve geral contra o programa?” Venceu o argumento político.<sup>891</sup>

Os trabalhadores eram atores tão relevantes que cogitou-se atender duas reivindicações fundamentais do movimento sindical: a introdução da jornada de trabalho de 40 horas semanais e de normas de estabilidade no emprego. Para João Manoel Cardoso de Mello, se o governo atendesse tais reivindicações os sindicatos estariam liquidados. Seu argumento evidencia muito bem as intenções políticas do governo: “Damos as 40 horas e a estabilidade. E acabamos com a CUT”, disparou Mello.<sup>892</sup>

---

<sup>886</sup> SOLNIK, op. cit., p. 156.

<sup>887</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 242.

<sup>888</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 249.

<sup>889</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 246.

<sup>890</sup> PAULA, João Antônio de. A evolução do debate sobre a inflação no Brasil. In: PAIVA, op. cit., p. 51.

<sup>891</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 251.

<sup>892</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 252, 253.

Pressões populares não exatamente oriundas dos sindicatos também incidiam sobre a equipe econômica, o que fazia com que fosse necessário diferenciar-se radicalmente do regime ditatorial: “Havia uma preocupação enorme de se separar do regime anterior, que aparecia como um regime de política econômica recessiva, e se distinguir como a equipe do crescimento”.<sup>893</sup> Por isso, “pela primeira vez se tentaria um programa antiinflacionário sem recessão. Ao contrário, desenhava-se um programa com crescimento econômico e melhoria nos padrões de distribuição de renda”.<sup>894</sup>

## **2.4. Os fiscais e a fiscalização dos preços**

### **2.4.1. Os fiscais do Sarney**

Uma vez mencionados os esforços dos setores dominantes para condicionar as classes populares, cabe agora apresentar o perfil do fiscal do Sarney apresentado pelo próprio presidente. As tentativas de disciplinar (ou manipular) os fiscais foram inúmeras. Sarney bem que tentou. No radiofônico semanal “Conversa ao pé do rádio” de 21 de março de 1986, o presidente definiu o que é ser fiscal do Sarney:

Ser fiscal do presidente é exigir serviços públicos eficazes.

Ser fiscal do presidente é exigir que as escolas ensinem, seja organizadas, que a assistência médica funcione, que os serviços de transporte cumpram horários e cobrem tarifas corretas.

Ser fiscal do presidente é confiar na igualdade de todos perante a lei.

Ser fiscal do presidente é impedir que os preços congelados nos níveis do dia 28 de fevereiro sejam remarcados ou alterados.

Ser fiscal do presidente é, principalmente, não deixar que o país pare sob qualquer pretexto. É impedir que os pessimistas tenham sucesso, é impedir que os boateiros espalhem o pânico. É desmascarar as mentiras contra o povo.

Ser fiscal do presidente é chamar as autoridades para que elas façam cumprir a lei. Ser fiscal do presidente não é fazer a justiça com as próprias mãos, mas acreditar que o governo fará cumprir a lei, doa a quem doer”.<sup>895</sup>

As duas primeiras definições remetem à experiência das pessoas com estados e municípios, que eram os níveis do Executivo que mais tinham – ou deixavam de ter – políticas públicas que impactavam o cotidiano dos setores populares. Nesse sentido, pode-se afirmar que o presidente está transferindo parte da atenção da população para outros atores políticos (grande parte deles do PDS), no que diz respeito às cobranças. As duas seguintes se referem a aspectos que milhões de pessoas (diretamente ou por tabela) vinham experimentando nas últimas três semanas, afinal, os preços recuavam e os ricos tinham que se explicar nas delegacias.

---

<sup>893</sup> SOLNIK, op. cit., p. 158.

<sup>894</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 227. Para saber mais sobre o perfil social, distributivista do plano, vide NEPOMUCENO, op. cit., pp. 78, 79.

<sup>895</sup> PINTO, op. cit., p. 109.

Contudo, o que mais interessa aqui é aquilo que o próprio Sarney deu maior importância, quando disse que “ser fiscal do presidente é, principalmente...” Ali deixou claro que sua maior preocupação é que as pessoas não deveriam dar ouvidos a “pessimistas”, “boateiros” e, claro, trabalhadores em greve. Os fiscais não deveriam “deixar que o país pare sob qualquer pretexto”, ou, em outras palavras, não devem fazer greves, protestar. Se, segundo Sarney, as oposições perpetraram mentiras contra o povo, é porque elas não fazem parte do povo. O fiscal, portanto, é aquele que só atende ao presidente. Sua última definição sobre o verdadeiro fiscal é que ele não faz “justiça com as próprias mãos”, mas acredita “que o governo fará cumprir lei”.

É óbvio que para José Sarney, para o governo, era necessário acentuar que “cada brasileiro tornou-se o fiscal do presidente”, como ele fez no referido programa radiofônico. Um exagero retórico, é verdade, e uma impossibilidade física. Contudo, na “nação” isso se realiza como possibilidade simbólica – mas nem por isso menos eficaz.

É tarefa complexa mensurar o alcance dessas orientações que presidente, auxiliares e meios de comunicação disseminavam entre a população. De imediato, posso afirmar que foram enunciadas exatamente porque havia indícios de que as pessoas não exatamente consideraram o Plano Cruzado como um fim, e sim um início de grandes transformações pelas quais tanto elas mesmas lutaram. Aliás, acerca da estabilidade de preços ser considerada como uma vitória popular, temos a carta de uma moradora do Rio de Janeiro (RJ), Yara Lucia Militão Marques, casada, 30 a 39 anos, Superior completo, mais de 5 a 10 salários, na qual se apresentou como fiscal (“Eu sou fiscal do Sarney”) e denunciou ao ministro Funaro aumentos de preços que a deixaram revoltada (“parece brincadeira, estão rindo do povo”). Indignada, perguntou: “Não é possível, que não se pode fazer nada para segurar esta situação e manter-se a estabilidade que estamos conquistando com tanta luta e orgulho?”<sup>896</sup>

A carta acima, em que a missivista fez questão de afirmar que era uma fiscal do presidente, introduz uma importante indagação: os que se dispunham a lutar pela manutenção do congelamento de preços – assumissem ou não o rótulo de “fiscais do Sarney” – estavam cooptados para o projeto político daquele que os convocara à “guerra contra a inflação”? Recorramos às evidências empíricas, até porque serão elas que

---

<sup>896</sup> Carta de Yara Lucia Militão Marques à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 04/04/86 FORMUL: 554 DV: 6 TIPO: 14 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

apontarão se o perfil dos fiscais do Sarney fora aquele definido pelo presidente Sarney. Ou não.

Em carta enviada à Assembleia Nacional Constituinte, Cecília Bohmgaherem Loureiro, também moradora do Rio de Janeiro (RJ), divorciada, acima de 59 anos, Superior incompleto, mais de 1 a 2 salários, fez questão de declarar-se fiscal do Sarney. Longe de significar que aderiria passivamente às orientações do presidente, ela exigia a moralização dos poderes públicos e a punição dos “ladrões do povo, da Nação”:

Em primeiro lugar, fazer uma reforma e moralizar os poderes públicos. Exemplo: acabar com as mordomias, acabar com os "jetons". Diminuir o que é pago aos senadores, deputados e vereadores, principalmente porque não fazem nada pelo povo, nem comparecem ao plenário para votação das matérias. Os citados homens públicos serem obrigados a contribuir com o Imposto de Renda da sua renda total. Fazer com que eles também tenham seus rendimentos reduzidos como o que atingiu a toda a classe média e baixa. Reformar totalmente o Código Penal (absoluto) a que os maiores ladrões do povo, da Nação, sejam também punidos (em que está o processo e punição do ex-Ministro da Justiça, o das pedras preciosas e vistos em passaportes falsos?). Nada de multas, porque tem dinheiro de sobra para pagá-las, mas, processo ou cadeia de verdade. Enquanto houver essa corrupção desenfreada, nunca o Brasil se reabilitará. Castigo para os pobres e ricos, principalmente os chamados "colarinhos brancos". Sou "fiscal do Sarney" e do governo.<sup>897</sup>

Comparando esta carta com a definição de Sarney acerca de como deve ser o fiscal, vemos que há alguma correspondência, sobretudo se levarmos em conta que ele afirmou que “Ser fiscal do presidente é confiar na igualdade de todos perante a lei”. Por outro lado, essa frase sugere uma atitude passiva, do tipo “acreditar que o governo fará cumprir a lei”, como disse o próprio José Sarney. E passividade era tudo que a carta de Cecília Loureiro não sugeria. Muito pelo contrário, o que ela sinaliza, entre outras coisas, era a histórica desconfiança dos políticos por parte do povo. E, pode se depreender que se o perfil médio dos fiscais fosse esse, Sarney teria problemas se o Cruzado viesse a naufragar. Ditas estas coisas, cabe indagar se os demais fiscais estavam mais pacientes para aguardar as mudanças e menos dispostos a exigí-las.

Continuemos com outra pessoa que apresentou satisfeita com o Cruzado. Zilda Oliveira Matta, de Guaraniaçu (PR), segundo grau incompleto, 15 a 19 anos, renda de até 1 salário mínimo, muito cuidadosamente deixou evidente sua insatisfação com a questão salarial no plano.

---

<sup>897</sup> Carta de Cecília Bohmgaherem Loureiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L035 DATA: 07/05/86 FORMUL: 871 DV: 4 TIPO: 14 30/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Bem achei ótimo a idéia do cruzado e como diz a propaganda, nós somos os fiscais, mas acho que um funcionário público ou um assalariado deverá ganhar pelo menos bem, para poder obter o "pacote" da economia, por exemplo: um funcionário; um pai de família que tenha 4 filhos, não poderá manter essa família com um salário de 804,00 (cruzados) sem o desconto de INPS. Desculpe-me pela simplicidade e pela sinceridade, aguardo resposta.<sup>898</sup>

A jovem paranaense nos confirma uma importante informação: a de que havia propaganda favorável ao plano. Longe, portanto, de segui-la de maneira acrítica, Zilda Matta, embora tenha aprovado o plano, acha que só poderia ficar bom se um trabalhador puder ganhar bem. Ao final, se desculpa, provavelmente por saber que esse tipo de observação incomoda os governantes, que preferem os elogios. Ainda mais crítico foi João Macena Lucas, morador da zona rural de Garanhuns (PE), casado, 1º grau incompleto, renda de até 1 salário mínimo:

Srs. parlamentares, o decreto do Governo é ótimo, mas para combater a inflação não precisa oprimir o operário, e sim dar o valor do cruzado, como é o valor do dólar não indo tomar mais emprestado, que o nosso Brasil tem para emprestar, não para ser sujeito ao estrangeiro, como fizeram os outros anteriores. O operário trabalha e não é compensado, vai pagar a conta da luz e água. Não pode, porque a mordomia dos bancários é demais, ganham 4 salários, trabalham 20 horas e não atendem a quem trabalha e produz. É preciso perder um dia para pagar água e luz, porque vamos levar para frente, mas esquecendo o veneno do PDS, que está inflando, indo tomar emprestado. Onde está o ouro, o dinheiro dos bancos das Américas. Nós temos petróleo e temos ouro. Temos pecuária, temos energia, temos agricultura, mas só está faltando a reforma agrária, onde está? Vamos em frente, dando o valor do Brasil, que tudo isto é constituinte, como também ordem, que a nossa cidade não tem e não obedece à Sunab. Os comerciantes compram os fiscais. Obrigado, e desejo resposta.<sup>899</sup>

Andréa da Silva Goulart, 10 a 14 anos, 2º grau incompleto, moradora de Cambuquira (MG), defendia o plano, mas também se queixava da falta de fiscais da Sunab (queixa muito comum nas cartas de moradores do interior), e reivindicou aumentos salariais para os trabalhadores.

Achei excelente o plano cruzado. Já estava na hora de alguém tentar melhorar a vida do brasileiro. Espero também que não pare a fiscalização. E que os fiscais venham também para o interior e fiscalizem, pois muitos ainda não estão respeitando. Os fiscais devem ser rígidos com os que não respeitarem a lei. Que seja dado um salário justo para os trabalhadores, professores em geral, para que não haja conflitos, greves e lutas por um salário digno. Tem que dar Certo?<sup>900</sup>

---

<sup>898</sup> Carta de Zilda Oliveira Matta à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L121 DATA: 03/03/86 FORMUL: 502 DV: 1 TIPO: 14 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>899</sup> Carta de João Macena Lucas à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L005 DATA: 11/04/86 FORMUL: 114 DV: 8 TIPO: 14 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>900</sup> Carta de Andréa da Silva Goulart à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L030 DATA: 01/07/86 FORMUL: 749 DV: 6 TIPO:

Como podemos ver nas duas últimas cartas, as pessoas saudavam o plano, mas, em seguida, vinham com reivindicações outras, não atendidas pelo Cruzado, como a reforma agrária e um salário justo. Andréa Goulart chegou a dizer que o atendimento a isso impediria “conflitos, greves e lutas por um salário digno”, o que pode ser traduzido como concordância com essas ações, na medida em que os salários eram baixos. No fim de sua carta, ela lançou mão do *slogan* da campanha da *Rede Globo* não como uma afirmação, mas como uma interrogação (“Tem que dar certo?”).

As cartas de pessoas não necessariamente tão instruídas quanto os professores do CEDEPLAR/UFMG constataram, como eles, que “o controle dos preços foi fundamental para eliminar tanto a queda rápida do poder aquisitivo dos assalariados quanto os efeitos redistributivos negativos da inflação”.<sup>901</sup> Por outro lado, assim, como os intelectuais, estavam cientes que “as carências sociais não foram eliminadas e são necessárias as políticas compensatórias, já definidas antes do programa de estabilização”.<sup>902</sup>

O texto da estudante Maria Cristina Soares Moraes, moradora de Pinheiro (MA), 15 a 19 anos, é típico daquele fiscal que faria “justiça com as próprias mãos”, se tivesse oportunidade. Isto pode ser observado pela forma como fala dos capitalistas:

Eu acho que essa nova Constituinte veio para melhorar o Brasil, pois nas últimas décadas o Brasil está sem meios para progredir de modo que nós brasileiros tenhamos direitos e possamos cumprir nossos deveres. Essa idéia de cruzado transformado em cruzado vai fazer com que o Brasil melhore e cresça, pois os preços das mercadorias, generos alimentícios em geral, estão subindo rapidamente, enquanto que o salário leva um tempão para pouco aumentar. Os preços estão congelados e espero que com isso comerciante, industriários, vendedores em geral não cometam o erro de subir os preços sem autorização do governo. Nós Brasileiros devemos fiscalizar tudo de maneira que não nos prejudique nem muito menos aos outros. Eu, que sou brasileira, estou contente em saber que posso colaborar com o Brasil e espero que ele melhore cada vez mais. Estou torcendo por um Brasil melhor, pois a decisão do governo veio no momento certo. Sugestão de uma estudante.<sup>903</sup>

Apenas na aparência sua carta poderia ser enquadrada entre as que defendem a adesão cega. Em primeiro lugar, ela revela ter conhecimento de que o Brasil não vinha crescendo nas últimas décadas, e que, em decorrência disso, não tínhamos direitos, fato que nos

---

13 28/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>901</sup> PAIVA, Paulo et. al. **Plano Cruzado: ataque e defesa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. XII.

<sup>902</sup> PAIVA et. al., op cit., p. XII.

<sup>903</sup> Carta de Maria Cristina Soares Moraes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 28/04/86 FORMUL: 006 DV: 9 TIPO: 13 15/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

autorizaria a não cumprirmos “nossos deveres” (interessante a enunciação coletiva). Dito de outra forma, ela evoca uma via de mão dupla, uma espécie de pacto entre Estado e Povo, que, de resto, é algo que está implícito no mecanismo que fez girar a roda do Plano Cruzado. À primeira vista, parece que ela está de acordo com as orientações do governo de não usar de meios violentos para manter o congelamento de preços. No entanto, há certo tom ameaçador na frase “Os preços estão congelados e espero que com isso [os capitalistas em geral] não cometam o erro de subir os preços sem autorização do governo”. E se cometessem o erro? Não creio incorrer em erro ao supor que, nesse caso, ela estaria entre os que protestavam nos estabelecimentos comerciais.

Boaventura Josino da Cruz, de Cataguases (MG), 50 a 59 anos, casado, renda de 3 a 5 salários mínimos, 2º grau incompleto, listou dez sugestões aos constituintes. Aqui, recupero a última: “Que continue o povo fiscalizando a vida nacional”.<sup>904</sup> Interessante que, para Cruz, o que a população fazia mais que apenas fiscalizar preços; era como se cuidasse da saúde da nação. A carta de José Honório Gonçalves Netto, morador de Mafra (SC), casado, 40 a 49 anos, 1º grau incompleto, poderia ser imediatamente inscrita entre aquelas que revelam uma maior adesão ao presidente Sarney:

Ilmo Sr. Presidente Sarney:

Considero esta medida, uma medida excepcional, extraordinária, excelente, esplendida, uma maravilha de medida. Agora sim, o dinheiro cresce no bolso do cidadão, o cruzado está deixando o cruzeiro para trás. Sr. Presidente, não vou dar minha sugestão, porque não acho necessário, pois confio no seu governo, me considero também um fiscal do governo, aliás, isto para mim é uma grande honra. Sr. Presidente, desejo receber uma carta sua, para mostrar ao povo aqui que o Presidente Sarney dá valor a um modesto operário que sou eu, obrigado.<sup>905</sup>

Não é nada incomum encontrarmos manifestações de gratidão ao presidente. Pode-se dizer que é de se esperar que muitos lhe sejam agradecidos pelo plano que pôs fim à inflação sem pedir nada em troca, sobretudo para aqueles que conheciam menos ou mesmo desconheciam a trajetória política do presidente. De todo modo, dois aspectos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, o texto deixa implícito que a “medida excepcional, extraordinária, excelente, esplendida, uma maravilha de medida” não pode ser abandonada pelo governo, no qual ele confia e ao qual se oferece como fiscal – com “grande honra”. A

---

<sup>904</sup> Carta de Boaventura Josino da Cruz à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L102 DATA: 13/05/86 FORMUL: 028 DV: 3 TIPO: 10 14/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>905</sup> Carta de José Honório Gonçalves Netto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 22/05/86 FORMUL: 318 DV: 1 TIPO: 30 16/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

adesão entusiástica, como visto, constringia o governo a manter o congelamento. Em segundo lugar, o fato do operário desejar receber uma carta de Sarney “para mostrar ao povo aqui que o Presidente Sarney dá valor a um modesto operário” pode revelar que várias pessoas de seu convívio não tinham a mesma opinião a respeito do presidente.

O jornalista Ricardo Noblat, respondendo interinamente na Coluna do Castello do *JB*, asseverava que o Cruzado não era considerado pela população como um fim em si mesmo, como atestam as cartas analisadas. De acordo com ele, a campanha Diretas Já polarizou “os desejos de reformas estruturais”. Em seguida, a eleição dos prefeitos demonstrou que tal desejo não fora satisfeito – “mal tinha sido arranhado”. Para Noblat, “o decreto assinado pelo presidente no último dia 28 desatou o desejo que, vencida a inflação, não terá sido saciado”. Segundo ele, o presidente – que vinha eufórico – deveria estar preocupado. (E aqui a preocupação parece do jornalista, do jornal etc.) Tal preocupação, para o jornalista, adviria do seguinte: “Domada a inflação, os fiscais do Sarney pedirão mais e mais. O governo amarrou-se ao desejo que ajudou a despertar”.<sup>906</sup> Apesar de sensata, esta análise ignora o aspecto processual dos fiscais do Sarney, que é o fato de existirem antes da própria Presidência Sarney. O que o plano fez foi potencializar um perfil reivindicatório já existente nas classes populares, antes denominadas simplesmente como “povo”, desta feita batizadas como “fiscais do Sarney”.

As cartas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte, neste trabalho analisadas, refletem o perfil radicalizado das classes populares no Brasil. Penso que esta pesquisa pôde demonstrar até aqui que a população viu no Plano Cruzado o inédito atendimento a várias de suas antigas demandas. Nada mais normal, portanto, que a adesão imediata – e mesmo entusiástica – da população. Contudo, é preciso reforçar que os fiscais não nasceram em 28 de fevereiro de 1986, e isto porque eles já estavam, em certo sentido, prontos. Ou alguém acredita que um plano econômico, por mais relevante que tenha sido (e foi), apaga completamente as experiências acumuladas em duas décadas de carestia, desrespeito e arbítrio?

Jardim Pinto, não muito tempo depois do fim do Cruzado, parecia acreditar que sim. Para a autora, o discurso de lançamento do Cruzado,

devido à sua natureza autoritária não mobiliza sujeitos sociais já existentes e com canais próprios de voz, mas constrói um novo sujeito – o fiscal do presidente, sujeito este que é ao mesmo tempo unitário e diluído. Unitário porque não depende na sua construção de sujeitos anteriores – todos, a população, os

---

<sup>906</sup> Ricardo Noblat. “Apetite liberado”. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 16 mar. 1986, p. 2.

brasileiros e brasileiras são fiscais. Diluído porque se calca na existência do cidadão enquanto indivíduo – a relação que se estabelece é entre cada fiscal e o presidente, não sendo considerada a relação entre os diversos fiscais.<sup>907</sup>

A autora afirma que o discurso presidencial fora capaz de constituir dois sujeitos – os trabalhadores e o povo –,

nascidos diretamente do discurso, sem existência anterior, sem memória, sem história. Nenhuma luta popular é articulada, nenhuma vitória é lembrada. O país era o caos (governo militar) e a tragédia (a morte de Tancredo Neves). No caos e na tragédia não existia o povo, nem o trabalhador, ele é construído de maneira fluida e sem história: é instaurado autoritariamente pelo “eu” presencial no discurso inaugural.<sup>908</sup>

A meu ver, essa visão é oriunda da sobrevalorização da ação dos governantes e do próprio discurso na construção do social. Para Jardim Pinto, foi o discurso do presidente o responsável por criar os fiscais. É evidente que o discurso – muito bem estruturado, em perfeita sintonia com as experiências da grande maioria da população, é verdade – se esforça por fazer tudo o que Jardim Pinto aponta: a) a inflação como síntese de todos os problemas nacionais; b) um plano que vai mudar o país ao acabar com a inflação; c) a relação presidente-povo construída através do plano, fruto do empenho do presidente; d) a constituição dos dois sujeitos – povo e trabalhadores – pelo discurso.

Por outro lado, é sabido que qualquer intenção manipuladora dos setores dominantes pode ou não ter êxito, e que uma coisa ou outra depende da leitura que indivíduos e grupos fazem daquilo que foi enunciado – ainda que à exaustão. Essa leitura, necessariamente, é realizada com as lentes da experiência, analisando a conjuntura e os limites da ação. Por esta razão, as pessoas festejaram o plano, uma vez que até então em muitos anos nenhum aceno viera do Estado em benefício da população. Como apontam os populares em suas cartas, não foi apoliticamente que defenderam o congelamento de preços.

#### 2.4.2. “Eu sou fiscal do Sarney”?

“Parabenizo a todos pela convenção e pela Nova República, pelo futuro do nosso Brasil. Tem que dar certo. Parabéns Sarney. Eu sou fiscal do Sarney”,<sup>909</sup> escreveu o jovem de 17 anos Paulo César Oliveira Ferreira, solteiro, 1º grau, até 1 salário, morador de Belo

---

<sup>907</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney. O discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 111.

<sup>908</sup> PINTO, op. cit., p. 107.

<sup>909</sup> Carta de Paulo César Oliveira Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L132 DATA: 03/03/86 FORMUL: 794 DV: 1 TIPO: 10 02/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Horizonte (MG). Em sua carta, pode-se perceber que o êxito do Cruzado também foi o êxito da propaganda do Cruzado, haja vista que as frases “Tem que dar certo” e “Eu sou fiscal do Sarney” fizeram parte de peças publicitárias veiculadas em favor da reforma econômica.

Posicionamentos como os que assumiram pessoas como o jovem da carta acima foram muito comuns. Poderíamos considerar um posicionamento como este reflexo direto da propaganda do plano? Admitindo que tenha sido (e foi mesmo), isto significa que os receptores das mensagens a adotaram com o sentido que foram enunciadas? Creio que, se o leitor este atento até este momento, já deve ter atinado que isto não ocorreu. Os brasileiros de então (como em qualquer época e lugar), não constituíam tábula rasa, sem história e sem memória.

Há múltiplas evidências de que “o jornalismo se tornou um referencial fundamental para a experiência que os cidadãos comuns tiveram do Plano Cruzado”.<sup>910</sup> Daí a acreditar que a ação dos meios de comunicação foi capaz de fabricar os fiscais vai uma boa distância. Penso que a melhor forma de resolver esta questão resida no exame das evidências empíricas. O que elas têm a nos dizer sobre isso? Nada melhor que tomar como exemplo o bordão “tem que dar certo”, exaustivamente disseminado em diversos meios, a partir da *Rede Globo*.

De fato, o bordão caiu na boca do povo naqueles dias. Mas será que a leitura que dele fizeram das classes populares correspondia à adesão apolítica que deles se esperava? Começemos com o próprio missivista, que assumiu ser fiscal do Sarney. Além do acima exposto, ele havia dado sugestões aos constituintes, quais sejam: mudar o sistema de notas bimestrais, dar apoio aos menores órfãos e infratores na FEBEM e; pasme o leitor, espalhar “os Brizolões escolares pelo país inteiro”.<sup>911</sup> Ora, se alguém que se diz filiado a Sarney deita água no moinho do maior opositor que o presidente tinha então, pode-se falar no Cruzado como responsável por uma adesão ao projeto político de José Sarney? Não se responderia uma questão dessa complexidade com um único exemplo. Portanto, vejamos outros. Muitos outros.

---

<sup>910</sup> SOARES, Rafael Fortes. **A torcida “precisa e imparcial”: Isto É, Veja e o Plano Cruzado**. Dissertação de Mestrado. Coordenação de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 64.

<sup>911</sup> Carta de Paulo César Oliveira Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L132 DATA: 03/03/86 FORMUL: 794 DV: 1 TIPO: 10 02/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Marco Antonio Alves de Assis, residente em Mata de São João (BA), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, mais de 3 a 5 salários, finalizou sua carta com o indefectível “Tem que dar certo”. Um exame do que foi escrito antes nos revela que, embora tivesse adotado a frase criada para fomentar a união em torno do presidente, o missivista não se colocara à reboque do projeto de poder urdido pelo Planalto. À certa altura, ele indaga, praticamente como se exigisse: “espero um novo Brasil nascendo, tá?” Ele explica melhor como seria o “novo Brasil”:

Muita mudança, empregos, mas para isto é preciso prometer menos e agir mais, existe gente aí com fome, passando privações, crianças sem condições de estudar, que vão para o colégio apenas para ganhar a merenda. E sem nenhuma capacidade de aprendizagem. Então isso tudo tem de desaparecer, é por isso que eu boto fê na constituinte. Tem que dar certo.<sup>912</sup>

Araripe Colussi, morador de Jundiá (SP), solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, assim escreveu o bordão: “TEM QUE DAR CERTO”. Antes, porém, havia exigido que fosse respeitado o direito “do trabalhador rural e urbano”, que o presidente Sarney ouvisse todas as sugestões do povo para fazer uma boa Constituinte e implementasse a reforma agrária<sup>913</sup>. Célia Alves, residente em Paraguaçu Paulista (SP), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, afirmou não ter sugestões a dar, que o povo deveria acreditar mais “neste novo Brasil que acabou de nascer” e “também naqueles que estão fazendo deste país uma democracia e desta uma nova Constituição”. Disse que “com esta nova Constituição e com um novo Presidente, [sentia] um novo Brasil e uma nova nação pela frente”. Em seu aparente adesismo, defendeu que “sem críticas, vamos procurar solucionar os problemas que vão aparecer”. No final da carta, um desfecho “chapa branca”? “Acredito em você, Brasil Tem que dar certo”<sup>914</sup>, disse entusiasmada.

De fato, e até compreensivelmente, a jovem demonstrou muita esperança com as medidas que há pouco tinham sido implementadas. No entanto, isso não significa que acreditava que havia resolvido os problemas do país, pois, ela mesma atestara “que

---

<sup>912</sup> Carta de Marco Antônio Alves de Assis à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L035 DATA: 30/02/86 FORMUL: 865 DV: 1 TIPO: 13 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>913</sup> Carta de Araripe Colussi à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L038 DATA: 30/02/86 FORMUL: 933 DV: 7 TIPO: 10 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>914</sup> Carta de Célia Alves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L039 DATA: 30/02/86 FORMUL: 957 DV: 3 TIPO: 30 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

convive com a fome e falta de emprego”. Em sua carta, disse que naquele momento existia democracia no país e que “nós brasileiros temos o direitos de dar nosso grito de liberdade, a liberdade de fazer e dar sugestões”. Em outras palavras, embora tenha dito em outro trecho que não daria sugestões, asseverou que os brasileiros tinham vários direitos, inclusive o “de fazer e dar sugestões”. Alguém duvida que uma fiscal como essa se recolheria caso o plano demonstrasse ser um embuste?

Morador de Venâncio Aires (RS), Vítor Augusto de M. Piedade, solteiro, 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, enumerou seis itens em sua carta. O último deles continha o bordão: “Todos têm que fiscalizar. O Brasil tem que mudar, tem que dar certo”. Antes dele, várias reivindicações (e/ou sugestões): “1o. Eu quero saber sobre o salário dos militares: Haverá ou não reajuste?”; “2o. Opinião: Eu acho que deveria ter fiscais do povo em todos os municípios brasileiros”; “3o. Nós devemos continuar lutando contra o desemprego”; “4o. Educação: devem ser construídas escolas gratuitas, para que as pessoas que não tem condições de pagar, tenham a chance de saber ler e escrever”; “5o. Saúde: Todos os testes de saúde devem ser obrigatórios nos hospitais, porque todas as pessoas têm o direito de crescerem saudáveis”. Portanto, o exame detido de sua carta revela que apresentava várias reivindicações populares anteriores ao próprio governo Sarney, e que o sucesso inicial do Cruzado na contenção da inflação foi capaz de desfazer.<sup>915</sup>

Magneuza Cinilo dos Santos, residente em Poço Redondo (SE), solteira, 15 a 19 anos, 1º grau, sem rendimento, parecia estar feliz com as mudanças, acreditava que “o cruzado só veio facilitar a nossa vida. Não só a minha opinião mais de todos os brasileiros, era disso que o nosso Brasil estava precisando, de um empurrãozinho para ir para frente”. Sua opinião era de foi “a melhor idéia que o nosso presidente poderia ter e espero que o nosso presidente continue assim”. Em suas palavras, vemos que a jovem sinaliza que a experiência que vivia era coletiva. Além disso, elas guardam uma advertência a Sarney: “continue assim”. Como milhares de outros brasileiros, ela estava associando o novo momento de mudanças na economia (Cruzado) e na política (Constituinte) com a democracia. Como os demais integrantes do campo dos oprimidos, ela acreditava que vivia um tempo em que “podemos falar tudo que pensamos e o que queremos do nosso futuro”.

---

<sup>915</sup> Carta de Vítor Augusto de M. Piedade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L109 DATA: 30/02/86 FORMUL: 204 DV: 5 TIPO: 10 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Ora, a crença das classes populares na soberania popular, que agora parecia favorável ao presidente, não poderia ficar contra, se a mudasse conjuntura? A intenção da missivista de Sergipe era que um dia o povo pudesse “ter um Brasil só nosso, sem dívidas e etc”. E acreditava que se podia ir mais longe: “Com um pouco mais de paciência e tempo, quem sabe se nós não pagaremos a dívida externa? É um pouco difícil, é verdade, mais não é proibido sonhar com a nossa liberdade, com a liberdade da nossa nação”. Vemos aqui que o Cruzado não encerrava os sonhos. Ao contrário, era um marco inicial. “E se o Brasil continuar assim, nós teremos um Brasil feliz e tranquilo. E nós vamos colaborar com ele. Tem que dar certo”.<sup>916</sup> Atenção ao destaque dado ao “se”, que não deixa de ser uma advertência sobre como o governo tem que continuar a proceder.

Moradora de Nordestina (BA), Terezinha Maria de Carvalho, solteira, 30 a 39 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, afirmou que “o que todo e qualquer brasileiro quer da nova Constituinte, é a verdadeira Constituição dos nossos Parlamentares, por isso, sabemos escolher entre todos os Governos Estaduais e Federais”. Ela se mostrou muito preocupada com aqueles que representariam os interesses populares na Constituinte e, apesar de lançar mão do “tem que dar certo”, se recusava a apoiar políticos da “velha República”, que ela nomeia como “coronéis”. Sua aparente adesão não subtraiu sua capacidade de se colocar politicamente:

Não deixemos que volte a velha República, não admitamos, que os Coronéis, voltem a comandar, pois somos gente com idéias e pensamentos iguais. Lutaremos juntos aos nossos representantes Estaduais e Federais. Chega de promessas, chega de autoritarismo por parte destes Coronéis, é o caso do Prefeito de Nordestina, ele não administra, governa. Não está certo. Estamos na época, do "tem que dar certo". Sou visada por ser uma mulher destemida, denuncio tudo o que for de errado, agrave em quem agravar, não estou nem aí.<sup>917</sup>

Arceonila Mendes do Carmo, residente no Rio de Janeiro (RJ), casada, 40 a 49 anos, Superior completo, mais de 3 a 5 salários, disse esperar que a nova Constituição desse “chances a cada Brasileiro uma cidadania franca, sem receio de reclamar”, e que houvesse ênfase na “Reforma Agrária com ampla assistência ao índio e ao camponês”, a fim de conter o êxodo rural. Entre outras, ela ainda reivindicou “atenção especial ao

---

<sup>916</sup> Carta de Magneza Cinilo dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L114 DATA: 30/02/86 FORMUL: 338 DV: 1 TIPO: 30 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>917</sup> Carta de Terezinha Maria de Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L040 DATA: 02/03/86 FORMUL: 995 DV: 3 TIPO: 10 26/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

nivelamento salarial em todas as categorias”, pois só assim poderia o povo “repetir num só coral”: “Tem Que Dar Certo”.<sup>918</sup> Como se vê, a adesão ao governo foi condicionada ao atendimento de várias reivindicações, e existiu na medida em que elas pareciam estar sendo encaminhadas. Solteira, 30 a 39 anos, sem rendimento, Superior incompleto, moradora de Jaboatão (PE), Esmeralda Rodrigues Morais achava que “A Nova Constituição” havia feito “renascer um novo País (...) com a mobilização de mais da metade da população, principalmente dando o direito da "mulher" de participar...” Cheia de esperança, afirmou: “espero uma nova vida, principalmente com a medida do ‘Pacote’ de congelar por um ano, tudo, dando a cada brasileiro de ser ‘Mini Sarney’ na fiscalização dos preços. Eu também sou uma delas”. Os trechos finais de sua carta revelam porque se sentia (e provavelmente agia) como um dos fiscais: “E que essas medidas abram novos campos de trabalho. Falo isso, porque estou desempregada há quase quatro anos. Por isso digo: TEM QUE DAR CERTO”.<sup>919</sup>

Silvana Maia Silva Carvalho, residente em Felixlândia (MG), solteira, 20 a 24 anos, Superior incompleto, até 1 salário, demonstrou que também havia tido contato com o famoso bordão. Ela achava que o jeito que o governo lidou com a questão dos salários estava errado: “não vai dar certo”, disparou. De acordo com ela, “o salário mínimo teria de dobrar, pois só assim a inflação passada acabaria”. Com o parco aumento, ela explicou: “continuo devendo e o salário não dá para pagar”. Ao final, utilizou verbo no imperativo: “Vê se aumenta este salário”. Se isso acontecesse, ela diria: “Assim tem que dar certo”.<sup>920</sup> Morador de Recife (PE), Adilson Souto Gouveia, casado, 40 a 49 anos, Superior completo, mais de 3 a 5 salários, também se queixou muito do salário. Asseverando que Afonso Arinos de Mello Franco afirmara que “as Constituições não dão pão a ninguém, mas, certamente, asseguram o direito de obtê-lo”, ele acentuou o seguinte: “Direito vilipendiado, povo imolado”. E mais:

---

<sup>918</sup> Carta de Arceonila Mendes do Carmo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L040 DATA: 02/03/86 FORMUL: 995 DV: 3 TIPO: 10 26/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>919</sup> Carta de Esmeralda Rodrigues Morais à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L214 DATA: 02/03/86 FORMUL: 332 DV: 4 TIPO: 13 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>920</sup> Carta de Silvana Maia Silva Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L104 DATA: 03/03/86 FORMUL: 086 DV: 7 TIPO: 14 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Cz\$ 804,00 não asseguram o sustento de uma família, muito pelo contrário, levam-na à marginalidade. Não é isso que prega a nossa Carta Magna, quando determina expressamente: "Todo o cidadão terá direito a um salário que lhe...decentemente... e a sua família", não é o que vemos atualmente. Vemos a riqueza nas mãos de 2% e 98% amargando a pobreza e a miséria. É preciso mudar, temos que assegurar ao povo o mínimo necessário e não o necessário mínimo dos "PAIS DA PÁTRIA". Tem que mudar, tem que dar certo. Não pode continuar como está?<sup>921</sup>

Vale ressaltar que Gouveia, apesar de não viver de salário mínimo, se preocupava com o valor do salário e com a esmagadora maioria de pobres que havia no Brasil. Embora as estatísticas não computassem 98% de pobres, entenda-se que sua fala reforça a noção de unidade entre os diversos setores (classes populares) contra uma minoria de ricos (os 2%), contra os quais estava toda a “nação”, o conjunto dos oprimidos.

Samoel Sales Ferreira, residente em Itamarajú (BA), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, escreveu que “até agora” as decisões do presidente “estão dando certo”, frases que carregam certa desconfiança. Ele disse esperar que a Constituinte fosse elaborada “com participação de todo povo brasileiro” em todas as decisões, “e assim o país se conscientizará que o nosso objetivo é crescer, e se tornar um país inteiramente independente em todos os sentidos. A Constituinte tem que dar certo”.<sup>922</sup> Olímpio Benite de Cingue, morador de Flórida Paulista (SP), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, até 1 salário, afirmou que “a Constituinte é de grande importância para o país”. Demonstrando que, apesar de jovem, guardava experiências da ditadura, completou: “aliás, sempre foi de grande valor e isto o povo sabia, mas bem por fora pelo fato de não poder dar sua opinião, mas acho que está melhorando e estou sentindo que é para melhor”. Em seguida, longe de apenas aplaudir e agradecer ao presidente, e dele esperar as soluções, o jovem que acreditava “que vai dar certo, isto é, tem que dar certo”, deu exemplos de como fazer dar certo:

Por exemplo: Reforma Agrária que para mim eu acho que já era tempo de se fazer algo com as terras dos fazendeiros desoculpados quando não com pastos, eram puro mato, e com essa lei o homem tem uma chance de poder plantar e colher seu próprio produto. Mas agora o mais importante foi feito, que é o pacote econômico, que foi muito valioso para uma mudança total e acho que vai dar certo, é, tem que dar certo. Eu espero muito da Constituinte e acho que o Brasil está no caminho certo e desejo também que esse planejamento, isto é, essa

---

<sup>921</sup> Carta de Adilson Souto Gouveia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L106 DATA: 03/03/86 FORMUL: 133 DV: 5 TIPO: 14 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>922</sup> Carta de Samoel Sales Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L124 DATA: 03/03/86 FORMUL: 578 DV: 7 TIPO: 13 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

solução para nosso país venha dar certo e fazer o controle real das coisas. também eu acho que os lavradores teriam que ter um tipo de crédito maior e também que eles tivessem um maior apoio do governo em suas plantações. Dar o direito ao cidadão de ter sua casa própria tendo em vista um futuro melhor, estimular ou oferecer oportunidades aos professores recém-formados como exemplo do Normal, têm outros, mas acho que estes são os principais espero que dê certo essa Nova Constituinte.<sup>923</sup>

José Seeifer Filho, morador de Camocim (CE), casado, 40 a 49 anos, 1º grau, mas de 1 a 2 salários, também queria que desse certo, e, como os demais, queria apontar o caminho para o êxito. Entre outras, escreveu: “Mais escolas, mais trabalhos, mais comida, e menos dívidas externas continuar com tabelamento geral. Presidente Sarney, tem que dar certo”.<sup>924</sup> Moradora de General Carneiro (PR), Elizane Pereira, casado, 30 a 39 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, lançou mão do bordão para falar das diferenças de classe e de gênero, do preconceito racial, da desigualdade e injustiça sociais e da violência contra a mulher existentes no Brasil:

Primeiramente gostaria que houvesse um tratamento de igual para igual. Por exemplo, nos trabalhos: certas pessoas pobres, humildes, analfabetas, quase se arrebatam de tanto trabalhar para ganhar o pobre salário mínimo enquanto outros ganham fortunas nas costas dessas pessoas humildes. E além do mais, tratam estas pessoas humildes como sendo escravos e isso não é justo. Outra coisa que preocupa principalmente as mulheres é o alcoolismo que tomou conta desse nosso Brasil tão maravilhoso. Os homens tomam umas e outras e chegam em casa espancando suas mulheres, maltratando seus filhos, muitas vezes atacando numa forma muito violenta. "TEM QUE MUDAR, TEM QUE DAR CERTO".<sup>925</sup>

Para Walter de Oliveira Prado, morador de São João de Meriti (RJ), solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, mais de 3 a 5 salários, o Brasil também tinha que dar certo. E, para que desse, ele sugeriu que a Constituinte debatesse o “programa da Reforma Agrária, para nós não cairmos mais no casuísmo, nas idéias cristalizadas criadas pelas oligarquias latifundiários, que são tão perniciosos ao processo econômico de nosso País.

---

<sup>923</sup> Carta de Olímpio Benite de Cingue à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L124 DATA: 03/03/86 FORMUL: 588 DV: 2 TIPO: 13 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>924</sup> Carta de José Seeifer Filho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 04/04/86 FORMUL: 088 DV: 5 TIPO: 13 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>925</sup> Carta de Elizane Pereira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 03/04/86 FORMUL: 042 DV: 1 TIPO: 10 26/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Tem que dar certo”.<sup>926</sup> Reforma agrária também era a reivindicação de Paulo Rodrigues da Silva, casado, 50 a 59 anos, 1º grau incompleto, renda de até 1 salário, morador de Barra de Guabiraba (PE), que tinha experiência da desigualdade de classe na região em que vivia: “Nós brasileiros em geral, queremos terras para trabalhar, aqui no município de Barra de Guabiroba, tem muita terra, mas os barões estão com o poder, tomaram conta e só plantam chapéu para o gado, deixando o pobre sem nada...” Por esta razão, “nós pobres, estamos torcendo para que o senhor [Sarney] faça como fez com a inflação, porque tem que dar certo”. A frase final de sua carta – escrita em letra de maiúscula – deixou evidente o que para ele significava dar certo: “TERRA PARA OS POBRES PLANTAREM E COLHEREM.....”<sup>927</sup>

Morador de Curitiba (PR), Dejalma do Nascimento, casado, 25 a 29 anos, mais de 3 a 5 salários, queria, entre outras coisas, que houvesse “um meio para que o mau político seja punido por dolo ao povo que o elegeu”. Em seguida, agradeceu ao presidente: “Obrigado Sarney, tem que dar certo”.<sup>928</sup> (O leitor pode imaginar a revolta e a indignação que acometerão pessoas como este missivista, que demonstraram gratidão ao presidente que patrocinará o maior estelionato eleitoral ocorrido até então.) Semelhante situação pode ser observada na carta de Joanan Soares Barreto, residente em São Luis (MA), solteiro, 30 a 39 anos, 2º grau, mais de 2 a 3 salários. Ele afirmou que “o Brasil tem que dar certo”, mas sua carta discordava dos métodos eleitoreiros que o presidente – e seu partido – utilizarão nas eleições de novembro. O que teria sentido este missivista quando o próprio Cruzado se revelou eleitoreiro?

Estou certo que haverá, será bem organizada, entretanto contará com um bom número de Constituintes que irão somente fazer presença. Mesmo porque alguns deles estarão presente por culpa de alguns eleitores, que ainda votam nesses elementos por troca de algum material ou promessas, deixando de colocar elementos capazes de nos representar condignamente. Também espero que os Constituintes, fossem mais atentos no que diz respeito aos problemas dos direitos humanos. Haja visto que no Brasil não se faz cumprir esses direitos, deixando

---

<sup>926</sup> Carta de Walter de Oliveira Prado à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 04/04/86 FORMUL: 554 DV: 6 TIPO: 14 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>927</sup> Carta de Paulo Rodrigues da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 09/04/86 FORMUL: 077 DV: 1 TIPO: 14 04/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>928</sup> Carta de Dejalma do Nascimento à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 07/04/86 FORMUL: 269 DV: 1 TIPO: 13 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

assim muito a desejar e ainda por cima havendo discriminações. O Brasil tem que dar certo. Conto com a Constituinte.<sup>929</sup>

A análise das diversas cartas supra apresenta um cenário distinto do que sugere a onipresente propaganda a favor do Cruzado. Apesar dos esforços de manipulação, a interpretação que os destinatários das mensagens do governo e de seus associados nem sempre – e não necessariamente – estava de acordo com o que se previa. Ao contrário, apesar da compreensível gratidão de muitos, frequentemente os membros das classes populares abandonavam uma atitude passiva de simplesmente esperar as conquistas do alto, associavam as mudanças às próprias reivindicações e lutas populares de muitos anos, e consideravam que “dar certo” significaria ampliar fortemente as conquistas populares, dentre as quais o Cruzado era apenas o início.

Certamente, a postura assumida pelas classes populares frente ao Cruzado era mais ativa – e autônoma – do que desejavam e do que precisavam os setores que tentaram condicionar suas opiniões e seu comportamento. Rotuladas por estes como “fiscais do Sarney”, milhares de pessoas ter se sentido à vontade com este epíteto, e neste papel, para – ainda que por pouco tempo – inverterem a ordem “natural” das coisas, sobrepujando os que consideravam serem seus exploradores.

#### **2.4.3. A fiscalização popular dos preços**

A fiscalização mais eficiente foi a popular, fosse a surgida de forma espontânea, nos próprios estabelecimentos comerciais, fosse a organizada por movimentos sociais, como associações de bairros e de donas-de-casa. “No dia seguinte ao do anúncio, supermercados foram invadidos por batalhões de donas-de-casa armadas até os dentes com tabelas de preços e uma disposição incomum de batalhar descontos”.<sup>930</sup> De diferentes formas, as classes populares conseguiram pressionar os segmentos empresariais para manter os preços congelados. No Rio de Janeiro, por exemplo, “dezenas de associações de moradores instalaram mesinhas diante de supermercados para distribuir listas de preços e testemunhar remarcações”. Uma das lideranças, Graciete Santana, instalou em sua casa em Realengo, três televisores e dois rádios em estações diferentes. Através do telefone, se

---

<sup>929</sup> Carta de Joanan Soares Barreto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 04/04/86 FORMUL: 554 DV: 6 TIPO: 14 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>930</sup> NASSIF, op. cit., p. 66.

comunicava com outras mulheres para organizar a fiscalização. “Estamos com o presidente”, disse Santana à imprensa.<sup>931</sup>

Ainda no Rio, a combativa Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) decidiu fiscalizar os preços após reunião com 80 associações para discutir participação na Constituinte. “Dentre as medidas que os representantes das associações de moradores consideram ‘ditatorial’, uma foi aplaudida por todos: o congelamento de preços”. As lideranças presentes acreditam que a FAMERJ pode usar sua experiência pra fiscalizar. Divididas em quatro equipes com aproximadamente 50 representantes de associações de moradores (zonas norte, sul, oeste, Petrópolis, Itaguaí e Niterói), cerca de 250 pessoas se reuniram no Centro de Formação de Líderes em Nova Iguaçu. Contudo, o apoio ao plano não fez com que a FAMERJ deixasse de lado as demais reivindicações: “Para os representantes das associações, o presidente Sarney deveria ter acrescentado às medidas a reforma agrária, profunda e imediata, a resolução da questão da dívida externa e o aumento real de salários acima da inflação” Prova de que o Cruzado não desmobilizou a FAMERJ é que aquelas lideranças se reuniram para discutir Constituinte, reforma agrária, dívida externa, reforma urbana e movimento sindical.<sup>932</sup>

Em Curitiba (PR), por outro lado, ganhou destaque a associação entre populares e o governo municipal. A cidade tinha 211 supermercados e recebeu 1.910 denúncias em pouco mais de uma semana. Para atender melhor, criou-se uma central com quinze terminais telefônicos e 60 atendentes em rodízio, para poder atender 10 mil chamadas. Mauro Buarque, coordenador da Central, acredita que havia cinco mil pessoas fiscalizando preços na cidade.<sup>933</sup> Buarque disse que na semana seguinte sairiam “os primeiros comandos populares, e eles haverão de chegar a estabelecimentos que jamais foram visitados por fiscais do governo”.<sup>934</sup>

Donas de casa da Igreja Batista em São Bernardo do Campo (SP) se uniram para fiscalizar preços. O grupo conseguiu audiência na prefeitura para obter um espaço com estrutura. “Somos mais de 500 mulheres”, disse Neide Sparcov, 29 anos. Segundo ela,

---

<sup>931</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 24.

<sup>932</sup> “FAMERJ garante apoio ao congelamento”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 14.

<sup>933</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, pp. 23, 24.

<sup>934</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 24.

“cada uma de nós pode dispor de 2 horas ao dia para ajudar a pôr em ordem a economia”. Elas conseguiram quatro salas na prefeitura, com cinco ramais e um computador. No primeiro ato, conseguiram diminuir preço do biscoito no Jumbo Eletro.<sup>935</sup>

Em Belo Horizonte, o Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais, liderado por Lúcia Pacífico Homem, comemorou em 15 de março o Dia Internacional do Consumidor. Na ocasião, Lúcia Homem explicou como o movimento se organizara para fiscalizar os preços:

Montamos, desde 28 de fevereiro, um esquema de plantão diário em nossa sede, onde recebemos denúncias e reclamações de consumidores, que entregamos diretamente à Sunab. Pusemos também comissões de donas-de-casa nas ruas (as chamadas sentinelas da economia) para checarem, item por item, os preços congelados. Temos cerca de 5 mil mulheres agindo em Belo Horizonte, e muitas em nove cidades no interior de Minas.<sup>936</sup>

Em Porto Alegre (RS), foi criada a brigada das donas-de-casa. Liderado por Eridan Magalhães, presidente da Sociedade Recreativa e Reivindicadora da Vila Santa Maria, no bairro Partenon, o grupo, formado por 10 pessoas, entre mulheres e homens, foi fiscalizar o *Supermercado Dosul*. Na ocasião, houve conflitos entre clientes, pois uns aplaudiram o grupo e outros se queixaram que a perturbação do ambiente atrapalhava as compras. Essa situação é bastante insólita, haja vista que os relatos mostram consumidores unidos contra o estabelecimento. Mas o argumento de um dos clientes insatisfeitos com a brigada nos permite elucidar o conflito. Ele disse à reportagem do *JB* que era cliente “há muitos anos desse supermercado, onde tudo funciona muito direito”. Essa fala remete à questão, já aludida, das situações em que há relações próximas entre comerciantes e clientes, que inibem os últimos quanto à defesa do congelamento. Este cliente, ao dizer que os brigadistas estavam querendo “aparecer e fazer escândalo” provocou a ira dos mesmos, investidos que se achavam de uma causa pública. Acusando-o de “fascista, malufista, burguês”, os brigadistas discutiram com o cliente que elogiou o estabelecimento. De acordo com a reportagem, por pouco o bate-boca não terminou em agressão física.<sup>937</sup> Os adjetivos utilizados para qualificar o cliente que estava contra o protesto apontam para o conflito de classes: quem estava contra não era do povo, só podia ser “burguês”.

---

<sup>935</sup> “Grandes tipos de uma bela semana”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 22.

<sup>936</sup> “Mineiros promovem concentração no dia do consumidor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1986, p. 19.

<sup>937</sup> “‘Brigadistas’ atuam em supermercado no Sul”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1986, p. 19. Na realidade, preços de três mercadorias estavam acima da tabela, logo corrigidos pelo gerente Egídio Bigolin. Chamado para apaziguar os ânimos, o diretor de Marketing Josemar Basso convenceu-os que as irregularidades (termo do *JB*) eram “erros normais, e não má fé da empresa”.

#### 2.4.4. A Sunab na fiscalização dos preços

A Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento), criada pela lei delegada nº 5/62, foi o órgão federal alçado à condição de carro-chefe da fiscalização dos preços, em função de ter sido criada para ser “agente regulador da atividade econômica, por meio de fiscalização, notificação, autuação e multa”.<sup>938</sup> Como tudo o mais na (des)organização que caracterizou o Plano Cruzado, o órgão sofreu com as decisões tomadas às pressas e a falta de infraestrutura. Basta dizer que nenhum integrante do órgão que deveria vigiar os preços participou das discussões para a implantação do plano, como revelou o superintendente da Sunab, Eriksen Madsen, em março de 1986: “A Sunab não participou da elaboração do projeto, fomos jogados nele no momento da implantação da operação. Fui saber que estávamos na boca da reforma monetária no dia anterior a ela”.<sup>939</sup> Sem “papas na língua”, Madsen contou que não podia prever que “seria jogado no fogo da maior mobilização popular do Brasil”. Perguntado se a Sunab estava “equipada para desempenhar seu papel na fiscalização dos preços”, responde o superintendente: “Temos agora fiscais do Ministério do Trabalho e da Receita Federal trabalhando conosco, além de convênios com os governos estaduais e municipais, que somam 100 mil fiscais em todo o país”.<sup>940</sup> Dias antes, Madsen informou à imprensa que determinara uma severa fiscalização dos preços cobrados pelo comércio e pela indústria em todo o país, devendo para isso, contar com o apoio da Receita Federal, dos governos estaduais e municipais e associação de proteção do consumidor. A participação da Polícia Federal ocorreria quando houvesse reação dos proprietários e responsáveis pelos estabelecimentos punidos pela Sunab.<sup>941</sup>

Ao ser autuado, o estabelecimento tinha 10 dias para a defesa. Após o prazo era aberto o inquérito policial e então aplicava-se multa, compreendida entre 97 a 27 mil cruzados.<sup>942</sup> Segundo o delegado regional de São Paulo, Abílio Nogueira Duarte, ao analisar os processos, disse que levaria em conta o tipo de infração, se havia reincidência, o capital e o movimento dos últimos três meses dos autuados. Entre outros, foram multados os supermercados *Paes Mendonça*, *Pão de Açúcar* e *Barateiro*, o atacadista *Makro*, o

<sup>938</sup> JusBrasil Jurisprudência. TRF2 - APELAÇÃO CIVEL: AC 176942 RJ 98.02.30314-3. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3065587/apelacao-civel-ac-176942-rj-980230314-3-trf2>. Acessado em 07 mar. 2011.

<sup>939</sup> Entrevista de Erikson Madson. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1986, p. 30.

<sup>940</sup> Entrevista de Erikson Madson. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1986, p. 30.

<sup>941</sup> “Comércio é obrigado a dar nota de compra”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 22.

<sup>942</sup> “Processados 16 estabelecimentos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mar. 1986, p. 22.

hospital *Albert Einstein*, e o *Hotel Othon*. De acordo com Nepomuceno, a cadeia *Pão de Açúcar* fora campeã de multas.<sup>943</sup>

A morosidade da atuação da Sunab pode ser aferida na análise de situações ocorridas em São Paulo e Minas Gerais. Em São Paulo, reportagem do *Jornal do Brasil* informa que somente um mês após o início do plano órgão começaria a aplicar multas em 94 das 513 empresas autuadas por não respeitar o congelamento de preços. Em Minas Gerais, situação semelhante. Somente um mês após o Cruzado a Sunab no estado começou a multar estabelecimentos autuados. Na ocasião, foi assinado convênio entre a Sunab-MG e a Secretaria de Administração, através do qual seis veículos com motoristas e dez funcionários são colocados à disposição da Sunab.<sup>944</sup> Note que dias antes o superintendente do órgão, Eriksen Madsen, havia dito que contavam com 100 mil fiscais em todo o país. Se em um dos estados mais populosos da federação um convênio com o governo estadual lhe cedera apenas dez funcionários, conclui-se que os moradores de cidades interioranas tinham mesmo razão em se queixar. A conta de fiscais não fechava.

Especificamente sobre as multas, de um modo geral, Dilson Funaro, já ex-ministro, em entrevista afirmou que “a Sunab foi, multou, a consequência disso foi relativa. Pagaram as multas. Alguns pagaram, outros recorreram e até agora estão na Justiça. O Brasil é um país que – todos nós sabemos – tem facilidade de conviver com a impunidade”.<sup>945</sup>

Passados poucos dias do início do plano, reportagem de *Veja* tratava dos problemas para garantir a observância ao congelamento,

ainda mais quando se conhece o passado de ineficiência e omissão do principal órgão do governo voltado à fiscalização dos preços, a Sunab. Para tentar vencer essa dificuldade, o Ministério da Fazenda, juntamente com a Secretaria do Planejamento e o Ministério da Justiça, vai procurar atuar em conjunto com os governos dos Estados e municípios. A idéia é contar com estrutura e pessoal para poder receber as denúncias, comprová-las e determinar as providências.<sup>946</sup>

De fato, os decretos-lei 2.283 e 2.284 e o decreto 92.433 tratavam da participação do órgão no plano. No entanto, de concreto mesmo, pouca coisa fora feita. Apurando nas fontes disponíveis, pude perceber que muito provavelmente o quantitativo de 100 mil fiscais fora inflado por Eriksen Madsen. Não fosse assim, no Rio Grande do Sul, nos oito primeiros dias do plano, não teriam sido aplicadas apenas 67 multas, que variavam de 270

---

<sup>943</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 90.

<sup>944</sup> “Sunab aplicará 94 multas em São Paulo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º abr. 1986, p. 15.

<sup>945</sup> SOLNIK, op. cit., pp. 143, 144. Pesquisa no endereço eletrônico <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia> revela que até hoje há disputas judiciais por multas aplicadas pela Sunab durante o Plano Cruzado, e que muitos processos foram finalizadas há apenas alguns poucos anos.

<sup>946</sup> “Preços congelados por prazo incerto”. *Revista Veja*. São Paulo, 05 mar. 1986, p. 31.

a 27 mil cruzados. Registre-se que o órgão havia recebido 6.500 solicitações, das quais 2.167 reclamações (o restante eram solicitações de orientação). “Quando o Cruzado completou um ano, o órgão contava com 105.624 solicitações na competência da Sunab, que apenas atendeu 8.182”.<sup>947</sup> Também pudera, pois eram somente 585 fiscais do órgão espalhados por 26 delegacias.<sup>948</sup> A distribuição era desigual pois somente na delegacia regional do Rio de Janeiro batiam ponto 160 funcionários, que antes do plano atendiam a cerca de 30 ligações por dia, passando a uma média de 2 mil ligações diárias após a reforma econômica. De acordo com reportagem do *JB*, a todo momento saíam equipes de fiscais, quase sempre de ônibus, trem e metrô, reflexo da falta de estrutura do órgão, haja vista a existência de apenas cinco viaturas na Sunab.<sup>949</sup>

Contudo, era de se esperar que uma vez que o país estava mobilizado para o combate à inflação, o governo tivesse atenção com o órgão que ocupava a linha de frente dessa luta. Era de se esperar. Todavia,

apesar de toda retórica sobre os direitos do cidadão e do consumidor, em outubro de 1986, por exemplo, não se tomara uma medida sequer de modernização da SUNAB em São Paulo. Os planos apresentados pela delegada da SUNAB em São Paulo, Marilena Lazzarini, simplesmente não foram implementados.<sup>950</sup>

O caso de São Paulo atesta a incongruência do que fora dito por Madsen ao *Jornal do Brasil*. Essa falta de estrutura parece ter tornado difícil o cotidiano dos funcionários do órgão, bem como de outros órgãos que faziam função semelhante. Maria Amélia de Oliveira, 34 anos, delegada da Sunab em Belém, disse que após o Cruzado, ficava de 8 às 22h, sem tempo para almoçar direito.<sup>951</sup> O subinspetor José Alves da Silva, da Delegacia de Ordem Econômica de Belo Horizonte, quase linchado por ser confundido com um gerente remarecedor, disse que sua vida virara um inferno.<sup>952</sup>

O descaso com a Sunab evidencia a falta de planejamento do governo, que não se circunscreveu apenas ao período de elaboração do plano, mas permaneceu durante sua execução. Se na maior cidade do país o órgão estava à míngua, como se estariam as

---

<sup>947</sup> RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública: a grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988, p. 112.

<sup>948</sup> “Consumidores empurram a Sunab para a luta”. *Revista Veja*. São Paulo, 05 mar. 1986, p. 24.

<sup>949</sup> “Movimento igual só Cofap teve”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 mar. 1986, p. 20.

<sup>950</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 333.

<sup>951</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 24.

<sup>952</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, pp. 22, 23.

idades do interior? As cartas da população aos constituintes nos auxiliam na elucidação dessa indagação. João Batista Alves, solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau incompleto, morador de Itanhomi (MG), sem rendimento, denunciou a falta de fiscalização:

A minha sugestão é sobre o fiscal. Aqui não tem fiscal desde quando começou a economia Cruzado e os comerciantes não estão usando a tabela de preços. Eu peço que revistem Itanhomi. Quanto a Constituinte, espero que melhore a ordem econômica do nosso País. Peço ao deputado Athos Viana de Andrade asfalto para Itanhomi, aqui precisamos muito de asfalto. com a nova Constituição e a Nova República eu penso que tudo vai mudar muito. a nova república.<sup>953</sup>

José Ailtom da Silva, de Lagoa da Prata (MG), 15 a 19 anos, igualmente solteiro e com 1º grau incompleto, até 1 salário, também reclamou a ausência de fiscais em sua cidade (além do problema do suborno aos poucos existentes): “Mas no mesmo tempo faço um pedido para que mande fiscais para o nosso município, têm poucos e os que tem são comprados pelos comerciantes e não estão respeitando muito o novo pacote e a exploração é um absurdo por aqui”.<sup>954</sup> Maria Elenice Lima, moradora de Olho D’Água do Borges (RN), solteira, 20 a 24 anos, Superior incompleto, sem rendimento, acreditava que o Cruzado foi a melhor coisa para acabar com a inflação, mas avisou: “só que precisamos de fiscais principalmente para cidades do interior”.<sup>955</sup> Maria Lúcia Pereira de Souza, solteira, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, moradora da zona rural de Juscimeira (MT), listou várias sugestões. Uma delas demonstra que não havia fiscais em sua região: “Fiscais em todas as cidades”.<sup>956</sup> Maria Vane de Jesus, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, moradora da zona rural de Brejões (BA), teve percepção semelhante:

Gostaria também que viesse um fiscal para Brejões, porque num dia o preço é um e em outro dia o preço já é outro. Então eu acharia melhor que viesse um fiscal para que o fiscal corrigisse os preços das coisas direitinho por aqui em Brejões. Mandem logo um fiscal para fiscalizar as coisas.<sup>957</sup>

---

<sup>953</sup> Carta de João Batista Alves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 28/04/86 FORMUL: 660 DV: 1 TIPO: 16 16/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>954</sup> Carta de José Ailtom da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L123 DATA: 29/04/86 FORMUL: 573 DV: 4 TIPO: 13 18/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>955</sup> Carta de Maria Elenice Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L133 DATA: 03/03/86 FORMUL: 821 DV: 9 TIPO: 16 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>956</sup> Carta de Maria Lúcia Pereira de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L112 DATA: 29/04/86 FORMUL: 283 DV: 6 TIPO: 10 19/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>957</sup> Carta de Maria Vane de Jesus à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L019 DATA: 11/04/86 FORMUL: 451 DV: 4 TIPO:

João Benetto, acima de 59 anos, casado, 1º grau incompleto, de Penápolis (SP), também faz colocações sobre a fiscalização: “Sobre a nova medida econômica achei excelente só precisa um maior rigor na fiscalização aqui em Penápolis”.<sup>958</sup> Silvio Antônio Sicoti, da zona rural de Pradópolis (SP), casado, 30 a 39 anos, 2º grau incompleto, mais de 5 a 10 salários, se ressentiu de “maior fiscalização ao cumprimento ao plano cruzado”.<sup>959</sup> Vilma Furlanetti, de Alto Alegre (SP), 15 a 19 anos, solteira, 1º grau incompleto, sem rendimento, acha que “deveria ter mais fiscais ou curso para auxiliar algumas pessoas para serem fiscais”.<sup>960</sup> Já Paulino Pereira Borges, de Redenção do Gurgueice (PI), casado, 40 a 49 anos, 1º grau incompleto reclamou que seu estado estava desassistido pela fiscalização do governo: “Queremos a fiscalização da SUNAB em nosso Estado, principalmente nas cidades do interior”.<sup>961</sup> Júlia de Oliveira Lima, moradora de Ribeira do Pombal (BA), casada, 50 a 59 anos, 1º grau incompleto, renda de até 1 salário, fez um apelo ao presidente Sarney, porque aos poderes locais não adiantava recorrer. Antes de se queixar que as coisas não iam nada bem, inicia com um tratamento respeitoso:

Excelentíssimo senhor Presidente, José Sarney, venho por meio dessas vos pedir uma providência para os tubarões daqui desta cidade, Ribeira do Pombal: motivo estão quebrando o vosso congelamento junto ao decreto-lei de 28 de fevereiro de 86. 1 quilo de açúcar que antes do decreto custava 3,20 após o decreto era 3,50 cruzados, atualmente custa 3,80. Nescau pequeno custava 5,30, agora custa 7,00 cruzados. 1 Dúzia de ovos 12,00 cruzados, farinha de mandioca no congelamento custava 1,00 cruzado o quilo, agora custa 2,00 cruzados. Galinha, o quilo 18,00 cruzados, curvina, peixe custava 6,00 cruzados, agora é 14,00 e em outro lugar 15,50 cruzados e assim segue. Dificilmente aqui se acha uma mercadoria cumprindo o plano cruzado eu mesmo já procurei providência aqui, não deram ouvido nem a prefeitura nem mais ninguém, estamos vivendo uma vida em colapso com os tubarões, estamos em completo abandono pelos poderes competentes do local, em nome do povo, peço providências.<sup>962</sup>

---

36 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>958</sup> Carta de João Benetto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L018 DATA: 26/05/86 FORMUL: 439 DV: 7 TIPO: 34 30/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>959</sup> Carta de Silvio Antonio Sicoti à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 03/07/86 FORMUL: 385 DV: 0 TIPO: 10 06/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>960</sup> Carta de Vilma Furlanetti à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: P015 DATA: 09/12/86 FORMUL: 369 DV: 7 TIPO: 14 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>961</sup> Carta de Paulino Pereira Borges à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: P013 DATA: 09/12/86 FORMUL: 308 DV: 8 TIPO: 10 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>962</sup> Carta de Julia de Oliveira Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 20/08/86 FORMUL: 568 DV: 5 TIPO: 40 16/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Há muitos registros que apontam para a debilidade da fiscalização fora dos grandes centros urbanos. A carta de Raimundo Dias Castro, solteiro, 25 a 29 anos, 2º grau completo, desempregado também é bastante representativa, pois demonstra a ciência de que o que o governo propalava pelos meios de comunicação não ocorria em sua cidade (“Santarém não faz parte deste Brasil”), além de evidenciar a percepção das desigualdades sociais e a existência da luta de classes (“o menor não tem direito de falar, só os grandes?”), entre outros aspectos relevantes.

Estamos vivendo Nova República e nova Constituição mas acho que aqui em Santarém não faz parte deste Brasil, que tanto amo, com o novo cruzado e congelamento e tabelamentos dos preços, aqui só o que está congelado é o salário mínimo do trabalhador o quanto o tabelamento de outras coisas já foi para a cucuia, aqui os comerciantes e outros que vendem para esta população que mal ganha para se sustentar, cada qual tem sua tabela, onde estão nossas autoridades? Fui demitido do emprego a três meses, por me defender de uma acusação que não pratiquei, fui me defender resultado rua, o menor não tem direito de falar, só os grandes? Só vamos viver nova Constituição, quando as autoridades sentirem os problemas desta classe de baixa renda, o que vamos fazer com um salário de cz\$ 804,00 ? Quando já ouvi falar pelo rádio que apartir do mês de setembro um vereador vai ganhar cz\$ 13.000,00, quanto esses vereadores daqui de Santarém não fazem nada pelo povo?<sup>963</sup>

O jovem Josenaldo Portela da Silva, morador de Coruripe (AL), 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, iniciou sua carta da seguinte forma: “Começo pelo cruzado, gostei muito do que fez”. Em seguida, protestou:

Na cidade onde que moro está uma negação sobre os preços. Aqui ninguém congela os preços, aqui tem um supermercado que um produto só tem três preços, como é que pode, não estão seguindo a tabela, como é que pode? Eu queria que o senhor mandasse de fiscalização para cá porque aqui não tem fiscalização.<sup>964</sup>

A carta de Josenaldo Silva (e as demais desta seção), típico documento de elogio e reivindicação, comum em solicitações de populares a autoridades, nos permite constatar vários aspectos da execução do Plano Cruzado. Em primeiro lugar, podemos confirmar empiricamente o que fora apurado pela reportagem de *Veja* acerca de haver somente 585 fiscais para todo o país. Em segundo, e em parte em decorrência disso, pode-se afirmar que a mobilização do Plano Cruzado foi eminentemente urbana (embora não somente), e principalmente nas cidades maiores. Deve-se ter em vista que nas cidades menores e nas

---

<sup>963</sup> Carta de Raimundo Dias Castro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 17/07/86 FORMUL: 416 DV: 0 TIPO: 40 04/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>964</sup> Carta de Josenaldo Portela da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 26/07/86 FORMUL: 202 DV: 1 TIPO: 40 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

zonas rurais é bem mais comum que comerciantes e seus clientes tenham alguma espécie de relacionamento, de proximidade, que constrangia os últimos a não forçar a fixação dos preços nos termos da tabela da Sunab. Por essa razão, as queixas e apelos para que houvesse fiscalização oficial. Em terceiro lugar, confirma o apoio popular maciço ao plano e, ao mesmo tempo, reforça a tese que temos defendido de que este apoio não subtraiu a capacidade crítica dos populares. Tanto é fato, que apesar dos meios de comunicação propalarem as realizações e conquistas do Cruzado – reais, é verdade –, milhares de outras pessoas que não as identificavam em seu cotidiano deixaram registradas suas queixas, que apontam claramente para experiências diversas daquelas exibidas pela mídia. Em quarto lugar, permite-nos relativizar o lugar dos meios de comunicação no Cruzado. Se, por um lado, é correto afirmar que foram responsáveis por disseminar informações, opiniões e imagens de ações populares que ajudaram a deitar lenha no fogo da mobilização popular, por outro, não é correto afirmar que os chamados fiscais do Sarney foram criados pela mídia, a menos que se queira afirmar que o rótulo “fiscais do Sarney” tenha sido criado por ela, o que é fato.

É fato também que os “fiscais do Sarney” se tornaram extremamente populares. Não à toa humoristas pegaram carona nesse sucesso. Jô Soares, por exemplo, criou uma nova personagem em seu programa *Viva o Gordo*, na *Rede Globo* – a “fiscal” do Sarney. Em um dos programas, a personagem denunciava às autoridades que um rolo de papel higiênico que adquirira tinha menos meio metro. Dias depois, ao ser informado de que havia uma fábrica que estava vendendo rolos com 8 metros a menos, Jô declarou, jocosamente: “Bem que eu avisei”.<sup>965</sup> A exaustiva exposição midiática sugere a muitos analistas que a manipulação que aquela exerceu foi responsável pela existência dos fiscais. Isso deve ser relativizado, assim como as próprias tentativas do governo de disciplinar a população.

Como dito anteriormente, os fiscais já estavam prontos, eram fruto de uma sociedade já radicalizada. Se os meios de comunicação de massa fossem simplesmente capazes de criá-los, então tanto o seu surgimento quanto sua atuação teriam sido homoganeamente distribuídos, certo? Se fossem tão poderosos quanto se alardeia, os meios de comunicação teriam sido capazes de criar fiscais em todas as partes do país, de modo mais ou menos homogêneo, atendendo à conveniência do governo e dos projetos de poder

---

<sup>965</sup> “Os desempacotadores. Dois meses depois de lançar o Plano Cruzado, o governo começa a perceber que há inimigos do pacote econômico dentro dele mesmo”. *Revista Veja*. São Paulo, 30 abr. 1986, p. 25.

das elites. Por que isso não ocorreu? Na verdade, exatamente pelo fato das mobilizações pela fixação de preços não terem sido desprovidas de racionalidade é que umas regiões tinham ações coletivas e outras não (ou pouco tivessem). É que as pessoas sabiam (ou intuía) agir no interior de certos limites, que em áreas mais urbanizadas eram elásticos, dadas a impessoalidade nas relações mercantis, a existência de fiscalização, a proximidade da força policial e a cobertura da imprensa (ávida por flagrar ações populares pró-Cruzado). Daí o problema de considerá-los novos atores.

#### **2.4.5. A primeira grande ação dos fiscais**

O impacto do Plano Cruzado foi imediato, tanto que a primeira grande ação – um quebra-quebra – ocorreu cerca de três horas após o pronunciamento do presidente, no Largo da Carioca, Centro do Rio de Janeiro. Populares protestaram contra o aumento dos preços de produtos em uma loja da rede *Bob's*. Segundo eles, o gerente “havia expulsado algumas pessoas que tentavam comer na hora do almoço para remarcar o preço de alguns sanduíches”. Essa atitude revoltou imediatamente as pessoas. A versão do gerente Francisco das Chagas Bezerra de Sousa à polícia foi diferente: mandou fechar a loja por problemas no caixa. Essa versão não parece muito verossímil, sobretudo quando comparada com o registro da fala do cabo reformado Alberto Teixeira: “Entrei na loja para comprar um hambúrguer e fui expulso por um funcionário. Ele me disse que iam remarcar os preços. As pessoas que passavam viram o movimento e cercaram a loja”. Nesse momento, diversos populares começaram a insuflar a invasão da loja. A reportagem do *JB* flagrou “um rapaz louro, de camisa azul e calça amarela” a bradar aos outros: “Vamos nos vingar das multinacionais”. A partir daí começou o apedrejamento. Já com o letreiro avariado, um rapaz baixo e moreno gritou: “Vamos invadir. Se a polícia chegar eu aviso”.<sup>966</sup>

Antes de prosseguir a narrativa, cabe abrir um parêntese para tratar das multinacionais, uma vez que o chamamento de um jovem para que se vingasse das multinacionais se tornou a senha para o apedrejamento. Em outras ocasiões neste trabalho já se mencionou que o ódio (ou, no mínimo, a desconfiança) aos Estados Unidos, às multinacionais, ao FMI etc. figuravam entre os elementos formadores da identidade das classes populares. Morador de Santa Terezinha de Itaipu (PR), Alécio Parmigiani, casado, 30 a 39 anos, 2º grau, mais de 3 a 5 salários, reivindicava que multinacionais não tivessem

---

<sup>966</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

“direito a posse de terras destinadas a exploração agropecuária”.<sup>967</sup> Edson Medeiros de Farias, solteiro, 30 a 39 anos, Superior completo e alto salário (mais de 10 a 20), reivindicou “proibição de instalação de novas multinacionais”.<sup>968</sup> Maria José Gregolelli Soler foi mais longe. Solteira, 20 a 24 anos, Superior incompleto, sem rendimento, a moradora de Pereira Barreto (SP) queria a “nacionalização das multinacionais”.<sup>969</sup> Vários outros missivistas reivindicaram a mesma coisa aos constituintes, dentre eles: Otávio Luiz Baracioli, solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, sem rendimento, morador de Bálamo (SP);<sup>970</sup> Leonardo Polese Alves, morador de Ouro Preto (MG), solteiro, 15 a 19, Superior incompleto, sem rendimento;<sup>971</sup> morador de Goiás (GO), Eurípedes Balsamufu Costa Ferreira, casado, Superior incompleto, renda de mais de 20 salários mínimos, afirmou desejar uma “Constituição soberana”, entre outras razões porque “infelizmente, hoje no nosso querido Brasil estamos pagando um alto preço às multinacionais, aos bancos internacionais...”<sup>972</sup> Visão semelhante tinha Jairo do Nascimento, de Borda da Mata (MG), casado, 2º grau completo, 30 a 39 anos, mais de 2 a 3 salários, para quem as multinacionais impediam o a soberania brasileira: “Que o presidente tenha absoluta autoridade sobre as multinacionais, para governar sem pressão, e tornar o Brasil independente”.<sup>973</sup> Joaquim de

---

<sup>967</sup> Carta de Alécio Parmigiani à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L014 DATA: 20/02/86 FORMUL: 336 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>968</sup> Carta de Edson Medeiros de Faria à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 378 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>969</sup> Carta de Maria José Gregolelli Soler à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 399 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>970</sup> Carta de Otávio Luiz Baracioli à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 400 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>971</sup> Carta de Leonardo Polese Alves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L024 DATA: 20/02/86 FORMUL: 572 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>972</sup> Carta de Eurípedes Balsamufu Costa Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L122 DATA: 22/02/86 FORMUL: 548 DV: 1 TIPO: 13 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>973</sup> Carta de Jairo do Nascimento à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 23/02/86 FORMUL: 211 DV: 0 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Freitas Moreira, casado, 40 a 49 anos, 1º grau incompleto, mais de 2 a 3 salários, morador de Abaeté (MG), em uma carta semelhante a tantas outras, escreveu o seguinte:

Se uma verdadeira democracia reflete os interesses da grande maioria, é certo que o povo precisa opinar, apresentar o seu ponto-de-vista, para que a Constituição em estudo corresponda ao interesse da maioria, e não seja mais o reflexo dos interesses particulares de grupos econômicos, de latifundiários improdutivos e de multinacionais e atravessadores.<sup>974</sup>

Um missivista anônimo morador de Campinas (SP), casado, acima de 59 anos, Superior incompleto, mais de 2 a 3 salários, se mostrou revoltado com a questão da dívida.

Que se faça uma lei que obrigue os políticos a cumprirem o que prometeram antes da eleição. Que faça um lei que obrigue o Presidente a convidar o povo, por plebiscito, a opinar sobre a dívida extena. Devo até as pontas dos cabelos aos americanos e nunca apertei a mão de gringo nenhum. Não fiz dívida, acho que não devemos pagá-la (o povo).<sup>975</sup>

É preciso que se tenha a dimensão histórica do sentimento dos brasileiros quanto a esses entes estrangeiros. Há que se registrar que há muito a oposição aos “ianques” e associados era uma das bandeiras mais caras às esquerdas, e que muitas mensagens de estímulo ao anti-imperialismo circulavam na sociedade brasileira. Daí ser compreensível que uma música que fazia uma divertida crítica ao fato do Brasil seguir as orientações dos Estados Unidos ter feito muito sucesso no final dos anos 1970. Intitulada “O patrão mandou”, de autoria de Paulinho Soares, a composição caiu no gosto popular a ponto de figurar em um quadro do programa *Os Trapalhões*, uma das maiores audiências da televisão brasileira. Na gravação, enquanto Paulinho Soares cantava os versos “O patrão mandou/cantar com a língua enrolada/Everybody macacada!/Everybody macacada!/E também mandou servir whyski na feijoada/Do you like macaca?/Do you like macacada?”<sup>976</sup>, o quarteto composto por Didi, Dedé, Mussum e Zacarias, vestido com as cores da bandeira americana, fazia coreografias alusivas à música. Dedé Santana estava caracterizado como o “Tio Sam”, com o indefectível cavanhaque, e dava ordens aos três outros integrantes, que obedeciam como macacos adestrados.<sup>977</sup>

---

<sup>974</sup> Carta de Joaquim de Freitas Moreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L122 DATA: 22/02/86 FORMUL: 548 DV: 1 TIPO: 13 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>975</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 20/08/86 FORMUL: 310 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>976</sup> “O patrão mandou”. Composição: Paulinho Soares. Paulinho Soares. LP. 1978. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/paulinho-soares/dados-artisticos>. Acessado em 17 jun. 2012.

<sup>977</sup> Paulinho Soares canta “O patrão mandou” no programa *Os Trapalhões*. “Os Trapalhoes - Paulinho Soares - O Patrão Mandou.mp4”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=I3bTu8XWqMM>. Acessado em: 17 jun. 2012.

A música também fez parte do protesto no Largo da Carioca. Aos gritos de “Me dá me dá, me dá o que é meu, foram vinte anos que alguém comeu”, refrão do samba enredo da Império Serrano para o Carnaval de 1986, mais de duas dezenas de pessoas invadiram a loja. É significativo que, apesar de vários terem bebido refresco, o que mais se fez foi retirar “bandejas, pães, hambúrgueres crus” e jogar para o alto “aos gritos de vibração do público”. A reportagem informa que cerca de 300 populares “apoiavam a atitude dos mais exaltados e alternavam a música [o samba] com *slogans* usados por universitários na década de 60, como “o povo unido jamais será vencido”.<sup>978</sup>

Um dos manifestantes, Jair Rosa, 45 anos, declarou à imprensa sua opinião sobre o saque: “Eles estão certos. O que fizeram é um desrespeito ao presidente Sarney, que acabou de congelar os preços. Me dá uma pedra que eu também vou atirar”. Em meio ao tumulto, o ambulante Adão Pereira teve sua banca derrubada. Sua reação revela um sentimento que parecia comum entre as classes populares: “Vocês têm que atacar esses capitalistas nojentos. Deixem em paz os trabalhadores”.<sup>979</sup>

Como não poderia deixar de ser, o Hino Nacional também fez parte do espetáculo. Próximo dali, populares o entoaram enquanto quebraram as vidraças das lojas do *Mc Donald's* da Rua Uruguaiana. Após o Hino, cantaram novamente o samba da Império Serrano. Diversas outras lojas e bancos foram atacados pela multidão nas imediações.

A polícia, apesar de ter usado de violência “em alguns casos”, “demorou a entrar em ação”.<sup>980</sup> Essa demora deve ser analisada com algum cuidado. Em primeiro lugar, o país há pouco tinha voltado a ser uma democracia, por isso as críticas seriam severas se as forças policiais reprimissem muito violentamente, como na ditadura. Em segundo, há que se imaginar que, em alguma medida, os policiais compartilhassem com a multidão alguns valores, incluindo o ódio às remarcações de preços, a oposição às multinacionais, aos bancos etc. Por último, poderiam estar de acordo – não exatamente com a depredação, talvez – com a atitude de insurreição contra o congelamento de preços, com o qual eles, enquanto indivíduos de seu tempo, provavelmente concordariam. Decerto que essas afirmações podem ser feitas com segurança, pois há fortes indícios de que o que foi dito se confirma. Primeiramente, se atentarmos para o número total de prisões, que foram 27. Trata-se de um número baixo para confrontos que duraram cerca de quatro horas e tiveram lugar em diversas ruas do Centro, várias delas distando cerca de um quilômetro do Largo

---

<sup>978</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

<sup>979</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

<sup>980</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

da Carioca, onde tudo começou.<sup>981</sup> Em segundo lugar, e até mais significativo: todas as pessoas detidas foram liberadas após depoimento sem serem autuadas. Em outras palavras, embora tenham sido presas em flagrante delito contra a propriedade foram consideradas inocentes pela polícia. “O caso do subgerente do Bob’s do largo da Carioca (...) foi diferente. Acusado de alterar o preço de mercadorias, ele permaneceu detido e até às 20h o delegado analisava sua situação.”<sup>982</sup>

Duas dessas detenções merecem menção, porque demonstram claramente que os policiais também foram eleitos como alvos. Um pedestre, detido numa das ruas próximas após arremessar uma carroça de milho cozido nos policiais, os quais ficaram “sob os apupos do povo”. Talvez o repórter tenha achado mais suave o termo apupos do que vaias ou zombarias. De todo modo, o significativo é que os policiais foram vaiados abertamente pela população. Em outra detenção o enfrentamento foi maior. Detidos na Avenida Nilo Peçanha foram conduzidos em camburões, “que eram alvejados com pedras e caixotes de madeira”. Na avenida Rio Branco, a principal do Centro, “PMs se escondiam das pedras atrás de uma banca de jornais e de pilastras”.<sup>983</sup>

Os outros alvos da multidão ficaram evidentes na descrição: comerciantes, bancos, multinacionais, que recorrentemente – e há muito tempo – vinham sendo lembrados como os que lucram com o sofrimento do povo, como vimos acima. A polícia, obviamente foi alvo em função do seu passado – recente – repressor. Agora, as pessoas tinham mais um pretexto para enfrentar a Polícia, além do fato de acharem justo defender seus interesses: estavam “obedecendo” a ninguém menos que ao presidente da República, nos termos do decreto-lei nº 2.283. Em outras palavras, pragmaticamente utilizaram o presidente como escudo.

À exceção da violência, os tumultos do Centro do Rio de Janeiro, ocorridos poucas horas depois do pronunciamento do presidente Sarney, podem ser considerados paradigmáticos quanto ao que se observa nas outras manifestações de apoio ao Plano Cruzado. Independentemente do recurso popular à força, pudemos observar todos os elementos da noção de legitimidade dando amparo aos manifestantes. Primeiramente, eles tinham a certeza de que eram portadores de direitos que estavam sendo desrespeitados. E lembremos que o aspecto moral, a questão do tratamento digno, do respeito, não é secundário nesse tipo de situação. Se se tratasse somente de saque por comida, pela fome,

---

<sup>981</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

<sup>982</sup> “Prisões já começaram”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 19.

<sup>983</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

por que manifestantes jogavam fora refrescos, pães e hambúrgueres que poderiam servir de alimento? E por que eram aplaudidos ao fazer isso, e não censurados pelos demais presentes ao ato?

Em segundo lugar, ficou claro que tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. Havia centenas de pessoas, que, embora não tivessem, por exemplo, atirado pedras, concordavam com o que estava sendo feito. Pode-se afirmar que concordavam porque, além de ter escolhido ficar ali mesmo com a chegada da polícia, cantavam músicas e coros que demonstravam sintonia com a ação dos manifestantes.

Em terceiro, o endosso de alguma autoridade, também é evidente. A fala de Jair Rosa, já citada, é emblemática, pois ao dizer que os manifestantes estavam certos ao promover o quebra-quebra porque “o que fizeram [os comerciantes] é um desrespeito ao presidente Sarney, que acabou de congelar os preços”, ele diz que o povo só está reparando um desrespeito que foi feito ao seu presidente. Na verdade, se trata de buscar apoio na autoridade, e, ainda mais, dizer que tudo foi feito em seu nome e que, portanto, se está a serviço dela. Contudo, podemos asseverar que as pessoas estavam a serviço delas mesmas enquanto indivíduos e enquanto comunidade – a imaginada.

Nesse sentido, o depoimento dado no mesmo dia – mas em outro lugar – pelo comerciante aposentado João do Carmo Rosa e Silva, 73 anos, oferece subsídios para entendermos a ideia da ação coletiva, do envolvimento de todos na luta para se chegar à vitória. Ao dizer que acreditava ser possível a manutenção do congelamento de preços, João do Carmo, afirma que “é necessário espírito patriótico, nas pessoas, acima de interesses particulares; temos de pensar como nação e não pensar nos lucros próprios”.<sup>984</sup> Por último, é certo que as pessoas tinham tão forte apoio da comunidade que foram capazes de superar o medo da violenta repressão que esse tipo de ação direta sempre recebe. Em outras palavras, as pessoas sabiam que a repressão viria. Por que ficaram então? Por que não demonstraram medo, respeito às forças policiais?

A revolta popular em questão revela a presença de diversos elementos que compunham as mobilizações populares desde, pelo menos, o período da resistência à ditadura. Aqui tivemos o Hino Nacional, canções, coros e *slogans* que identificam o porquê daquele movimento, participação de outros populares que apoiam a causa de outras formas, identificação dos alvos ou inimigos da multidão e demonstrações classistas. Em outras palavras, as pessoas já tinham experiência de luta – seja pessoal, seja por tabela. Os

---

<sup>984</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

fiscais não nasceram do chamamento do presidente. Eles já tinham nascido. Já estavam prontos. O Cruzado desencadeou um movimento de massas porque assegurou amparo legal para a luta contra a inflação, que pode ser traduzida como a luta pela própria sobrevivência.

A composição da multidão também é um elemento que não pode deixar de ser investigado. Na revolta do Centro da cidade, é possível identificarmos homens e mulheres de ocupações diversas, como ambulante e o policial aposentado, já citados. Havia também “rapazes perseguidos por quatro PMs”, “o soldador elétrico Luís Edi da Conceição”, “José de Ribamar Melo, que se identificou como advogado”, e, ainda de acordo com a reportagem, “até mulheres participaram da invasão”. As fotos nos jornais mostram também pessoas de diversas idades, inclusive menores.

As centenas de pessoas que cantavam o samba enredo *Eu quero*, defendido pela escola Império Serrano exatamente no carnaval daquele ano de 1986, sabiam perfeitamente o sentido daquilo que entoavam. Podemos verificar que alguns trechos do samba podem nos indicar muito do sentimento que perpassava as pessoas naquela manifestação:

Quero nosso povo bem nutrido  
O país desenvolvido  
Quero paz e moradia  
Chega de ganhar tão pouco  
Chega de sufoco e de covardia  
Me dá, me dá  
Me dá o que é meu  
Foram vinte anos  
Que alguém comeu (bis)

Quero me formar bem informado  
E meu filho bem letrado  
Ser um grande bacharel (bacharel)  
Se por acaso alguma dor  
Que o doutor seja doutor  
E não passe de bedel

Cessou a tempestade  
É tempo de bonança  
Dona liberdade  
Chegou junto com a esperança (vem, meu bem)<sup>985</sup>

Como podemos observar, o samba expressa temas muito presentes no cotidiano e nas aspirações dos brasileiros. O noticiário da fome era constante, então ao desejar “nosso

---

<sup>985</sup> “Eu quero”. Composição: Aloísio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega. G.R.E.S. Império Serrano. Samba enredo do Carnaval de 1986. Disponível em <http://letras.terra.com.br/imperio-serrano-rj/477555/>. Acessado em 23 jan. 2011.

povo bem nutrido” os compositores estavam em sintonia com os demais brasileiros.<sup>986</sup> O país desenvolvido, devemos lembrar, foi uma promessa da ditadura militar – o “Brasil grande” – nunca cumprida. A menção à moradia e ao “sufoco e covardia” de se ganhar pouco também eram extremamente significativos, porque integravam as experiências de quase todos. O samba fala do desejo de se obter boa instrução superior, privilégio de poucos, e de, no caso de doença, ser atendido por um médico, não por um funcionário sem essa formação. Ele também lembra que a ditadura – tempestade – se foi, e que com a liberdade veio a esperança. Que esperança? De se obter aquilo que é do povo mas ao povo não foi dado porque “foram vinte anos que alguém comeu”. Fica óbvio que estavam cientes dos males da ditadura. E que agora, com a Nova República, era hora de se “tirar o atraso”.

Ressalte-se que o recurso a músicas, coros e *slogans* populares, bem como atitudes de escárnio a superiores e a própria carnavalização da revolta constituem elementos oriundos da cultura popular, e, portanto, já integravam o cotidiano daquelas pessoas. A indignação, a queixa, o protesto, também já faziam parte desse cotidiano.

#### 2.4.6. Uma “coreografia” das ações de fiscalização

O primeiro dia de vigência do Plano Cruzado foi repleto de ações que demonstram o quanto a inflação era considerada um flagelo pela população. E, para garantir o controle dos preços dos alimentos, populares – mesmo antes das campanhas publicitárias pelo Cruzado, que tiveram início poucos dias após o lançamento – utilizaram vários métodos para constrangerem e/ou intimidarem os comerciantes. Ao examinarmos essas ações, podemos perceber que seguem um certo padrão: constatação de preços majorados, união entre pessoas que fizeram as mesmas constatações, tentativa de obrigar o estabelecimento a reduzir preços (em geral junto ao gerente ou ao proprietário) e convocação das

---

<sup>986</sup> O fato de que os brasileiros fossem majoritariamente pobres fazia com que os pobres e a pobreza fossem presença constante na teledramaturgia, assim como no cinema, na imprensa e, em especial, nos programas humorísticos, que tinham grande audiência. Não se deve ignorar que isto foi capaz de estimular posturas críticas das pessoas. Relevantes exemplos da ação da imprensa na construção do popular podem ser observados na tese de Cássia Palha. Ao mostrar ao país retratos de situações de extrema miséria, os meios de comunicação só contribuíam – ainda que a revelia de suas próprias intenções – para tornarem as pessoas mais críticas quanto ao governo. E mais opositoras. Quando, por exemplo, se via o apresentador Sérgio Chapellin narrar que “durante dez dias repórteres e cinegrafistas percorreram doze mil quilômetros de estradas poeirentas, viram cidades invadidas, açudes sem água, gente sem comida, gado e plantações mortos” (p. 211), a conclusão a que se chegava (ao comparar com sua própria experiência pessoal) era que tudo estava errado no país. Ver exemplos em PALHA, Cássia R. Louro. **O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)**. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

autoridades para fazerem valer o decreto presidencial. Nesse percurso, frequentemente havia bate-bocas que terminavam em grandes confusões e, não raro, em quebra-quebras nos quais dificilmente os que depredavam eram criminalmente responsabilizados. Nos tumultos, era muito comum as pessoas cantarem coros, canções e até mesmo o Hino Nacional. Invariavelmente, quando havia interdição nos estabelecimentos por parte da Sunab ou de forças policiais, as portas eram baixadas sob aplausos da multidão, que também saudava as ações das autoridades que faziam valer o decreto.

Em Brasília, o superintendente da Sunab, Eriksen Madsen, afirmou ter recebido mais de 500 ligações de pessoas que denunciavam remarcadores. As denúncias geraram autuações e multas para os supermercados *Carrefour*, *Jumbo*, *Casas da Banha*, *Chapecó* e *Planalto*. Em São Paulo, somente a Polícia recebeu quase 600 ligações da população. Nas *Casas da Banha*, um episódio mais inusitado que os demais. A funcionária Maria Gonçalves denunciou seu próprio superior hierárquico, o gerente Ataídio José de Silva, por ordenar a remarcação de preços. A denúncia resultou em prisão e autuação na Lei 1.521, de crimes contra a economia popular. Curitiba se destacou por milhares de ligações denunciando os comerciantes e houve boatos de tentativas de saque nos supermercados *Jóia* e *Fantinato*. O funcionário Pedro, do supermercado *Jumbo* em Fortaleza, ligou para o programa de rádio Narcélio *Limaverde*, da *Rádio Verdes Mares* e denunciou que ele e outros funcionários passaram a madrugada a remarcar preços. Em Manaus, houve ameaças de invasão e quebra-quebra em vários supermercados da rede *Casas do Óleo*, pois houve comprovação de remarcação de preços. Um dos estabelecimentos da rede chegou a expulsar os clientes da loja e fechá-la. Tal acontecimento gerou protestos e tentativa de invasão. A polícia foi chamada ao local, levou dois funcionários detidos, o que fez com que a rede achasse melhor abrir as portas para evitar confrontos.<sup>987</sup> Atitudes como essas colocaram o empresariado em situação delicada.

Desde o início ficou claro que o Estado não tinha estrutura para manter a vigilância dos preços. A população rapidamente compreendeu a situação e buscou ela mesma exigir o respeito ao congelamento: “Pressionados pela vigilância popular e ante a ação rápida e rigorosa das autoridades, pela primeira vez os supermercados do Rio remarcam os preços para baixo”.<sup>988</sup> Para *Veja*, o “primeiro dia de vigência do congelamento de preços

---

<sup>987</sup> “Povo atende a Sarney denunciando aumentos de preços”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 19.

<sup>988</sup> “Vigilância obriga à remarcação de preços para baixo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1986, capa.

demonstrou que os consumidores estão decididos a cumprir sua parte no esquema de vigilância”.<sup>989</sup>

Parecia haver nos manifestantes a certeza de que o que faziam tinha legitimidade. Podemos observar nas atitudes das pessoas, que deixavam seus afazeres cotidianos ou até mesmo tarefas urgentes para acionarem agentes da Sunab e policiais, esperarem por horas os agentes, se deslocarem a delegacias, e claro, enfrentarem funcionários dos estabelecimentos comerciais na defesa do que consideravam justo, muitas vezes criando tumultos e situações que levavam a confrontos diretos e fechamento de estabelecimento. Nas diversas situações, podemos perceber que havia os elementos do que Thompson nomeou como noção de legitimidade: defesa de direitos, apoio da maioria das pessoas, endosso de autoridades e coragem em função do apoio recebido.

No Rio de Janeiro, no bairro Santo Cristo, clientes revoltados levaram o gerente do *Supermercado Mundial* para a 2ª DP (Delegacia de Polícia). Na Penha, automeando-se fiscais do Sarney (estratégia eficaz para quem acusava quem era mais poderoso), clientes do supermercado *Sendas* levaram o gerente Juarez Gallit, acusando-o de aumentar os preços. Gallit argumentou serem falsas as acusações, então os clientes mostraram notas fiscais com valores diferentes, o que fez com que o gerente fosse autuado e só liberado sob fiança. O bancário Antônio Carlos Gonçalves Viana, 30 anos, estava entre esses clientes, e disse que a mulher estava no hospital em trabalho de parto, mas que “preferiu deixar para ver depois o primeiro filho afirmando que era importante exercer a fiscalização, o que representava sobretudo uma defesa da família”.<sup>990</sup> Na Glória, havia dezenas de pessoas fiscalizando mercados, açougues, padarias e o comércio em geral. Neste bairro, foram parar na 7ª DP o gerente do Supermercado Nova Olinda, Luís Henrique de Moraes, e o proprietário do açougue *Cândido Mendes*, o seu Antônio. No *Nova Olinda*, houve tumulto e pancadaria quando funcionários agrediram um fotógrafo e um cliente que reclamava de remarcação de preços. O gerente do *Supermercado Maracanã* foi preso e levado à 24ª DP. No *Free Way* da Barra, clientes esperaram por horas a chegada da polícia para comprovarem que o supermercado havia aumentado preços, até que um grupo resolveu ir à 16ª DP com duas garrafas de vinho e duas latas de leite em pó. Na DP, um policial contactou a Polícia Federal para resolver o caso. Em Campos, no interior do estado, o proprietário do *Supermercado Caetano*, Carlos Augusto Caetano, foi preso e liberado sob

---

<sup>989</sup> “Consumidores empurram a Sunab para a luta”. *Revista Veja*. São Paulo, 5 mar. 1986, p. 24.

<sup>990</sup> “Supermercados cedem à pressão e baixam preços”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1986, p. 22.

fiança na 111ª DP, por remarcação de preços.<sup>991</sup> Para *Isto É*, “conferir, protestar, recorrer” eram “os lances do novo esporte popular no Brasil, praticado por indivíduos, duplas ou trincas de familiares e até equipes de atletas-consumidores, formadas no calor da hora da captura da remarcação”.<sup>992</sup>

O ódio à máquina de remarcar preços levou a episódios curiosos. Ao verem funcionário em ação com a maquininha nas mãos no supermercado *Sendas* do Campinho, Rio de Janeiro, dezenas de pessoas acusaram a loja de remarcação e chamaram policiais no 9º BPM (Batalhão de Polícia Militar). Ao chegarem, comprovou-se que os preços estavam sendo remarcados, mas para baixo.

De acordo com a reportagem do *JB*, “a Sunab e as polícias estaduais e federal continuam a registrar recortes de denúncias contra aumentos de preço em todos os pontos do país”. Em Teresina (PI), o proprietário do *Armarinho São Pedro*, eleito “Lojista do Ano” pelo *Clube dos Diretores Lojistas*, foi preso em flagrante quando remarcava preços. Em Belo Horizonte (MG), gerentes dos supermercados *Jumbo*, *Peg-Pag*, *Canadá*, *Serv-Lev*, *Epa-Manda Brasa* e das *Lojas Americanas* foram presos por denúncias de consumidores. Na capital mineira, foram mais de 80 autuações em supermercados, e várias foram fechados pela polícia. A dona de casa Laura Chagas organizou que ela mesma denominou de “cruzada contra o aumento de preços” no supermercado *Manda Brasa*, no bairro Renascença. Ali, os ânimos se elevaram e por pouco não terminava em um quebra-quebra, evitado pela chegada da Polícia Militar, que fechou a loja e enviou mercadorias remarcadas para a Sunab.<sup>993</sup> Na cidade mineira de Ipatinga, o gerente do Hipermercado *Jumbo*, Valtenir Viana, foi pego em pleno dia com a remarcadora de preços e acabou na prisão.<sup>994</sup> Em Salvador (BA), um estudante que protestava em frente a loja *Mésbla* devido ao aumento no preço de um prato acabou preso por um sargento da Polícia Militar. Ao prendê-lo, disse que “o presidente Sarney manda lá em Brasília, mas quem manda aqui sou eu”.<sup>995</sup> No entanto, muito provavelmente, o empresário ignorava que uma atitude como aquela ia frontalmente de encontro à noção de legitimidade que animava as pessoas. A prisão “desencadeou tamanha reação popular que não restou alternativa senão fechá-la [a

---

<sup>991</sup> “Supermercados cedem à pressão e baixam preços”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1986, p. 22.

<sup>992</sup> REVISTA ISTO É, São Paulo: 12 mar. 1986, p. 35.

<sup>993</sup> “Fiscalização do povo é rigorosa”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1986, p. 22.

<sup>994</sup> “Pacote de risco. Sarney aposta tudo em medidas econômicas destinadas a alterar profundamente a vida do país”. *Revista Isto É*. São Paulo: 05 mar. 1986, p. 20.

<sup>995</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 22.

loja] antes que a quebrassem”.<sup>996</sup> Como temos visto, muitíssimas vezes tentativas de negar os direitos que a população entendeu serem seus a partir do Cruzado provocou reações iradas.

Várias vezes as reações foram bastante violentas. Na madrugada de 2 de março, cerca de 700 moradores do morro da Baiana, em Ramos, saquearam o *Supermercado Mundial*, na Rua Uranos, armados de paus e pedras. Moradores da região informaram que o supermercado amanheceu no sábado com todos os preços remarcados em até 100%, o que provocou a ira dos moradores.<sup>997</sup> Por alguma razão, não agiram durante o dia, protestando e chamando as autoridades, como em outras partes do país. Pode-se inferir que moradores de uma área pobre talvez não acreditassem que a polícia fosse resolver o problema deles, com base nas próprias experiências que tinham com as forças policiais. E, talvez por esta razão, podem ter resolvido agir por conta própria, e, para escapar da repressão – com a qual estavam acostumados – nada mais seguro do que agir durante a madrugada.

Em Belo Horizonte (MG), a fúria da multidão com os capitalistas quase por pouco não recaiu sobre um policial, o subinspetor José Alves da Silva, da Delegacia de Ordem Econômica de Belo Horizonte, que foi confundido com um gerente e quase linchado após fechar as *Lojas Americanas* com a ajuda de um detetive e de um estagiário. Quando se retirava, alguém gritou: “Pega ladrão”. Perseguido por cerca de duas mil pessoas enfurecidas, refugiou-se num camburão. “O pessoal está com muita raiva”, disse o policial de 50 anos, pai de quatro filhos, que comandava 800 policiais cedidos ao órgão.<sup>998</sup>

Em São Paulo, de acordo com a Sunab, foram mais de três mil denúncias, que resultaram fechamentos de estabelecimentos e em prisões, como a do gerente do *Jumbo Shopping Matarazzo*, José Carlos Aroni. Em Recife (PE), a primeira autuação foi no *Supermercado Bom Preço*. Em Curitiba (PR), houve prisões e tumultos. No *Supermercado Parati*, os clientes resolveram fiscalizar detalhadamente as etiquetas e comprovaram várias irregularidades. Houve discussões e confusão, e alguns clientes chegaram a sair sem pagar. Em Fortaleza (CE), a Sunab havia registrado centenas de reclamações. Na capital cearense,

---

<sup>996</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, pp. 22, 23.

<sup>997</sup> “Mundial é depredado e perde Cz\$ 300 mil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 14.

<sup>998</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, pp. 22, 23.

policiais federais e agentes da Sunab “tiveram muito trabalho para conter a multidão que ameaçava depredar” o *Jumbo*, que foi autuado.<sup>999</sup>

É fato que milhões de pessoas se encheram de coragem para exigir seus direitos. Entre os muitos casos insólitos que essa coragem ensejou, temos o de um casal que passou a noite no *Motel Carbonara*, no Rio de Janeiro. Verificando que os preços das bebidas estavam acima do estipulado pela tabela, o casal deixou as roupas no armário do motel e se dirigiu até a sede da Sunab, no Centro, ele de cueca, ela de calcinha e sutiã, para denunciar o estabelecimento, que recebeu a visita do fiscal do órgão, e foi autuado.<sup>1000</sup> No mesmo dia, 36 haviam sido presos e 626 ocorrências foram realizadas em São Paulo.<sup>1001</sup> Em Porto Alegre (RS), fiscais da Sunab puniram Marcelo Zaffari, presidente da Associação Gaúcha de Supermercados e proprietário de 13 supermercados na capital, com uma multa após serem alertados por consumidores indignados. Os fiscais foram até a filial do bairro Cidade Baixa. Ali o empresário “foi vaiado, quando tentava explicar-se aos fiscais, pela multidão de clientes acotovelados entre as prateleiras”.<sup>1002</sup> Em São Luís (MA), o proprietário do *Supermercado Lusitana*, Manuel Borges Ferreira, tinha dito à imprensa que “será preciso muito gelo para congelar os preços no Maranhão”. Por não obedecer ao congelamento,<sup>1003</sup> Manuel Ferreira teve uma loja invadida por cerca de duas mil pessoas, que promoveram um quebra-quebra. Esse acontecimento, somado a uma tentativa de invasão em outra loja, fez com que o próprio empresário mudasse rapidamente de idéia e mandasse ele mesmo imprimir tabelas da Sunab para serem entregues gratuitamente aos clientes nos caixas.<sup>1004</sup>

Os supermercados *Sendas* estiveram entre os mais autuados no Rio de Janeiro. Em uma das ocasiões, a cliente Cláudia Helena da Silva Ramos flagrou uma funcionária da filial Leblon remarcando o preço de um pote de geleia. Em pouco tempo, conseguiu reunir uma multidão de 150 clientes que varreu a loja em busca de outros produtos com preço

---

<sup>999</sup> “Fiscalização do povo é rigorosa”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 mar. 1986, p. 22.

<sup>1000</sup> “Casal seminu aparece na Sunab e denuncia motel por aumento”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 14.

<sup>1001</sup> “Polícia prende 36 em São Paulo por crime de remarcar preços”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 14.

<sup>1002</sup> “Começa a era do Cruzado. Sarney decreta a morte do cruzeiro, acaba com a correção monetária, congela os preços e abre uma luta de morte contra a inflação”. *Revista Veja*, São Paulo: 05 mar. 1986, p. 23.

<sup>1003</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 27.

<sup>1004</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 27.

acima da tabela.<sup>1005</sup> Na opinião de Cláudia Helena, “não precisamos ter vergonha de conferir preços. Temos que brigar por cada centavo”.<sup>1006</sup> Em ato tão surpreendente quanto o primeiro, 80 daqueles clientes foram a uma delegacia próxima portando dois carrinhos de compras com preços majorados, a prova do crime. Por onde desfilou, o cortejo recebeu aplausos dos populares nas ruas.<sup>1007</sup> Aqui vemos muito claramente o amplo consenso da comunidade de que falara Thompson. Pessoas que não participavam diretamente, mas se solidarizavam imediatamente com as ações dos outros. Para Artur Sendas, então proprietário da maior cadeia de supermercados do Rio de Janeiro, os empresários estavam “à mercê de facínoras”.<sup>1008</sup> Diante desta enfática acusação aos populares que exigiam seus direitos, analisemos as consequências das ações populares violentas.

As reações de empresários merecem atenção, pois evidenciam a dificuldade de enfrentar as pressões populares. O caso dos empresários das redes *Bob's* e *Mc Donald's*, depredadas logo no primeiro dia do plano, é paradigmático. Em primeiro lugar, comecemos pela forma como o jornal se refere a eles, fazendo questão de dizer que se trata de multinacionais: “A rede Bob's foi lançada pelo empresário Bob Falkenburg e vendida à multinacional Nestlé. O diretor-geral hoje é o francês François Lemaistre...”<sup>1009</sup> Independentemente da informação ter sido veiculada pelo jornal, vale lembrar que muitos populares já tinham ciência disso, como demonstrado anteriormente. Por outro lado, a análise desta matéria do periódico indica certa má vontade com as redes, no sentido de haver uma espécie de indignação por estrangeiros que obtêm enormes lucros às nossas custas terem o desprazer de aumentar os preços à luz do dia. Para além dessa reflexão, é relevante nos atermos ao resultado: as duas redes no mesmo dia voltaram atrás nos aumentos. Interessante a reação do diretor-presidente do *Mc Donald's*, Peter Rodenbeck, após saber pelo repórter do que o *Bob's* capitulara quanto ao aumento: “Eu volto também [atrás nos preços]. (...) ...os preços baixam, até para colaborar com o Governo e sociedade

---

<sup>1005</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 35.

<sup>1006</sup> “Terra de cruzados. O país reaprende a viver e descobre que a cidadania pode estar até numa tabela de preços”. *Revista Isto É*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 35.

<sup>1007</sup> “Terra de cruzados. O país reaprende a viver e descobre que a cidadania pode estar até numa tabela de preços”. *Revista Isto É*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 35.

<sup>1008</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 23.

<sup>1009</sup> “Bob's informa que voltou atrás”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

brasileira”.<sup>1010</sup> O recuo das duas redes é paradigmático porque foi essa a reação de todo empresariado, mesmo a contragosto, impossibilitado de resistir à avassaladora pressão popular, não podia “expressar publicamente sua divergência, sob pena de reações contrárias até violentas”.<sup>1011</sup> A extrema politização do cotidiano fazia de cada preço uma norma.

De fato, deve-se dar destaque às reações iniciais violentas, porque elas tolheram as intenções e iniciativas dos segmentos burgueses de burlar o congelamento de preços. Na madrugada do dia 1º de março, dois saques foram registrados em supermercados no Rio de Janeiro. O supermercado *Casas da Banha*, em Ramos, foi saqueado por cerca de 200 pessoas que carregaram “todo o estoque de café, feijão, arroz, batata, sabão em pó, carne e material de limpeza”.<sup>1012</sup> O *Supermercado Rio*, em Jardim América, foi saqueado por cerca de 150 pessoas. Novamente, a ação policial não foi enérgica: ninguém foi preso.<sup>1013</sup> Acerca disso, a declaração de Joaquim Jr., presidente da Associação de Supermercados do Rio de Janeiro, é autoexplicativa:

Muitos supermercados que remarcam os preços vão voltar atrás. O governo não está brincando, e a saída é recuar, não só por medo das penalidades, mas também por medo da população, que arreventou o Bob’s. Eu não vou aumentar o meu preço de venda. Se o fornecedor aumentar, eu não compro. Prefiro ficar sem mercadoria.<sup>1014</sup>

#### 2.4.7. Os “fiscais” e as autoridades

As demonstrações de carinho ou deferência da população por governantes frequentemente são interpretadas como resultado do maquiavelismo destes e da ignorância daqueles, em geral fruto de uma dominação populista. No caso do Plano Cruzado, além disso, muitos são os que, como já dito, creditam seu sucesso aos meios de comunicação. Ademais, não é raro ouvir afirmações de que o apoio ao presidente Sarney, ao ministro Funaro e a outras autoridades envolvidas publicamente com o Cruzado se devem apenas aos esforços da mídia para manipular a população, incapaz de perceber que estava sendo enganada.

---

<sup>1010</sup> “Mac Donald’s também recua”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

<sup>1011</sup> SALLUM Jr. Brasília. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, op. cit., p. 136.

<sup>1012</sup> “Reação a aumentos leva a saque e depredação”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18. 2ª edição.

<sup>1013</sup> “Reação a aumentos leva a saque e depredação”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18. 2ª edição.

<sup>1014</sup> “Povo atende a Sarney denunciando aumentos de preços”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 19.

Esses aspectos merecem exame mais detido, sobretudo em função de conhecermos o resultado final do processo. De um modo geral, conhecer o desfecho dos processos históricos é algo positivo para o historiador. Contudo, no caso de processos como os do Plano Cruzado, saber como terminou pode turvar o entendimento do mesmo, uma vez que como depois ficou claro que a motivação do plano foi política (o naufrágio ocorreu logo após as eleições), acredita-se que obviamente se tratou de uma grande embromação do governo sobre a massa ignóbil. E ponto.

Para compreendermos melhor o fenômeno da adesão das pessoas a esta ou aquela autoridade durante o Plano Cruzado é preciso separar as coisas, analisando dois aspectos da questão. Em primeiro lugar, é preciso que se entenda que, independentemente de qualquer intenção – oculta, é bom que se registre – do governo, durante um bom tempo este deu demonstrações inequívocas de que manteria o controle de preços. Adicione-se a isso o fato de que a luta contra a ditadura feita pelas forças populares, entre outras coisas, para substituí-la por um governo que tomasse medidas que fossem a favor do povo, medidas como as que o Plano Cruzado introduziu (fim da inflação, da correção monetária, congelamento de preços etc.). Sendo assim, por que não acreditar, apoiar e mesmo felicitar as autoridades? Em segundo, deve-se encarar o ato de que telefonar para as autoridades, convocá-las a intervir, invocar seus nomes durante as ações são formas de garantir legitimidade (afastando a repressão), intimidar os ricos e – por que não – constranger as próprias autoridades a manterem os preços controlados.

Começemos analisando o primeiro aspecto, referente às consequências objetivas do plano do cotidiano das classes populares. Para tanto, analisaremos as interpretações de intelectuais e formadores de opinião contemporâneos ao governo Sarney, tanto para recuperarmos o que se achava acerca do alcance das medidas quanto para constatarmos que mesmo estudiosos da realizada econômico-social brasileira, em maior ou menor grau, apoiaram, torceram e até mesmo acreditaram que se tratava de uma reforma econômica corajosa e muito bem planejada que mudaria o país. Para o economista Paulo Paiva, professor da UFMG e integrantes do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (CEDEPLAR/UFMG),

a decisão do governo foi extremamente corajosa e audaciosa. Corajosa, porque não se tinha segurança acerca de seus múltiplos efeitos sobre todos os setores da economia. (...) Audaciosa, porque se pretendia eliminar a componente inercial da inflação e, ao mesmo tempo, manter a tendência expansionista da economia. Historicamente, sempre que um país adotou um plano de estabilização

monetária, seguiu-se um período de recessão e desemprego. O Brasil pretendia eliminar, simultaneamente, a inflação e o desemprego.<sup>1015</sup>

Se atentarmos para os resultados concretos dos primeiros quatro meses, as pessoas pareciam ter razão em acreditar. Acerca disso, temos exemplos de vários intelectuais que, à época, acreditaram que o plano fora benéfico. Apesar de vários advertirem que seriam necessários reparos no Cruzado, eram em geral amplamente favoráveis. O economista Antônio Lanzana, professor do Departamento de Economia da FEA/USP, chegou a afirmar que “não há como negar o êxito do Plano Cruzado em deter a inflação, sem ao mesmo tempo deter o crescimento da economia”.<sup>1016</sup> Paiva acentuou que as maiores baixas foram no preço dos alimentos, com redução de inflação mensal de 15% para 1%,<sup>1017</sup> e que, além da queda nos preços dos alimentos, também foram importantes o “congelamento dos preços de combustíveis e dos serviços públicos que liberaram uma parcela maior de renda familiar para o consumo ou para a poupança”.<sup>1018</sup>

Gilson Garófalo, do FEA/USP, disse que as medidas implantadas foram capazes de “debelar a inflação que até então grassava no país”.<sup>1019</sup> O jornalista Carlos Alberto Sardenberg lembrou que “os preços efetivamente foram paralisados, os índices mensais caíram a zero”.<sup>1020</sup> Para Paul Singer, da FEA/USP, de uma forma geral, a acolhida do Plano foi excelente”. Ele afirma que os mais entusiastas, acreditavam que o plano “significava a eliminação definitiva da inflação da vida brasileira, juntamente com a especulação financeira e comercial, acarretando o restabelecimento da seriedade, honestidade e valorização do trabalho...” Chegou-se a acreditar, segundo Singer, que o Cruzado “seria pouco menos que a redenção nacional, o cumprimento das promessas longamente esperadas com a queda do regime militar e frustradas pela morte inesperada de Tancredo Neves”.<sup>1021</sup>

O economista Fernando Homem de Melo, da FEA/USP, afirmou que era “grande a expectativa de quase toda a sociedade brasileira” da capacidade do plano levar o país a praticamente zero de inflação. Ele também acredita que poucos programas de governo contaram com tanto apoio de nossa população quanto o Cruzado. Em seguida, assevera que para que isso tivesse ocorrido, foi importante, entre outras coisas, “a deteriorização sentida

---

<sup>1015</sup> PAIVA et. al., op. cit., p. XI.

<sup>1016</sup> LANZANA, Antonio Evaristo. Evolução na indústria. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 54.

<sup>1017</sup> PAIVA, Paulo. O Plano Cruzado seis meses depois. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 193.

<sup>1018</sup> PAIVA, Paulo. O Plano Cruzado seis meses depois. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 195.

<sup>1019</sup> GARÓFALO, Gilson de Lima. Controle de preços. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 35.

<sup>1020</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 270.

<sup>1021</sup> SINGER, Paul. Intelectuais e esquerda no Brasil: a experiência do poder. In: SOLA, op. cit., p. 77.

por cada indivíduo ou família como resultado de uma inflação elevada e crescente”.<sup>1022</sup> Em outras palavras, evoca a experiência concreta dos brasileiros. Cláudio Gontijo acredita tiveram início transformações profundas no país. De acordo com o economista do CEDEPLAR/UFMG,

na realidade, com o Plano de Estabilização assistiu-se a um novo pacto social, segundo o qual houve uma profunda modificação da distribuição de renda. (...) Esse foi o sentido político mais profundo revelado pelo plano, que, sob esse aspecto específico, alcançou êxito notável, haja vista o inusitado apoio da população e a grande popularidade alcançada pelas autoridades responsáveis pela sua concepção e execução, assim como pelo próprio Presidente da República.<sup>1023</sup>

Gontijo festeja o caráter benéfico do plano para os trabalhadores. Para ele, “não se há de negar que, pela primeira vez, os custos do processo de ajustamento não estão sendo suportados pelos assalariados”.<sup>1024</sup> Essa constatação era muito relevante, pois se baseava na experiência dos trabalhadores, que sempre eram os prejudicados pelos “pacotes” econômicos. Paulo Paiva também constatara isso: “Do ponto de vista imediato, não nos parece que a nova política salarial se configure em um novo arrocho salarial. Ao contrário, ela permitirá a manutenção do salário real médio...”<sup>1025</sup>

Antonio Lanzana comemorou o fato de que depois de alguns meses foi comprovado o crescimento das vendas do comércio e a expansão da massa salarial do País.<sup>1026</sup> Dados analisados por Luiz Carlos Carvalho, da FEA/USP, apontam para “a queda na taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas brasileiras, que de 5,25% da população economicamente ativa em 1985 se reduziu, em abril de 1986, para 4,33%”.<sup>1027</sup>

Singer notou que havia mais carros nas ruas, bem como maior movimento em lojas, cinemas, restaurantes após o congelamento de preços.<sup>1028</sup> Ele diz que antes do plano as empresas vinham acelerando os aumentos de preço, fazendo com que o custo dos alimentos disparassem, “agravando o sofrimento dos mais pobres, que são obrigados a gastar em comida a maior parte do que ganham”. Segundo ele, os trabalhadores “que estavam bem organizados e tinham capacidade de luta se defendiam da inflação mediante a

---

<sup>1022</sup> MELO, Fernando Homem. O ajustamento do setor agrícola à reforma monetária. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 20.

<sup>1023</sup> GONTIJO, Cláudio. O plano de estabilização e a economia brasileira: aspectos gerais. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 23.

<sup>1024</sup> GONTIJO, Cláudio. O plano de estabilização e a economia brasileira: aspectos gerais. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 26. [sem grifo no original]

<sup>1025</sup> PAIVA, Paulo. A política salarial do programa de estabilização. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 44.

<sup>1026</sup> LANZANA, Antonio Evaristo. Evolução na indústria. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 49.

<sup>1027</sup> CARVALHO, Luiz Carlos Pereira. Plano Cruzado: expansão do consumo e crescimento econômico. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 133.

<sup>1028</sup> SINGER, Paul. Será que estamos todos numa boa... Ou será que não? In: BRAGA et. al., op. cit., p. 82.

conquista de antecipações salariais. Mas os outros se ferravam, tendo que agüentar uma carestia cada vez maior até chegar o reajuste semestral”...<sup>1029</sup> Singer acentua o fato de que classe média teve seus salários médios e altos arrojados durante a recessão de 1981-1984, e que grande parte da classe média dela sofreu com a piora do seu padrão de vida. “O ‘pacote’, com seus efeitos objetivos e subjetivos, parece ter detonado uma arrancada para recuperar certos prazeres a que muitos foram forçados a renunciar anteriormente”.<sup>1030</sup> Por outro lado, o intelectual também está entre os que creram que os abonos e o crescimento econômico provocaram “uma distribuição da renda em favor das populações mais pobres”. Ainda de acordo com Singer,

o salário-mínimo tivera o maior aumento real e a expansão dos postos de trabalho incorporou centenas de milhares de pessoas ao mercado de consumo. Daí, cresceu espetacularmente o consumo de produtos como leite, pão, carnes e mesmo de remédios antidiarréicos. Como não havia razão alguma que sugerisse um aumento nos casos de dor de barriga, a conclusão só podia ser uma: as pessoas somente agora tinham dinheiro para se tratarem. Assim como boa parte da população somente então tinha possibilidade de comprar leite, carne, feijão e outros produtos de consumo essencial. O resultado era positivo, mas era preciso providenciar para que houvesse mercadoria para novos consumidores.<sup>1031</sup>

O jornalista Eric Nepomuceno (publicando três anos após o fim do Cruzado) também acreditou que o plano “provocou a distribuição de renda, o aumento do consumo permitiu o surgimento de novos postos de trabalho e milhões de brasileiros descobriram o bife, o colchão e tudo aquilo que até então só aparecia, para eles, em novelas de televisão”.<sup>1032</sup>

Além do aspecto mais palpável da vitória sobre a inflação, havia intelectuais que saudaram o plano pela introdução do seguro-desemprego no Brasil, uma bandeira histórica dos trabalhadores brasileiros, que foi criada junto com o plano. Roberto Macedo, da FEA/USP, comemorou a medida, afirmando lembrar-se da entrevista de um desempregado ao jornal *Folha de S. Paulo*, na qual ele falava da dificuldade que enfrentava ao procurar emprego em função da “ausência de recursos que lhe permitissem pagar o transporte de ônibus que facilitaria essa busca”.<sup>1033</sup> Para Macedo, “o programa é realmente digno de uma ‘Nova República’ sem a crise de envelhecimento precoce que ela vinha demonstrando e

---

<sup>1029</sup> SINGER, Paul. Será que estamos todos numa boa... Ou será que não? In: BRAGA et. al., op. cit., p. 83.

<sup>1030</sup> SINGER, Paul. Será que estamos todos numa boa... Ou será que não? In: BRAGA et. al., op. cit., pp. 83, 84.

<sup>1031</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 307.

<sup>1032</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 93.

<sup>1033</sup> MACEDO, Roberto Brás Mattos. A importância do seguro-desemprego. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 254.

que, acredito, a própria adoção do seguro pode contribuir para reverter”.<sup>1034</sup> Para José Paulo Chahad, professor da FEA/USP, o seguro-desemprego,

pelo seu inequívoco alcance social e humanitário, deve ser vivamente saudado, pois significa um corajoso avanço em termos de legislação trabalhista, permitindo colocar o País entre aquelas nações que conferem a seus trabalhadores a possibilidade de enfrentar com dignidade o desemprego. (...) A verdade é que o seguro-desemprego indica o surgimento de uma nova mentalidade a respeito de como tratar a questão social nesse País, transcendendo a mera garantia de pagamento de um benefício monetário ao desempregado.<sup>1035</sup>

As posições da maioria dos intelectuais contemporâneos ao plano nos permitem compreender que mesmo os que, pelo contínuo exercício da atividade intelectual, tinham maior capacidade analítica para compreender a reforma monetária em múltiplas dimensões também acreditaram que se tratava de uma bem-vinda mudança. E que, portanto, o governo estava mesmo ao lado do povo.

Os fatos pareciam corroborar o otimismo do ministro Dilson Funaro, que dissera, no dia do lançamento do plano: “Vamos viver em outro mundo a partir de hoje, 28 de fevereiro de 1986. Um mundo tão diferente do velho que será difícil lembrar dele”.<sup>1036</sup> O historiador Bernardo Kocher, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisou as políticas econômicas das décadas de 1960 a 1990 assevera que “o sucesso inicial do programa econômico criou uma comoção nacional em torno da sua execução e esperança na viabilidade das medidas aplicadas”.<sup>1037</sup> Paul Singer acentuou que “o contentamento popular era enorme e as pesquisas de opinião pública demonstravam que Sarney contava com o apoio de 90% da população”,<sup>1038</sup> no período em que o plano ia bem.

Milhões de brasileiros se sentiam participantes do sucesso do plano, pois representava o sucesso de todos, sucesso nacional, a concretização de promessas nunca cumpridas. A população, “portando a lista de produtos tabelados, comparando-a aos preços dos supermercados, um grande número de pessoas passou a sentir-se (...) responsável pela causa pública”.<sup>1039</sup> Outros pesquisadores defendem que o Cruzado alcançou um estrondoso

---

<sup>1034</sup> MACEDO, Roberto Brás Matos. A importância do seguro-desemprego. In: BRAGA, BRAGA et. al., op. cit., p. 253.

<sup>1035</sup> CHAHAD, João Paulo Zeetano. Seguro-desemprego – um bom começo. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 255. [sem grifo no original]

<sup>1036</sup> “Começa a era do Cruzado. Sarney decreta a morte do cruzeiro, acaba com a correção monetária, congela os preços e abre uma luta de morte contra a inflação”. *Revista Veja*. São Paulo, 5 mar. 1986, p. 24.

<sup>1037</sup> KOCHER, Bernardo. **A economia política dos preços. Brasil, 1964-1994**. Tese de doutorado. Coordenação de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 262.

<sup>1038</sup> SINGER, Paul. Intelectuais e esquerda no Brasil: a experiência do poder. In: SOLA, op. cit., p.79.

<sup>1039</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 46.

sucesso que fora “muito bem recebido pela população, animada em fiscalizar os preços denunciando os remarcadores, que desrespeitavam o congelamento”.<sup>1040</sup> Sardenberg informa que “o sucesso foi imediato do ponto de vista político – a completa adesão popular – e econômico”.<sup>1041</sup>

Lourdes Sola, professora da USP, em um longo comentário acerca do sucesso do Cruzado, remete a marcos que identificamos como integrantes das experiências dos brasileiros no período: as Diretas Já, a comoção em torno de Tancredo Neves, e, claro, o Plano Cruzado. Ao reconhecer que vários elementos concorreram para o engajamento popular no programa econômico, ela toca na questão da união popular em torno de objetivos “nacionais”. Vejamos:

As reações da população são conhecidas, assim como a surpresa que geraram entre os membros do governo. A resposta entusiástica ao apelo do presidente, para que cada cidadão atuasse como um “fiscal do governo” no controle dos preços e dos infratores, foi sintomática. (...) A adesão “plebiscitária” ao Cruzado, entretanto, contém outros ingredientes, até aqui negligenciados. Ela evoca o clima cívico das campanhas pelas eleições diretas de 1984, e também o das manifestações maciças por todo o país quando do enterro do Presidente Tancredo Neves. (...) Com uma diferença crucial: dessa vez parecia romper-se a cadeia de frustrações e de experiências de anti-clímax que havia caracterizado a transição brasileira desde 1982. Com o Cruzado parecia inequívoca, na percepção da população, a nova fase – “mudancista” – do governo. (...) A julgar pelas evidências disponíveis nas pesquisas de opinião pública, por exemplo, o Plano adquiriu um significado mais complexo e profundo do que o de uma guerra contra a inflação.<sup>1042</sup>

O Cruzado representou uma vitória, sobretudo moral, para a população. Como lembrou Lourdes Sola, ao contrário das frustrações de 1984 e 1985, o sucesso do plano econômico fez com que as pessoas se sentissem participantes de um novo tempo pelo qual, no seu entender, haviam lutado. O presidente José Sarney, por sua vez, não deixava de oferecer elementos para que a população acreditasse na mudança. Perguntado se o comércio e a indústria não obedecessem ao decreto presidencial, Sarney foi enfático: “Nós vamos fechar, vamos prender, vamos ser muito enérgicos. Os preços não subirão”.<sup>1043</sup> Em duas décadas, quando um presidente pareceu ser tão favorável ao povo?

Matéria do *Jornal da Tarde*, que mostra a euforia da dona-de-casa Maria Aparecida dos Santos, oferece elementos para refletirmos sobre como o povo interpretou o

---

<sup>1040</sup> NEVES et. al., op. cit., p. 407.

<sup>1041</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 270.

<sup>1042</sup> SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura: uma abordagem transdisciplinar. In: SOLA, op. cit., pp. 43, 44. [sem grifo no original]

<sup>1043</sup> “Começa a era do Cruzado. Sarney decreta a morte do cruzeiro, acaba com a correção monetária, congela os preços e abre uma luta de morte contra a inflação”. *Revista Veja*. São Paulo, 05 mar. 1986, p. 28.

posicionamento do presidente Sarney. Ao caminhar na rua Oscar Freire, em São Paulo, ela disse à reportagem que a banana, a laranja e a cenoura haviam baixado de preço. E que o preço do ovo manteve-se o mesmo da semana passada. Disse ainda que foi procurada naquela manhã pela proprietária do apartamento onde morava, na Rua Apinagés, para um acordo quanto ao aluguel, que lhe acabou sendo benéfico. Para ela, tudo foi resultado do Plano Cruzado:

A gente mora num bairro que é tido como rico, só que a gente não é, mas paga o preço. Agora eu sinto, tenho esperança de que vamos fazer alguma coisa. Veja o meu aluguel: eu estava desesperada porque o aumento é semestral e ia passar para Cr\$ 5,5 milhões. Pois tudo ficou por 3 mil cruzados, por um ano, e a dona ainda vai fazer benfeitorias. Ah, se eu pudesse beijar o Sarney hoje eu beijava.<sup>1044</sup>

O sentimento exibido por pessoas anônimas parece ter sido compartilhado por respeitados intelectuais, como atesta Paul Singer:

Quando os meios de comunicação aplicaram à reforma monetária de 28/2/1986 a denominação genérica de “pacote”, revelaram não ter percebido o alcance histórico do que estava acontecendo. O “Plano Cruzado” indubitavelmente é muito mais do que um conjunto de medidas de política econômica que são apresentadas ao público num único embrulho em função de conveniências políticas momentâneas. O “pacote” ou “pacotão”, como começa a ser chamado (...), é uma guinada radical na condução da política econômica, destinada a repercutir por muito tempo na vida do país.<sup>1045</sup>

Professores da USP, incluindo Singer, em apresentação de livro sobre o Plano Cruzado, defenderam que

a Reforma Monetária de 28 de fevereiro de 1986 é um marco na história econômica brasileira. Ao tornar realidade, pelo menos no curto prazo, uma das promessas mais freqüentes dos administradores da política econômica nacional nessas últimas décadas, o Plano Cruzado se transformou no programa de estabilização mais popular da história do Brasil.<sup>1046</sup>

A crença de que o país vivia novos tempos contagiou a muitos intelectuais, incluindo os que combateram a ditadura. Um dos exemplos mais emblemáticos pode ser encontrado no livro “Tem que dar certo”, uma coletânea de charges publicadas em diversos veículos que teve o Plano Cruzado como inspiração. Organizado por Nani e prefaciado por Zuenir Ventura, reuniu contribuições de nada menos do que 30 humoristas, chargistas e desenhistas, dentre os quais Chico Caruso, Ique, Jaguar e o próprio Nani. De acordo com Ventura, “mais do que uma reforma econômica, Funaro e seu plano provocavam uma revolução no comportamento da população, na ética do país e até na natureza do

<sup>1044</sup> *Jornal da Tarde*. São Paulo: 03 mar. 1986 apud RAMOS, op. cit., p. 77-78.

<sup>1045</sup> SINGER, Paul. O “Pacote” em perspectiva histórica. In: BRAGA, Carlos Alberto Primo et. al. (orgs.). **O Plano Cruzado na visão de economistas da USP**. São Paulo: Pioneira, 1986, p. 123.

<sup>1046</sup> BRAGA, op. cit. Apresentação.

humor”.<sup>1047</sup> Ele explica que durante duas décadas o humorismo, assim como toda a cultura, foi instrumento de combate e resistência à ditadura. Para o autor, “foi a época do humor negro, corrosivo, perverso, tanto quanto a realidade e as pessoas que o inspiravam”.<sup>1048</sup> Apesar de longo, o trecho a seguir merece ser reproduzido na íntegra, uma vez que revela não somente o posicionamento comum a milhões de brasileiros diante da reforma econômica do governo, mas embute também o tão aludido “nós” *versus* “eles”:

Agora, tudo ficou mais complicado: a política, o país, o humor. Com o fim do maniqueísmo e das fronteiras que demarcavam rigidamente o bem e o mal – os bons já não estão mais só do nosso lado e ‘nosso’ lado muda a todo momento – não é fácil encontrar trincheiras fixas. Além dos mais, o bom combate hoje não é mais contra – contra a Censura, contra a tortura, contra os militares – mas a favor: a favor da Constituinte, da Reforma Agrária, da redistribuição de renda. Dizia-se então como um axioma: o humor só é bom quando é de oposição. E era verdade, porque afinal ri melhor quem ri contra. Mas, hoje, rir contra quem? Não é que não haja mais contra o que se opor; só que os atores que estão no poder ficaram menos engraçados, graças a Deus. Sarney não é Figueiredo e Funaro é o oposto de Delfim... (...) Estaria o humorismo hoje vivendo um impasse? Para os que acham que sim, pode-se dizer que o humor não tem que ser necessariamente corrosivo, obrigatoriamente perverso, indefectivelmente revanchista. A alegria também pode ser engraçada, tanto ou mais do que a indignação. (...) Ri-se do e com o Plano Cruzado; não sistematicamente contra. O humor dos tempos da ditadura torcia para que tudo desse errado. O de agora, a julgar por essa divertida amostra, torce para que dê certo...<sup>1049</sup>

Tendo em vista o objeto de pesquisa e as hipóteses da mesma, interessa menos a avaliação equivocada dos intelectuais do que o fato de terem acreditado que o país estava no rumo certo (ou próximo disto).

O segundo aspecto que merece nossa atenção está ligado a demonstrações de gratidão e fidelidade às autoridades como parte de um comportamento padrão nas ações dos fiscais. Anteriormente, quando introduzi este aspecto da questão, apontei para o fato de que as pessoas recorriam ou invocavam as autoridades porque isso lhes garantia êxito na exigência de manter os preços controlados. Além disto, nada mais comum do que demonstrar gratidão pelo tratamento considerado digno, fato que – ninguém esqueça, o Brasil vinha de duas décadas de ditadura – era inédito nas experiências das classes populares.

A fala de Severino de Albuquerque se reveste de especial importância para percebermos o quanto o endosso das autoridades foi aproveitado pelas pessoas para fazer valer os seus direitos, ao mesmo tempo em que era acompanhado por uma atitude de gratidão. Após conseguir que a polícia interditasse o *Supermercado Bandeiras*, em

<sup>1047</sup> VENTURA, Zuenir. Deu certo (prefácio). In: NANI et. al., op. cit., p. VIII.

<sup>1048</sup> VENTURA, Zuenir. Deu certo (prefácio). In: NANI et. al., op. cit., p. VIII.

<sup>1049</sup> VENTURA, Zuenir. Deu certo (prefácio). In: NANI et. al., op. cit., pp. VIII, IX.

Curitiba, por vender latas de salsicha acima da tabela, explicou que nunca fora de exigir seus direitos, mas mudara: “Não queria bancar o palhaço, porque as denúncias davam em nada, mas agora isso acabou. Qualquer coisa, vou direto à polícia. O governo nos devolveu a dignidade”.<sup>1050</sup> Nesta fala, percebemos que Albuquerque demonstra confiança tanto na polícia quanto no governo, dois entes que há bem pouco tempo não mereciam a confiança do povo. Isso ajuda a entender a felicidade e a confiança das pessoas. Quando, no passado recente daqueles brasileiros, polícia e governo pareciam defender tão tenazmente os direitos do povo? Desta vez, a polícia surgia não para reprimir o povo, como de costume, mas para se colocar ao lado deste. Contudo, um outro aspecto desse discurso merece atenção. Ao elogiar a autoridade, ao aplaudi-la por sua ação na defesa dos interesses do povo, os populares dão um recado inequívoco a elas: continuem a defender o controle de preços.

Uma autuação em Niterói (RJ) nos permite perceber como a população teve como estratégia usar o presidente para poder impor o controle de preços. Wolmen Braga, 55 anos, percebeu que a padaria onde estava tinha preços “quase dobrados” e assim narrou o que fizera:

não perdi a oportunidade e tomei a iniciativa. Afinal de contas, foi o presidente Sarney quem nos delegou poderes para atuar como fiscais contra os comerciantes que estão desobedecendo a tabela de congelamento. (...) Acredito que todos os consumidores devam agir desse modo.<sup>1051</sup>

O proprietário acabou autuado pela Polícia Federal. Como se pode constatar, neste momento as denúncias davam em alguma coisa.

No Recife (PE), uma loja da rede *Pão de Açúcar* vendia ovos médios pelo preço de grandes. Desconfiado, o cliente José Campelo procurou o gerente do supermercado, Frederico José Falcão Souza. Foi recebido com vários palavrões. Indignado, Souza procurou a Sunab, que autuou o supermercado e levou preso o gerente mal-educado. Na mesma semana o supermercado foi fechado pelo delegado regional da Sunab no Recife, Otávio Augusto Cavalcanti. Sob os aplausos dos consumidores, Cavalcanti declarou, em sintonia com os que festejavam o ato: “Para mim não existe nem grande nem pequeno empresário e sim maior ou menor infrator”. Em São Paulo, o libanês Sabri Adhmad Abura tentou demover os policiais de fecharem seu estabelecimento dizendo que “o engano só

---

<sup>1050</sup> “Terra de cruzados. O país reaprende a viver e descobre que a cidadania pode estar até numa tabela de preços”. *Revista Isto É*, São Paulo, 12 mar. 1986, p. 36.

<sup>1051</sup> “Polícia Federal autua em Niterói quatro por desrespeito a tabela”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 14.

aconteceu porque não sei ler em português”. Baixadas as portas do supermercado, os populares aplaudiram a ação da polícia. Um camburão da PF foi aplaudido em Curitiba (PR) quando parou em frente a um supermercado. “Isso é gratificante, porque temos a certeza de estar agindo corretamente”, disse José Moacyr Favetti, superintendente da PF no Paraná.<sup>1052</sup>

Os aplausos que receberam o delegado da Sunab em Recife e os policiais em São Paulo e Curitiba ocorreram em diversos lugares. As atitudes das autoridades na defesa dos interesses populares deve merecer cuidadosa atenção de nossa parte, pelo seu ineditismo. As pessoas pareciam mesmo estar vivendo um momento especial no país. A roda da História parecia mesmo estar sendo movida a favor do povo, coisa muito rara.

O fechamento do hipermercado *Paes Mendonça*, em Salvador (BA), por onde passavam cerca de 20 mil pessoas diariamente, por desrespeito ao congelamento, só reforçava esse tipo de percepção por parte da população. Na ocasião, um fato nada incomum nas jornadas do Cruzado. Baixadas as portas, um grupo de consumidores entoou o Hino Nacional. (Novamente, os populares se apropriando de práticas da resistência à ditadura, pedagogicamente absorvidas pelas classes populares.) A opinião do delegado da Sunab na Bahia reforça a ideia de que as autoridades estão contra os ricos a favor do povo. Segundo a revista *Veja*, o empresário Mamede Paes Mendonça, com muitas autuações em sua rede de supermercados, tinha um lema: “não dorme tranquilo quando não vende barato”. Irônico, o delegado regional da Sunab afirmou à imprensa: “Acho que ele então não está dormindo tranquilo há um bom tempo”.<sup>1053</sup>

Em entrevista à *Veja* em Belém (PA), o cabo José de Souza Mesquita fez uma declaração que demonstra como muitas pessoas passaram a ver os policiais, antes identificados à repressão: “Eu sempre tive vergonha de ser identificado como caçador de bandidos. Agora as pessoas estão me olhando com simpatia e procuram minha ajuda na rua”.<sup>1054</sup>

A prisão do empresário Roberto Maksoud, dono do hotel cinco estrelas Maksoud Plaza, em São Paulo, foi uma dessas prisões emblemáticas. Cenas como estas enchiam os

---

<sup>1052</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 24.

<sup>1053</sup> “O cerco às fraudes. Funaro tropeça ao falar em descongelar os preços, mas a inflação de março será negativa apesar dos truques dos comerciantes”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 mar. 1986, p. 94.

<sup>1054</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 24.

olhos de praticamente toda a sociedade, afinal, muitas delas eram realizadas com a cobertura das redes de televisão.<sup>1055</sup> “Considero-me um preso político – o primeiro preso político da Nova República”,<sup>1056</sup> declarou o empresário à imprensa, após detenção em 04 de março por cobrar o preço do refrigerante acima da tabela. Agora, zombava-se dos ricos. À época, o cartunista Iotti criou uma charge na qual apareciam duas pessoas sentadas numa cela. Uma delas, pela vestimenta, um típico ladrão que dizia “Marquei! [bobeira e fui preso]”. A outra, um tipo que para a população era, em geral, considerado desonesto, mas nunca ia para trás das grades – o capitalista. Vestido de terno e gravata e, com o indefectível charuto, dizia “Remarquei!” Na parede da cela, uma inscrição que para muitos era sinal de mudança no país: “Maksoud esteve aqui”.<sup>1057</sup>

É muito compreensível que os populares que presenciassem a prisão de uma pessoa rica pelo fato de ser acusada de ter tentado explorar o povo – ou soubesse dela pelos meios de comunicação – se sentissem mesmo em uma nova era, em uma Nova República. O infortúnio dos ricos foi lido pelos populares como uma espécie de justiça, como uma rara inversão da ordem. O ineditismo dessas detenções de pessoas ricas não pode ser menosprezado pelos pesquisadores. Desde quando ricos iam presos no Brasil? Ou alguém ignora que os versos de *Homenagem ao malandro* – nos quais o cantor e compositor Chico Buarque afirmava que há muito “malandro regular profissional, malandro com o aparato de malandro oficial, malandro candidato a malandro federal, malandro com retrato na coluna social; malandro com contrato, com gravata e capital, que nunca se dá mal”<sup>1058</sup> – se tratava de puro lirismo? Ou que se referia a uma realidade que havia ficado enterrada entre 1977 e 1978, período em que foi composta? Ao contrário, esses versos estavam ancorados em evidente experiência concreta da população.

As muitas evidências demonstram que o que estava sendo vivenciado pela população em 1986 parecia ser mesmo uma inversão da ordem. Imaginemos o impacto gerado nas pessoas que viram pela TV o diretor-superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, afirmando incisivamente que “qualquer cidadão tem o direito de prender em

---

<sup>1055</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, op. cit., p. 347.

<sup>1056</sup> “As frases de 1986. Ano de eleição é ano de retórica. Mas o Plano Cruzado também ajudou a enriquecer a safra de declarações que merecem ser colecionadas”. *Revista Veja*. São Paulo, 31 dez. 1986, p. 5.

<sup>1057</sup> NANI et. al., op. cit., p. 49.

<sup>1058</sup> “Homenagem ao malandro”. Composição: Chico Buarque de Holanda. Intérprete: Chico Buarque de Holanda. In: *Ópera do Malandro*. LP. Polygram/Phillips, 1979. Disponível em [http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=homenage\\_77.htm](http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=homenage_77.htm). Acessado em 24 jan. 2011. [sem grifo no original]

flagrante quem estiver violando os termos do decreto presidencial”.<sup>1059</sup> Vale ressaltar que, quando Tuma afirmara isso em Recife, a população já tinha se entregue ao trabalho de vigiar os preços. Contudo, não há como negar que, quando se fica sabendo que a maior autoridade da Polícia Federal disse em público que qualquer um poderia prender quem estivesse burlando o congelamento de preços, isso aumenta – e muito – a disposição e a crença das pessoas no governo. Não há como negar que as autoridades davam demonstrações de que estavam a favor do povo, assim como não era incomum achar um estabelecimento comercial com uma faixa que ficava em local bem visível e na qual se lia: “Este estabelecimento foi interditado pela SUNAB por estar praticando preço acima do autorizado”.<sup>1060</sup>

No dia seguinte à contundente declaração do delegado Romeu Tuma, um acontecimento em um supermercado curitibano chamou a atenção dos milhões de telespectadores do *Jornal Nacional*. Revoltado diante do desrespeito do *Supermercado Real* ao congelamento de preços decretado pelo governo, o paranaense Omar Marczynski, afirmou energicamente, exibindo os produtos depositados no caixa:

Eu fecho esse supermercado pelo roubo abusivo e extorsivo que está acontecendo com mais de trinta produtos. Vejam o caso destas duas maioneses [mostra as duas], vejam o caso do café: de 99 mil cruzeiros, tão cobrando mais de 120, 130... [mostra os pacotes de café, passados por outros clientes] Veja o caso dessas fraldas [mostra as fraldas, passadas por outros clientes], que pra seis xixis, paga mil cruzeiros a mais...

Em seguida, outra sequência da gravação mostra o popular afirmando com autoridade, enquanto fechava as portas do supermercado sob aplausos e palavras de apoio dos demais populares, que estava “fechando [o supermercado] em nome de José Sarney, o nosso presidente, o presidente da Nova República! Está fechado em nome do povo!”<sup>1061</sup> Diante do relato, creio que seja necessário reforçar a questão da manipulação que governo e associados (em especial, os meios de comunicação) estaria exercendo sobre o povo, pois essas cenas sugerem isso aos espíritos mais apressados. Entretanto, onde muitos veriam um povo manipulado por aqueles agentes vejo um povo se aproveitando da brecha proporcionada pelo governo para garantir aquilo que entende ser seu direito. Sem negar que, de fato, muitos podem demonstrar a mais genuína gratidão ao governo, o fato é que a

---

<sup>1059</sup> “Começa a era do Cruzado. Sarney decreta a morte do cruzeiro, acaba com a correção monetária, congela os preços e abre uma luta de morte contra a inflação”. *Revista Veja*, São Paulo: 05 mar. 1986, p. 23.

<sup>1060</sup> “Começa a era do Cruzado. Sarney decreta a morte do cruzeiro, acaba com a correção monetária, congela os preços e abre uma luta de morte contra a inflação”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 mar. 1986, p. 95.

<sup>1061</sup> O *Jornal Nacional* no Plano Cruzado. <http://www.youtube.com/watch?v=bOaTJzXW82w>. Acessado em 11 jan. 2011.

partir do Cruzado este governo parece servir aos interesses populares, inclusive dando a possibilidade – real, como se viu – de usar o nome do próprio presidente para abrir portas (ou fechar, e isso literalmente).

Pelas razões expostas, membros do governo Sarney eram muito bem recebidos por onde quer que andassem. Claro que nenhum deles mais que o ministro da Fazenda, Dílson Funaro: “Em todos os lugares por onde circulou desde a edição do pacote econômico de 28 de fevereiro – da Escola de Guerra Naval ao Congresso, auditórios o aplaudiram de pé”. Um dos inúmeros casos insólitos envolvendo Funaro ocorreu no centro de Curitiba. Francisca Soares Lazari, despachante, comandou o fechamento do *Supermercado Abagge*, por desrespeitar o congelamento de preços. Até aí, nada anormal, como temos visto. Bastou ela apresentar sua carteira para os repórteres para termos um inusitado registro: constatou-se que ali havia uma foto do ministro Funaro, justo em lugar no qual muitos guardam a fotografia de um filho, cônjuge ou namorado. “Ninguém fez tanto por nós”, justificou. Um outro fato ocorreu num domingo, quando o ministro deixou sua casa para comprar jornais numa banca próxima. Teve que interromper o passeio devido à enorme quantidade de pessoas que, agradecidas, vinham lhe pedir autógrafos.<sup>1062</sup>

Por incrível que possa parecer, uma missa em prol da saúde de Funaro – que sofria de câncer linfático – atraiu mil populares a uma igreja em Curitiba. As pessoas foram atraídas por um anúncio de jornal mandado publicar na *Gazeta do Povo*, que dizia: “Em intenção de vida longa ao Sr. Ministro Dilson Funaro”. Mandada publicar por um gerente da *Caixa Econômica Federal*, Osmei Ricardo de Souza, pai de três filhos, para quem “até a reforma econômica, eu não podia dormir com aquela inflação medonha. Agora, pelo menos já sei o que meu salário pode comprar durante o ano inteiro. Por isso, mandei rezar a missa”.<sup>1063</sup> Independentemente de quem tenha mandado publicar, o que mais interessa é que mil pessoas foram até lá rezar por ele, em uma cidade da qual ele não era natural, nem residia.

Nas cartas à Assembleia Nacional Constituinte também há muitos registros de gratidão às autoridades envolvidas com o pacote. Clarimundo Americano de Faria, morador de Carmo do Parnaíba (MG), casado, acima de 59 anos, autodeclarado analfabeto, mais de 2 a 3 salários, endereçou reivindicação de redução da idade de aposentadoria ao

---

<sup>1062</sup> “Com a força do pacote. Com sua obstinação, Dilson Funaro conseguiu algo que ninguém julgava possível no Brasil: é um ministro da Fazenda popular”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 mar. 1986, p. 36.

<sup>1063</sup> “Com a força do pacote. Com sua obstinação, Dilson Funaro conseguiu algo que ninguém julgava possível no Brasil: é um ministro da Fazenda popular”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 mar. 1986, p. 39.

ministro Funaro nos seguintes termos: “Dr. Dilson Funaro, venho através desta, fazer um apelo ao Sr. que tanto tem feito por nós pobres que hoje, graças a Deus, temos um Presidente e o Sr. e outros que lembraram da pobreza que já não tinha condições de viver”.<sup>1064</sup> Everaldo Aliatti, morador de Santa Bárbara do Sul (RS), solteiro, 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, até 1 salário, tinha a seguinte opinião sobre as medidas: “Com o pacote econômico melhor vai melhorar muito a vida dos brasileiros, por exemplo, nos mercados. Espero que o Dilson Funaro nos dê muito incentivo para continuar assim”.<sup>1065</sup> Morador de Utinga (BA), Valcir Araujo Souza, solteiro, 1º grau completo, 25 a 29 anos, até 1 salário, assim se dirigiu a Funaro: “Sr. ministro, em suas atitudes e reformas realizadas foi um dos melhores planos feitos até hoje, e o principal foi criar o congelamento de todos produtos e tabelar os produtos de primeira necessidade...”.<sup>1066</sup> Ronaus Rossi, morador de Caraguatatuba (SP), casado, 30 a 39 anos, Superior incompleto, mais de 5 a 10 salários, estava agradecido a Sarney porque, para ele, estava cumprindo com o que prometera: “só me resta aplaudir nosso Presidente por atitude tão digna de moral e palavra, pois tudo que foi dito está sendo feito pelo nosso Presidente”.<sup>1067</sup> Jorge Kajus Makate, solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, morador de Santa Izabel do Pará (PA), disse que tinha “grandes esperanças na Nova República” e que confiava “no nosso Presidente José Sarney e também confio muito no Ministro da Fazenda Sr. Dilson Funaro”. Pelo que fizeram, Makate acreditava que ambos “merecem todo o nosso apoio e a nossa confiança”.<sup>1068</sup>

Inácio Víctor Pereira, morador de Campina Grande (PB), divorciado, 25 a 29 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, saudou as medidas como um novo tempo para o

---

<sup>1064</sup> Carta de Clarimundo Americano de Faria à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 09/04/86 FORMUL: 077 DV: 1 TIPO: 14 04/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1065</sup> Carta de Everaldo Aliatti à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L102 DATA: 30/02/86 FORMUL: 048 DV: 3 TIPO: 10 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1066</sup> Carta de Valcir Araújo Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L113 DATA: 30/02/86 FORMUL: 317 DV: 4 TIPO: 13 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1067</sup> Carta de Ronaus Rossi à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L113 L008 DATA: 04/04/86 FORMUL: 194 DV: 0 TIPO: 30 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1068</sup> Carta de Jorge Kajus Makate à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L104 DATA: 25/05/86 FORMUL: 086 DV: 3 TIPO: 13 22/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Brasil. Note que a fala de Pereira remete a aspectos não necessariamente envolvidos no pacote.

O Brasil agora é mesmo um país democrático, principalmente depois da criação do pacote econômico do Governo Federal. Agora, todas as classes podem falar o que pensam, e o que acham da política constituinte do nosso país, graças a isto, pela criação da nova República, muito bem traçada no Brasil, pelo Presidente da República Sr. José Sarney, e por dois Ministros de Estados, Sr. Dilson Funaro e João Sayad. Homens corajosos, que disseram não a inflação e ao FMI, que roubavam as nossas riquezas.<sup>1069</sup>

Tendo em vista os fatos e as manifestações populares expostos, cabe a pergunta: diante de tantas demonstrações de apoio, solidariedade e gratidão como voltar atrás no congelamento de preços e frustrar todo o povo? Como dito em outra ocasião, ao elogiar a autoridade se coloca sobre ela o peso de ser merecedora da honraria. E de continuar a ser.

#### **2.4.8. As pressões dos fiscais, o congelamento de preços e a tabela da Sunab**

O congelamento de preços converteu-se em valor moral tão logo foi implantado. Para o povo, era a essência do plano, haja vista seus efeitos na contenção do aumento dos preços de alimentos. A ação popular enérgica e coletiva se constituiu em pressão sobre capitalistas, mas também sobre o governo. O congelamento, contudo, era um item que não parecia importante a todos os que participaram de sua formulação e nem ao menos era decisão consensual entre a equipe econômica do governo. A decisão pelo congelamento foi tomada após muitas divergências entre os economistas. Somente a quatro dias do anúncio do plano se tornara questão fechada. Para Sarney, “sem congelamento esse programa não funciona”.<sup>1070</sup>

Próximo da implantação da reforma monetária, o ministro do Planejamento João Sayad acreditava que o governo tinha um bom programa, “teoricamente consistente”, mas lhe parecia “coisa de economista”. “Para funcionar”, argumentou, “precisa de apoio popular. E continuo achando que esse programa não tem apelo, não tem charme”. Ao que Sarney respondera: “Não senhor. É engano seu. O apelo é o congelamento de preços. Isso é tudo que a população quer, acabar com a carestia. O congelamento é a pedra de toque desse programa”.<sup>1071</sup> Para Nepomuceno, Sarney acertou ao “defender com todas as suas forças aquilo que, em sua intuição, era o verdadeiro grande triunfo do programa, o

---

<sup>1069</sup> Carta de Inácio Víctor Pereira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L124 DATA: 30/02/86 FORMUL: 592 DV: 5 TIPO: 30 11/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1070</sup> SARDENBERG, op. cit., pp. 266-268.

<sup>1071</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 231.

congelamento. Disse que era uma medida de repercussão popular indiscutível”.<sup>1072</sup> Em pouquíssimo tempo, perceberam que Sarney estava certo quanto ao congelamento ser o elemento central do Cruzado, para o povo.

O instrumento de controle que a população passou a ter era a tabela de preços da Sunab. Há evidências de que milhões de brasileiros saíram em busca das edições dos jornais que publicavam as tabelas. Em São Paulo, por exemplo, registrou-se a formação de filas nas bancas para adquirir a tabela de preços do governo. “No bolso, essas tabelas, em que estão reunidos mais de 1.000 artigos com a promessa de que seus preços não subirão tão cedo, transformaram-se na mais definitiva das armas de controle do comércio”.<sup>1073</sup> No dia 6 de março, a *Folha de São Paulo* bateu todos os recordes da imprensa nacional ao esgotar tiragem de 1,714 milhão de exemplares, exatamente porque trazia a tabela de preços da Sunab.<sup>1074</sup> Fica claro que a tabela se converteu – concretamente – em instrumento de legitimação das exigências populares de manutenção dos preços.

Na esteira do enorme interesse popular, os partidos da Aliança Democrática inundaram o país com “cartilhas, *slogans* e *out-doors*”, pois “o povo estava nas ruas e os jornais vendiam como nunca”.<sup>1075</sup> Em Porto Alegre (RS), o PMDB imprimiu “duzentos mil exemplares do manual ‘PMDB – a luta continua’, detalhando o decreto-lei 2.283, e prepararam mais duzentas mil sobre as alterações, feitas no 2.284”.<sup>1076</sup> Ainda em na capital gaúcha, o Partido da Frente Liberal (PFL), mandou confeccionar trezentas mil tabelas da Sunab. De acordo com Ramos, “em três dias, elas se esgotaram em Porto Alegre e no interior. Foram colocadas de mão em mão nos terminais de ônibus, supermercados e vilas”.<sup>1077</sup> O uso político da tabela foi evidente:

Na época, o vice-líder do governo na Assembléia, Nestor Fips Schneider, espalhou vinte mil tabelinhas de conversão de cruzeiros em cruzados. Elas foram canonizadas em santinhos: ‘Reeleja Fips. Estamos juntos nessa cruzada cívica contra a inflação’.<sup>1078</sup>

Curioso que a tabela da Sunab, tornada instrumento de poder pela população (e fonte de lucros pela imprensa) tenha surgido de modo fortuito, sem o menor planejamento.

---

<sup>1072</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 85.

<sup>1073</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 23.

<sup>1074</sup> “Edição extra da Folha tira 1.714.000”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 mar. 1986, capa.

<sup>1075</sup> RAMOS, op. cit., p. 25.

<sup>1076</sup> RAMOS, op. cit., p. 26.

<sup>1077</sup> RAMOS, op. cit., p. 25.

<sup>1078</sup> RAMOS, op. cit., p. 26.

De acordo com Sardenberg, José Carlos Braga, Secretário Especial de Abastecimento e Preços, foi perguntado no dia 27, um dia antes do anúncio: “Como é que a população vai saber quais são os preços congelados, se hoje eles variam mesmo dentro de uma rede de lojas?” Sem resposta, Braga procurou Funaro: “Tem que fazer tabelas de preços, acho”. Funaro, assustado: “Nós vamos tabelar tudo?”. Disse Braga: “Tudo não, mas os gêneros básicos, acho que precisa”. As dúvidas de Funaro foram dissipadas pela insistência de vários assessores, que argumentaram aspectos prosaicos como esse: “A tabela será o instrumento de fiscalização. Como o sujeito vai saber o preço da ervilha?” A decisão de se criar a tabela foi tomada na madrugada de 27 para 28/02. No sábado 1º ficou pronta, cheia de erros, e foi publicada nos jornais.<sup>1079</sup> Claro que o imprevisto do governo puniu consumidores e comerciantes, em virtude da necessidade de “atualizar” a tabela, fato percebido pela jovem Elaine Márcia Greco, de Alto Alegre (SP), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto:

"Plano Cruzado": Estamos vivendo um tempo de espera. Esperança virou hábito, mediante a tantas mudanças, principalmente com o surgimento do "plano cruzado". No meu ponto de vista, o "plano cruzado" veio na hora certa, mas eu gostaria que ele fosse levado adiante muitos produtos, mercadorias e várias outras coisas estão congeladas ou tabelados, mas por que é que de vez enquanto surge uma nova lista de preços? Se está congelado ou tabelado realmente, não poderia haver alterações nas listas, isto afirmo no meu ponto de vista. Enfim, eu gostaria que não houvesse mais alterações nas listas e que também o povo, comerciantes e industriais entrassem em um acordo.<sup>1080</sup>

Em pouquíssimo tempo, a tabela da Sunab estava “canonizada”. Não à toa ocorreu um inusitado episódio em Belém (PA) envolvendo a tabela. Naquela capital, um indignado cabo Mesquita prendeu Oscar Nunes, 30 anos, porque vendia xerox das tabelas da Sunab a 5 cruzados cada. Ao explicar à imprensa, percebe-se que a prisão fora feita porque ele considerou houve desrespeito para com a tabela: “Remarcar preços dá até pra compreender, mas especular com a lista dos produtos congelados é o fim do mundo”.<sup>1081</sup>

Por outro lado, há muitas queixas de que tabela não era respeitada no interior do país, como demonstra a carta de Idalina Trindade Lopes, moradora de Cametá (PA),

---

<sup>1079</sup> SARDENBERG, op. cit., pp. 269, 270.

<sup>1080</sup> Carta de Elaine Márcia Greco à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: P016 DATA: 09/12/86 FORMUL: 392 DV: 9 TIPO: 14 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 ago. 2009.

<sup>1081</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 24.

solteira, 40 a 49 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, que também se mostra consciente da ausência de vários outros direitos:

Peço a V. Excia. que aqui em Camitá não tem tabela, falta a SUNAB aqui na Região. Peço aos parlamentares que dê mais atenção aqui no Norte. Os comerciantes estão escondendo as mercadorias: charque a Cz\$ 40,00 (quarenta cruzados). Falta: saúde, educação, alimentação, justiça, trabalho, transporte, solidariedade e financiamento.<sup>1082</sup>

Hélio Ferreira do Prado, morador de Montanha (ES), solteiro, 2º grau completo, idade entre 20 a 24 anos, até 1 salário, constatou que os preços tabelados serviam mais às capitais que ao interior, em virtude de alguns preços ali serem menores antes do congelamento, que acabou majorando preços:

A respeito da nova moeda o Cruzado, também sobre o tabelamento da SUNAB, no congelamento do Governo Federal. Eu vou citar alguns exemplos:  
Ex: Aqui no interior 1Kg de farinha torrada custa, Cz\$ 18,00, depois que o Governo congelou os preços, a tabela da SUNAB chegou com o preço da farinha torrada a Cz\$ 4,70 (quatro cruzados e setenta centavos), o que corresponde a Cr\$ 4.700 que corresponde a Cr\$ 2,900 de diferença por Kg. Assim como o feijão que custava Cr\$ 4.000 o Kg e acabou dobrando, e assim sucessivamente com outros produtos. Portanto, eu acho que essa nova medida do Governo Federal, foi boa para os habitantes de capitais, porém para o interior ficou mais ruim.<sup>1083</sup>

O impacto do anúncio das medidas foi imediato. Logo após o pronunciamento do presidente, um ajudante de ordens adentrava a sala onde Sarney estava reunido com familiares e membros do governo e dizia: “Presidente, uma denúncia por telefone. Estão remarando os preços num supermercado de Brasília”. Sarney sorriu e, virando para o grupo, teria dito: ‘Começou... Os fiscais começaram...’<sup>1084</sup>

José Fortunati, à época presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS) e presidente da CUT no Rio Grande do Sul, mesmo sendo severo crítico da reforma, admitiu o seguinte sobre o congelamento de preços: “sem dúvida, esse foi o detalhe que mais encantou a população brasileira cansada de ver, diuturnamente, a furiosa remarcação dos preços”. E, mais ainda, para Fortunati, “o Cruzado I acalentava o sonho de todos os brasileiros que era o de esmigalhar os famosos aparelhos de remarcações utilizados

---

<sup>1082</sup> Carta de Idalina Trindade Lopes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: P016 DATA: 09/12/86 FORMUL: 377 DV: 0 TIPO: 40 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 ago. 2009.

<sup>1083</sup> Carta de Hélio Ferreira do Prado à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L127 DATA: 01/03/86 FORMUL: 664 DV: 3 TIPO: 40 13/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 ago. 2009.

<sup>1084</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 295.

principalmente nos supermercados”.<sup>1085</sup> Professores do CEDEPLAR/UFMG declararam em livro que analisa o Plano Cruzado que “o controle dos preços foi fundamental para eliminar tanto a queda rápida do poder aquisitivo dos assalariados quanto os efeitos redistributivos negativos da inflação”.<sup>1086</sup> Outro intelectual, Ricardo Carneiro, do Centro de Estudos de Conjuntura do Instituto de Economia da UNICAMP, afirma que “a política de estabilidade e controle de preços foi um efetivo sucesso nos quatro primeiros meses do plano”.<sup>1087</sup> Mesmo André Lara Resende, um dos mentores do plano, em entrevista concedida no ano seguinte à implantação do Cruzado, disse que “era um plano complexo, (...) o que o grande público entenderia seria o congelamento. Tanto é verdade que o Cruzado ficou associado, infelizmente, ao congelamento. Era uma maneira de sinalizar que houve uma mudança de regime”.<sup>1088</sup>

Na opinião de Paul Singer, o congelamento estaria fadado ao fracasso, não fosse a intervenção popular, uma vez que o governo não tinha infraestrutura para fiscalizar nem se preparara para isso. Para o autor,

se o povo não se tivesse lançado em massa na fiscalização, o congelamento dos preços teria passado de um grande blefe. O fato é que a resposta popular ao apelo do governo foi ampla, entusiástica e acima de tudo duradoura. Por essa razão e nenhuma outra, o congelamento tornou-se realidade, sendo o ponto de partida de profundas mudanças econômicas na vida do País”.<sup>1089</sup>

Registre-se que o prestigiado economista crera que o congelamento era “o ponto de partida de profundas mudanças econômicas”. Ele, como tantos outros intelectuais, acreditou que o Plano Cruzado estivesse abrindo as portas para um novo país. Embora saibamos hoje que não foi o que ocorreu, é muito significativo que milhões de pessoas tenham crido nisso, muitas delas entusiasticamente, como ele explica. Para essas pessoas, o plano “indiscutivelmente atendeu a anseios generalizados dos brasileiros enquanto consumidores, e como resultado adquiriu imensa autoridade, concentrando em suas mãos um poder quase absoluto de decisão sobre preços e rendimentos”...<sup>1090</sup>

Diante de toda essa adesão imediata e entusiástica era muito difícil para o governo não manter o congelamento. Dito de outro modo, as pressões populares tanto colocaram o congelamento no plano quanto inibiram sua retirada. A revista *Veja* atestou que as pressões

---

<sup>1085</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 33.

<sup>1086</sup> PAIVA, Paulo et. al., op. cit., p. XII.

<sup>1087</sup> CARNEIRO, Ricardo. A trajetória do Plano Cruzado. In: CARNEIRO, op. cit., p. 13.

<sup>1088</sup> SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987, p. 162. [sem grifo no original]

<sup>1089</sup> SINGER, Paul. Preços, salários... e votos. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 67.

<sup>1090</sup> SINGER, Paul. Preços, salários... e votos. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 67.

populares foram responsáveis pela manutenção dos preços. Segundo ela, durante a reunião do Conselho Monetário Nacional para aprovar a reforma, houve debates sobre a inevitabilidade de remarcação de preços congelados. No entanto, “bastaram alguns dias de pressão popular e pode-se acreditar que o Brasil é hoje um país no qual os comerciantes aprenderam que não devem remarcar preços quando isso é proibido”.<sup>1091</sup>

O descongelamento provara mesmo ser um tema muito espinhoso. Ainda em março, Sayad pediu a Pêrsio Arida que trabalhasse no descongelamento. Funaro, em visita ao Congresso Nacional tocou no assunto, anunciando que o congelamento era temporário, talvez 90 dias. O assunto logo ocupou as manchetes de jornais. A reação do Planalto, através do seu porta-voz, Fernando César Mesquita, foi áspera: “Falar em descongelamento é sabotagem”. Funaro foi a Sarney. O conteúdo da conversa não se sabe exatamente, mas pode se ter uma ideia do que fora dito ao ministro da Fazenda, porque posteriormente reuniu os mentores do plano e lhes disse: “Vamos parar com essa história de descongelar. Politicamente, é necessário sustentar o congelamento”.<sup>1092</sup> Em seguida, Funaro declarou à imprensa: “Não vai haver nenhum descongelamento, podem ficar tranquilos”.<sup>1093</sup> Esta história foi confirmada por outro mentor do Cruzado, o economista Pêrsio Arida:

Quando a gente acertou que ia ser um congelamento curtinho – no máximo três meses, estourando –, achamos que um congelamento curto não faria um dano muito grande. O diabo é que três meses viraram onze e aí deu no que deu. Nós aderimos ao congelamento no finalzinho. Menos de um mês depois de lançado o Plano Cruzado, conversando com Sayad, ele me falou o seguinte: ‘Olha, Pêrsio, o que eu queria te atribuir como tarefa é preparar o descongelamento. Porque nós vamos começar a descongelar daqui a pouco’”. (...) No final, uma coisa terrível. Quando Dilson foi repreendido pelo porta-voz por ter falado em descongelamento, veio uma ordem que era a seguinte: não podia fazer nada pra descongelar. Tivemos que dissolver o grupo de descongelamento. Uma coisa fantástica! Eu fui pro Banco Central. E não se falou mais nisso.<sup>1094</sup>

De todo modo, não seria fácil levar o tema do descongelamento à sociedade sem criar conflitos, pois foram muitos os que viram no congelamento algo como a redenção moral e econômica do país. Um trecho da carta de José Lafies Soares, casado, entre 40 e 49 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, morador de Ipu (CE), nos dá boa noção do

---

<sup>1091</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 21.

<sup>1092</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 303; NEPOMUCENO, op. cit., p. 93.

<sup>1093</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 134.

<sup>1094</sup> SOLNIK, op. cit., p. 90.

sentimento popular quanto ao congelamento, além de, ente outras, nos permitir entrever que achava que os brasileiros não eram felizes:

Com o congelamento dos preços, e com o cruzado, estamos vivendo momentos tranquilos. O meu voto e nota 10 para o nosso governo que equilibrando e tranquilizando os milhões de brasileiros. Antes estávamos sufocados com a inflação. Sugiro que, todos os brasileiros devem ajudar o governo, homogeneamente e assim seremos um Brasil forte e muito feliz.<sup>1095</sup>

Trecho de outra carta, desta vez de um morador de Santa Luzia (MA) chamado Antonio Correia Lima, viúvo, 30 a 39 anos, 1º grau, até 1 salário, também tratou do congelamento. Embora misture Constituinte e congelamento, consegue se fazer entender bem: “Venho por meio destas mal feitas linhas somente para dar meus parabéns a nova Constituinte, pois com o congelamento de todos os produtos, 95% da população esta cumprindo as ordens do Sr. Presidente José Sarney”.<sup>1096</sup>

A jovem Luciana Cláudia Toscano, de Mirandópolis (SP), idade entre 10 e 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, em sua carta aos constituintes se ocupou somente em fazer sugestões relativas ao Cruzado:

Gostei da idéia do Cruzado; é uma nova vida para o brasileiro. Mas eu gostaria de pedir às autoridades superiores que fosse obrigatório aos estabelecimentos cujos os preços estão congelados, uma tabela bem grande na porta do estabelecimento. Porque existem pessoas que não conferem os preços por terem esquecido suas tabelas em casa ou não possuem ainda. Assim será possível ser comprovado que não estão remarcando preços, e será possível ao povo ser um verdadeiro fiscal da SUNAB. Tantas crianças, velhos, mulheres, homens, estarão colaborando para um Brasil melhor.<sup>1097</sup>

Em sua carta, se mostra preocupada com a tabela, pois é o instrumento que permite saber se o estabelecimento cumpre ou não o congelamento, e, em última instância, o que permite exigir o cumprimento da lei. Por fim, ela indica a união dos brasileiros na fiscalização dos preços, inclusive jovens como ela. Outra jovem, Maisa Rodrigues, 15 anos, solteira, 2º grau incompleto, até 1 salário, se mostrou muito animada com as mudanças. Moradora de Itamaraju (BA), afirmou que estávamos vivendo na nova

---

<sup>1095</sup> Carta de José Lafies Soares à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L207 DATA: 01/03/86 FORMUL: 152 DV: 2 TIPO: 13 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1096</sup> Carta de Antonio Correia Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L132 DATA: 02/03/86 FORMUL: 786 DV: 5 TIPO: 35 25/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1097</sup> Carta de Luciana Cláudia Toscano à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L202 DATA: 02/03/86 FORMUL: 038 DV: 9 TIPO: 10 21/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

República e disse gostar dela. Sua opinião sobre o congelamento foi muito otimista, assim como a opinião sobre o governo, que, desde o Cruzado, não decepcionara a população:

Este congelamento valeu, e espero que o nosso País mude principalmente, com o novo pacote econômico, agora, o cruzado. Vamos em frente, os chefes sabem o que fazem, eles tem capacidade, para bem organizar este País como o nosso e eles tem muita capacidade.<sup>1098</sup>

A opinião de José Antonio Juvenal, da zona rural de Gentio do Ouro (BA), idade acima de 59 anos, casado, 1º grau, de 1 a 2 salários, sobre o congelamento é semelhante, apesar de sucinta: “o congelamento de preços é muito importante para todos os brasileiros, pois nos trás mais tranqüilidade”.<sup>1099</sup> Três moradores de Pernambuco tinham opiniões parecidas. Maria Margarida Nunes Novaes, moradora de Floresta, idade entre 30 e 39 anos, solteira, 2º grau, até 1 salário, foi uma das muitas que fazia certa confusão entre Cruzado e Constituição, além de achar que ela acabaria com a carestia e de atribuí-la a Sarney. Para Maria Novaes, a nova Constituição “foi uma idéia ótima por parte do Presidente, por que o custo de vida estava cada vez pior. E o povo Brasileiro sofria cada vez mais, com tanta carístia. E agora, com o congelamento e o cruzado, há mais esperança ao povo brasileiro”.<sup>1100</sup> Paulo Cavalcanti da Silva, de Recife, casado, acima de 59 anos, 2º grau, parabenizou o “eminente Presidente José Sarney, que em tão boa hora estabeleceu com muita necessidade o congelamento dos preços para os gêneros de primeira necessidade”.<sup>1101</sup> Miguel de Marins Filho, de Salgueiro, solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau completo, sem rendimento, ao comemorar os resultados do plano, estabeleceu a confusão comum entre ele e a Constituinte:

Isto que o governo criou foi muito bom para todos os brasileiros, principalmente para os pobres que antes do cruzado, não tinham condições de viver melhor,

---

<sup>1098</sup> Carta de Maisa Rodrigues à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L206 DATA: 02/03/86 FORMUL: 128 DV: 8 TIPO: 10 21/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1099</sup> Carta de José Antonio Juvenal à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L213 DATA: 02/03/86 FORMUL: 311 DV: 7 TIPO: 30 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1100</sup> Carta de Maria Margarida Nunes Novaes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L115 DATA: 03/03/86 FORMUL: 365 DV: 3 TIPO: 13 01/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1101</sup> Carta de Paulo Cavalcanti da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L126 DATA: 03/03/86 FORMUL: 630 DV: 9 TIPO: 14 27/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

porque todos os dias tinham, remarcação em supermercados, lojas, frigoríficos, etc.. É por isso que acho uma ótima solução a Constituinte.<sup>1102</sup>

Para Márcio Nunes Machado, de Presidente Dutra (BA), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau completo, sem rendimento, “esse congelamento de preços foi bom, pois a inflação, ficando um ano sem subir, é um milagre”.<sup>1103</sup> Paulo Roberto da Silva, solteiro, 20 a 24 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, morador de Quirinópolis (GO), foi bem incisivo em suas sugestões. Podemos dizer que suas palavras expressam muito bem o sentimento geral de todos aqueles que deram apoio ao Plano Cruzado:

A minha sugestão é que o governo Sarney cumpra sua palavra de que irá congelar os preços de gêneros alimentícios etc. até 27 de fevereiro de 87, porque nós povo brasileiro estamos começando a descansar com o congelamento de preços, se o governo do Sarney não cumprir o que prometeu a nova República ficará muito desmoralizada é mentirosa, espero que o resultado da Constituinte seja favorável ao povo brasileiro e principalmente à classe pobre, espero que a nova Constituinte saiba defender os direitos que o povão tem.<sup>1104</sup>

Antônio Valério, morador de São Paulo (SP), casado, 30 a 39 anos, 1º grau incompleto, mais de 5 a 10 salários, demonstrou bastante deferência a José Sarney: “Senhor Presidente José Sarney, orgulho-me da sua capacidade governar o nosso País. Jamais um outro fez igual”. Até aqui, parece o típico discurso – estereotipado – do ignorante manipulado. No entanto, como dito em outra ocasião, para as classes populares, a relação povo-presidente é uma via de mão dupla, que pressupõe direitos e deveres de lado a lado. Por essa razão, logo após o elogio, o verbo no imperativo não deixa dúvidas sobre os limites da fidelidade: “assegure o congelamento de preços e o plano cruzado”. A seguir, Valério contata que o plano “deu certo, acabando assim com a maior inimiga do povo, a inflação, que gera a fome, o desemprego e a miséria”. Uma espécie de elogio. Na sequência, reitera a exigência com verbo no imperativo: “Assegure essa nova lei...”<sup>1105</sup>

---

<sup>1102</sup> Carta de Miguel de Marins Filho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L009 DATA: 11/04/86 FORMUL: 223 DV: 1 TIPO: 23 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1103</sup> Carta de Márcio Nunes Machado à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L029 DATA: 11/04/86 FORMUL: 720 DV: 5 TIPO: 14 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1104</sup> Carta de Paulo Roberto da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L020 DATA: 07/05/86 FORMUL: 477 DV: 4 TIPO: 10 29/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1105</sup> Carta de Antônio Valério à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L104 DATA: 07/05/86 FORMUL: 088 DV: 8 TIPO: 13 30/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Muitas outras cartas foram semelhantes a essas duas últimas: elogio e cobrança. Elas chegaram ao Senado no período em que a discussão sobre congelamento e descongelamento acabara de ser debatida na imprensa. Percebe-se que as pessoas se mostraram preocupadas e fizeram questão de cobrar a duração de um ano, prometida pelo governo em função das pressões populares. As palavras contundentes de Márcio Machado – Nova República desmoralizada e mentirosa, caso não cumpra o que prometeu – apontam para uma realidade nem sempre percebida, quando se discute o engajamento popular no Cruzado: as pessoas se ofereceram como fiscais do Sarney porque acreditaram que o presidente estava a seu favor. A fidelidade ao presidente, se posso chamar assim, existiu na exata medida da reciprocidade. O povo caminharia com o governo se, e somente se, o governo caminhasse com o povo. Durante vários meses, o governo cumpriu – ou aparentou cumprir – e sua parte no “pacto”, o que lhe garantiu apoio popular.

O que procuro apontar com esses testemunhos são as pressões populares sobre o governo, exercidas por diversas formas e canais. As cartas acabaram constituindo um desses canais, assim como os telefones da Sunab, da Polícia Federal e das estaduais e do Ministério da Fazenda, programas de rádio e televisão, periódicos, e, claro, a parte mais vistosa, que era a ação direta nas ruas. A mobilização popular através de todos esses canais pressionava o governo a controlar a inflação. Naturalmente, apesar da advertência de muitos economistas de que era preciso ajustes de rota no Cruzado<sup>1106</sup> – um dos principais seria encontrar uma forma correta (e amena) de descongelar os preços –, o governo optou, como diz o dito popular, por não mexer em time que está ganhando. Os resultados dessa opção, veremos posteriormente.

#### **2.4.9. O Cruzado, os fiscais e a luta de classes**

Que ninguém se iluda quanto ao caráter da unidade popular que tem sido identificada nesta pesquisa. Não foi uma unidade pró-governo ou pró-Sarney. Por mais que tanto o governo quanto os meios de comunicação e outros agentes tenham estimulado a

---

<sup>1106</sup> Muitos trabalhos de economistas foram publicados ainda no período de vigência do Plano Cruzado, ou pouco depois. Os interessados em verificar o que dezenas de economistas sugeriram para aperfeiçoar o plano, suas críticas e elogios devem ler: ASSIS, José Carlos. **À sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o sistema bancário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; BIER, Amaury G.; MESSEMBERG, Roberto; PAULANI, Leda. **O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; BRAGA, Carlos Alberto Primo et. al. (orgs.). **O Plano Cruzado na visão de economistas da USP**. São Paulo: Pioneira, 1986; CARNEIRO, Ricardo (org.). **A política econômica do Cruzado**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Bienal, 1987; PAIVA, Paulo et. al. **Plano Cruzado: ataque e defesa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987; SIMONSEN, Mário Henrique (org.). **Plano Cruzado: inércia X inépcia**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

harmonia, a concórdia, a horizontalidade ensejada pela ideia de nação, e, por mais que a retórica (e a prática) nacionalista pareça – e frequentemente seja – conservadora, o fato é que esses agentes não têm controle sobre as opiniões que disseminam. Uma vez enunciadas, elas estão à disposição das interpretações de quem as recebe. Se tivermos em vista que a sociedade que as recebeu estava radicalizada em grande medida, o resultado pode não ter sido necessariamente o que o enunciador esperava. Sendo assim, o que se pretende sugerir aqui, é que embora os setores dominantes estivessem interessados em uma unidade nacional do tipo apolítica, não foi isso que a realidade lhes ofereceu. Ao invés de arrefecer, a luta de classes no Brasil recrudesciu.

Ao examinarmos as fontes, fica evidente que o conflito passou por dois campos opostos muito bem demarcados para a população. De um lado, o povo e o governo (este, recém incorporado à “nação brasileira”). De outro, todo tipo de capitalista, grande ou pequeno – banqueiros, atravessadores, comerciantes, atacadistas, industriais, latifundiários e, claro, multinacionais e o indefectível FMI. De acordo com César Pinto da Fonseca, havia um temor entre os setores dominantes (revelado através de órgãos de imprensa como a revista *Visão* e o jornal *O Estado de São Paulo*) “de que a fiscalização popular se transformasse em luta de classes, elegendo-se a população como um todo, os empresários como os culpados pela crise econômica”.<sup>1107</sup>

Em 12 de março, o empresário Henry Maksoud se mostrou bastante preocupado em seu editorial na *Revista Visão*. Mesmo com poucos dias em vigor, ele constatara que “comerciantes, empresários e executivos estão sendo submetidos a denúncias anônimas e a ‘patrulhas justicialistas’” que ele compara (a-historicamente, ressalte-se), às que ocorreram “no regime de terror nazifascista”. Ele também se queixou de que eles “sofrem prisão arbitrária e são colocados pelas autoridades à execração pública, transformados em bodes expiatórios...”<sup>1108</sup> Em que pese a existência de distorções na avaliação do empresário, o fato é que havia mesmo a disposição de cobrar a conta dos bem aquinhoados. Nesse ponto suas palavras exprimem corretamente o que ocorria. Uma carta enviada à época por Ivana da Silva Costa, autodeclarada analfabeta, solteira, 15 a 19 anos, moradora da zona rural de Primavera (PA), para a Assembleia Nacional Constituinte, demonstra como muitos integrantes das classes populares viam a realidade em que viviam:

---

<sup>1107</sup> FONSECA, César Pinto. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, 1994, p. 235.

<sup>1108</sup> MAKSOUD, Henry. **O cruzado e outras ilusões**. São Paulo: Visão, 1987, p. 13.

Nós queremos mais dedicação da nação brasileira. E que nova constituição brasileira traga mais compreensão para com o povo e para com todas aquelas pessoas que não tem nenhum dinheiro para comprar um pedaço de pão para comer de manhã. E quero que vocês deixem de gastar muito dinheiro em coisas que não são úteis, como por exemplo: Carro, Moto, Jóias, Relógios etc... E que vocês não esqueçam daqueles que têm vontade de ter isso mas não podem. Tudo isso dá inveja às pessoas mais humildes, porque vocês passam por elas e nem falam e até mesmo cospem na cara delas. Vocês não devem ser assim, vocês devem ter mais união com pessoas pobres e dar abrigos àquelas que não têm nem casa para morar. E se eu fosse vocês eu mandava toda semana dinheiro, roupa, comida, água para aquelas pessoas pobres da Etiópia. Essa é a minha sugestão para a nova Constituição Brasileira. Ficarei muito grata se vocês fizerem isso para ter o Brasil inteiro unido.<sup>1109</sup>

Podemos perceber nas palavras de Ivana Costa a angústia comum entre os mais pobres que se dá numa sociedade capitalista, uma vez que a mesma estimula com vigor que as pessoas adquiram bens, mas não oferece a todas elas a oportunidade de adquiri-los. Muito provavelmente, ela estava entre os milhões de brasileiros que “não tem nenhum dinheiro para comprar um pedaço de pão para comer de manhã”. Na melhor das hipóteses, ela não passava fome, mas tinha muito contato com quem passava. (Muito embora, como ela se declara analfabeta no formulário, é possível que fosse mesmo muito pobre.). Ela se ressentia que os ricos gastem dinheiro com bens caros e não dividam com os pobres. Outro aspecto em sua fala é a associação dos políticos com a riqueza (não podemos esquecer que ela mandava a carta ao Congresso). No final, um recado muito interessante: “Ficarei muito grata se vocês fizerem isso para ter o Brasil inteiro unido”. Ou, dito de outra forma, há um abismo entre ricos e pobres que só acabará se houver distribuição de riqueza.

A desconfiança dos ricos e políticos (estes, vistos como ricos pelo povo) é algo que deitara raízes nas classes populares, como poderá ser observado em diversas outras cartas e ações registradas pela imprensa. De vez em quando, é bom fazermos uma pausa para refletirmos que os meios de comunicação eram responsáveis pela disseminação dessas noções. Em outras palavras, quando buscavam audiência em alguns temas de interesse “popular”, acabavam, à sua revelia, acirrando a percepção da desigualdade social. Um interessante e não raro exemplo pode ser observado na música popular. Em 1980, o grupo *Exporta Samba* participou do *Festival MPB Shell* na *TV Globo*, com a música *Reunião de Bacana*. No ano seguinte, o grupo conseguiu o 3º lugar no mesmo festival com a música *Mordomia*. Também em 1981, na esteira do sucesso de *Reunião de Bacana*, o grupo

---

<sup>1109</sup> Carta de Ivana da Silva Costa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 013 DV: 2 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

gravou um LP (Long Play) de mesmo nome. Como se sabe, a *Globo* detinha a maior audiência do país, e esses festivais atingiam um grande público. A música em questão, que fez grande sucesso nas rádios (e na TV), brincava com aspectos do cotidiano nacional bastante conhecidos pela população:

Se gritar pega ladrão  
Não fica um meu irmão  
Se gritar pega ladrão  
Não, não fica um  
Se gritar pega ladrão (Refrão)  
Não fica um meu irmão  
Se gritar pega ladrão  
Não, não fica um...

Você me chamou  
Para esse pagode  
E me avisou  
Aqui não tem pobre  
Até me pediu  
Prá pisar de mansinho  
Porque sou da cor  
Eu sou escurinho...

Aqui realmente  
Está toda nata  
Doutores, senhores  
Até magnata  
Com a bebedeira  
E a discussão  
Tirei a minha conclusão...

(Refrão)

Lugar meu amigo  
É minha baixada  
Que ando tranqüilo  
E ninguém me diz nada  
E lá camburão  
Não vai com a justiça  
Pois não há ladrão  
E é boa a polícia...

Lá até parece  
A Suécia bacana  
Se levam o bagulho  
Se deixa a grana  
Não é como esse  
Ambiente pesado  
Que você me trouxe  
Para ser roubado...<sup>1110</sup>

---

<sup>1110</sup> Reunião de Bacana. Letra disponível em: <http://radiosboro.musicas.mus.br/letras/892953/> Composição: Ary do Cavaco e Bebeto Di São João. Autoria disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/exporta-samba/dados-artisticos>. Acessado em 26 jan. 2011. Tamanho sucesso fez com o que grupo se apresentasse no programa humorístico *Os Trapalhões*, na *Rede Globo*, uma das maiores audiências da televisão brasileira nos anos 1970 e 1980.

Na música em questão, vemos diversos elementos presentes no cotidiano popular, a começar pela recomendação de chegar no pagode de mansinho por duas razões: porque era festa de rico (“bacana”) e porque o convidado era negro (“sou da cor, eu sou escurinho”); juntas, portanto, a experiência da pobreza e do racismo. A música sugere que a elite (a “nata”), após a bebedeira e o bate-boca revela os “podres”, o que faz com que o convidado afirme que se alguém gritar “pega ladrão” todos fugiriam. A comunidade (o lugar do pobre), por outro lado, é apresentada como um espaço da honestidade, onde se anda tranquilo, aonde a polícia não vai porque a de lá “é boa polícia” (ao contrário daquela que “vai com a justiça”). O espaço do pobre é tão bom que lá as pessoas são honestas (é a Suécia, não o Brasil), têm palavra – “se levam o bagulho [droga] se deixa a grana” –, ao contrário do universo dos ricos, para onde o convidado foi “para ser roubado”.

O samba-enredo da Portela para o Carnaval de 1986 também soube exprimir de forma muito significativa as lutas do cotidiano, ao falar da vontade de “descolar um troco e pagar geral pro meu patrão (que é vacilão)”. Ao dizer que queria “fugir da realidade desse mundo sofredor” sepultando o “dissabor do dia a dia”, o samba compartilhou com os milhões de brasileiros que assistiram aos 81 minutos de desfile da Portela sentimentos comuns à maioria deles, que também desejavam ver o bem de outros brasileiros oprimidos, como o que sofria com a seca no Nordeste (“ver o meu irmão plantando no verde sertão”), como o índio (“em sua selva a sorrir [...] livre do FMI e da poluição/Como é triste o despertar dessa ilusão”), e como os demais que viviam as agruras de um país que acabara de realizar a transição para uma Nova República que não resolvera os problemas de seu povo:

Que pesadelo  
Meu Deus, quanta taxa pra pagar  
É trem lotado, que sacrificio danado  
Desempregado e com criança pra criar  
O nosso ouro lá da serra tá pelado  
Já que está tudo arrombado  
Deixa o leão se arrumar

No país da bola  
Só deita e rola  
No país da bola  
Quem vem com dólar...<sup>1111</sup>

---

<sup>1111</sup> “Morfeu no carnaval, a utopia brasileira”. Composição: Ary do Cavaco, Carlito Cavalcante, Vanderlei, Nilson Melodia e Paulinho. Samba enredo do Carnaval de 1986. G.R.E.S. Portela. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/portela-rj/481211/>. Acessado em 10 jul. 2011.

Seca, desemprego, transporte público, FMI, conflito de classe, impostos, corrupção, o poder dos estrangeiros donos do capital (“Quem vem com dólar”), poluição, questão indígena, o sentimento de solidariedade e o desejo de superar todas as tristezas em uma só fonte, que foi o aludido samba-enredo.

A luta de classes constatada pelo empresariado em 1986 apresentava os mesmos tons que no início da década. O setor se mostrava extremamente preocupado, como expressa o jornal *O Estado de São Paulo*, em longo, mas elucidativo trecho:

Quando o povo tem prazer em exercer funções de polícia contra os comerciantes (na malhação do Judas, em Brasília, não se escreveu no boneco “os ricos”?) e o governo necessita desse estado de espírito para derrotar os inimigos declarados da propriedade privada, será de estranhar que muitos concordem em sacrificar a livre iniciativa e, se necessário para tanto, a ordem jurídica? (...) O grave (...) é que esse estímulo a que cada brasileiro seja o fiscal do outro (e amanhã o delate para não ser delatado) é dado por certo tipo de propaganda que assimila a fiscalização oclocrática à conquista da democracia e cidadania. (...) tudo aquilo que se jogou contra o autoritarismo é utilizado, agora, para pavimentar um Estado em que o prestígio dos governantes decorrerá do fato de os brasileiros se transformarem em fiscais do comportamento econômico dos outros.<sup>1112</sup>

É bom que se esclareça que a polarização ora analisada não começou com o Cruzado. Trata-se do prolongamento de uma realidade (e de um sentimento) que vinha em progressiva construção desde, pelo menos, meados dos anos 1970, quando diversos setores populares começam a se organizar contra a ditadura. A mobilização pelo Cruzado, assim como a mobilização em torno da nova Constituição, gerou registros que nos permitem identificar o conflito, como a carta de Ana Cristina Ferreira Wada, de Guarara (MG). Mesmo muito jovem, com idade entre 10 e 14 anos, solteira, 1º grau incompleto, e tendo uma folha para escrever qualquer tipo de sugestão aos constituintes, achou por bem enviar esta:

Queremos que os ricos tratem os pobres com todo o carinho como se fossem seus filhos. Queremos que os ricos arranjam empregos para os pobres, para que os pobres possam ter uma vida melhor. Queremos que os ricos não tomem as terras dos pobres. Os pobres merecem ter suas terras, seus trabalhos etc. Não queremos que os ricos tratem os pobres como cachorro, queremos que tratem como um rico qualquer. Não queremos que os ricos explorem o pobre. É isso o que eu quero que mude na Constituição. Tudo tem que dar certo.<sup>1113</sup>

---

<sup>1112</sup> FONSECA, César Pinto. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, 1994. p. 234.

<sup>1113</sup> Carta de Ana Cristina Ferreira Wada à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L032 DATA: 11/04/86 FORMUL: 790 DV: 3 TIPO: 14 05/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Mário da Silva, de Martinópolis (SP), solteiro, idade entre 30 e 39 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, listou sete sugestões aos constituintes. Duas delas chamam atenção porque se referem a situações vivenciadas pelos mais pobres, que não tinham vínculos com pessoas de prestígio. Uma das sugestões era “acabar com admissão de filhos de políticos, fazer concurso em todos níveis”; a outra era “acabar com as filas do INPS que a gente paga todo o mês e tratado como cachorro”. Gracilda Moreira de Souza, solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, moradora de Montes Claros (MG), demonstrou o quanto era difícil conviver com a pobreza:

Espero que com a nova Constituição venha surgir bastantes opções de empregos. E que a gente mereça mais que dois salários mínimo, pois a vida que levamos é uma vida de cachorro. A gente trabalha até se matar, mas nunca conseguimos atingir o alvo que merecemos. E com essa falta de condições para viver, é bastante difícil.<sup>1114</sup>

Sandra Aparecida Neves, moradora de Maringá (PR), solteira, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, lembra o grande número de crianças abandonadas no país, mendigando para poder sobreviver. Para acabar a desigualdade, ela propõe “um nivelamento”, “que todos vivessem sem ser rico e nem pobre”, mas admite que a realidade é diferente, e nela se tem que obedecer a gente mais poderosa:

A minha opinião sobre o Brasil é muito importante para todos nós. Em primeiro lugar eu queria que assistissem ao menor abandonado, que são esses que vivem pela rua pedindo qualquer coisa, até resto de animais, de cachorro, para poder sobreviver, e queria também que dessem estudo a essas crianças, pois ninguém vai para a frente sem um estudo. (...) Em último lugar, haver um nivelamento no Brasil. Que todos vivessem sem ser rico e nem pobre, nem um possuir mais que o outro. Seria melhor se tudo fosse assim, mas nós temos que nos acostumar com a realidade e nos contentar com o que um só pensa e faz bem o que entende. Escolas de 1º e 2º graus mantidas pelos Estados. Universidade mantida pelo governo federal.<sup>1115</sup>

Aurineidi Barbosa Damboril, moradora de Trairi (CE), 15 a 19 anos, solteira, 2º grau completo, evidencia na carta sua experiência com o universo da pobreza. Ao tratar do tema reforma agrária, dá a entender que o exemplo deveria vir de cima, do “grandão” “doutor fulano”:

REFORMA AGRÁRIA: Acho eu que dispomos não só de muita miséria mas de falta de humanidade. Acharia fundamental que a reforma começasse com os

---

<sup>1114</sup> Carta de Gracilda Moreira de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L024 DATA: 04/08/86 FORMUL: 595 DV: 0 TIPO: 14 19/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1115</sup> Carta de Sandra Aparecida Neves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L019 DATA: 05/08/86 FORMUL: 470 DV: 8 TIPO: 10 21/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

maiores, pois o que nunca vai levantar o nosso Brasil, ou simplesmente o meu próprio município e estado, será querer sempre tirar o que o pobre tem simplesmente porque o (grandão) doutor fulano pagou por aquelas terras e está querendo-as desocupadas. É justo que quem viveu uma vida inteira trabalhando e depois de uma série de lutas ser despejado sem um pingão de humanidade? Enquanto nosso país for construído em forma de pirâmides, com pobres empobrecidos e oprimidos em baixo e ricos levando uma vida de reis em cima, o nosso país cairá cada vez mais.<sup>1116</sup>

Maria das Graças Fernandes Onofre, moradora de Fortaleza (CE), casada, 30 a 39 anos, nível Superior incompleto, pede atenção ao operário pobre, e diz ser a “hora de mudar o Brasil”:

Gostaria que a constituinte "olhasse minuciosamente" para o trabalhador que ganha salário mínimo no Brasil. Com a atual remuneração são mínima, o trabalhador solteiro não tem condições de sobreviver. Ocorre que, quem é pago assim, são os operários pobres, com uma família numerosa. Dessa maneira, qual a condição de sobrevivência do operário pobre? É hora de mudar o Brasil. É hora de confiar na nova constituinte, esperando não só a resolução desse problema, mas também a de muitos outros que impedem o brasileiro de viver com saúde, justiça, trabalho e realização pessoal.<sup>1117</sup>

Luiz Gonzaga de Souza, de Jacareí (SP), casado, 40 a 49 anos, 1º grau completo, renda entre 3 e 5 salários mínimos, tinha percepção semelhante sobre as lutas de classes, as desigualdades sociais e a necessidade de atentar ao trabalhador:

Um país com maiores chances de trabalho e com as devidas compensações pelo valor profissional. Condições acessíveis para que um trabalhador possa ter sua moradia e condições humanas de alimentação pagáveis com o fruto do seu trabalho. Que os dirigentes deste nosso país deixem de ser corruptos. Que eles percebam que para existir "BRASIL" é preciso acima de tudo que haja brasileiros. Facilidades de estudo para os jovens brasileiros. Combate à corrupção e à criminalidade c/ suas mordomias (trabalho forçado nas lavouras...,etc.) -Que a lei e a justiça atinjam não somente os fracos, mas também os poderosos - Que a nova constituição possa fazer desses sonhos uma realidade.<sup>1118</sup>

Maria Ambrozia, de Volta Grande (MG), divorciada, acima de 59 anos, autodeclarada analfabeta, até 1 salário mínimo, fez uma lista com oito colocações para envio ao Congresso Nacional. Cinco delas são emblemáticas quanto à experiência da

---

<sup>1116</sup> Carta de Aurineidi Barbosa Damboril à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 021 DV: 5 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1117</sup> Carta de Maria das Graças F. Onofre à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 037 DV: 9 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1118</sup> Carta de Luiz Gonzaga de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 010 DV: 3 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

pobreza: “3) Para os ricos tudo, e pobre nada; 4) Pobre só come carne de tatu e de cachorro quando tem tempo. De gado, a 50 a 70 o quilo (porco é raro); 5) Pobre não pode fazer casa, os materiais são caros (não tem tabela, tijolos - 1.600,00 o milheiro todos os materiais de construção são caríssimos e ruins). 6) O pobre é igual a cachimbo: só leva fumo e fogo. É dolorosa esta vida de pobre. (...) 8) Defeitos dos brasileiros: mentirosos, corruptos, falsos, enganam as pessoas e traem o Brasil e o povo”.<sup>1119</sup> A última colocação é bastante interessante, pois ela associa os brasileiros a uma série de adjetivos pejorativos. A princípio, ela mesma está incluída por ser brasileira. Todavia, no final da frase, quando Ambrozia afirma que os tais corruptos traem o Brasil e o povo fica evidente que se refere aos políticos. Claro que se trata de uma estratégia para se dizer o que se deseja com outras palavras. Seria possível arrolar aqui milhares de cartas dentre as mais de 70 mil enviadas aos constituintes que trazem percepções semelhantes acerca da pobreza, da desigualdade social e das humilhações a que os pobres são submetidos.

Afrânio Farias de Melo, de Planaltina (GO), casado, idade entre 40 e 49 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, demonstrou muita preocupação com a desigualdade entre políticos e povo, pois os primeiros enriqueciam enquanto estes experimentavam o oposto. Em sua carta aspirava que o Brasil fosse um país igualitário e abolisse da vida pública o "Político Profissional". Melo narra aquilo que era de conhecimento de todos os brasileiros, quando afirmou “que um político ingressa pobre na vida pública, e logo se torna rico”. Sensato, Afrânio de Melo disse ser

lógico que este homem público receba compensação financeira por se desviar de seus interesses particulares para servir o povo, mas não é cabível que ele empobreça este povo, enquanto ostenta vaidosamente um mandato em nome deste mesmo povo. Sugiro que a nova constituição, esteja redigida de maneira objetiva e realmente exequível, e principalmente voltado para a justiça social, pois nunca se poderá alegar igualdade de direitos entre um deputado, e por exemplo, um assalariado de salário mínimo, ou mesmo um professor de escola primária, entre um Ministro de Estado e um operário de construção civil. Torna-se necessário que a NOVA CARTA MÁGNA procure corrigir estas diferenças, ou diminuí-las, pelo menos no aspecto de Direitos.<sup>1120</sup>

Na opinião sucinta de José Edson Braga Cavalcanti, de Paulista (PE), casado, idade entre 25 a 29 anos, 1º grau, até 1 salário, “só podemos fazer um país soberano e feliz se

---

<sup>1119</sup> Carta de Maria Ambrozia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L019 DATA: 05/08/86 FORMUL: 470 DV: 8 TIPO: 10 21/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1120</sup> Carta de Afrânio Farias de Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 269 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

houver os direitos iguais tanto para o pobre como para o rico”.<sup>1121</sup> A sugestão de J. Ribeiro Netto, morador de Campinas (SP), solteiro, acima de 59 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, foi bem curta. Mas de difícil realização. Para ele, era preciso “acabar com o ‘Salário Fome’, pois o Brasil é um País Rico. Acabar com a demagogia, pois o rico está cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre”.<sup>1122</sup> Ademirço Raimundo, de Barrinha (SP), solteiro, faixa igual de idade, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, foi menos sonhador: “Dar mais atenção aos assalariados, pois quem carrega o país nas costas estão passando fome”.<sup>1123</sup> Saulo Alvez Paulino, solteiro, idade entre 15 e 19 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, morador de Patos de Minas (MG) conseguiu externar poeticamente sua leitura da dura vida dos menos aquinhoados:

Sendo o Brasil, um rico país em terras, ouro, e cobre, porque não dar uma pequena parela ao pobre, esse coitado maltrapilho que bate na sua porta, as vezes pedindo pão, enquanto você come torta, tortas linhas escritas fazem empilhar aos montes. Leis, decretos, artigos gravados nas mentes, cabeças, que dirigem às vezes concientes, sendo o povo. Essa massa que não para de trabalhara, para não deixar essas máquinas, vidas, sonhos... sonhos do amanhã. Nem existem, pois não temos tempo p/dormir, e acordados morreremos apunhalados pela fome, homem, guerra, terra, cadaver, restos, restos que somos do que fomos, ficamos, voltamos, lutamos, vencemos, somos um povão, que luta de dentes e unhas por um pouco de feijão. "Mesmo assim não sois culpados, vocês já nasceram com esse destino de pagar o que vossos pais fizeram."<sup>1124</sup>

É razoável acreditarmos que sabe melhor da fome aquele que passa ou passou por ela. As cartas imediatamente acima foram de pessoas que se declararam sem rendimento ou com até dois salários mínimos. Como dito na parte inicial deste trabalho, não quero com isso afirmar que o campo que temos nomeado como popular seja constituído somente pelos financeiramente pobres. A carta de Sebastião Ferraz de Camargo, morador de Fernandópolis (SP), casado, renda entre 5 e 10 salários mínimos, demonstra que a

---

<sup>1121</sup> Carta de José Edson Braga Cavalcanti à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 389 DV: 2 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1122</sup> Carta de J. Ribeiro Netto à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L015 DATA: 21/02/86 FORMUL: 353 DV: 1 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1123</sup> Carta de Ademirço Raimundo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 161 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1124</sup> Carta de Saulo Alves Paulino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 406 DV: 4 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

indignação com a injustiça social no Brasil não residia apenas no tamanho do contracheque – ou na ausência dele:

O que julgo mais urgente neste país é uma política de saúde mais humana que permita a todo cidadão com posses ou sem nenhuma posse poder cuidar de sua saúde da mesma forma que cuida um cidadão bem situado economicamente. Que não haja qualquer diferença de tratamento entre os brasileiros nesse campo, ou seja tratado o pobre como o rico nos mesmos hospitais, com direito aos mesmos quartos ou apartamentos; Com a mesma dedicação que o médico tem para com aquele que vai lhe pagar gordos honorários, tenha com o pobre que não pode lhe dar sequer um centavo. Mas para que isso aconteça não é necessário nenhum milagre. Basta que adotemos no Brasil a socialização da medicina, como temos exemplos na Inglaterra, Japão, Suécia, sem se falar dos países declaradamente socialistas. Outro campo que julgo também muito injustiçado é a educação. Uma grande parte, senão a maioria dos brasileiros não tem condições de acesso às escolas, principalmente de nível superior. E a solução que julgo viável é a mesma apontada para a saúde. Também e principalmente a agricultura não tem merecido deste governo nem dos anteriores a atenção que merecia do governo; pois creio ser a agricultura um fator primordial de progresso, se o governo subsidiar todos os implementos agrícolas e os financiamentos, abolindo os juros.<sup>1125</sup>

## 2.5. Inflação, “inimiga do povo”

A conclamação do presidente Sarney a um povo que apenas o tolerava obteve êxito imediato. Uma das razões do êxito está exatamente na escolha do inimigo comum, como dito no início deste capítulo: a inflação. De fato, ela era tida por todos como um dos elementos mais perniciosos do cotidiano do país. Crítico severo do governo, o empresário Henry Maksoud, entretanto, reconheceu que “o povo brasileiro queria e quer o fim da inflação”.<sup>1126</sup> Outro crítico, Roberto Ramos, escrevendo após o ocaso do plano, admitiu que a inflação era “um alvo, que todos desejavam derrubar: o custo de vida. Na ditadura, o inimigo eram os comunistas; na ‘Nova República’, se declarava guerra à inflação, confundida apenas com o aumento de preços, para criar mais impacto”.<sup>1127</sup> O próprio Ramos indagou: “Quem não gostaria de acabar com a inflação?” E responde: “Ninguém agüentava mais o sufoco”. Para o autor, o governo “atacou o que mais preocupava, psicologicamente, o povo: os preços”.<sup>1128</sup>

Eram muitos os observadores contemporâneos que constatavam que a inflação fazia parte das experiências de todos os brasileiros, e que dela “todo mundo entendia”. Segundo o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, a inflação era o fenômeno mais antigo da economia

---

<sup>1125</sup> Carta de Sebastião Ferraz de Camargo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L009 DATA: 20/02/86 FORMUL: 207 DV: 1 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1126</sup> MAKSOUD, op. cit., p. 151.

<sup>1127</sup> RAMOS, op. cit., p. 14.

<sup>1128</sup> RAMOS, op. cit., p. 38.

brasileira, registrada pela Fundação Getúlio Vargas desde que esta começou a medir os preços, em 1945.<sup>1129</sup> Ele chega a afirmar que

o índice de inflação mensal era uma obsessão nacional. Não passava um dia sequer sem que os jornais trouxessem comentários sobre os índices já conhecidos e especulações sobre os meses seguintes. Esta é, aliás, a mais clara manifestação da cultura inflacionária. Nada mais importa, nenhum indicador econômico – investimentos, aumentos salariais, emprego, balança comercial – é relevante diante do índice de preços. Por ele se mede o sucesso ou o fracasso do governo: subiu, o governo está perdendo; caiu em alguns pontos, está ganhando. A cultura é nacional, penetra e orienta as decisões do governo...<sup>1130</sup>

O economista Edmar Bacha declarou àquela época que antes do Plano Cruzado estava “todo mundo com raiva da inflação”. De acordo com ele, “tirando a inflação da frente dava para resolver mais tranqüilamente o problema fundamental de que há muito pobre e pouco rico”.<sup>1131</sup>

Não é nada difícil entender o motivo de tanta euforia no país após algumas semanas com o Cruzado em vigor. Em março de 1986, para tomarmos um exemplo, a inflação ficara negativa em 0,97%.<sup>1132</sup> Foram novos e bem recebidos aspectos que não tinham paralelo na memória recente do brasileiro: produção crescente, salários em alta, consumo recorde e desemprego nos níveis mais baixos desde o "milagre" brasileiro.\*

Segundo Hélio Pellegrino, “o pacote serve a toda a nação brasileira e, nela inclusa, à classe trabalhadora, sofrida, arrojada – e centenariamente injustiçada”. O psicanalista considera “que a inflação é inimiga de todos – ou de quase todos”, e que, “a médio e longo prazo, ela leva o país à guerra”. Diz, ainda, que “uma taxa inflacionária de 700%, como estava previsto, levaria as tensões sociais no Brasil a um ponto de ruptura, criando-se uma situação obviamente pré-revolucionária”.<sup>1133</sup> O humorista Carlos Eduardo Novaes, no exercício de seu ofício, brincou com a deflação. Embora estivesse fazendo humor, podemos perceber claramente a sensação de alívio na última frase:

Tornei a ler a notícia mais uma vez, duas, três vezes, olhos embaçados: ‘em março tivemos uma deflação de 1,7%’. Enfiei a cara no jornal e soluzei, emocionado. Sabe essas coisas que você acha que jamais verá na sua passagem pela vida? (...) Nunca poderia supor que, algum dia, sendo brasileiro, iria me livrar da inflação.<sup>1134</sup>

<sup>1129</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 22.

<sup>1130</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 195.

<sup>1131</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 22.

<sup>1132</sup> ALMANAQUE ABRIL, São Paulo: 1988. Economia. p. 17.

\*Para uma discussão do milagre brasileiro dos anos 70, vide MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985, 106 p.

<sup>1133</sup> PELLEGRINO, Hélio. Pacote e comportamentos. In: KOUTZII, op. cit., p. 51.

<sup>1134</sup> NOVAES, Carlos Eduardo. **O cruzado de direita**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987, p. 20, 21.

Cartas de populares encaminhadas ao Senado antes do lançamento do plano também evidenciam o sentimento popular de que a inflação era o pior dos males nacionais. Francisca Hélia de Freitas Urçulino, solteira, 2º grau incompleto, sem rendimento, moradora de Freitas (CE), 15 a 19 anos de idade, escreveu:

A minha sugestão é: - Que a inflação que está muito alta pudesse diminuir. Minha sugestão é que o salário aumentasse para todos, pois tem funcionários que recebem muito mais do que o seu próximo que trabalha até mais. Que através de um aumento salarial igualitário as pessoas não percebam o aumento da inflação.<sup>1135</sup>

Outra moradora de Trairi (CE), Maria Roseli Morçal Moreira, 10 a 14 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, moradora da zona rural, disse que “gostaria que baixasse a inflação do país. Para tanto é necessário uma assembléia de pessoas como Políticos, Estudantes, Professores, etc, afim de discutirem como mudar a inflação do país”.<sup>1136</sup>

Moacir Paulino de Andrade, de Paranavaí (PR), casado, entre 25 e 29 anos, Superior incompleto, mais de 2 a 3 salários, enfatizou bastante a igualdade e a justiça social, ao mesmo tempo que criticava a inflação. Para ele, a Constituinte deveria ser “com direito e dever para todos”, e “salário digno e humano para aqueles que trabalham e fazem esse Brasil crescer”. Andrade defendeu “inflação a custo zero para valorizar o salário dos trabalhadores, que são os únicos prejudicados por falta de controle de preços”. Para atenuar os problemas do trabalhador, reclama “melhor assistência social” e “melhor distribuição de renda diretamente”. Por fim, sua fala assume tom inequivocamente coletivo: “Queremos um povo unido com direitos iguais sem diferença e igualdade”.<sup>1137</sup>

A carta de Cidelton da Cunha Pinheiro, casado, 25 a 29 anos, 2º grau, morador de Santa Luz (PI) e renda de até 1 salário mínimo, traz uma interessante lista de realizações para a Constituinte, algumas delas, vinculadas à inflação e à sua própria experiência de privações com o salário mínimo (em verdade, uma experiência coletiva):

“Que na nova constituição traga muitas realizações boas:  
1- Terra para quem trabalha e não tem.

---

<sup>1135</sup> Carta de Francisca Hélia de Freitas Urçulino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 020 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1136</sup> Carta de Maria Roseli Morçal Moreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 023 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1137</sup> Carta de Moacir Paulino de Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 030 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

- 2- Que o governo de condições ao pequeno trabalhador rural dando empréstimos com juros compatíveis e não como está.
- 3- Que o salário mínimo com que muitos vegetam, seja suficiente para viver.
- 4- Que os salários de todos os níveis de assalariados sejam reajustado de acordo com a inflação.
- 5- Que dê emprego pra quem não tem condições financeiras e tem capacidade e, não pra quem não necessita e não tem condições cultural.
- 6- Que haja trimestralidade ou a paralização dos preços dos objetos mais necessário utilizado pelo homen na sua vida”.<sup>1138</sup>

Na opinião de Marco Antonio Ribeiro de Freitas, de São João de Meriti (RJ), casado, 30 a 39 anos, 2º grau, mais de 2 a 3 salários, a situação do Brasil era caótica. Segundo ele,

para que o nosso país possa sair do caos em que se encontra, é preciso que primeiro se acabe com a corrupção nos serviços públicos. E que tome uma medida enérgica contra essa inflação astronômica. Agora uma mensagem, eu peço a Deus que a assembleia constituinte venha a ser composta por homens que estejam realmente com vontade de trabalhar pela nossa nação.<sup>1139</sup>

Freitas defendia que duas medidas emergências deveriam ser tomadas: o fim da corrupção e da inflação que não sem razão ele definiu como astronômica. Sua mensagem final evidencia que o ele cria que os políticos de então não tinham vontade de trabalhar pela “nação”, e, que, diante disto, somente Deus poderia fazer com que a Constituinte fosse formada por pessoas com essa vontade.

Morador de Três Rios (RJ), Alcides Weitexen, casado, 50 a 59 anos, 1º grau, mais de 2 a 3 salários, pediu “a Deus paz a nós todos” porque “pobre morre [por]que não pode comprar remédio”. A experiência do missivista com os aumentos de preços foram extremamente negativas, uma vez que as farmácias “remarcam todo estoque na cara do freques, mercado aqui já remarcam até 3 vezes por dia, a mercadoria”. E, para piorar, “o governo autoriza ainda subir mais, e só guardar a mercadoria em estoque este e o governo que temos”.<sup>1140</sup> Castarina [Catarina?] A. dos Santos, de Telêmaco Borba (PR), casada, com cinco filhos e marido desempregado, “queria que diminuisse a inflação aumentasse salário

<sup>1138</sup> Carta de Cidelton da Cunha Pinheiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 042 DV: 2 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1139</sup> Carta de Marco Antonio R. de Freitas à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 052 DV: 8 TIPO: 13 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1140</sup> Carta de Alcides Weitexen à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 880 DV: 8 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

e fizesse casa para os assalariados”.<sup>1141</sup> Igualmente reveladora é a forma como ela iniciou seu texto: “Devido esta chance de poder lhe dizer o penso”. Ao que parece, brasileiros de diversas origens pensavam de modo semelhante sobre muitas coisas. Nascimento Gomes de Sousa, de Nazaré (GO), casado, 30 a 39 anos, tinha dúvidas sobre a eficácia da futura Constituição para resolver os problemas do país (inclusive a inflação). Seu texto deixa evidência a percepção das desigualdades sociais:

Considerando a nova constituição, teremos uma nova república? considerando uma nova constituição, poderá baixar a inflação? Considerando a nova constituição, poderemos diminuir a dívida externa? Considerando a nova constituição, os banqueiros, industriais, empresários e outros, que ganham mais de 200 milhões mensais e mordomias lembrarão, daqueles que /renda, de quem está com fome, em greve, os marginalizados etc?<sup>1142</sup>

Milton Vieira da Silva, de São José do Rio Preto (SP), 20 a 24 anos, solteiro, 2º grau incompleto, sugere alguns temas para a Constituinte debater. Interessa-nos aqui observar como ele se refere à inflação:

Reforma Agrária, precisa, - Inflação, o grande Monstro Brasileiro, - Projeto de Lei – Crime "Colarinho Branco" - Cultura: Modernizar a educação no Brasil, criando incentivos melhores, - Dívida Externa: Moratória e/ou mudanças na área financeira econômicas. - Privatização das Multinacionais.<sup>1143</sup>

José Marcos Pinheiro, de Monsenhor Tabosa (CE), casado, 30 a 39 anos, ensino Superior completo, ofereceu várias sugestões. No tocante à inflação, foi bem incisivo: Que se faça realmente uma política de combate a inflação, sem defazar os nossos salários”.<sup>1144</sup>

Sebastião Boaes, de Alcântara (MA), 2º grau completo, solteiro, 30 a 39 anos, afirma querer

também que a constituinte viesse a olhar um pouco mais para a sociedade humilde que são os assalariados, dando-lhes um salário digno de seu trabalho e viesse a combater a inflação dos produtos alimentícios para que estes pudessem ter uma alimentação melhor. Viesse a colocar uma fiscalização rigorosa e honesta em todos os estados, capitais e municípios do nosso imenso país, para

---

<sup>1141</sup> Carta de Castarina A. dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 057 DV: 0 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1142</sup> Carta de Nascimento Gomes de Sousa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 057 DV: 0 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1143</sup> Carta de Milton Vieira da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L005 DATA: 20/02/86 FORMUL: 104 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>1144</sup> Carta de José Marcos Pinheiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 20/02/86 FORMUL: 128 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

fiscalizar os benfeitorias realizadas pelos governantes, só assim talvez fosse realizado algo de bom.<sup>1145</sup>

Tadeu Andrade, de Nazareno (MG), casado, 20 a 24 anos, 2º grau completo, só tinha duas sugestões: “diminuir os preços de mercadorias” e “dar mais apoio ao homem do campo”.<sup>1146</sup> Também moradora de Nazareno, Maria Carlota de Andrade, mais de 59 anos, casada, 1º grau completo, em típica enunciação coletiva, impôs condições para apoiar a Constituinte: “Somos a favor da constituinte desde que dê apoio as donas de casa nos preços mais suficientes nos alimentos de primeira necessidade”.<sup>1147</sup> Expedito dos Santos Lima, de Fortaleza (CE), casado, 2º grau completo, 20 a 24 anos, cujo maior sonho era editar um livro (“mas sei que jamais vou”), entende que o governo deveria criar opções de lazer gratuitas, pois “talvez assim, quem sabe seria possível se esquecer por algum momento tanto sofrimento, tanta inflação”.<sup>1148</sup> José Costa Lisboa, morador de Natal (RN), casado, acima de 59 anos, 2º grau incompleto, acreditava que o “problema mais premente a ser enfrentado pela Nova Carta Magna do Brasil, a DIVIDA EXTERNA e a INFLAÇÃO GALOPANTE, que martiriza o povo brasileiro”.<sup>1149</sup> Jair Dal Pozzo, de Santa Izabel do Oeste (PR), casado, 20 a 24 anos, 2º grau completo, renda de até um salário mínimo, enumera suas sugestões aos constituintes:

- 1- Aumentar o salário mínimo cada três em três meses, com correção da moeda e inflação.
- 2- Diminuir o salário de deputados, senadores e governadores e inclusive do Presidente da República, que não reconhecem que quem recebe um salário mínimo só passa fome, enquanto que vocês gozam, milhares de pessoas sofrem a fome e vocês não as reconhecem.
- 3- Acabar com multinacionais existentes no Brasil, e não ter medo de expulsá-las, valorizando o que este país é rico em todos os sentidos. Só que nossos

---

<sup>1145</sup> Carta de Sebastião Boaes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 193 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>1146</sup> Carta de Tadeu Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 199 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1147</sup> Carta de Maria Carlota de Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 201 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1148</sup> Carta de Expedito dos Santos Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 229 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1149</sup> Carta de José Costa Lisboa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 253 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [com grifos no original]

governantes quando estão no poder engordam, compram "fazendinhas" para o lazer da família e seus parentes, cunhados, etc, etc.

4- Dar valor a todo tipo de trabalhador dando preços que compensem ao seu trabalho justo que lhe é roubado.<sup>1150</sup>

A carta de Dal Pozzo é paradigmática. Preocupa-se com a corrosão que a inflação provoca nos salários, evidencia visão de mundo classista – “quem recebe um salário mínimo só passa fome, enquanto que vocês gozam, milhares de pessoas sofrem a fome e vocês não as reconhecem” –, desconfia do capital estrangeiro, coloca a classe política no polo oposto ao da nação (assim como as multinacionais), e valoriza o trabalhador, que deve ser compensado pelo “trabalho justo que lhe é roubado”. Em linhas bastante gerais, posso afirmar que esse é o perfil dos fiscais do Sarney. E foi justamente esse perfil preexistente a razão do apoio ao presidente Sarney. E também motivo de sua tormenta quando o plano ruiu.

## **2.6. Os meios de comunicação e o Plano Cruzado**

### **2.6.1. As defesas do Cruzado e o combate aos opositores**

É fato que o interesse do governo expresso no artigo 8º do decreto nº 92.433 (sobre a publicidade das punições aos infratores), se realizara muito eficazmente através dos meios de comunicação. E, como a reforma econômica teve início com um pronunciamento presidencial que “foi visto e ouvido por mais gente do que o público recorde do último capítulo da novela *Roque Santeiro* – 93% de audiência em São Paulo e 91% no Rio de Janeiro”<sup>1151</sup>–, é razoável que as reflexões sobre os fiscais do Sarney passem também pelo envolvimento dos meios de comunicação, que constituiu um dos elementos fundamentais para o seu êxito.

É desconcertante para quem acompanha a evolução do debate sobre a economia brasileira, sobre a questão da inflação a quase unânime adesão ao plano cruzado entre os economistas. Adversários da Nova República, ex-gestores da política econômica da ditadura, críticos das teses do choque heterodoxo, todos serão tragados no caudal surpreendente do êxito do plano. O plano tal como se implementou foi como um ovo de Colombo pela sua simplicidade e eficácia. Daí talvez o quase compulsório aplauso e reconhecimento.<sup>1152</sup>

O êxito do plano colocou em difícil situação a todos os opositores do governo. Praticamente todos os observadores contemporâneos apontaram esse aspecto. Assim como

---

<sup>1150</sup> Carta de Jair Dal Pozzo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 238 DV: 8 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1151</sup> “Pacote de risco. Sarney aposta tudo em medidas econômicas destinadas a alterar profundamente a vida do país”. *Revista Isto É*. São Paulo: 05 mar. 1986, p. 19.

<sup>1152</sup> PAULA, João Antônio. A evolução do debate sobre a inflação no Brasil. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 52.

os segmentos burgueses tinham dificuldade em manifestar opiniões contrárias, também os sindicatos, os partidos, as associações e os intelectuais que estavam na oposição – ou mesmo os que apenas sugeriam ajustes – não tiveram vida fácil. Cláudio Gontijo acentua que o sucesso do governo “explica, também, o isolamento político dos críticos do Plano, os quais têm encontrado a desaprovação explícita da opinião pública”.<sup>1153</sup>

A primeira grande manifestação pública de desconfiança partiu do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Em programa eleitoral gratuito do PDT, que fora ao ar em - 06 de março. De acordo com ele, o plano seria recessivo, arrochava os salários e beneficiava o empresariado, e fracassaria porque não tocava na dívida externa. Brizola pediu ao povo para “não se impressionar com essa onda publicitária, que dificulta o exame sereno da situação”. Apesar de elogiar (cutucando) o presidente por abandonar o imobilismo que vinha caracterizando a Nova República, denunciou que o “pacote” fora feito para dar a vitória a PMDB e PFL nas eleições.<sup>1154</sup> Brizola recebeu críticas de todos os lados.

Logo após o programa do PDT veio a estratégica resposta. A *Rede Globo*, propositalmente, exibiu uma entrevista com vários economistas vinculados ao plano imediatamente após a fala de Brizola. Houve grande ênfase na explicação dos salários e outros pontos sobre os quais havia muitas dúvidas. O ponto culminante foi a entrevista com a economista Maria da Conceição Tavares: “Pessoa de grande prestígio e influência principalmente na geração de economistas que tinha elaborado o Plano Cruzado, a professora terminou chorando após fazer uma vibrante defesa do novo programa econômico”.<sup>1155</sup> Voz embargada, lágrimas escorrendo pelo rosto, Conceição, opositora da ditadura a ponto de ter chegado a ser presa no DOI-CODI em São Paulo em 1973, convocou a imprensa do país a engajar-se com firmeza no sucesso da reforma da economia, para quem o Cruzado é “o projeto mais sério que já presenciei neste país”.<sup>1156</sup> Nos dias que se seguiram, a emissora se encarregou de tirar o máximo de proveito da emocionada entrevista da economista, reexibindo-a em vários noticiários.<sup>1157</sup>

---

<sup>1153</sup> GONTIJO, Cláudio. O plano de estabilização e a economia brasileira: aspectos gerais. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 23.

<sup>1154</sup> “Governador aponta confisco”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1986, p. 4.

<sup>1155</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 90.

<sup>1156</sup> “Um país que sonha. Uma inédita mobilização popular sustenta a reforma econômica, obriga ao cumprimento das tabelas e levanta o prestígio do presidente Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 mar. 1986, p. 23.

<sup>1157</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 90.

Enquanto isso, a grande imprensa não tinha do que reclamar, uma vez que seu apoio ao plano lhe garantiu enorme retorno, a começar pela *Folha de São Paulo*, que obteve tiragem de 1.714.000 exemplares, recorde da imprensa brasileira,<sup>1158</sup> ultrapassando bastante as excelentes tiragens das Diretas Já e da agonia e morte de Tancredo Neves.<sup>1159</sup> Na opinião do diretor do *Jornal da Tarde*, Ruy Mesquita Filho, “o fenômeno é compreensível, depois de tanto tempo só com notícias catastróficas, os jornais saem com manchetes animadoras, apesar dos sacrifícios que todos terão que fazer”.<sup>1160</sup> Outros, como a *Folha*, aproveitaram para propalar o feito: “Circulação do *Globo* bate recorde: 814.000”.<sup>1161</sup> Segundo Roberto Ramos,

essa marca [de *O Globo*] culminou uma série de edições que suplantou de muito a venda normal das tiragens do jornal. Começou a série no sábado, dia em que se publicaram os atos relativos ao Plano de Estabilidade Econômica do Presidente Sarney: 380.000 exemplares foram vendidos naquele dia. No domingo, 490.000. Segunda-feira, 340.000; terça-feira, 380.000; e quarta-feira, 500.000.<sup>1162</sup>

Em função do interesse popular no Plano Cruzado e dos interesses dos grupos empresariais proprietários dos veículos de comunicação associados ao governo, constatou-se que “as capas, especialmente dos jornais da institucionalizada ‘grande imprensa’, se pareciam mais com *releases* palacianos”.<sup>1163</sup> Na prática, isso tornou muito difícil a vida das oposições, definidos pelo economista João Antônio de Paula como um campo “relativamente congestionado e complexo. Há a CUT, o DIEESE, o PT, o PDT. Há também os setores como aqueles que a *Revista Visão* parece ser porta-voz e que vêm no pacote a ingerência proto-socialista do Estado”.<sup>1164</sup> Henry Maksoud, da revista *Visão*, muitas vezes se queixou do constrangimento ao qual era exposto aquele que criticava a reforma monetária:

... tive que me postar outra vez na difícil posição de quem diverge da opinião geral. Apesar da extasiante aceitação popular, do patrulhamento ideológico que emergiu (que supostamente não existiria na ‘democracia’ da Nova República) e da absurda violência, estimulada pela propaganda nos meios de comunicação...<sup>1165</sup>

Céli Regina Jardim Pinto lembra que bastou uma semana após o discurso do Cruzado para que as forças políticas que se lhe opunham perdessem “espaço no jogo da

---

<sup>1158</sup> “Edição extra da Folha tira 1.714.000”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 mar. 1986, capa.

<sup>1159</sup> RAMOS, op. cit., p. 27.

<sup>1160</sup> RAMOS, op. cit., p. 27.

<sup>1161</sup> RAMOS, op. cit., p. 27.

<sup>1162</sup> RAMOS, op. cit., p. 28.

<sup>1163</sup> RAMOS, op. cit., p. 27.

<sup>1164</sup> PAULA, João Antônio de. A evolução do debate sobre a inflação no Brasil. In: PAIVA et. al., op. cit., p. 44.

<sup>1165</sup> MAKSOUD, op. cit., p. 34.

luta pela construção da significação do social”.<sup>1166</sup> “Não dava pra falar mal do governo”, objeta Roberto Ramos. “Quem fizesse isso corria o risco da inquisição das fogueiras ou do apedrejamento público. Construiu-se uma ‘consciência’ una e indivisível. Ela não podia ser desafiada”.<sup>1167</sup> Segundo Ramos, havia dois rótulos prontos para identificar os críticos: “Ou era brizolista ou militante do PT”.<sup>1168</sup> E aquele que não concordasse estaria exposto a constrangimento, “fazia parte de uma minoria, que não desejava ver o país livre da inflação. Era coisa de meia dúzia, que deveriam ser ‘especuladores’ ou ‘saudosistas do autoritarismo’. Não podia existir oposição”.<sup>1169</sup> Paul Singer foi um dos que observou as dificuldades pelas quais passaram os críticos: “A adesão maciça de consumidores, meios de comunicação e grandes empresas criou um clima de exaltação cívica, no qual reparos e críticas são recebidos com extrema má vontade e impaciência”.<sup>1170</sup> Tarso Genro identificou a mesma dificuldade no trato com a imprensa:

Naqueles dias, quando a imprensa queria estabelecer o contraditório a respeito da matéria, eram poucas as pessoas disponíveis para criticá-lo. Chegamos a freqüentar, então, diversos programas de rádio e televisão, amargando as mesmas ironias e sofrendo idênticas acusações, que variavam, segundo a fé e a posição política do adversário: “pessimistas”, “anti-patriotas”, “extremistas”, “românticos”, eis as designações mais comuns...<sup>1171</sup>

A carta de Enéas Bento, casado, 30 a 39 anos, 1º grau, de 5 a 10 salários, morador de Indaiatuba (SP), demonstra claramente que a propaganda contrária aos críticos do Plano Cruzado teve êxito nos primeiros meses do plano:

Senhor Deputado, espero que esta Constituição seja para reforçar mais ainda a aliança entre o PMDB e a PFL e dar um arrocho nos partidos que estão querendo acabar com o congelamento como eu vi pela TV, o PDT do senhor Brizola, o PT do Lula, que até o momento não fizeram nada para ajudar o Presidente, a não ser falar mal do que está sendo feito. Por isto o senhor, como vice Presidente da República, deve agir para que depois não seja tarde de mais. Senhor Deputado e vice-presidente, espero que o congelamento seja para sempre e que não termine em fevereiro de 87. Esta é a minha opinião. Desculpe-me se não me expressei a expliquei direito.<sup>1172</sup>

De fato, o “cerco” a Leonel Brizola funcionou, as ações no sentido de desacreditá-lo junto à população foram mesmo exitosas naqueles primeiros meses, como se pode ver nas palavras de Murilo Ernesto Tolentino, morador de Rio Bonito (RJ), casado, mais de 50 a

---

<sup>1166</sup> PINTO, op. cit., p. 71.

<sup>1167</sup> RAMOS, op. cit., p. 23.

<sup>1168</sup> RAMOS, op. cit., p. 23.

<sup>1169</sup> RAMOS, op. cit., p. 93.

<sup>1170</sup> SINGER, Paul. Preços e salários no tratamento de choque. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 32.

<sup>1171</sup> GENRO, Tarso. Mais um capítulo (Prefácio). In: FORTUNATI, op. cit., p. 14.

<sup>1172</sup> Carta de Eneas Bento à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 10/04/86 FORMUL: 099 DV: 5 TIPO: 30 03/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

59 anos, 2º grau, mais de 3 a 5 salários: “Recentemente, através de rede nacional, “faleceu” politicamente o segundo candidato à Presidência da República, o Sr. Leonel Brizola...”<sup>1173</sup> Raimundo Luis do Carmo, casado, 25 a 29 anos, 1º grau, até 1 salário, assim se manifestou sobre a intervenção de Leonel Brizola: “Sugerimos ao Senhor Presidente, que tire do ar, este programa, do Partido PDT: Partido Democrático Trabalhista, do Senhor Leonel Brizola, pois o mesmo, está contrariando o Partido do Governo Federal”...<sup>1174</sup>

Por outro lado, aqueles formadores de opinião que, por qualquer razão, apoiavam o plano do governo, como era de se esperar, recebiam apoio, tal qual o jornalista Luís Nassif: “Vocês precisam ler o Nassif”, disse Tavares na famosa entrevista à Rede Globo em 06 de março de 1986.<sup>1175</sup> André Lara Resende lembra que a ação de Nassif “foi importante para a vitória do cruzado”.<sup>1176</sup> Luiz Gonzaga Belluzzo, Secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, acentuou o fato de que o jornalista se colocara abertamente a favor do plano, abdicando da neutralidade: “[Nassif] corretamente evita trapacear o leitor com o ilusionismo da neutralidade. O leitor deste livro saberá, logo nas primeiras páginas, qual é o ponto de vista do autor e através dele será conduzido pelos caminhos que levaram ao Plano Cruzado”.<sup>1177</sup>

Esse episódio remete à participação decisiva dos meios de comunicação de massa na “blindagem” do plano e das ações do governo. Toda oposição fora tratada com aspereza. Apesar de um tanto extensas, é preciso retomarmos algumas peças produzidas pela imprensa em franca defesa das medidas do governo, como um dos editoriais de *O Globo*:

Numa desesperada tentativa de recuperar o espaço político perdido (...) pela instituição do programa de estabilização econômica, o Governador Leonel Brizola serviu-se ontem do horário do PDT em cadeia nacional de rádio e TV para abrir as baterias (...) contra a reforma mais importante de toda a História do País. Como espetáculo de falta de identificação com o ânimo popular e cívico desta hora, hora de verdadeira comunhão nacional em torno da corajosa estratégia antiinflacionária posta em jogo... (...) É uma lástima que pretenda

---

<sup>1173</sup> Carta de Murillo Ernesto Tolentino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 01/03/86 FORMUL: 023 DV: 8 TIPO: 14 13/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1174</sup> Carta de Raimundo Luis do Carmo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L204 DATA: 01/03/86 FORMUL: 091 DV: 3 TIPO: 14 21/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1175</sup> NASSIF, op. cit., contracapa.

<sup>1176</sup> NASSIF, op. cit., p. 5.

<sup>1177</sup> NASSIF, op. cit., p. 7.

torpedear (...) o clima da adesão e comoção nacionais em torno da reforma econômica.<sup>1178</sup>

O *Jornal da Tarde*, dias antes, tinha ido mais fundo, nomeando os adversários do governo e repudiando veementemente qualquer forma de oposição. Embora parte de sua análise seja sensata, na medida em que reconhece que o plano fora lido pelo povo como uma verdadeira mudança pela primeira vez em duas décadas, antidemocraticamente o jornal condenou qualquer crítica ao plano. Ao final, a coloração política ficou evidente, pois o editorial vaticinava a aniquilação das oposições:

O governo do presidente José Sarney, que vivia uma séria crise (...) entra hoje no primeiro dia da nova ordem monetária totalmente reconciliado com as aspirações nacionais. E, para isso, não foi preciso que o conjunto de medidas (...) entrasse em vigor ou produzisse qualquer efeito mensurável. Bastou apenas que o presidente anunciasse sua disposição, expedisse as ordens que começaram a ser efetivamente cumpridas a partir de hoje, para que se operasse uma completa transformação na fisionomia do País, o desencanto e a desesperança da população fossem transmudados em esperança e otimismo. É que essa população compreendeu quase intuitivamente que, pela primeira vez em 22 anos, algo de realmente importante mudou neste país... (...) Não tem sentido – aliás, são absolutamente antinacionais e antipatrióticas – certas análises que estão sendo feitas por aí, tentando mostrar quem ganhou ou quem perdeu... (...) ... repetimos, é absolutamente impatriótico qualquer tipo de consideração individualista ou corporativista. (...) Não nos surpreendem, nem um pouco, as reações da CUT, do PT, do governador Leonel Brizola e de uns poucos mais; estranhamos apenas a posição da Conclat, que sempre nos parece mais sensata, menos irresponsável. A revolta dessa gente, o desfaldar da bandeira da greve geral, era amplamente previsível. (...) Se este plano der certo, a CUT, o PT, o PDT e seus similares certamente estarão liquidados. Daí a ameaça de boicote implícita na greve geral e outros procedimentos igualmente antibrasileiros...<sup>1179</sup>

O jornal *O Estado de São Paulo*, no editorial de 1º de março, ensinou aos leitores que “o dever patriótico impõe acreditar no êxito das medidas”.<sup>1180</sup> O jornal *Folha de São Paulo*, por seu turno, achou necessário transferir para a capa o seu editorial. Nele, manifestou seus temores quanto às oposições, apesar de mais sutil que *O Globo* (até porque se esforçava para manter uma postura progressista). O texto considerou a ação do governo “admirável por sua coragem” e admitiu que havia muitos riscos e responsabilidades, os quais, para o periódico, “não são apenas suas [do governo], passam a ser, neste momento, da nação brasileira em seu conjunto”. A *Folha* demonstra preocupação com recuos, incoerências e burlas que poderiam “comprometer irreparavelmente o novo programa, precipitando a economia no mais ingovernável quadro de confusão e turbulência”, que poderá conduzir o país “a um colapso político de imprevisíveis consequências”. Por esta razão,

<sup>1178</sup> *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1986 apud RAMOS, op. cit., pp. 69-71.

<sup>1179</sup> *Folha da Tarde*. São Paulo, 1º mar. 1986 apud RAMOS, op. cit., pp. 73-75. [sem grifos no original]

<sup>1180</sup> MORAIS, Reginaldo. Cardápio trabalhista da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 245.

não cabem, a partir de agora, intransigências que possam anular todo um plano de estabilidade sem recessão, fazendo-o sucumbir pela reação particularista e subterrânea ao congelamento de preços, à nova política salarial ou à desindexação da economia.<sup>1181</sup>

O primeiro editorial do *Jornal do Brasil* após a reforma evitou demonstrar preocupações com prováveis opositores do plano. Além de saudar o presidente pela medida, cobrou do governo os ajustes necessários em sua própria máquina para o plano dar certo e, claro, lembrou que “o dever de todos neste momento é apoiar com firmeza o Presidente José Sarney, para que ele possa conduzir essa caminhada até o fim...”<sup>1182</sup> Poucos dias depois, a jornalista Eliane Cantanhede deixou de lado a sutileza editorial do *JB* para, claramente, assumir posição favorável ao plano e contrária aos seus opositores:

O impacto da mais profunda reviravolta econômica da história brasileira corresponde ao do pique das diretas já e da campanha de Tancredo Neves. A aliança nacional que caracterizou aqueles dois emocionantes momentos está de volta, com força. (...) Mais uma vez, contudo, como na avalanche Tancredo, excluem-se do movimento os ruidosos do PT, os malufistas do PDS e a ambição do governador Leonel Brizola.

(...)

Mas é evidente que alguma coisa precisava ser feita para exorcizar o demônio da inflação; que a tese de que o plano econômico é econômica e socialmente justa e que, antes do pessimismo precoce – ou movido por estímulos eleitorais – o dever de cada um é contribuir e torcer para que tudo dê certo.<sup>1183</sup>

Um formidável – e eloquente – exemplo da associação entre empresas de comunicação e o governo Sarney pode ser observado em um informe publicitário que o jornal carioca *O DIA* publicou na *Folha de S. Paulo* após às eleições. Esta publicação apareceu com o seguinte título: “Sarney é como o povo: Confia na força de O DIA”. Logo abaixo, o agradecimento ao presidente: “Obrigado, Presidente, pela distinção com nosso jornal”. Em seguida, o texto publicado somente na *Folha*:

“Em mensagem ao jornalista Ary de Carvalho, em 10 de novembro, o Presidente José Sarney dirigiu-se aos trabalhadores e leitores de O DIA – o maior jornal popular do país –, conclamando-os a votar em Moreira Franco.

A preferência pelo nosso jornal, com a vitória já assegurada do candidato do PMDB, foi a prova da confiança do Presidente na força popular de O DIA.

A tradição de ganhador do nosso jornal mais uma vez se repetiu: o apoio a Moreira Franco contribuiu decisivamente para sua eleição.

O Presidente José Sarney, o Governador Moreira Franco e O DIA venceram com o povo”.

---

<sup>1181</sup> “Por uma estabilidade econômica sem recessão”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1º mar. 1986, capa (editorial).

<sup>1182</sup> “Hora da Verdade”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, Editorial, p. 10.

<sup>1183</sup> Eliane Cantanhede. “Brizola na contramão”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 2.

Vejam a carta do presidente publicada na capa do jornal *O DIA* na data de 10 de novembro de 1986 (a cinco dias da eleição) e republicada na *Folha* após o texto do parágrafo acima.

Aos meus amigos trabalhadores e leitores de O DIA a renovação da minha fé nos destinos democráticos do Brasil, que serão confirmados na eleição de 15 de novembro. A vitória de Moreira Franco muito ajudará o meu governo. Ele é o candidato da Aliança, do PMDB e do PFL, partidos que me dão apoio e sustentação política, defendem o Plano Cruzado e me ajudam a vencer dificuldades. Um abraço do amigo José Sarney. Em 10/11/1986.<sup>1184</sup>

Não sem motivo, o jornalista José Onofre asseverou que formadores de opinião “ocuparam todas as janelas que a mídia impressa e eletrônica lhes forneceu para estabelecer o grande debate nacional em torno dos acontecimentos de 28 de fevereiro...”<sup>1185</sup> Que este debate fora majoritariamente favorável ao governo não se tem dúvida.

Apesar de não constar nos objetivos desta pesquisa a investigação do modo como as empresas de comunicação se engajaram no Cruzado em apoio ao governo e a seus projetos político-financeiros, não há como ignorar a atuação da maior das emissoras por duas razões: seu papel na arregimentação dos fiscais e pelo efeito pedagógico que sua cobertura exerceu na população.

De acordo com Eric Nepomuceno, “o que se viu nos dias seguintes [ao lançamento do plano] foi a mais formidável e arrasadora campanha publicitária da história do país”. Ele argumenta que “os proprietários dos meios de comunicação puseram todo seu arsenal à disposição do governo” e que, “nos jornais, o espaço reservado aos que criticavam o Plano Cruzado era mínimo”. Ele lembra que até “entre os economistas, a expectativa se transformara – graças à contagiante febre de euforia que se espalhou entre a população – em um otimismo desmedido”. O autor lembra que a *Rede Globo de Televisão* liderou “a massacrante campanha publicitária a favor do Cruzado”,<sup>1186</sup> e que a iniciativa partira do próprio Roberto Marinho, presidente das *Organizações Globo*. Nepomuceno explica que diante das primeiras dúvidas e sinais de boicote por parte de supermercados, a *Globo* lançou a campanha “Tem que dar certo”, criada pelo publicitário João Magaldi, funcionário da empresa.<sup>1187</sup> O envolvimento foi total:

---

<sup>1184</sup> “Sarney é como o povo: Confia na força de O DIA”. Informe publicitário. Folha de S. Paulo. São Paulo, 20 nov. 1986, p. 14.

<sup>1185</sup> ONOFRE, José. Um alegre domingo em Camelot. In: KOUTZII, op. cit., p. 45.

<sup>1186</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 88.

<sup>1187</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 88.

A constelação de contratados da Globo, com exceção dos jornalistas, apareceu na tela várias vezes por hora, durante dias intermináveis, repetindo a frase criada por Magaldi. Outro funcionário, o jornalista Woile Guimarães, criou um serviço paralelo: mobilizando repórteres, redatores e editores de economia, a Globo passou a dar, todos os dias, repostas às muitíssimas questões surgidas com a aparição do Plano Cruzado”.<sup>1188</sup>

Embora os jornalistas não participassem da campanha, ficou evidente que em todos os noticiários houve esforço “em ignorar eventuais críticas e realçar a importância e o lado positivo do Cruzado”. O caso do comentarista de economia Joelmir Beting é paradigmático, pois, bem ao seu estilo,

se entusiasmava a ponto de assegurar, com uma nota de cem mil cruzeiros velhos – ou cem cruzados – na mão, que finalmente o Brasil tinha dinheiro de verdade, moeda forte. ‘É dólar’, dizia ele mostrando o lado verde da nota, ‘e é ouro’, afirmava mostrando o lado amarelo.<sup>1189</sup>

Embora concedido *a posteriori*, em um projeto da *Rede Globo* que por vezes se empenha em reescrever sua história não exatamente como ocorrera, o depoimento do editor regional de Brasília, Gilnei Rampazzo ao site *Memória Globo*, permite compreendermos, em parte, a postura do jornalismo da emissora durante o Plano Cruzado:

Foi uma coisa emocionante de se ver... se congelou... preço congelado, tudo congelado... E aquilo provocou uma... uma reação popular que eu acho que ninguém imaginava que pudesse acontecer. O povo realmente foi pra rua, foi cuidar que os preços não sofressem alteração... E a Globo... entrou pra valer apoiando o plano, o Plano Cruzado, a Globo entrou com tudo, o jornalismo da Globo entrou com tudo, e o povo tava feliz com aquilo, então foi uma... é... também foi uma coisa boa de se fazer, a gente sentia que tava do lado da causa correta, né? E... foi aí que surgiram personagens, eu acho que em Curitiba, um sujeito que se arvorou no papel de fiscal do Sarney, foi aí que nasceram os famosos fiscais do Sarney, e fechou e lacrou um supermercado que tinha remarcado um preço e a Globo filmou isso, quer dizer, aquilo foi, assim, um marco de exemplo de exercício de cidadania que se tinha visto até então.<sup>1190</sup>

Desde que ficara definida a data do lançamento um aspecto que muito preocupou os envolvidos com o plano foi o *marketing* de apoio ao programa. Estavam convencidos de que “a reforma deveria ser precedida de um importante trabalho de convencimento e persuasão dos chamados ‘formadores de opinião’, pessoas e instituições”.<sup>1191</sup> Esse aspecto parece ter sido um dos únicos – senão o único – a merecer planejamento cuidadoso, tanto que o próprio presidente da República encontrou tempo para jantar com Roberto Marinho no dia 27 de fevereiro, e, mesmo antes, ambos haviam conversado diversas vezes: “‘A *Globo* vai apoiar’, garantia Sarney, antes mesmo do jantar com Marinho. Depois do

<sup>1188</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 88.

<sup>1189</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 89.

<sup>1190</sup> Depoimento de Gilnei Rampazzo sobre o jornalismo da Globo no Plano Cruzado. Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0.27723.GYN0-5273-254389.00.html>. Acessado em 09 mar. 2011.

<sup>1191</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 277.

encontro, a confiança do presidente aumentou: ‘Ele ficou entusiasmado. Está totalmente com a gente’”.<sup>1192</sup> E estava mesmo, tanto que a *Globo*, “ao longo de sua programação, não se cansou de testemunhar o comportamento dos ‘fiscais’”.<sup>1193</sup>

Dentre os muitos registros da atuação da *Rede Globo*, vale destacar trechos da cobertura do jornalístico *SPTV* nos primeiros dias do plano, tendo em vista o efeito pedagógico das cenas e da argumentação do telejornalismo no estímulo à ação popular em defesa do plano (independentemente das razões de cada veículo de comunicação). No telejornal exibido na região metropolitana de São Paulo ficam evidentes as formas de engajar a população na fiscalização dos preços através dos seguintes expedientes: exibição de ações de populares, de fiscais e de policiais; punições aos infratores; opiniões de autoridades (inclusive do jornalista portador do argumento de autoridade, no caso, Joelmir Beting).

Enquanto eram exibidas imagens de consumidores em um supermercado, a apresentadora do *SPTV* Celene Araújo narrava o seguinte: “Os fiscais da Sunab, a Polícia e a população se uniram hoje aqui em São Paulo para combater os abusos das redes que remarcam os preços. Em alguns supermercados, os fiscais da Sunab comprovaram facilmente a fraude”. Após esta fala, a reportagem registrava a conversa entre um gerente e um fiscal. Em outro estabelecimento, há o registro de uma enorme multidão a ocupar a calçada e a rua festejando a presença da fiscalização aos gritos de “o povo unido jamais será vencido” (um coro recorrente em manifestações populares coletivas). Logo depois, a reportagem trata de outro supermercado fechado, mostrando os produtos com preços majorados que populares levaram à delegacia, para, em seguida, exibir populares cantando o Hino Nacional dentro de um outro supermercado, enquanto fiscais baixavam as portas. Antes dos comerciais, a apresentadora informa que quando não havia fiscais, os consumidores eram atendidos pela Polícia.

Em outra sequência, após dizer que todos os gerentes de supermercados flagrados com preços acima da tabela responderão por crime contra a economia popular e que a Polícia Militar havia recebido, em um único dia, duas mil ligações, a jornalista informou: “O Superintendente da Polícia Federal em São Paulo Marco Antônio Veronezzi disse que qualquer pessoa que for apanhada remarcando preços vai ter problemas com a Polícia”. Em

---

<sup>1192</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 281.

<sup>1193</sup> RAMOS, op. cit., p. 30.

sua fala, Veronezzi procurou deixar claro que qualquer infrator poderia ser preso, “independente de nome”, o que, sabemos, ia ao encontro da vontade popular.

Após o intervalo comercial, o *SPTV* continuou a tratar do que denominou de “guerra contra a remarcação de preços”, desta vez através de reportagem da jornalista Mônica Puga, que cobriu a atuação de uma brigada popular de controle de preços criada pela prefeitura da cidade de Bauru, e outras ações envolvendo o Cruzado.

A brigada popular já ganhou a adesão de cerca de cinquenta voluntários. São trabalhadores, professores, estudantes e profissionais liberais que hoje deixaram suas tarefas para fiscalizar os preços. Eles são liderados pelos fiscais da prefeitura. Por enquanto, a brigada está visitando somente os supermercados distribui tabelas e orienta os consumidores para só pagar os novos preços estabelecidos pelo governo. E logo na primeira visita, a brigada encontrou um flagrante de remarcação de preços.

Após a fala acima, a jornalista entrevistou o fiscal da prefeitura José Pedroso, que explicou o ilícito. Em seguida, ela deu prosseguimento à narrativa, enquanto eram exibidas imagens do delegado tendo à sua mesa os alimentos que comprovavam o desrespeito ao congelamento. “O flagrante acabou na mesa do delegado Marcos de Paula Rafael, que, acostumado a apreender armas, drogas e objetos roubados, hoje teve que apreender alimentos com preços remarcados”, narrou a jornalista.

Na sequência desta fala, a câmera retornou à apresentadora, que, com leve sorriso<sup>1194</sup> (aparentemente, estava contente com a repressão aos supermercados que burlavam o congelamento), anunciou que a diretora executiva do Procon Maria Helena Lazzarini compareceu à emissora para explicar como a população pode ajudar na fiscalização do congelamento dos preços. Assim disse a referida diretora:

O consumidor pode ter uma ação efetiva agindo como cidadão fiscal. Na constatação de qualquer irregularidade, ele deve colocar sua denúncia num papel com todos os detalhes, colocar seu nome e RG, assinatura e endereço, bem como as informações de mais duas testemunhas ali presentes.

Perguntada sobre para onde deveria enviar a denúncia, Lazzarini respondeu que deveria ser enviada ao Procon ou à própria Sunab, que multarão o estabelecimento infrator. Ela também explicou que a Polícia deveria ser chamada em casos mais graves, como os de remarcação à vista do consumidor, que a mesma acentuou ser crime.

---

<sup>1194</sup> “Depois que foi assinada/a lei presidencial/vimos noticiários/no jornal nacional./Na hora das entrevistas/os olhos dos jornalistas/tinham um brilho especial”. (SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflação.** LC8578. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43907>. Acessado em 18 jul. 2012. Esta foi a impressão que teve o cordelista Gonçalo Ferreira da Silva. Ao analisar as imagens do telejornal acima tive a mesma impressão. Sua fala põe em destaque o aspecto da cobertura da imprensa (“jornal nacional”) e o nada improvável apoio de jornalistas à reforma econômica.

Na mesma edição, o ministro Dilson Funaro, na contramão da experiência popular de inoperância dos organismos do governo, se dirigiu aos telespectadores para tranquilizá-los, afirmando que não deveriam lançar mão de ações violentas, pois as autoridades policiais prenderiam os infratores. A razão desse apelo estava na postura popular exibida desde o primeiro dia do congelamento, que incluiu a violência contra os remarcadores.

Eu gostaria realmente de fazer um apelo à população que, em primeiro lugar, nós vamos levar esse programa à frente. Temos, inclusive essa noite, quando houve necessidade de algumas lojas, que fecharam e tentaram remarcar nós fomos com a Polícia e prendemos as pessoas... A população hoje tem que entender que os próprios funcionários das lojas [trecho cortado] e deseja ser civilizado. É indispensável que as pessoas não esmoreçam no controle de preços, mas não façam atos selvagens porque isso não signif., não é o que representa uma nação como o Brasil.

As intervenções do jornalista Joelmir Beting, ainda mais que a cobertura em si, nos oferecem elementos mais sólidos sobre a posição da emissora quando à reforma monetária. Beting “entrou de sola” em defesa da reforma. Vejamos duas de suas intervenções, a primeira no *SPTV*:

São Paulo viveu hoje o primeiro lance de um jogo duro que não vai acabar amanhã, vai até depois do carnaval do ano que vem. O consumidor acaba de fazer a sua estreia na área da fiscalização dos preços, e preços agora congelados por decreto, em lei. Só vale preço da quarta-feira passada, o mesmo preço que a gente vai pagar nas compras do Natal, ou do dia das mães. O outro lado do balcão está ganhando o jogo de goleada, mas não está mais sozinho em campo chutando contra o gol vazio. Agora vai começar a virada. O consumidor ainda está sem treino, mas não sem fôlego. O negócio é não desanimar na primeira bola fora. A população deve jogar esse jogo o tempo todo marcando os preços assim, sob pressão, na saída da bola. Isso nunca funcionou antes, mas vai dar certo agora. Acabou o repasse da alta. Não vale desistir no primeiro minuto de jogo ou no primeiro lance da virada. O jogo vai durar pelo menos um ano, e não apenas um dia.

A segunda intervenção também ocorreu no dia do anúncio do plano, em que a *Rede Globo*, após a novela das oito, colocou no ar um programa especial apresentado pelos jornalistas Joelmir Beting e Leilane Neubarth, no Rio de Janeiro, e Paulo Henrique Amorim, que estava em Brasília, tendo como convidados para explicar a reforma econômica os ministros Funaro, Sayad e Pazzianotto. Ao final, a mensagem de Beting, extremamente confiante e otimista, foi a seguinte:

Só nos cabe aqui em nome da Rede Globo agradecer a participação ao vivo agora à noite, dos ministros Dilson Funaro, da Fazenda, João Sayad, do Planejamento, e Almir Pazzianotto, do Trabalho. Eles estão encerrando uma verdadeira maratona física, emocional, profissional, um investimento cívico na busca de um dividendo político e social – a solução dos problemas do Brasil. O governo, que modulou o programa de estabilização para acabar com a inflação sem jogar a economia assim no abismo do desemprego e da recessão, como está acontecendo exatamente agora na Argentina, por exemplo, onde o choque, realmente cortou a inflação de 10 para 1, mas desativou o mercado, afugentou o investimento, alargou o desemprego, que lá já era grande. Aqui no Brasil, bem ao contrário, a inflação pode ficar agora até zerada. E já agora em março, se o

governo conseguir fazer executar, sobretudo o congelamento de todos os preços, e se os consumidores ajudarem o governo a fiscalizar o congelamento no varejo. Se os empresários e os trabalhadores entrarem, agora sim, em um verdadeiro entendimento nacional, tendo como objeto de pacto o programa de estabilização hoje anunciado. Afinal, esse arranjo sustenta o nível do consumo na loja, de produção na fábrica, garantindo o emprego, até ampliando o emprego, porque sustentará a economia em crescimento, ao contrário do que acontece em outros choques, em outros tratamentos de choque, que resultam em mais choque do que tratamento. Não é, felizmente, o nosso caso.

A programação de estabilização da economia vai funcionar como um paraquedas verdadeiro. A crise nos colocou em queda livre, fomos, todos nós, brasileiros, jogados para fora desse avião em pleno voo. Com este programa, hoje anunciado, nós temos a certeza de que temos um paraquedas nas costas. Não é mochila de escoteiro da anedota, é paraquedas pra valer. E depende só da gente puxar a alça e abrir esse paraquedas, para depois do pouso lá embaixo, um pouso suave, voltar a discutir a solução dos nossos problemas.<sup>1195</sup>

A cobertura televisiva do Cruzado foi pautada no que o jornalista Perseu Abramo denominou como “padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio”. Ele divide o padrão “em três momentos básicos, como se fossem três atos de um espetáculo, de um jogo de cena”. O 1º Ato é o da “exposição do fato”, o 2º Ato é o da “sociedade fala”, e o 3º Ato é o da “autoridade resolve”. No primeiro, “o fato é apresentado sob seus ângulos menos racionais e mais emocionais, mais espetaculares e mais sensacionalistas”; no segundo, são apresentados os personagens envolvidos, com “seus testemunhos, suas dores e alegrias, seus apoios e suas críticas, suas queixas e propostas”; no terceiro, em se tratando de um fato social, “a autoridade reprime o Mal e enaltece o Bem, e também anuncia as soluções já tomadas ou a tomar...” Escrevendo em 1988, o jornalista esclarece que o papel da autoridade é o de tranquilizar o povo e desestimular qualquer ação popular autônoma e independente, no intuito de manter a autoridade e a ordem.<sup>1196</sup>

Em que pese o compromisso da emissora com o Cruzado (e o governo Sarney), não se pode negar que, como indivíduos, tanto Beting quanto a maioria dos seus colegas de profissão provavelmente torciam pelo êxito do plano, na medida em que sofriam, em algum grau, com a desordem da economia brasileira. E, mais do que indivíduos, devemos ter em vista que muitos jornalistas integravam as classes populares, cuja esmagadora maioria de membros festejara a reforma como início de transformações importantes no país. Evidentemente, também não se pode negar que uma grande parte dos deles também

---

<sup>1195</sup> Trechos do telejornal *SPTV* e do programa especial exibido pela *Rede Globo* em 28 fev. 1986. **Plano Cruzado Fiscais do Sarney**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=XPWdnUuXYiA>. Acessado em 24 jul. 2011.

<sup>1196</sup> ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 35, 36. [com grifos no original]

poderia ter receios (ou mesmo ser contrários) quanto ao crescimento das esquerdas, do movimento operário e dos movimentos sociais, além de acreditarem que a estabilidade seria uma forma de assegurar o controle político do PMDB (assim como pensavam seus padrões). Seja como for, o comportamento dos jornalistas foi semelhante à da maioria dos outros brasileiros: eles apoiaram o Cruzado. Até a retórica utilizada pelo jornalista estava vinculada aos padrões discursivos daqueles anos. Beting recorreu várias vezes a termos que remetem a experiências vividas coletivamente: “nosso caso”; “a crise nos colocou”; “fomos, todos nós, brasileiros, jogados”; “nós temos a certeza”; “temos um paraquedas”; “depende só da gente”; “a solução dos nossos problemas”. Mesmo que ele tenha feito uso consciente dessas expressões para criar vínculo com os telespectadores, só o fato de ter de utilizá-las para convencer aponta para os elementos de identidade coletiva que esta pesquisa vem apresentando. Para ser convincente, ele precisava fazer uso destes vocábulos.

### **2.6.2. Pura manipulação midiática?**

Em outra ocasião acima, analisei o que se pode chamar de postura adesista da imprensa. A seguir, refleti sobre o impacto da propaganda do Cruzado na população. Ainda restam dúvidas sobre se os “cruzados” foram fruto de pura manipulação midiática?

Malgrado os evidentes interesses eleitorais do governo Sarney, vale reiterar que as medidas tomadas foram ao encontro de muitas das aspirações mais profundas da imensa maioria da população. Com alguma dose de sensatez, o analista que hoje se debruça sobre aquele passado reconhece também nos jornalistas a torcida para que a reforma fosse exitosa, porquanto estavam sujeitos aos efeitos nocivos do mau funcionamento da economia nacional, como os demais brasileiros. Esta constatação, no entanto, não oculta o fato de que, na esteira da euforia produzida pelo plano, jornalistas e seus veículos, em geral, optaram pelas trincheiras do governo, contribuindo para isolar – e mesmo demonizar – os adversários do mesmo. Contudo, hoje se deve reconhecer que não era muito fácil para qualquer analista contemporâneo refletir de forma neutra (se é que é possível), diante de tema tão candente – e central – na vida nacional.

Para grande parte dos intelectuais, por exemplo, como não apoiar uma reforma econômica que contou com a adesão entusiástica de economistas da importância de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares? Celso Furtado, após receber de Funaro, por telex, uma cópia do decreto, telefonou ao ministro: “Valeu a pena ficar tanto tempo no exílio e

estar vivo para ver tudo isso. Parabéns, Funaro”.<sup>1197</sup> Ou, quem, em sã consciência, diria que o emocionado depoimento de Conceição Tavares na TV fora forjado? De fato, assistir pessoas absolutamente insuspeitas declarando apoio ao plano tinha efeito de reproduzir a adesão nos meios intelectualizados da sociedade.

María da Conceição Tavares é uma liderança sagrada entre os economistas progressistas: reputação acima de qualquer suspeita, militante ao lado das causas populares. Se ela endossava a tese da conversão dos salários, então a história podia ser diferente.<sup>1198</sup>

Obviamente, a mídia adesista voluntariamente se aproveitou de vários acontecimentos como esses para disseminar o apoio ao plano, assim como produziu outros tantos (ou mais), com a mesma intenção. O governo, por sua vez, estava muito consciente disso, como se pode depreender nas palavras do assessor presidencial Jorge Murad, ditas após o lançamento da reforma: “Nós precisamos de um bom jornal *Hoje*, agora, na hora do almoço, e sobretudo de um bom *Jornal Nacional*”.<sup>1199</sup> Após conversar com Conceição Tavares por telefone, Funaro sugeriu aos jornalistas que eles a entrevistassem, pois ela lhes explicaria que não haveria arrocho salarial: “A Conceição está ótima. Uma fera”, ouviram-no comentar.<sup>1200</sup> De acordo com *Isto É*, seu depoimento na televisão fora comovente. Entrevistado, o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso afirmou que

ela virou um símbolo. Assim como Fafá de Belém cantando o Hino Nacional marcou o momento da morte de Tancredo, Conceição chorando na TV transformou-se no símbolo deste momento de solidariedade entre o governo e o povo.<sup>1201</sup>

Seja como for, a crença na viabilidade do plano foi quase geral, empolgando, inclusive, muitos intelectuais, à semelhança de Furtado e Tavares (e, por que não, jornalistas?). Helio Pellegrino se mostrou animado com o plano, a ponto de chegar a afirmar que o povo começava “a assumir seu protagonismo histórico, deixando a condição de objeto para tornar-se sujeito da construção de seu destino”. Para ele, embora o governo tenha feito o plano porque poderia uma hiperinflação “poderia apeá-lo da montaria”, foi uma decisão sábia. Enquanto escrevo este texto, a conclusão do seu raciocínio sobre aquele momento soa ingênua, para dizer o mínimo. Ele asseverou que aos fiscais do Sarney, por ora, era permitido “acesso aos supermercados, às padarias e botequins. Há quem veja nisso

---

<sup>1197</sup> Eliane Cantanhede. “Brizola na contramão”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1986, p. 2.

<sup>1198</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 259.

<sup>1199</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 255, 256.

<sup>1200</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 259.

<sup>1201</sup> Aluisio Maranhão e Ascânio Seleme. “Maria da Conceição Tavares”. *Revista Isto É*. São Paulo, 19 mar. 1986, p. 21.

o dealbar do socialismo no Brasil”. Aos que consideraram isto, Pellegrino considerou tolos – “bobice”, foi o termo que usou. Segundo o psicanalista, nada de socialismo, mas só por enquanto, porque, disse ele, “estamos no início da longa marcha democrática que deverá precedê-lo. O que não é pouco”.<sup>1202</sup>

Como dito em outra ocasião, o fato de conhecermos o desfecho não deve nos levar a julgar a opinião dos que viveram aquele momento, pois não foram poucos os intelectuais que creram nessa possibilidade (não eram socialistas os dois maiores partidos de esquerda na época?). Portanto, mais significativo que constatar que os que criam nisso estavam errados é identificar que muitos interpretavam a emergência do povo na esfera pública como sinal da construção de um caminho democrático que levaria ao um futuro socialista.

De fato, não há como ignorar que havia uma retórica “socializante”, igualitária, de justiça social, que se encontrava difusa entre a população. E que a mesma constava dos discursos de pessoas públicas e anônimas. Note-se que o programa da Nova República recuperava as palavras de Tancredo Neves em seu pronunciamento após a vitória no Colégio Eleitoral:

Retomar o crescimento é criar empregos. Toda política econômica do meu governo estará subordinada a esse dever social. Enquanto houver neste País um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa.<sup>1203</sup>

Henry Maksoud se dissera alarmado em agosto de 1986 porque assistira um programa de notícias e informações, no qual houve debate

sobre o problema do abastecimento de leite à população. (...) Falavam que, além de faltar, o leite estava caro. E para resolver esse problema propôs-se uma ‘democracia social mais humana’ (essa foi exatamente a frase metafórica usada) em que o governo subsidiasse o leite e outros ‘alimentos insubstituíveis’ ou então que os seus preços fossem mais rigidamente controlados.<sup>1204</sup>

O humorista Aldu deixou um registro que demonstra que houve quem acreditasse que o país se encaminhava para alguma forma de socialismo:

E se temos a lamentar alguma coisa nesse processo todo é que a maioria da população seja tão ingênua que acredite que esta “elite” dirigente seja capaz de implementar um plano socialista de controle rigoroso de preços e salários, mantendo as bases capitalistas intactas.<sup>1205</sup>

A carta de Maria Lucia Justino do Carmo, moradora de Presidente Prudente (SP), solteira, 2º grau completo, 15 a 19 anos, exhibe o perfil aqui aludido:

<sup>1202</sup> PELLEGRINO, Hélio. Pacote e comportamentos. In: KOUTZII, op. cit., p. 54.

<sup>1203</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 110.

<sup>1204</sup> MAKSOUD, op. cit., p. 56. [sem grifo no original]

<sup>1205</sup> ALDU. **Do Cruzado ao cruz-credo: a trágica farsa do plano cruzado**. Rio de Janeiro: Ribro Arte Ed., 1988, p. 19.

Senhor Presidente Vossa Exa. como pessoa é de muita competência, gostei muito do seu projeto com o plano cruzado com o congelamento das mercadorias, a vida de todos os pobres melhorou muito, mas durou pouco, porque os capitalistas não concordam, pois o pobre tem que morrer de fome. O salário mínimo subiu 20%, e as outras coisas subiram 40%, 50% acima, o aluguel é demais e para quem vive de salário mínimo não tem condições. Eu acho que a fiscalização não funcionou. Como uma cristã católica, eu peço pelas crianças abandonadas, pelo direito de igualdade que todos merecem. A reforma agrária para famílias que querem trabalhar e plantar para comer. O direito do pão, leite, arroz e feijão na mesa. Senhor Presidente saiba que estou do lado de vocês, da democracia, e em nome de todos da minha cidade peço-lhe direitos de uma vida melhor.<sup>1206</sup>

Escrevendo no momento em que o pacote estava em declínio, a jovem Maria Lúcia inicia com um elogio – como é de costume quando se vai reivindicar algo – e depois demonstra: a) sua consciência da luta de classes (“a vida de todos os pobres melhorou muito, mas durou pouco, porque os capitalistas não concordam, pois o pobre tem que morrer de fome”); b) do cotidiano de dificuldades econômicas (“O salário mínimo subiu 20%, e as outras coisas subiram 40%, 50% acima, o aluguel é demais e para quem vive de salário mínimo não tem condições”); c) do fracasso da fiscalização do governo (“Eu acho que a fiscalização não funcionou”); d) da questão da igualdade entre todos (“direito de igualdade que todos merecem”, “a reforma agrária para famílias que querem trabalhar e plantar para comer”, “o direito do pão, leite, arroz e feijão na mesa”); e) e do sonho coletivo – e democrático – de alcançar uma nova vida (“e em nome de todos da minha cidade peço-lhe direitos de uma vida melhor”). O teor dessa carta revela claramente as reivindicações dos movimentos sociais desde os anos 1970.

É necessário percebermos que tanto a retórica do plano quanto seus efeitos concretos nos primeiros meses autorizaram visões como as que demonstraram milhões de pessoas públicas e anônimas, formando “uma unanimidade acachapante”.<sup>1207</sup> Se é fato que houve uma relativa unanimidade, é fato também que os meios de comunicação contribuíram decisivamente para tal:

Ninguém poderia negar o papel fundamental desempenhado pela imprensa no que tange à credibilidade apresentada pelo Plano Cruzado de março a novembro de 1986.

A campanha foi fulminante, e todos os elementos que tivessem posições contrárias ou mesmo apresentassem críticas, ainda que amenas, foram “cortados” dos grandes veículos de comunicação.

O “tem que dar certo” da Rede Globo contagiou o país e ninguém tinha o direito de levantar qualquer dúvida sobre o Cruzado I. Entrevistas eram feitas, mas

---

<sup>1206</sup> Carta de Maria Lúcia Justino do Carmo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 29/08/86 FORMUL: 135 DV: 4 TIPO: 14 21/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1207</sup> PELLEGRINO, Hélio. Pacote e comportamentos. In: KOUTZII, op. cit., p. 52.

somente as favoráveis saíam no ar. Políticos, economistas, sindicalistas, populares só tinham voz e emitissem opiniões que agradassem aos editores, e, por consequência, ao governo.<sup>1208</sup>

Por outro lado, como dito outrora, é preciso relativizar a capacidade dos meios de comunicação de formar a opinião da população. Não haveria muito o que fazer se a experiência concreta das pessoas fosse diferente do que o governo apregoava:

Sabemos que nenhum meio de comunicação, nem sequer todos juntos, pode impor uma “verdade” do poder contra a realidade que as pessoas vivem e contra a memória, mesmo que apagada, das massas: nem Pinochet, nem Médici, nem Maluf, nem qualquer outro tirano conseguiu formar uma opinião pública favorável só com base nos meios de comunicação, que fosse contrária à experiência das massas.<sup>1209</sup>

Portanto, a capacidade de convencimento que teve a mídia de um modo geral foi diretamente proporcional aos benefícios concretamente vividos pelas pessoas (ou aqueles que achavam que lhes alcançariam). Quando a realidade apontou para outros aspectos (ocultos ou até então inexistentes desde o Cruzado) mudaram a percepção, o discurso e o comportamento das pessoas, como atesta a carta de Maria Lúcia, acima analisada. Tal fato, como em outras situações nesta pesquisa, aponta para a impossibilidade de condicionamento do público pela imprensa sem que esta esteja ancorada em aspectos concretos da realidade social.

Nesse sentido, os problemas ocorridos no plano, principalmente a partir de meados do ano de 1986, ofereceram à população novos dados para reinterpretar o Cruzado, e, em consequência, optar por um reposicionamento diante do governo Sarney. Em função das muitas evidências de que algo estava errado, mesmo a imprensa teve que rever sua posição: “Quando a euforia começou a baixar e a população percebeu mais claramente a amplitude do pacote econômico, timidamente, a grande imprensa começou a dar vez aos críticos do pacote”.<sup>1210</sup> A primeira brecha aberta no bloco de apoio midiático se deu através do desabastecimento, fenômeno por demais evidente, para ser ignorado, uma vez que atingia a quase toda a população, que, em última análise, constituía o seu público.

## **2.7. Os fiscais e as agruras do desabastecimento**

Ninguém podia imaginar que um regime democrático poderia fazer pior na economia que o regime ditatorial. Mas podia. Faltou alimento, simplesmente o básico. A falta de planejamento – resalte-se, era um PLANO, não era? – e a ineficiência do governo fizeram com que a população tivesse que conviver com o desabastecimento. Nenhum

---

<sup>1208</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 119.

<sup>1209</sup> MARCONDES FILHO, op. cit., p. 171.

<sup>1210</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 119.

órgão do governo parece ter se preparado efetivamente para enfrentar a questão, que já fora colocada no primeiro mês do Cruzado. Desde o início os empresários deixaram claro que as margens de lucro estavam apertadas, quando não deficitárias. E em função disto, quase que imediatamente os segmentos burgueses passaram a medir forças com o governo (e a população), pois já nos primeiros dias diversos produtos sumiram das gôndolas dos supermercados.<sup>1211</sup>

O governo, por sua vez, disseminava que estava preparado para enfrentar o problema. Entrevistado pela *Folha*, o chefe da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, José Carlos Braga, disse “que as condições de abastecimento são satisfatórias e não há riscos para os consumidores”.<sup>1212</sup> Não eram. No início do plano, o boicote ensaiado pelos setores empresariais só não obteve êxito porque o protagonismo da população forçou o governo a cumprir o que fora prometido em 28 de fevereiro. Paul Singer, 39 dias depois do pacote, avaliava que, “com a ajuda dos meios de comunicação em massa, literalmente milhões de ‘fiscais do Sarney’ estão impondo ao comércio a manutenção dos preços praticados em fins de fevereiro”.<sup>1213</sup> De acordo com ele, temendo frustrar as expectativas do povo, o governo resistia a qualquer revisão de preços para mais, mesmo dos que estavam notoriamente abaixo dos custos.<sup>1214</sup>

A má administração do plano puniu milhões de pessoas. Os problemas que o acometeram foram oriundos de, pelo menos, duas causas, já apontadas em outras ocasiões: a falta de planejamento e a preocupação com as eleições. No que tange à falta de planejamento que conduziu ao desabastecimento, foram muitas as trapalhadas do governo. Desde maio estava claro que a falha mais visível do governo era o abastecimento. Aumentos no consumo em 20% na carne e 30% no leite, à guisa de exemplo, fizeram com que faltassem alimentos no país, tendo o governo que recorrer à importação. Vejamos exemplos da enorme incompetência do governo nessa área, com as exportações de milho, arroz e carne. Nos três casos os produtos demoraram a chegar, sofreram com os gargalos da infraestrutura nos portos congestionados e, pior, ainda havia carregamentos chegando ao país no ano seguinte, quando já não eram mais necessários. No caso do milho, o governo teve que reexportar aqueles que foram pagos, mas, sequer deixaram os países de origem, pois a safra brasileira estava colhida. Quanto ao arroz, a enorme quantidade baixou

---

<sup>1211</sup> “Produtos tabelados começam a faltar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1986, capa.

<sup>1212</sup> “Governo pronto para regularizar o abastecimento”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, 09 mar. 1986, capa.

<sup>1213</sup> SINGER, Paul. Os impasses econômicos da Nova República. In: KOUTZII, op. cit., p. 104.

<sup>1214</sup> SINGER, op. cit., p. 104.

os preços internos a tal ponto que o governo teve que subsidiar os produtores, aumentando os gastos de suas combatidas contas.<sup>1215</sup>

Em um encontro marcado em 30 de maio de 1986 ocorreu uma reunião do governo em Carajás (PA), com o fito de comemorar o sucesso do Cruzado e traçar metas para o futuro.<sup>1216</sup> Na ocasião, o presidente Sarney ouviu de Pêrsio Arida, André Lara Resende e Francisco Lopes previsões sombrias. Sarney não gostou e lhes disse: “Vocês estão fazendo disso aqui uma casa de torturas”.<sup>1217</sup> Concordando com o presidente, o ministro Funaro tentou amenizar: “Vocês estão sendo muito duros consigo mesmos. Calma, gente. Vocês fizeram história!”<sup>1218</sup> De todo modo, apesar de ter se assustado com as descrições do problema da dívida, procurou manter o ânimo, afirmando que “no Maranhão, a gente racha o caroço do babaçu”. Confiante, o presidente disparou: “Vocês me digam o que precisa ser feito, que eu assumo. Todos sabem como eu cheguei à presidência. É uma missão para mim. Não tenho outra pretensão para o futuro, exceto cumprir a missão que o destino me reservou”. Na ocasião, declarou ser “o homem certo para medidas duras”.<sup>1219</sup> Entretanto, embalado pela popularidade – e de olho nas urnas – Sarney optou por não tomar as medidas duras apontadas pelos mentores do Cruzado. Um dos participantes da reunião, o general Ivan de Souza Mendes, em conversa alguns membros da equipe econômica, entendeu bem o que eles queriam mostrar ao presidente: “Acabou a lua-de-mel, é isso?”<sup>1220</sup> indagou aos economistas.

Após o naufrágio do plano, ex integrantes do governo, em depoimento, trocaram farpas acerca das responsabilidades de cada órgão na questão: “A Fazenda é despreparada administrativamente para importar. Se estivesse preparada, seria outra questão. Agora, despreparada do jeito que estava... as decisões eram tomadas nas coxas...”,<sup>1221</sup> disse ao jornalista Alex Solnik o ex-ministro João Sayad. Luiz Gonzaga Belluzzo (ligado a Funaro, à Fazenda), por sua vez, acusava Sayad de ter sido omissos em questões importantes (“Ele se omitiu em todas as ocasiões. Aliás, é do temperamento dele: ele tira da reta”).<sup>1222</sup> À

---

<sup>1215</sup> SARDENBERG, op. cit., pp. 326, 327.

<sup>1216</sup> Para maiores detalhes sobre as discussões na reunião de Carajás vide NEPOMUCENO, Eric. **O outro lado da moeda: Dílson Funaro: histórias ocultas do Cruzado e da moratória**. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 1990, p. 93, 97; SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987, p. 162.

<sup>1217</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 313.

<sup>1218</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 313.

<sup>1219</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 313.

<sup>1220</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 313.

<sup>1221</sup> SOLNIK, op. cit., p. 33.

<sup>1222</sup> SOLNIK, op. cit., p. 98.

parte as disputas políticas e ideológicas entre Fazenda e Seplan, que os limites desse trabalho não recomendam investigar, interessa apreender de que maneira os problemas criados (ou potencializados) pelo (des)governo foram experimentados pela população. Também quanto a isso as cartas aos constituintes oferecem elementos para recuperarmos as experiências do povo quanto ao desabastecimento. Em diferentes tons, praticamente todos (alguns ainda fazendo uso do clássico formato elogio-reivindicação), demonstraram estar cientes de que as coisas não iam bem. Parte deles buscava isentar o governo da responsabilidade sobre os aumentos, ao mesmo tempo em que o colocavam contra a parede, obrigando-o a agir, como atesta a carta de Célide Maria de Andrade, moradora de Campinas (SP), 15 a 19 anos, 2º grau completo:

Com o plano cruzado, não está havendo uma união de forças, pois com o poder aquisitivo, na forma possível, estão tentando atrapalhar, eu acho que o governo têm forças para dar uma pena à esses. (...) Outro dia, fui a uma determinada loja e fiz um crediário, além de uma taxa de Cz\$ 50,00, me cobraram mais Cz\$ 70,00 por cadastro. É cúmulo, mas na Sunab, ninguém informa e nem vão até lá fiscalizar. E assim são muitos.

Deveria o governo, colocar uma taxa, ou preços máximos nos produtos novos que estão no mercado, ou até mesmo impedir esses produtos, pois com isso param de fabricar os outros tabelados e voltam apenas com o rótulo com outra denominação, preço mais elevado e na realidade o mesmo produto.<sup>1223</sup>

Lesley Macedo de Campos, 40 a 49 anos, casado, 1º grau completo, residente em Três Rios (RJ), começa muito gentilmente sua carta, para depois carregar nas críticas:

Diletos Senhores, cordiais saudações.

Gostaria apenas de saber: Salário mínimo Cz\$ 804,00 apenas? Gêneros de primeira necessidade a preços altos? Utensílios domésticos, tv, geladeira, etc a preços altos? Como explicar o cruzado forte (?). Exemplo: 01 (uma) lata de óleo de soja custa Cz\$ 7,77 a partir de 28 de fevereiro de 1986, entretanto, a mesma lata de óleo estará custando em 28 de fevereiro de 1987 o mesmo Cz\$ 7,77 sendo que 1 cruzado estará valendo Cr\$ 5.080,00. COMO EXPLICAR? A situação dos aposentados, visto que a maioria recebe menos de Cz\$ 804,00. A lei da paridade... Por que atinge somente os ferroviários que foram admitidos até 1969? Os demais, que foram admitidos após, são ferroviários de outra espécie humana?<sup>1224</sup>

O economista Gilson Garófalo percebeu que nos primeiros meses o ímpeto fiscalizante não arrefeceu, apesar das burlas ao congelamento por segmentos empresariais.

---

<sup>1223</sup> Carta de Célide Maria Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 19/08/86 FORMUL: 019 DV: 0 TIPO: 10 13/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1224</sup> Carta de Lesley Macedo de Campos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 17/04/86 FORMUL: 136 DV: 3 TIPO: 10 15/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Segundo ele, a estrutura de fiscalização deixou a desejar, e, assim sendo, a mesma população que havia aplaudido as medidas do Cruzado passou a clamar

pela alteração desse estado de coisas. (...) O consumidor detecta isto quando constata a ausência de produtos nas gôndolas dos supermercados e, *mutatis mutandis*, propugna por uma ação enérgica por parte do poder público objetivando dirimir obstáculos constituídos em função de redução de estoques...<sup>1225</sup>

De fato, a população percebia claramente que as coisas não iam bem na metade do ano, a despeito dos esforços dos meios de comunicação associados ao governo. Na opinião de Nelsi A. A. Costa, residente em Pitanga (PR), casada, 25 a 29 anos, Superior incompleto, mais de 1 a 2 salários,

a nova lei do pacote econômico não está dando certo porque: As mercadorias continuam subindo, principalmente, roupas, tecidos. O pobre vai ter que comer mau e vestir o quê? Com este mísero salário”. Se agora o que ganhamos não está sendo o suficiente o que vai ser daqui a 8 (oito) meses?

Sugestões:

Deveria ser tabelado da fábrica o quanto antes, pois já se passaram quase 4 meses e isso só está em propostas ainda. Fiscalização para o interior, não só nas capitais. Deverá ter uma subida no salário, isto é, mais 3 vezes para cz\$ 2.400,00 pelo mínimo. A carne e os produtos regionais, deveriam ser tabelado pelo preço que estava na época do congelamento, pois aqui no interior era mais barato e agora ficou como o preço da capital (mais caro).<sup>1226</sup>

O jovem Charles Machado dos Santos, morador de São Pedro D’Aldeia (RJ), solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau, sem renda, foi direto ao ponto: “Aonde está a carne? Ela não se encontra no mercado.”<sup>1227</sup> Maria do Carmo, residente em São João da Mata (MG), casada, 30 a 39 anos, 2º grau, até 1 salário, reivindicou: “Que acabe a crise de falta de alimentos e que estes sejam vendidos a preços que todos possam comprar, principalmente carne, ovos, frangos, etc”.<sup>1228</sup> Residente em Santos (SP), Ronaldo Marcos dos Santos, solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem renda, reclamou: “Que a carne importada chegue logo, por que não aguentamos comer ovo todo dia, apesar disso nós não somos

---

<sup>1225</sup> GARÓFALO, Gilson de Lima. Término da quarentena. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 65.

<sup>1226</sup> Carta de Nelsi A. A. Costa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L032 DATA: 11/06/86 FORMUL: 777 DV: 1 TIPO: 14 26/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1227</sup> Carta de Charles Machado dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L014 DATA: 07/08/86 FORMUL: 340 DV: 4 TIPO: 45 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1228</sup> Carta de Maria do Carmo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L021 DATA: 07/08/86 FORMUL: 502 DV: 4 TIPO: 10 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

vegetarianos”.<sup>1229</sup> Magna Muniz Moura, de Paranavaí (PR), solteira, 10 a 14 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, defende que “não deveria subir as coisas, porque eles [políticos? empresários?] não pensam na gente e muitas outras coisas, assim nunca vai melhorar o Brasil”. Indignada, reclamou também da “falta dos alimentos como: carne”. E completou: “Desse jeito nunca vamos para frente. Sempre sobem as coisas. Falam que congelaram os preços, mas vai no mercado, está tudo acima da tabela”.<sup>1230</sup> O morador de Barreirinhas (MA) Antônio José de Castro Ramos, casado, 50 a 59 anos, 1º grau incompleto, mais de 2 a 3 salários, pede “em nome do povo brasileiro dê a nossa gente liberdade de justiça, carne na mesa dos brasileiros...”<sup>1231</sup> Anônimo missivista residente em Uberlândia (MG), muito irritado com o desabastecimento, a impunidade e a desigualdade entre ricos e pobres, exigia ação imediata do governo:

Está faltando sal, sabão, açúcar, óleo, por que? Começem a importar desde já, se não, daqui a pouco teremos dinheiro e não teremos produto, iremos comer dinheiro. Minha gente, Ministros e Presidente, não sejam devagar, façam as coisas com antecedência, não deixem acontecer para depois resolver o negócio é prever antes e tomar providências já e antes, importem o que falta já para não passarmos fome. Se o governo tivesse importado a carne em março, hoje não teríamos falta de carne. Vá em todos os depósitos do Brasil, fazendas, esconderijos e confisquem tudo que está escondido esperando preço melhor depois do descongelamento. Penalizem essas pessoas já, mesmo que seja Deputados, Senadores, Prefeitos. Todos são iguais perante a Lei, então se o Zé Galinha pobrezinho roubar uma galinha, todos metem o ferro nele e matam ele. Mas nos grandes não acontece nada, por que? Todos tem que se iguais perante a lei.<sup>1232</sup>

E tais clamores várias vezes eram ácidos com o tão popular presidente, como se pode ver na carta de pessoa que preferiu manter anonimato. O que sabemos dela é que era moradora da capital paulista, era casada, tinha o primeiro grau incompleto, idade entre 50 e 59 anos e rendimento entre um e dois salários. E sabemos também que estava indignada com o que via (e vivia):

---

<sup>1229</sup> Carta de Ronaldo Marcos dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L029 DATA: 07/08/86 FORMUL: 706 DV: 9 TIPO: 14 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1230</sup> Carta de Magna Muniz Moura à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L005 DATA: 08/08/86 FORMUL: 121 DV: 4 TIPO: 10 03/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1231</sup> Carta Antônio José de Castro Ramos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 08/08/86 FORMUL: 281 DV: 0 TIPO: 14 03/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1232</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 07/08/86 FORMUL: 353 DV: 9 TIPO: 14 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Senhor Presidente, o senhor está aí, e tem que resolver o problema da carne, do leite e de outras mercadorias, sem que venha de outros estados. O senhor tem todo poder aqui no Brasil, o que está fazendo aí, então? Temos que comer carne congelada, por quanto tempo? Sou contra a COBAL, o preço da COBAL é o mesmo dos mercados ou até mais caro, de nada adianta, não gostei do plano cruzado, espero que volte os juros como antes, não acho vantagem em nada, Gostaria de ser entrevistada na TV, mas não tenho essa oportunidade.<sup>1233</sup>

Em verdade, as cartas enviadas enquanto os brasileiros vivenciavam problemas no abastecimento vinham, como tinha de ser, mais ácidas. E muitas traziam as marcas dos conflitos de classe e das injustiças sociais que a experiência social dos brasileiros lhes legara. Renato Souza Freitas, de Uberlândia (MG), evidencia esses aspectos:

A maioria das empresas estão demitindo funcionários com um nome de função cargo e estão admitindo outros com salários mais baixos e com nome diferente de função cargo. Tem que criar leis que proíba empresa admitir novos funcionários com salário mais baixo, e fazer o Ministério do Trabalho a fiscalizar isso, ver se as empresas não registram os novos com outros nomes de cargos ou funções para tentar burlar a lei. Precisam meter o ferro nos empresários burladores. Precisamos nos tornar um país sério e honesto, acabar com as corrupções, com as faltas de produtos, o governo tem que confiscar os bens das pessoas que tentam esconder os produtos. Por exemplo, o gado, materiais de veículos, couros, adubos, quaisquer outros bens que estão sendo escolhidos pelos especuladores. Os maiores especuladores do país são os próprios deputados e senadores, o governo precisa ferrar esse pessoal e confiscar os bens deles, e dar aos pobres. O negócio é fazer deste país um país muito sério e honesto. Custe o que custar honestidade tem que voltar a haver. Tem que acabar esse negócio dos presidentes anteriores usarem o COMIND para ter seus cachorros em Nova York por conta do COMIND, como fazia o Figueiredo, usava o COMIND para levar seu cachorro para exposição no EEUU. Precisamos acabar com o Delfim Neto, o Ibraim Abi-Ackel.<sup>1234</sup>

Aldo Cesar da Silva, de Cajobi (SP), 15 a 19 anos, primeiro grau completo, muito irritado, saltou a parte dos elogios:

Que o Governo mande carnes e outros alimentos para o Brasil. Educação e saúde para todos. Que os produtos de 1a. necessidade sejam tabelados, dando boa margem de lucro ao produtor. Que o Governo não deixe que os fazendeiros plante laranja em a terra e plante bastante alimentos. O povo Brasileiros estão matando até cachorro para comer, com isso o Sr. Governo pode mandar carnes para o povo Brasileiro. Como o Sr. Governo estar numa boa vida, está deixando faltar alimentos para o povo.<sup>1235</sup>

---

<sup>1233</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 06/08/86 FORMUL: 255 DV: 3 TIPO: 45 24/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1234</sup> Carta de Renato Souza Freitas à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L030 DATA: 17/07/86 FORMUL: 748 DV: 4 TIPO: 14 04/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1235</sup> Carta de Aldo Cesar da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L022 DATA: 18/08/86 FORMUL: 545 DV: 0 TIPO: 10 14/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Muito provavelmente, a instrução abaixo da idade-série do jovem de Cajobi não lhe tenha permitido colocar a interrogação ao final da última frase, como parece ter sido sua intenção. Entretanto, observa-se que esse aspecto não subtraiu sua capacidade de interpretar o que vivenciava. Uma outra anônima paulistana, desta vez com idade entre 30 e 39 anos, casada, 2º grau completo, dona de casa, teceu muitas críticas aos que considera “maus brasileiros” (Pela sua fala, depreende-se que não eram, de fato, brasileiros, como era o “povão sofridos”). Embora pareça poupar o governo, seus argumentos, na verdade, o colocaram contra a parede:

Nós, Constituintes, precisamos de uma lei que nos dê o direito pelo menos de morar e comer, nos assegure o direito de viver. Porque os pecuaristas, os produtores, os proprietários de imóveis, os atacadistas, os atravessadores, os feirantes e agora os taxistas, além de especularem, estão sonogando a carne, o leite, o imóvel, e em quase todo gênero alimentício de 1a. necessidade, e outras coisas estão sumindo das prateleiras, dos mercados e das feiras livres. E nós, donas de casa, com os nossos salários achatados e congelados, não temos direito de reclamar, passou-se a euforia de fiscal do governo, a Sunab não nos atende, não adianta a tabela, os poderosos tem mais força do que nós, imaginávamos ter, são os especuladores quem mandam, parece que é uma greve geral bem disfarçada contra o plano cruzado, contra as metas do governo, e por que não dizer maus brasileiros contra o país e o seu povão sofridos e desarmados. Queremos paz, saúde e segurança.<sup>1236</sup>

Para Artur Carlos Reis, morador de São Paulo (SP), casado, 30 a 39 anos, 2º grau completo, entre 5 e 10 salários, “oito meses se passaram e as dificuldades foram aumentando”. Indignado, o popular questionou: “O que o governo tem em mente para acabar de vez com o boicote e punir os infratores com mais severidade?” Sua avaliação era bem realista, como as dos demais populares: “Com isso quem sofre é a população brasileira”.<sup>1237</sup>

A experiência de falta de gêneros alimentícios não era nova para os brasileiros, já que em outros momentos ocorreram problemas semelhantes, porém não tão abrangentes quanto os ocorridos durante o Cruzado. Na prática, contudo, aquelas experiências podem ser inscritas no âmbito das experiências socioeconômicas excludentes que as classes populares cotidianamente vivenciavam. E assim foram lidas, nos marcos das lutas de classe: “O pobre esta cada dia mais pobre, sempre é o operário que paga o pato neste país. Precisamos mudar isso, quem tem que pagar pelo menos uma vez na vida são os ricos”,

<sup>1236</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 11/07/86 FORMUL: 657 DV: 7 TIPO: 14 12/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1237</sup> Carta de Artur Carlos Reis à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L019 DATA: 12/08/86 FORMUL: 466 DV: 2 TIPO: 10 02/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

foram as palavras de um missivista anônimo de Uberlândia (MG),<sup>1238</sup> em cuja carta criticou os problemas de abastecimento e fez outras reivindicações.

Outro popular, José Alves de Lira, queria que o governo agisse com energia contra aqueles que solapavam o congelamento. Morador de Santo André (SP), casado, 50 a 59 anos, segundo grau incompleto e renda entre dois e três salários mínimos, exigiu que o governo combatesse

toda e quaisquer especulação, em todas áreas, combater com veemência e dureza, aplicando a lei delegada de número quatro, colocando na cadeia os especuladores, os sonegadores, os atravessadores, os atacadistas, e os especuladores: males brasileiros de aluguéis de casas, as imobiliárias, e enfim, todos maus brasileiros que estão querendo desmoralizar e destabilizar o plano cruzado, a meta do governo.<sup>1239</sup>

A manifestação de José Lira foi um tipo recorrente que enquadrava o governo, obrigando o a tomar atitudes no campo do abastecimento e na defesa do congelamento de preços. De fato, o problema era muito grave, uma vez que em agosto ficara evidente que a “‘maquiagem’ dos produtos era feita acintosamente, as prateleiras dos supermercados começavam a esvaziar, uma série de medicamentos sumia do mercado, o abastecimento de produtos estava razoavelmente afetado”.<sup>1240</sup> Não sem razão, seis meses após o início do plano, era perceptível a redução do apoio popular, na medida em que cresciam problemas no abastecimento, especialmente nos casos da carne e do leite: “existe um grau de incerteza que veio se avolumando a partir do início de julho e cresceu ainda mais em meados de agosto”.<sup>1241</sup> Essa incerteza afligia o PMDB, “que temia perder votos a cada fila da carne, somou-se assim à pressão das autoridades militares, para as quais o governo não poderia ser desmoralizado”.<sup>1242</sup> Em função desses aspectos, avaliou Sardenberg, “foi-se ao confisco dos bois. Um gesto claramente político, resposta ao PMDB aos setores militares. Deu algum resultado político imediato, ajudou algumas eleições, mas obviamente continuou faltando carne”.<sup>1243</sup> O próprio Dílson Funaro lembrou que o confisco fora um gesto político:

---

<sup>1238</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L009 DATA: 13/08/86 FORMUL: 211 DV: 8 TIPO: 40 02/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1239</sup> Carta José Lira de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 13/07/86 FORMUL: 040 DV: 7 TIPO: 13 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1240</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 119.

<sup>1241</sup> BARROS, José Roberto Mendonça. Plano Cruzado. Um balanço seis meses depois. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 217.

<sup>1242</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 329.

<sup>1243</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 329.

De qualquer forma, [o confisco] era uma resposta política para segurar um pouco o problema da carne, que era então o grande problema, que seria resolvido quando chegasse a importação. Ela foi chegando, com grandes dificuldades de descarregamento, teve roubo, houve tudo...<sup>1244</sup>

Para Nepomuceno, escrevendo quase dois anos após tais acontecimentos, os resultados da “guerra do boi (...) não podiam ser mais desastrosos”,<sup>1245</sup> como, aliás, foram as ações do governo em toda a questão do abastecimento. Em São Paulo, proprietário de um açougue, sem ter o que vender, baixou as portas e colocou uma placa acima delas, na qual havia desenhada uma cabeça de boi e a inscrição: “PROCURA-SE VIVO OU MORTO. QUALQUER INFORMAÇÃO FALA COM ZÉ [Sarney]”.<sup>1246</sup>

É importante acentuar que, apesar da cobertura dos meios de comunicação para destacar as ações do governo no combate aos empresários que boicotavam o congelamento, os populares não relegaram acriticamente ao papel de esperar que governo fizesse sua parte. Muito pelo contrário, cobravam, exigiam enérgica ação do governo, como podemos verificar em carta anônima encaminhada em agosto por um morador de Uberlândia (MG), na qual defendeu que “o Governo tem que confiscar os bois e os produtos escondidos depois do plano cruzado e já”. Esta carta, escrita por alguém que, apesar de ainda acreditar no governo, representa uma dentre as muitas que o pressionaram a tomar atitudes para resolver os problemas da falta de gêneros essenciais. O cotidiano de privações aguçou a recorrente percepção classista que tinham as classes populares, como se pode perceber quando o missivista asseverou que o governo tinha que ser firme, não podia deixar “200 banqueiros e 300 industriais ricos mandarem no Brasil, quem tem que mandar é o Governo e não esses ricaços corruptos que só querem tirar proveitos para si próprios e para seus familiares”. Essa fala só confirma que o êxito inicial do Cruzado não modificou em nada as referências classistas das classes populares. Veja que o popular não responsabilizou o governo, mas os ricos, pela crise de abastecimento. Essa era a percepção da maioria dos populares. Contudo, ao dizer que o governo “tem que ser firme”, ele estava demonstrando claramente que sua leitura era de que o governo não vinha sendo.

As palavras do referido missivista também evidenciam um dos elementos que caracterizavam a visão de mundo (e a própria constituição) das classes populares: a certeza de que os ricos não integravam a “nação”. Por esta razão, o popular acentuou que governo

---

<sup>1244</sup> SOLNIK, op. cit., p. 144, 145.

<sup>1245</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 131.

<sup>1246</sup> “Carta ao presidente. A mulher de um pecuarista escreve a Sarney e o governo reconhece seu erro”. *Revista Veja*. São Paulo, 29 out. 1986, p. 112.

deveria “confiscar os bens desses mandões e despachá-los para a Suíça”. A menção à Suíça é mais do que compreensível, afinal, não era para lá que os populares ouviam dizer que os ricos enviavam seu dinheiro? Então que fossem para aquele país, mas que, antes, tivessem os seus bens confiscados como forma de se fazer justiça. No Brasil, disse ele, “só devem ficar honestos e que queiram dividir com o povo e não escravizar o povo e sacrificar o povo”. Veja que o missivista ainda admitia que ricos fizessem parte da nação, desde que dividissem com o povo; os espoliadores não integravam a “nação”, nada tinham a ver com as classes populares. E, quanto a isso, ele qualificou enfaticamente quem não era “brasileiro”, no sentido aludido nesta pesquisa: “Banqueiros são todos aproveitadores, ladrões e corruptos, pois, numa inflação zero ou perto de zero, estão cobrando 90% de juros ao ano. Isto é um absurdo”. Embora a população, de um modo geral, não responsabilizasse o governo pelo desabastecimento, era capaz de ameaçá-lo e pressioná-lo, mesmo que veladamente: “São corruptos, ladrões e mais corrupto ainda é quem deixa, pois deve ter participação, para deixar fazer isso, precisamos punir os Banqueiros”. Ora, em outras palavras, está afirmando que se o governo transigisse com os ricos que faziam os produtos sumirem do comércio ele também seria a corrupto. Esta carta trouxe, desde o início, a reivindicação, agora, ao final, aparece o elogio (que é também uma forma – eficaz – de cobrança): “Coragem Sarney. Seja forte e não fraco. Precisa ser forte e tomar medidas já. Não pode deixar banqueiros acabarem com o Brasil e com os pobres Brasileiros”.<sup>1247</sup>

A saída, para os que tinham alguma condição, foi recorrer ao ágio, “a varinha mágica que fazia aparecer produtos que ninguém conseguia comprar pelo preço congelado”.<sup>1248</sup> Sua recorrência evidenciava a incapacidade do governo em fazer cumprir suas próprias determinações, o que corroía sua credibilidade.<sup>1249</sup> José Mauro Del Mônaco informa que o ágio foi se generalizando, “atingindo gêneros alimentícios (como carne bovina, produtos hortifrutigranjeiros, frango etc.), matérias-primas industriais, além de outros bens finais dos mais variados ramos produtivos”.<sup>1250</sup> Preocupado, o economista identificou que o congelamento prolongado de preços fez com que houvesse “a ampliação da escassez de produtos nas prateleiras dos supermercados. As filas se multiplicaram,

---

<sup>1247</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 07/08/86 FORMUL: 192 DV: 5 TIPO: 10 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1248</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 129.

<sup>1249</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 129.

<sup>1250</sup> DEL MONACO, José Mauro Galvão. Seis meses de Plano Cruzado. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 202.

tornaram-se mais demoradas, enquanto o número de produtos desaparecidos do mercado se avolumou”.<sup>1251</sup>

O pagamento de ágio para obtenção de mercadorias em falta nos supermercados irritou profundamente os populares. Um morador de Uberlândia (MG), também anônimo (quem sabe o mesmo da última carta?), encaminhou carta em agosto já apontando caminhos para que se preparasse o Cruzado II, tendo em vista que o congelamento iria até 28 de fevereiro de 1987. De acordo com o missivista, na referida data, “o governo precisa usar a cabeça e fazer o plano cruzado no. 2”. Fica notório que o governo não era considerado inteligente pelo popular mineiro, que, de tão irritado com a cobrança de ágio, achava que “deveriam fuzilar o infeliz que tentar cobrar novo ágio no novo plano cruzado no.2”.<sup>1252</sup> Outro popular, Mário J. Hoshiba, morador de Álvares Machado (SP), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau completo, até 1 salário, sugeria solução imediata para o problema: “A minha sugestão é que o Sr. autorize os fiscais da SUNAB saírem fazendo compras como pessoas normais de trajas como os do povo, e use um distintivo no bolso ou dentro da roupa para que possa acabar com o ágio”.<sup>1253</sup> Em sua carta, Fernando Leite de Carvalho, morador de Flórida Paulista (SP), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, revela os ressentimentos da experiência das desigualdades sociais, da pobreza, comparando-a com a experiência dos bem aquinhoados, para os quais nada faltava, uma vez que tinham como pagar ágio. Escrevendo em agosto de 1986, afirmou que “o plano cruzado favoreceu na classe média - rica e não como dizem [governo, imprensa], a classe pobre porque não podemos adquirir produtos acima da tabela e sei que as outras classes pagam um ágio quando necessário: sempre”.<sup>1254</sup> Darci de Araújo Melo, residente em Santana do Ipanema (AL), casado, Superior completo, acima de 59 anos, foi direto ao ponto, requerendo energia no trato com os especuladores: “Muito rigor no comércio contra o ágio. Governos jogarem polícia e o fisco em cima do mercado, super-

---

<sup>1251</sup> DEL MONACO, José Mauro Galvão. Seis meses de Plano Cruzado. In: BRAGA et. al., op. cit., p. 202.

<sup>1252</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 12/08/86 FORMUL: 684 DV: 0 TIPO: 10 02/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1253</sup> Carta de Mário J Hoshiba à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L030 DATA: 15/08/86 FORMUL: 749 DV: 5 TIPO: 16 09/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1254</sup> Carta de Fernando Leite de Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L003 DATA: 18/08/86 FORMUL: 057 DV: 7 TIPO: 40 14/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

mercados, varejo, etc. Deveria ser caso de vida ou morte”.<sup>1255</sup> Maurilio Sérgio Medeiros dos Santos, morador de São Pedro D’Aldeia (RJ), solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau completo, sem rendimento, escreveu: “Minha opinião é normalizar o mais rápido possível o plano cruzado”. Para isso, acreditava que seria preciso “aumentar a fiscalização contra o ágio”.<sup>1256</sup> Luiz Paulo Puim, residente em Batatais (SP), solteiro, 40 a 19 anos, 2º grau, mais de 5 a 10 salários, exigiu que o ágio fosse “combatido e fiscalizado, por aqui em todo o Brasil. A carne só se compra com ágio e, os calçados subiram de 50% a 80%, em pleno plano cruzado”.<sup>1257</sup>

Tenho asseverado que os populares acreditavam que o Cruzado não era um fim, mas um começo de transformações sociais que viriam atender reivindicações antigas das classes populares. Além disso, que o sucesso apresentado em seus primeiros meses não subtraiu a capacidade daquelas classes de compreender o que se passava ao seu redor, tornando-as acriticamente fiéis ao presidente Sarney. Muitas são as cartas que revelam que o contentamento com o novo regime ou mesmo o agradecimento ao presidente quase sempre não deve ser interpretado como adesão ao seu projeto político. A carta de Nelo de Azevedo Soares, morador de Presidente Prudente (SP), casado, 30 a 39 anos, 2º grau, mais de 3 a 5 salários, evidencia muito o aspecto de que a adesão era ao interesse próprio das classes populares, no caso, a manutenção de dignas condições materiais de subsistência.

Sabemos que este país passa por uma mudança política e isto significa uma grande virada na página democrática dos tempos atuais. Portanto, estamos muito satisfeitos até o momento com o novo plano monetário (cruzado), agora gostaríamos que os nossos dirigentes verificassem a possibilidade quanto aos produtos de primeira necessidade na mesa de cada brasileiro. Façamos um apelo para que o governo não abra mão dos aumentos solicitados pelos especuladores...<sup>1258</sup>

---

<sup>1255</sup> Carta de Darci de Araújo Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L026 DATA: 18/08/86 FORMUL: 646 DV: 2 TIPO: 10 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1256</sup> Carta de Maurilio Sérgio Medeiros dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L010 DATA: 19/08/86 FORMUL: 242 DV: 2 TIPO: 10 13/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1257</sup> Carta de Luiz Paulo Pupim à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L015 DATA: 26/08/86 FORMUL: 354 DV: 7 TIPO: 10 06/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1258</sup> Carta de Nelo de Azevedo Soares à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L028 DATA: 18/08/86 FORMUL: 696 DV: 0 TIPO: 10 14/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Nota-se que Nelo Soares comemorou a recente mudança para o regime democrático, bem como o advento do Cruzado. Todavia, quanto utilizou o advérbio agora, passou a dizer, de forma polida, que os gêneros de primeira necessidade não estavam nas mesas dos brasileiros. Ele cobrou do governo que não cedesse aos especuladores. O fato de preferir um governo civil a uma ditadura militar não o levou a ignorar que havia sérios problemas. Aliás, analisando mais cuidadosamente suas palavras, vemos que o contentamento apresentado aos “nossos dirigentes” se tratava de uma estratégia para reivindicar. Senão, vejamos. De acordo com ele, que escrevia em agosto, o povo estava muito satisfeito com o Cruzado. Estava mesmo? Como, se faltavam gêneros alimentícios essenciais “na mesa de cada brasileiro”? Apesar do aspecto muito cordial de sua redação, o que Soares utilizou-se da fórmula elogio-reivindicação para assegurar uma conquista que para os populares já não se afigurava como permanente.

Enquanto isso, o presidente Sarney, olhos voltados para as eleições, não queria ouvir falar em descongelamento, até mesmo quando muitas pessoas pagavam ágio, caso contrário, não teriam acesso a gêneros importantes.<sup>1259</sup> Ainda piores que as avaliações equivocadas do governo foram os sinais emitidos por ele, que durante meses manteve o discurso de que iria defender o congelamento à todo custo: “Funaro dá 48 horas de prazo para boi aparecer”,<sup>1260</sup> foi uma das manchetes da *Folha*; em uma de suas capas, *Veja* trouxe a cabeça de um boi em um quadro onde acima lia-se “PROCURA-SE” e, logo abaixo, a informação de que o governo ia à “guerra”, à caça dos bois;<sup>1261</sup> O *Jornal do Brasil* apresentou fotografia em sua capa na qual apareciam policiais federais a cavalo conduzindo enorme rebanho desapropriado.<sup>1262</sup>

Os esforços do governo nos episódios do abastecimento – cobertos fartamente pela imprensa – conseguiram manter boa dose da popularidade do presidente até as eleições: “Embora insatisfeita com os diversos episódios de desabastecimento, a maioria da população continuava apoiando o Cruzado. Sarney e Funaro já não ostentavam os fantásticos índices de popularidade, mas raramente ficavam abaixo dos 50% de aprovação”.<sup>1263</sup> Pesquisa realizada pelo *Datafolha* em São Paulo, entre os meses de março e setembro, nos oferece subsídios para termos uma ideia da popularidade do Cruzado.

---

<sup>1259</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 333.

<sup>1260</sup> “Funaro dá 48 horas de prazo para boi aparecer”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 set. 1986, capa.

<sup>1261</sup> “O drama da escassez. O governo vai à guerra”. *Revista Veja*. São Paulo, 24 set. 1986, capa.

<sup>1262</sup> “Governo endurece e pega boi no pasto”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 out. 1986, capa.

<sup>1263</sup> SARDENBERG, op. cit., p. 334.

Respondendo à pergunta “a sua vida melhorou ou piorou durante o Cruzado?”, em março, 80% dos entrevistados disseram que melhorou, já em abril 56% haviam dito o mesmo, indo a 54% em maio, 57% em junho, 46% em julho, 44% em agosto, subindo para 53% em setembro.<sup>1264</sup> Além de relativizar um certo mito da “adesão unânime”, esses números reforçam o que fora dito anteriormente: em grande medida, o êxito do plano não subtraiu a capacidade das pessoas de interpretar o que viviam. Muito provavelmente – e aqui vai uma conjectura – as pessoas poderiam conviver com a sinceridade, a verdade sobre o que se passava; seguramente – e aqui vai uma certeza –, naquele momento de história do Brasil, não poderiam transigir com a insinceridade, com a mentira vinda daquele a quem emprestaram densamente seu apoio. E isso ficou evidente com os episódios que se seguiram às eleições de 15 de novembro de 1986.

## **2.8. O governo e as promessas às portas das eleições**

À medida que se aproximavam as eleições, maiores foram os esforços do governo no sentido de demonstrar à população que não iria deixar o Cruzado naufragar. Alguns exemplos nos permitem captar os esforços de Sarney para dar visibilidade ao plano, e com isso, garantir ao PMDB a vitória no pleito. Evidentemente, o presidente não estava sozinho nisso, como demonstram trechos de alguns veículos de grande tiragem e influência. Na capa da *Folha de São Paulo* de 12 de novembro vemos trechos do pronunciamento de Sarney em seu programa radiofônico do dia anterior, na qual se destacaram, entre outras, as seguintes frases: “e nós continuaremos a mudar, a vencer todos os pessimismos e a superar todas as dificuldades. O povo brasileiro saberá cumprir com o seu dever”,<sup>1265</sup> uma evidente “forcinha” aos candidatos do governo. Claro que pessimismos e dificuldades eram oriundos das forças de esquerda, notadamente o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista, que poderiam criar obstáculos para o Planalto com suas constantes denúncias sobre o caráter eleitoreiro do Cruzado. O *Jornal do Brasil* também cerrou fileiras a favor do governo, como podemos observar na edição que foi às bancas no mesmo dia 12. Além de trechos que mereceram menção na *Folha*, o *JB* destacou os seguintes: “O país mudou e mudou com a ajuda e o apoio de todos os brasileiros”; “a hora é de congregar, nunca de desagregar”.<sup>1266</sup> A capa da *Veja* de mesma data, cuja manchete era: “EXCLUSIVO: ENTREVISTA COM SARNEY”, foi ainda mais explícita. Ali vemos

---

<sup>1264</sup> “Cruzado recupera popularidade”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 set. 1986, capa.

<sup>1265</sup> “Eleição define futuro econômico, diz Sarney”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 set. 1986, capa.

<sup>1266</sup> “Sarney diz que eleição vai moldar o futuro do Brasil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 nov. 1986, p. 8.

o presidente em pé no seu gabinete, bandeira nacional ao fundo e três frases de efeito. O editorial não deixa dúvidas sobre a posição política da revista naquele momento:

A palavra do presidente da República chega aos leitores num momento de reflexão e tomada de decisões, quando o país se prepara para fazer escolhas fundamentais nas eleições do próximo sábado, dia 15.

(...)

O presidente Sarney, em sua entrevista a *Veja*, fornece elementos para se entender melhor o momento atual vivido pelo país e, principalmente, faz um claro apelo à moderação, ao entendimento e à racionalidade, tanto no campo da economia quanto no campo da política. (...) Sarney (...) progressivamente, foi conseguindo (...) conduzir o país para um ponto de equilíbrio e criar condições para um real avanço econômico e social... Agora, às vésperas da grande decisão eleitoral do dia 15 e das novas reformas que se esperam da economia, o país tem os olhos voltados mais uma vez para o Palácio do Planalto. A esperança é a de que, nas questões realmente essenciais, a evolução positiva possa continuar.<sup>1267</sup>

O recado, portanto, foi muito claro: a esperança de progresso – por uma via político-econômica moderada – só poderia vir do Planalto. Os alvos, claro, eram PDT e PT. A preocupação dos governistas, registre-se, não era sem razão, pois, naquele instante, se avolumavam as críticas e se disseminavam movimentos grevistas de maior duração que os do primeiro semestre. Em uma incomum entrevista de seis páginas nas páginas amarelas da revista *Veja* (que costumam ter três), o presidente defendeu, como era de se esperar, a reforma econômica. Quando perguntado sobre ágio e filas, disse meias-verdades, ao afirmar que quem paga ágio não é o pobre, mas quem sempre teve acesso a bens de consumo e não quer disputar filas com os mais pobres. Para ele, faltavam produtos porque os que não compravam agora podem fazê-lo.<sup>1268</sup> Defendendo sua administração, José Sarney afirmou que

o Plano Cruzado fez uma sociedade mais justa, fez com que surgissem esperanças reais num futuro melhor. O mercado expandiu-se, como se progredisse em fatias. Quem não tinha como se alimentar direito agora pode comprar comida. Quem não conseguia vestir a família como convinha hoje compra as roupas de que precisa, assim todos melhoraram um pouco. Hoje temos a mais baixa taxa de desemprego da nossa História. O que temos de fazer, agora, é sustentar tudo aquilo que foi conseguido com o Plano Cruzado e não nos fixar apenas em suas distorções.<sup>1269</sup>

O problema da entrevista não são as declarações sobre melhorias na distribuição de renda que, em linhas gerais, estavam corretas,<sup>1270</sup> mas o fato de ter dito que sustentaria

---

<sup>1267</sup> Carta ao leitor. *Revista Veja*. São Paulo, 12 nov. 1986, p. 35. [sem grifos no original]

<sup>1268</sup> “Entrevista: José Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 nov. 1986, p. 6.

<sup>1269</sup> “Entrevista: José Sarney”. *Revista Veja*. São Paulo, 12 nov. 1986, pp. 4-10. [sem grifos no original]

<sup>1270</sup> Em 1985, 56,91 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza; em 1986, o Cruzado foi responsável por reduzir o número de pobres para 37,6 milhões, o que representou um alívio para um enorme contingente das classes populares. Contudo, a ineficiência do governo Sarney converteu-se em uma grande tragédia social, haja vista que, em 1987, 55,41 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza. Ao entregar o governo ao sucessor em 1990, Sarney deixara 63,18 milhões de pobres. Fonte: “Número total de

tudo aquilo, mantendo as expectativas das pessoas – agora eleitoras. Como é sabido, o público-leitor da revista não é essencialmente constituído de segmentos populares, então Sarney aqui falava a setores médios e altos.

Por outro lado, houve também esforços em discursar aos menos aquinhoados, como observa Céli Regina Jardim Pinto, ao analisar seus discursos no rádio e na televisão. De acordo com a autora, o discurso pré-eleitoral do presidente sofreu uma significativa alteração, quando comparado ao discurso inaugural do Cruzado: ele se torna classista. Neste momento, Sarney divide a população entre os que perderam privilégios com o plano (“os que tinham interesse político, os que sempre tiveram acesso aos bens de consumo”) e os pobres, que teriam sido por ele beneficiados. O destinatário do discurso não é mais o povo como um todo, o fiscal, mas o pobre, aquele que pôde ter acesso a bens de consumo.<sup>1271</sup>

Com este tipo de discurso, o presidente – conscientemente ou não – operou com uma dicotomia já existente na cultura política (e na vida prática) das classes populares, que era a tendência a reconhecer na vida social as desigualdades entre grupos e classes. Assim, Sarney novamente identificou-se com o povo, embora de maneira um tanto diferente da inicial. Contudo, há que se reconhecer que o mecanismo fora o mesmo nos dois momentos, pois sempre se opera com uma visão classista da realidade social, que de resto, era a visão que tinham os segmentos populares. Em outras palavras (embora Jardim Pinto não reconheça), isto significa que o discurso inicial do Cruzado também era classista, apesar de pretender ser horizontal, de pretender se dirigir a todos indistintamente. E isso em função de operar com o “nós” *versus* “eles”, sendo os primeiros o povo como um todo em oposição a todos aqueles que ganhavam com a inflação e, que por isso, estavam excluídos da “nação” brasileira. A diferença agora é que o presidente dava “nome aos bois” que os membros das classes populares intuía(m) (corretamente ou não) como seus exploradores: os ricos.

De fato, durante um bom tempo, o governo conseguiu desviar a atenção de si recorrendo ao expediente de responsabilizar os capitalistas, como acreditava Marco

---

pobres (em milhões) e percentual de pobres, por ano – 1977/1999 (PNAD): Brasil”. Estatísticas Econômicas. Estatísticas do Século XX. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos\\_precos/rendimentos/rendimentos.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/rendimentos.shtm). Acessado em: 07 jun. 2012.

<sup>1271</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney. O discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 178.

Antonio de Carvalho, morador de Fernandópolis (SP), 15 a 19 anos, renda de até um salário mínimo, 1º grau completo:

O país está conseguindo superar os problemas, para isto os fazendeiros não podem fazer o plano cruzado vir abaixo, eles têm que soltar o gado para economizar ao país e não fazer comprar carne fora. e ajudar o país a ajudar o povo pois isso depende de todos nós.<sup>1272</sup>

Eurides Danizete de Freitas, morador da mesma cidade e mesmas informações de idade escolaridade do remetente da carta acima, porém sem rendimento, também não chegou a responsabilizar o governo, embora, de alguma forma, escrevesse cobrando solução:

O plano cruzado e o congelamento está dando certo em partes, porque o preço está congelado, está sobrando dinheiro no bolso do povo, mas está difícil de comprar alimentos como carne e leite e esses são os produtos que não dá prá passar sem.<sup>1273</sup>

Dada a constituição classista das classes populares, não surpreende que os esforços do governo para associar os capitalistas de um modo geral alcançassem êxito. Os populares, é bom reiterar, acreditavam que as elites – ricos e políticos – eram os responsáveis por seus infortúnios. Residente em Tapiratiba (SP), Rogério Ludovicho, solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, mais de 3 a 5 salários, que se disse porta-voz do desejo de todos os trabalhadores brasileiros, evidenciou essa noção enquanto reivindicou a distribuição equânime dos lucros a todos os funcionários das empresas.

Minha sugestão para a CONSTITUINTE é desejo de todos os trabalhadores do país: Em um país capitalista como o Brasil a distribuição de renda é injusta e desordenada; onde milhões de trabalhadores batalham a vida toda para enriquecer MEIA DÚZIA DE EMPRESÁRIOS. Sugiro para que assim como há (exemplo) - uma taxa de 35% de I.R.P.J. sobre o Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda, também fosse determinado uma percentagem sobre a mesma base de cálculo, para distribuição de Participação nos Lucros da Empresa, entre os funcionários da mesma; de forma isonômica, isto é: desde o faxineiro até o Diretor, ambos teriam a mesma percentagem de participação nos lucros, o que beneficiaria a CLASSE MAIS POBRE e permitiria com o tempo uma melhor distribuição de renda no País. O I.R. leva 35% dos lucros. O Empresário 65% dos lucros. E O TRABALHADOR?<sup>1274</sup>

---

<sup>1272</sup> Carta de Marco Antonio de Carvalho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L024 DATA: 13/07/86 FORMUL: 589 DV: 9 TIPO: 14 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1273</sup> Carta de Eurides Danizete de Freitas à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 14/07/86 FORMUL: 096 DV: 6 TIPO: 14 20/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1274</sup> Carta de Rogério Ludovicho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L020 DATA: 14/08/86 FORMUL: 491 DV: 4 TIPO: 10 07/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Oreni Rodrigues da Silva, casado, 30 a 39 anos, 2º grau, mais de 3 a 5 salários, morador de Itarumã (GO), denunciou as desigualdades existentes no regime capitalista. Em sua opinião, “a questão da miséria absoluta e da fome em nosso País, substancia-se no regime capitalista (...) Eu sugiro que dentro desse reduto de capitalistas, haja espaço aos interesses dos desafortunados, que também queiram participar na política brasileira”.<sup>1275</sup> Eliana Divina Oliveira Crispim, moradora de Belo Horizonte (MG), solteira, 10 a 14 anos, 1º grau, até 1 salário, vê os políticos como uma classe privilegiada que não passa pelos problemas pelos quais “nosso sofrido e cansado povo passa”.

Sugiro a vocês políticos que representem a nossa classe que é a classe trabalhadora, ou seja o povo brasileiro bem, e que coloquem na cabeça desse nosso sofrido e cansado povo de ser explorado, ânsia de cultura de querer saber o que se passa, quais são os problemas e tentar fazer brotar uma esperança nova e estimular o trabalho porque o Brasil têm condições de melhorar a renda percápita do trabalhador assalariado. E que na Constituinte vocês olhem mais para o lado do ser, da pessoa humana e não queira só alcançar os seus objetivos que por incrível que pareça é uma classe privilegiada, porque vocês e seus familiares não passam fome igual a muitos ou praticamente a maioria que não conseguem nem ingerir 2400 calorias diárias.<sup>1276</sup>

A carta de Antônio Emildo Pinho, morador de Gama (DF), casado, 30 a 39 anos, 1º grau, mais de 1 a 2 salários, asseverou que o sistema capitalista vigente no Brasil produzia marginais, massacrava negros, mulheres e pobres em geral.

É lamentável e triste ler nos jornais e ver na televisão, candidatos à Constituinte defendendo a pena de morte em nosso país. Será que esses que defendem com tanta garra a pena de morte, não sabem que nosso Brasil ainda não é um país sério? Aqui só quem vai para cadeia, é negro e o pobre. Ora, porque matar o negro e o pobre? se eles já são massacrados pelo sistema de nosso Brasil? Será que eles "candidatos" não sabem que o sistema capitalista em que vivemos é que produz o maginal?. Vamos fazer "escrever" uma Constituinte mais socialista, mais democrática, onde o povo seja mais respeitado. Quando falo o "povo", estou me referindo também ao negro e a mulher, que sempre foram colocados a margem da sociedade brasileira. Nosso Brasil tem tantos problemas a resolver, por favor vamos tirar a pena de morte da ordem do dia. E colocar em discussão temas mais importantes. Como: Liberdade nacional, quarenta milhões de menores abandonados, outros tantos milhares de brasileiros com fome. Vamos pensar em construir um brasil sério, Vamos?.<sup>1277</sup>

---

<sup>1275</sup> Carta de Oreni Rodrigues da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 01/08/86 FORMUL: 032 DV: 6 TIPO: 10 12/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1276</sup> Carta de Eliane Divina Oliveira Crispim à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L007 DATA: 07/08/86 FORMUL: 154 DV: 6 TIPO: 10 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1277</sup> Carta de Antonio Emildo Pinho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L024 DATA: 08/08/86 FORMUL: 581 DV: 5 TIPO: 10 05/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Morador de Santana do Livramento (RS), casado, 50 a 59 anos, pós-graduado, mais de 5 a 10 salários, Gentil Severino Secco, em sua carta preocupou-se com educação, saúde, reforma agrária, entre outros temas. Salta aos olhos um pequeno trecho, aqui reproduzido: “Que a classe política tenha mais respeito com a nação pobre num país Rico”.<sup>1278</sup> No curto trecho há mais elementos do que se supõe à primeira vista. Em primeiro lugar, existe uma classe política que não faz parte da “nação”, que é pobre (aqui se pode traduzir pobre por popular, pois o próprio missivista não era financeiramente pobre, embora se inscrevesse entre eles, como atesta este trecho e o restante da carta). Em segundo, coloca de fora todos os ricos, pois a “nação” não é rica, é pobre, embora o país seja rico. E, por último, pode-se afirmar que os políticos são os responsáveis por fazer com que a nação seja pobre, haja vista vivermos em um país rico.

A igualdade era um valor extremamente desejado. Os populares frequentemente manifestavam oposição ao sistema, lembrando que eles eram os prejudicados pelas injustiças que o mesmo produzia. Ivan Batista de Andrade, residente em Jaboatão (PE), solteiro, 30 a 39 anos, 1º grau, até 1 salário, escreveu o seguinte:

Esta é a minha opinião sobre o sistema capitalista e social. Eu quero uma Constituinte sem burocracias sociais, de tamanho algum; o pequeno, grande e médio também aonde todos possam ser iguais, livres; soberana em todos os sentidos. Uma Constituinte onde todos possam falar a verdade. Nos direitos humanos seja livre, principalmente para os pobres.<sup>1279</sup>

A absoluta centralidade das classes populares no Brasil daqueles anos fez com que as mensagens presidenciais dirigidas aos setores populares buscassem assegurar que o governo permaneceria trabalhando a favor dos pobres. No programa “Conversa ao pé do Rádio”, de 24 de outubro, Sarney fez questão de lembrar que “o Plano Cruzado conseguiu incorporar ao universo de consumidores mais de vinte milhões de brasileiros. Foram beneficiados os mais pobres. Aqueles que nada pesavam nas decisões e que são hoje brasileiros, cidadãos, gente”.<sup>1280</sup> No dia seguinte, o *JB* ganhava as bancas com uma capa na

---

<sup>1278</sup> Carta de Gentil Severino Secco à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L029 DATA: 11/08/86 FORMUL: 716 DV: 5 TIPO: 10 28/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1279</sup> Carta de Ivan Batista de Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 28/07/86 FORMUL: 297 DV: 9 TIPO: 10 24/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1280</sup> PINTO, op. cit., p. 181.

qual se lia em letras grandes: “Cruzado mudará mas não vai haver recessão”,<sup>1281</sup> dando destaque à fala do presidente no radiofônico.

Com a aproximação das eleições, houve o reforço na defesa do plano. No “Conversa ao pé do Rádio” de 07 de novembro, o presidente Sarney fez questão de dizer que “a eleição nada vai influir nas decisões do governo. O povo apóia o governo, porque este foi capaz de tomar decisões em favor do povo. E o governo vai continuar tomando decisões em favor do povo”. Aqui, repisou o tema do apoio popular ao governo (como se fosse unânime) e buscou lembrar ao povo que o governo manteria sua postura favorável ao povo. Nesses discursos pré-eleitorais Sarney não falava em vitória sobre a inflação, exatamente porque o pagamento de ágio se generalizara (bem como a falta de produtos), mas buscava ressaltar o fato de o plano ter feito com que milhões de consumidores tivessem “sua vida melhorada graças ao Plano Cruzado que ajudou os mais pobres”.<sup>1282</sup> Na vida real não era assim, haja vista que milhões de brasileiros discordavam do presidente,<sup>1283</sup> o que pode ser percebido na carta de José de Souza Aquino, morador de Indaiatuba (SP), solteiro, 30 a 39 anos, 1º grau completo, até 1 salário mínimo, para quem

no plano cruzado e no congelamento está refletindo negativo, está faltando carne, leite, feijão, para o congelamento dar certo, o Governo Federal deve obrigar estas firmas privadas, colocar mercadoria alimentício de 1a. necessidade nas prateleiras, nos balcões de venda. Está mal, está faltando tudo.<sup>1284</sup>

Não bastassem os programas radiofônicos semanais, o presidente resolveu fazer pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão no dia 11 de novembro, a quatro dias do pleito. Na ocasião, assegurou ao povo, mais uma vez, a manutenção do Cruzado:

Será mantido o Plano Cruzado também para consolidar as conquistas sociais dos mais pobres, porque, pela primeira vez no Brasil, o presidente tem como meta, justamente, proteger os mais pobres, dar continuidade aos programas de governo que nas áreas mais carentes de todo o Brasil estão ajudando o povo.<sup>1285</sup>

Em outro momento, explicou que a unidade que possibilitou o Plano Cruzado, também “possibilitará a continuidade de um Brasil de paz, de trabalho, de criação de uma nova mentalidade, de uma nova visão”.<sup>1286</sup> Fica evidente a mensagem do continuísmo, mas de forma condicional: se o governo vencer as eleições o Plano Cruzado será mantido. Essas

---

<sup>1281</sup> “Cruzado mudará mas não vai haver recessão”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 out. 1986, capa.

<sup>1282</sup> PINTO, op. cit., p. 182.

<sup>1283</sup> “Cai popularidade do Plano Cruzado”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 out. 1986, capa.

<sup>1284</sup> Carta de José de Souza Aquino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: P017 DATA: 09/12/86 FORMUL: 418 DV: 8 TIPO: 10 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1285</sup> PINTO, op. cit., p. 183.

<sup>1286</sup> PINTO, op. cit., p. 184.

mensagens, que acentuavam a superação das desigualdades sociais, foram endereçadas aos setores populares. Ao mesmo tempo em que a mensagem presidencial ganhava contornos de chantagem, deixava evidente também seu aspecto classista, para melhor assimilação por parte das classes populares.

Alguns dos editoriais de *O Estado de São Paulo* nos oferecem mais elementos para perceber o conflito de classes durante o Cruzado. Na ocasião, o governo ainda era poupado pela população, devido a, pelo menos, três ordens de fatores: a) porque dava demonstrações de que perseguia os empresários; b) porque tanto o governo quanto a imprensa associavam o desabastecimento aos capitalistas; e c) porque a população carregava consigo a noção de que a culpa só poderia ser dos ricos.

Na seara governista era mesmo clara a intenção do governo em transferir a conta do desabastecimento para o empresariado, como vemos em editoriais de *O Estado de São Paulo*: “contra os empresários (...) desencadearam-se fúrias presidenciais”.<sup>1287</sup> Outro editorial denunciou que o governo federal era composto por “autoridades dispostas a desapropriar rebanhos, indiciar pecuaristas e escarmentar empresários”.<sup>1288</sup> Um outro editorial acusou que “o Executivo confiscou o boi para manter alta a credibilidade do governo federal até 15 de novembro. Se haverá ou não carne nos açougues no ano que vem, pouco importa”.<sup>1289</sup> Mas o pior de tudo, na opinião do *Estadão*, é que o governo permitiu que se “fomentasse no espírito do povo a convicção de que todas as dificuldades enfrentadas no Plano de abastecimento decorreriam tão só da capacidade e da cobiça dos empresários. (...) O empresariado é apontado como inimigo do bem-estar popular”.<sup>1290</sup>

Vale ressaltar que, para milhões de brasileiros, o governo ainda não era visto como mal-intencionado, afinal, quem, aparentemente de forma corajosa, iniciara a luta contra a inflação? Na pior das hipóteses, o governo era atrapalhado, lento para resolver as coisas. A culpa estava em outro lado, o dos empresários. João Vieira da Silva, morador de São Pedro do Paraná (PR), 25 a 29, casado, pós-graduado, foi um dos muitos que não conseguiu enxergar culpa no governo quanto ao desabastecimento, mas acusou os capitalistas. Ao cobrar uma solução para o Cruzado, Silva associou os que aumentavam os preços a

---

<sup>1287</sup> FONSECA, César Pinto. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, 1994, p. 256.

<sup>1288</sup> FONSECA, op. cit., p. 236.

<sup>1289</sup> FONSECA, op. cit., p. 240.

<sup>1290</sup> FONSECA, op. cit., p. 243.

“bandidos que não deixam ninguém viver em paz”. Em sua mensagem, o missivista se utilizou da fórmula que combina elogio e reivindicação:

Agradeço pela ação do congelamento, mas e o cruzado que deve ser feito? Que a reforma seja rápida, pois todos nós precisamos dela, o que vem da agricultura é que nos dá a vida, pois que parece que não estão pençando mais em alimento que se planta só não esquecem da carne e apenas com ela é difícil sobreviver, principalmente quem não tem dinheiro para comprá-la. Acabar com os bandidos que não deixam ninguém viver em paz. Apenas a fiscalização do povo nos mercados. E que tudo isso seja feito com dedicação. Muito obrigado por tudo Presidente, e que Deus lhe dê força para tudo e vencerá na paz.<sup>1291</sup>

Orlando Leon, casado, acima de 59 anos, 1º grau completo, renda entre 3 e 5 salários mínimos, morador de Juiz de Fora (MG), evocou os outros membros da “nação” (“os 130 milhões de brasileiros”) no momento de falar da carne e do leite, e colocou a culpa dos problemas da nação nos fazendeiros e nos sindicatos, como governo e imprensa tanto insistiam. Sua carta também demonstrou o sentimento anti-imperialista comum entre as classes populares (“porque se fala em dólares”), assim como evidenciou que não era exatamente “o sr. José Sarney” o culpado pelo desabastecimento. Apesar disso, sua mensagem assumiu tom de cobrança (“Aguardo resposta”):

Saudações ao Senado Federal.

Vem levar aos srs. senadores, deste país que vem desenvolvendo, com maior rapidez juntamente com os 130 milhões de brasileiros. Assunto: devido a falta de carne e do alimento de nossos filhos que é o principal, o leite. Opinião que talvez vem resolver esse problema de muitas crianças deste país. O sr. presidente deste país livre que é o sr. José Sarney, acho eu, que o mesmo deveria opinar, requisitar fazendas que não cumpre a lei do novo país. Outro objetivo que vem perturbando o povo brasileiro é a greve, acho o governo não abrir mão para os sindicatos, o nosso Brasil melhorar mais 100% de compreensão. Mais uma pergunta se o brasileiro recebe um salário em cruzado e tudo que compra paga com cruzado pergunto eu porque se fala em dólar, se constrói uma ponte em benefício em nosso país se fala que ficou em tantos dólares. Aguardo resposta.<sup>1292</sup>

Cypriano Marques de Souza, de Uberlândia (MG), casado, 1º grau completo, renda entre 5 e 10 salários, também culpava grevistas pelos problemas do Cruzado, provavelmente reproduzindo o discurso do governo e da imprensa. Embora não tenha culpado diretamente o presidente, o fez pela tangente, na medida em que afirmara que “até

---

<sup>1291</sup> Carta de João Vieira da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L018 DATA: 18/07/86 FORMUL: 434 DV: 3 TIPO: 13 09/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1292</sup> Carta de Orlando Leon à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 27/07/86 FORMUL: 073 DV: 0 TIPO: 15 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

hoje” o salário “só está diminuindo”. Depois afirma que os preços estão congelados, porém caros:

Acho que se o Presidente não acabar com a lei de greve, ela acaba com o plano cruzado e com os aposentados. Nosso ganho até hoje, desde 1964, só está diminuindo; creio mesmo que o que foi congelado em primeiro lugar foi o salário do aposentado. Em seguida vem o arroz, óleo de soja, leite e café; este último foi congelado a um preço que o assalariado não tem condições de comprar; aqui no interior não existe carne nem para doente. Maçã nacional, queijo, polvilho, banana da terra, estão triplicando de preço.<sup>1293</sup>

Maria Aparecida da Silva, moradora de Taubaté (SP), solteira, 2º grau incompleto, 15 a 19 anos, diz gostar do plano, mas isso não lhe fez ignorar o baixo poder aquisitivo do salário mínimo, o desrespeito ao congelamento e a questão do desabastecimento:

Estou gostando do plano cruzado e do congelamento, os preços ficaram mais baixos, e facilitou as compras de muitas mercadorias, pois há muitos comerciantes que não respeitam essa lei. Acho errado subir os preços das mercadorias, porque o nosso salário continua o mesmo, Cz\$ 804,00. (...) Não estou gostando da falta de carne em nossos açougues.<sup>1294</sup>

Dentre vários aspectos, o teor dessas cartas chama a atenção para o seguinte ponto: a dificuldade em apontar diretamente o governo como culpado dos problemas do Cruzado. Não era mesmo fácil identificar naquele momento que o governo agia com má fé. De fato, vivia-se mesmo um momento em que os sinais não eram tão claros, havia uma espécie de confusão semântica devido ao fato de que havia muitos atores políticos exercitando a retórica da igualdade, da justiça social, disputando qual dos campos ficaria com ela. Não eram poucos os momentos em que os discursos dos diversos partidos assumiam coloração popular (independente da prática do partido). Exemplo modelar de que não era fácil diferenciar posições políticas pretensamente populares com as concretamente populares, foi o fato do cantor e compositor Chico Buarque, uma das figuras mais emblemáticas na luta contra a ditadura militar e vinculada a causas populares, haver apoiado Orestes Quércia (PMDB-SP) para o governo do estado em 1986. Ao abrir oficialmente o último comício de Quércia, disse que sua vitória seria “a derrota definitiva do obscurantismo no Brasil”. No desfecho de sua curta fala, bradou: “No Rio é Darcy Ribeiro e em São Paulo é

---

<sup>1293</sup> Carta de Cypriano Marques de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 06/08/86 FORMUL: 690 DV: 0 TIPO: 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1294</sup> Carta de Maria Aparecida da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 07/08/86 FORMUL: 032 DV: 8 TIPO: 14 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

PMDB”.<sup>1295</sup> Outro exemplo igualmente significativo é o informe publicitário do PMDB publicado na capa do jornal *Folha de São Paulo* de 15 de novembro de 1986. Abaixo da foto em que se cumprimentavam cordialmente Sarney e Quércia, estava escrito:

AOS COMPANHEIROS DO PMDB

Hoje é dia da vitória do povo – com Quércia, Sarney e o PMDB de ponta a ponta.

Companheiros, vamos às ruas, pelos nossos candidatos, pelo congelamento de preços e pelo avanço democrático.

Perto de você existe um comitê (veja o endereço em anúncio neste jornal), passe por lá e receba orientação para seu trabalho.

Vamos à vitória. Com QUÉRCIA – governador e ALMINO – vice.

MILITANTES PRÓ-QUÉRCIA<sup>1296</sup>

O uso dos termos companheiros e militantes, bem como o próprio chamado à militância, ao trabalho pelo partido, às ruas em defesa de bandeiras populares – democracia, congelamento – são capazes de convencer (ou confundir) as pessoas de que se trata de um partido que genuinamente defenderá os interesses da população. A retórica é a das esquerdas, dos movimentos sociais, que tinha enorme trânsito entre as classes populares. Os registros não indicam que as pessoas que confiavam no PMDB suspeitavam que seriam traídas justamente pelo partido que havia se notabilizado na oposição à ditadura. Ao contrário, elas apontam para a existência de confiança no PMDB, apesar do reconhecimento popular de frustrações tanto nos governos do partido eleitos em 1982 quanto no governo Sarney (nos quais já se observava uma série de irregularidades que viriam marcar negativamente a trajetória do partido nos anos seguintes). Em parte, pode-se afirmar que, tanto em razão desta confiança depositada em Sarney e no PMDB quanto das veementes promessas de manutenção do Cruzado, as medidas implementadas em 21 de novembro de 1986 provocaram enorme indignação nas classes populares.

---

<sup>1295</sup> “Chico Buarque abre comício de Quércia e pede voto para Darcy”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1986, p. 5.

<sup>1296</sup> “Informe publicitário: Aos companheiros do PMDB”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 nov. 1986, capa.

## Capítulo 3 – A “traição” do Cruzado e as formas de protesto popular

### 3.1. O rompimento com a face popular do Cruzado: o Plano Cruzado II

Que se faça uma lei de que, quando um ministro disser que vai tirar o boi do pasto, que tire mesmo ou peça demissão. Que se faça uma lei e, aqui eu peço a aprovação de Deus, que se proíba um Presidente da República a apunhalar os brasileiros pelas costas. O Sarney nos enganou, mas a Deus não enganará. Tem um inferno especial para ele...<sup>1297</sup>

Nunca talvez em toda a história brasileira o povo tenha sido tão iludido pelo governo como durante a implantação do Plano Cruzado a partir de 28 de fevereiro de 1986.<sup>1298</sup>

O governo parecia acreditar que – ou torcer para que – a avassaladora vitória eleitoral de 15 de novembro de 1986 representasse uma espécie de “cheque em branco” passado pela população. De certo modo compreensível, afinal, naquele pleito o povo havia dado ao PMDB a maior votação da história do país, garantindo-lhe vitória para governador em 22 dos 23 estados, conquistando 44 das 49 cadeiras no Senado que estavam em disputa e a maioria em pelo menos 15 assembleias legislativas.<sup>1299</sup> Para o presidente Sarney não havia dúvidas de que os grandes cabos eleitorais do PMDB foram o Cruzado ele próprio: “Devo reconhecer que a vitória esmagadora dos candidatos que apoiam o presidente foi a maior da história, justamente porque significa uma confiança de você brasileiro, de você brasileira”, disse no radiofônico “Conversa ao pé do rádio”. Sarney também afirmou que as mudanças prosseguiriam: “Vamos continuar com as mudanças. Vamos continuar com a prioridade pelos pobres. Vamos continuar lutando contra as injustiças”. Ainda pelo rádio, ele se comprometeu a “continuar com um governo austero, sério, honesto, trabalhador, voltado exclusivamente para os interesses do povo brasileiro”.<sup>1300</sup>

Haveria correspondência deste discurso com o sentimento da maioria dos eleitores? Muitos dos mesmos registros que evidenciam que as classes populares percebiam que o Cruzado não ia bem mostravam, ao mesmo tempo, evidências de que a maior parte do eleitorado ainda cria na sinceridade do presidente da República, como o leitor da *Folha* Édson F. da Silva, morador de Lorena (SP). Sua carta ao jornal nos permite identificar

---

<sup>1297</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 20/08/86 FORMUL: 310 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1298</sup> ALDU. **Do Cruzado ao cruz-credo: a trágica farsa do plano cruzado**. Rio de Janeiro: Ribro Arte Ed., 1988, p. 19.

<sup>1299</sup> “O eleitor foi empacotado. O PMDB varreu as urnas e cinco dias depois o seu pacote atacou o bolso da classe média”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 nov. 1986. p. 36

<sup>1300</sup> “Sarney agradece no rádio a votação recebida pelo PMDB. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, p. 4.

muito claramente a associação feita pela maioria dos membros das classes populares que foi às urnas:

Na opinião dos observadores credenciados de nossa política, e na minha própria, coube ao Plano Cruzado do presidente Sarney, que sem dúvida alguma tem proporcionado melhoras na sobrevivência do eleitorado, a razão incontestável da grande e esmagadora vitória do PMDB nas eleições de 86.<sup>1301</sup>

É importante lembrar que a confiança de Silva no partido do presidente deitava raízes na experiência cotidiana dos populares, pois, embora houvesse prateleiras vazias (falta de carne e de leite, entre outros gêneros) e pagamento de ágio em toda parte, ao menos o governo, até aquele novembro de 1986, dava sinais de que continuaria a combater essas práticas, em defesa do povo. José Fortunati acentua ter sido uma surpresa, para a maioria da população, o verdadeiro caráter da reforma econômica, que tanto a CUT, quanto o PT e o PDT, vinham, sem muito sucesso, advertindo à população de que medidas prejudiciais viriam após as eleições.<sup>1302</sup> Ao contrário, a população se esforçava para continuar acreditando do ministro Funaro e no presidente Sarney, “que por várias vezes repetiram que o congelamento prosseguiria e que nenhuma medida anti-popular seria tomada”.<sup>1303</sup>

Na verdade, a posição de milhões de brasileiros no pré-Cruzado II era semelhante ao que se observa em carta encaminhada aos constituintes antes do pacote por um anônimo morador de Garanhuns (PE). Ela revela, juntamente com a corriqueira visão classista da realidade social, que apesar do missivista estar vivenciando várias injustiças prejudiciais aos pobres, ele poupava o presidente de sua indignação. A responsabilidade sobre as mazelas dos pobres era imputada aos ricos. Podemos notar em suas palavras a noção de que se o presidente soubesse o que ocorria em sua cidade, faria alguma coisa para ajudar os pobres.

Prezados senhores Senadores aproveito este formulário para denunciar as injustiça que ocorrem nesta cidade, todos os meses aumentam os preços não obedecem o plano cruzado, já houve quatro aumentos no galeto, coisa de necessidade, segundo o Presidente deveria durar um ano sem aumento não sei por que pode a sunab da nestes aumentos luz e água, nós não estamos aguentando pagar e um abuso tão grande que não podemos suportar, sou aposentado com quinhentos cruzados não dá nem para comprar remédio, vivia da poupança, agora com essas explorações, nem sei como viver, queria que o nosso presidente ficasse ciente disto tudo que acontece aqui nesta cidade. Os ricos massacram os pobres, não obedecem tabela e fazem com que as autoridades cumpram o que estes querem, como está acontecendo com a sunab,

<sup>1301</sup> Édson F. da Silva. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, p. 3.

<sup>1302</sup> FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: do Cruzado ao pacto social**. Porto Alegre: Tchê!: 1987, op. cit., p. 41.

<sup>1303</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 41.

pois quase todo mês é uma tabela, a inflação está subindo aqui e poupança nada.<sup>1304</sup>

Contudo, veio o novo pacote, que mudou a relação entre o povo e o presidente. Vejamos, em resumo, algumas das principais medidas do Plano Cruzado II, implantado através do Decreto-Lei 2.290/86,<sup>1305</sup> de 21 de novembro de 1986, que estavam relacionadas ao seguinte: aumento de algumas tarifas públicas e de preços de alguns produtos; descongelamento de alugueis para novos contratos; mudança no índice que media a inflação; alterações na poupança; mudanças no câmbio; extinção de empresas e órgãos públicos e demissão de seus funcionários.<sup>1306</sup>

Embora possamos considerar como prejudiciais aos interesses populares a mudança no índice inflacionário, o descongelamento dos alugueis futuros, a extinção de estatais e a demissão de funcionários públicos, pode-se afirmar, que, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, os aumentos autorizados em tarifas públicas e em alguns produtos foram os grandes vilões do Plano Cruzado II. Afinal, com estes, havia sido frontalmente atingido o congelamento de preços, principal pilar do Plano Cruzado, na opinião da população.

Nem o governo nem a grande imprensa que, de um modo geral, lhe era simpática, foram capazes de prever que as medidas anunciadas seis dias após o fragoroso êxito eleitoral colocariam a população contra o presidente Sarney. Não foram muitos os que previram que aumentos nos preços dos automóveis (80%), cigarros (45% a 120%), bebidas (100%), açúcar (25%), tarifas de energia elétrica residencial (35% em média), telefone (35%) e correios (80%),<sup>1307</sup> entre outras medidas prejudiciais à economia popular, fariam o até então bem avaliado José Sarney perder de vez o afeto popular.

A intensidade da frustração popular e sua revolta surpreenderam a muita gente – governo, partidos aliados, analistas acadêmicos, columnistas e até mesmo as esquerdas, que desde o início denunciavam os problemas no plano. No início, foram poucas as vozes a apostar seriamente que o plano acarretaria prejuízos políticos irreparáveis para o governo, tanto que, a grande imprensa, em sua cobertura inicial do Cruzado II, procurou atenuar as críticas – embora ela mesma também as tenha realizado – através do expediente de

---

<sup>1304</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 10/07/86 FORMUL: 416 DV: 6 TIPO: 40 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1305</sup> Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/125756/decreto-lei-2290-86>. Acessado em: 26 jan. 2012.

<sup>1306</sup> “O governo enche o bolso. Funaro anuncia pacote que aumenta preços tarifas e impostos, muda o índice de inflação e arrecada mais de 175 bilhões de cruzados para o Tesouro”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 nov. 1986, pp. 42-47; “Veja o resumo das principais medidas”. *Caderno Economia. Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, p. 23; FORTUNATI, op. cit., p. 42, 43;

<sup>1307</sup> “Começa a contenção do consumo”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, capa.

salientar que havia mais evidências positivas que negativas acerca do Cruzado. Um bom exemplo disto pode ser observado na *Veja*, que, publicada poucos dias antes do plano, já buscava aplinar o caminho do governo convencendo seus leitores em um *box* intitulado “Os pobres ficam menos pobres com o cruzado”. No texto, entre outras coisas, afirma que a massa salarial estava 13% maior do que no período anterior ao plano, e ressalta que, de acordo com o DIEESE (órgão vinculado aos sindicatos dos trabalhadores), o desemprego havia diminuído 20% em relação a meados do ano anterior na Grande São Paulo.<sup>1308</sup> Esta matéria se prestava a atenuar as críticas que a própria revista tecia aos ajustes no plano que estava para ser anunciado, uma forma de convencer o seu leitor de que os êxitos do Cruzado eram superiores aos seus equívocos. (Lembremos que a revista havia se colocado a favor da vitória eleitoral peemedebista antes do pleito.)

Nesta edição, a tônica da matéria de capa residiu na denúncia de que os custos das medidas recairiam sobre a classe média – “Depois do voto, o pacote: uma conta para a classe média”, era a manchete de capa da revista.<sup>1309</sup> No texto, além de denunciar que o governo adiou os ajustes para depois do calendário eleitoral, acentua que aos eleitores foi negado o debate sobre os problemas da economia, mas que serão eles a pagar a conta, sobretudo os de classe média, o grosso dos leitores da revista.<sup>1310</sup> Em outra matéria da mesma edição, destaca que “fechadas as urnas, o governo abre um pacote com novos preços, índices e mais impostos sobre os assalariados de classe média.”<sup>1311</sup>

Para o *Jornal do Brasil*, “o governo e o PMDB confirmaram, uma vez mais, sua opção preferencial pelos pobres, que conferiram aos dois a avalanche de votos do último dia 15”. O pacote “implicará, necessariamente, o confisco de parte da renda pessoal disponível, especialmente a da classe média”. Aparentando certa frustração, o colunista Ricardo Noblat informou que ambos – governo e PMDB – “deixaram em paz os que repousam no topo da pirâmide social”<sup>1312</sup> (o que põe em relevo a noção de luta de classes que perpassava as classes populares). Em editorial, o *JB* afirmou que “os brasileiros sabem hoje qual a fatura a pagar pelos reajustes e remendos do Plano Cruzado, que os interesses políticos do PMDB inegavelmente empurraram para depois das eleições”.<sup>1313</sup> A *Folha*, por

---

<sup>1308</sup> “Os pobres ficam menos pobres com o cruzado”. Revista *Veja*. São Paulo, 19 nov. 1986, p. 41.

<sup>1309</sup> “Depois do voto, o pacote: uma conta para a classe média”. Revista *Veja*. São Paulo, 19 nov. 1986, capa.

<sup>1310</sup> “A voz das urnas, o preço do pacote”. Revista *Veja*. São Paulo, 19 nov. 1986, pp. 36, 37.

<sup>1311</sup> “De costas para o voto”. Revista *Veja*. São Paulo, 19 nov. 1986, p. 38.

<sup>1312</sup> Ricardo Noblat. “Afinal, a conta do cruzado”. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1986, p. 2.

<sup>1313</sup> “Contas a pagar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1986, p. 10.

sua vez, apresentou o pacote com uma manchete que não acentuava os efeitos danosos dos ajustes: “Começa a contenção do consumo”.<sup>1314</sup> O caderno de economia apresentou o mesmo tom insípido da capa, limitando-se a “informar” as mudanças, evitando colocar o leitor contra o governo,<sup>1315</sup> embora aqui e ali vejamos comentários negativos sobre o pacote (“Não é por nada, mas se o pacote fosse bom seria implantado antes das eleições”).<sup>1316</sup> A seção de política se dedicou mais claramente a acentuar os problemas do plano. Na mesma edição, Joelmir Beting, embora também tenha acentuado que o ônus incidiria mais fortemente sobre a classe média, lembrou que “o bolso do pobre será alcançado pela pesada recarga do IPI no consumo de cigarros e bebidas. O povão fuma e bebe, incluídos os favelados, os desempregados, os bóias-frias. Em certas áreas, a cachaça é caloria da máquina de duas pernas”.<sup>1317</sup>

De todo modo, reforçou-se, na grande imprensa, o aspecto prejudicial à classe média, que recebia menções em diversos veículos, como atesta um quadro com o personagem Bianor no humorístico “Viva o Gordo”. Na ocasião, o programa – como de costume – apresentou uma interessante crítica ao governo, no que dizia respeito ao seu apetite sobre a renda da classe média. Vivido por Jô Soares, Bianor, paletó com aspecto surrado, aparência cansada, chega a uma repartição da Receita Federal e fala ao funcionário:

- Eu nunca pensei que esta miséria que eu ganho todo mês fosse considerada renda.
- Pode não ser para você, mas para o governo é. Pegaram o senhor porque precisam do seu dinheiro.
- Bianor pega umas cédulas amassadas e mostra o que sobrou no fim do mês, indagando:
  - Quem é que tá precisando? O presidente Sarney? O Sayad? Já sei, é o Funaro!
- Retruca o funcionário:
  - O senhor sabe como construíram a Transamazônica?
  - Taí uma coisa que eu sempre quis saber... – afirma Bianor.
  - O seu dinheiro é para trazer riqueza... O imposto de renda traz riquezas.
  - Pra mim nunca traz, pra mim só traz pobreza. – finaliza o personagem.<sup>1318</sup>

O roteiro da grande imprensa nos primeiros momentos antes e imediatamente após o novo pacote foi semelhante: o custo sobre a classe média, a ausência de transparência

<sup>1314</sup> “Começa a contenção do consumo”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, capa.

<sup>1315</sup> “O ajuste no cruzado”. Economia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, pp. 23-25.

<sup>1316</sup> C.B. “Questão de data”. Cotidiano. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, p. 2.

<sup>1317</sup> Joelmir Beting. “Cercando frango em campo aberto”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, p. 26.

<sup>1318</sup> 1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

para com a sociedade acerca da necessidade dos ajustes, a preocupação com as urnas em detrimento da saúde da economia. Chama atenção o fato de que articulistas e jornalistas de nenhum destes veículos tenham expressado publicamente tempos difíceis para o governo junto à população. Muito pelo contrário. Uma charge na *Folha de S. Paulo* intitulada “Tempos difíceis” representa bem a postura de que não se antecipava nenhuma tormenta social. Ela sugeria que a classe média estava sendo prejudicada e nada faria. Nela, aparecem Funaro e Sarney, e o primeiro a afirmar confiantemente: “O Plano Cruzado continua dando certo!” Demonstrando satisfação, o presidente afirmara: “Claro! Você esvazia os bolsos da classe média... e ela permanece de braço cruzado!”<sup>1319</sup> Portanto, a julgar pelas edições dos periódicos *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Veja* que foram às bancas no dia imediatamente seguinte ao anúncio do plano, não haveria significativa oposição popular. Nada mais equivocado.

Quando as evidências da insatisfação popular se disseminaram, a avaliação inicial do governo foi que se tratava “de uma grande falha de comunicação”, que o Cruzado II “estaria sendo muito mal comunicado, de modo que a imprensa só estaria ressaltando aspectos negativos”.<sup>1320</sup> Contudo, a realidade rapidamente se impôs, e a decepção dos populares não tardou a ganhar as páginas da grande imprensa, que acabou mudando o tom das matérias. E muito rapidamente, como se viu na manchete de capa da *Folha de S. Paulo* de 23 de novembro, que não deixara dúvidas sobre a insatisfação popular: “Para 70%, pacote prejudica o país”, apontava pesquisa *Datafolha*.<sup>1321</sup> Lendo-se o texto, pode-se perceber que a insatisfação era ainda maior que a anunciada na capa: 84% dos paulistanos se disseram prejudicados pelos aumentos; 22% dos entrevistados declararam que não teriam votado em Orestes Quécia para o governo do estado se as medidas fossem anunciadas antes; àquela altura, 46% avaliaram o governo Sarney como regular, ao passo que duas semanas após o Cruzado, em fevereiro, 83% o avaliavam como bom ou ótimo.<sup>1322</sup> Em carta ao jornal, o leitor Paulo Chaves, morador de São Paulo (SP), demonstrou sua revolta com o fato das medidas terem sido anunciadas após as eleições:

De maneira indignada, permito-me escrever a este jornal a fim de manifestar a minha repulsa ao pacote de medidas na área econômica, sacrificando ainda mais o sofrido povo brasileiro. Foi um ato covarde deixar passarem as eleições para publicá-lo. O que diz o PMDB, que ganhou de ponta a ponta, ou o sr. Orestes

<sup>1319</sup> Gougou/Spacca. “Tempos difíceis”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1986, p. 5.

<sup>1320</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 348.

<sup>1321</sup> “Para 70%, pacote prejudica o país”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 nov. 1986, capa.

<sup>1322</sup> “Para 70%, pacote prejudica o país”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 nov. 1986, capa.

Quércia, que se elegeu em cima do Plano Cruzado e do confisco do boi gordo? Que os eleitos sob a égide do Plano Cruzado renunciem imediatamente aos seus cargos; se não o fizerem, que se preparem para a resposta que terão nas futuras eleições.<sup>1323</sup>

Se a edição da revista *Veja* que antecipou pontos importantes do pacote não enveredou na condenação ao governo, a da semana seguinte foi enfática: “PMDB. Chuva de aumentos: os ganhadores passam a perna no eleitor”, foi a manchete de capa da revista em 26 de novembro de 1986.<sup>1324</sup> Tendo tido algum tempo para captar a insatisfação popular com o pacote, a revista não procurou poupar o Governo Sarney, como fizera na edição anterior (provavelmente para não ser associada a um governo reprovado). De fato, não havia dúvidas de que a frase “passam a perna” expressa muito bem o sentimento que tomou conta das pessoas naqueles dias. Com a manchete “Igreja critica novas medidas do governo”, o *Jornal do Brasil* parece se utilizar de outro ator para tornar pública a posição que assumiu diante da indignação popular (inclui-se aí seus leitores) ao pacote de 21 de novembro. Como em outros discursos registrados em diferentes suportes, o tema do anúncio após as eleições foi apontado como uma espécie de má-fé: “A reforma do cruzado colocou em questão a credibilidade do governo, por ter sido anunciada após as eleições que pareciam consagrar a fidelidade ao plano, disse o secretário-geral da CNBB, D. Luciano Mendes”.<sup>1325</sup>

### 3.2. As críticas populares ao pacote

Dado o perfil crítico e reivindicador dos populares, não demoraria nada para que a população manifestasse insatisfação com o Plano Cruzado II. Cartas escritas após o plano de 21 de novembro demonstram bem esta insatisfação. Para Sérgio Antoninho Borin, casado, 25 a 29 anos, Superior completo, 2 a 5 salários, morador de Porto Alegre (RS), que, entre outras coisas, reivindicava “salário mínimo condizente com a dignidade humana”, era necessário “tornar sem efeito o plano cruzado II”.<sup>1326</sup> Na opinião do morador de Niterói (RJ) Itamar Gomes Vianna, casado, acima de 59 anos, Superior incompleto, 3 a 5 salários, “o plano cruzado I foi uma farsa, o plano cruzado II, então, foi uma, perdoe-me

---

<sup>1323</sup> Paulo Chagas. “Cruzado 2”. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 nov. 1986, p. 3.

<sup>1324</sup> “PMDB. Chuva de aumentos: os ganhadores passam a perna no eleitor”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 nov. 1986, capa.

<sup>1325</sup> “Igreja critica novas medidas do governo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 nov. 1986, capa.

<sup>1326</sup> Carta de Sérgio Antoninho Borin à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C006 DATA: 13/04/86 FORMUL: 131 DV: 7 TIPO: 10 23/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

o termo, uma indecência sem comentários”.<sup>1327</sup> Em sua carta, Marcos Antônio Breny, morador de Curitiba (PR), casado, 20 a 24 anos, Superior incompleto, 5 a 10 salários, afirma que deseja demonstrar “sinal de protesto, pois medidas corretivas são necessárias, mas descongelamento e cruzado II após eleições não é justo”.<sup>1328</sup> Em sua carta, Sylvio Rodrigues Viamonte, morador de Paulínia (SP), casado, 40 a 49 anos, 1º grau completo, entre 10 e 20 salários mínimos, tratou de problemas oriundos do pacote para os peemedebistas: “está dando trabalho para defendermos o partido”. Para Viamonte, o plano cruzado II (entre outros problemas) levou “uma fatia da população a se sentir prejudicada com estas medidas, e até ficaram descrentes com o partido”.<sup>1329</sup>

Em todas as partes encontramos evidências da frustração decorrente do pacote. Ainda que houvesse muito boa vontade para com o Cruzado, inclusive entre artistas, cumpre registrar que a razão da mesma também não havia sido subtraída. Ainda em 1986, durante a vigência do Cruzado, o “Jornal do Gordo”, quadro do programa “Viva o Gordo”, não ignorou os problemas que os brasileiros estavam enfrentando cotidianamente. Apresentado por Jô Soares e Flávio Silvino, o formato era o seguinte: o primeiro narrava as notícias e o segundo, em um quadro, gritava bem alto as mesmas notícias de uma maneira diferente, gesticulando bastante e usando objetos que ajudassem a compreensão, para que os “quase surdos” pudessem ouvir e entender. Num dos programas, Silvino afirma: “Apesar do esforço da equipe econômica o Plano Cruzado não existe mais”. Jô traduz, gritando: “O Plano Cruzado [faz sinal da cruz com os dedos] morreu ó!... O Plano Cruzado, olhe aqui... [pega uma coroa de flores e mostra].<sup>1330</sup> O humorista Carlos Eduardo Novaes também denunciou o fim do plano:

O congelamento foi pro brejo. Ficam esses caras da Sunab correndo de um lado pro outro... Quando, enfim, conseguem fechar uma casa (Lojas Americanas),

---

<sup>1327</sup> Carta de Itamar Gomes Vianna à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C007 DATA: 01/06/86 FORMUL: 161 DV: 7 TIPO: 34 05/08/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1328</sup> Carta de Marcos Antônio Breny à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 13/08/86 FORMUL: 551 DV: 3 TIPO: 14 02/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1329</sup> Carta de Sylvio Rodrigues Viamonte à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L014 DATA: 02/09/86 FORMUL: 336 DV: 1 TIPO: 10 23/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1330</sup> 1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

vem um juiz e abre meia hora depois. Então, virou uma bagunça. Só existem duas coisas congeladas hoje no país: nossos salários e a cabeça do Brossard.<sup>1331</sup>

No encerramento da temporada 1986, o humorista Jô Soares, diferentemente do que fazia desde 1981, não preparou uma mensagem de fim de ano em que sempre acentuava – muito apropriadamente – a crítica às mazelas sociais. Todavia, apesar de ter sido uma mensagem em tom otimista, em que sobressaíram votos de saúde e prosperidade, as palavras finais evidenciam certa decepção para com o governo: “Torcer é a mensagem. Torcida pela carne e pelo boi que sumiu... Torcida por um ano melhor e que desta vez dê certo”.<sup>1332</sup> O humorista, em sintonia com seus populares telespectadores, deixava claro que o plano havia naufragado.

Poucas semanas após o pacote, em meio ao ambiente econômico deteriorado, e esgarçada a popularidade do presidente, já não sobrava espaço para otimismo. A abertura do programa “Viva o Gordo” pode ser traduzida como um emblema deste momento. Em março de 1986, a abertura trazia uma divertida montagem em que Jô Soares interagiu com várias personalidades nacionais e estrangeiras bastante conhecidas. Ao final, o humorista colocava uma cadeira e se sentava à mesa com o presidente Sarney e os seus ministros, em uma clara e simpática demonstração de apoio às corajosas (assim se acreditou) medidas da reforma monetária. A abertura de 1987 mostrava que mesmo em setores nos quais o apoio houvera sido explícito, como na *Rede Globo*, não havia como conter integralmente a crítica derivada da indignação popular. Desta feita, Jô Soares, ao final, levantava e saía apressadamente da sala, mas voltava correndo logo depois para retirar a cadeira que havia colocado no ano anterior, deixando explícita sua discordância com o governo Sarney.<sup>1333</sup>

Na esteira da gigantesca insatisfação do povo, que começou a se formar logo nos primeiros dias após o pacote, os compositores Almir Guineto e Adauto Magalha, como homens de seu tempo, captaram muito bem o sentimento geral, para fazer, na voz de Beth Carvalho, uma das músicas mais tocadas do ano de 1987. “Corda no pescoço”, de acordo com reportagem de *Veja*, era tocada cerca de quarenta vezes ao dia nas rádios do Rio de Janeiro e de São Paulo.<sup>1334</sup> Ao examinarmos a letra da música, fica evidente a razão do sucesso, afinal trazia uma série de elementos que integravam as experiências cotidianas da

---

<sup>1331</sup> NOVAES, op. cit., p. 75.

<sup>1332</sup> 1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

<sup>1333</sup> 1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

<sup>1334</sup> “Do Rio para o Brasil, a voz dos líderes”. *Revista Veja*. São Paulo, 04 mar. 1987, p. 80.

carestia, da desigualdade social e da luta de classes. Vejamos alguns deles: o povo estava “com a corda no pescoço” ao passo que “a vida dessa gente” (ricos e políticos) estava “um colosso”; o povo levava “rasteira” e estava “com o pires na mão”, vivia um “jogo de cartas marcadas”, e “os nossos problemas não tem solução”; o povo era vítima de “conversa fiada”, de “promessa furada”, e só via mesa farta “na novela da televisão”. A música inteira é bastante representativa:

E o povo como está ?  
Está com a corda no pescoço  
É o dito popular,  
Deixa a carne e rói o osso  
Mas a vida dessa gente, aposto que está um colosso  
Mas da fruta que eles gostam  
Eu como até o caroço (2x)

Vivo levando rasteira, levando canseira, com o pires na mão  
Jogo de cartas marcadas os nossos problemas não tem solução  
Tanta conversa fiada, e a grande virada não passa de esboço  
Mas da fruta que eles gostam  
Eu como até o caroço (2x)

Meu compadre,  
Se eu não fosse bamba caia no chão  
Tanta fartura na mesa se vê na novela da televisão  
Até parece brincadeira, e eu quase no fundo do poço  
Mas da fruta que eles gostam  
Eu como até o caroço (2x)

Já conheço essa jogada, promessa furada,  
e ele diz que é bom moço  
Mas da fruta que eles gostam  
Eu como até o caroço (2x)

Tem gosto de marmelada  
E o pobre do povo  
É que leva no dorso  
Mas da fruta que eles gostam  
Eu como até o caroço.

No dia do pagamento  
A turma lá em casa faz um alvoroço  
Mas da fruta que eles gostam  
Eu como até o caroço.<sup>1335</sup>

O humor de Carlos Eduardo Novaes, ao brincar com as agruras do desabastecimento, demonstrava bem o quanto as pessoas estavam com a “corda no pescoço”:

---

<sup>1335</sup> “Corda no pescoço”. Composição: Almir Guineto e Adauto Magalha. Intérprete: Beth. LP. RCA, 1986. Disponível em: <http://www.bethcarvalho.com/?p=255>; <http://letras.terra.com.br/beth-carvalho/175005/>. Acessado em 21 jan. 2012.

Estamos em janeiro de 87 mas existe no ar qualquer coisa de Alemanha, 1944. Vivemos uma economia de guerra. Falta tudo (...). As donas de casa congestionam linhas telefônicas trocando informações.

- Apareceu cerveja em Pílares!
- Encontrei azeitonas na Tijuca!
- Tem um bar no Catumbi vendendo cigarro!<sup>1336</sup>

O pagamento de ágio também virou alvo do humorista:

Pra comprar um pneu tive que dar um por fora. Aí vem o Funaro na televisão pedir pra gente não pagar ágio. (...) Como é que não vou pagar ágio? Meu carro não funciona com três pneus. Tudo bem, não pago. O Funaro manda seu motorista vir me buscar?<sup>1337</sup>

Assim como fora na ditadura, o humor passou a desempenhar novamente o papel de, entre outras coisas, criticar as mazelas sociais, bem como acentuar a visão que se tinha da classe política enquanto protetora de seus próprios interesses. Em depoimento, o humorista Chico Anysio, de enorme popularidade durante várias décadas, explica como trabalhava:

Eu sempre trabalhei para as classes C, D e E. É assim que eu vejo o trabalho do humorista, porque o humorista... eu não posso consertar nada, mas tenho obrigação de denunciar tudo. Por isso que eu sempre tentei fazer e acho que fiz, porque to fora da TV aberta há tantos anos, e as pessoas continuam me reconhecendo, e, o que é melhor, gostando de mim.<sup>1338</sup>

Em muitas ocasiões o tom das críticas era bastante cáustico, o que é compreensível. Sob o título “Epitáfios”, o humorista Aldu escreveu várias sugestões de epitáfios para o plano que fracassara:

Como diria Ibraim, nos bons tempos de Stanislav:  
– “Plano inesquecível para humorista nenhum esquecer”.  
Plano econômico para viado nenhum botar defeito. Cheio de sacanagem.  
Tão engraçado quanto a Nova República.  
O Plano Cruzado voltou para a zona, de onde nunca devia ter saído. Um plano filho da puta.<sup>1339</sup>

Olhando para aquele 21 de novembro décadas depois, pode parecer que não teve assim tanta importância quanto esta pesquisa assevera. Todavia, como nunca é demais lembrar que memória e História não são sinônimos, precisamos sempre estar atentos ao que um fato representou no momento em que ocorreu. A opinião de Paul Singer corrobora o fato de que a data do pacote fora mesmo significativa. Para Singer,

---

<sup>1336</sup> NOVAES, op. cit., p. 36.

<sup>1337</sup> NOVAES, op. cit., p. 75.

<sup>1338</sup> Chico Especial! (DVD). TV Globo. Som Livre/Globomarcas, 2007.

<sup>1339</sup> ALDU. **Do Cruzado ao cruz-credo: a trágica farsa do plano cruzado**. Rio de Janeiro: Ribro Arte Ed., 1988, p. 77.

praticamente ninguém defendeu ou justificou o Cruzado II, a não ser os porta-vozes do governo. Os intelectuais de esquerda\*, que por ocasião do Plano Cruzado, tinham granjeado o apoio quase unânime da população, encontravam-se nove meses depois inteiramente isolados, enfrentando uma barragem de críticas de todos os partidos (inclusive do seu próprio) e de todos os setores sociais.<sup>1340</sup>

À época, o humorista Aldu nos ofereceu um retrato da decepção popular com o pacote. Desta vez, sem fazer piada, ele criticou o interesse eleitoreiro do Cruzado. Cumpre atentar ao uso do termo “agora”, para nos lembrarmos que, para milhões de pessoas, o presidente tinha boas intenções, como demonstraram os resultados nas eleições. Isso, antes do pacote.

Na verdade, todos sabemos agora, que o Plano Cruzado era uma manobra eleitoreira que visava apenas garantir um resultado eleitoral positivo para o governo, nas eleições de novembro de 1986. Depois da frustrada campanha das “Diretas Já” abriu-se um amplo vácuo nas aspirações populares, quando se viu que a campanha era também uma manobra eleitoreira para garantir a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.<sup>1341</sup>

Carlos Eduardo Novaes também fez piada com a escolha da data do Cruzado II, evidenciando as trapalhadas e desencontros da equipe econômica do governo. Em sua história, ele dá a entender que a equipe econômica do governo estava reunida pensando o melhor dia, e narra – de forma divertida – como teria sido esta reunião.

O general Sayad sugeriu o dia de Finados para o golpe:

– As pessoas estarão chorando seus mortos. Um choro a mais, um choro a menos...

O general Funaro limitou-se a apontar com uma vareta para 15 de novembro. “Sabe o que teremos nesse dia?” Lembrou aos companheiros que o golpe era somente econômico. Qualquer data antes das eleições estava fora de questão.

O general Pazzianotto propôs o Natal ou Ano Novo, as pessoas estarão distraídas, pensando em festas e presentes. Funaro reagiu agressivo:

– O quêêê? Esperar todo esse tempo? Pensa que isso aqui é o desembarque na Normandia? Não percebe que estamos com água no pescoço? O Plano Cruzado não resiste até dezembro. Vamos dar o golpe dia 16.

Sayad e Pazzianotto ponderaram que ia pegar mal um golpe logo no dia seguinte ao das eleições. O que a população do país vai pensar de nós?<sup>1342</sup>

O que teria pensado do governo Sarney o morador de Marília (SP) Devanir Antônio Garozi, casado, 40 a 49 anos, Superior incompleto, renda de 2 salários mínimos e pai de três filhos menores de idade, eleitor do PMDB? Em sua carta, Garozi indagou: “Dá para sobreviver dignamente como gente?” Em seguida se queixou do ágio: “E os açogueiros vendendo carne no ágio até a 80,00 p/ kilo”. Ao final, o trabalhador fez um tocante apelo

---

\* Os intelectuais de esquerda aos quais Singer se refere eram os jovens economistas filiados ou simpatizantes ao PMDB, entre os quais André Lara Resende, Edmar Bacha e Pêrsio Arida, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Melo.

<sup>1340</sup> SINGER, Paul. Intelectuais e esquerda no Brasil: a experiência do poder. In: SOLA, op. cit., p. 85.

<sup>1341</sup> ALDU, op. cit., p. 19. [sem grifos no original]

<sup>1342</sup> NOVAES, Carlos Eduardo. **O cruzado de direita**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987, p. 43.

ao parlamentar para o qual encaminhou carta (Mário Covas), e finalizou com a recorrente fórmula elogio-reivindicação:

Como fica tudo isso, precisamos de voz na nova constituição. Mas voz de verdade, pelo amor de Deus, façam alguma coisa por nós, os assalariados e miseráveis de todo dia. Muito obrigado e parabéns pelo grande êxito que teve na eleição de 15 de novembro 86. Todos nós da nossa família votamos em v: Exa. Agora, pedimos humildemente, faça alguma coisa boa por nós. Grato.<sup>1343</sup>

Aos “assalariados e miseráveis de todo dia”, bem como a todos os outros que compunham as classes populares restavam a indignação e o protesto. Roberto Girola, morador de São Paulo (SP), em uma longa carta à *Folha* demonstrou estar muito indignado com as consequências do novo pacote. Sua carta sintetiza bem as críticas populares, pois, de forma debochada, demonstra que o discurso do governo se contradiz com a realidade e realizou a denúncia da inflação, do arrocho salarial e da subserviência ao FMI (aspecto recorrente na fala popular).

Justo agora que os país cresceu, que o desemprego sumiu, que o FMI achou uma gracinha o Plano Cruzado 2, a gente acordou com um aumento de 133% nas passagens de ônibus, depois de constatar no dia anterior que na feira os preços tinham aumentado de 50 a 100%. Mas isso é só na feira, na “realidade” a tabela da Sunab está “congelada”. Todo brasileiro sabe, depois do discurso do presidente, que o Brasil é o nosso país das maravilhas. Claro que tem os subversivos que estão que dizendo que está faltando carne, que peixe só se acha com ágio, que ovo e frango só para quem ganha mais de dez salários mínimos. Mas tudo isso não passa de “fofocas” de uma minoria de radicais. Quando o Brossard aparece na TV de cara feia, com os recortes de jornais, fica claro que se trata somente de extremistas... E depois, se alguém ainda ficasse com dúvidas, os pais do Cruzado nos tranquilizariam: o nosso salário teve um ganho real de 30%! Naturalmente, o cidadão ingênuo poderia dizer: “Mas esse é simplesmente o dinheiro que eu teria perdido a mais do que já perdi com o reajuste baseado na média dos últimos seis salários!” E alguém, ainda mais desinformado, poderia acrescentar: “E o ágio?”. Mas o Sayad logo explicaria: “Somente subiram os produtos de luxo! Temos de diminuir o consumo. Imaginem que agora o brasileiro até começou a comprar remédios!” Enfim, não devemos ficar preocupados, o Brasil ainda vai crescer e quanto mais crescer, mais poderá pagar o FMI. E quanto mais pagarmos, mais vão nos emprestar para crescermos e poder assim pagar mais. Não é uma beleza?<sup>1344</sup>

O exame dos registros em diversos suportes aponta para o fato de que tanto desconhecidos populares quanto jornalistas, humoristas, historiadores, economistas, cientistas políticos e sociólogos no momento ou, pouco tempo depois, reconheceram, de fato, no Cruzado II, um marco nas relações entre o Estado e a Sociedade naquele

---

<sup>1343</sup> Carta de Devanir Antonio Garozi à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L007 DATA: 07/08/86 FORMUL: 159 DV: 8 TIPO: 40 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1344</sup> Roberto Girola. Governo Sarney e Cruzado. Carta ao Leitor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 dez. 1986, p. 3.

momento. No *JB*, o jornalista Ricardo Noblat acentuou o efeito do pacote sobre os preços: “Generaliza-se o descongelamento de preços por toda parte. O pacote desatou, de vez, a desinibição de atacadistas e comerciantes”.<sup>1345</sup> Observadores contemporâneos, os economistas Bier, Messenberg e Paulani perceberam a imediata deterioração do quadro econômico:

Tendo elevado os preços de poucos produtos [com o Cruzado II], o Governo disse acreditar que o impacto inflacionário das medidas seria pequeno, já que se trataria essencialmente de produtos de consumo final. Entretanto, esse pacote terminou por instituir uma situação de descongelamento de fato, só que desordenado e selvagem. Em outras palavras, o Governo abdicou, consciente ou inconscientemente, de promover o inevitável descongelamento de modo menos explosivo, ou seja, administrando os preços. Estamos agora à mercê de caprichosas expectativas e nervosos agentes num ambiente onde a incerteza magnificou-se.<sup>1346</sup>

A cientista política Eli Diniz se referiu ao problema do Cruzado II, avaliando que o prolongamento do congelamento a manteve popularidade do presidente até as eleições, mas que a “súbita suspensão desta medida provocou o descrédito do governo”.<sup>1347</sup> Na opinião de Lourdes Sola, “o fracasso do Plano Cruzado, adquiriu contornos nítidos para a população já em fins de novembro de 1986”.<sup>1348</sup> Ela constatou ainda que “a inflação retornou de forma virulenta no período imediatamente posterior”<sup>1349</sup> ao Plano Cruzado II, e também elegeu o pacote como um marco quando asseverou que “aumentos dramáticos nos preços da gasolina e do álcool, e daqueles do açúcar, energia elétrica, telefone (as tarifas públicas estão contidas) e dos remédios, acabaram sinalizando a decisão de descongelar os produtos de forma abrupta e total”.<sup>1350</sup> Pedro Guareschi era outro observador contemporâneo ultrajado com o que vivenciou:

Como é possível enganar tão facilmente um povo? Não é possível que se trate uma população toda numa maneira tão indecente, brutal e desonesta. Será possível que não haja mais princípios éticos que interpelem os responsáveis pelo povo? Ou será que nossos políticos, governantes e donos dos meios de

---

<sup>1345</sup> Ricardo Noblat. “Sarney está acuado”. Coluna do Castello. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1346</sup> BIER, Amaury G.; MESSENERG, Roberto; PAULANI, Leda. **O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 136.

<sup>1347</sup> DINIZ, Eli. Transição, partidos e regimes políticos. Algumas considerações. In: CAMARGO, Aspásia e DINIZ, Eli (orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 103. [sem grifo no original]

<sup>1348</sup> SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura: uma abordagem transdisciplinar. In: SOLA, Lourdes (org.). **O Estado da transição: política e economia na Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 17. [sem grifo no original]

<sup>1349</sup> SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura: uma abordagem transdisciplinar. In: SOLA, Lourdes (org.). op. cit., p. 18.

<sup>1350</sup> SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura: uma abordagem transdisciplinar. In: SOLA, Lourdes (org.), op. cit., p. 54. [sem grifo no original]

comunicação são simplesmente ingênuos, não se dão conta? Como é difícil aceitar que, em tudo isso, não há má fé, perversidade, iniquidade...<sup>1351</sup>

A situação realmente se tornara explosiva após o pacote, em grande medida porque, tal qual no período ditatorial, aos trabalhadores estavam sendo impostas pesadas perdas. O professor, sociólogo e deputado constituinte (PT-SP) Florestan Fernandes reconheceu e justificou a fúria da população para com o governo Sarney, acentuando que “a ira popular, que estourou à seguir as eleições e respondeu ao maior golpe de mestre que jamais foi aplicado aos povos desta terra, desde a implantação do regime colonial”.<sup>1352</sup> Na opinião de José Fortunati, ficou

evidente que, apesar de toda retórica utilizado [sic] pelo Governo na ‘Nova República’, o ônus deste ajuste do Plano Cruzado, mais uma vez, recai sobre os ombros dos trabalhadores brasileiros, que estão amargando um novo arrocho salarial para financiar a dívida pública...<sup>1353</sup>

Desde que fora decretado o pacote de 21 de novembro, uma série de manifestações contra governo ocorreram em toda parte, por diferentes canais e formas. Aumentaram o número de greves de funcionários públicos. Entre as muitas estatais, cruzaram os braços os trabalhadores das empresas *CERJ, Light, Correios, Petrobrás, CSN*, refinarias de petróleo, *Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Embratel, Telerj, Cetel, Telesp, CESP e Furnas*. Se julgássemos pelos padrões atuais de mobilização dos trabalhadores, ficaríamos surpresos com as greves do setor privado à época. Entretanto, como temos constatado, a unidade pré-existente entre as classes populares, a deterioração da economia e a profunda traição perpetrada pelo governo sobre as mesmas tornaram aquelas greves factíveis. Enfrentaram seus patrões (e o governo) trabalhadores de empresas privadas como *Rede Globo, Vasp, Antártica, Votorantim, Mc Donald's*, além de todas as montadoras de automóveis, todas as grandes empresas de ônibus, todos os estaleiros e todos os bancos privados entre, centenas de outros.<sup>1354</sup> Cenas de violência, saques, confrontos com a polícia, pessoas feridas e até mortes passaram a ser vistos nos noticiários, inclusive com muitas ocorrências no campo. Até mesmo ações de linchamentos de criminosos (ou assim considerados pelos populares) ocorridas em diversas partes do país são vistas como

---

<sup>1351</sup> GUARESCHI, Pedro. De como enganar um povo impunemente... In: RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública. A grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988, p. 10.

<sup>1352</sup> Florestan Fernandes. “Os trabalhadores e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 fev. 1987, p. 2.

<sup>1353</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 47.

<sup>1354</sup> O dia-a-dia dos acontecimentos. ALMANAQUE ABRIL, São Paulo: Editora Abril, 1988, pp. 14-34.

evidências de que o povo quer justiça porque não crê das instituições.<sup>1355</sup> O descontentamento se generalizava e crescia a passos largos.

Na opinião de Paul Singer, as medidas tomadas por Sarney em novembro foram bastante duras. De acordo com ele, “desta vez o presidente não operou cortes e o Plano passou na íntegra”,<sup>1356</sup> isto é, com as medidas prejudiciais à economia popular. Até o pacote, para a maior parte dos populares, vários entes eram identificados como inimigos – empresários, pecuaristas, latifundiários, industriais, atravessadores, lojistas, banqueiros, políticos, FMI etc. A partir daquele momento, a maioria dos populares passou a incluir José Sarney em seu rol de inimigos. Poucos meses depois, o jornalista Villas-Bôas Corrêa lembrava amargamente do 21 de novembro. Sua indagação, ao destacar o termo “traição”, serve como um emblema do sentimento que perpassara as classes populares:

Quem patrocinou a reação contra a medida contraditória e cruel que pilhou a todos desprevenidos, com a mesma carga de surpresa e traição do famigerado tranco de 21 de novembro da desmoralização do Cruzado e que atirou o presidente José Sarney do pique de uma popularidade inédita para as agruras de uma rejeição que ainda não foi contornada?<sup>1357</sup>

Antes do pacote de novembro, o governo obtinha certo êxito quando buscava culpados para, por exemplo, a falta do leite ou da carne. Após a decretação das medidas de novembro, o governo ainda tentou, mas, sem sucesso, apontar outros como culpados, evitando admitir sua parcela – elevada – de responsabilidade. De todo modo, a luta de classes continuava, o que pode se depreender também através de trecho de um documento da FIESP, publicado em dezembro de 1986. Nele, a entidade condenava acintosamente a política econômica do governo. Em determinado trecho denunciou esforços deste no sentido de colocar a população contra os empresários: “Essa tentativa de intriga, além de iníqua, é prejudicial ao país, não leva ao pacto social, exacerba os ânimos e incentiva a luta de classes”.<sup>1358</sup>

Não é difícil entendermos a razão disto do governo ter passado a figurar no rol dos inimigos do povo. Para Sardenberg, “o Cruzado II espalhava sua devastação”, uma vez que, provocou “ondas de aumento de preços”. De acordo com o jornalista, “a grande

---

<sup>1355</sup> “Febre selvagem. Uma onda de linchamentos varre o país, transforma cidadãos pacatos em criminosos e ressalta o descrédito popular na polícia e na lei”. *Revista Veja*. São Paulo, 07 jan. 1987, pp. 22-25.

<sup>1356</sup> SINGER, Paul. Intelectuais e esquerda no Brasil: a experiência do poder. In: SOLA, op. cit., p. 84.

<sup>1357</sup> Villas-Bôas Corrêa. “O negro túnel da inviabilidade”. Opinião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1358</sup> Trecho de documento da FIESP reproduzido sem o título na revista *Veja*. “A pane do Cruzado. Metralhado por críticas e maus resultados, Funaro sente o gosto amargo da solidão após o naufrágio do congelamento”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 jan. 1987, p. 22.

remarcação (...) era o resumo de toda a imprensa”.<sup>1359</sup> Tomemos como exemplo as capas da revista *Veja*, tendo em vista que a pesquisa realizada para este trabalho demonstrou que suas manchetes foram representativas do perfil das notícias veiculadas pela grande imprensa. As três primeiras capas das revistas que foram às bancas após as eleições exemplificam os danos causados pelo pacote: “Depois do voto, o pacote. UMA CONTA PARA A CLASSE MÉDIA”;<sup>1360</sup> “PMDB: CHUVA DE AUMENTOS. Os ganhadores passam a perna no eleitor”;<sup>1361</sup> “A reação ao pacote dos aumentos. O GOVERNO ASSUSTADO”.<sup>1362</sup>

Em 1987, nada menos que 27 capas estavam diretamente ligadas à crise instalada no país. Como era de se esperar, várias manchetes foram aterradoras, fosse cumprindo papel de identificação com o lesado público-leitor; fosse advertindo ou admoestando o governo; fosse formando opinião contra o “radicalismo” das esquerdas; fosse revelando os temores dos segmentos entre os quais estava inserida; fosse fazendo oposição a Sarney para abrir caminho a outras forças políticas. Dentre as capas, vale registro de algumas que representam adequadamente os papéis acima discriminados: “A crise do Cruzado chega aos salários: O MEDO DO GATILHO”;<sup>1363</sup> “MORATÓRIA. Um salto no escuro”;<sup>1364</sup> “O governo reage às greves: O AVISO DOS TANQUES”.<sup>1365</sup> “O DECLÍNIO DE SARNEY. A volta das Diretas Já. A trapalhada na troca dos ministros. Um governo fraco e loteado”;<sup>1366</sup> “Da hiperinflação à crise política. O MONSTRO ESTÁ SOLTO”;<sup>1367</sup> “O DRAMA DA MORADIA. Por que os aluguéis enlouqueceram”;<sup>1368</sup> “AGRESSÃO A

---

<sup>1359</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 348.

<sup>1360</sup> “Depois do voto, o pacote. UMA CONTA PARA A CLASSE MÉDIA”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, capa.

<sup>1361</sup> “PMDB: CHUVA DE AUMENTOS. Os ganhadores passam a perna no eleitor”. *Revista Veja*. São Paulo, 26 nov. 1986, capa.

<sup>1362</sup> “A reação ao pacote dos aumentos. O GOVERNO ASSUSTADO”. *Revista Veja*. São Paulo, 19 nov. 1986, capa.

<sup>1363</sup> “A crise do Cruzado chega aos salários: O MEDO DO GATILHO”. *Revista Veja*. São Paulo, 21 jan. 1987, capa.

<sup>1364</sup> “MORATÓRIA. Um salto no escuro”. *Revista Veja*. São Paulo: 25 fev. 1987, capa.

<sup>1365</sup> “O governo reage às greves: O AVISO DOS TANQUES”. *Revista Veja*. São Paulo, 18 mar. 1987, capa.

<sup>1366</sup> “O DECLÍNIO DE SARNEY. A volta das Diretas Já. A trapalhada na troca dos ministros. Um governo fraco e loteado”. *Revista Veja*. São Paulo, 06 mai. 1987, capa.

<sup>1367</sup> “Da hiperinflação à crise política. O MONSTRO ESTÁ SOLTO”. *Revista Veja*. São Paulo, 13 mai. 1987, capa.

<sup>1368</sup> “O DRAMA DA MORADIA. Por que os aluguéis enlouqueceram”. *Revista Veja*. São Paulo, 10 jun. 1987, capa.

SARNEY. O drama do presidente apedrejado”;<sup>1369</sup> “FÚRIA NAS RUAS. O quebra-quebra do Rio, a face violenta da crise”.<sup>1370</sup>

A carga dramática fartamente presente na imprensa exige uma pausa para reflexão. Estaria a imprensa carregando nas tintas, ou, em outras palavras, exagerando, com o fito de: a) colocar a população contra o governo para abrir caminho a algum indivíduo ou partido? b) congregar forças refratárias às esquerdas para impedir seu avanço? c) desqualificar as forças progressistas? Conquanto cada veículo necessite ser pesquisado especificamente para que se deslinde seu posicionamento e atuação nas lutas sociais, bem como seu papel na construção do cotidiano, importa, nesta pesquisa, que o quadro sombrio desenhado pelos mesmos não seja distinto da realidade social, em suas linhas gerais. Então, por exemplo, quando matéria da revista *Veja* asseverava que “não há nenhuma dúvida de que as medidas econômicas baixadas logo após as eleições promoveram vasto descontentamento, e sobretudo decepção, pelo país afora”,<sup>1371</sup> posso confiar no registro, haja vista os inúmeros outros registros de origens variadas que atestam a credibilidade da afirmação (independentemente do interesse do veículo ao dar destaque à crise), incluindo pesquisas acadêmicas, como a do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, para quem

a dança da planomania trazia grande insegurança a todos os assalariados, incertos dos seus direitos e de qual estratégia adotar frente aos estragos causados pela inflação nos salários. Todo brasileiro informado transformara-se em um economista ou, ao menos, em um técnico de contabilidade. Índices, rendimento, aplicação, remuneração, câmbio, over-night, indexação... tornavam-se elementos obrigatórios em qualquer conversa. Os possuidores de qualquer sobra salarial ou economias, uma minoria, aplicavam e mantinham-se em uma verdadeira maratona contra a inflação; outros, uma maioria que nem conta bancária possuía, viam seus salários acabarem antes do fim do mês.<sup>1372</sup>

Por outro lado, quando *Veja* afirmou, em editorial, que as centrais sindicais tinham pouca representatividade junto à sociedade e defendeu que apenas a pressão "legítima"

---

<sup>1369</sup> “AGRESSÃO A SARNEY. O drama do presidente apedrejado”. *Revista Veja*. São Paulo, 01 jul. 1987, capa.

<sup>1370</sup> “FÚRIA NAS RUAS. O quebra-quebra do Rio, a face violenta da crise”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, capa.

<sup>1371</sup> “Carta ao Leitor”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, p. 35.

<sup>1372</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 348.

sobre o governo – eleições – era válida,<sup>1373</sup> é o referido cotejo com outros registros que me permite atestar a distorção da interpretação da revista.<sup>1374</sup>

Infelizmente, para a população, as constantes informações sobre aumentos veiculadas pela imprensa não eram exageradas. O que o ministro Funaro chamava "realinhamento" a população sabia tratar-se de virulenta inflação: em fins de dezembro já estavam preparados pelo governo os aumentos de 75% no leite, 30 a 35% no aço, 20% nos remédios, 30% a 35% na dúzia de ovos, 60% no pão francês e 65% nas tarifas de ônibus (em São Paulo, o prefeito Jânio Quadros, já havia se adiantado e dado um aumento nas tarifas de 135%).<sup>1375</sup> A essa altura, milhões de brasileiros já não queriam mais ouvir o presidente Sarney, como o humorista Aldu, um dos muitos a espicaçar Sarney, reverberando a indignação geral com a manobra eleitoreira do Palácio do Planalto:

Quem? Eu? Ouvir o pronunciamento de Sarney hoje à noite? Nem pensar. Prefiro ir ao cinema. O homem está entrando em cadeia nacional com um mês de atraso. Por que não veio nos falar de seus planos no final de outubro, início de novembro? [antes das eleições] Nós sabemos porque, sabemos muito bem. Em bom português o que o governo fez com a gente foi uma grande sacanagem, isso sim.<sup>1376</sup>

Além do perverso e imediato aumento do custo de vida, outro efeito que o pacote e as ações do governo tiveram sobre os populares foi o de fazer cair as vendas dos seus olhos. Muitos foram aqueles que reviram suas opiniões e posições. Um exemplo muito interessante pode ser observado no carnaval da Caprichosos de Pilares. A escola de samba da Zona Norte do Rio de Janeiro havia imaginado um enredo “altamente elogioso” ao governo, de acordo com o carnavalesco Luís Fernando Reis. Intitulado “Eu prometo” ou “Ajoelhou tem que rezar”, o enredo da escola falaria “do papel dos políticos, da Constituinte e do povo sempre alijado das decisões do país”. Para saudar a Nova República que, para a população, somente em 1986 dera as caras, o carnavalesco havia projetado um carro alegórico “todo verde-amarelo, apoteótico, com as figuras de Sarney, Sayad, Funaro e, no alto, Tancredo Neves com asas de anjo”. (Aliás, esta última muito recorrente no imaginário popular.) No entanto, a Caprichosos decidiu rever seu carnaval em função de uma série de fatos que sinalizavam que o plano estaria fazendo água: “...um

<sup>1373</sup> Carta ao Leitor. *Revista Veja*, São Paulo: 17 dez. 1986, p. 35.

<sup>1374</sup> Inúmeros trabalhos são capazes de desmentir a afirmação de *Veja* sobre o movimento operário. Um deles é o de MATTOS, Marcelo Badaró de. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>1375</sup> “De volta ao mundo real. Funaro autoriza aumentos de preços, descongelando o Cruzado, enquanto Pazzianotto ressuscita o velho INPC para média a inflação”. *Revista Veja*, São Paulo, 26 dez. 1986, p. 21.

<sup>1376</sup> NOVAES, Carlos Eduardo. **O cruzado de direita**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987, p. 68.

ágio aqui, uma falta de carne ali” fizeram com que a escola decidisse modificar o referido carro alegórico. Desta feita, o carro Nova República seria “uma fazenda com ‘bois gordos de férias’ e Sarney conversando com Funaro e dizendo que não há bois”. O Cruzado II acentuou as críticas da Caprichosos de Pilares, que criou um carro para representar o pacote. Nele, teria destaque “uma armadura medieval toda quebrada e enferrujada”.<sup>1377</sup>

O samba enredo da Caprichosos de Pilares para o Carnaval de 1987 tinha sido composto período anterior ao Cruzado II. Um exame de sua letra indica claramente que independentemente do êxito do Cruzado, a crítica a políticos e a denúncia dos problemas nacionais constituem seu cerne; o Cruzado era apenas um meio.

Estou cansado de ser enganado  
Papo furado e demagogia  
Não vão encher (o quê)  
A minha barriga vazia  
Espero da constituinte  
Em minha mesa muito pão  
Uma poupança cheia de cruzados  
E um carnaval com muita paz no coração

Vou deitar, rolar  
Pular feliz (bis)  
Essa é a vida  
Que eu sempre quis

Vamos, meu povo  
Democracia é participar  
Vote, canta, grite  
É tempo de mudar  
Quem vive de promessa é Santo  
E eu não sou Santo, meu senhor  
Seu deputado, eu votei  
Agora posso exigir  
Quero ver você cumprir  
Seu lero-lero, blá, blá, blá  
Conversa mole isso aí  
É papo pra boi dormir

Ajoelhou tem que rezar  
Não quero mais viver de ilusão (de ilusão) (bis)  
Você prometeu  
Agora vai ter que pagar  
Não vai me deixar na mão<sup>1378</sup>

O radicalismo popular pré-existente à Nova República só fez recrudescer com o Cruzado II, como se verá mais adiante. Pouco efeito tinham ações da imprensa para

---

<sup>1377</sup> Mara Caballero. “Carnaval canta a Nova República sem amor”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 08 dez. 1986, p. 6.

<sup>1378</sup> “Ajoelhou tem que rezar... Ou eu prometo”. Compositores: Evandro Boia, Naldo do Cavaco e Toninho 70. Carnaval 1987. G.R.E.S. Caprichosos de Pilares. Disponível em: <http://www.tradicaodosamba.com.br/radio/caprichosos/SEcaprichosos87.html>. Acessado em: 19 jan. 2011.

diminuir a animosidade para com o governo, como reportagem da revista *Veja* que argumenta ter o Cruzado baixado a inflação de 235, 1% ao ano para 46,6% e reduzira o déficit público a quase metade do que era no ano anterior.<sup>1379</sup> O colunista Marcelo Coelho foi outro dos que procuraram enxergar alguma coisa positiva (mesmo não ocultando o fato de havia sido pouco).

Há quem pretenda que o Cruzado continue, há quem diga que ele já acabou e quem descubra que ele nunca existiu. Fazendo uma média, talvez se possa dizer que representou uns oito meses de melhoria na vida da população. Oito talvez seja exagerado; quem sabe seis. Quatro meses de distribuição de renda e aumento real de salário, nas condições do Brasil, são de qualquer modo alguma coisa”.<sup>1380</sup>

Ainda que, em termos numéricos, pode-se reconhecer ganhos sociais no Cruzado, o fato inusitado que este período da história brasileira trouxe à tona é que o governo não lidava com classes populares das quais havia conseguido capturar a razão. Sendo assim, não houve ganho matemático que se impusesse ao sentimento popular de haverem sido traídos (e soma-se a isto perdas econômicas posteriores). Daí se depreende que não havia – *stricto sensu* – seguidores de Sarney ou Funaro, como governo e analistas creram existir por certo tempo. Os brasileiros de então, em linhas gerais, pensavam como os compositores da Caprichosos (“Ajoelhou tem que rezar/ Não quero mais viver de ilusão/ Você prometeu/ Agora vai ter que pagar/ Não vai me deixar na mão”),<sup>1381</sup> ou como o cordelista Raimundo Santa Helena (– “Brasileiras e brasileiros”/ “Fica calado, Sarney/ Tu não tens mais o direito/ De falar ao meu povão/ Pois no suborno no peito/ Tu ganhaste mais um ano/ Nem daqui do céu aceito”...).<sup>1382</sup>

Esses registros apontam para o fato de que os populares sabiam que o governo estava em contradição com o seu discurso, e utilizavam isso como argumento em suas manifestações ao mesmo, como se pode observar na carta de José Rodrigues Rabelo Jácomo, morador de Juína (MT), casado, 30 a 39 anos, Superior incompleto, de 5 a 10

---

<sup>1379</sup> “A pane do Cruzado. Metralhado por críticas e maus resultados, Funaro sente o gosto amargo da solidão após o naufrágio do congelamento”. *Revista Veja*. São Paulo, 14 jan. 1987, p. 23.

<sup>1380</sup> Marcelo Coelho. “Melhor, impossível”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 dez. 1986, p. 2.

<sup>1381</sup> “Ajoelhou tem que rezar... Ou eu prometo”. Compositores: Evandro Boia, Naldo do Cavaco e Toninho 70. Carnaval 1987. G.R.E.S. Caprichosos de Pilares. Disponível em: <http://www.tradicaodosamba.com.br/radio/caprichosos/SEcaprichosos87.html>. Acessado em: 19 jan. 2011.

<sup>1382</sup> SANTA HELENA, Raimundo. *Peleja de Sarney com Tancredo*. 1988. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=39414>. Acessado em: 09 jan. 2012.

salários: “Por que o nosso Governo, que se diz o mais popular de todos os tempos, não toma atitudes populares, honestas com relação ao nosso tão trabalhador...”<sup>1383</sup>

Independentemente da data em que as cartas foram postadas – se antes ou depois do Cruzado I ou II –, interessa ter em vista que o perfil popular radicalizado permaneceu inalterado, como tenho asseverado. E foi com estes populares que o presidente teve que lidar quando ficou claro o caráter político do Cruzado. O perfil dos populares era como o de Marlene Zanin, moradora de Curitiba (PR), para quem “já passou a época dos pacotes em nosso País. Temos que deixar de ser uma "Republiqueta de Bananas" para forjar um país mais justo”.<sup>1384</sup> atestam que os populares não mais toleravam erros dos governantes. Para um indignado e anônimo morador de Campinas (SP), deveria ser feita “uma lei que obrigue os políticos a cumprirem o que prometeram antes da eleição”.<sup>1385</sup> Havia também muito rancor nas classes populares, em razão das gritantes desigualdades sociais. Um anônimo morador de Viçosa (AL), solteiro, 25 a 29 anos, 2º grau completo, mais de 1 a 2 salários, manifestou sua indignação com o estado de coisas que vivenciava, e demonstrou desconfiança quanto à possibilidade de realizar transformações tão profundas.

Á nova Constituição desejo muito desempenho, compreensão, direito para todos, porque muitos brasileiros vivem massacrados, famintos de alimentação, direito, apoio moral, porque todos nós brasileiros, principalmente a classe média e a classe pobre são as duas classes mais injuriadas, massacradas, sem valor. Não temos o apoio que merecemos. (...) quando o pobre rouba uma galinha, ele vai preso e morre no cacete. E por que não prender o rico? Será só porque ele tem dinheiro? Não bem justa. A nova Constituição deverá também tomar medidas quando esses salários demasiados que existem e olhar para esses que vivem dependendo de um salário mínimo, pagando tarifas caríssimas, aluguel e outras despesas que existe. Será que dá?<sup>1386</sup>

Mais uma missivista anônima, desta vez moradora de Santos (SP), casada, 50 a 59 anos, 2º grau completo, mais de 2 a 3 salários, demonstrava revolta com as mordomias dos políticos em um país cujo povo era “tão pobre, tão sofrido, tão desgraçado”.

---

<sup>1383</sup> Carta de José Rodrigues Rabelo Jácomo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 26/07/86 FORMUL: 027 DV: 4 TIPO: 14 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1384</sup> Carta de Marlene Zanin à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C028 DATA: 24/04/86 FORMUL: 681 DV: 3 TIPO: 14 23/07/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1385</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 20/08/86 FORMUL: 310 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1386</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 21/02/86 FORMUL: 575 DV: 4 TIPO: 14 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Porque é tirado tanto dinheiro do povo, para sustentar tanta mordomia para tanta gente, que nem se quer defende os direitos desse mesmo povo já tão pobre, tão sofrido, tão desgraçado. Por que cada membro do governo, não paga suas próprias contas? já que tem altos salários? Por que altos salários para quem tem tanta mordomia? Se, um pobre desgraçado paga suas próprias contas, porque não os funcionários do governo? Se, eles já tem salários, porque as mordomias? (...) Por isso, não é justo que um povo tão sofrido, pague tantas mordomias já está na hora de alguém começar a mudar.<sup>1387</sup>

Uma outra carta anônima de Santos (SP) (quem sabe a mesma missivista acima?), revela indignação com a abissal diferença salarial entre políticos e “um pobre e desgraçado diabo tem que se aposentar com 1, 2 ou 3 salários”.

Sr. Presidente (esse é apenas um caso). Uma viúva recebe de aposentadoria do marido cz\$ 14.000, isso porque, ele era Vereador, e funcionário da Prefeitura de Santo André SP, por que 2 aposentadorias? E, por que um pobre e desgraçado diabo tem que se aposentar com 1, 2 ou 3 salários? Esse pobre e desgraçado, que trabalhou 30, 35 ou 40 anos, ou mesmo toda sua vida. E cada ano que passa mais se deteriora esse pobre salário. (...) Estou falando do operário pobre.<sup>1388</sup>

Francisco de Jesus Carneiro Elmiro, morador de Brasília (DF), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau completo, até 1 salário, tinha, entre várias, uma reivindicação importante a fazer: “que o salário do trabalhador brasileiro seja mais digno, para que nós possamos ter uma vida mais fácil, pois o que eu ganho hoje por exemplo não dar para ser considerado de pobre e sim de desgraçado”. Demonstrando certa amargura pelo baixíssimo salário, Elmiro explicou como via a divisão social brasileira. Para ele, o Brasil não tinha três classes sociais mas cinco, “que são: Milionários, Ricos, Médios, pobres, e desgraçados, que vivem sem um abrigo, sem escolas, sem empregos”. Ao final, faz um apelo “Meu Brasil querido, volte a realidade do viver”.<sup>1389</sup> Para José Cesário de Queiroz, residente em Mossoró (RN), casado, acima de 59 anos, Superior completo, mais de 10 a 20 salários, “o povo brasileiro está revoltado com os privilégios e mordomias existentes num país em miséria”. Queiroz completa o quadro afirmando que o país é “achincalhado no mundo inteiro como o maior devedor e irresponsável a partir de mordomias, escândalos corrupções e outras coisas vexatórias, para o cidadão, de vergonha”. Ele exigiu que o Congresso Nacional desse “uma demonstração de amadurecimento digno dos parlamentos

---

<sup>1387</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 08/08/86 FORMUL: 661 DV: 9 TIPO: 14 03/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1388</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L022 DATA: 07/08/86 FORMUL: 548 DV: 4 TIPO: 14 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1389</sup> Carta de Francisco de Jesus Elmiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L108 DATA: 26/05/86 FORMUL: 185 DV: 5 TIPO: 10 03/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

que se prezam, extinguindo o vergonhoso "Jeton" dos ausentes e outras misérias humanas ali existentes".<sup>1390</sup>

Elias Simão Lopes, morador de Brasília (DF), casado, 25 a 29 anos, 2º grau, mais de 1 a 2 salários, se apresentou como “um jovem revoltado com as coisas que acontecem neste Brasil”. Segundo ele, “quando você pega um jornal para ler, você só vê brigas de partidos como PMDB e PFL pelo poder, so isso, e não faz nada mais que isto”. Enquanto isso, “o povo, cada dia passa mais fome, as coisas ficam na mesma, entra ladrão, sai ladrão, fica por isso mesmo”.<sup>1391</sup> Esta fala nos permite algumas reflexões. Em primeiro lugar, é uma dentre as muitas que nos devem fazer desconfiar do poder dos meios de comunicação de condicionar o seu público naquele momento, pois, frequentemente, os populares resignificavam o que liam, à revelia da opinião a favor deste ou daquele partido ou político, que se pretendia forjar na população. Em segundo, nos mostra o quanto a realidade se impunha: o povo faminto, a classe política – no melhor estilo Justo Veríssimo – roubando. Yoran Sebastian Errera, talvez um pseudônimo, pois disse ter entre 10 e 14 anos, mas, na carta, se apresenta como idoso, era outro revoltado. Morador de Diadema (SP), solteiro, 1º grau, exhibe sua revolta contra o baixo salário mínimo instituído com o Cruzado, a fome, a infância desassistida e os políticos abastados.

Gostaria de sugerir que o nosso Presidente tomasse uma providência junto aos seus homens de confiança, para que se construa um país bom, sem dedo estrangeiro para tomar conta, está na hora do povo brasileiro ter o direito que lhe assiste, como melhoria de salário; não esses Cz\$ 800,00. Este país deveria ter como salário mínimo a importância de Cr\$ 3.500 (três mil e quinhentos cruzados). Um país que seus governantes dizem que é rico, "isso e aquilo", porque exportam o nosso petróleo os nossos minerais por preço de pechincha e o povo é que tem que pagar. Esta na hora de terminar com a fome do nosso povo. Brasil um país do qual que dizem "isso e aquilo". Veja bem, no Brasil nascem tantas crianças e as mães carentes vêm falecer. É um número alto de mortalidade. Ficar no poder deve ser muito bom, vocês enchendo a barriga enquanto um assalariado não tem dinheiro nem para comprar um pão para dar aos seus filhos. Apesar de minha idade, eu gostaria de ver o povo brasileiro revoltado com a atual crise por que passamos, acho que está na hora da gente fazer uma revolução como aquela que teve na Argentina.<sup>1392</sup>

---

<sup>1390</sup> Carta de José Cesário de Queiroz à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L110 DATA: 23/02/86 FORMUL: 235 DV: D TIPO: 14 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1391</sup> Carta de Elias Simão Lopes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 30/02/86 FORMUL: 230 DV: 6 TIPO: 14 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1392</sup> Carta de Yoran Sebastian Errera à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L026 DATA: 02/03/86 FORMUL: 638 DV: 6 TIPO: 14 26/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Aloísio Valgueiro de C. Barros, morador de Recife (PE), solteiro, 25 a 29 anos, Superior incompleto, até 1 salário acreditava que os parlamentares “só visam os seus direitos pessoais e não veem que somos nós, pequenos que os elegemos”. Ele afirmou que “o povo está revoltado com os parlamentares que só querem saber do voto e não trabalham para esse povo sofrido...”<sup>1393</sup> Pedro Paulo Resende, morador de Lagoa da Prata (MG), casado, 50 a 59 anos, Superior completo, salário entre mais de 5 a 10, se apresentou como delegado do Diretório do PMDB em sua cidade. Em sua opinião, nada “parece mais necessário e mais urgente do que um trabalho sério de saneamento moral no país”. Ele se mostrou muito irritado com “os desmandos e a corrupção [que] comprometem todo e qualquer trabalho e tiram ao governo toda a credibilidade de que necessita para implantar as reformas de que necessitamos”. Para o peemedebista de Lagoa da Prata,

a continuarem empreguismos absurdos, privilegiados injustificáveis e essa robalheira, que campeia impune, não há o que falar em Constituinte e Constituição. Seria hipocrisia pura. Aliás, todo o trabalho de combate à violência, à onda de assaltos fica comprometido por esse mesmo problema. A sociedade, revoltada diante de tanto desmando, acha-se no direito de vingar-se e, também de roubar descaradamente. Que vocês, que forem eleitos com o voto de um povo sofrido e injustiçado, tomem muita consciência disso. Chega de brincadeira. Que ninguém ouse brincar de constituinte. Isso poderia custar um preço alto demais.<sup>1394</sup>

Lahnel de Moura, morador de Porto Alegre (RS), casado, 2º grau, 30 a 39 anos, queria “que o País não se responsabilizasse por empréstimos ou contratos feitos ‘por governos’ sem representatividade popular”. Ou, dito de outra forma, pelos governos da ditadura, e, talvez, pelo próprio governo Sarney, que também não houvera sido escolhido pelo povo. Lahnel deseja, ainda, bem de acordo com o horror a pacotes que grassava entre a população, “que negociatas que prejudiquem a economia popular sejam consideradas como crimes de traição à Nação”.<sup>1395</sup>

As “negociatas” do Cruzado II também chegavam às casas dos brasileiros através da televisão. E não somente nos noticiários, também através de programas humorísticos

---

<sup>1393</sup> Carta de Aloísio Valgueiro de C. Barros à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 03/03/86 FORMUL: 693 DV: 1 TIPO: 40 27/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1394</sup> Carta de Pedro Paulo Resende à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: P001 DATA: 09/12/86 FORMUL: 012 DV: 0 TIPO: 10 27/06/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1395</sup> Carta de Lahnel de Moura à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 26/07/86 FORMUL: 293 DV: 6 TIPO: 10 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

como “Viva o Gordo”, exibido na *Rede Globo*. Na esquete, percebe-se a intensa insatisfação popular que levava o povo às ruas, aqui lembrado através das menções à CUT, a trabalhadores e inquilinos. O quadro começa com o ator Francisco Milani, que aparece travestido de José Sarney recebendo um novo pacote para assinar. Um auxiliar lhe pergunta se leu. Ele diz que leu sim e que está bom. Em seguida, indaga:

- Você não acha que com o novo nível do salário mínimo do pacote os trabalhadores não vão gritar de alegria?
- Gritar vão. Isso... o pessoal da CUT então vai gritar muito. Que vão gritar vão, não vão gritar? – pergunta ao auxiliar o personagem interpretado por Jô Soares (que parece representar um ministro ou assessor importante).
- Vão gritar sim, doutor. – responde.
- Então, vamos assinar o pacote.
- Péra, péra, péra, péra, Excelência... põe a mão na consciência... Vai assinar direto assim o pacote?... – pergunta Jô.
- Sim, por que não? Você não acha que os cortadores de cana, com a publicação deste pacote, não vão explodir de satisfação? – indaga Sarney.
- Explodir vão... Explodir... Eles explodem... Não vão explodir, Carnaúba? – pergunta Jô ao auxiliar.
- Vão explodir, doutor.
- Então, pra que discussão, vamos assinar o pacote! – diz o presidente.
- Péra, péra, péra, excelência... põe a mão na consciência... Vai assinar direto assim... numa segunda-feira, esse pacote? – pergunta Jô.
- Qual é o problema? Você não examinou esse pacote? – fala Sarney.
- Examinei... examinei...
- Não acha que os pecuaristas vão babar com este pacote?!
- Babar, babam... vão babar mais que do que vacas, que já babam muito... – Então, pra que discutir? Vamos assinar o pacote!
- Exce, Excelência... licença, vamos tomar um cafezinho antes do senhor assinar – pergunta Jô enquanto briga pela caneta com o presidente. Vencedor da briga, Sarney dispara:
- Não vamos perder mais tempo, o problema exige soluções urgentes... Você não examinou o item do pacote que reajusta os alugueis?
- Os alugueis... examinei...
- Então, os inquilinos não vão pra rua comemorar?
- Os inquilinos... que vão pra rua vão! Todos... eu também vou pra rua... Inclusive o Carnaúba também vai, não vai, Carnaúba?
- Vou, vou pra rua... Vou pra praça, pro banco, pra ponte, pra debaixo do viaduto! – afirma o auxiliar.
- Então, eu tenho certeza que os inquilinos vão pra rua, portanto, vamos assinar o pacote!
- Aflitos, os dois presentes assistem Sarney tentar assinar, mas a caneta falha.
- O que é que foi, Excelência, o que houve?
- Acabou a tinta. – diz um desanimado Sarney.
- Ao ouvirem que a caneta não tinha tinta, os dois se ajoelham de mãos postas e gritam “graças a Deus”. Jô pega a caneta do presidente e beija várias vezes.<sup>1396</sup>

Tanto quanto o quadro do programa humorístico de Jô Soares, as palavras de José Irineu de Sousa, morador de Itambaracá (PR), são igualmente representativas do

---

<sup>1396</sup> 1987. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

pensamento das classes populares. Sousa, solteiro, pós-graduado, 30 a 39 anos e renda de até 1 salário, duvidava “se os homens do poder levarão em conta as sugestões...” Ele afirmava que se a Constituinte não fosse representativa só iria “sacramentar os interesses dos poderosos, os donos do poder”. O paranaense disse não acreditar “em medidas que venham de cima” porque “os grandes relutam em abrir mão dos seus privilégios”. Segundo o missivista, era preciso: “deixar o povo se organizar, ser educado e politizado”; “conhecer seus direitos”; “diminuir as injustiças, aumentar a igualdade”; “moralizar a justiça brasileira (está em função dos ricos)”; “criar uma, política agrícola, justa e humana”; “resolver o problema da dívida externa... reforma agrária”. Ao final, demonstra decepção com os paradoxos do país, que ele escrevera ser “o 5. produtor de armas, 8. potência mundial e 42. nível social”. Diante disso, dispara: “horrível, revoltante, é incompetência, malícia dos políticos. Traição do povo”.<sup>1397</sup> Edison Luis Borges, solteiro, 25 a 29 anos. 2º grau, renda de 1 a 2 salários também percebeu muito bem o caráter eleitoreiro do Cruzado. Morador de Içara (SC), Borges sentenciou:

Te liga Presidente, o povo não é todo idiota. O pacote ninguém engoliu. Nem todo mundo é cego e desinformado. Golpe pra ganhar as eleições. Esse é o verdadeiro nome do tal pacote. Quando o povo se tocar que foi logrado, vocês estarão num mato sem cachorro.<sup>1398</sup>

### 3.3. As ações populares após o Cruzado II

Esta pesquisa vem demonstrando que o êxito do Plano Cruzado não retirou das classes populares sua capacidade de avaliar o quadro socioeconômico e político, colocando-as acriticamente a reboque do presidente Sarney. A intensificação das lutas populares após o pacote de novembro representa indício de sua independência frente às tentativas de manipulação do governo e, mais que isto, sugere o acerto da tese da pré-existência da unidade popular como elemento fundamental para compreensão tanto de sua adesão imediata ao governo, por ocasião do êxito do Cruzado, quanto do repúdio ao governo, no momento em que renegou o cerne do Cruzado, qual seja, a proteção da economia popular (o que, para os populares tinha valor tanto moral quanto econômico).

---

<sup>1397</sup> Carta de José Irineu de Sousa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L112 DATA: 23/02/86 FORMUL: 282 DV: D TIPO: 14 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>1398</sup> Carta de Edison Luiz Borges à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L119 DATA: 30/02/86 FORMUL: 473 DV: 6 TIPO: 40 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Dentre as diversas manifestações das forças populares após o fracasso do Cruzado, optei por destacar aquelas levadas a efeito por três atores: os trabalhadores nas greves, os movimentos sociais que atuaram na Constituinte, e os populares que atuaram em ações coletivas em que houve confronto entre as forças do governo. A escolha dos três atores supracitados se deve, por um lado, à sua representatividade e expressão naqueles anos e, por outro, ao fato de que, em momentos de intenso protagonismo popular, são produzidos muitos registros que permitem ao historiador apreender, tanto quanto possível, os aspectos centrais de seu pensamento.

### **3.3.1. Mobilizações dos trabalhadores após o pacote**

No que diz respeito mais especificamente à classe trabalhadora – sem dúvida o segmento mais dinâmico e combativo das classes populares de então –, pode-se asseverar que o Cruzado não arrefeceu o seu ímpeto de lutas a favor da ampliação das conquistas, tanto no âmbito do mundo do trabalho quanto conquistas sociais mais abrangentes.

Em 1985, seu primeiro ano, o governo da “Nova República” teve que lidar com 927 greves.<sup>1399</sup> No ano seguinte, com o êxito do Cruzado em conter a inflação a partir de março e com medidas para atender os trabalhadores, como o seguro-desemprego, houve quem avaliasse que o movimento operário refluiria. Muito ao contrário, o perfil radicalizado pré-existente nas classes populares esteve a serviço da ampliação da mobilização dos trabalhadores, que se acharam no direito de reivindicar ainda mais, em especial, aumentos reais de salário, cujas perdas remontavam a décadas. Portanto, não foi sem razão que ocorreram 1.665 greves em 1986, ano em que por nove meses vigorou o Cruzado sem que a grande maioria dos populares tivesse ciência das intenções eleitoreiras do governo.

Na prática, o aumento das mobilizações dos trabalhadores em um cenário no qual o governo exibia um discurso – e em várias frentes, uma prática – que lhes era favorável, reforça a hipótese de autonomia das classes populares frente ao presidente Sarney. Afinal, se estivessem a reboque do governo, seguiriam as recomendações do Planalto – e de seus associados na imprensa – quanto a não realizar greves.

As classes populares como um todo estavam conscientes de que a contenção da inflação era um passo – importantíssimo –, mas era um dentre muitos outros. Charge de autoria do cartunista Nilson, publicada em 1986, deixa isso bem claro. Nela aparecem homens e mulheres – caracterizados como operários, camponeses, integrantes de movimentos sociais e de categorias profissionais – correndo atrás do presidente Sarney e

---

<sup>1399</sup> MATOS, op. cit., p. 120.

do ministro Funaro bradando as seguintes reivindicações (todas iniciadas com “Ô Sarney”): “e as demissões dos bancários?”; “o que você fez com o meu salário?”; “e a questão da mulher?”; “e a constituinte?”; “e o FMI?”; “e a moratória?”; “e o reatamento com Cuba?”; “e a reforma agrária?”; “e a questão do negro?”. Enquanto fugiam dos populares, Sarney dizia a Funaro: “Acho que eles não entenderam o que é ser fiscal do Sarney”, sugerindo que os populares deveriam estar submetidos ao presidente. Funaro, por sua vez, respondeu: “É pior! Eles entenderam!”<sup>1400</sup> Esta fala evidencia que havia uma tendência nos populares de fiscalizar o próprio presidente Sarney.

Alguns depoimentos de trabalhadores que dirigiram os sindicatos dos Químicos e Plásticos de São Paulo desde 1985 corroboram a afirmação que no período em questão os trabalhadores – na verdade, as classes populares como um todo – apresentavam postura radical, reivindicativa, independentemente da temporária melhoria na distribuição de renda propiciada pelo Cruzado e da oposição do governo aos movimentos grevistas. De acordo com Ronaldo Paschoal,

na década de 80, a coisa era muito atuante. Havia as greves, as nossas assembléias eram na rua. (...) Nesse período todo, os trabalhadores tinham mais força, pela própria questão da economia. Você fazia uma greve e conquistava. (...) Mas havia uma coisa mais de luta.<sup>1401</sup>

Na avaliação de João Carlos Rosis, “existia uma efervescência meio que natural: você saía de uma greve e já estava em outra. Havia um clima favorável à luta naquele período...”<sup>1402</sup>

Segundo Lourival Batista Ferreira,

depois de 1985, não parou mais de ter greve. Não tinha uma semana em que a gente não estivesse com duas ou três fábricas paradas... Tinha época em que parávamos a fábrica por telefone, não precisava nem aparecer na frente da fábrica... O sindicato se tornou uma grande referência.<sup>1403</sup>

O “clima” continuava mesmo extremamente propício ao protesto, como atesta curiosa situação envolvendo o cantor Lobão. Ao gravar a faixa “Revanche” (“A favela é a nova senzala, correntes da velha tribo/ E a sala é a nova cela, prisioneiros nas grades do

---

<sup>1400</sup> NANI et. al. **Plano Cruzado: Tem que dar certo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 110.

<sup>1401</sup> Depoimento de Ronaldo Paschoal. Mobilizações e greves nos anos 80. In: FONTES, Paulo (org.). **A química da cidadania. Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo: 20 anos de lutas, democracia e conquistas**. São Paulo: Viramundo, 2002, p. 90.

<sup>1402</sup> Depoimento de João Carlos Rosis. Mobilizações e greves nos anos 80. In: FONTES, Paulo (org.). **A química da cidadania. Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo: 20 anos de lutas, democracia e conquistas**. São Paulo: Viramundo, 2002, p. 90.

<sup>1403</sup> Depoimento de Lourival Batista Ferreira. Mobilizações e greves nos anos 80. In: FONTES, Paulo (org.). **A química da cidadania. Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo: 20 anos de lutas, democracia e conquistas**. São Paulo: Viramundo, 2002, p. 92.

vídeo/ E se o sol ainda nasce quadrado, e a gente ainda paga por isso...”<sup>1404</sup>) para seu LP “O rock errou”, ouvira a seguinte objeção de um representante da gravadora: “Mas em pleno Plano Cruzado você vai fazer música de protesto?!”.<sup>1405</sup> Ainda que lançada em março, em meio à plena euforia do Cruzado, a música estourou imediatamente.

Em um processo histórico no qual, na maioria do tempo, adjetivos como tristeza, frustração, decepção e ódio estavam na boca, e, conseqüentemente no sentimento dos populares, compreende-se a formidável combatividade dos trabalhadores. O jovem José Alexandre Domingos da S., morador de Ceilândia (DF) solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, reconheceu, após o fim do Cruzado, que havia motivos de tristeza para o povo, tanto que suas reivindicações foram “acabar com a fome, fazer mais colégios, colocar os menores em colégios. Mais policiamentos, aumentar os salários, acabar com a tristeza do povo e trazer felicidades para todos nós”.<sup>1406</sup>

Um outro popular João Bezerra Figueira, casado, 40 a 49 anos, 2º grau incompleto, de 1 a 2 salários, quis acentuar sua frustração com a Nova República. Morador de Amarante do Maranhão (MA), após colocar suas frustrações para com as regras de reajuste salarial do Cruzado, indagou: “Qual a resposta para acabar com a frustração e confiança que tínhamos no Governo?”<sup>1407</sup> Marcelino Gonçalves Leopoldo, solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, renda de 1 a 2 salários, morador de Contagem (MG), também lembrava aos constituintes frustrações vivenciadas pelo povo:

Meu desejo como brasileiro, é de que esta nova Carta Magna seja cunhada por homens íntegros e de respeitabilidade nacional. Que se dê prioridade a haste social, que o trabalhador tenha seus direitos resguardados como verdadeiros suportes, que sustentam o progresso e o nome desse País. Que a participação popular seja incluída, que esta seja uma constituinte livre, soberana e democrática, e não uma Constituição forjada pela elite minoritária e sem nenhum respaldo político e nacionalista.

Que a reforma agrária seja prescrita como uma lei, uma realidade e não mais uma frustração nacional.

(...)

Só poderemos desejar que isso tudo seja uma realidade e não um sonho alienado.

---

<sup>1404</sup> “Revanche”. Composição: Lobão. Intérprete: Lobão. In: O rock errou. LP. RAC, 1985. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/lobao/47042/>. Acessado em: 14 jan. 2012.

<sup>1405</sup> DAPIEVE, Arthur. **BrRock: o rock brasileiro dos anos 80**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 49.

<sup>1406</sup> Carta de José Alexandre Domingos da S. à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L021 DATA: 21/08/86 FORMUL: 509 DV: 2 TIPO: 10 23/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1407</sup> Carta de João Bezerra Figueira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 07/05/86 FORMUL: 350 DV: 4 TIPO: 14 29/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Muito obrigado.<sup>1408</sup>

Defendi Marchese, morador de Santa Bárbara do Sul (RS), sem informação de outros dados, ressalta seu ódio com os políticos:

a minha sugestão é de revolta, ódio e nojo com todos os políticos, pois não há mais vergonha, caráter, moral, dignidade, consciência e nem mando, pois é tudo um roubo e um desfalque, é realmente uma vergonha das mais absurdas do mundo...<sup>1409</sup>

Andréa Andrade de Melo, solteira, 15 a 19 anos, 2º grau, sem rendimento, moradora de Pará de Minas (MG), também menciona o ódio, quando fala das injustiças e desigualdades sociais que observava no país; uma carta com evidente discurso classista:

O Problema do Brasil, que hoje, para, mim é o mais sério, é o desemprego que gera, o ódio, que gera a violência, a miséria e gera muito mais coisas. Não só o desemprego, mas o estudo em nosso país esta péssimo (...) Quanto ao salário, hoje em dia, ou sempre aconteceu, os "mais", os chefes, os líderes não fazem nada e querem mais e mais. Os que lutam, que criam, que fazem e produzem não ganham, há aí uma injustiça social. Pense Isto é só o começo dos problemas.<sup>1410</sup>

Paulo Galdino da Silva era outro decepcionado com o que via no país. Morador de Recife (PE), 30 a 39 anos, 2º grau, de 3 a 5 salários, exigiu que fossem presos os ladrões de “colarinho branco”, “isto porque já ando decepcionado com tanto roubo”.

Exelência, por tudo que há de mais lindo e sagrado, está na hora de Vossa Exelência, intervir em uma lei que puna os ladrões, que estavam roubando, afundando, com o nosso Brasil.

OS COLARINHOS BRANCOS.

Temos um país lindo, rico e invejado por outros países, temos riquezas minerais imensas. Mas também temos ladrões impunes.

(...)

(...)

Brastel, pedras, empréstimos etc, e só nós é que pagamos o pato.

Por favor ajude esta Nação tão linda, pois a justiça da terra está em suas mãos, e Deus quer que o senhor faça justiça.<sup>1411</sup>

---

<sup>1408</sup> Carta de Marcelino Gonçalves Leopoldo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 01/07/86 FORMUL: 249 DV: 3 TIPO: 10 28/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

<sup>1409</sup> Carta de Defendi Marchese à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L001 DATA: 23/02/86 FORMUL: 022 DV: 2 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1410</sup> Carta de Andréa Andrade de Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L122 DATA: 23/02/86 FORMUL: 543 DV: D TIPO: 10 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1411</sup> Carta de Paulo Galdino da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L137 DATA: 24/02/86 FORMUL: 925 DV: 6 TIPO: 14 21/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Os registros supra põem em relevo as posições das classes populares frente a grandes mazelas do Brasil que ficaram intocadas (mesmo enquanto o Cruzado ia de vento em popa), e, evidentemente, contribuíram para o repúdio geral ao pacote de 21 de novembro. Tendo em vista tal repúdio, a CUT e a CGT organizaram uma greve geral para o dia 12 de dezembro de 1986. A greve causava apreensão no governo, ainda atordoado pela reação popular ao pacote, bem como em segmentos das elites, temerosos de que a situação saísse do controle. As manchetes das edições seguintes à greve demonstram que a postura muitas vezes progressista dos veículos da grande imprensa mais utilizados neste trabalho tinha limites. A revista *Veja* estampava em sua capa a manchete “Como a greve geral fracassou”<sup>1412</sup> (assim mesmo, com o verbo sublinhado); o *Jornal do Brasil* fez questão de declarar que “Greve não foi geral nem nacional” no topo da capa do jornal<sup>1413</sup>; a *Folha de S. Paulo*, também no topo, trouxe o seguinte destaque: “CUT e CGT se acusam pelo fracasso”.<sup>1414</sup> Abaixo desta, ganhou destaque uma manchete em cuja fotografia apareciam o governador de São Paulo Franco Montoro e o presidente José Sarney sorrindo tranquilamente, sugerindo que saíram vencedores. O título da matéria não deixa dúvidas acerca da posição do próprio periódico quanto à greve: “Sarney adverte que a ação de minorias pode levar país ao retrocesso”.<sup>1415</sup>

Em carta enviada após o pacote, Frederico Lobato, morador de Taubaté (SP), um leitor da *Folha*, lembra que os brasileiros aplaudiram a Nova República, e por isso se mostrava indignado quanto ao aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, bem como à postura do governo frente aos trabalhadores, que se opunham ao Cruzado II, inclusive citando a frase de Sarney que estampava a capa da *Folha* dias antes. Veja que Lobato acentuou a importância dos trabalhadores no período.

Sarney declara, a propósito da greve, que ‘ações de minorias podem levar o país ao retrocesso’. Chama de minoria os trabalhadores, liderados pelo deputado mais votado na história da República, enquanto maioria deve ser o seu governo. Enquanto isso, Jânio Quadros aumenta de maneira absurda as passagens, sacrificando o mesmo povo que lhe deu a vitória nas urnas. Essa, a Nova República que tanto aplaudimos?<sup>1416</sup>

---

<sup>1412</sup> “Como a greve geral fracassou”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, capa.

<sup>1413</sup> “Greve não foi geral nem nacional”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1986, capa.

<sup>1414</sup> “CUT e CGT se acusam pelo fracasso”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 dez. 1986, capa.

<sup>1415</sup> “Sarney adverte que a ação de minorias pode levar país ao retrocesso”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 dez. 1986, capa.

<sup>1416</sup> Frederico Lobato. “Nova República”. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 dez. 1986, p. 2.

Ainda que a derrota do movimento dos trabalhadores tenha sido alardeada pela grande imprensa, números divulgados pela revista *Veja* apontam em outra direção, na medida em que avaliara que 15 milhões de trabalhadores cruzaram os braços. Seu argumento é que o número de grevistas fora reduzido, levando-se em conta que havia 52 milhões de trabalhadores no país.<sup>1417</sup> Um leitor da *Folha* desconfiou dos argumentos acerca do fracasso. Assim escreveu o morador de São Paulo (SP) Cláudio Teixeira: “Dizer que a ‘greve’ geral foi um fracasso e não uma vitória é apenas propaganda do governo e da imprensa para tentar desmoralizar as lutas dos trabalhadores e defender o tal ‘pacote social’”.<sup>1418</sup> Embora sem ter essa intenção, *Veja* amenizou a tese de fracasso do movimento ao admitir que a greve “foi bem-sucedida no nível nacional: houve paralisações em 22 dos 23 Estados”.<sup>1419</sup>

Sob qualquer ângulo que se olhe, não há como negar que a participação de 15 milhões de pessoas organizadas em apenas 19 dias evidencia o elevadíssimo grau de mobilização dos trabalhadores, assim como o nível de autonomia popular frente ao governo. A revista *Veja*, por seu turno, se esforçou para convencer o seu público da ilegitimidade da greve, com o seguinte argumento:

Uns porque fazem o que as centrais sindicais determinam, outros porque seus sindicatos ratificaram a greve, muitos porque acharam boa a idéia do fim de semana prolongado e uma quantidade incalculável porque, em suas cidades, não havia transportes coletivos.<sup>1420</sup>

O texto sugere claramente que os trabalhadores que participaram da greve o fizeram porque: a) são massa de manobra das lideranças sindicais; b) “malandramente” querem esticar o final de semana; ou c) não tinham transporte público. Ou, dito de outra forma, não fizeram greve levados por sua própria consciência. Este tipo de visão sobre os populares é recorrente nas elites. De acordo com o historiador George Rudé, “a suposição implícita, parece ser a de que as massas não tem aspirações dignas e próprias e, sendo naturalmente

---

<sup>1417</sup> “A miragem desfeita. Com as máquinas ligadas e o comércio a todo vapor, a CUT e a CGT fracassam em seu plano de promover uma greve geral em todo país”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, p. 36. Publicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo afirma que 70% dos trabalhadores aderiram à greve geral. Vide: KAREPOVS, Dainis (coord.) **A história dos bancários; lutas e conquistas. 1923-1993**. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, 1994.

<sup>1418</sup> Cláudio Teixeira. “Pacto social e greves”. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 dez. 1986, p. 3.

<sup>1419</sup> “A miragem desfeita. Com as máquinas ligadas e o comércio a todo vapor, a CUT e a CGT fracassam em seu plano de promover uma greve geral em todo país”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, p. 37.

<sup>1420</sup> “A miragem desfeita. Com as máquinas ligadas e o comércio a todo vapor, a CUT e a CGT fracassam em seu plano de promover uma greve geral em todo país”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, p. 36.

venais, só podem ser levadas a atividade pela promessa de uma recompensa, feita por agentes de fora ou conspiradores”.<sup>1421</sup>

Tão ou mais condenável quanto a suposição acima foi a tentativa de culpar os trabalhadores pelo fato de o presidente Sarney ter autorizado a ação das Forças Armadas para conter o movimento: “A greve geral de sexta-feira da semana passada, programada para levantar o estandarte das centrais sindicais da política brasileira, trouxe de volta às ruas os uniformes do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais”.<sup>1422</sup> Na opinião da revista *Veja*, a greve era uma espécie de capricho das centrais sindicais, tanto que procura sugerir que o melhor protesto é aquele que se faz trabalhando. Para isto exhibe uma fotografia em que aparece uma faixa dos trabalhadores da indústria Tombini, de Curitiba, com os seguintes dizeres: “SARNEI [sic] SÓ ESTAMOS TRABALHANDO PORQUE DEPENDEMOS DO SALÁRIO DESTE DIA. ABAIXO CRUZADO II”.<sup>1423</sup> Do ponto de vista da análise das escolhas que os populares têm que fazer em um momento de greve esta fotografia oferece elementos para entendermos a ausência da maioria dos outros trabalhadores: optaram por trabalhar porque precisavam do salário referente àquele dia de trabalho, e não porque adotaram a posição do governo ou porque fossem contrários a greves.

Há evidências de apoio a greves como instrumento de pressão sobre patrões e governo, além das já aludidas 1.665 greves de 1986 e dos 15 milhões de trabalhadores que pararam em 12 de dezembro daquele ano. Ainda mais eloquentes que estes números, são aqueles que chamam a atenção para o seguinte fato: de janeiro a outubro de 1986, portanto, antes do Cruzado II, foram realizadas 1.067 greves, que contaram com a adesão de 7,6 milhões de trabalhadores ao todo.<sup>1424</sup> Por outro lado, e ainda mais significativo, foram as 598 greves ocorridas somente nos 40 últimos dias de 1986, equivalendo a 35,9% de todas as greves do ano. Este número se constitui em uma fortíssima evidência de que o pacote de

---

<sup>1421</sup> RUDÉ, George. **A multidão na História. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 2.

<sup>1422</sup> “O Exército sai às ruas como em 68”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, p. 42. A utilização das Forças Armadas na repressão aos trabalhadores arranjou a imagem do presidente Sarney. Bastante criticado e pressionado pela forma como reprimiu os populares em Brasília e na greve geral de 12/12/1986. No intuito de recuperar a imagem de “liberal-progressista”, ele admitiu, em discurso a militares, que “o pior inimigo da estabilidade, da paz, da ordem é a estagnação de todos os males, que vão do desemprego à fome”. Gilberto Dimenstein. “Toque de recolher”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 dez. 1986, p. 2.

<sup>1423</sup> A miragem desfeita. Com as máquinas ligadas e o comércio a todo vapor, a CUT e a CGT fracassam em seu plano de promover uma greve geral em todo país”. *Revista Veja*. São Paulo, 17 dez. 1986, p. 38.

<sup>1424</sup> DIEESE. **Plano Cruzado e os trabalhadores**. São Paulo, nov. 1986, p. 3. Extraído de FORTUNATI, op. cit. P. 24.

novembro havia produzido intensa frustração e revolta nos trabalhadores, uma vez que mais de um terço de todas as greves ocorreu em pouco mais de um mês.

Tomemos como exemplo o posicionamento dos paulistanos frente a greves, registrado em pesquisas de opinião. 54,6% dos entrevistados pelo *Datafolha* em 1984 a respeito de greves se disseram favoráveis a elas.<sup>1425</sup> Em outra pesquisa no ano anterior, um total de 71,3% dos entrevistados afirmaram que a polícia não deveria intervir em greves ou deveria apenas observar e intervir se houvesse excessos.<sup>1426</sup> Traduzidos, os números podem indicar que uma quantidade maior de paulistanos que os 54,6% poderia ser favoráveis a greves, mas na ocasião, por alguma razão, não o revelou. Em 1989, pesquisa nacional do Ibope indica que 69% dos brasileiros acreditavam no sindicato como a única maneira dos trabalhadores defenderem seus interesses,<sup>1427</sup> ao passo que 89% dos entrevistados criam que a greve é válida, desde que não houvesse violência.<sup>1428</sup> Se levarmos em conta que entre o ano da primeira pesquisa de opinião (1983) e a última (1989) ocorreram 7.928 greves<sup>1429</sup>, é altamente plausível afirmar que parte substancial dos trabalhadores a apoiassem.

Em suas cartas, populares também trataram do tema das greves. Nelas, não se mostram favoráveis à greve pela greve, mas enxergaram que o quadro socioeconômico a tornava legítima e necessária. Em todas elas, o tema é mencionado ao lado de outros, e, mais interessante, mesmo quando o missivista se mostrava contrário a elas outras de suas sugestões demonstram que isto não significava que o mesmo não fosse contrário às causas populares. É bom que se dê destaque a este aspecto, uma vez que espíritos mais apressados podem fazer um tipo de associação simplista que associa o fato de que se uma pessoa se mostrava contrária a greves é porque era conservadora. O exame dos registros em que populares mencionam greves aponta para outra direção, pois, em geral, as observações negativas sobre greves vinham acompanhadas de percepção realista acerca de vários problemas sociais que careciam de solução por parte do governo. Em várias delas, inclusive, saltam aos nossos olhos percepção das lutas de classe e da desigualdade social.

---

<sup>1425</sup> KOTSCHO, Mara Nogueira. **A cabeça do brasileiro: uma análise das pesquisas de opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 47.

<sup>1426</sup> KOTSCHO, op. cit., pp. 105, 106.

<sup>1427</sup> SOUZA, Amaury de. Sindicatos e greves: a visão do público. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje**. São Paulo: Editora Sumaré: Instituto Roberto Simonsen, 1992, p. 125.

<sup>1428</sup> SOUZA, Amaury de. Sindicatos e greves: a visão do público. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.), op. cit. p. 133.

<sup>1429</sup> MATOS, op. cit., p. 120.

Célide Maria de Andrade, em uma segunda carta, pede medidas mais sérias quanto ao Cruzado (o que significa que alguém não estava levando a sério suas tarefas, no caso, o governo Sarney). Moradora de Campinas (SP), solteira, 20 a 24 anos, entre 1 e 2 salários, 2º grau, ela defende “melhoria no salário de todos os quadros profissionais para não haver greve, que são de meu ponto de vista, legais, pois só o salário que tem seu congelamento, e é rigorosamente obedecido, por que as mercadorias não?”<sup>1430</sup> De acordo com Cíntia Resende dos Santos, solteira, moradora de Uberaba (MG), 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, era necessário “aumentar o salário mínimo de cada trabalhador”, e isso “para que ninguém passe fome. Mas aumentar a um quanto suficiente para que com isso não haja mais greves”.<sup>1431</sup> Na opinião de Edson Almeida, casado, 30 a 39 anos, Superior incompleto, de 2 a 3 salários, morador de Uberlândia (MG), são os desmandos do governo que fomentam as greves:

Acho que há necessidade do congelamento de cima até em baixo; qualquer área que ficar sem congelamento sobe e daí atrapalha tudo. Para congelar a carne antes teria que congelar o preço do bezerro, e do garrote, e da vaca em pé Terá que congelar e tudo, assim não teria greves e o Plano Cruzado não ia morrer.<sup>1432</sup>

O jovem Doristóteles Medeiros de Almeida, solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, lamentou o rápido fim do Cruzado e tratou da greve dos professores com as seguintes palavras:

Eu estou achando muito boa esta Constituinte, mas eu encontrei alguma coisa, que estou meio confuso como vocês fizeram o cruzado sair tão depressa, e achei também porque estão querendo mudar a Constituinte para outro tipo de Constituinte. E vocês estão querendo que a inflação zero dê certo, mas com a greve dos professores, vam acabar com quase todos os seus planos, o único jeito de acabar com esta greve é o governo dá aumento no dia que dê certo e se não quiser eles saem e colocam outros professores que estão procurando vagas, Se ficar deste jeito não vai dá nada certo Para os professores e para nós alunos, mais é para nós os alunos que estamos aprendendo porque os professores já sabem o que estão nos ensinando. Mas eu quero continuar com o estudo para nós alunos ter um bom futuro pela frente. Tem que dar certo.<sup>1433</sup>

---

<sup>1430</sup> Carta de Célide Maria Andrade à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 20/08/86 FORMUL: 136 DV: 8 TIPO: 15 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1431</sup> Carta de Cíntia Resende dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 15/08/86 FORMUL: 315 DV: 5 TIPO: 10 09/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1432</sup> Carta de Edson de Almeida à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 20/08/86 FORMUL: 136 DV: 8 TIPO: 15 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1433</sup> Carta de Doristoteles M. de Almeida à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 28/08/86 FORMUL: 220 DV: 8 TIPO:

Embora, assim como o missivista anterior, pareça confundir greve com a impossibilidade da estabilidade da economia (discurso recorrente na imprensa), o estudante sugeriu que o governo concedesse o aumento aos professores. Mesmo tão jovem, ele foi capaz de perceber que: a) o Cruzado havia naufragado; b) o governo estava querendo mudar o formato da Constituinte (independentemente do sentido que isto tinha para ele) e; c) se as coisas continuassem do jeito que estavam nada daria certo.

Um morador de São Paulo (SP), casado, idade entre 50 e 59 anos, renda entre 10 a 20 salários, preferiu não se identificar, provavelmente porque fora severo com o governo e com o empresariado (embora tivesse lançado mão de um argumento como uma forma de salvo-conduto: “não sou contra o governo”). Em síntese, afirmara que, no Brasil, só os pobres iam presos, incluindo os trabalhadores, tratados como bandidos. Suas colocações veementes evidenciam a percepção das desigualdades sociais e as lutas de classes existentes à época, bem como reforçam o fato de que não é a renda que insere ou exclui um indivíduo nas classes populares, pois ele mesmo tinha renda elevada.

A Lei de Greve: No Brasil, desde que exista o Código Penal 4o., e lei das contravenções penais de 41 o que se tem notícias só foram para a cadeia, os pobres, trabalhadores, grevistas, ladrões pé de chinelo alguns assassinos. As greves são questões serias não criminais, não políticas, mas trabalhistas, não anarquistas, os direitos dos grevistas tem que ser dados e não retirados não sou contra o governo, sim contra os latrocínios, banqueiros, empresários, comerciantes, fabricantes, industriários, especuladores, agiotas que usufruam lucros sem trabalhar, os exploradores, todos esses se preocupam somente com eles engolindo o dinheiro do trabalhador empregado operário, até do país. Ajude a implantação do plano cruzado, não se viu falar até agora que fabricantes, empresários, comerciantes, fornecedores, pecuaristas, agiotas, especuladores..., contra bandista de toda espécie, foram parar atrás das grades, os sabotadores do leite, carne, ovos, queijo, manteiga, laticínios, frangos; fabricantes de carros (automóveis) de peças de todos o tipos essa camarilha de empresários de colarinho branco, safados, aventureiros, combusteiros, abordadores do país..., deveriam há muito tempo estar morando numa penitenciária federal para sempre, e não todas as categorias de qualquer nível social, o fachineiro até ao cientista. Precisamos jogar duro contra todos esses ratos e sabotadores desse país, joguem na ilha das cobras. A independência, a democracia, a liberdade não chegou ao Brasil.<sup>1434</sup>

O anônimo missivista acima estaria criando novas categorias para representar os integrantes das elites? Decerto que não. Quando ele disse que “latrocínios, banqueiros, empresários, comerciantes, fabricantes, industriários, especuladores, agiotas que usufruam

---

40 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1434</sup> Carta Anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 01/09/86 FORMUL: 322 DV: 6 TIPO: 14 21/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifos no original]

lucros sem trabalhar, os exploradores”, ele estava se utilizando de vocabulário corrente entre os integrantes das classes populares. De fato, os populares os consideravam que “fabricantes, empresários, comerciantes, fornecedores, pecuaristas, agiotas, especuladores..., contrabandista de toda espécie”, assim como “os sabotadores do leite, carne, ovos, queijo, manteiga, laticínios, frangos”, constituíam uma “camarilha de empresários de colarinho branco, safados, aventureiros, combusteiros, abordadores do país” que prejudicava aos brasileiros.<sup>1435</sup>

Rosalina Rosa Ferreira Fonseca, casada, 2º grau, 30 a 39 anos, renda de até 1 salário, moradora de Patos de Minas (MG), queria que o governo concedesse aumento aos professores, para que acabasse a greve. A popular percebeu que havia vários problemas insolúveis: congelamento que só chegava aos salários, não aos preços; o problema do tabelamento não ser respeitado no interior; baixos salários dos professores que os levavam às greves; débil atendimento no INPS:

Eu tenho uma sugestão para a nova Constituinte. O plano cruzado foi aprovado mas aqui em nossa cidade, só foi congelada o salário, as coisas estão subindo de preço, todos os dias. É preciso uma nova fiscalização o mais rigorosa possível. Há também todos os anos greve de professor pois o professorado está muito pouco valorizado e por isso eles fazem greve para aumentar os salários, mas está prejudicando os alunos e nós, os alunos, pedimos melhores salários para os professores que assim resolverão este problema mais rápido. Há também uma irregularidade nas filas do INPS. Os tratamentos estão muito ruins pois nem mais a anestesia estão dando mais para os doentes, gostaria que tivesse uma maneira de resolver estes tratamentos pois só nós, pobres, é que necessitamos de INPS.<sup>1436</sup>

Luci Teixeira Biscaia, moradora de São Lourenço do Oeste (SC), solteira, 30 a 39 anos, Superior completo, renda entre 10 e 20 salários, procurou ensinar o governo a acabar com as uma parte das greves. Em suma, atendendo a reivindicação dos trabalhadores de participação nos lucros:

---

<sup>1435</sup> Tais representações negativas sobre as elites eram muito disseminadas entre os populares. Não à toa, em peças de humor nas mídias impressa e televisiva seus integrantes frequentemente eram compostas por homens gordos, vestindo terno, gravata, cartola e fumando um charuto. Em charge publicada em 1986, o cartunista Clériston desenhou lado a lado um operário – magro e carregando marmitta – e um burguês com o indefectível charuto. “Ontem tive um sonho com o fiscal da Sunab”, dizia o operário. “E eu, um pesadelo”, respondeu o burguês (NANI et. al., op. cit., p. 43). Outra maneira muito recorrente de retratados os empresários era como animais. No mesmo ano, o cartunista Jailson publicara uma charge em que Dilson Funaro aparecia vestido com o uniforme dos cruzados, portando escudo com o símbolo da nova moeda (Cz\$), e tendo imobilizado com o listão da Sunab um rato, um porco e um tubarão, que tinham sobre suas cabeças a típica cartola (NANI et. al., op. cit., p. 27). Esses são dois dentre inúmeros exemplos. Vale lembrar que várias das cartas analisadas neste trabalho carregavam tais representações.

<sup>1436</sup> Carta de Rosalina Rosa Ferreira Fonseca à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L014 DATA: 11/07/86 FORMUL: 340 DV: 3 TIPO: 10 12/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifos no original]

Sugestão para acabar com parte das greves:

Fábricas: Todas as fábricas serão obrigadas pagar além do salário ao empregado, um abono produtividade sendo esse abono um percentual sobre todas as vendas realizadas. Dessa forma, o Plano Cruzado estaria sendo beneficiado. Com o plano cruzado, as fábricas aumentariam tanto sua produção que chegaram a acabar com a matéria prima existente. Esse lucro proveniente da venda ficou só com os proprietários. Os empregados não receberam aumento de um centavo. Daí as greves automobilísticas, dos empregados na Brahma e Antártica, etc...se ganhassem um percentual sobre as vendas, estariam levando vantagem, o Plano Cruzado e ninguém pensaria entrar em greve. Já viu empregado do comércio entrar em greve? É bem mais raro, pois a maioria dos empregados no comércio ganham comissão sobre as vendas. Dessa forma, sempre que o patrão lucra o empregado também. Os bancários receberiam uma porcentagem dos lucros. Ficaria apenas para ser pensada uma forma de compensar os funcionários públicos, cuja renda depende sempre do governo. Seria feito um estudo especial para funcionários públicos receberem aumentos de acordo com os aumentos de arrecadação de Impostos (uma porcentagem caberia aos funcionários, incluindo é claro os professores).<sup>1437</sup>

A viúva Florozita Martins Versiani, moradora de Patos de Minas (MG), acima de 59 anos, 1º grau completo, renda de 1 a 2 salários, se disse muito satisfeita com o Cruzado (“Gostei muito da mudança do cruzeiro para o cruzado”), contudo, a sequência de sua carta aponta para o oposto quando afirma que “as coisas foram congeladas um pouco caras e os ordenados muitos baixos, não está dando para nada, principalmente para as viúvas. Estou esperando um reajuste que compense”. É de se supor que se “não está dando para nada” é que o Cruzado não tenha sido verdadeiramente bom. Ao dizer que espera “reajuste que compense”, parece sugerir que deve haver uma compensação pelo fato de ter apoiado o plano. Após requerer reajuste, reforçou a noção de que se trata de um desejo coletivo: “a voz geral do povo, está na mesma esperança”. Quando trata de greve (no caso, de professores), afirma querer o seu fim (como a maioria das cartas), mas que fosse concedido “um ordenado que compense para os professores.”<sup>1438</sup>

Vale reiterar que não necessariamente os que se declaravam contrários a greves estavam excluídos das classes populares. Rosângela Alves da Mota, moradora de Patos de Minas (MG), foi taxativa quando sugeriu que devessem “abolir as greves”. Contudo, todas as suas outras sugestões à Constituinte eram compartilhadas pelas classes populares em

---

<sup>1437</sup> Carta de Luci Teixeira Biscaia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 04/08/86 FORMUL: 098 DV: 8 TIPO: 10 19/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1438</sup> Carta de Florozita Martins Versiani à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L025 DATA: 06/08/86 FORMUL: 611 DV: 4 TIPO: 14 21/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifos no original]

geral e, especificamente, pelo movimento dos trabalhadores. Diante disso, há como não considerá-la popular?

Melhores salários.  
Mais cursos profissionalizantes.  
Mais creches.  
(...)  
Continuar como o plano cruzado e o congelamento.  
Mais empregos.  
Maior respeito ao cidadão brasileiro.  
Mais escolas públicas.<sup>1439</sup>

Carta anônima de uma mulher moradora de São Paulo (SP), casada, idade entre 50 e 59 anos, 1º grau incompleto, de 1 a 2 salários, aponta para o fato de que parte das críticas que se tinha sobre o assunto não era sempre sobre o fato de se deflagrar greves, mas de o governo dar motivos para que os trabalhadores precisassem greves continuamente. A missivista anônima, por sua vez, fora bastante crítica quanto ao governo Sarney.

Sr. José Sarney, você entrou para ser Presidente, colocou o cruzado e veio azarar a classe média para baixo, ponha a mão na cabeça, deixe de dormir uma noite e pense bem o que está fazendo. Tenho certeza que os presos que estão na cadeia têm fartura e nós que trabalhamos e já estamos aposentados, ganhamos um salário de fome, volte como estava com o cruzeiro, não acredito que o povo esteja gostando do cruzado, falta tudo, só vocês que estão no poder que têm fartura e dinheiro no bolso. Nunca vi tanta greve e ninguém tomar uma atitude, não durma no ponto, resolva o mais rápido possível, os funcionários públicos, trabalham ganha pouco, principalmente quem trabalha em escolas públicas, serventes, inspetor de aluno, professores, todos deveriam se aposentar com 20 anos de serviço e não com 30, quando se aposentam já estão lelé. Queremos aumento para aposentados e salário para todos trabalhadores.<sup>1440</sup>

Em sua carta, Manoel Augusto Collejon Leopse, morador de Santos (SP), solteiro, entre 10 e 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, trata dos temas em estrutura de tópicos, de forma sucinta e taxativa. O jovem estudante foi um dentre muitos que queriam “acabar com as greves”. Como na maior parte dos casos, esta aparente repulsa a greves não necessariamente o colocava em oposição às lutas populares. Ao contrário, se observarmos algumas de suas outras sugestões, fica muito evidente que compunha as classes populares: “Este plano cruzado está nos matando”; “Volte carne”; “O salário congelou e os preços não”; “Queremos justiça”,<sup>1441</sup> foram as mais significativas de suas sugestões.

---

<sup>1439</sup> Carta de Rosângela Alves da Mota à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L029 DATA: 28/08/86 FORMUL: 715 DV: 7 TIPO: 10 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1440</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 20/08/86 FORMUL: 217 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1441</sup> Carta de Manoel Augusto C. Leopse à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 11/08/86 FORMUL: 088 DV: 4 TIPO:

Pode-se afirmar que um quadro no qual se combinaram severa deterioração econômica e profunda decepção com o governo (que repetidas vezes havia feito questão de afirmar sua condição de defensor dos interesses populares) as greves passaram a ser reconhecidas pelas classes populares como um dos mais válidos recursos para os trabalhadores recuperarem suas perdas. Pois, se levarmos em consideração os insistentes esforços tanto do governo quanto das elites (e mesmo de frações das forças populares) para convencer a população da ilegitimidade das greves, realmente, é surpreendente a adesão e/ou a simpatia a elas (ainda que condicional, para muitos). Mesmo os opositores do movimento dos trabalhadores lançando mão de vários argumentos – o aspecto de que causam transtornos, de que elas levariam o Cruzado ao fracasso, acentuando a noção de que produzem o caos, criminalizando-a ou mesmo usando de severa repressão sobre os trabalhadores –, ainda assim os movimentos grevistas persistiam.

Observa-se, portanto, que, à revelia das tentativas dos setores dominantes de dissuadir as classes populares, as greves e outras formas de mobilização dos trabalhadores foram mantidas. E, ressalte-se, não foram poucas as tentativas. Um exemplo muito eloquente pode ser verificado em uma propaganda do *SBT (Sistema Brasileiro de Televisão)* em favor do governo Sarney, que foi ao ar em 1987. Enquanto o narrador lia o texto que passava na tela para o público acompanhar, e tendo ao fundo a bandeira nacional, iam sendo apresentadas imagens de trabalhadores urbanos e rurais em diversas atividades, do piloto Ayrton Senna comemorando uma vitória, de alunos em uma escola, do Congresso Nacional, do presidente Sarney fazendo um pronunciamento e de símbolos da Pátria. O texto, na íntegra, era o seguinte:

Se você fizer a sua parte,  
O BRASIL VAI!  
Esteja você onde estiver,  
faça você o que fizer,  
faça o melhor...  
Pensando não só em você,  
mas também nos seus filhos,  
em sua família,  
em sua cidade,  
neste País que é seu!  
Não há crise que resista  
quando a gente crê e faz!  
Se você fizer a sua parte,  
O BRASIL VAI!

Mensagens como estas não surtiam efeito positivo para o governo, uma vez que estavam na contramão das experiências cotidianas dos brasileiros, os quais sabiam que, do jeito que as coisas caminhavam, o Brasil não ia a parte alguma.

### **3.3.2. As pressões populares na Constituinte**

Esta pesquisa tem se empenhado para demonstrar, entre outras coisas, que as históricas experiências cotidianas do desemprego, da miséria, da perda do poder aquisitivo, da inflação desenfreada, da corrupção na política, das injustiças sociais, bem como as experiências com diversos – e numerosos – discursos e ações de forças progressistas inibiram as diferenças que separam indivíduos, grupos e classes sociais, constituindo, assim, as classes populares. Estas, por sua vez, se viam orientadas por uma difusa noção de direito a ter direitos – em suma, democracia, justiça social, liberdade e igualdade – que teve o efeito de, em certo sentido, condicionar as atitudes dos populares, tanto no que se refere ao discurso quanto à prática.

Nesse sentido, fatos e atores que se relacionaram com o processo constituinte oferecem ao historiador formidáveis evidências da correspondência entre as bandeiras e as ações dos movimentos sociais e o pensamento popular, tão em voga naqueles dias, que passaram a compor o discurso de um amplo espectro de forças e quadros políticos não restrito às esquerdas, o que só corrobora o fato de que as pressões populares foram intensas, a ponto de segmentos não exatamente populares terem sido obrigados a incorporar bandeiras populares – fosse por pragmatismo, oportunismo ou genuíno convencimento. Evidentemente, sobressai o fato de que as classes populares não hipotecaram fidelidade ao presidente Sarney, mas a valores e convicções socialmente construídas por elas mesmas, em seu cotidiano de privações – econômicas e morais – e de esforços por sobrevivência digna.

O discurso proferido pelo deputado Ulysses Guimarães no dia 2 de fevereiro de 1987, após ter sido eleito presidente da Assembleia Nacional Constituinte, constitui-se um emblema dessa correspondência, pois guarda íntima correspondência com o pensamento popular e as lutas dos movimentos sociais. Diante disso, cabe evidenciar esta associação da fala de Guimarães, cotejando-a com textos de populares (individualmente ou através de seus movimentos sociais e políticos) sobre o perfil do discurso.

---

<sup>1442</sup> “Vinheta SBT – Crise 1987”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BScOKrKv4w8>. Acessado em: 08 jan. 2011.

A Constituição deve ser – e será – o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro. Do homem brasileiro como ser concreto, e não do homem abstrato, ente imaginário que habita as estatísticas e os compêndios acadêmicos. Do homem, açoitado pela miséria que cumpre extinguir, e com toda a sua potencialidade interior, que deve receber o estímulo da sociedade, para realizar-se na alegria do fazer e na recompensa do bem-estar. O homem, qualquer homem, é portador do universo inteiro, na irrepetível e singular experiência da vida.<sup>1443</sup>

Certamente para Zenyr dos Santos Souza, moradora de Guarapuava (PR), casada, 2º grau, 40 a 49, renda de até 1 salário, o discurso do parlamentar seria extremamente significativo:

Eu sou professora primária e queria pedir que o ordenado fosse pelo menos dois salários, porque só um salário não dá nem para comer. Esse salário de Cz\$ 800,00 é muito pouco, por isso peço que o salário seja melhor e não seja mínimo, porque representa fome e miséria.<sup>1444</sup>

Da acordo com o morador de Vitória (ES) Damião da Silva Freire, casado, 40 a 49 anos, Superior completo, renda entre 5 e 10 salários, os constiuintes deviam lembrar dos “pobres que vivem de salário mínimo que mesmo hoje com o Plano Cruzado, ainda vivem na miséria, pois a única coisa que ficou congelada foi o seu mísero salário...”<sup>1445</sup> Concordaria também com o discurso Pedro Alves de Azevêdo, morador de Salvador (BA), divorciado, acima de 59 anos, entre 3 e 5 salários. Conquanto tenha se declarado analfabeto, seu questionamento foi integralmente pertinente: “O Brasil é um País rico dotado de grande riqueza por que o nosso povo nasce e vive na pobreza ?”<sup>1446</sup>

Dois dias depois após o discurso do líder peemedebista, o deputado Luís Inácio Lula da Silva realizou seu primeiro pronunciamento como líder da bancada do PT. Para o partido, a Constituição instaurava-se “em clima bastante sombrio” devido à “crise econômica” e “a persistência da violência dos latifundiários sobre a população rural e da repressão policial contra as greves e manifestações populares” que criam “um ambiente de

---

<sup>1443</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 1. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1444</sup> Carta de Zenyr dos Santos Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L002 DATA: 01/08/86 FORMUL: 044 DV: 4 TIPO: 10 12/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1445</sup> Carta de Damião da Silva Freire à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 19/08/86 FORMUL: 353 DV: 9 TIPO: 10 13/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1446</sup> Carta de Pedro Alves de Azevêdo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 12/07/86 FORMUL: 401 DV: 6 TIPO: 10 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

revolta e de incredulidade”. Em seu discurso, defendeu bandeiras semelhantes as do discurso de Ulysses Guimarães, quando, entre outras coisas, asseverou que o país, daquela vez, teria a

possibilidade de avançar na distribuição justa de renda, condição indispensável para eliminar a pobreza absoluta, para reduzir as diferenças abismais de padrão de vida entre as classes sociais, para, em suma, pôr um fim nessa violência institucionalizada que torna um inferno a vida do posseiro, de bóia-fria, do subemprego, do favelado e que pesa como fardo insuportável sobre os trabalhadores do campo e da cidade.<sup>1447</sup>

Quando Guimarães falou do “homem público” como “cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir à Nação em sua grandeza e projeção na eternidade”,<sup>1448</sup> também se solidarizou com brasileiros como Gaeme César Lacerda, morador de São Tomás de Aquino (MG), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, que se definiu como “um pobre insatisfeito com o sistema do nosso país”. Ele desejava “que a Constituinte seja algo que venha mudar este nosso sistema”, e afirma querer “viver em um país onde não haja tantos desempregos, violência, políticos ... e ladrões como temos hoje. Enfim, quero uma Constituinte ... e soberana para todos”.<sup>1449</sup> Ao realizar a corriqueira associação entre políticos e ladrões, o jovem missivista teceu a crítica ao mundo da corrupção na política, do qual o presidente da Constituinte procurou se dissociar.

De fato, a preocupação de Ulysses Guimarães em se apresentar como um servidor do povo constituía evidente sintonia com o pensamento popular. Afinal, de acordo com Marcos Antonio de Souza, morador de Corbélia (PR), solteiro, 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, “os políticos ganham demais pelo nada que eles fazem”.<sup>1450</sup> Luiz Alves de Lima, residente em Lençóis (BA), também guardava críticas aos políticos. De acordo com

---

<sup>1447</sup> FALA DO PT AOS CONSTITUINTES E À NAÇÃO. Publicada no *Boletim Nacional* n. 25, São Paulo, fev. 1987, p. 3, sob o título “O PT na Constituinte”. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 117.

<sup>1448</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 1. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1449</sup> Carta de Gaeme César de Lacerda à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L014 DATA: 27/07/86 FORMUL: 348 DV: 9 TIPO: 14 10/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1450</sup> Carta de Marcos Antonio de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 28/07/86 FORMUL: 350 DV: 7 TIPO: 10 24/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

ele, 40 a 49 anos, 2º grau, 1 a 2 salários, o “Professor é um pária neste sistema, sempre humilhado, sem apoio, sem referência na sua função apenas um aio nas garras dos algozes políticos”.<sup>1451</sup> Augusto Ferreira de Guimarães, morador de Carmo do Paranabaíba (MG), casado, acima de 59 anos, 1º grau, 2 a 3 salários, políticos criavam obstáculos para a reforma agrária:

Uma das metas prioritárias do Governo é a reforma agrária, metas difíceis, pois, como se sabe 60% das grandes fazendas improdutivas pertencem a políticos de todas as categorias, em muitas delas não figuram os nomes dos respectivos donos.<sup>1452</sup>

Roselaine Feijó da Silva, solteira, 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, moradora de Bagé (RS), queria “que os políticos atendessem à população carente que precisa muito deles”,<sup>1453</sup> discurso que deixa claro que os mesmo não atendiam aos pobres. Opinião semelhante tinha Daniela Justino, moradora de Santos (SP), solteira, 10 a 14 anos, para quem “existem muitos políticos que só dizem e não fazem nada, e ganham coisas de luxos e moram em mansões, enquanto isso, outros morrem de fome”.<sup>1454</sup> Para Antonio da Silva Vieira, morador de Guararapes (SP), Superior completo, 30 a 39 anos, de 2 a 3 salários, “após esse ano de 1.986, a imagem do político brasileiro ficou quase que totalmente destruída”.<sup>1455</sup>

Em outro trecho, o deputado Guimarães mencionou as mulheres no Parlamento, que ali estavam como corolários das lutas das mulheres nos movimentos sociais e políticos de um modo geral, e nos movimentos feministas, em especial.

Quero manifestar minha particular alegria de ver aqui tantas mulheres. Sua participação na vida política dá à democracia a sua verdadeira dimensão. O

---

<sup>1451</sup> Carta de Luiz Alves de Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L003 DATA: 02/08/86 FORMUL: 056 DV: 6 TIPO: 14 19/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1452</sup> Carta de Augusto Ferreira Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 02/08/86 FORMUL: 188 DV: 0 TIPO: 10 19/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. Reportagem do *Jornal do Brasil* confirma os temores do missivista Guimarães. Vide: “Bilhetes dos amigos do poder atrasam reforma agrária”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 07 dez. 1986, p. 39.

<sup>1453</sup> Carta de Roselaine Feijó da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L013 DATA: 05/08/86 FORMUL: 302 DV: 8 TIPO: 10 21/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1454</sup> Carta de Daniela Justino à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 15/08/86 FORMUL: 553 DV: 3 TIPO: 14 09/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1455</sup> Carta de Antonio da Silva Vieira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L030 DATA: 27/08/86 FORMUL: 742 DV: 1 TIPO: 10 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

reconhecimento de igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres constitui a grande revolução dos tempos modernos. Iguais na inteligência e na capacidade de fazer, as mulheres superam muitas vezes os homens, na sensibilidade diante do sofrimento do povo e na dedicação aos marginalizados pela sociedade. Esta bancada feminina é a maior de nossa História Parlamentar, mas muito pequena, ainda. Espero que as mulheres assumam a sua responsabilidade política e ocupem, cada vez mais, o espaço que é de seu direito e dever ocupar.<sup>1456</sup>

A menção às mulheres no discurso se deve, evidentemente, ao papel cada vez mais relevante desempenhado pelas mulheres nas diversas áreas da vida social, algo que podia ser facilmente aferido nas multidões do Cruzado. E, como não podia deixar de ser, constava nas cartas enviadas aos parlamentares. Simone da Silva Pires, moradora de Viamão (RS), solteira, 10 a 14 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, também achava que o Parlamento tinha poucas mulheres, tanto que questionou: “E se o Brasil tem 50% da sua população formada por homens e 50% por mulheres, por que a Assembléia Constituinte será composta por quase 100% de homens? A nova Constituição deve atender ao povo e não a quem vai redigí-la”.<sup>1457</sup> Uma das sugestões de Euzemir Carneiro de Lima, moradora da zona rural de Caiçara (PB), solteira, 15 a 19 anos, sem rendimento, era a seguinte: “Peço os direitos da mulher igual aos do homem”.<sup>1458</sup> Semelhantemente, Dina Laime C. de Castro, moradora de Brasília (DF), solteira, 1º grau incompleto, 10 a 14 anos, sem rendimento, exigiu “participação da mulher em todas as iniciativas do governo”.<sup>1459</sup> Amália Martins, residente em Olinda (PE), Superior incompleto, solteira, 20 a 24 anos, de 1 a 2 salários, após criticar a “constituente congressual”, pois ali predominaria “a hegemonia de uma minoria burguesa que defende interesses apenas voltados para as classes dominantes”, questionou: “Por que não a participação de um maior no. de mulheres

---

<sup>1456</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, pp. 1, 2. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituientes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituientes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1457</sup> Carta de Simone Silva Pires à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L008 DATA: 13/07/86 FORMUL: 191 DV: 5 TIPO: 14 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1458</sup> Carta de Euzemir Carneiro de Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L026 DATA: 12/08/86 FORMUL: 637 DV: 0 TIPO: 16 02/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1459</sup> Carta de Dina Laime C. de Castro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 14/08/86 FORMUL: 572 DV: 4 TIPO: 10 07/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

na constituinte já que a mulher no Brasil se caracteriza pela discriminação, e os negros também”.<sup>1460</sup>

A inclusão das mulheres no discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, bem como a menção à “vigorosa bancada de grupos sociais emergentes, o que lhe confere nova legitimidade na representação do povo brasileiro”,<sup>1461</sup> se dera em função do lugar que conquistaram as diversas minorias através das lutas populares que ganharam corpo nos anos 1970 e que, paulatinamente, vinham inscrevendo – a duras penas – suas bandeiras na legislação e na cultura nacional. Bandeiras que estavam na boca de muitos populares, inclusive jovens (o que reforça a ideia de que houve compartilhamento das lutas dos militantes de movimentos com o restante dos populares).

“Direito às minorias (negros, índios, prostitutas e homossexuais, etc)”, foi uma das reivindicações da carta de José Benedito de Ariuda Faleão, morador de Araraquara (SP), casado, 40 a 49 anos, Superior completo, entre 10 e 20 salários.<sup>1462</sup> Maria Vanise Oliveira Sins, moradora de Jundia (AL), solteira, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, desejou “Trabalho para negros e índios; que eles tenham terra, saúde, educação e que tenham trabalho tantos para os negros como para os índios, pois eles são iguais; acabar com o racismo”.<sup>1463</sup> Para a moradora de Itajá (GO) Sandra Maria Queiroz Alves, solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário, “precisa dar mais atenção à opinião das mulheres e dos negros, porque as pessoas brancas acham que os pretos não tem valor, eu sou branca, mas dou muito valor aos negros, é isso e muito mais que eu sinceramente espero”.<sup>1464</sup> José Lúcio de Almeida, solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, até 1 salário, morador de Pedro Teixeira (MG), assim se posicionou frente à questão:

---

<sup>1460</sup> Carta de Amália Martins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L030 DATA: 28/07/86 FORMUL: 738 DV: 5 TIPO: 14 24/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1461</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 1. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1462</sup> Carta de José Benedito de Ariuda Faleão à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L029 DATA: 27/08/86 FORMUL: 707 DV: 1 TIPO: 10 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1463</sup> Carta de Maria Vanise Oliveira Lins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 13/07/86 FORMUL: 368 DV: 2 TIPO: 14 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1464</sup> Carta de Sandra Maria Queiroz Alves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 798 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Um fato notável que se pode constatar é que a população negra do Brasil vive quase toda em favelas ou periferias (já uma forma de discriminação), e no poder são poucos os que conseguem alcançar o ponto culminante, e em nosso país a discriminação é maior que em todos outros países. Isto porque são racistas e dizem que não são. Não deixar este país se transformar em uma segunda África do Sul; faço este apelo aos constituintes.<sup>1465</sup>

Morador de Monção (MA), Ivaldo Assaí Costa, solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, pedia, entre outras coisas,

mais liberdade para os negros brasileiros sem discriminação igual ao branco, igualdade também na sociedade, liberdade para os negros em todos os sentidos. Participação de negros em todos os interesses da nação. E também o fim das discriminação dos idosos. E uma política mais justa para os menores abandonados.<sup>1466</sup>

Vejamos a correspondência destas falas com a fala dos anos 1970 de grupos envolvidos com a militância nos movimentos feminista e negro. O segundo editorial do jornal *Nós Mulheres* apontava para a abrangência das lutas das minorias. Na ocasião, o jornal, que afirmava e valorizava “uma visão alternativa de política, bem distante do ponto de vista econômico ou classista”<sup>1467</sup> acreditava que “alguma coisa estava mudando” em função da ação dos movimentos sociais:

Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. (...) Alguns dirão que, para os que sentem fome e frio, a economia é a única (ou a mais) premente. Concordamos. No entanto isto não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado: a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres. (...) Se fazer política significa deixar que o “individual” se mantenha fragmentado, separado do “social” e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução.<sup>1468</sup>

O que se percebe é que os valores defendidos pelos movimentos sociais que lutavam por minorias também foram sendo socialmente incorporados por vastos segmentos

---

<sup>1465</sup> Carta de José Lúcio de Almeida à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L032 DATA: 21/02/86 FORMUL: 793 DV: 1 TIPO: 10 05/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1466</sup> Carta de Ivaldo Assaí Costa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L104 DATA: 22/02/86 FORMUL: 087 DV: 3 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1467</sup> ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 164.

<sup>1468</sup> *Nós Mulheres*, mar. 1978. Extraído de: ARAÚJO, op. cit., p. 164.

sociais, passando a compor a visão de mundo das classes populares (as quais, evidentemente, também são integradas pelos movimentos sociais). Há, contudo, um detalhe: em geral, ocuparam-se das minorias em suas cartas brasileiros mais jovens, como atesta carta de Valdomiro Barros da Silva, casado, 15 a 19 anos, 1º grau incompleto, até 1 salário, morador de Ouro Verde (SP): “Para a nova Constituição brasileira eu gostaria que fosse estimulada uma igualdade de todos não importando sexo, idade, político, pobres, militares, brancos e negros”.<sup>1469</sup> Agamennon de Luiz Carlos Isique, morador de Urupês (SP), solteiro, 2º grau, 25 a 29 anos, até 1 salário, escreveu o seguinte: “Sugiro ainda que se cumpra ou extinga o §1 do artigo 153 da Constituição (parte final): Será punido pela lei o preconceito de raça”. É revoltante saber que até existem clubes onde ‘negros não entram’. Todos são iguais perante a lei”.<sup>1470</sup> Ademar Ramos Brilhante, de Anchieta (ES), solteiro, 2º grau, 25 a 29 anos, até 1 salário, desejou:

Uma Constituição voltada para o bem estar de todos os segmentos da sociedade e não de uma minoria [ricos, políticos] como ocorre atualmente. Que os negros, homossexuais e todas as minorias que são vergonhosamente discriminadas, tenham seus direitos assegurados como todo cidadãos brasileiros que são. Uma Constituição voltada para os problemas indígenas, para o trabalho rural, de maneira que eles possam ter os seus direitos assegurados e respeitados. Não posso deixar de acrescentar as vergonhas nacionais: A fome, a miséria, menores abandonados, etc... Que a Nova Constituição não esqueça desses "desgraçados". Por favor.<sup>1471</sup>

Entrevistada em 1988, em meio às discussões da Constituinte, a deputada constituinte Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou a necessidade de “rever a história do Brasil, identificando as diferentes contribuições nesta pluralidade étnica; resgatar o trabalho do negro, da mulher, do índio”. Na mesma entrevista, conclamou as minorias à luta: “Trabalhadores negros, brancos, índios, mulheres, à luta. No peito, na raça, no grito!”<sup>1472</sup> Sua fala guarda alguma semelhança com a fala de Ulysses Guimarães, quando este lembra

---

<sup>1469</sup> Carta de Valdomiro Barros da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L110 DATA: 22/02/86 FORMUL: 229 DV: 2 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1470</sup> Carta de Agamennon Luiz Carlos Isique à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L111 DATA: 22/02/86 FORMUL: 252 DV: 4 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1471</sup> Carta de Ademar Ramos Brilhante à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L113 DATA: 22/02/86 FORMUL: 325 DV: 1 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1472</sup> BENEDITA DA SILVA: “CEM ANOS DE ABOLIÇÃO, E A OPRESSÃO CONTINUA”. Publicado em *PT na Luta da Constituinte* n. 7. Brasília, mar. 1988, p. 4. Extraído de Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 165.

que as elites, desde a Colônia, adotam postura exploradora sobre as classes subalternas: “Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão”. Ainda Guimarães, lembrando Afonso Arinos de Mello Franco, assinalou: “as senzalas do século passado estão hoje nas favelas”.<sup>1473</sup> Se observarmos registros do movimento negro de quase uma década antes, poderemos perceber que bandeiras suas acabaram sendo incorporadas ao discurso do deputado Ulysses Guimarães, e isso, ressalte-se, pela absoluta impossibilidade de se destoar das reivindicações das classes populares naquele momento de nossa História. Um exemplo dessa correspondência pode ser observado cotejando a fala do deputado como o registro do jornal *Tiçãõ*, que propunha a crítica à história da abolição da escravidão, acentuando que a mesma não realizou efetivamente a emancipação dos negros:

Como a chamada abolição da escravatura teve a função apenas de livrar os grandes proprietários do peso que era no momento o grande número de escravos para a decadência da aristocracia, o negro depois dela permaneceu na marginalidade do processo sócio-político-econômico.<sup>1474</sup>

Outro exemplo pode ser obtido no jornal *Nego*, que também assinalou a exclusão econômica à qual foram os negros relegados:

O negro foi jogado à própria sorte após a abolição e substituído pelo imigrante europeu, que recebeu do governo as melhores terras para cultivar e criar; terras que pertenciam por direito unicamente ao negro. (...) Nos dias de hoje continuamos marginalizados da produção. Não temos nada. (...) Temos algum motivo para comemorar a chamada abolição?<sup>1475</sup>

Uma das mais evidentes bandeiras do movimento negro é a construção da importância do dia 20 de novembro como uma data que lembra a resistência dos negros à exploração, realizando a crítica à história oficial, que apresentava o fim da escravidão como uma dádiva da princesa Isabel. O jovem Umberto de Alencar Moreira Malafhaia, morador de Itaperuna (RJ), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, até 1 salário, também defendia a necessidade de se rever a história do Brasil, por isso sugeriu uma “promoção maior através de livros escolares dizendo quem foi ZUMBI, e sobre o 20 de novembro (dia da consciência negra)”.<sup>1476</sup> A pena contundente do jovem estudante Cláudio Bernard Reis da Conceição,

---

<sup>1473</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 3. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1474</sup> *Tiçãõ*. 2(2), ago. 1979. Extraído de: ARAÚJO, op. cit., p. 176.

<sup>1475</sup> *Nego* (1), jul. 1981. Extraído de: ARAÚJO, op. cit., p. 178.

<sup>1476</sup> Carta de Umberto de A. M. Malafhaia à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L111 DATA: 02/03/86 FORMUL: 261 DV: 0 TIPO:

morador do Rio de Janeiro (RJ), solteiro, 20 a 24 anos, Superior incompleto, sem rendimento, ao lado de todas as outras analisadas, nos ajuda a entender porque o tema da desigualdade racial não somente entrou no discurso do presidente como também foi inscrito na própria Constituição: porque se tornara uma aspiração social que havia transposto os limites do movimento negro organizado para se inscrever nas aspirações populares de igualdade e justiça social. E, por outro lado, as reivindicações de movimentos e entidades negras representavam valores e aspirações mais amplas, disseminadas entre a população. O escritor da carta em questão, muito provavelmente, era negro, e escrevia a um senador também negro.

Tenho um forte desejo de encontrar uma nova Constituição, onde o homem negro tenha oportunidades de conquistar seu espaço e reconhecimento e figure como elemento ativo e participante, valorizado pelo que não pode ser até hoje pois não se deve negar que neste país há racismo encoberto por bondade e esmolas. Não quero ver o negro suportando humilhações para ter seu valor reconhecido por esta oligarquia manipulante do poder, que se acomodou bem no alto, de onde faz os fantoches dançarem conforme sua vontade.

Quero ouvir o manifesto negro na Constituição e, para isto, nada mais justo que um homem da roça negra; não quero ver um negro vendido nem um traidor. Quero um negro que saiba que sua cor não está condicionada ao seu caráter e dignidade.

Quero um homem digno de caráter para falar dos anseios dos negros no Brasil, seja qual for a sua cor. Quero apenas as suas palavras honrosas e justas para mencionar a vontade de uma grande parcela injustiçada.

Este desejo creio ser de todos que lutam por igualdades e direitos humanos. Será que esta Constituinte faz-se condizente com esta injustiça social que esta arraigada nas nossas mazelas sociais, ou se fará voz e ação para mudar o que hoje existe. Senador [Nelson Carneiro, PMDB-RJ], qual o parágrafo que retrata o negro e os seus direitos? Ainda não ouvi uma voz se quer em nossa menção?<sup>1477</sup>

O jovem Afonso Paulo Albuquerque de Mendonça, solteiro, 15 a 19 anos, Superior incompleto, sem rendimento, morador de Fortaleza (CE), recuperou vários pontos das bandeiras dos movimentos sociais de modo bastante crítico:

Seria preciso, antes de mais nada em nosso país, a instituição da representação classista na Constituinte, ou seja, todas as classes sociais fazendo-se presentes, retirando assim o poder das elites burguesas e criando, portanto, a verdadeira aspiração do povo. Para uma nação, um país, crescer, é preciso que, antes, invista-se no povo: dando-lhe melhores condições de moradia, alimentação e sobretudo, estudo.

Porque, povo alfabetizado, é povo consciente. Mas pergunto: será que é isso que as classes burguesas, atuais dominantes em nosso país, querem? Ou será que preferem que o povo continue analfabeto, não tendo assim a consciência do que

---

10 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1477</sup> Carta de Cláudio B. Reis da Conceição à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L038 DATA: 23/02/86 FORMUL: 934 DV: 1 TIPO: 10 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

a constituinte lhe oferece? De que adianta a lei áurea ter abolido a escravatura no Brasil, se todo o povo, brancos, índios e negros, foram acorrentados na fome, na miséria e no analfabetismo?

Não, algo tem que mudar... e só resta a todos nós, brasileiros, esperar que a nova Constituição que está por vir, atinja e tenha respaldo nos anseios do povo.<sup>1478</sup>

Guardadas as devidas proporções, vejamos outro trecho do discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, no qual vemos reproduzidas as falas do jovem estudante Albuquerque, da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), do movimento negro, do movimento operário e de tantos e tantos brasileiros cujas cartas têm sido expostas neste trabalho:

A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se, ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados.

A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la.

A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores.

Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça - uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos - é também dela conseqüência.

Todos os nossos problemas procedem da injustiça. O privilégio foi o estigma deixado pelas circunstâncias do povoamento e da colonização, e de sua perversidade não nos livraremos, sem a mobilização da consciência nacional.

O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Mello Franco, as senzalas do século passado estão hoje nas favelas.

Nas favelas e nos subúrbios que amontoam os trabalhadores modernos, brancos, pretos, mestiços - mas todos legatários da condenação de servir e sofrer.<sup>1479</sup>

Ulysses afirmara que estavam ali “sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar”.<sup>1480</sup> Em seguida, afirma que a

---

<sup>1478</sup> Carta de Afonso Paulo A. de Mendonça à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L121 DATA: 22/02/86 FORMUL: 523 DV: 8 TIPO: 14 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1479</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 1. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1480</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 2. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

partir da campanha das Diretas o “povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça social e a dignidade do Estado”. A centralidade do “povo”, das classes populares era irresistível. Não sem razão, Cláudio Abramo reclamara da débil menção ao povo no discurso do ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, que abriu a Assembleia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987: “na sua oração vazia de vinte e poucos minutos, não se referiu, como devia, ao povo, logo no início”.<sup>1481</sup>

Por outro lado, o discurso de Ulysses, que reclamava mudanças para o país, expressava integralmente o pensamento popular, como atesta a carta de José Airton Melo Aguiar, morador de Crateús (CE), casado, Superior completo, 30 a 39 anos, de 5 a 10 salários:

Deverão entrar como candidatos a constituinte homens honestos, sérios e de muito caráter. (...) Parlamentares que anteriormente eram atrelados ao PDS e que sabem viver sem estarem agarrados ao governo- Parlamentares desta natureza só querem para benfeitoria própria. Quero ver mudança em tudo.<sup>1482</sup>

O(a) missivista Murilio(a) Palmeira de Sousa, casado(a), 20 a 24 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários, morador(a) de Nova Glória (GO), também exigia mudança (e “radical”), dignidade e justiça social:

"Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido". 1. artigo da constituição . é talvez o artigo mais significativo numa constituição e eu pergunto: Tem sido o poder emanado do povo. É uma triste realidade cuja resposta todos sabemos.

A minha sugestão é que o povo tenha seus direitos legais em plena participação na nova constituição dando opiniões tendo informações e além de tudo participando ativamente sem ser deflagado, distorcido e omitido do seu dever.

Que a constituição seja justa para todos nós excluindo assim os poderosos, pois o poder de uma constituição não esta inserida em poder de poucos mais sim em justiça de todos. Que os artigos da constituição sejam o primeiro passo na mudança radical e que os mesmos artigos sejam sempre flexíveis a mudanças e pareceres, que dê interesse do povo venha ser mudado.<sup>1483</sup>

Dados os limites desta pesquisa, importa menos saber se (ou, talvez, o quanto) Ulysses Guimarães compartilhava de ideais populares, se ele se inscreveu ou não entre as classes populares (que, sabemos, não era formada somente pelos indivíduos, grupos e partidos de

---

<sup>1481</sup> Cláudio Abramo. “Solene mas pobre”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 fev. 1987, p. 2.

<sup>1482</sup> Carta de José Airton Melo Aguiar à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 20/02/86 FORMUL: 149 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1483</sup> Carta de Murilio(a) Palmeira de Sousa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L018 DATA: 20/02/86 FORMUL: 416 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. O nome do missivista está registrado como Murilio, porém, no item Sexo há o registro 02 (feminino) e no item Estado Civil consta 02 (casada), por isto a dúvida se se trata de homem ou mulher.

esquerda, ou só pelos pobres etc.), se sua adesão (se é que existiu) foi sob pressão ou por convicção etc.; em verdade, importa muito mais reconhecer, identificar que o mesmo era portador de um discurso popular. Para o professor, sociólogo e deputado Constituinte (PT-SP) Florestan Fernandes, por exemplo, a preocupação com o povo era somente a retórica dos integrantes do governo não a prática: “Só ela promete, afirma a felicidade e oferece a todos o reinado próximo da terra sem males...” Embora o exame da realidade nacional aponte para correção da avaliação de Florestan Fernandes, ainda assim importa observar o popular o discurso do líder do PMDB por, pelo menos, duas razões: 1ª) porque é evidência da centralidade das classes populares na sociedade brasileira; 2ª) porque reitera o perfil radical das classes populares com as quais lidou o presidente José Sarney, radical a ponto de se imporem como força política contra as quais, desde então, nenhum ocupante da cadeira presidencial pôde mais se opor frontalmente por muito tempo.

Compreensivelmente, alguém poderá indagar porque o discurso de um político seria relevante para identificar o pensamento popular. Para responder a isto, deve-se ter em mente que se ele sabia que praticamente toda a imprensa em todas as mídias então disponíveis estaria atenta à sua fala e, ainda assim (ou por isto mesmo), escolheu reproduzir o discurso popular, é evidente que, independentemente de suas razões pessoais, imperou o pensamento social majoritário, que era o das classes populares, para as quais (ou contra as quais) se dirigiam discursos de indivíduos e grupos sociais díspares dos pontos de vista social, econômico e mesmo geográfico.

De todo modo, o deputado Ulysses Guimarães sabia que seu discurso tinha que encontrar ressonância social, tinha que reproduzir valores, representações sociais oriundas das ruas, fosse por compartilhar de bandeiras populares, fosse por ter ciência de que sua atuação era vigiada e criticada por muitos populares, como o morador de Equador (RN), Raimundo Cavalcante de Sá, casado, 25 a 29 anos, 2º grau incompleto, de 5 a 10 salários:

Dr: Ulysses, o senhor que tanto falou, xingou, disse, isso e aquilo, do governo anterior, foi o primeiro a entrar para as mordomias, defender intransigentemente os "jetons" irregulares, a acobertar as "safadezas" cometidas.

Então Doutor, o povo não é mas tão besta quanto o senhor pensa, as eleições de novembro mostraram. Por isso é que eu como todo brasileiro queremos todos os políticos da China para lá, e que não cheguem nem perto da formulação do texto da constituinte. Pois é uma vergonha, em nossa pequena renda mensal, vir desconto de Imposto de Renda, enquanto, Parlamentares, Juizes e Militares, são totalmente isentos.

Aguardamos a nova Constituinte com uma mudança total e irrestita, espero que para melhor, que se assim for, será para o bem de nosso povo brasileiro e principalmente para nós trabalhadores que derrama nosso suor para ganhar nosso pão, ao contrario desse políticos que estamos vendo no poder, e que também precisa ser reformulado urgentemente.

Trabalhe seriamente, em prol do país, combata as falcatruas, os crimes barbaros, os aproveitadores, os políticos imprestaveis o desmanzelo com o dinheiro da nação, e outras coisas mais, que o senhor sabe muito bem mas que todo mundo. Aí sim o Sr. estará trabalhando pelo partido, pelo País, pelo povo e poderá resurgir como político novamente.<sup>1484</sup>

Quanto à fala a seguir, algum dos leitores poderia negar que caberia confortavelmente na boca de qualquer intelectual ou militante de esquerda de então?

Não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao Império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se da mais brutal valia internacional, que nos é expropriada na transferência líquida de capitais.

Não entendem os insensatos que somos, no Terceiro Mundo, também senzalas dos países mais poderosos, e que só seremos realmente livres do saque quando distribuirmos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convívio social interno.<sup>1485</sup>

Certamente, as classes populares concordariam com este trecho do discurso. Um deles seria João Nelson Pires, morador de São Paulo (SP), solteiro, 15 a 19 anos, 2º grau, de 1 a 2 salários, para quem era preciso “dizer não ao FMI”, pois “acarreta dificuldades na vida financeira do país”.<sup>1486</sup> Outro seria Gilmar Antônio Ferreira, de Itajá (GO), solteiro, 25 a 29 anos, de 3 a 5 salários, que sugeriu “Um não para as multinacionais e o F.M.I.”.<sup>1487</sup> Maria José Gregolelli Soler, de Pereira Barreto (SP), solteira, 20 a 24 anos, Superior incompleto, sem rendimento, que reivindicava “nacionalização das multinacionais”.<sup>1488</sup> Ulisses Aparecido Ribeiro, solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau, de 3 a 5 salários, morador de Taguatinga (DF), escreveu a Ulysses Guimarães o seguinte texto:

Excelentíssimo Sr. Deputado, fico triste em saber que esta nossa "Nova República" não está condizente com as aspirações do povo brasileiro. Nós, o

<sup>1484</sup> Carta de Raimundo Cavalcante de Sá à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 237 DV: 8 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1485</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 4. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituientes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituientes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1486</sup> Carta de João Nelson Pires à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 781 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1487</sup> Carta de Gilmar Antonio Ferreira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L004 DATA: 21/02/86 FORMUL: 099 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1488</sup> Carta de Maria José Gregolelli Soler à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 399 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

"povão", não estamos mais aguentando o martírio, a opressão e as normas impostas pela política econômica dos senhores Ministros da área econômica e do Presidente da República, que força-nos a pagar os juros do FMI.<sup>1489</sup>

O deputado constituinte Virgílio Guimarães (PT-MG), ao externar um dos pontos da posição de seu partido no tocante ao FMI e à dívida externa, nos permite perceber que há alguma semelhança com a de Ulysses Guimarães (nem que fosse retórica, até porque o PT propunha o não pagamento da dívida externa): “O que está em jogo é se devemos ou não submeter o povo à fome para pagar uma dívida ilícita, embora legal. A aprovação dessa brecha não fará o PT recuar na sua proposta de fazer uma auditoria pública da dívida, suspendendo integralmente seu pagamento”.<sup>1490</sup>

Na questão da terra, da intervenção do Estado na economia e nas relações entre capital e trabalho, bem como no que tange à menção ao egoísmo das elites, igualmente se observa que as palavras do presidente da Assembleia correspondem ao pensamento popular:

Modernizar a economia é torná-la competitiva, com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo. A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço, porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuí-la apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva.

Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da Nação.

A propriedade é um dos mais antigos direitos do homem, e é em razão disso mesmo que a ética religiosa recomenda distribuí-la.

Para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobrem tetos e glebas a uns, quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias ou ao relento. Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos.

Se o Governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social. Ali, de onde se ausenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado.

Liberdade dos cidadãos e justiça nas relações econômicas entre patrões e empregados são condições indispensáveis ao fortalecimento das nações em seu convívio no mundo. Enganam-se os governos que aspiram ao respeito internacional, se lhes falta o respeito de seu povo.

Quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional.

A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso, se poderosa não for a coesão entre

---

<sup>1489</sup> Carta de Ulisses Aparecido Ribeiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 21/02/86 FORMUL: 134 DV: 8 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1490</sup> VIRGÍLIO GUIMARÃES: “O TEXTO FINAL DEVE IR A PLEBISCITO”. Publicado em *PT na Luta da Constituinte* n. 7. Brasília, mar. 1988, p. 4. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 163.

os seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos.

Liberdade, soberania, justiça. Sobre estas idéias simples construíram-se as maiores nações da história.

Elas serão o âmago da nossa razão comum no trabalho de dotar a Nação de uma nova e legítima carta política.<sup>1491</sup>

A associação espúria entre o Estado e as elites ou, pior, o controle do Estado por estas, e a conseqüente exploração das classes subalternas, também foi objeto da preocupação de Florestan Fernandes (aliás, quanto a este, desde sempre). Aqui, sua fala se assemelha a de outros populares (inclusive daqueles de baixa instrução), bem como à de Ulysses, a dos movimentos sociais... Inclusive quando dissocia Estado e nação. Senão, vejamos:

Seria bom para o Brasil que a nossa história mofina adquirisse ritmos mais rápidos e que o Estado deixasse de ser o que sempre foi, o núcleo de intermediação da dominação externa e de um estreito monopólio de classes dominantes, vexas para os interesses mais profundos e gerais da nação como um todo.<sup>1492</sup>

Além do fato de que o deputado Ulysses Guimarães pudesse compartilhar de bandeiras populares, do fato de que sua atuação era vigiada, não se pode esquecer que o período em que foram pronunciadas estas palavras, a avaliação que os populares faziam do governo Sarney (e do PMDB de Ulysses Guimarães, por tabela) era das piores. Sem dúvida, um elemento muito persuasivo. No final daquele mês, o índice de aprovação do governo Sarney era o mais baixo desde a posse. 42% achavam seu governo “ruim” ou “péssimo” e só 19% “ótimo” ou “bom”, de acordo com pesquisa *Datafolha* realizada em oito capitais. Na avaliação de 43% dos entrevistados, a vida piorara após o Cruzado, ficando igual para 20%, e apenas para 17% houve melhora; para 20% melhorou no início, mas piorou depois.<sup>1493</sup>

Em função da baixa avaliação, Cláudio Abramo observara que, no dia da abertura da Assembleia, assistiu-se a “personagens mais ou menos equanimemente constrangidos, todos eles sabedores de que por baixo do aparato há uma crise econômica prestes a se tornar um vulcão”.<sup>1494</sup> Por outro lado, José Sarney, ou ignorava o que se pensava dele, ou

---

<sup>1491</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 4. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituientes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituientes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1492</sup> Florestan Fernandes. “Os trabalhadores e a Constituição”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 fev. 1987, p. 2.

<sup>1493</sup> “Cruzado derruba popularidade de Sarney”. *Caderno Economia. Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 fev. 1987, p. 1.

<sup>1494</sup> Cláudio Abramo. “Solene mas pobre”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 fev. 1987, p. 2.

ainda acreditava no poder dos meios de comunicação para reverter o quadro de reprovação de seu governo. Só isso explicaria o discurso entusiasmado do presidente em cadeia de TV, tido pelo jornalista Ricardo Noblat como desconectado do país real.

A menos de 24 horas da instalação da Constituinte, o presidente José Sarney reapareceu em cadeia de televisão para resgatar a idéia de que vivemos em uma “ilha de tranquilidade”. A expressão, de autoria do ex-presidente Ernesto Geisel, não freqüentou a fala do sábado mas serviu-lhe de certo modo, de inspiração e guia. Admita-se, em favor de Sarney, que o empenho de vender o país da fantasia é uma mania nacional da maioria dos nossos presidentes. Nem por isso é menos grave.

O país de Sarney, conforme ele disse com entusiasmo, está sendo Governado por um plano econômico que foi e é um êxito. Esse país sofreu a maior revolução social de sua história. Respira, como em nenhuma outra ocasião, uma atmosfera de absoluta liberdade. Jamais, como agora, teve a oportunidade de abrigar uma Constituinte dotada de tão ampla legitimidade. O presidente reservou um ou dois parágrafos para tocar de raspão no momento de dificuldades que atravessamos. E foi só.

Há um abismo de proporções respeitáveis entre o país que o presidente alardeia, de público, que existe, e o país que se refletirá na ação dos Constituintes reunidos a partir de hoje. Em grande parte, a reforma econômica do Cruzado fracassou. Ela está longe, muito longe, de ter representado uma revolução social do tamanho que o presidente imagina. Ou diz imaginar.<sup>1495</sup>

No país real, da falta de produtos básicos, do ágio, do baixo salário, da retomada da inflação, da crise econômica explosiva que se avizinhava, da profunda frustração com o governo Sarney, o cenário era sombrio, muito distinto da imagem rósea evocada pelo presidente. Na avaliação de Jorge Boaventura, professor da Faculdade Nacional de Filosofia (UFRJ),

o quadro da sociedade brasileira é, inquestionavelmente, de alarmante descalabro. De um lado, extensas camadas da população mantidas na miséria, em alguns casos absoluta. De outro, organizações partidárias que, com raras exceções, de fato não merecem credibilidade, e, talvez, nem cheguem a ter respeitabilidade, representam na verdade o pretexto através do qual camarilhas, maiores ou menores, se lançam à conquista do voto popular.<sup>1496</sup>

Luiz Vilaça Dorneles, morador de Lajedo (PE), solteiro, 25 a 29 anos, Superior incompleto, de 3 a 5 salários, resumiu, na única frase de sua carta, o que provavelmente era o sentimento de milhões de populares: “Acabem com esta forma de governo ou entraremos cada vez mais no inferno”.<sup>1497</sup> Diante dessa realidade, o destaque à proteção dos pobres,

<sup>1495</sup> Ricardo Noblat. “Constituinte instala o novo país”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 fev. 1987, p. 2.

<sup>1496</sup> Jorge Boaventura. “Uma esperança”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 02 fev. 1987, p. 2. No artigo, Boaventura deixa claro que não esposa da ideologia comunista, mas assevera que as exceções as quais se referia eram os partidos comunistas e o PT, organizações que “realmente apresentam perfil ideológico discernível, representado por um conjunto articulado de idéias que empolgam a dedicação, em muitos casos sincera, dos que nelas acreditam”.

<sup>1497</sup> Carta de Luiz Vilaça Dorneles à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L035 DATA: 28/04/86 FORMUL: 851 DV: 1 TIPO:

que constou no discurso de Ulysses Guimarães, tinha todo o sentido, e, certamente, não encontraria oposição dos populares:

Retorno assim à minha preocupação original. É para o homem, na fugacidade de sua vida, mas na grandeza de sua singularidade no universo, que devem voltar-se as instituições da sociedade.

Elas devem respeitá-lo e promover o crescimento de sua personalidade a partir do momento em que nasce. Isso significa lutar contra a vergonha que são as altas taxas de mortalidade infantil e prestar efetiva assistência às famílias. Tais providências não podem ser vistas com o velho espírito do paternalismo, como se o Estado fosse instituição apenas dos ricos e exercesse a caridade em favor dos pobres. A assistência do Estado é um serviço que ele presta aos cidadãos e estes, quando dela necessitem, não devem suplicá-la, mas, sim, exigí-la, como um direito irrecusável. Assistir não é amparar, nem proteger. É cumprir uma tarefa inerente ao Estado.

Não é preciso lembrar a dolorosa situação das crianças abandonadas. E este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão.

Devemos crescer, e crescer cada vez mais, é verdade. Mas o nosso crescimento de nada valerá se o fizermos sem ter o homem brasileiro como seu módulo.

Construir estradas, abrir portos, desbravar sertões, escavar minas, plantar milhões e milhões de hectares - como tantos fizeram - aumenta o Produto Interno Bruto, mas não significa por si só estabelecer a independência ou garantir a soberania de um país. As estradas e os portos também podem ser construídos para favorecer o saque das riquezas nacionais. De nada adianta exportar milhões e milhões de toneladas de grãos, se eles faltarem à mesa daqueles que os plantaram, colheram e transportaram até o mar.

Fazer um país crescer é fazê-lo crescer dentro de si mesmo, é fazê-lo crescer em cada um de seus cidadãos. O que significa aumentar a produção, se ela estiver destinada a servir aos outros e não ao nosso próprio povo?<sup>1498</sup>

Se, por um lado, o cotejo com as cartas analisadas nesta pesquisa torna fato inquestionável grande maioria dos brasileiros concordava integralmente com essas palavras, por outro, a experiência com o mundo da política sugeria um “pé atrás”, uma desconfiança para com os políticos, como podemos perceber muito claramente na carta de José de Arimatéia Fonseca, morador de Teresina (PI), casado, 30 a 39, Superior incompleto, renda de 2 a 3 salários.

Do mais alto órgão do país ao mais humilde, já se vive o desperdício de papel com pedidos de sugestões, e com isto, eu pelo menos, já fico desconfiado com mais este gasto de papel, que eu espero não ser em vão desta vez. Que isto não sirva só para enganar o "besta". A minha sugestão se volta para a educação, e vou iniciar com uma pergunta: É de interesse do governo ver jovens sem saber de nada? Visto que com isto, eles sem saber de nada, não vão representar perigo para os "grandes". Isto não sai de minha cabeça.<sup>1499</sup>

---

40 17/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1498</sup> “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 7. Disponível em: [http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituientes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituientes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

<sup>1499</sup> Carta de José de Arimatéia Fonseca à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L040 DATA: 07/05/86 FORMUL: 998 DV: 4 TIPO:

Desconfiança também foi a tônica da carta de Francisco C. Ribeiro, casado, 50 a 59 anos, Superior completo, de 5 a 10 salários. Morador de Brazópolis (MG), fez entre outras, crítica aos parlamentares por legislarem em causa própria, salientando que “o povo só lhes interessa por ocasião das eleições”. Após estas, os políticos deixam o povo “a mercê da sorte, da fome, da miséria e outras privações entristecedoras que deixa o povo desencorajado, desesperado e desconfiado. Espero que os srs. legisladores sejam de fato representantes do povo, mas não representantes de si próprios”.<sup>1500</sup>

Ainda que sobrasse desconfiança, sobrava também desejo de mudança nas classes populares. Não fosse assim, não teríamos mais de 70 mil brasileiros encaminhando carta aos constituintes, fato extremamente significativo. E, ainda mais significativo que isto, foi a ação dos movimentos sociais, alimentados pelas ruas. Como as classes populares sabiam que discursos de políticos como o deputado Ulysses Guimarães – ainda que pertinentes e belos – não representavam garantia alguma de inclusão dos interesses populares na Carta Magna, optaram – aproveitando-se da experiência de uma década de mobilizações – pelo o caminho da pressão sobre os parlamentares.

Envolver as classes populares com a Constituinte foi a saída encontrada pelas forças populares organizadas em movimentos sociais<sup>1501</sup> para superar o quadro que lhes era amplamente desfavorável, haja vista que havia várias restrições sobre a Assembleia, no tocante à idoneidade e à sua independência, aspectos que colocavam dúvida tanto a legitimidade quanto a soberania da Constituinte.<sup>1502</sup> Para os movimentos sociais, as perspectivas não eram boas, uma vez que o forças políticas mais conservadoras dominavam a Constituinte. Reportagem da *Folha* apontava para a seguinte composição

---

14 30/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1500</sup> Carta de Francisco C. Ribeiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 17/07/86 FORMUL: 383 DV: 6 TIPO: 10 04/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1501</sup> Foram muitas as organizações populares que atuaram no processo Constituinte. Dentre as que estiveram no início temos o Movimento Nacional pela Constituinte, cujas atividades foram iniciadas em janeiro de 1985, no Rio de Janeiro, com as seguintes entidades: ISER (Instituto de Estudos da Religião), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), CEDAC (Centro de Ação Comunitária), SEP (Serviço de Educação Popular), CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), CPO (Comissão Pastoral Operária), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional). Simultaneamente, em São Paulo, nascia o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte. Os dois movimentos foram os embriões da organização popular disseminada por todo o Brasil (MICHILES, Carlos et. al., pp. 9, 40,41.).

<sup>1502</sup> MICHILES, Carlos et. al. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 20.

política da Assembleia, antes da abertura dos trabalhos: 52 de esquerda, 126 de centro-esquerda, 181 de centro, 131 de centro-direita e 69 de direita.<sup>1503</sup> Vê-se, portanto, que as forças de centro eram maioria. Temia-se que na votação de temas de interesse popular, forças de direita, centro-direita e parte substancial dos parlamentares de centro votassem contra os populares. Michiles explica que

a composição do Congresso eleito mostrou-se claramente desfavorável aos interesses populares. Tornava-se, então, extremamente importante lançar-se na batalha do regimento interno, para assegurar uma participação popular nos trabalhos da Constituinte, num ‘esforço consistente para conjugar o risco que o Congresso tem corrido, desde os tempos do arbítrio, de se isolar e deixar de exprimir os anseios nacionais’.<sup>1504</sup>

Fortunati lembra que o quadro político poderia ser ainda mais preocupante para as forças populares, uma vez que o IBASE havia asseverado que “o Congresso Constituinte tem uma composição claramente conservadora”.<sup>1505</sup> Para ele,

o somatório dos políticos eleitos com o apoio direto do Poder Econômico, da UDR, da Seita Moon, dos banqueiros, das multinacionais, enfim, da burguesia, viabiliza uma Constituição que de nenhuma forma avançará na distribuição das riquezas do país.<sup>1506</sup>

Tendo em vista o quadro preocupante, os movimentos sociais perceberam que era necessário consolidar seus esforços através da luta pelas emendas populares como instrumento de participação. Essa possibilidade foi aberta em março de 1987 e foi tida pelos movimentos sociais como “de fato a primeira mudança no quadro político institucional brasileiro obtida pelo longo esforço que vinha sendo desenvolvido, desde o início de 1985, pelos plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte”.<sup>1507</sup> Para estes movimentos e entidades,<sup>1508</sup>

---

<sup>1503</sup> “Centro domina a Constituinte”. Os eleitos. Quem é quem na Constituinte. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 jan. 1987, p. B-1.

<sup>1504</sup> MICHILES, op. cit., p. 54.

<sup>1505</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 137.

<sup>1506</sup> FORTUNATI, op. cit., p. 137.

<sup>1507</sup> MICHILES, op. cit., p. 54.

<sup>1508</sup> Para que se tenha uma ideia mais consistente da quantidade e representatividade das entidades envolvidas veja a lista das que assinaram, em maio de 1987, a Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte, lembrando que não esgotam as entidades que se envolveram com a elaboração da Constituição: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); Associação Brasileira de Reforma Agrária; Associação dos Geógrafos Brasileiros; Associação Nacional Pró-Federação de Assistentes Sociais; Associação Brasileira de Antropologia; Associação Profissional dos Empregados Domésticos; Associação Profissional dos Sociólogos/DF; Associação dos Moradores do Jardim de Cuiabá; Associação dos Moradores do Bairro de Santo Antônio da Barra do Garça/MT; Associação dos Funcionários da FEMIG de Minas Gerais; Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Central Única dos Trabalhadores (CUT/NAC); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte/Universidade de Brasília (CEAC/UnB); Confederação Nacional de Ecologistas na Constituinte; Coordenação Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Enfermagem; Comissão Nacional Rural na Constituinte; Conselho Nacional dos Seringueiros; Centro

não era possível cruzar os braços e deixar os constituintes que representavam interesses populares, mas sobretudo os que não o representavam, à mercê da sanha dos outros lobistas, os de Brasília. (...) A insensibilidade ao clamor nacional, demonstrada pelo Congresso nos episódios das Diretas e da Convocação da Constituinte, era uma lembrança bastante viva e um exemplo sobejamente suficiente a reclamar o experimento de novos caminhos.<sup>1509</sup>

A partir daí, lutou-se para “a incorporação da iniciativa popular no regimento interno”. Com esta vitória, “os plenários se consolidaram como forma de organização, induzindo o surgimento de grupos em todo o país e a participação das organizações populares no processo de coleta de assinaturas”, e no encaminhamento das questões no Congresso.<sup>1510</sup> A proposta de inclusão da iniciativa popular no regimento interno da Constituinte foi acolhida por alguns partidos, principalmente o PT e o PMDB de São Paulo. Após entrega da proposta e assinaturas a Ulysses Guimarães na presença de todos os líderes de partidos, as entidades pressionaram o relator do regimento, senador Fernando Henrique Cardoso, que a adotou e insistiu junto aos seus pares para que ela fosse inserida no texto. A partir daí, centenas de entidades iniciaram o trabalho de divulgação das regras desse novo instrumento, para obtenção de assinaturas em todo o Brasil.<sup>1511</sup>

Rebatizada, nesse processo, “de ‘emenda popular’, passou assim a constituir um novo instrumento de mobilização social de educação política”. Para ser aceita, uma emenda popular deveria ser subscrita por pelo menos 30 mil eleitores, em lista organizada por três

---

Ecumênico de Documentação e Estudos Sociais; Conselho Regional dos Assistentes Sociais; Conselho Comitê de Solidariedade com o Povo Chileno; Comissão Estadual Universidade e Constituinte/RJ; Conselho dos Direitos da Mulher de Cuiabá; Clube das Mães Carentes de Cuiabá; Comissão Pastoral Operária; Comissão Pastoral da Terra; Comissão de Acompanhamento à Constituinte-CNBB; Conselho de Saúde Cuiabá; Central Geral de Trabalhadores de Alagoas; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP); Federação Nacional dos Jornalistas; Federação Nacional dos Engenheiros; Federação Nacional dos Arquitetos; Fórum de Educação; Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro; FAMEP; FAMENS; FEMAB do MT; FITEL; Federação Nacional das Associações de Medicinas Alternativas Naturais; Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras; Movimento Nacional de Meninos de Rua; Movimento Negro/Memorial Zumbi; Movimento Nacional pela Reforma Agrária; Movimento dos Sem-Terra de São Paulo; Ordem dos Advogados do Brasil; Instituto dos Arquitetos do Brasil; Instituto de Estudos Econômicos; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC); Instituto Alberto Pasqualini (IAP-DF); Plenário Nacional da Saúde para a Constituinte/DF; Plenário Unitário/PR; Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte; Partido Democrático Trabalhista (PDT); Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de São Paulo; Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de Ouro Preto; Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte/RJ; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil; Partido Verde; Partido Trabalhista Brasileiro; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sindicato dos Economistas do DF; Sindicato dos Enfermeiros do DF; SENALBA/DF; SINDITEXTEL; Sindicatos dos Professores (SINPRO/DF); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); União das Nações Indígenas; União da Juventude Socialista; Universidade Federal de Ouro Preto; Universidade Federal Fluminense; URAMB de Rondonópolis; União dos Vereadores do Brasil (MICHILES, op. cit., p. 68.).

<sup>1509</sup> MICHILES, op. cit., p. 73.

<sup>1510</sup> MICHILES, op. cit., p. 40.

<sup>1511</sup> MICHILES, op. cit., pp. 57-59.

ou mais entidades associativas legalmente constituídas. As assinaturas devem ser acompanhadas de nome completo e legível, endereço e dados do título eleitoral.<sup>1512</sup> Tudo isto fez com que esse período fosse de “inegável importância histórica para o país”, pois, para além da Constituinte em si, importava também

o seu caráter processual. Ou seja, a mobilização popular que seria despertada com a realização dessa Constituinte. O seu caráter pedagógico de aprendizagem política e, principalmente, seu significado na luta pela construção da cidadania do povo brasileiro”.<sup>1513</sup>

Esse caráter pedagógico fica evidente em muitas cartas de populares aos constituintes. Nelas, percebe-se que a Constituinte aumentou ainda mais o envolvimento das classes populares com questões de interesse social e político. José Carlos de Andrade Rocha, casado, 2º grau completo, 25 a 29 anos, de 1 a 2 salários, morador de Maceió (AL), pediu mais informações para entender melhor o papel da Constituinte.

Visando uma maior consciência no que se refere à constituinte, peço aos senhores que nos envie maiores esclarecimentos a respeito. Vejo nas Revistas, Jornais, Radio, Televisão principalmente, propagandas, pensamentos de fulano de tal o que é constituinte ou melhor constituição, mas na verdade sou um dos que até o momento não sei ao certo o que é, e o que será discutido na constituinte, a não ser que é um grupo de leis que rege o nosso país, mais nada. Agradeço se os senhores nos enviarem maiores esclarecimentos sobre o assunto, pois creio que só com as devidas informações em mãos, eu e outros colegas de trabalho, familiares, teremos condições de responder ou melhor, sugerir algumas coisas para que possamos sentir que estamos contribuindo para um futuro: Político, Econômico e Judicial do Brasil Melhor.<sup>1514</sup>

A jovem Maria Auxiliadora Martins, moradora da zona rural de Trairi (CE), solteira, 2º grau incompleto, 15 a 19 anos, sem rendimento, afirmou querer “que as mulheres brasileiras tivessem mais chances para poderem se empenhar mais na constituinte, que o governo abra um canal para elas poderem discutir, debater os seus direitos como mulher”.<sup>1515</sup> José Jader dos Santos, morador de Ritópolis (MG), casado, 50 a 59 anos, 1º grau, de 2 a 3 salários, pediu “maior orientação ao eleitor na escolha do seu representante na assembléia constituinte”.<sup>1516</sup> Para José Ribeiro Castro, casado, 30 a 39 anos, 1º grau,

---

<sup>1512</sup> MICHILES, op. cit., p. 59.

<sup>1513</sup> MICHILES, op. cit., p. 20.

<sup>1514</sup> Carta de José Carlos de Andrade Rocha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 005 DV: 0 TIPO: 20 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1515</sup> Carta de Maria Auxiliadora Martins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 019 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1516</sup> Carta de José Jader dos Santos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 025 DV: 1 TIPO: 10

renda de 1 a 2 salários, morador de Esperantina (PI), a Constituinte deveria “defender os direitos do povo brasileiro”.<sup>1517</sup> Moradora de Tauá (CE), Maria das Graças Soares da Mota, solteira, 2º grau, 20 a 24 anos, de 1 a 2 salários, pensava na Constituinte como “forma de democratização”.

Quero que esta nova constituição traga ao povo o direito de ser digno em tudo aquilo que faz e que também dê ao povo o direito de votar pra presidente, pois só assim esses saberão ver seu valor refletir em um novo país. A constituinte é uma forma de democratização, onde o destino do Estado se colocará de acordo com a constituinte, como também sua estrutura. Eu queria que o jovem tivesse mais campo no emprego, escola, como também no fazer, pois enfim eles (nós) serão os futuros homens do Brasil. Sem escola, não teremos a capacidade de assumirmos nosso papel de cidadão.<sup>1518</sup>

O processo constituinte ficou marcado pelo “alto nível de participação da sociedade na sua elaboração”.<sup>1519</sup> E “nessa mobilização, ocorreu outra mudança qualitativa, com repercussões provavelmente ainda mais profundas: a emergência das camadas sociais populares como protagonistas da luta democrática de interesses, em embates institucionais decisivos”.<sup>1520</sup> É fato que milhares e milhares de brasileiros se envolveram com questões de interesse coletivo naqueles anos. Nas ruas viam-se espalhados cartazes contendo frases como estas: “Constituinte sem povo não cria nada de novo”; “Participe da Constituinte”; “Fale por nós agora, ou cale-se para sempre”; “De olho neles!”. Palavras de ordem foram criadas pelas diversas entidades que buscavam ampliação dos direitos do povo: “Participe: exija de seu candidato um programa em defesa da criança”; “Meio ambiente na Constituinte: direito de todos, dever de cada um. Participe!”; “Direitos iguais: nessa Constituinte a gente tem que chegar juntos!”; “Vamos fazer as novas regras do jogo!”.<sup>1521</sup>

Nas cartas encaminhadas pela população muitas vezes apareciam imbricadas as aspirações futuras e os problemas do cotidiano. Elas se constituíram como canal para expressar opinião sobre todos os aspectos da realidade social brasileira, incluindo o

---

31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1517</sup> Carta de José Ribeiro Castro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 045 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1518</sup> Carta de Maria das Graças Soares Mota à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 060 DV: 1 TIPO: 13 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1519</sup> MICHILES, op. cit., p. 37.

<sup>1520</sup> MICHILES, op. cit., p. 37.

<sup>1521</sup> VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 244 – 2010.

Cruzado. A carta de Tânia Celestino de Resende, moradora de Cícero Dantas (BA), solteira, 20 a 24 anos, 2º grau, até 1 salário, evidencia o desejo de participação popular e de intervenção na realidade social, incluindo a inexistente fiscalização dos preços em sua interiorana cidade.

O que eu tenho a dizer da Constituinte é que estamos no momento certo de expormos nossas idéias, de analisar e discutir propostas. Espero que, com a Constituinte, agora possamos observar atentamente a realidade brasileira e verificar as injustiças, conhecer as necessidades, identificar os valores e aspirações do povo. Desejo que os Constituintes que iremos eleger façam uma Constituinte legítima e autêntica e que a vontade do povo esteja sempre acima da vontade dos grupos políticos, econômicos ou militares. Quero se possível uma tabela da SUNAB com todos os produtos que foram tabelados. Depois que saiu o pacote econômico a nossa população esta sofrendo um pouco devido a pouca informação, a fiscalização é fraca, por ser uma cidade do interior, então desejo uma tabela, o mais rápido possível podermos estar por dentro do assunto e com isso poder denunciar o que está errado. E também desejo a tabela do cruzado, com explicação detalhada como converter o cruzeiro em cruzado. Peço a V.Exa. que quando for feito o balanço geral, se dê um alerta a todos os comerciantes de Cícero Dantas, para que eles temam e cumpram as leis.<sup>1522</sup>

Fernando G. de Almeida, morador de Caraguatatuba (SP), solteiro, 10 a 14 anos, 1º grau incompleto, sem rendimento, trata de questões como meio ambiente, magistério, ensino profissionalizante e assistência ao menor (aliás, tema frequente nas cartas):

Eu gostaria que a nova Constituição criasse uma lei que punisse as indústrias, fábricas, etc., que poluem o ar, o mar e os rios. Queria também que, mesmo com o plano cruzado, os salários dos professores aumentassem, porque é muita injustiça um jogador, para correr atrás de uma bola, ganhe milhares de cruzados e um professor apenas Cz\$ 6.000,00. Gostaria também que umas leis tipo a proteção ao menor fossem aprovadas pela Constituinte. Queria que em uma vez FEBENS. Criassem escolas profissionalizantes que garantissem uma profissão, um emprego e um futuro seguro.<sup>1523</sup>

Tal qual milhares de outras, esta carta revela a correspondência entre as aspirações de populares e as expressas pelos movimentos sociais. No tocante ao menor, à guisa de exemplo da ação de movimentos sociais, vale citar os esforços de organizações que tinham como objetivo a transformação do trágico quadro dos menores abandonados no país. Entre os dias 19 e 23 de dezembro 1986, ocorreu um evento organizado por católicos, presbiterianos e metodistas na Praça da Sé, em São Paulo. Intitulado “Ação de Natal”, a

---

<sup>1522</sup> Carta de Tânia Celestino de Resende à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L019 DATA: 26/07/86 FORMUL: 466 DV: 8 TIPO: 34 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1523</sup> Carta de Fernando G. de Almeida à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: L015 DATA: 10/07/86 FORMUL: 354 DV: 1 TIPO: 10 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

mobilização desejava “chamar a atenção da população em favor da criança empobrecida das nossas favelas, cortiços e periferias e em especial para o menor que vive pelas ruas. Já nos habituamos a encontrá-los”. De acordo com o D. Luciano Mendes de Almeida, era “preciso, em primeiro lugar, reaprender a ver a realidade. São milhares de crianças sem terra, sem pão e sem família”. Os participantes dedicaram-se “a refletir sobre o menor sem terra, o bóia-fria e a criança nos acampamentos”, a fim de escapar à omissão “diante dessa duríssima realidade do menor com as mãos e a face cortados pela cana e forçados tão cedo a trabalhar no campo”. Em um dos dias, houve reflexão

sobre o menor sem pão. A desnutrição é um terrível flagelo que se abate sobre a criança desde os seus primeiros anos, causando a morte, prejudicando sua saúde e lesando-a por toda a vida. A causa da fome e da miséria de tantas crianças é o sistema injusto que torna os pobres sempre mais pobres.<sup>1524</sup>

Temas como a questão da terra, do menor, da fome e da pobreza foram amplamente discutidos nas subcomissões, que de acordo com Florestan Fernandes, foram convertidas em uma “espécie de auditoria do Brasil real”.<sup>1525</sup> Assim o professor e deputado Fernandes descreveu a participação popular nas subcomissões:

Gente de diversas categorias sociais, profissionais, étnicas e raciais surge no centro e assume o papel de agente, de senhor da fala. Um indígena, um negro, um professor modesto saem da obscuridade e se ombreiam com os notáveis, que são convidados por seu saber ou lá comparecem para advogar as causas de entidades mais ou menos empenhadas na autêntica revolução democrática. O lobismo encontra, assim, um antídoto, e os constituintes são devolvidos ao diálogo com o povo, agora não mais à cata de voto e em busca de eleição.<sup>1526</sup>

Segundo o sociólogo, os populares se tornaram

paladinos de causas particulares de alto significado nacional. Não se apresentam para cobrar promessas eleitorais. Desfraldam as bandeiras das grandes esperanças e das grandes ilusões, combatem por utopias e lutam pelo nosso futuro: literalmente põem os constituintes diante das exigências que o fisiologismo, a debilidade e a ausência de programas dos partidos afugentaram do debate constitucional.<sup>1527</sup>

As diversas entidades populares envolvidas com a Constituinte estavam nas ruas. Uma das ações mais vistosas da Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte lançou a campanha nacional de apoio às emendas populares (16/06/87) e instituiu o Dia Nacional de Mobilização para coleta de assinaturas (17 de julho), no qual ocorreram debates, comícios, shows para recolher as assinaturas a ser

<sup>1524</sup> D. Luciano Mendes de Almeida. “Ação de Natal”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 20 dez. 1986, p. 2.

<sup>1525</sup> FERNANDES, Florestan. Invasão e desafio. *Folha de S. Paulo*, 08.05.1988. Extraído de MICHILES, op. cit., p. 66.

<sup>1526</sup> FERNANDES, Florestan. Invasão e desafio. *Folha de S. Paulo*, 08.05.1988. Extraído de MICHILES, op. cit., p. 66.

<sup>1527</sup> FERNANDES, Florestan. Invasão e desafio. *Folha de S. Paulo*, 08.05.1988. Extraído de MICHILES, op. cit., p. 66.

entregues em uma mesma data.<sup>1528</sup> No Rio de Janeiro, foram mobilizadas cerca de 80 mil pessoas na capital, em uma caminhada estruturada em forma de alas.<sup>1529</sup>

Uma forma muito eficaz de “lobismo” popular foi exercido através das caravanas, que existiram desde 1985, mas tendo em 1987 e 1988 crescido muito intensamente. As mais significativas foram as “caravanas atos públicos”, tais como as organizadas para a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (janeiro de 1987), para a entrega conjunta das emendas populares (agosto de 1987) e para protestar contra o Centrão com o grito de “Acorda Brasil” e o cordão popular que cercou o Congresso Nacional.<sup>1530</sup> Muitas foram as ações para estabelecer comunicação com a população.

Foram criados *slogans*, esquetes teatrais, *bottoms*, camisetas, cartazes, cartilhas e vídeos. A Campanha Nacional da Reforma Agrária e o Movimento Nacional da Criança e do Adolescente prepararam propagandas para a televisão. Anúncios em jornais puderam ser levados pelos fóruns da Saúde, do Monopólio Estatal do Petróleo e pelo Movimento da Criança e do Adolescente. Noites de autógrafos para atrair personalidades do mundo político e artístico foram um recurso utilizado pelo Plenário de São Paulo para vencer a barreira da dificuldade do próprio tema dos Mecanismos de Participação Popular. Atos públicos, com ampla divulgação e entrevistas coletivas à imprensa por ocasião dos lançamentos solenes das campanhas, foram outra forma de expandir as propostas. Palestras direcionadas aos sindicatos ou a um público mais diversificado foram constantes durante as campanhas. As duas emendas relativas à Comunicação, por exemplo, foram lançadas junto com o livro *A História Secreta da Rede Globo*, do jornalista Daniel Herz.<sup>1531</sup>

As assinaturas eram obtidas em sindicatos, residências, associações, igrejas, assembleias de greves, ruas e praças. “Houve campanhas extremamente cuidadosas em tornar o processo de coleta de assinaturas num verdadeiro instrumento de educação política”,<sup>1532</sup> cujo exemplo do Movimento dos Sem-Terra (MST) é paradigmático:

o padre da CPT ia rezar missa e depois podia propor permanecer no local e aí fazia uma explicação e pedia pro pessoal assinar... (...) No sindicato, a mesma forma. Ia fazer reunião no interior, explicava e aí coletava a assinatura. (...) Foram dois meses de trabalho para coletar 600 mil assinaturas da reforma agrária.<sup>1533</sup>

Toda a mobilização possibilitou a coleta de 12.265.854 assinaturas para as emendas populares. Uma vez que cada eleitor poderia assinar até três emendas, e que estavam cadastrados 69.166.810 eleitores para as eleições de 1989, pode-se dizer que até 18% dos

---

<sup>1528</sup> MICHILES, op. cit., pp. 68, 69.

<sup>1529</sup> MICHILES, op. cit., p. 73.

<sup>1530</sup> MICHILES, op. cit., p. 72.

<sup>1531</sup> MICHILES, op. cit., p. 96.

<sup>1532</sup> MICHILES, op. cit., p. 97.

<sup>1533</sup> MICHILES, op. cit., p. 97.

eleitores envolveram-se mais diretamente com a elaboração da nova Carta,<sup>1534</sup> o que se constituiu em

uma experiência (rara) de participação política, onde todos os setores da sociedade civil brasileira tiveram potencialmente a possibilidade de expressar sua força e poder de mobilização, através das emendas populares apresentadas à Constituinte.<sup>1535</sup>

O documento final, promulgado em 5 de outubro de 1988 – com um belo discurso, aplaudido por todos os deputados de pé, de acordo com Lula<sup>1536</sup> –, apesar dos limites, “refletiu as principais demandas de trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos sociais”,<sup>1537</sup> com ganhos inequívocos para as classes populares. Tais conquistas só foram tornadas possíveis pela atípica formação que as classes populares tinham à época, cujo perfil radicalizado favoreceu a ação coordenada dos movimentos sociais e partidos políticos – PT, PDT, PCdoB, PCB, PSB e setores do PMDB<sup>1538</sup> – dentro do Congresso Nacional, os quais foram fortalecidos pela insatisfação dos populares demonstrada nas ruas – através 4.325 greves no biênio 1987-88,<sup>1539</sup> passeatas, abaixo-assinados, quebra-quebras, saques e diversas outras formas de protesto no período.

Dentre as várias questões suscitadas pela reunião desses elementos, pode-se indagar acerca da transitoriedade do apoio da população a Sarney. Teria sido mesmo tão efêmero, como tem sido acentuado neste trabalho? Essa impressão não adviria do fato de haver focalizado, em grande medida, a porção das classes populares envolvida nos momentos sociais, teoricamente mais críticas quanto ao governo? Em função das dúvidas que podem existir quanto a essas questões, analisaremos três momentos cruciais de ação coletiva em que a porção majoritária de participantes foi a de populares não atuantes em movimentos sociais. Vários deles, meses antes, ocuparam as ruas, agradecidos a Sarney, por ocasião do Cruzado. Por que, desta feita, nos tumultos espontâneos que eclodiram, bradava-se o “fora Sarney”?

---

<sup>1534</sup> MICHILES, op. cit., p. 104.

<sup>1535</sup> MICHILES, op. cit., p. 115.

<sup>1536</sup> Depoimento de Luís Inácio Lula da Silva. In: MELHEM, Celia Soilbelmann; RUSSO, Sonia Morgenstern. **Dr. Ulysses: o homem que pensou o Brasil. 39 depoimentos sobre a trajetória do Sr. Diretas**. São Paulo: Artemeios, 2004, p. 243.

<sup>1537</sup> RAMALHO, José Ricardo. Trabalho, direitos sociais e sindicatos na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política. In: OLIVEN, Ruben George; MARCELO, Ridenti; BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: ANPOCS, 2008, p. 133.

<sup>1538</sup> LULA: “MOVIMENTO POPULAR PODE MUDAR OS RUMOS DA CONSTITUINTE”. Publicado em *PT na Luta da Constituinte* n. 1. Brasília, jul. 1987, p. 4. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 145.

<sup>1539</sup> MATOS, op. cit., p. 120.

### 3.3.3. As classes populares em ações coletivas diretas

#### 3.3.3.1. Os exemplos de Brasília e do Rio de Janeiro

A resposta popular ao anúncio do Cruzado II, que começou com milhares de manifestantes que protestaram veementemente contra Sarney no dia 27 de novembro em Brasília, deixou o Planalto desnorteado. As críticas vinham de toda a parte e de todos os setores, deixando o governo desnorteado “pelos reações em sentido contrário, manifestas em todo o país e em todas as camadas sociais”.<sup>1540</sup>

O episódio ocorrido em Brasília merece uma análise mais detida, uma vez que representou bem o sentimento de repúdio ao governo Sarney que tomou conta das classes populares após o pacote. O comportamento da multidão revoltosa repetiu uma coreografia que sugere ser herdeira das manifestações populares realizadas contra a ditadura militar, incluindo os coros de protesto, o Hino Nacional e a identificação de um inimigo comum: desta feita, o presidente Sarney, lembrado durante todo o dia pelos populares com o refrão “Sarney traiu o povo”.<sup>1541</sup>

A manifestação foi combinada em conjunto por entidades sindicais e partidos políticos, que convocaram a população para um “buzinação” em frente ao Ministério da Fazenda e do Palácio do Planalto, às 17h. A divulgação foi feita através da distribuição de panfletos e cartazes no Plano Piloto e cidades-satélites de Brasília; conclamando a população à se concentrar às 14 horas, na rodoviária.<sup>1542</sup>

Por volta das 13h30, a Polícia Militar interditou trecho de dois quilômetros da avenida que liga o Palácio do Planalto à rodoviária,<sup>1543</sup> entretanto os manifestantes conseguiram furar o bloqueio, após terem afirmado aos policiais que não levariam faixas, cartazes e nem entrariam com carros. Como conseguiram esconder cartazes e faixas, elas reapareceram em frente ao Congresso, juntamente com coros como “Funaro é laçao” e o indefectível “o povo não esquece, Sarney é PDS”.<sup>1544</sup> Ali, por volta das 15 horas, entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional os manifestantes foram reprimidos pela Polícia do Exército (*Veja*) ou Polícia Militar (*JB*) com bombas de gás e cães.<sup>1545</sup>

<sup>1540</sup> Newton Rodrigues. “Galinha D’angola”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1541</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1542</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1543</sup> “A trilha do confronto”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 39.

<sup>1544</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1545</sup> “A trilha do confronto”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 39; “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

Quando da aproximação dos policiais, Chico Vigilante, dirigente da CUT no Distrito Federal, disse às mais de 20 mil pessoas: “Calma. Não precisamos ter medo. Quem tem que ter medo do povo é Sarney”. Lançadas as bombas, Vigilante puxou uma “oração” coletiva, ação herdeira das lutas da última década. Ele dizia: “Pai, afasta de mim esse drácula”; a multidão, em uníssono: “Pai, afasta de mim o Funaro” e “Pai, afasta de mim o Sayad”. Um a um, todos os 23 ministros foram lembrados pelos populares. Ao término da “oração”, a multidão tentou se dirigir ao Planalto, tendo enfrentado novamente os policiais, desta vez com garrafas, pedras e paus. Por volta das 16 horas, após pôr policiais para correr, mas impedida de chegar ao Palácio do Planalto, se dirige ao Ministério da Fazenda, com direito a coros como “o povo elegeu, mas já se arrependeu” e queima do boneco do ministro Dílson Funaro.<sup>1546</sup> No caminho, ao passar diante do Ministério da Justiça, os populares gritavam “Brossard ditador” e “Vamos varrer o ditador do Ministério da Justiça”.<sup>1547</sup>

Em frente ao Ministério da Fazenda, novo coro: “Funaro desce, Funaro, desce”. Na ocasião, discursaram Augusto Carvalho, líder bancário e deputado federal eleito (PCB-DF) e o senador eleito Maurício Correia (PDT-DF), o último lembrando que Leonel Brizola desde o início se colocara contra o Plano Cruzado. Pouco depois, os manifestantes foram atacados a golpes de cassetetes pelos policiais, enquanto cantavam o Hino Nacional. A diversidade da composição das classes populares que tem sido identificada nesta pesquisa novamente se mostrou bastante evidente. O oficial Cavalcanti, coordenador da ação da polícia, muito constrangido (e preocupado) confessou a um repórter que seus filhos estavam entre os manifestantes.<sup>1548</sup> A diversidade das origens e posições sociais das pessoas que compunham as manifestações coletivas naqueles anos fora reproduzida neste protesto, como era de se esperar.

Por volta das 17h, a Polícia do Exército, com cães e bombas de gás, atacou os cerca de mil manifestantes que estavam próximo ao ministério. Vários deles revidaram com pedras e insultos. Às 18h, a comitiva do presidente foi extremamente vaiada ao se dirigir à Catedral de Brasília, onde seria celebrada uma missa.<sup>1549</sup> Ao entrar na Catedral, o presidente foi recebido com os gritos de “o povo não esquece, Sarney é PDS”.<sup>1550</sup>

---

<sup>1546</sup> “Um vendaval agita Brasília”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 39.

<sup>1547</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1548</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1549</sup> “A trilha do confronto”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 39.

<sup>1550</sup> “Um vendaval agita Brasília”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 38; “Não esquece”. Painel. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 nov. 1986, p. 4.

Às 18h30min tiveram início os quebra-quebras na rodoviária,<sup>1551</sup> local onde se encontraram os manifestantes (vários deles integrantes de partidos, sindicatos e movimentos sociais) “que haviam sido expulsos violentamente pela Polícia Militar das proximidades do Ministério da Fazenda”<sup>1552</sup> com outros trabalhadores que aguardavam para tomar os ônibus de volta para casa. De acordo com reportagem do *JB*, os tumultos tiveram início quando um ônibus do Exército passou próximo aos populares, que já vinham vaiando os policiais, ocupado somente pelo motorista. Em pouco tempo, o ônibus foi apedrejado e incendiado pela multidão. A partir deste ato,

o posto da Cobal [Companhia Brasileira de Alimentos], dois ônibus de transporte de tropas do Exército e 17 carros da Polícia Civil foram incendiados na rodoviária de Brasília pelas pessoas que esperavam ônibus no final do expediente e manifestantes da passeata contra o pacote econômico.<sup>1553</sup>

Muito significativo, porém não surpreendente, que outros populares tenham se unido aos manifestantes. Vinha sendo assim há cerca de uma década, fato recorrente em uma sociedade em grande medida radicalizada. A “nação”, “apunhalada” pelo presidente Sarney, a quem dera voto de confiança em fevereiro e voto nas urnas em novembro, estava perplexa e indignada. Em Brasília, uma parte de seus membros adotou postura frontalmente hostil ao governo federal.

A indignação com o governo Sarney era geral. Depoimentos de pessoas que apoiaram o Cruzado desde a primeiríssima hora nos auxiliam a entender a fúria dos brasilienses. A presidente do Movimento das Donas-de-Casa de Belo Horizonte, Lúcia Pacífico Homem, declarou, sem saber o que fazer com os inúmeros *botons* com a inscrição “Eu sou fiscal do Sarney”: “Nós fomos apunhaladas”.<sup>1554</sup> Em São Bernardo do Campo, Neide Sparcov, líder de um movimento de mulheres que fiscalizava os supermercados da cidade, lamentava: “Admiro Funaro, mas ele pisou na bola”. Para ela, “o governo, com este pacote, demonstrou incompetência, e nós, que acreditamos nele, estamos desorientadas”.<sup>1555</sup> Nem mesmo Omar Marczinski, provavelmente o mais famoso dos fiscais do Sarney, ficou favorável ao presidente: “Foi um cambalacho. Esse governo, que

---

<sup>1551</sup> “A trilha do confronto”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 39.

<sup>1552</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1553</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1554</sup> “Perda de iniciativa”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 43.

<sup>1555</sup> “Perda de iniciativa”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 43.

tanto recebeu apoio quando decretou o Plano Cruzado, deu-nos em troca um ato político de enganação”.<sup>1556</sup>

A hostilidade ao governo ficou evidente na depredação, saque e incêndio do posto da Cobal de Brasília (símbolo da questão do abastecimento), bem como nas ações contra os veículos das forças de repressão. No ato, outro registro do *JB* nos permite perceber a diversidade dos integrantes das classes populares. “No meio da multidão (...), um homem mulato, de barba aparada, com terno, sapatos finos e bolsa capanga no bolso, gritava rindo: ‘Vamos quebrar a delegacia’.”<sup>1557</sup> Aqui, é importante destacar o registro do esforço do periódico para convencer os seus leitores que os protestos não somente eram constituídos por baderneiros, mas também por “pessoas de bem”, como muitos dos leitores, que também apreciavam terno e sapatos finos. Em outras palavras, essa forma de mostrar a legitimidade do protesto era uma das muitas maneiras de influir nas lutas do cotidiano. Aliás, vários registros, incluindo as fotografias, foram favoráveis aos manifestantes. Em uma das fotografias aparece um rapaz sendo levado preso arrastado por um policial pelos cabelos.<sup>1558</sup> (Fica claro que o periódico se colocara contra o governo, como, de resto, a maior parte da grande imprensa, que, aliás, não poderia se descolar do seu público-leitor, sem colocar em risco sua reprodução.)

O registro da agressão a Maria de Jesus Luna de Souza, funcionária do Colégio Militar, também nos permite identificar os “rostos das multidões”. Ao chegar ensanguentada ao Comitê de Imprensa da Câmara, declarou: “A Polícia do Exército jogou bomba e, quando eu senti, foi a cacetada na testa. Tomei sete pontos dentro e sete pontos fora”.<sup>1559</sup> Se, por um lado, o registro, da forma como foi feito, evidencia uma certa simpatia por parte do *Jornal do Brasil* aos manifestantes, por outro nos mostra como as pessoas estavam determinadas a protestar contra as medidas do governo José Sarney. Do contrário, o que estaria fazendo aquela corajosa mulher próxima de policiais a ponto de poder ser atingida por um cassetete, em meio a bombas e cães? Aliás, quando se menciona a coragem dos populares, vale o registro: “Na Esplanada dos Ministérios a polícia bate à vontade”.<sup>1560</sup>

---

<sup>1556</sup> “As frases de 1986. Ano de eleição é ano de retórica. Mas o Plano Cruzado também ajudou a enriquecer a safra de declarações que merecem ser colecionadas”. *Revista Veja*. São Paulo, 31 dez. 1986, p. 7.

<sup>1557</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1558</sup> “Incêndios, depredações. Brasília protesta”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 2.

<sup>1559</sup> “Polícia ocupa rampa do Congresso mas é obrigada a recuar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 3.

<sup>1560</sup> “Funcionário sai à rua e faz Esplanada vibrar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, p. 3.

No Rio de Janeiro, também ocorreram mobilizações e ações semelhantes. Em visita a cidade do Rio de Janeiro para uma solenidade no Paço Imperial, no dia 25 de junho de 1987, Sarney fora vaiado por cerca de mil manifestantes na praça XV, centro da cidade. A julgar apenas pela capa do *Jornal do Brasil*, que afirmava que os apupos ao presidente foram obra de “militantes da CUT, estudantes, aeroviários, bancários e securitários”, concluiríamos que a inédita agressão coletiva a um presidente da República – que se seguiria ao protesto – só poderia ter ocorrido porque orquestrada por sindicatos e pelo movimento estudantil, que o recepcionaram com o “fora Sarney”, “diretas-já” e palavrões.<sup>1561</sup> No entanto, o exame da reportagem no interior do jornal aponta para a participação de populares não organizados em movimentos políticos.<sup>1562</sup> Aos manifestantes que tinham chegado mais cedo se juntaram os trabalhadores que iam para casa, haja vista ser aquela praça um ponto em que passavam milhares de pessoas para embarcar em ônibus e nas barcas que fazem a travessia entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. A reportagem da revista *Veja* percebeu que outros populares participaram do protesto, que considerou como “uma manifestação contra o presidente, o governo, a política econômica, os marajás, e, acima de tudo, a inflação”.<sup>1563</sup>

Após reproduzir coros que vinham sendo repetidos em diversos pontos do país – “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”,<sup>1564</sup> “Sarney é um ladrão. Pinochet do Maranhão”; “Sarney é salafário. Está roubando o meu salário”; “Ali Babá. O povo quer votar”; “O povo não esquece. Sarney é PDS” – bem como o pleonasma “Piuí... Piuí”,<sup>1565</sup> jocosa (e raivosa) alusão ao escândalo da ferrovia Norte-Sul, a população fez chover pedras sobre o ônibus da comitiva presidencial. Depoimento de Pedro Couto, 31 anos, ajudante de pedreiro, morador de São Gonçalo (RJ), representa bem o sentimento dos que resolveram atirar pedras no presidente da República. Couto afirmou que passava ali e ouviu que os manifestantes gritavam “algumas verdades”. Em seguida, explicou:

Eu não queria jogar pedra, mas estava tudo ali, à mão. Peguei umas três, mas só ia jogar se alguém jogasse. Todo mundo tem raiva desse pessoal que faz a gente passar fome para dar dinheiro aos seus cupinchas. Eu só ia xingar, mas fiz

---

<sup>1561</sup> “Manifestantes no Rio jogam pedra em Sarney”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1987, capa.

<sup>1562</sup> “Militantes apedrejam o ônibus da comitiva de Sarney”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1987, p. 14.

<sup>1563</sup> “O governo apedrejado. Numa visita ao Rio, Sarney sofreu a pior manifestação contra seu governo, entre insultos, vaias e o apedrejamento do seu ônibus.” *Revista Veja*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 21.

<sup>1564</sup> “Militantes apedrejam o ônibus da comitiva de Sarney”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1987, p. 14.

<sup>1565</sup> “O governo apedrejado. Numa visita ao Rio, Sarney sofreu a pior manifestação contra seu governo, entre insultos, vaias e o apedrejamento do seu ônibus.” *Revista Veja*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 19.

melhor. De agora em diante, eles vão pensar duas vezes antes de roubar o salário da gente.<sup>1566</sup>

As palavras do ajudante de pedreiro guardam estreita correspondência com as cartas de outros populares aos constituintes, com músicas de artistas de diversos gêneros musicais, com autores de literatura de cordel, humoristas em programas de televisão e em mídias impressas. O sentimento de revolta e de repúdio às mazelas sociais e aos desmandos do governo estava muito difuso entre as classes populares, haja vista que o país não mudava. Não sem razão, alguns meses depois, “Que país é esse” (“Nas favelas, no Senado/ Sujeira pra todo lado/ Ninguém respeita a Constituição/ Mas todos acreditam no futuro da nação/ Que país é este?...”),<sup>1567</sup> do Legião Urbana, se tornaria uma das músicas mais executadas nas rádios em todo o Brasil. Em encarte anexado ao álbum gravado em 1987, o grupo explicou porque uma música composta em 1978 só havia sido gravada em 1987: “Nunca foi gravada porque sempre havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando-se a música então totalmente obsoleta. Isto não aconteceu e ainda é possível se fazer a mesma pergunta do título”.<sup>1568</sup> Tal declaração embute a justificativa para a revolta dos brasileiros de então.

Uma carta anônima, escrita poucos meses antes da referida música “estourar” nas rádios, exibia revolta semelhante à do cantor e compositor Renato Russo em 1978, tragicamente atual quase uma década depois. O missivista, morador de Ibiraiaras (RS), solteiro, 30 a 39 anos, 2º grau, renda entre 5 e 10 salários, assim expôs sua indignação:

Uso este espaço não para sugerir, porque o Senado pouco está ligando para o povo. mas sim criticar todos, ou quase todos os políticos, porque a maioria não são políticos, mas politiquinhos, vendo quase só o lado deles. Porque somente em vésperas das eleições é que eles aparecem onde a gente mora, para pedir votos e depois de eleitos se esquecem. Meu voto nas próximas eleições será em branco, como de todas as pessoas com quem tenho conversado, de vários municípios, desencantadas com os nossos políticos, ninguém mais merece confiança, todos uns sem vergonha. Diariamente a gente vê absurdos do governo, administrando mal o dinheiro nosso, construindo Itaipu, e agora mandando racionar energia elétrica, Transamazônica e outras obras sem utilidade. Quanto a sugestões, façam o que quiserem. Este país ainda vai acabar no mato sem cachorro.<sup>1569</sup>

---

<sup>1566</sup> “O governo apedrejado. Numa visita ao Rio, Sarney sofreu a pior manifestação contra seu governo, entre insultos, vaias e o apedrejamento do seu ônibus.” *Revista Veja*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 24.

<sup>1567</sup> “Que país é este?”. Composição: Renato Russo. *Que País É Este 1978/1987*. LP. Legião Urbana, EMI, 1987. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/renato-russo/1175645/>. Acessado em: 19 fev. 2012.

<sup>1568</sup> Texto incluído no encarte do álbum “Que País É Este 1978/1987”. Legião Urbana, EMI, 1987. Disponível em <http://www.legiaourbana.com.br/html/discografia/album-que-pais-e-este.html>. Acessado em 19 fev. 2012.

<sup>1569</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L021 DATA: 23/02/86 FORMUL: 512 DV: 0 TIPO: 40 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

À época, o cordelista Raimundo Santa Helena estava, como quase todos os brasileiros, indignado com as injustiças em série vivenciadas pela população, que olhava o cenário pintado com as cores das lutas de classe. Recolho uma delas, das mais lembradas nos diversos discursos populares – o salário mínimo:

Se tem o Salário Mínimo  
Toda remuneração  
Deve ter o Salário Máximo  
Pois esta situação  
Assim não pode ficar:  
Rico come caviar  
E pobre lambe sabão...<sup>1570</sup>

Música e cordel aqui reproduzidos tentaram captar os sentimentos que perpassavam as classes populares no período posterior ao Cruzado II. E, mais que isto, permitem compreendermos o que se passava no interior daqueles que “verbalizaram” seu pensamento através das pedras atiradas em Brasília e no Rio de Janeiro. Em todas as situações, identifica-se a similitude entre discursos e práticas frente ao governo e aos problemas do povo. Não causa surpresa, portanto, que, em alguns momentos, as experiências cruzadas tivessem levado milhares de pessoas a escolher como forma de protesto o quebra-quebra.

À primeira vista, o apedrejamento do ônibus da comitiva presidencial parece ser o mais longe que a população pudesse ter ido a fim de expressar sua insatisfação com o governo. Se, do ponto de vista simbólico, pode-se dizer que sim, não se pode afirmar o mesmo do ponto de vista concreto, se levarmos em conta que a quantidade de pessoas e o tempo empregado para atacar a comitiva de Sarney foram relativamente pequenos. Nestes quesitos, o quebra-quebra em Brasília nos permitiu vislumbrarmos diversos aspectos que compunham as experiências cotidianas dos brasileiros que o apedrejamento ao presidente não nos permitiu. Contudo, o quebra-quebra no Rio de Janeiro, ocorrido apenas seis dias após o episódio com o presidente, pode, ainda mais que nos outros dois episódios anteriores, ser tomado como síntese perfeita do pensamento popular, do acúmulo de experiências coletivas em mais de uma década e da diversidade dos grupos sociais que compunham as classes populares. O estopim: o aumento das tarifas de ônibus na cidade.

Mas, o primeiro incidente registrado pela imprensa ocorreu por volta das 9 horas da manhã do dia 30 de junho de 1987. Na ocasião, uma passageira não identificada de um

---

<sup>1570</sup> SANTA HELENA, Raimundo. Nossos dias são iguais... O que fica pra depois talvez fique pra jamais! In: SANTA HELENA, Raimundo. Torturados e a moral dos calados. LC9177. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=40501>. Acessado em 09 jan. 2012.

ônibus da linha Central-Copacabana decidiu não pagar a tarifa majorada de CZ\$ 4,80 para CZ\$ 7,20 e discutiu com a cobradora. A passageira obteve o apoio dos demais passageiros, que protestaram em sua defesa. No calor da discussão, os passageiros ordenaram que o motorista parasse o ônibus na esquina da Rua Santa Luzia com Avenida Calógeras. Após descerem, os passageiros resolveram esvaziar os pneus do coletivo e de outro da mesma empresa que estava parado no local.<sup>1571</sup> Às 10 horas, próximo à Cinelândia, outro incidente: dois passageiros se negaram a pagar o aumento das passagens e, obtiveram também o apoio dos demais passageiros que nada sabiam do incidente anterior. Ana Luiza Nunes, 30 anos, cobradora do ônibus, assim descreveu o início do tumulto: “o sujeito me deu CZ\$ 5,00 e pediu o troco. Olhei espantada e todo mundo começou a gritar”.<sup>1572</sup> O motorista Delmir Fernandes Bastos, 60 anos, afirmou não ter tido outra solução a não ser levar o ônibus para a porta da delegacia,<sup>1573</sup> a 3ª Delegacia de Polícia, na Rua do Santana<sup>1574</sup>. Ali, os passageiros ouviram do delegado Leonam Siqueira da Silva que deveriam reclamar na Sunab, o que os deixou ainda mais indignados.<sup>1575</sup> Integrante do grupo, a doméstica Maria de Lurdes Teixeira, 35 anos, explicou a um repórter porque resolveram ocupar a avenida após sair da delegacia: “Éramos poucos, inconformados com o aumento e até sem dinheiro para pagar a passagem. A gente só queria baixar o preço, mas ninguém resolvia nada”.<sup>1576</sup>

Um terceiro caso foi registrado às 10h30min do mesmo dia, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Santa Luzia. Segundo a reportagem, a cobradora de um ônibus da linha 247 (Méier-Passeio) não aceitou receber duas notas de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), afirmando que tinham saído de circulação: “A passageira, uma preta de blusa branca e saia florida, protestou e recebeu o apoio dos outros passageiros, que esvaziaram os pneus do ônibus”.<sup>1577</sup> Apesar do evidente racismo no trecho da reportagem, cujo tom geral foi de desqualificação da ação popular, ainda assim ela nos aponta para a questão da unidade

---

<sup>1571</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1572</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1573</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1574</sup> “Tumulto e quebra-quebra no centro da cidade”. *O Dia*. Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 12.

<sup>1575</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 8 jul. 1987, pp. 24, 25.

<sup>1576</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 8 jul. 1987, pp. 24, 25.

<sup>1577</sup> “No Centro, uma batalha campal com fogo e saque contra ônibus e lojas”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 8.

popular que tem sido examinada nesta pesquisa. Nas três situações registradas pode-se identificar a solidariedade e a ação conjunta por parte de pessoas desconhecidas, evidência de que compartilhavam valores e experiências comuns. Assim como as pessoas estiveram irmanadas nas jornadas a favor do Cruzado, agora operavam sua unidade contra ele, uma vez que o malogro do plano fizera a tarifa de ônibus aumentar. O último caso, por sua vez, foi ainda mais significativo, pois os passageiros se solidarizaram com uma pessoa que em tese estava errada, pois tentava pagar a passagem com notas que estavam fora de circulação.

Um pouco antes, as pessoas do primeiro incidente ainda se encontravam no mesmo lugar, à espera de uma solução para prosseguirem viagem. Ali houve registro das primeiras pedradas dos passageiros contra os coletivos, bem como das queixas dos populares. Amália de Sousa dos Campos, 50 anos, doméstica, queixou-se que estava fora de casa desde as 5 horas da manhã e da fome que sentia. Cléa de Oliveira, 37 anos, moradora de Senador Camará, declarou: “Tenho três filhos e tenho que trabalhar. Não tenho dinheiro para a passagem”.<sup>1578</sup> Às 10h20min, Antônio Pompílio de Jesus, ladrilheiro, chamou os outros passageiros para o meio da rua. Neste momento, outra passageira, Selma Maria dos Santos Pereira, auxiliar de serviços gerais, recorreu a um dos discursos identitários mais corriqueiros e eficazes daqueles anos – o discurso do trabalhador pobre, que ganha a vida honestamente: “Vamos lá. Somos pobres mas trabalhamos”.<sup>1579</sup> Encorajados com o apoio mútuo, cerca de 20 pessoas se dirigiram para a Avenida Rio Branco, após um deles ter conclamado os colegas de infortúnio a interromper o trânsito.<sup>1580</sup>

Chegando ao local, encontraram alguns militantes da CUT, Famerj, PT, PC do B e do sindicato dos Bancários que panfletavam em virtude do Dia Nacional de Protesto, marcado para o dia seguinte com o intuito de protestar contra as medidas econômicas do governo.<sup>1581</sup> Pouco depois de chegarem, os populares se encorajaram a bloquear a avenida. Ao cercarem os ônibus no sinal de trânsito, novamente se observa a unidade popular: os manifestantes obtiveram a adesão espontânea e imediata dos passageiros, que desciam dos

---

<sup>1578</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1579</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1580</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 6; “Tumulto e quebra-quebra no centro da cidade”. *O Dia*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 12.

<sup>1581</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 6.

ônibus. Um ônibus da linha 123, que rompera o bloqueio humano, foi apedrejado. Depois deste acontecimento nenhum outro motorista resolveu enfrentar os manifestantes. Giovani de Oliveira, 23 anos, baterista da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, era um dos motoristas destes ônibus e só fez pegar sua marmita e abandonar o coletivo às pressas.<sup>1582</sup> Em pouco tempo, a Avenida Rio Branco estava totalmente bloqueada por uma multidão composta por passageiros que desciam dos ônibus e por pedestres que paravam para assistir o que estava acontecendo e iam aderindo ao protesto espontaneamente.

Por volta das 12 horas, manifestantes começaram a esvaziar pneus de ônibus na Cinelândia. A partir daí, passaram a quebrar vidros de ônibus que passavam na Avenida Almirante Barroso, enquanto, próximo dali, na Avenida Presidente Antônio Carlos, pneus de coletivos eram furados.<sup>1583</sup> À mesma hora, na Cinelândia, a multidão era “incontável”. Quando tentou convencer o povo a ocupar apenas meia pista da Avenida Rio Branco, o comandante da operação, coronel Mathusalém, ouviu a seguinte resposta em coro: “A avenida é do povo”. Naquele momento, ouviu-se muitos gritos de “fora Sarney, diretas já”. Por volta das 12h40min, um integrante da CUT (identificado pela reportagem como Guilherme Reondir), procurou o coronel e afirmou que o tumulto era espontâneo. Ele se dispôs a falar com o povo para tentar dar uma direção ao protesto. “O povo está na rua protestando contra a miséria e a fome”, bradou. Todavia, o coro da multidão fora muito mais alto: “Fora Sarney”.<sup>1584</sup> Enquanto tentava, sem sucesso, falar aos populares, um acontecimento recorrente nas manifestações populares desde as lutas contra a ditadura: “o povo entoou o Hino Nacional”.<sup>1585</sup>

Eram cerca de 14 horas quando foram registradas ações que a reportagem do *JB* denominou de “a primeira batalha campal”, na Avenida Presidente Antônio Carlos, onde populares conseguiram impedir a passagem de 22 ônibus, inclusive esvaziando os pneus de

---

<sup>1582</sup> “Multidão enfrenta PM e depreda 100 ônibus no centro”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1583</sup> “Discussão sobre troco é estopim do quebra-quebra”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1584</sup> “11:30. Começa o tumulto e a polícia chega”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1585</sup> “11:30. Começa o tumulto e a polícia chega”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6. Em junho de 2008, quando apresentava uma comunicação sobre o quebra-quebra, no III Encontro de História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma das mulheres presentes disse que, à época, era estudante em uma escola do centro da cidade, e que os estudantes furaram o cerco realizado por policiais para chegar à Cinelândia. Enquanto eu apresentava a comunicação, ela disse haver se lembrado do episódio da multidão cantando em coro o Hino Nacional, que, em suas palavras, começou num determinado ponto da praça, e foi ganhando mais e mais adesões, até que todos estavam cantando. Disse ter sido uma experiência emocionante.

14 deles. Após meia hora de ação, chegou o Batalhão de Choque na área, o que fez com que os manifestantes se dividissem em três grupos: um foi para a Assembleia Legislativa, onde estava havendo um ato público; outro foi para a delegacia exigir a libertação dos presos; o terceiro, e, de longe, maior grupo, resolveu voltar à Rio Branco, através das avenidas Almirante Barroso e Nilo Peçanha, “apedrejando todos os ônibus que encontravam pela frente”.<sup>1586</sup> A reportagem da *Folha de S. Paulo* registrou outras ações à mesma hora. De acordo com a matéria, um grupo foi na direção da Presidente Vargas, onde incendiou ônibus, enquanto outro ficou na Cinelândia, onde enfrentou as tropas de choque com pedras. Nestas ações, ficou evidente a solidariedade entre manifestantes que pegavam em pedras e outros que assistiam (outro elemento recorrente nas lutas populares), uma vez que, sempre que avançavam sobre o povo, os policiais eram vaiados por pessoas que assistiam nas ruas e nos prédios.<sup>1587</sup>

Nesse ínterim, o recurso às famosas pedras portuguesas do calçamento carioca se generalizou. Devido à fúria dos populares, os motoristas abandonavam os ônibus em fila dupla, por toda a Rio Branco até a Avenida Presidente Vargas, às vezes sem ter tempo de desligar o motor.<sup>1588</sup> Foi nesse momento que lojas e bancos baixaram suas portas e as pessoas, para escapar das pedras que voavam em todas as direções, invadiam portarias do primeiro prédio que encontravam. A reportagem do jornal *O Globo* assim descreveu este episódio:

Em todos as esquinas da Avenida Rio Branco havia correria e pânico. As pessoas iam de um lado para o outro, no vaivém da fuga, e muitas se abrigavam em orelhões, atrás de árvores, postes, bancas de jornal ou pilastras de edifícios. Os ônibus abandonados com os pneus furados, tinham seus vidros destruídos. As pedras atingiam também vidraças, como as do Citibank, na Rua da Assembléia, ou a da lanchonete Mc Donald’s, na Rio Branco. No Largo da Carioca um grupo aproveitou um tumulto para invadir e saquear quatro lojas: Livraria Ediouro, De Plá Fotografia, Cogumelo Modas e Uruguaiana Discos.<sup>1589</sup>

Nem mesmo o forte aparato policial que tentava assegurar a integridade da sede estadual da Caixa Econômica Federal foi capaz de impedir que os populares apedrejassem suas vidraças.<sup>1590</sup> (Quem sabe tenham identificado nele um dos símbolos do governo federal?)

---

<sup>1586</sup> “11:30. Começa o tumulto e a polícia chega”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1587</sup> “Discussão sobre troco é estopim do quebra-quebra”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1588</sup> “14:00. Estoura a primeira batalha campal”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1589</sup> “No Centro, uma batalha campal com fogo e saque contra ônibus e lojas”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 8.

<sup>1590</sup> “14:00. Estoura a primeira batalha campal”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

Mesmo os populares que saquearam lojas exibiam consciência do que estava acontecendo no país, como podemos depreender das palavras da gerente Vera Lucia Costa de Jesus, da loja *De Plá*: “...de repente, a loja foi invadida por muita gente gritando: ““O Sarney paga o prejuízo””<sup>1591</sup>.

A população se empenhou para manifestar seu descontentamento. Uma das maneiras encontradas foi a criação de obstáculos para a ação de policiais e bombeiros e quaisquer outros que tentassem, de alguma forma, pôr fim ao protesto. “Doutor, não está dando para engatar o reboque nos ônibus. O povo manda pedra na gente”,<sup>1592</sup> foram as palavras de um mecânico ao seu patrão, dono da *Viação Madureira*, que chegou dentro de um *Monza Classic 87*, exigindo dos seus funcionários a retirada de seus ônibus.<sup>1593</sup>

Por volta das 17 horas, segundo descrições de jornalistas de vários jornais, a Avenida Rio Branco era um mar de vidros quebrados, pedras, paus, e muita fumaça. Milhares de pessoas estavam nas ruas, e milhares nas janelas dos edifícios passaram a jogar papéis picados em solidariedade aos manifestantes. Como vimos, havia todo tipo de gente: Homens, mulheres e crianças; jovens e velhos; pessoas de várias profissões e de diferentes segmentos da sociedade. Em operação, a comunidade imaginada de brasileiros expostos à humilhação do indigno tratamento. Daí a insistência – e a coragem – para enfrentar a violência policial, que, a partir das 16h30min só fazia aumentar, com uso de caminhões do Batalhão de Choque, o *paladino* (carro cujo motor imita som de tiros e carrega até 15 policiais), muitas bombas de gás e de efeito moral em toda a Avenida Rio Branco e nas transversais, de cassetetes e do o *federal fogger* (máquina que expele fumaça nociva aos olhos e à pele).<sup>1594</sup>

Somente por volta das 18 horas o trânsito começou a ser normalizado na Avenida Rio Branco, e isso às custas de muito gás lacrimogêneo expelido para toda parte vindo de um caminhão da Polícia Militar.<sup>1595</sup> Às 19 horas, os policiais ocuparam toda a Cinelândia, agindo com muita pancadaria e bombas para evacuar o local. Próximo das 19h40min a

---

<sup>1591</sup> “Empresários pensavam que a população não reagiria”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 7.

<sup>1592</sup> “As frases do tumulto”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 21-a.

<sup>1593</sup> “As frases do tumulto”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 21-a. A forma como o jornalista noticiou o ocorrido, destacando que o patrão chegara ao local em um carro caríssimo exigindo sacrifício de seu funcionário é um eloqüente indício da percepção da luta de classes por parte do profissional da imprensa. A forma como enxergou a situação não era incomum na imprensa.

<sup>1594</sup> “16:00. Fogo, pedradas, correria: é a guerra”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 6; “PM usou bombas e blindados para reprimir na rua”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 21.

<sup>1595</sup> “Situação começa a ser controlada na Rio Branco com chegada de blindados”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 9.

situação estava controlada.<sup>1596</sup> Contudo, somente por volta das 21 horas é que haviam acabado as manifestações. Entretanto, ainda no fim da tarde, às 18 horas, a reportagem de *O Globo* já registrava o recuo do juiz que decretara o aumento: “na avenida quase desimpedida, um ônibus da linha 125 seguia em direção à Copacabana. No vidro da frente, um enorme cartaz mostrava o preço da passagem: CZ\$ 4,80”.<sup>1597</sup>

### 3.3.3.2. Ações dos populares nas revoltas

As pessoas buscavam diversas formas de participar dos protestos. Vaiando, aplaudindo, atirando pedras e paus ou cantando coros e palavras de ordem. Havia mesmo cumplicidade entre as milhares de pessoas que compunham a multidão, tanto que “do alto dos prédios eram atirados grampeadores, furadores e material de escritório sobre os policiais”,<sup>1598</sup> além de sacos com água.<sup>1599</sup>

O *modus operandi* dos populares tem muito a nos revelar sobre a unidade prévia entre pessoas desconhecidas. Se não dispuséssemos de registros que desmentem a versão oficial de que tudo havia sido orquestrado pelas esquerdas, poderíamos facilmente endossar a versão engendrada pelo governo, haja vista a formidável sintonia exibida pelos manifestantes. De acordo com um repórter de *O Globo*, os populares agiam da seguinte forma: “depois de se meterem na frente dos ônibus, obrigavam os passageiros a descer e esvaziavam os pneus”.<sup>1600</sup> De acordo com a mesma reportagem, “enquanto o grupo majoritário paralisava totalmente o trânsito sentando na rua, outros manifestantes invadiam os ônibus retirando os passageiros e esvaziando os pneus, com pregos e pontas de canetas”.<sup>1601</sup> Outra situação semelhante foi registrada pela reportagem de *O Dia*, que ouviu uma cobradora de um dos ônibus depredados. Ela afirmou que os manifestantes entravam nos ônibus e ordenavam aos motoristas e passageiros que desembarcassem.<sup>1602</sup> Januário Gama, massagista da equipe de natação do Flamengo, foi um dos que revelou ao *JB* um dos métodos dos manifestantes: “subiu uma turma de garotões dizendo que a viagem não ia prosseguir e que ia todo mundo descer. O motorista, apavorado, foi o que saiu primeiro.

---

<sup>1596</sup> “Situação começa a ser controlada na Rio Branco com chegada de blindados”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 9.

<sup>1597</sup> “Na Avenida Rio Branco, uma praça de guerra”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1598</sup> “No Centro, uma batalha campal com fogo e saque contra ônibus e lojas”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 8.

<sup>1599</sup> “Tumulto e quebra-quebra no centro da cidade”. *O Dia*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 12.

<sup>1600</sup> “Cercos a carro da Polícia no início de tudo”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1601</sup> “Cercos a carro da Polícia no início de tudo”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1602</sup> “Tumulto e quebra-quebra no centro da cidade”. *O Dia*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 12.

Quando o ônibus ficou vazio o pessoal começou a jogar pedra. Não ficou uma janela inteira”.<sup>1603</sup> Também havia uma tática com relação aos incêndios. Os ônibus vazios e já incendiados eram abandonados quando chegavam policiais e bombeiros; logo depois, outros ônibus eram incendiados em outro lugar.<sup>1604</sup>

O depoimento de um motorista também é revelador de que o quebra-quebra foi executado de forma espontânea, tendo como motor as experiências cruzadas. Segundo ele, uma mulher foi quem jogou a primeira pedra em seu ônibus, gritando: “Eu tacho pedra mas tenho arroz e feijão na mesa”.<sup>1605</sup> Esta fala tanto reforça a diversidade social da multidão, ao demonstrar que ela não era composta apenas por pessoas que não tinham o que comer, quanto aponta para o fato de que, tanto quanto aspectos econômicos, os morais também foram levados em conta pelos que se rebelaram. É compreensível o fato daquela manifestante deixar claro que tinha comida à mesa. Ela buscava não ser identificada como alguém que fazia aquilo porque passava fome, mas como alguém indignada com o governo. Provavelmente, queria demonstrar que seu ato não era insano, mas fruto de ação consciente.

### 3.3.3.3. A composição social da multidão

As detenções e o número de feridos constituem, ao mesmo tempo, evidências da unidade popular e dos “rostos da multidão” atuante ao longo do dia. Se levarmos em conta que entre as 13 e as 18 horas foram detidas no mínimo 80 pessoas<sup>1606</sup> (há outros números, mas não inferiores a este<sup>1607</sup>), temos uma questão intrigante. Assim como em Brasília, as pessoas não recuaram diante da repressão policial. Não fosse assim, não haveria tantos detidos. O registro da imprensa nos permite perceber sua diversidade social e de gênero, o que desfaz o mito de que quem se envolve em ações violentas é homem, adulto e baderneiro, pois, entre os presos, havia mulheres, velhos e menores de idade, incluindo um menino de cerca de 8 anos, além de dois jornalistas.<sup>1608</sup>

---

<sup>1603</sup> “16:00. Fogo, pedradas, correria: é a guerra”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

<sup>1604</sup> “Na Avenida Rio Branco, uma praça de guerra”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11; “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, pp. 23, 24.

<sup>1605</sup> “Jovem pula de ônibus pela janela”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 7.

<sup>1606</sup> “Oitenta pessoas são detidas e levadas à Polícia Federal; feridos chegam a 50”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1607</sup> “Empresários pensavam que a população não reagiria”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 7.

<sup>1608</sup> “Oitenta pessoas são detidas e levadas à Polícia Federal; feridos chegam a 50”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

Os feridos nos remetem à mesma indagação. Considerando que havia outras rotas para as pessoas passarem ao largo das áreas dos protestos, o fato de ter havido 43 feridos no Hospital Souza Aguiar por pedradas e intoxicação por gás lacrimogêneo só confirma o fato de que os populares, irmanados, não arredaram pé do confronto.<sup>1609</sup> Do contrário, não haveria tantos feridos. Aliás, os números do quebra-quebra foram todos superlativos: 30 mil pessoas protestando, 60 ônibus incendiados, 100 ônibus depredados,<sup>1610</sup> (ou 60 ônibus depredados, sendo 18 queimados, de acordo com a *Folha*<sup>1611</sup>), mais de 100 presos e 50 feridos<sup>1612</sup> (ou 80 e 43, respectivamente<sup>1613</sup>), e 2.600 policiais reprimindo.<sup>1614</sup>

A identificação do gênero, idade e ocupação dos integrantes da multidão também nos auxilia na tarefa de elucidar sua composição. À época, várias autoridades tentaram atribuir às esquerdas a responsabilidade pelos tumultos. Na opinião do governo, externada pelo porta-voz Frota Neto, o quebra-quebra foi uma “baderna” organizada “por arruaceiros interessados em perturbar a vida urbana e comprometer o processo de transição democrática”.<sup>1615</sup> Já o presidente foi mais direto: “É a turma do Brizola”.<sup>1616</sup> O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, tinha opinião semelhante:

O povo do Rio de Janeiro foi afrontado durante o dia, de maneira intolerável, por uma insana seqüência de atentados às suas tradições de civilidade. Os atos de vandalismo orquestrado, o dirigido incitamento à violência e ao ódio generalizados representam hoje, como representarão sempre, tentativas de ferir mortalmente a transição democrática pela qual a Nação vem buscando superara a crise.<sup>1617</sup>

A princípio, o presidente do sindicato das empresas de transportes de passageiros, Rosieri Pavanelli, também endossou a tese de que se tratava de ação das esquerdas. Ele considerava a revolta como “um trabalho de grupos organizados por princípios políticos ou centrais de trabalhadores, porque o trabalhador comum não carrega bombas e latas de

---

<sup>1609</sup> “Oitenta pessoas são detidas e levadas à Polícia Federal; feridos chegam a 50”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1610</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 18.

<sup>1611</sup> “A revolta da tarifa. Cariocas repelem aumento dos ônibus a pedra e fogo”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1612</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 18.

<sup>1613</sup> “A revolta da tarifa. Cariocas repelem aumento dos ônibus a pedra e fogo”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1614</sup> “A revolta da tarifa. Cariocas repelem aumento dos ônibus a pedra e fogo”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1615</sup> “Para Planalto, quebra-quebra foi ‘baderna de arruaceiros’”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1616</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 22.

<sup>1617</sup> “Sarney se solidariza com governador”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 11.

querosene como as que foram utilizadas no protesto?”<sup>1618</sup> Na mesma entrevista se contradisse, ao admitir que a manifestação não havia sido diretamente contra o aumento, mas uma manifestação de insatisfação geral”.<sup>1619</sup>

Vários analistas e figuras públicas tiveram opinião diversa das autoridades, e viram na manifestação o mesmo perfil de crítica social que o representante dos empresários se vira obrigado pelos fatos a admitir. De acordo com o antropólogo Roberto da Matta, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, “esta reação é sintoma do vazio de sinceridade, uma maneira de botar para fora esta frustração que estamos sentindo com a Nova República”.<sup>1620</sup> O ex-presidente da OAB, Herman Baeta, também teve mais sensibilidade para perceber o que se passava que as autoridades governamentais: “É um grande equívoco atribuir a grupos organizados a responsabilidade pelo tumulto. É mais uma demonstração de grande insatisfação popular com a desastrosa política econômica do governo”.<sup>1621</sup> “Essa gente só viu malogro, na campanha das diretas, na morte de Tancredo e no fim do Cruzado”, explicou Lucio Kowarick, professor do Departamento de Ciências Sociais da USP.<sup>1622</sup> Dos registros obtidos, a análise que o jornalista Villas-Bôas Corrêa realizou no *Jornal do Brasil* pareceu ser a mais precisa. Corrêa aponta para a existência de

um estado de espírito coletivo de frustração decepcionada, de desesperança e de falta de perspectiva, e que explode a cada instante, rompendo os frouxos controles da autoridade hesitante e afirmando o seu protesto caótico, na anarquia episódica que toma conta das ruas...<sup>1623</sup>

O referido jornalista nos fornece mais elementos para esta interpretação do contexto social da multidão: “a sociedade está à beira do desespero porque perdeu a fé, a crença, a confiança. Ela se considera enganada e, o que é pior, procura enxergar à frente e não vislumbra nenhuma esperança”.<sup>1624</sup> Ele asseverou que “tudo e todos” vinham “falhando seguidamente, em seriado trágico”, e que haviam sido

---

<sup>1618</sup> “Empresários pensavam que a população não reagiria”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 7.

<sup>1619</sup> “Empresários pensavam que a população não reagiria”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 7.

<sup>1620</sup> “Brizola evita comentar os distúrbios”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1621</sup> “Brizola evita comentar os distúrbios”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1622</sup> “O outro Brasil. Com saques, quebra-quebras e incêndios os deserdados da economia são o combustível da desordem nos momentos de crise”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 29.

<sup>1623</sup> Villas-Bôas Corrêa. “O negro túnel da inviabilidade”. Opinião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1624</sup> Villas-Bôas Corrêa. “O negro túnel da inviabilidade”. Opinião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

desfeitos os sonhos da fantástica mobilização popular que comandou o processo de mudança, encerrando o ciclo revolucionário, como que a roda da fortuna deu marcha à ré, liquidando ilusões e derrubando ídolos de barro de efêmeros equívocos.<sup>1625</sup>

Se fosse preciso escolher uma única frase de sua coluna como síntese de tudo o que havia sido dito, não resta dúvida de que seria esta: “O cruzado enganou o povo”.<sup>1626</sup>

Até mesmo ministros do governo Sarney admitiram que as causas do tumulto eram outras. Para o ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira, que discursava na Câmara Federal enquanto os cariocas protestavam, o “fracasso do Plano Cruzado foi a maior decepção que eu conheço na história do país”. Segundo o ministro, a morte de Tancredo havia trazido tristeza, “mas não esta decepção”.<sup>1627</sup> “Com a inflação que estamos sofrendo, que se pode projetar em até 1 300% ao ano, fico até surpreendido que os quebra-quebras tenham demorado tanto a iniciar”, afirmou Raphael de Almeida Magalhães, ministro da Previdência.<sup>1628</sup>

Como se pôde perceber, mesmo aqueles que não engrossariam as fileiras das revoltas populares (fossem ou não contrários a elas), viram motivos para a ira dos populares que protestaram no Rio de Janeiro. Como em qualquer outra ação coletiva no Brasil de meados dos anos 1980, percebe-se a composição distinta dos participantes, como tenho asseverado neste trabalho ser a composição social do que entendo por classes populares.

Além dos integrantes já citados até aqui, temos alguns outros exemplos, como o da empregada doméstica Edna Nascimento, que afirmou: “Tem que jogar pedra mesmo. O que mais a gente pode fazer?”<sup>1629</sup> Três camelôs foram flagrados por repórteres: um deles foi Osvaldo Neves, camelô, que gritava no meio da avenida: “Agora o Sarney vai ter que mandar prender o povo inteiro”;<sup>1630</sup> um outro, Renato Silva, havia sido preso por ser encontrado cortando os pneus dos ônibus com uma faca;<sup>1631</sup> o último, um anônimo

---

<sup>1625</sup> Villas-Bôas Corrêa. “O negro túnel da inviabilidade”. Opinião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1626</sup> Villas-Bôas Corrêa. “O negro túnel da inviabilidade”. Opinião. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1627</sup> “Maior decepção”. Painel. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 4.

<sup>1628</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, pp. 25, 26.

<sup>1629</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 24.

<sup>1630</sup> “Nem a esquerda pode mandar na explosão da rua”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 20-a.

<sup>1631</sup> “14:00. Estoura a primeira batalha campal”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 6.

ambulante que, ao fugir das pedradas e das bombas de gás lacrimogêneo gritava jocosamente: “Olha o cigarro no varejo!”<sup>1632</sup> O bancário e estudante de direito Marco Cecoto, 22 anos, também foi um dos identificados pelos repórteres, aos quais, indignado, afirmou que “o culpado é o juiz. Se o nosso salário só subiu 20% como é que ele dá esse aumento de 50% nas passagens?”<sup>1633</sup> O médico Carlos Frederico Gonzalez, 26 anos, também usuário de ônibus (declarou não ter carro), disse: “Chega um momento em que não dá mais para segurar o pessoal”.<sup>1634</sup>

Quando a reportagem do *Jornal do Brasil* procurou explicar a revolta, acabou oferecendo mais elementos para elucidação da questão. Segundo a matéria, os tumultos foram constituídos de “explosões espontâneas de passageiros de ônibus para formar um quebra-quebra ao qual aderiram *office-boys* uniformizados, mendigos, cidadãos de paletó e gravata, mulheres e velhos”.<sup>1635</sup> As fotografias também ajudam na tarefa de identificação dos participantes do protesto. Uma delas apresenta populares tentando virar um coletivo. Ali vemos que as pessoas estavam tipicamente vestidas para trabalhar, usando calça comprida, algumas delas portando pastas e bolsas, usando uma das mãos para virar o ônibus, enquanto com a outra seguravam seus pertences.<sup>1636</sup> Numa das ações fotografadas, vemos um jovem bem vestido, 18 anos presumíveis, que surgiu dentre a multidão e apedrejou os coletivos:

A cada pedrada era aplaudido pela multidão que o incentivava a seguir em frente. Corria de um lado a outro a procura de pedras e, não encontrando, tomou um cavalete de ferro largado no meio da avenida e o lançou contra o vidro do ônibus. Atingiu em cheio e voltou a ser aplaudido com mais entusiasmo pelos manifestantes. Sorriu meio sem jeito e como chegou, sumiu na multidão.<sup>1637</sup>

Outro registro fotográfico apresenta uma mulher de costas, aparentando estar bem vestida, usando salto alto, atirando pedra em um ônibus.<sup>1638</sup> A reportagem de *O Dia* também se referiu às mulheres: “Em meio à confusão, pessoas passavam mal, principalmente as mulheres; outras eram intoxicadas pelos efeitos do gás e muitas atingidas por pedras arremessados [sic] contra os policiais”. Diante disto, cabe a indagação: o que faziam

---

<sup>1632</sup> “As frases do tumulto”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

<sup>1633</sup> “As frases do tumulto”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

<sup>1634</sup> “As frases do tumulto”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

<sup>1635</sup> “Nem a esquerda pode mandar na explosão da rua”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 20-a.

<sup>1636</sup> “Nem a esquerda pode mandar na explosão da rua”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 20-a.

<sup>1637</sup> “Nem a esquerda pode mandar na explosão da rua”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 20-a.

<sup>1638</sup> “Rio sofre seu pior quebra-quebra”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, capa.

mulheres no local, se não estivessem protestando ou assistindo? (O que não deixa de ser uma forma de protesto.) É claro que várias delas foram pegas de surpresa, ao chegarem ao centro da cidade nos ônibus que eram parados. No entanto, havia a opção de não ficar nas proximidades, e muitas delas não fizeram caso dos riscos, uma evidência de que aderiram à revolta. Outro exemplo da contundente ação das mulheres pode ser observado na detenção de Áurea Silva, vendedora ambulante de títulos, que informou ao repórter “que passava pela Avenida Rio Branco vendendo títulos, quando foi segura por um Policial Militar que levantou a saia dela e a jogou em um camburão”.<sup>1639</sup> Pode ser que sua argumentação tratasse de uma estratégia, haja vista que, tendo tantas pessoas a prender, os policiais iriam deter uma mulher que apenas passava na avenida? (Até porque, quem estaria vendendo títulos de loteria em meio a um quebra-quebra?) Na detenção, muito sabiamente, ela invocou sua condição de mulher trabalhadora molestada por um homem.

Houve registro de trabalhadores espancados pelos policiais. Domingos Garcia, que trabalhava em uma loja de confecção e residia à Rua do Riachuelo, queixou-se ter sido espancado mesmo não tendo participado do tumulto; outro homem, que preferiu não se identificar, disse ter ficado encurralado na porta de uma loja e que havia sido espancado até sangrar, sendo depois levado para um camburão.<sup>1640</sup> Novamente, vemos exemplos comuns de pessoas que argumentaram ter sido alvo de violência policial sem participação no protesto. Se, de fato, não estivessem participando, por que foram encontrados no local do conflito, já que havia como sair do local do conflito por ruas em que não havia tumulto?

As palavras de ordem, a direção das pedras e o destino das tochas improvisadas nos indicam os alvos da multidão. Por serem mais próximos e representativos dos grandes inimigos eleitos pela multidão, os policiais foram os mais atingidos. “Eles estão nos desafiando e não sabemos como dispersar tanta gente”, admitiu o coronel Mathusalém.<sup>1641</sup> Lembremos que revoltosos que não estavam somente nas ruas, mas também nos prédios, de onde lançavam materiais de escritório sobre os policiais.<sup>1642</sup> Os policiais também constaram dos coros populares: “O Moreira tirou o gatilho, a PM perdeu o gatilho”.<sup>1643</sup> Um outro coro, cantado na porta da 3ª Delegacia de Polícia, diante dos policiais se refere à

---

<sup>1639</sup> “Tumulto e quebra-quebra no centro da cidade”. *O Dia*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 12.

<sup>1640</sup> “Tumulto e quebra-quebra no centro da cidade”. *O Dia*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 12.

<sup>1641</sup> “Primeira explosão. Falta credibilidade, e governo é golpeado nas ruas”. *Revista Isto É*, São Paulo, 08 jul. 1987, p. 22.

<sup>1642</sup> “No Centro, uma batalha campal com fogo e saque contra ônibus e lojas”. *Caderno Grande Rio. O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 8.

<sup>1643</sup> “Os ‘slogans’ da avenida”. *Caderno Cidade. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

condição de trabalhadores assumida pelos integrantes da multidão (e utilizada várias vezes na revolta como elemento identitário): “Solta o trabalhador, e prende o malfeitor”.<sup>1644</sup> Uma das passagens mais significativas do confronto entre policiais e os populares foi descrita pelo repórter de *O Globo*:

Numa das ofensivas, os policiais conseguiram prender várias pessoas e colocavam-nas na caçamba quando foram cercados por populares que atiravam pedras e gritavam palavras de ordem como “diretas já”, “fora Sarney” e “abaixo a repressão” (...) Acuados, os soldados respondiam com gritos e pedras. Um dos policiais perdeu a arma, que foi recolhida por um popular, e outros dois policiais saíram feridos.<sup>1645</sup>

Os *slogans* reproduzidos aos gritos pela multidão nos oferecem pistas para identificação dos alvos dos populares, uma vez que faziam referência explícita aos governos estadual, federal e ao Judiciário. O presidente José Sarney, o governador Moreira Franco e o juiz Ivaldo Correa de Souza (que concedera o aumento) não foram esquecidos pelo povo durante todo o dia. O presidente Sarney foi apupado aos gritos de: “O povo não esquece, Sarney é PDS”; “Aumento não, abaixo o pacotão”; “Pinochet do Maranhão é safado e é ladrão”; “Fora Sarney, Diretas Já”; “Fora Sarney, ninguém te elegeu”; e “Diretas Já”. O governador Moreira Franco foi espicaçado com: “O Moreira tirou o gatilho, a PM perdeu o gatilho”; “O povo não esquece, Moreira é PDS”; e “Fora Moreira, vai junto com Sarney”. Ao juiz Ivaldo, restou: “O juiz decretou, o povo vai quebrar”.<sup>1646</sup>

Além dos coros, as falas também registradas por repórteres deixam claro que as pessoas sabiam quem eram seus inimigos. Um manifestante anônimo, no início do tumulto, exclamou: “Temos que ir lá no Fórum e arrebentar esse juiz”.<sup>1647</sup> Uma outra fala, de um manifestante flagrado com uma pedra na mão na porta do Bradesco, se reporta à fracassada política de segurança do governador Moreira Franco: “A culpa é do Moreira, que está matando crioulo na Mangueira”.<sup>1648</sup>

Não se deve ignorar que muitos desses *slogans* fossem tradicionalmente puxados por militantes de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Contudo, como tem sido constatado nesta pesquisa, foram incorporados às dos brasileiros não militantes desde os anos 1970. Acredito que o fato de os populares se apropriarem desses coros e de os

---

<sup>1644</sup> “Os ‘slogans’ da avenida”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

<sup>1645</sup> “Na Avenida Rio Branco, o corpo-a-corpo”. Caderno Grande Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 11.

<sup>1646</sup> “Os ‘slogans’ da avenida”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a; “Discussão sobre troco é estopim do quebra-quebra”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 10.

<sup>1647</sup> “Os ‘slogans’ da avenida”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

<sup>1648</sup> “Os ‘slogans’ da avenida”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21-a.

repetirem à exaustão durante a revolta significa que possuíam a consciência de que estavam lutando contra pessoas e/ou instituições que eles sabiam estar no outro polo do conflito. Como tenho asseverado, as classes populares foram constituídas sob o signo da luta de classes, ainda que não fossem, elas mesmas, uma única classe social.

#### **3.4. Havia, em outras partes do país, consenso popular para as ações diretas?**

A reportagem da revista *Veja* que cobriu o quebra-quebra no Rio de Janeiro criticava duramente o presidente. Na matéria, Sarney era apresentado como “um chefe de Estado que não pode aparecer em público sem causar constrangimento nem se arriscar a se aproximar dos cidadãos comuns, a quem governa”.<sup>1649</sup> Em que pese o interesse da publicação, àquela época, em detratar o presidente, nada do que fora dito havia sido fruto de invenção de jornalistas ou editores. Antes, correspondia à realidade social. Não à toa, na semana compreendida entre o apedrejamento de seu ônibus e o quebra-quebra do Rio de Janeiro, o presidente Sarney havia sido vaiado por cerca de mil pessoas na Praça Getúlio Vargas, a principal de Rio Branco, no Acre,<sup>1650</sup> o que só reforça o argumento de que o posicionamento das classes populares contra Sarney estava geograficamente disseminado.

E estava mesmo. Havia um sentimento generalizado entre os populares, a quem não importava se Sarney, há bem poucos meses antes, havia sido considerado herói popular por milhões de brasileiros. Depoimentos de pessoas de outras regiões demonstram que havia simpatia por ações coletivas diretas, como as do Rio e de Brasília. “O governo é o culpado de tudo”, disse em Recife (PE) o contínuo Edeilton Teixeira, 23 anos, para quem o salário não dava para sobreviver.<sup>1651</sup> Morador de Belém, “o pedreiro desempregado Pedro de Aviz Martins foi posto para fora de casa com a família e se encontrava desesperado: “Me deu vontade de tocar fogo na Cohab”, afirmou.<sup>1652</sup> “Se fizerem um quebra-quebra aqui, eu entro”, disse Osvaldo Ferreira, 66 anos, que havia se tornado “plaqueiro” no centro de São Paulo, ganhando menos de um salário.<sup>1653</sup> “Estamos com fome outra vez. Sempre que o

---

<sup>1649</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 21.

<sup>1650</sup> “Um duro aviso para o governo. Com a quebra do congelamento das tarifas de ônibus no Rio, uma multidão incendeia um pedaço da frota carioca”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 22.

<sup>1651</sup> “O outro Brasil. Com saques, quebra-quebras e incêndios os deserdados da economia são o combustível da desordem nos momentos de crise”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 29.

<sup>1652</sup> “O outro Brasil. Com saques, quebra-quebras e incêndios os deserdados da economia são o combustível da desordem nos momentos de crise”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 28.

<sup>1653</sup> “O outro Brasil. Com saques, quebra-quebras e incêndios os deserdados da economia são o combustível da desordem nos momentos de crise”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 28.

povo quebra, está cansado e com fome”, disse o tocador de zabumba Francisco de Assis da Silva, 27 anos, que tocava em rodas populares em praças paulistanas.<sup>1654</sup>

Em suas cartas aos constituintes, vários missivistas declararam disposição para agredir os que consideravam opositores do povo. Rosa Figueiredo Cesar, residente em Viamão (RS), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento, estava muito indignada com os políticos: “O salário que um deputado estadual ganha, são milhões e não faz nada. O prefeito de Porto Alegre [Alceu Collares-PDT], só prometeu e não fez nada, só enganou os pobres dos trabalhadores. Se o pessoal linchar ele eu até que ajudo”.<sup>1655</sup> Na opinião de Tomas de Aquino Lima, residente em Santarém (PA), na República brasileira “só os corruptos e safados é que mandam”. Diante disso, pergunta: “e o que fazer, vamos para a porrada?” Ele responde: “Agora é só o que nos resta, é deixar o sangue rolar para a nossa conquista de fato, do direito livre e realmente democrático”.<sup>1656</sup>

Como se pode observar nestas falas – e nos diversas outros aqui analisados –, os sentimentos exibidos pelos revoltosos cariocas era semelhante aos dos demais populares em outras praças. Soma-se aos problemas historicamente vivenciados pelos populares o fato de que o desemprego aumentara em um milhão em apenas cinco meses (janeiro a maio de 1987)<sup>1657</sup> e temos uma situação de fato explosiva.

Pessoas de maior poder aquisitivo tinham opinião semelhante aos mais pobres. Vale reforçar: as classes populares de então não eram constituídas apenas por pessoas de baixa renda. Alguns registros me permitem captar o fenômeno. Uma das situações foi descrita pelo jornalista Jesus Rocha, autor do espetáculo teatral “Viva a Nova República”. Rocha foi obrigado modificar bastante a peça, pois o público não estava mais prestigiando, haja vista o tom elogioso ao governo. Há dois meses da revolta, o autor disse que os atores haviam sido agredidos verbalmente por mulheres que estavam na plateia, tendo em vista a inflação de 20% ao mês. “A partir daí elas começaram a boicotar o espetáculo em sinal de protesto contra o título elogioso ao governo”. A solução foi mudar o título para “Abaixo a

---

<sup>1654</sup> “O outro Brasil. Com saques, quebra-quebras e incêndios os deserdados da economia são o combustível da desordem nos momentos de crise”. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, p. 28.

<sup>1655</sup> Carta de Rose Figueiredo Cesar à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 13/05/86 FORMUL: 220 DV: 1 TIPO: 40 14/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1656</sup> Carta de Tomás de Aquino Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L020 DATA: 18/08/86 FORMUL: 483 DV: 6 TIPO: 40 14/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1657</sup> “Sinal de Perigo”. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 10.

Nova República” e modificar alguns trechos para adequar ao novo cenário do país. O público voltou a encher os teatros.<sup>1658</sup>

Em longa carta aos constituintes, Aujor João Righi, morador de Joaçaba (SC), sugeriu, entre outras, educação de qualidade, combate à corrupção, prestígio aos sindicatos, valorização do trabalhador e até uma curiosa “socialização da medicina”: “Por exemplo: Cada médico contribuiria com um dia de seu trabalho, para atender aos que tivessem um salário menor. (...) quando se graduam, eles fazem um juramento, não é mesmo?”. Casado, entre 40 e 49 anos, Superior completo, e alta renda (10 a 20 salários), a revolta expressa em sua declaração ao final denuncia seu pertencimento às classes populares:

Dirão: 'êsse sujeito é louco. Não sou louco não. Loucos são aqueles que acham que sabem governar o país e o deixam neste estado. Tem que virar este país do lado avesso, ou melhor, endireitá-lo, porque ele está virando do avesso. O principal mesmo é: Povão bem instruído e justiça acessível. O resto vem por si. Pode ser que isso que escrevi acabe no lixo, como o Brasil está sendo jogado no lixo.<sup>1659</sup>

Outro missivista de alta renda (10 a 20 salários), Zaluar Delboni, morador de Duque de Caxias (RJ), 40 a 49 anos, Superior completo, verbalizou seu pensamento de uma forma muito interessante, pois aponta para a identidade que, na prática, havia sido construída entre setores pobres e setores médios empobrecidos. Se, do ponto de vista da renda, ele pode ser considerado como de classe média, do ponto de vista de sua própria experiência, ele se considera pobre (ou, na conceituação aqui utilizada, das classes populares)

Na minha opinião é necessário para a elaboração de uma Constituinte democrática, há necessidade de medidas prioritárias no sentido da correção do desnível assustador sócio-econômico do povo, que é gritante proporcionalmente.

- 1) Vide faixa salarial - um, dois mínimos percentagem grande em relação à burguesia.
- 2) Extinção da classe média - não existe - é pobre ou é rico – Assim não há condição de elaborar uma Constituição sem favorecimentos. À Constituinte é democrática onde todos se manifestam.<sup>1660</sup>

Seu pensamento expressa claramente a oposição entre os polos, a noção – um tanto simplista, mas eficaz – de que havia dois lados, duas classes. Cabe reforçar que esse

---

<sup>1658</sup> Gente. *Revista Veja*. São Paulo, 08 jul. 1987, pp. 70, 71.

<sup>1659</sup> Carta de Aujor João Righi à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 20/02/86 FORMUL: 291 DV: 2 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifos no original]

<sup>1660</sup> Carta de Zaluar Delboni à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L029 DATA: 21/02/86 FORMUL: 721 DV: 1 TIPO: 14 05/11/86 Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifos no original]

fenômeno era recorrente, estava em toda a parte. Contudo, o registro mais eloquente – e belo – sobre o reconhecimento e a identificação do trabalhador, do popular, encontrei na obra do humorista Chico Anysio. Em seus programas finalizados com o quadro do personagem Profeta, Anysio deixava algum tipo de lição moral aos telespectadores. Em um deles, o Profeta estava, como sempre, ladeado por pessoas negras, mulatas, morenas, vestidas de modo simples. Sua fala foi emitida do ponto de vista de alguém que está fora do povo, mas está com o povo, que se solidariza com ele. Ao mesmo tempo em que se constitui um claro recado aos ricos de um modo geral, carrega consigo elementos presentes na própria autoimagem construída pelos trabalhadores em seu cotidiano (fossem eles ideais ou concretos). Perguntado por um deles sobre como poderia ser igual ao Profeta, este respondeu:

E onde está a diferença? Todos nós somos iguais: o povo. Há no mundo uma raça de homens com o destino sagrado, e luminosos, cheios de amor pelo trabalho e adoração pelo bem; que sofrem, que se lamentam em vão. Esses homens são o povo. Estão sob o peso do calor e do sol, descalços, mal nutridos, lavram a terra, gastam sua vida, sua força, para criar o pão e o alimento de todos. Estes homens são o povo, são os que nos alimentam. Vivem nas fábricas, sem ter o repouso do corpo, sem ter a expansão da alma, e fabricam o linho, o pano, a seda, os estofos... Estes homens são o povo e são os que nos vestem. Vivem debaixo das minas, sem sol, sempre na véspera da morte, e extraem o minério, o cobre, o minério e toda a matéria das indústrias... Esses homens são o povo, e são os que nos enriquecem... Nos tempos de lutas tomam as velhas armas da pátria e vão combater e morrer para que nós conservemos o nosso descanso opulento. Esses homens são o povo, e são os que nos defendem... E o mundo oficial, soberano, o que faz a estes homens que o vestem, que o alimentam, que o defendem, que o servem? Primeiro, despreza-os, deixa-lhes apenas uma pequena porção pelos trabalhos dolorosos, cercados de dificuldades, cercados de uma miséria que os esmaga. Não lhes dá proteção, não os instrui, deixa-lhes morrer a alma. E é por isso que os que têm coração e alma, e amam a justiça devem lutar e combater pelo povo.<sup>1661</sup>

Na prática, os populares receberam “do mundo oficial, soberano”, a quem vestiam, alimentavam, defendiam e serviam o seguinte: mais de 100 bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral; veículos que lançavam gás, os “paladinos” (blindados com capacidade para 15 soldados), e enormes porretes de madeira portados por um contingente policial de 2600 homens que “agrediram, bateram com cassetetes, prenderam, chutaram, feriram...”<sup>1662</sup> Os agredidos, certamente carregavam consigo noções como as exibidas pelo Profeta. Daí todo o sentido ao “Vamos lá. Somos pobres mas trabalhamos”, bradado pela auxiliar de serviços gerais Selma Maria dos Santos Pereira quando conclamava seus desconhecidos

---

<sup>1661</sup> Chico Especial! (DVD). TV Globo. Som Livre/Globomarcas, 2007.

<sup>1662</sup> “PM usou bombas e blindados para reprimir na rua”. Caderno Cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987, p. 21.

– há desconhecidos em uma comunidade, ainda que imaginada? – colegas passageiros a protestar. Tamanha violência empregada na repressão deve suscitar, dentre várias, a seguinte indagação: Se batiam com tanto vigor, por que os populares se mantiveram protestando por várias horas até a noite, tanto em Brasília quanto no Rio de Janeiro?

### **3.5. O repúdio popular a José Sarney: o povo mudou de opinião?**

A questão supra remete à noção legitimadora que tem orientado esta pesquisa. No início deste trabalho, argumentei que, em suas ações, os integrantes das classes populares foram orientados por uma noção legitimadora que possuía quatro elementos, aqui resumidos: 1º) a defesa de direitos; 2º) o apoio dos demais membros da “nação”; 3º) o endosso das autoridades e; 4º) a superação do medo de enfrentar as autoridades. A multidão que se manifestara em Brasília estaria, como outras analisadas nesta pesquisa, orientada pela mesma noção? Alguém objetará que não, decerto; provavelmente argumentando que faltava o endosso das autoridades. Todavia, o endosso havia sido dado em 28 de fevereiro de 1986, com o Decreto-lei 2.283 (e depois o 2.284), que determinou o congelamento geral de preços.

Ao cair em total contradição no tocante a tudo o que prometera à “nação” nos nove meses anteriores, sobretudo mais recentemente, através do teatro do confisco dos bois e das reiteradas promessas de manutenção do Cruzado às vésperas das eleições, o presidente José Sarney caiu em desgraça junto a brasileiras e brasileiros, como ele gostava de se dirigir à população. O problema do presidente teria sido bem menor se os fiscais do Sarney tivessem surgido do chamamento que fez em 28 de fevereiro. Ele, porém, lidava com uma gigantesca “nação” de oprimidos, irmanados muito antes do Cruzado, e que fora levada a acreditar – pelos meios de comunicação, mas também por experiência concreta, vale acentuar – que o presidente da República era parte dela. A descoberta da farsa do Cruzado representou um violento golpe moral sobre a população, tanto quanto econômico. Em outras palavras, “doeu” no bolso, decerto, mas a “punhalada” também atingiu o sentimento das pessoas.

Na realidade, rompeu-se o aspecto moral embutido no Cruzado, como reconheceram até mesmo membros do governo e do PMDB. Otávio Augusto Cavalcanti, delegado regional da Sunab em Recife, afirmou que queria tirar os fiscais das ruas com o seguinte argumento: “Essas medidas deixaram a Sunab sem moral para fiscalizar qualquer coisa”. Na opinião do governador eleito Waldir Pires (PMDB-BA), “o eleitor tem razão em se sentir ludibriado. O que será que está pensando: foi ou não enganado por nós – governo

e PMDB?”<sup>1663</sup> Não temos elementos para afirmar que o ministro Funaro tinha consciência de haver traído a confiança dos brasileiros. De todo modo, parecia saber ter feito algo muito ruim. Do contrário, por que mandara trocar a placa de seu carro oficial – na qual estava escrito “Ministério da Fazenda” – pela chapa fria BE-9582?<sup>1664</sup> O presidente da República também parecia saber que algo estava muito errado: cancelou todos os compromissos em que teria que aparecer em público.<sup>1665</sup>

O sociólogo Brasília Sallum Júnior foi um dos que acreditaram que a população se sentiu traída pelo governo Sarney. Sua análise assaz precisa do efetivo sentimento de traição que perpassou a população por ocasião do 21 de novembro de 1986 é bastante elucidativa:

Desde o início ele [o Plano Cruzado] adquiriu um significado ético muito forte. Apesar da prática do ágio ter se ampliado cada vez mais depois de algum tempo, quem o praticava não só feria a lei e os interesses do consumidor, mas também a moral; agia com desonestidade quando muito tolerada. Por outro lado, o combate governamental às burlas ao Plano reiterava aquele significado, pois apresentava-se como proteção do “povo” em relação aos poderes do mercado, como se instituisse uma sorte de capitalismo de Estado... popular. Por isso mesmo o Cruzado II significou a ruptura da moralidade, a traição ao povo em favor não só dos poderes fundados na propriedade e no mercado, mas principalmente do próprio Estado, pois não passou despercebido que se tratava de reduzir o consumo privado transferindo renda para o setor público. Esta quebra da moralidade coletiva pelo seu núcleo estatal terminou por enterrar o que restava da capacidade de controle popular sobre o mercado, rompendo, ao mesmo tempo, as barreiras morais às forças de mercado represadas desde fevereiro. Em suma, o efeito psicossocial do Cruzado II foi tão negativo quanto fora positivo o Plano Cruzado: rompeu-se em novembro o pacto de adesão efetuado em fevereiro entre governantes e governados.<sup>1666</sup>

A análise de Sallum Jr. muito compreensivelmente não operou com o aspecto da “nação” formada pelas (e nas) lutas sociais e do cotidiano desde meados da ditadura, agora profundamente frustrada e disposta a demonstrar sua indignação. Ao elaborar sua análise no calor dos acontecimentos, ficaria mesmo mais difícil a qualquer analista contemporâneo capturar a dimensão processual da construção da unidade popular que se percebeu por ocasião do colapso do Cruzado, o que explica o fato de o sociólogo ter ficado circunscrito a elementos ligados mais propriamente ao próprio Plano Cruzado.

---

<sup>1663</sup> “A reação ao pacote dos aumentos: O GOVERNO ASSUSTADO”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, capa.

<sup>1664</sup> “Um vendaval agita Brasília. O governo enfrenta um quebra-quebra no seu quintal e o presidente Sarney é vaiado na rua”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 36.

<sup>1665</sup> “Um vendaval agita Brasília. O governo enfrenta um quebra-quebra no seu quintal e o presidente Sarney é vaiado na rua”. *Revista Veja*, São Paulo, 03 dez. 1986, p. 38.

<sup>1666</sup> SALLUM Jr. Brasília. Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, op. cit., pp. 138, 139. [sem grifo no original]

No caso do quebra-quebra em Brasília, o governo prontamente procurou culpar os grupos de esquerda derrotados nas eleições como os responsáveis pelos tumultos: “Não tendo êxito eleitoral, recorrem ao expediente da violência, do saque, do incêndio e da depredação para afirmar suas idéias”,<sup>1667</sup> afirmou o ministro da Justiça Paulo Brossard. Contudo, até a imprensa, que há pouco apoiava o governo, preferiu ficar ao lado dos indignados leitores (e dos manifestantes, embora não favorável ao quebra-quebra). Para *Veja*,

é mais fácil procurar as motivações da multidão em Brasília no próprio pacote econômico do governo. Da mesma forma que a edição do Plano Cruzado espalhou uma onda de euforia pelo país há nove meses, o pacote do dia 21 agiu prontamente sobre os seus destinatários, para alterar-lhes o humor. (...) Para completar, o anúncio dessas medidas foi cuidadosamente guardado para depois das eleições, numa tentativa bem-sucedida de proteger as expectativas de votos dos partidos do governo.<sup>1668</sup>

As reações apaixonadas contra o Plano Cruzado II merecem análise. Teriam sido em função da grande imprensa – em uns casos mais rapidamente que outros – ter se colocado na oposição ao pacote desde a primeira semana? Obviamente, não há como ignorar o papel da imprensa como estimuladora, em certo sentido, da indignação popular, através de manchetes como: “A reação ao pacote dos aumentos: O GOVERNO ASSUSTADO”,<sup>1669</sup> “Protesto leva arruaça a Brasília”,<sup>1670</sup> “Protesto contra o pacote tumultua Brasília”.<sup>1671</sup> Apesar das manchetes tenderem a condenar as ações populares ocorridas contra o Cruzado II, o fato é que acabaram reverberando aos leitores destes veículos – assim como aos milhares que param uns minutos para ler as manchetes nas bancas de jornais – que havia outros descontentes além deles, e que vários deles estavam tão indignados a ponto de enfrentarem as forças enviadas para reprimi-los. Por outro lado, há a imprensa televisiva, que demorou mais a se opor. A cobertura do protesto em Brasília nos oferece um interessante exemplo. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, as emissoras de Brasília afirmaram não ter recebido ordem de censura do noticiário sobre a manifestação,

---

<sup>1667</sup> “Um vendaval agita Brasília. O governo enfrenta um quebra-quebra no seu quintal e o presidente Sarney é vaiado na rua”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 41.

<sup>1668</sup> “Um vendaval agita Brasília. O governo enfrenta um quebra-quebra no seu quintal e o presidente Sarney é vaiado na rua”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 41.

<sup>1669</sup> “Um vendaval agita Brasília. O governo enfrenta um quebra-quebra no seu quintal e o presidente Sarney é vaiado na rua”. *Revista Veja*. São Paulo, 03 dez. 1986, p. 41.

<sup>1670</sup> “Protesto leva arruaça a Brasília”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1986, capa.

<sup>1671</sup> “Protesto contra o pacote tumultua Brasília”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 nov. 1986, capa.

mas, ainda de acordo com o periódico, “ficou evidente, em alguns canais, a preocupação de minimizar o episódio”.<sup>1672</sup>

Assim como na formação do consenso em torno do Cruzado em fevereiro percebemos que o papel da imprensa foi mais importante no sentido de manter alta a mobilização do que propriamente criá-la, no ocaso do plano em novembro a situação foi análoga. A imprensa foi mais um canal pelo qual emergiram as manifestações de indignação dos diversos grupos e segmentos sociais. Ainda que levando em conta, nesta análise, os interesses e os compromissos dos veículos de comunicação, cabe ressaltar que, em grande medida, não era incomum que os jornalistas compusessem as trincheiras do popular. Desse modo, sua indignação escoava pelos periódicos. Por outro lado, o público leitor majoritariamente se colocara contra o plano, o que também nos ajuda a compreender a mudança de postura da imprensa em pouco tempo, visando também acompanhar a rápida mudança de postura da maioria da sociedade brasileira quanto ao governo Sarney.<sup>1673</sup>

Se não foi a imprensa a criar o profundo descontentamento exibido pelos brasileiros de diversas maneiras e por diversos canais, como explicar essa súbita mudança de postura das classes populares? Para responder a esta indagação precisamos recuperar a discussão do que eram as classes populares no Brasil da década de 1980, realizada na introdução deste trabalho. Sinteticamente, posso afirmar que elas constituíam uma espécie de aliança de grupos e segmentos sociais díspares, contrários – parcial ou totalmente – aos projetos de poder das elites, aglutinados por experiências coletivas excludentes e pela resistência às mesmas. Soma-se a isso um sentimento nacionalista resignificado, que favorecia a identidade de interesses entre eles – que compunham o campo dos oprimidos – contra aqueles que identificavam como seus inimigos. Conscientes de que tinham direito a ter direitos, e que tais direitos incluíam igualdade e justiça sociais, os brasileiros vinham acreditando na – e, várias vezes, lutando pela – possibilidade de construir um país que fosse melhor para todos.

Ao levarmos em conta este perfil radicalizado das classes populares, e sua evidente pré-existência frente ao Cruzado, certamente será necessário refazer a indagação. Talvez a

---

<sup>1672</sup> “Cobertura discreta”. Painel. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 nov. 1986, p. 4.

<sup>1673</sup> Para se ter uma noção mais consistente, basta ver que um ano depois, no primeiro trimestre de 1988, apenas 16% dos brasileiros consideravam o governo Sarney ótimo ou bom, de acordo com pesquisa do Ibope. Gráfico 1. Evolução da confiança no presidente Sarney entre fevereiro de 1988 e novembro de 1989 (LAMOUNIER, Bolívar; MARQUES, Alexandre Hubner. *A democracia brasileira no final da “década perdida”*. público. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.), op. cit. p. 144.).

mais adequada seja: as classes populares mudaram mesmo de postura? Na verdade, a mudança para a oposição ao presidente Sarney nada mais foi que a superfície das coisas. As classes populares, em verdade, não mudaram de postura; quem mudou foi o governo. A frustração, os muxoxos, os impropérios, a indignação e mesmo a violência dos populares contra o governo, que se seguiram ao Plano Cruzado II, ocorreram exatamente porque a reforma econômica de fevereiro de 1986 não foi capaz de capturar a razão das classes populares, isto é, sua capacidade de realizar uma leitura da realidade socioeconômica que lhes permitira sobrepor-se às inúmeras tentativas de manipulação oriunda do governo e de seus associados. Em suma, o governo mudou; os populares, por sua vez, continuaram a orientar-se no interior de um quadro de radicalização, marcado pela luta de classes, da mesma maneira que vinham se comportando antes do Cruzado.

Muito provavelmente, tanto o presidente quanto seu círculo de colaboradores, bem como aqueles que por dever de ofício estudavam a realidade socioeconômica e política, foram iludidos pelos sinais de apoio emitidos pela população, ignorando que quase sempre vinham acompanhados de exigências, de cobranças. Em razão disto, praticamente todos na esfera do governo e do PMDB ficaram atônitos com a reação popular por ocasião do Cruzado II. André Lara Resende parece ter sido um dos poucos a ter percebido o tamanho do estrago que então se construía. Em depoimento posterior à sua saída do governo, relatou sua oposição ao Cruzado II, no qual afirmou antever os perigos:

Aí saiu o programa. Eu disse ao Miller (Roberto Miller, chefe de gabinete de Funaro) no dia em se ia fazer o Cruzado II: 'Ô, Miller, você é jornalista e está aqui, eu vou te dizer o seguinte. Vou te dizer qual é a minha opinião sobre o que vai acontecer. Primeiro: vai ser o maior trauma da história recente, do ponto de vista da opinião pública, porque o hiato entre a realidade econômica e a percepção da realidade por parte do público acho que nunca esteve tão grande. A situação é dramática e o público está achando que é uma questão de pequenos ajustes, que os garotos do Cruzado mais uma vez vão refazer a mágica. Então, você vai ter uma reação brutal e violentíssima. Segundo: a inflação do ano que vem é no mínimo 700% ao ano'.<sup>1674</sup>

Em que pesem o fato de o depoimento ter sido concedido quando, de fato, o pacote já havia se tornado um dos grandes traumas da história recente, e de que, portanto, interessava a um dos principais mentores da reforma econômica que malograra vergonhosamente isentar-se de responsabilidade, há evidências de que tanto Resende, quanto Pêrsio Arida e Francisco Lopes haviam advertido à Fazenda e ao Planejamento

---

<sup>1674</sup> Entrevista de André Lara Resende a Alex Solnik. SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987, pp. 175, 176.

quanto à necessidade de ajustes, em geral desconsideradas ou adiadas.<sup>1675</sup> Seja como for, a reação mais comum dos membros do governo se parece com a relatada pelo ministro João Sayad:

O desastre político ninguém tinha visto. Nós achávamos que, fazendo o programa depois das eleições – não é o que achávamos, estava implícito na cabeça de todo mundo –, ele ia passar despercebido. Mas foi o contrário, pegou a nação reunida na festa. O Cruzado II foi considerado uma facada nas costas. O maior desastre que se pode imaginar. Antes ninguém havia percebido. Nem o condutor político. O presidente disse: ‘Ninguém me alertou – e eu sou um político experiente – que o dia 21 era o dia errado’.<sup>1676</sup>

O que o governo e vários analistas políticos e socioeconômicos precisaram de algum tempo para entender foi que, ao mesmo tempo em que tinha sido considerado pelas classes populares como um sinal inequívoco de que o governo Sarney estava a seu favor, o Plano Cruzado era visto por elas também como um meio para se chegar a conquistas mais abrangentes (igualdade, justiça social, dignidade etc.), não como um fim.<sup>1677</sup> Se prestassem mais atenção aos sinais emitidos pelos populares muito antes do Cruzado, não teriam ficado atônitos com a frustração popular que começou a se desenhar a partir de 21 de novembro, convertendo-se, com o tempo, em repúdio frontal ao governo, eivado de atos violentos contra as autoridades.

Os sinais que deveriam ter servido de advertência ao governo estavam por toda parte. Até a literatura de cordel expressava a fórmula elogio-reivindicação, recorrente nas cartas dos populares aos constituintes. Gonçalo Ferreira da Silva foi um dos escritores populares que, muito habilmente, soube expressar que o apoio ao presidente Sarney era condicional. Em seu texto, escrito sob os efeitos do desabastecimento, porém ainda antes do Cruzado II, podemos perceber diversos elementos que temos identificado em outras manifestações populares, tais como a idéia de nação enquanto reunião dos oprimidos que coletivamente lutavam para mudar sua história, a gratidão ao presidente e a vigilância sobre o mesmo, a reivindicação por mudanças, as queixas com os insucessos, entre outros:

Temos hoje um presidente  
que conta com um coração  
que ama o pobre, a pátria,  
a literatura, e não esses fósseis militares

---

<sup>1675</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>1676</sup> Entrevista de João Sayad a Alex Solnik. SOLNIK, Alex, op. cit., p. 34. [sem grifo no original]

<sup>1677</sup> Assim escreveu o famoso cordelista: “Não que o plano fosse tudo/ mas era uma das saídas/ inteligentes e justas/ e salvadoras de vidas/ que, sem barreira ou tropeço,/ podiam ser o começo/ doutras radicais medidas”. SILVA, Gonçalo Ferreira da. Já estamos no futuro. LC9271. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=44704>. Acessado em 20 fev. 2012.

que destruíram a nação.

(...)

Hoje temos a nova  
república consolidada,  
temos razão de esperar  
a doce e tão desejada  
paz, que foi por todos nós  
tanto tempo sonhada.

Agora nós não devemos  
tão simplesmente torcer,  
mas orar, se necessário  
para Sarney, no poder,  
ter a sensibilidade  
para cumprir o seu dever.

(...)

Com Sarney na presidência  
nós estamos vigilantes,  
principalmente com seus  
assessores importantes;  
não aceitamos os mesmos  
erros cometidos antes.

(...)

Estamos, como dissemos,  
para o caminho indicar  
e ficaremos felizes  
se o presidente acertar  
pois há erros que o país  
não pode mais perdoar.

Como houve há pouco tempo  
da carne o congelamento  
dos preços, e ao mesmo tempo  
cair o tabelamento,  
são coisas que só ocorrem  
com assessor desatento.<sup>1678</sup>

Em sua “Carta de Tancredo Neves aos Constituintes”, escrita após o Cruzado II, Silva deixou de lado a sutileza de culpar os assessores pelos equívocos do governo (recorrente estratégia popular para evitar possíveis – ou imaginárias – retaliações). Desta feita, foi direto ao mandatário-mor, que após a traição de 21 de novembro, passara a ser visto por grande parte das classes populares, novamente, como usurpador da cadeira que pertencia, por direito, a Tancredo Neves:

---

<sup>1678</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. Brasil da nova república farol do terceiro mundo. LC9247. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43645>. Acessado em 08 jan. 2012. [sem grifos no original]

Muitas coisas, por Tancredo  
já estavam programadas,  
outras foram, pelo próprio  
José Sarney, inventadas  
que se Tancredo vivesse  
jamais seriam aprovadas.

Sem que Sarney percebesse  
Tancredo ficou atento  
no aconchego celeste  
vendo todo movimento:  
a criação do cruzado  
que trouxe o congelamento.

E o descongelamento  
matando o plano cruzado,  
o longo tempo de inércia  
que Sarney acomodado  
queria, pelo bigode  
ser do governo arrancado.

(...)

O resto de paciência  
que tinha ainda Tancredo  
se colocasse num copo  
talvez não desse um dedo  
com tanta burrice junta  
ele esgotou logo cedo.<sup>1679</sup>

Evidentemente, o que se esgotara “com tanta burrice junta” não fora a paciência de Tancredo, já falecido, mas a do povo, indignado com a queda do plano. No entanto, é muito eficaz colocar na boca dum insuspeito falecido, àquela altura herói popular, a identificação da “burrice” das coisas “inventadas” por Sarney. Há muitas evidências de que a população não toleraria retrocessos por parte do governo da Nova República, entre outras coisas porque acreditava que as medidas haviam sido criadas e amparadas pela vontade popular. Essas evidências, contudo, passaram ao largo da avaliação do governo por ocasião do lançamento do plano. Uma jovem, moradora de Patos de Minas (MG), foi uma das milhões de pessoas que perceberam que as coisas não iam bem. Valéria Cristina, solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, sem rendimento questionou o governo com a seguinte

---

<sup>1679</sup> SILVA, Gonçalo Ferreira da. Carta de Tancredo Neves aos constituintes. LC9252. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=43796>. Acessado em 08 jan. 2012.

frase: “E o plano cruzado que tanto prometeu coisas e não está correndo nada de acordo com a expectativa do governo e do povo”.<sup>1680</sup>

A decepção dos populares com políticos (assim como com ricos de um modo geral) era muito acentuada. Havia certo rancor, e não raro os políticos eram associados a ladrões. José Raimundo Batista, morador de Entre Rios (BA), casado, 50 a 59 anos, primeiro grau completo, 2 a 3 salários, expressou sua decepção em carta aos constituintes, enviada antes das eleições. No primeiro momento, se queixa dos criminosos em geral: “Vamos acabar com a lei dos criminosos, os primários ficarem soltos, pois está aumentando consideravelmente o número de delinquentes e criminosos”. Na sequência, quando diz ser necessário colocar “na cadeia todos os ladrões”, fica claro que se refere também aos membros do governo e políticos a ele ligados. De acordo com Batista, “só assim teremos uma Nação livre”. O popular afirma ainda: “não vão pra constituinte, como foram pra Nova República, pois essa só trouxe decepção; estou torcendo para aqueles que lutaram para trazer o país à democracia, os que ficaram com a Dante de Oliveira.”<sup>1681</sup> João Leopoldo Bueno Faria, casado, superior completo, entre 30 e 39 anos, entre 10 e 20 salários, também fala em decepção para com a Nova República. Morador de Uberlândia (MG), o engenheiro químico listou quatro sugestões aos constituintes. Duas delas são indicativas do que se esperava do governo Sarney, bem como do que poderia advir se não fossem satisfeitas as expectativas:

2- Provar que a nova República é NOVA mesmo, acabando com as mordomias, crimes de "colarinho branco", empreguismo, corrupção, atravessadores, déficit público estatais improdutivas, emissão de dinheiro; enfim, tudo aquilo que se propuseram a fazer.

3- Não deixar em hipótese alguma "a peteca cair" quanto ao Pacote Econômico, pois o país todo confia e espera muito dele e a decepção será muito maior que a esperança.<sup>1682</sup>

Essas colocações dos populares representavam mais do que um estado de espírito. Encaminhadas antes do naufrágio do Cruzado, elas eram constituintes das classes populares à época. A carta anônima de um morador de Teresina (PI), casado, 2º grau

---

<sup>1680</sup> Carta de Valéria Cristina à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 11/07/86 FORMUL: 132 DV: 0 TIPO: 14 12/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1681</sup> Carta de José Raimundo Batista à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L005 DATA: 20/02/86 FORMUL: 106 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1682</sup> Carta de João Leopoldo Bueno Faria à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L130 DATA: 02/03/86 FORMUL: 745 DV: 7 TIPO: 10 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]

completo, 30 a 39 anos, entre 3 e 5 salários, é uma daquelas que nos permitem perceber o que as pessoas achavam dos políticos. Para o missivista anônimo, os parlamentares deveriam defender

na próxima Constituinte melhores programas, e com abrangência social, ligados à segurança, à educação e à saúde, além da defesa do direito social da população, como condições para melhorar o padrão de vida do povo, não se resumindo tudo isto apenas a promessas, eleitoreiras durante as campanhas .

SUGESTÃO

Obs: os nossos Deputados e Senadores têm sido uma decepção, pois nunca se interessaram em fazer nada além de promessas e viver mordomias do planalto.<sup>1683</sup>

José Clarício Gonçalves, casado, 1º grau, 25 a 29 anos, entre 1 e 2 salários, reivindica “mais justiça e respeito à dignidade do homem”. Ele pede punição aos corruptos (políticos, subentendido) e reclama das drogas “entram e saem pelas mãos dos poderosos com a maior facilidade em nosso país” (os ricos). Na opinião do jovem morador de Presidente Prudente (SP), “esses poderosos não são punidos porque são na maioria das vezes muito ricos e compram as leis e a justiça do nosso Brasil (infelizmente), para a nossa decepção”.<sup>1684</sup> Marli Rosa de Souza, residente em Santa Mercedes (SP), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, mais de 2 a 3 salários, se referiu aos que estão “lá em cima”, os políticos. Ela se mostrou contrariada pelo fato deles trabalharem para os ricos (“aqueles que já se encontram em uma situação estável”) e não para os pobres (“o povo”). Sua carta ainda aponta para um aspecto não desprezível do cotidiano dos brasileiros daqueles dias: um maior envolvimento e interesse com a política.

Espero tudo desta nova Constituição. Não sou muito de me ligar a política, mas vejo que chegou a hora de me interessar pelo problema. A minha sugestão é que possam melhorar mais o custo de vida, tirar ou baixar os juros. Que aqueles que são colocados lá em cima (Planalto) Saibam trabalhar pelo povo e para o povo e não só trabalhar por aqueles que já se encontram em uma situação estável. Dar mais empregos a quem precisa, para que nós possamos encontrar a paz, no Ano Internacional da Paz, já que temos que preparar o mundo para os jovens que estão aí.<sup>1685</sup>

---

<sup>1683</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 27/08/86 FORMUL: 670 DV: 0 TIPO: 10 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1684</sup> Carta de José Clarício Gonçalves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 28/08/86 FORMUL: 575 DV: 1 TIPO: 10 13/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1685</sup> Carta de Marli Rosa de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L035 DATA: 20/02/86 FORMUL: 845 DV: 8 TIPO: 13 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Marissônia L. de Almeida Nunes, casada, 20 a 24 anos, Superior incompleto, mais de 1 a 2 salários, moradora de Porto Nacional (GO), reivindica que houvesse efetiva justiça, pois os ricos, “aqueles que têm costas largas”, não eram punidos.

Acho de uma importância que esteja sendo feita essa pesquisa. Talvez assim seja feita uma coisa para que todos fiquem satisfeitos. Bem, a minha sugestão é a seguinte: a justiça. Sim a justiça. Que a justiça seja menos falha. Há coisas absurdas dentro da lei, deve haver punições para assassinos e ladrões, sejam eles de qualquer classe social. Aqui, na nossa região, há dezenas de assassinos ricos, que estão em liberdade. Ninguém acredita mais na justiça; e ouvimos isso com frequência: ah, matou? Não vai acontecer nada aqueles têm costas largas? Acho isso um absurdo, os marginais de classe média também devem ser punidos. Onde está o caso do Sr. Abi-Ackel? E o goiano amigo dele? Isso são acontecimentos que deixam a gente mais que revoltado. Por favor, senhores, corrijam essas falhas de nossa justiça.<sup>1686</sup>

Temos visto que essas concepções sobre os ricos e os políticos eram constituintes da cultura política dos brasileiros que podiam ser encontradas nos diversos grupos e setores sociais que compunham as classes populares. O quadro do personagem deputado Justo Veríssimo, apresentado no programa “Chico Anysio Show”, representa, de maneira modelar, estas concepções. E, ainda, remete à questão do quanto este tipo de exposição televisiva se alimentava de “material” oriundo das classes populares (até por questão de sobrevivência), ao mesmo tempo em que era capaz de potencializar essas noções que circulavam entre os populares.

Em um dos quadros, o deputado Justo Veríssimo se encontra à mesa – farta. Alguém se senta à mesa dele e pergunta: “E aí, deputado? E a fome?” Veríssimo diz que a fome estava braba, mas que já estava comendo. O interlocutor diz que se referia à fome do povo (enquanto isso o deputado pedia caviar). Em seguida, o interlocutor se queixa de que enquanto o povo passa fome o deputado come caviar, e pergunta se ele não acha que o pobre também deveria poder comer caviar. O deputado diz que se encontrar um pobre comendo a iguaria este deveria apanhar e ser preso. O indignado cidadão reclama que o que ouvira é um absurdo, que viviam em um país pobre, portanto o deputado tinha de pensar nos pobres. Ao que Veríssimo respondeu:

– Eu lá quero saber de pobre, eu não quero graça com pobre! Eu quero é que o pobre se exploda!

A seguir, o deputado pede salmão, o que provoca reação indignada no seu interlocutor:

– Tá vendo, deputado! Pobre não come salmão...

---

<sup>1686</sup> Carta de Marissônia L. de Almeida Nunes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L035 DATA: 28/04/86 FORMUL: 872 DV: 8 TIPO: 10 17/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

- Coma manjuba! Quero que pobre morra com a boca cheia de manjuba! – respondeu Justo Veríssimo.
- Deputado, depois do que eu tenho ouvido o senhor falar me permita perguntar: de que lado o senhor está?
- Do lado que não tenha pobre! Eu sou contra pobre, contra a legalidade, contra a democracia...<sup>1687</sup>

Ainda que este esquete tenha ido ao ar pouco antes da transição para o governo civil, ainda assim é representatividade para o período – pouco posterior – pôde ser verificada nas cartas dos populares, que apontavam claramente para a existência de polos opostos, os quais esta pesquisa tem procurado destacar. Havia o lado dos bons e o dos maus; o lado dos bons era o dos pobres – o campo dos oprimidos.

Francisca Bezerra de Oliveira, moradora de Primavera (PA), estava ciente que compunha o lado dos pobres. Em carta aos constituintes, disse ter achado ótima a idéia do Cruzado, “principalmente o tabelamento”. Casada, idade entre 40 e 49 anos, 2º grau, salário entre 2 e 3, ela, contudo, escrevendo em agosto de 1986, afirma restar apenas o cumprimentos de todos os brasileiros, “que é o difícil”. Escrevendo em num momento em que grassavam prateleiras vazias e o pagamento de ágio, a missivista paraense lança mão da fórmula elogio-reivindicação, ao afirmar que o presidente é “muito inteligente”. Em seguida, afirma:

mas tenho medo, muito medo, de uma decepção, pois o congelamento está apenas no salário e isto me espanta. Está havendo um fracasso. Sei que a idéia de nosso Presidente ainda não faliu, mas a idéia do povo está sendo arrastada pela falta de cumprimento de pessoas que não tem dignidade, não amam a Pátria em que nasceram. Amam sim, o dinheiro.<sup>1688</sup>

Alguns elementos devem ser destacados, uma vez que temos em mente que as enunciações não são estritamente individuais, mas também coletivas. Ora, o que temos aqui? Um presidente inteligente cujo plano estava em situação de fracasso (uma evidente contradição, mas que nem sempre é recomendável ser dita diretamente quando se manda uma carta a uma autoridade: se é inteligente, por que fracassou?). Temos também os que não tinham dignidade e não amavam a pátria, mas o dinheiro (evidentemente, se refere aos ricos). A eles faltava solidariedade com o infortúnio dos pobres, os quais viam com espanto seu salário congelado. Daí sua indignidade. Em outras palavras, ela os trata como entes que estão fora da “nação” (“não amam a Pátria em que nasceram”). A fórmula usada

---

<sup>1687</sup> Chico Especial! (DVD). TV Globo. Som Livre/Globomarcas, 2007.

<sup>1688</sup> Carta de Francisca Bezerra de Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 07/08/86 FORMUL: 267 DV: 5 TIPO: 36 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

na carta constitui uma maneira de pedir ao presidente que puna os ricos, que lhes obrigue a cumprir o tabelamento, até porque, na experiência pessoal de Francisca (acentuada em cidades do interior), o congelamento foi aplicado somente ao seu salário.

Outro morador do interior, José Domingos de Melo, escrevendo à mesma época de Francisca de Oliveira, pulou a parte do elogio. Demonstrando decepção e irritação, o morador de Guia Lopes da Laguna (MS), 1º grau, casado, 25 a 29 anos, sem rendimento, pediu “que fossem criadas fontes de empregos, para melhor facilitar o custo de vida da classe de baixa renda”. Provavelmente sem emprego no momento, o jovem Melo, em sua carta, associou as classes populares com a “Nova” República (“O povo pedia um governo civil, uma nova República”), com esperança de que “pelo menos alguma coisa melhorasse”. Na sequência, sua fala só corrobora um dos aspectos que esta pesquisa vem descortinando: que não houve propaganda – oficial ou da imprensa “associada” (o “Tem que dar certo” da *Globo*, por exemplo) – que capturasse a razão dos populares, que se impusesse às suas experiências concretas.

Infelizmente está sendo uma decepção, pois a cada dia que passa só vemos falta de emprego, carístia das coisas. Onde já se viu um país tão rico, como o nosso, ao menos arroz a (800,) cruzados o kilo, café a mais de Crzs 100,00 o kilo? Isto é uma ofensa ao povo que tanto depositou confiança na nova República. No governo anterior, o povo achava que estava ruim, mas pelo menos a inflação estava mais controlada. O povo está com fome, façam alguma coisa para assegurar esta inflação que a cada dia leva o nosso Brasil às consequências piores.<sup>1689</sup>

Seria um equívoco afirmar que uma pessoa como este missivista do Mato Grosso do Sul, que havia “depositado tanta confiança na Nova República”, se dispusesse a protestar veemente contra o governo Sarney em praça pública, se as circunstâncias lhe permitissem? A meu ver, não somente ele, provavelmente desempregado, protestaria. Milhares de outros o fariam, como empiricamente esta pesquisa evidenciou.

Pessoas como Edson Estanislau Martins, solteiro, 2º grau incompleto, 20 a 24 anos, até 1 salário mínimo, provavelmente engrossariam protestos. Em sua carta, o morador de Guará (DF), estava muito contrariado e decepcionado com os políticos. Ele assevera que encontrar um político “em que se possa confiar é muito difícil”. De acordo com ele, “os parlamentares na época das eleições saem às ruas e depois trancam-se nos seus gabinetes esperando a época das novas eleições”. Depois de avaliar corretamente o que fazia a

---

<sup>1689</sup> Carta de José Domingos de Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 06/08/86 FORMUL: 294 DV: 9 TIPO: 10 21/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

maioria dos políticos, Edson Martins falou com franqueza: “Eu, sinceramente, não votarei em ninguém, pois todos os candidatos não são dignos do meu voto, não se pode confiar em nenhum deles. A maioria não se interessa pelo povo e sim por seu próprio usufruto”. Com base na experiência popular cotidiana, disse achar “que essa nova constituição não mudará muita coisa no Brasil”. Por outro lado, em razão da própria esperança popular por mudanças afirmou: “espero que mude, pois senão...” O leitor provavelmente concordará que as reticências do missivista dizem muita coisa, inclusive que sugerem certo tom de ameaça para com os políticos.<sup>1690</sup>

Em uma longa carta, Mozart Teixeira Borges, 1º grau, 40 a 49 anos, faixa entre 1 e 2 salários, morador de Arcos (MG), colocou suas apreensões aos constituintes. Em suas colocações, manifestadas antes do Cruzado II (como todas as anteriormente exibidas nesta subseção), percebe-se claramente que o êxito inicial da reforma econômica não fora capaz de enredar as classes populares, assim como vemos o roteiro de experiências frustrantes ao qual foram exaustivamente expostos os brasileiros. Dentre os trechos de sua carta, dois deles se referem à ação midiática a favor do governo Sarney: “é sabido por todos os brasileiros”; “falou-se tanto na NOVA REPÚBLICA”. Borges também lembra “que houve uma mobilização geral dos brasileiros em torno dos políticos”, e que foram liderados pelo “nosso eminente e saudoso TANCREDO NEVES que tinha em mente a transformação deste país tão sofrido sob o regime militar”. Após legitimar-se lembrando aos constituintes que “todos os brasileiros” se mobilizaram em favor da Nova República (e, de certo, modo, tirar um pouco de sua responsabilidade como crítico do governo, afinal, foram “todos”, não somente ele apoiando, então a crítica também era coletiva) o missivista mineiro fala da “grande frustração de todos nós, agora sob os domínios de um presidente que esteve ao lado deste saudoso líder”. Em sendo assim, conclui, evidenciando que a Nova República estava sendo na prática o contrário ao que prometera (e que foram essas promessas que haviam angariado a “simpatia popular”):

Creio eu que tudo se repetirá com a nova Constituição, pois a grande corrida dos políticos em se candidatarem às próximas eleições será somente visando o interesse próprio, não se importando com os aumentos exorbitantes do custo de vida, enquanto que a nova república pregava o contrário, e com isto ganhando a simpatia popular. O aumento constante dos combustíveis, as tarifas de energia elétrica aumentando mensalmente afetando diretamente o orçamento popular. São estas divergências que levam cada vez mais a nós brasileiros a desacreditar

---

<sup>1690</sup> Carta de Edson Estanislau Martins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 04/08/86 FORMUL: 283 DV: 0 TIPO: 40 19/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

nos políticos que dirigem o nosso país. A constituinte será também a decepção de todos nós, lamentavelmente...<sup>1691</sup>

Acerca da Nova República não cumprir o que prometera Wilson Sousa Lima, 20 a 24 anos, 1º grau incompleto, morador de Nova Iguaçu (RJ), foi bem mas sucinto, porém muito preciso: “Sobre o plano cruzado realmente favorece as classes mais baixas, mais muitos poderosos estão tirando proveito disso. (...) Sempre foi assim e não vai mudar, mesmo na nova república os políticos são da velha república”.<sup>1692</sup>

Obadias Barbosa Lins, morador de Duque de Caxias (RJ), casado, 1º grau incompleto, 40 a 49 anos, entre 2 e 3 salários, se disse “perplexo com a situação dos trabalhadores que têm ajudado este país a ser uma grande soberania”, em função dos sofrimentos que teve ao lidar com a Previdência Social por cinco anos. Ele diz que a imprensa vinha publicando que “nada falta está faltando”, mas, na verdade “tudo faltava”, revelando um descompasso entre certas notícias veiculadas pela imprensa e a experiência concreta dos brasileiros, que os mesmos eram capazes de captar. Por esta razão, apela

para que a nova Constituição possa ser composta de homens capazes e sobretudo, humanos para encaminhar a situação dos trabalhadores, os quais muitos já não existem outros já perderam a esperança e outros esperam aquilo que dizem ser a nova “Nova República”.<sup>1693</sup>

É importante perceber que o motorista rodoviário Obadias Lins está a tratar de uma questão que diz respeito a um aspecto de sua experiência pessoal com um órgão do governo. Ainda assim, sua carta nos permite apreender aspectos mais abrangentes da realidade social: fala dos trabalhadores que morreram, de outros que, ainda vivos, perderam a esperança e, por fim dos que ainda estão a esperar uma Nova República, que não dissera a que veio.

A utilização, nesta subseção do trabalho, de cartas escritas antes do pacote de 21 de novembro não foi feita ao acaso, mas teve o intuito de revelar que os populares não pensavam que as mudanças deveriam parar no Cruzado, e que já se demonstravam elevados níveis de insatisfação com o governo Sarney e com políticos. Quando o

---

<sup>1691</sup> Carta de Mozart Teixeira Borges à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 01/08/86 FORMUL: 128 DV: 3 TIPO: 40 13/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1692</sup> Carta de Wilson Sousa Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 27/08/86 FORMUL: 367 DV: 5 TIPO: 14 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1693</sup> Carta de Obadias Barbosa Lins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 16/07/86 FORMUL: 250 DV: 2 TIPO: 40 25/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

presidente traiu as classes populares com o Cruzado II, foi com este perfil radicalizado que ele teve que lidar. Perfis como o do aposentado Mário Francisco dos Reis, para quem o valor da aposentadoria fora “a minha maior decepção de minha vida”. O tom geral da mensagem do morador de Volta Redonda (RJ), casado, 1º grau, 50 a 59 anos, entre 3 e 5 salários, é cordial. Todavia, no final, assume feição de ameaça:

Façam justiça apropriada, a todos os aposentados, e com um salário digno, para que, terminem seus últimos dias tranquilos.

(...)

E que isto não venha deixá-los revoltados e, inclusive seus jovens filhos. Trazendo isto a violência e a indignação, façam leis, mas cumpram-nas.<sup>1694</sup>

Deolindo Locatelli, morador de Feira de Santana (BA), casado, 30 a 39, Superior completo, ótima renda (entre 10 e 20 salários), se mostrou muito irritado com Ulysses Guimarães, com quem se queixou da corrupção e a quem indagou acerca do combate à corrupção:

Este País, só será um País respeitado quando acabarmos com a corrupção. E as promessas sua e de Tancredo? A corrupção continua às soltas, tudo impune, onde está Abi Ackel? Sem mais delongas; como fazer constituinte com um punhado de desonestos, corruptos, etc?

No ano passado lhe enviei uma carta sobre o desvio da farinha de trigo no Estado de Sergipe pelo Governador, nem resposta, nem punição.

Ainda bem, que mataram Tancredo antes dele assumir o poder, do contrário, a decepção seria bem maior.

Aguardo resposta.<sup>1695</sup>

Outro missivista com alta renda também demonstrou irritação com Ulysses Guimarães, maior liderança do PMDB. Morador de Gaspar (SC), Ricardo José Behrendt, casado, Superior incompleto, 30 a 39 anos, entre 10 e 20 salários, baseou-se no discurso peemedebista anterior à sua chegada ao poder para criticar o deputado:

Que decepção, após tanto tempo na oposição, sou obrigado a vê-lo usufruir de todas as mordomias e casuismo que tanto combateu, chegando ao ponto de legislar em causa própria (jeton). É uma pena que o brasileiro tenha memória curta, mas não é só o seu caso. Basta qualquer político assumir altos cargos no governo, que ele esquece todas as suas promessas e ideais. A ordem é: "Vamos aproveitar o dinheiro do contribuinte". Por isso, nas próximas eleições, teremos que pensar muito antes de votarmos, pois com os candidatos que estão aparecendo, o melhor mesmo é deixar como está.<sup>1696</sup>

---

<sup>1694</sup> Carta de Mário Francisco dos Reis à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L006 DATA: 10/07/86 FORMUL: 130 DV: 5 TIPO: 10 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1695</sup> Carta de Deolindo Locatelli à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L024 DTA: 23/02/86 FORMUL: 569 DV: 1 TIPO: 14 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1696</sup> Carta de Ricardo José Behrendt à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 23/02/86 FORMUL: 673 DV: 3 TIPO:

Um missivista anônimo, morador de Pilão Arcado (BA), assim como os dois anteriores, se dirigiu ao deputado Ulysses Guimarães. Diferentemente deles, o agricultor baiano era pobre (renda inferior a 1 salário), viúvo, acima de 59 anos e analfabeto. Não há dúvidas de que sua vida não tinha sido beneficiada com o Cruzado, por isto ele pede “aposentadoria digna para os trabalhadores rurais”. Trata-se de mais um dentre milhares de exemplos de pessoas cuja experiência social era excludente, e mesmo humilhante. Chamam bastante atenção os termos grifados:

Isso é injustiça, uma vida de trabalho, uma vida de sufôco, uma velhice de miséria. Um caso de decepção, Cz\$ 290,00; é o cúmulo do desrespeito ao pai, ao parente, ao Zé-ninguém, ao desconhecido, em recompensa de uma vida de penúrias.<sup>1697</sup>

Em que pese o fato de que alguém tenha escrito para ele, analfabeto declarado, certamente o texto contou com sua anuência. E, em sendo assim, cabe uma reflexão (dentre várias). Tendo em vista uma vida de tanta privação, de penúria, de Zé-ninguém (cúmulo do ressentimento imposto pela desigualdade e injustiça sociais), imaginemos a profunda frustração deste e de tantos outros “ninguéns”, que se sentiram traídos pelo presidente da República. Não seria mesmo de se esperar tamanho repúdio a Sarney?

Quase todos os testemunhos acima fizeram menção dos políticos como corruptos, desinteressados das causas populares e defensores de seus próprios interesses. Na atualidade, por vezes ainda se lembra da vitória acachapante do PMDB em todo o país nas eleições de 1986, mas pouco (ou nada) se lembra que o segundo colocado naquele pleito foram os votos nulo e brancos, fato extremamente significativo, pois denota que havia uma parcela muitíssimo numerosa das classes populares para a qual o desencanto com os políticos adquiriu concretude numa espécie de voto de protesto. Em que pese o número de iletrados e semiletrados que podem ter anulado o voto involuntariamente, 28,2% de votos brancos e nulos<sup>1698</sup> representam uma enormidade que só explica pela via da consciência política. Por outro lado, ainda se deve considerar que muitos dos que votaram no PMDB naquele pleito o fizeram por pragmatismo, o que também é bastante compreensível. Em

---

40 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1697</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 14/08/86 FORMUL: 698 DV: 8 TIPO: 10 07/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1698</sup> NICOLAU, Jairo Marconi (org.). **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998, p. 46.

outras palavras, político era igual a rico que era igual a ladrão, sequência em que a ordem dos fatores não alterava o produto.

Em outra esquete do deputado Justo Veríssimo, personagem de Chico Anysio, são apresentadas estas concepções populares de maneira muito clara. Nele, aparece o deputado falando aos seus correligionários em uma reunião do partido. Em tom solene, o deputado discursa:

É com emoção e orgulho que me dirijo a esta constelação de ladrões e larápios, ladravares, laláus, especulatórios, estelionatários e safados... Não estou querendo elogiar os colegas de arrumação e locupletação... Estou querendo a receita de uma nova sociedade... de juro sem capital, de salário sem trabalho, aposentadoria sem tempo de serviço, direitos sem deveres, um oceano de safadeza e sem um pingo de vergonha!

Após aplausos calorosos dos seus pares, Veríssimo afirma que estava ali para apresentar a eles a corruptocracia: “Com os corruptos, pelos corruptos e para os corruptos”. “Na Corruptolândia”, continua o deputado, “cuja capital se chamará Corruptilha [a semelhança com a capital do Brasil não é mera coincidência], não haverá pobre, porque pobre que tem a mania de ser honesto”. Aqui novamente vemos a integral associação dos políticos à ganância e à corrupção, enquanto se recorre à noção de que o pobre, o oprimido, é a representação das virtudes da honestidade e do trabalho.

Após o discurso, um dos presentes, que se encontrava sentado na primeira fila, se levanta e declara:

Com licença, senhores, com licença. Os senhores vão me desculpar, mas eu acho que entrei aqui por engano... Eu sou um trabalhador sacrificado... Eu tenho três empregos para poder alimentar mais ou menos a minha família... Eu dou um duro danado para mandar meus filhos para o colégio... Eu nunca faltei nem um dia de trabalho! Eu prefiro morrer do que ser corrupto!

Após esta última frase, o deputado chama o segurança e manda matar o trabalhador,<sup>1699</sup> finalizando o quadro com uma ação autoexplicativa. Isso remete a uma discussão, várias vezes aludida neste trabalho, acerca do papel dos meios de comunicação na formação do perfil crítico das classes populares. Embora, como dito anteriormente, as preocupações desta pesquisa não permitam – e até prescindam – de uma pesquisa minuciosa sobre a imprensa (investigação de como eram operadas tentativas de manipulação, do nível de compartilhamento entre classes populares e mídias, dos interesses em jogo, da questão da recepção etc.), importa acentuar a ocorrência do fenômeno, que pode ser observado na

---

<sup>1699</sup> Chico Especial! (DVD). TV Globo. Som Livre/Globomarcas, 2007.

carta de Ubirajara M. Pina, morador de Casimiro de Abreu (RJ), casado, 30 a 39 anos, Superior completo, alta renda (entre 10 e 20 salários):

Acho que apenas escolher um parlamentar, nas próximas eleições não será para nós, a solução pois como é que escolherei um parlamentar? Fico com medo de entregar meu voto na mão de um "Justo Veríssimo" (vide a TV QCV - Chico Anísio). Hoje no Brasil política é profissão e a maioria dos parlamentares já aderiram ao cordão (vide trens e bondes da alegria). Uma vergonha, não há repressão para os corruptos questão cada vez mais ricos.

Minha sugestão:

Antes que se faça esta nova carta Constituinte, que haja debates por todo Brasil; do índio ao cara pálido, e a triagem destes debates colocado em votação por todas as comunidades de direito.

Obs: Colocar nossa opinião na mão de um parlamentar é arriscado, pois o dito cujo pode morder a corda e puxar a sardinha prá ele, e o povo, de novo, que se exploda. Já estou cansado de entregar meus votos aos Saramagos, José Sallis, Flávios Palmieres, Moreiras Francos, Claudios, Moacis etc. CHEGA...<sup>1700</sup>

Em todas estas cartas, costuma-se observar que os missivistas têm uma visão crítica e próxima da realidade política brasileira, como se pode observar na carta de um anônimo morador de Ouro Preto (MG), solteiro, 2º grau, 20 a 24 anos, sem rendimento, que exigiu que “a constituição seja feita e aprovada pelo povo, e não por estes políticos que temos por aí mais interessados no ‘quero o meu, eu quero e me arrumar’ tipo justo veríssimo”.<sup>1701</sup>

Francisco de Assis Ramos, casado, 2º grau completo, 25 a 29 anos, de 1 a 2 salários, morador de Itaíba (PE), também citou o personagem deputado Justo Veríssimo:

Como brasileiro, gostaria de ver aprovada uma nova Constituição que defenda os direitos do povo brasileiro, que fizesse uma reforma agrária justa e que fosse cumprida realmente, não ficando apenas no papel, pois como nós sabemos, na época de hoje, a lei é aplicada ao pé da letra, geralmente para os menos favorecidos, quando se trata dos, ricos a coisa sempre tem um jeito bem brasileiro, mas isto pode mudar, só depende de nós mesmos, na hora de eleger os novos membros para a nova constituinte. Devemos votar em homens sérios, voltados para os problemas do Brasil. Que não sejam como o Justo Veríssimo, personagem de Chico Anísio, que só pensa em melhorar a si próprio, e depois das eleições os que elegeram-no, que se explodam...<sup>1702</sup>

Vanderlei José Deteri, morador de Cariacica (ES), solteiro, 15 a 19 anos, 1º grau, sem renda declarada, também recorreu a um programa televisivo para ilustrar sua crítica:

---

<sup>1700</sup> Carta de Ubirajara M. Pina à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 21/02/86 FORMUL: 217 DV: 1 TIPO: 40 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1701</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L038 DATA: 01/03/86 FORMUL: 956 DV: 4 TIPO: 10 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1702</sup> Carta de Francisco de Assis Ramos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 30/02/86 FORMUL: 387 DV: 2 TIPO: 14 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

“Sugiro que, na nova Constituinte, possamos combater os corruptos que andam soltos em prefeituras. Como diz Jô Soares, corruptos têm de estar engaiolados”.<sup>1703</sup> Aurelene Mello Fortes, solteira, 50 a 59 anos, Superior completo, de 3 a 5 salários, fez menções à novela “Roque Santeiro” e ao programa “Viva o Gordo”, para demonstrar sua decepção com corrupção na política nacional:

Gostaria sinceramente que a Corrupção, principalmente da elite dirigente do Brasil, fosse sequer minimizada porque a extinção da mesma sei que seria um sonho utópico; desde citações bíblicas sei que Corrupção sempre existiu. É preciso acreditar na mesa social do país que nos viu nascer, porque o desencanto é muito doloroso. Nem é bom se tentar a exportação de corruptos como na sátira televisada de Jô Soares. Que a lembrança da telenovela, retrato microscópico da realidade macrocômica Brasileira, "Roque Santeiro" sirva de tratamento de choque para acordar para acordar os nossos Governantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, porque o desencanto, repito, é muito doloroso. Sinhosinho Malta representou e representa o poder econômico manietando tudo, coronelismo dominante, triste realidade da Realidade.<sup>1704</sup>

Alberto Teixeira Lopes, morador de São José dos Campos (SP), casado, 2º grau incompleto, de 5 a 10 salários, foi um dos muitos capazes de observar que a realidade nem sempre condizia com que se via nas telas de TV:

Alguma vez v. excia pensou no pacote homem. Acredito que nunca, pois o nosso Presidente José Sarney que causou muita admiração quando lançou os seus pacotes que hoje só vejo um fiscal dele que é o Jô Soares do canal 5 [com a personagem Fiscala do Sarney] pois o resto desiludiu com o principal que ele devia ter lançado que é a previdência social, a vida de quem trabalha e o principal de uma família que é Educação, saúde e o bem estar, você algum dia pensou nos aposentados e nos que vão se aposentar, e devido a defazagem da moeda você acha correto a contagem de último ano de pagamento na previdência social é suficiente para se aposentar, pense mais nisso.<sup>1705</sup>

Registros como esses devem levar à reflexão os que acreditam que os meios de comunicação sempre conseguem se impor à realidade. O exemplo que nos oferece o missivista Rogério Kretschme, morador de Coronel Bicaço (RS), solteiro, 20 a 24 anos, 2º grau incompleto, de 2 a 3 salários, é emblemático desta situação. Como tenho asseverado, a leitura que os populares realizavam frequentemente era diversa da orientação dos órgãos

---

<sup>1703</sup> Carta Vanderlei José Deteri à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L137 DATA: 23/02/86 FORMUL: 910 DV: 5 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1704</sup> Carta de Aurelene Mello Fortes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L009 DATA: 01/03/86 FORMUL: 219 DV: 0 TIPO: 14 13/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1705</sup> Carta de Alberto Teixeira Lopes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 27/07/86 FORMUL: 385 DV: 0 TIPO: 14 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

que veiculavam as informações. O jovem Kretschme afirmou acompanhar “diariamente” pelo *Zero Hora* (provavelmente o periódico) e pelo “Jornal Nacional” da *Rede Globo*, bem como as diversas editoriais, “mas, principalmente a economia do País, que no momento é o que mais nos afeta”. Em sua opinião, após acompanharmos as notícias, “facilmente podemos chegar a conclusão de que estamos envolvidos pelo capitalismo”. Ele também percebeu algo corriqueiro na avaliação dos populares: “Aos poucos, os grandes vão terminando com os pequenos”. Outros questionamentos e colocações relevantes que evidenciam o descolamento muito comum entre mídias e classes populares são os seguintes: “Outra coisa, por que o custo de vida é tão caro?”; “Justiça? Quando vamos ter neste País?”; “Reforma Agrária, (...) baixar os juros e a inflação”; “Eliminar do Governo os corruptos, que os que já foram não encomodam mais”; “Dívida externa? Qual a desculpa para um País tão rico quanto o nosso Brasil”.<sup>1706</sup>

Morador de Campina da Lagoa (PR), Akihiro Furukawa, casado, 40 a 49 anos, 1º grau, de 5 a 10 salários, escreveu após acompanhar o jornalístico de maior audiência no país: “Acabo de assistir no Jornal Nacional, e fiquei revoltado com o que aconteceu em São Caetano do Sul – SP”. Furukawa se referiu a um caso de corrupção na cidade, condenando os “crimes de ‘colarinho branco’”. Ele deixou evidente que “a Constituinte deveria tomar providências e punir com rigidez essa espécie de crime”. Apesar de ter renda elevada, sua carta deixou transparecer sua profunda indignação para a diferença de tratamento entre pobres e ricos, um dos elementos formadores das classes populares, bem como sua desconfiança quanto à punição aos corruptos:

A pena para os criminosos não deveria ser diferenciada do pobre para o rico. Porque não fazer uma pesquisa ou uma votação sobre estes assuntos? É muita injustiça que eu vejo, que eu leio e que eu ouço aqui no Brasil. Espero que realmente exista o céu e o inferno após a morte.<sup>1707</sup>

Daí decorriam, muitas vezes, o desinteresse e a revolta de muitos brasileiros quanto à política e aos políticos, o que não deve ser confundido com desinteresse para com questões do cotidiano imbricadas à política. Os perfis revelados pelas cartas e os outros tantos registros só fazem reforçar o fato de que o cerne do pensamento popular não sofreu

---

<sup>1706</sup> Carta de Rogério Kretschme à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L110 DATA: 30/02/86 FORMUL: 236 DV: 4 TIPO: 14 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1707</sup> Carta de Akihiro Furukawa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 04/07/86 FORMUL: 658 DV: 0 TIPO: 10 10/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

alteração com o êxito do Plano Cruzado. A reforma econômica fora vista como um meio, que, tragicamente, não levou a fim nenhum (para o povo).

Entre os milhares que se manifestaram de forma contundente através das cartas, reproduzo a carta de Francisco Davis de Medeiros, originalmente escrita em letra maiúscula. Morador de Mãe D'Água (PB), casado, 40 a 49 anos, 2º grau incompleto, renda entre 1 e 2 salários, sua carta foi selecionada em função de sua opinião sobre o governo Sarney ser semelhante à de milhões de outros populares naqueles anos, e, ao mesmo tempo, servir como síntese do pensamento geral:

SENHORES CONSTITUINTES O POVO BRASILEIRO JÁ NÃO AGUENTA MAIS OUVIR O PRESIDENTE JOSÉ SARNEY DIZER QUE VAI MELHORAR A SITUAÇÃO DOS MAIS POBRES, QUANDO NO BRASIL TEM APROXIMADAMENTE 55 MILHÕES DE BRASILEIROS MORRENDO DE FOME, SEM EMPREGO, QUANDO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DIZ QUE NÃO QUERER RECESSÃO, NEM A MISÉRIA DO POVO BRASILEIRO.

FAÇO APELO AOS CONSTITUINTES: UMA SOLUÇÃO PARA ACABAR COM A MISÉRIA DO POVO BRASILEIRO.<sup>1708</sup>

Utilizando outras palavras, um amigo do presidente José Sarney foi capaz sintetizar ainda de forma ainda mais exata o sentimento popular quanto o governo Sarney do que o missivista na carta acima (isto na hipótese de ter sido verídico o diálogo). De acordo com o jornalista Palmério Dória, o presidente, logo após o fracasso do Cruzado, quis saber do amigo Oliveira Bastos, com sinceridade, o que achava de seu governo.

– “É uma merda, Zé”,<sup>1709</sup> sentenciou, em perfeita sintonia com os milhões de brasileiras e brasileiros.

---

<sup>1708</sup> Carta de Francisco Davis de Medeiros à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: C014 DATA: 24/04/86 FORMUL: 339 DV: 3 TIPO: 40 23/07/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1709</sup> DÓRIA, Palmério. **Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2009, p. 92.

## Considerações finais

Um outro ponto mais sério: olhando-se para trás, nessa trajetória louca e vertiginosa do Plano Cruzado, percebe-se que ele serviu a muitos interesses escusos. Houve muita gente que dele se apropriou. Faturou em cima do cruzado. Será que o primeiro talvez não tenha sido o nosso presidente? Mas, se não ele, ao menos os que se elegeram na esteira do Cruzado. Esteira de fogo, de miséria, de morte, de fome. Agora, o que se deve perguntar é: os que se aproveitaram do Cruzado (...) e agora são nossos constituintes, nossos governadores, o que dizem de tudo isso? Acham que tudo foi legítimo? Que tudo foi ético? Não haveria danos a ressarcir? Uma vez eleitos, através da engabelação do povo, nada mais a fazer? (...) Uma coisa é certa: a História há de julgar.<sup>1710</sup>

Esta pesquisa, em certo sentido, oferece subsídios para um “julgamento” daqueles que, na esteira do êxito inicial do Plano Cruzado, se elegeram, que se projetaram politicamente (e até financeiramente, quem sabe), que aumentaram suas tiragens e que bateram recordes de audiência, e que, ao final, contribuíram, direta ou indiretamente, para deixar a maioria dos brasileiros – tenham ou não apoiado o Cruzado – um rastro de “fogo”, “miséria”, “morte” e “fome”.

Passadas mais de duas décadas, teria hoje “a História” “julgado” essas personagens? Parece que não, uma vez que grande parte da sociedade brasileira ainda é refém da memória oficial, que explica a participação popular a partir da perspectiva dos grupos que apoiaram, propagaram e obtiveram dividendos com o seu efêmero sucesso. A menos que se considere um “julgamento” o fato de que a maioria dos governadores eleitos em 1986 nunca mais foram reconduzidos ao mesmo cargo, ou que o ex-presidente José Sarney nunca mais obteve o apreço popular na medida experimentada naquele ano... Isso, contudo, parece pouco, muito pouco diante do maior estelionato eleitoral imposto aos brasileiros.

Foram muitos os que acreditaram – em maior ou menor grau – que a vida dos brasileiros estava mudando. Para estes, o “julgamento” realizado até agora representou muito pouco ou nada. Pessoas como Hilda Gomes de Araújo Gonçalves, moradora de Uberlândia (MG), casada, 25 a 29 anos, 2º grau incompleto, até 1 salário mínimo, provavelmente se sentiram profundamente enganadas pelo governo Sarney e pelos partidos PMDB e PFL. Não sem razão, haja vista que, à época, a missivista lembrava aos políticos que “... nós, a classe pobre, somos sacrificados, trabalhamos como burros de carga e o rico cada vez mais rico nas nossas costas, com esse miserável salário.” Apesar dos sofrimentos,

---

<sup>1710</sup> GUARESCHI, Pedro. De como enganar um povo impunemente... In: RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública. A grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988, p. 10.

acreditou que daquela “Aliança Democrática” pudesse vir algo de bom: “Acredito na nova República e confio nos componentes dela. AJUDE-NOS”.<sup>1711</sup> A ajuda, como se sabe, não veio. Após ter reduzido de 56,91 milhões para 37,6 milhões o número de pobres com o Cruzado, o governo Sarney reeditou a tragédia social perpetrada pela ditadura, ao não tomar ações no sentido de impedir, já em 1987, que o número de pobres se elevasse a 55,41 milhões.<sup>1712</sup> “Esteira de fogo, de miséria, de morte, de fome”.

Nos meses subsequentes à *débâcle* do Cruzado, muito se criticou o presidente José Sarney e o seu (des)governo. Entretanto, o correr dos anos viu (ou não viu) essa pauta ser retirada da agenda política, assim como da agenda da imprensa. Por que nenhum ator político importante mostrou vontade de fazer julgamento daquelas experiências? Por que a própria mídia, tão empenhada em 1986 na promoção do governo e das medidas, sempre tão entusiasta de comemorações e revisões históricas, nos 20 anos do plano silenciou quase que por completo? Teria sido porque aos verdadeiros beneficiados pelo plano era mais importante esquecer do que lembrar? Teria sido porque à mesma mídia que formatou o "evento" e repetiu à exaustão que significava a redenção econômica da nação não ficaria bem realizar uma autocrítica de seu próprio envolvimento? Teria sido porque a equipe econômica que formulou o Cruzado é a mesma que quase uma década anos depois formulou o Plano Real e está entronizada em espaços de poder no jornalismo e nas universidades, ciosos por defender suas ações? Decerto que não esta pesquisa não respondeu a essas questões, sobre as quais posso apenas especular. Outros historiadores se empenharão para respondê-las. Ou farão outras indagações. Por outro lado, posso afirmar que o silêncio dos diversos atores supracitados teve como consequência a lacuna do “julgamento” da História. Este, ainda por fazer.

A pesquisa analisou o apoio popular ao Plano Cruzado, uma reforma monetária cujo êxito foi efêmero e as mazelas, duradouras. Na tentativa de explicar o apoio popular ao plano, optei por recorrer a referenciais teórico-metodológicos da História Social, em sua vertente conhecida como “história vista de baixo”, uma vez que precisava “dar voz” aos

---

<sup>1711</sup> Carta de Hilda Gomes de Araújo Gonçalves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L040 DATA: 11/06/86 FORMUL: 982 DV: 3 TIPO: 14 27/01/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>1712</sup> Fonte: “Número total de pobres (em milhões) e percentual de pobres, por ano – 1977/1999 (PNAD): Brasil”. Estatísticas Econômicas. Estatísticas do Século XX. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos\\_precos/rendimentos/rendimentos.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/rendimentos.shtm). Acessado em: 07 jun. 2012.

sujeitos históricos privilegiados no recorte que realizei. Os pressupostos teóricos propostos por Edward Thompson foram de fundamental importância para reexaminar a unidade popular encontrada nos diversos registros pesquisados, especialmente quando o autor assevera que a identidade de interesses resulta (1) das experiências comuns das pessoas e (2) da existência de um opositor claramente identificado por estas. Daí conclui-se que o uso do conceito de classe adotado é pertinente para o processo histórico em questão. Aliás, inteiramente pertinente, haja vista a existência de um elevado grau de compartilhamento social das mazelas socioeconômicas brasileiras, bem como das implicações morais que essas experiências comuns propiciam ou estimulam (como o sentimento de injustiça) e, não menos importante, a oposição à ditadura militar, contra quem se aglutinaram quase todos os setores sociais por ocasião do esgotamento do modelo econômico que havia assegurado concentração de renda nos segmentos médios e nas elites durante alguns anos.

No decorrer da pesquisa, foi sendo descortinado um cenário de experiências de privação e de lutas populares contra as mesmas, intensificadas a partir dos anos 1970, que, ao cabo, funcionaram como amálgama de diversos e distintos indivíduos e grupos sociais. Esta nova configuração, aqui denominada classes populares, em última análise, forçou os limites do Estado, de seus atores políticos e dos associados burgueses, e se tornou o elemento central da longa década de 1980, compreendida entre o final da década de 1970 e a implantação do Plano Real, em meados dos anos 1990. Em outras palavras, pode-se afirmar que o período em que as diferenças entre indivíduos e grupos que não compunham os quadros das elites estiveram inibidas foi marcado por um protagonismo popular que ampliou largamente as conquistas sociais.

Olhada por este ângulo, esta pesquisa oferece mais que uma explicação para o envolvimento popular com o Cruzado. Ajuda a explicar a participação popular em um sentido mais amplo. Na prática, contudo, ela é um retrato de um período relativamente curto, mas intenso e rico período de lutas populares, que estão a “reclamar” uma história social que discuta e problematize uma certa periodização oficial de eventos históricos da década de 1980, que entrelaça e encadeia anistia, greves, diretas e cruzado – como se fossem faces da mesma moeda, a mesma coisa. Nesta pesquisa, quer gostemos ou não, tais eventos foram tomados nessa acepção, porque assim a “experimentaram” a grande maioria dos integrantes das classes populares. Na medida em que se faz uma história que recupere as experiências, o comportamento, as crenças e ações das “pessoas comuns”, o historiador pode se deparar com fenômenos como este, que em nada devem diminuir a importância de

atentarmos para estes populares. Essa constatação, contudo, deve estimular a abertura de novas “frentes” de pesquisa, notadamente aquelas que desnudarão os mecanismos que promoveram a homogeneização de eventos díspares num “pacote”, se me perdoem o trocadilho com o nosso objeto de pesquisa. Há que se responder, portanto, a seguinte indagação: por que as classes populares enxergaram os eventos da referida década como se fossem a mesma coisa? Se é certo que nesta pesquisa este questionamento não figurou entre os que mereceram atenção, é certo também que, independentemente do fato de terem sido “lidos” em conjunto, esse aspecto não retirou das classes populares seu potencial de compreender o quadro desfavorável pelo qual passava, bem como de pressionar os agentes políticos e os padrões no sentido de obter e ampliar conquistas sociais.

No processo de pesquisa, procurei rastrear falas e atitudes dos populares quase sempre encontrados nos registros produzidos pela mídia ou por sujeitos ligados diretamente aos formuladores do Plano Cruzado – tanto no período do sucesso quanto no ocaso. Apesar da pesquisa, em sua maior parte, identificar e analisar essas experiências coletivas direcionando a “lupa” para ações qualificadas por essas fontes como “saques”, confrontos com forças policiais, “quebra-quebras”, bem como aos coros, palavras de ordem e *slogans* entoados nestas ocasiões, foi possível identificar neles alguns elementos formadores das multidões ativas nos anos 1980 e as possíveis correspondências com experiências e lutas populares anteriores. Recorrendo à própria fala dos populares em cartas encaminhadas a políticos, e em seus registros em outros meios, como músicas e cordéis, foi possível desvendar protagonistas e protagonismo onde, em geral, a memória registrou apenas manipulação, inconsciência e derrotas.

Portanto, uma das novidades que esta pesquisa sugere é que, no complexo período compreendido entre meados dos anos 1970 e os anos 1980, se construiu, ao lado de uma classe trabalhadora que se redefinia e adquiria um novo ímpeto mobilizador, um outro tipo de “agrupamento” que incluiu tanto os próprios trabalhadores quanto indivíduos e grupos sociais que não exatamente definiam o seu lugar social através do trabalho. Uma vez que esta pesquisa não adotou nenhum modelo preconcebido de classe (ahistórico, portanto), ao contrário, buscou apreender e analisar as especificidades daquele momento histórico, ela descortinou um plano de fundo que apontou para a existência de inúmeros elementos capazes de aglutinar pessoas e grupos, independentemente de ocuparem diferentes lugares sociais.

Os elementos aglutinadores foram exatamente as experiências comuns. Elas tiveram efeito de inibir as diferenças entre indivíduos e grupos dos setores pobres e dos setores médios (estes, cada vez mais empobrecidos, o que contribuiu para tal inibição), notadamente no que diz respeito a opiniões e padrões de comportamento diante do Estado, das questões políticas, e, não menos importante, das consequências dos atos governamentais. Em detalhes, penso que esta pesquisa recupera, tanto quanto possível, não somente experiências de mobilização popular, mas, e talvez mais importante até, a experiência do cinismo dos políticos, da miséria, do desemprego, da perda do poder aquisitivo e diminuição do padrão de vida (inclusive de setores médios), da inflação galopante e de outras mazelas que carcomiam salários e, mais que isto, pessoas.

Para esclarecer esse ponto, cabe reforçar o argumento da especificidade da situação brasileira que, à época, favorecia a horizontalidade dos diversos segmentos sociais: as duas décadas de ditadura. Além de paulatinamente elegê-la como inimigo comum, a sociedade brasileira foi confinada pelo regime ditatorial a experimentar coletivamente – vale retomar esse argumento – uma série de carências que atingiam a todos, indistintamente, sobretudo nos anos 1980 (ainda que de forma desigual). Assim, à guisa de exemplo, reitero que: sofriam o profissional liberal, que não conseguia pagar as prestações da casa própria devido aos juros, e o operário, que sequer conseguia obter a sua devido à sua baixíssima renda; a política de arrocho salarial atingia tanto o pedreiro quanto o engenheiro; à medida que a posse e o uso de automóveis eram restritos a um número muito menor de pessoas, indivíduos de diversos segmentos disputavam espaço nos – poucos e velhos – ônibus e trens, que insistiam em quebrar; no limite, as filas para se comprar o escasso feijão colocavam lado a lado donas de casa de segmentos populares e médios, revoltados com a falta do tão importante gênero alimentício.<sup>1713</sup>

Identificar a existência das classes populares não equivale a dizer que todos os brasileiros a integravam, ou que os que a integravam pensassem de modo semelhante em tudo. Por outro lado, há um elemento central que permite identificar os milhões de pessoas que integraram o que nesta pesquisa é denominada classes populares. Trata-se de um

---

<sup>1713</sup> “Dez entre dez brasileiros elegem feijão” é um dos versos do tema de abertura da novela “Feijão Maravilha”, que foi ao ar em 1979 no horário das 19h, na *Rede Globo*. Não sem razão a música “O Preto que Satisfaz”, composta por Gonzaguinha (cantor e compositor de inequívoca oposição à ditadura) e interpretada pelo grupo “As Frenéticas” foi escolhida para abertura. Novela de grande sucesso, trazia uma visão bastante crítica da alta sociedade (neste trabalho, elites) e grande dose de humor. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0.27723.GYN0-5273-230618.00.html>. Acessado em 10 jul. 2011.

núcleo de valores que, em diversos momentos, foram capazes de mobilizar milhões de brasileiros em nome de alguma forma de justiça social. Creio que tais valores compreendiam a noção então difusa de que os brasileiros deveriam ter direito a ter direitos, e que tais direitos tinham a ver com democracia, justiça social, subsistência e tratamento dignos, liberdade e igualdade entre pobres e ricos, reivindicações que estavam na boca dos que se mobilizaram, como atestam inúmeras cartas encaminhadas a parlamentares. Introjetadas, tais noções implicaram em atitudes cotidianas que incluíram a crítica, a ironia e mesmo o deboche para com ricos, políticos, autoridades e assemelhados. Frequentemente, os populares adicionavam ao universo das palavras o das ações coletivas, como greves, protestos, quebra-quebras, saques, passeatas, comícios.

Não sem razão, verificou-se que a retórica e – em certo sentido – a coreografia dos movimentos sociais passara a ser compartilhada por distintos atores sociais (e mesmo meios de comunicação), incluindo segmentos das classes populares não organizados por (ou em) movimentos sociais e políticos. O radicalismo estava na “boca” do povo e este fato ficou bastante evidente nas mobilizações em torno do Cruzado, embora não lhes fosse restrito. Muito pelo contrário.

Do ponto de vista adotado nesta pesquisa, o nacionalismo que se constituiu no Brasil nos anos 1980 pode ter contribuído para engendrar horizontalidade entre os populares, contudo, e surpreendentemente, não escamoteando os conflitos de classe e a percepção das desigualdades sociais, mas, ao contrário, intensificando sua “concretude”. Este imaginário disseminado pelos meios de comunicação contribuía, à sua revelia, para conferir mais legitimidade e força aos populares, na medida em que na “nação” havia 120 milhões contra uns – relativamente poucos e facilmente identificáveis – inimigos. Diversos registros apontaram para o fato de que a percepção do sentimento em questão contribuiu para “irmanar” indivíduos e grupos que se consideravam oprimidos. Aliás, o mote era a opressão. O oprimido, fosse quem fosse, seria o “semelhante”, o “irmão”, o “povo”, o “brasileiro”. E este, parte da “nação” enquanto comunidade imaginada. No caso, constructos sócio-históricos imaginários que, deslocados para outro tempo e lugar, podem não ter o mesmo significado que tiveram no período pesquisado.

A reunião dos elementos aglutinadores identificados na pesquisa a este nacionalismo resignificado pelas lutas sociais dos anos 1970-1980 representou um poderoso amálgama capaz de atenuar, em alguns momentos, os diversos aspectos que separam e distinguem indivíduos, grupos e classes sociais. Ao longo da pesquisa, ao lidar

mais especificamente com evidências documentais de meados da década de 1980, inferi que esteve em jogo, embora de modo não coordenado, um mecanismo de inibição de diferenças que se construía no cotidiano, operado pelos movimentos sociopolíticos e pelos meios de comunicação de diferentes formas (e razões), mas ao qual parecia difícil resistir. Como não se sentir ligado ao desconhecido que, ao seu lado, bradava “verás que um filho teu não foge à luta” em passeata pelas ruas de São Bernardo do Campo em 1980? Como não ter os mesmos sentimentos ao dar as mãos a um desconhecido entre os milhares de outros e cantar os mesmos versos durante eventos distintos como as Diretas, a eleição de Tancredo Neves, as jornadas do Cruzado? E quanto aos inúmeros protestos em que o Hino se fez presente durante esses anos, inclusive em quebra-quebras? E, talvez o mais importante: o que dizer dos milhões que tiveram tais experiências através dos meios de comunicação? Não faria todo o sentido o uso do termo “semelhante”, para designação dos desconhecidos que ali estavam?

Aqueles que, por dever de ofício, interpretam a realidade sócio-histórica, certamente podem distinguir os diversos “acontecimentos” (ou “eventos”) ocorridos naqueles anos. Dentre estes intelectuais, é possível que haja aqueles que classifiquem tais “acontecimentos” como experiências legítimas e ilegítimas (ou positivas e negativas, quem sabe). Nessa classificação, as lutas no ABC e pela anistia, a militância política nas eleições de 1982 e a campanha das Diretas, por exemplo, figurariam como legítimas experiências populares, ao passo que a torcida pela eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral e a comoção por sua morte, bem como a o apoio popular ao Cruzado se inscreveriam como ilegítimas, visto que originadas do alto, de fora das classes populares e com intento manipulador das mesmas.

No entanto, como operar esse tipo de separação quando flagrados em ações coletivas em prol do congelamento de preços, por exemplo? Para a maioria dos populares, estariam essas experiências compartimentadas, como para o pesquisador de hoje, ou para o intelectual e o militante de esquerda contemporâneos daqueles episódios? As evidências empíricas indicam que a maioria dos integrantes das classes populares “carregava” consigo (e muitas vezes operava com) todas essas experiências sobrepostas, mescladas e difusas, e que tais experiências ajudaram a constituir o perfil radical demonstrado cotidianamente à época. Sendo assim, afirmo que, apesar de haver muitas e distintas mobilizações, se as analisarmos do ponto de vista das experiências daqueles que não viviam do trabalho intelectual nem da militância política mais aguerrida (portanto, do ponto de vista da

maioria dos populares), canções, coros, palavras de ordem, Hino Nacional, coreografias, o verde e amarelo, aplausos, vaias, “hurras”, multidões, protestos, quebra-quebras etc., vivenciados pessoalmente ou via meios de comunicação, e independentemente do seu caráter e finalidade, ajudaram constituir a noção de horizontalidade animada pelo sentimento pátrio, e, ao mesmo tempo, mas não contraditoriamente, classista – o “nós” *versus* “eles”. Portanto, penso que esta pesquisa evidenciou que, fossem quais fossem as intenções manipuladoras das elites, elas não tiveram pleno êxito em função da leitura que as classes populares fizeram daquilo que foi enunciado – mesmo que eficaz e repetidamente –, haja vista que tal leitura fora realizada com as lentes da experiência, através das quais os populares analisaram a conjuntura e os limites de sua própria ação.

A opção inicial por mapear a trajetória das experiências – tortuosas, não lineares – que a partir de meados dos anos 1970 até meados dos anos 1980 paulatinamente teceram uma identidade comum entre os setores populares foi pensada por uma razão muito precisa: sem ela não seria possível compreendermos plenamente porque houve a imediata adesão popular a um plano de "estabilização econômica" que, para muitos, significou formar fileira como os “fiscais do Sarney”. Tal opção não significou ignorar ou fazer tábula rasa dos projetos distintos, mesmo opostos, de poder, de nação, de sociedade, no interior das classes populares. Por ter envolvido a militância de literalmente alguns milhões de brasileiros em diversos movimentos sociais e políticos, era tarefa de impossível realização a identificação de cada projeto, de cada movimento sociopolítico, de cada ação coletiva. E, por assim dizer, nem é o que se pretendia aqui. Ademais, esta pesquisa também não ignorou que, para a maioria das classes populares, não havia projeto algum, que não fosse alcançar uma vida melhor (independentemente de seu significado).

Acredito que uma importante contribuição desta pesquisa reside na demonstração de que experiências coletivas dos anos 1970 exerceram um efeito que denominei como “pedagógico” sobre o conjunto dos pobres e dos setores médios empobrecidos, no sentido de constituir uma experiência compartilhada de aprendizado de reivindicações, responsável por estimular a noção do direito a ter direitos. A chamada “ação pedagógica” se constituiu, em grande medida, através dos meios de comunicação. Mesmo à sua revelia, eles parecem ter contribuído para cimentar a identidade comum que se configura como um dos aspectos centrais desta pesquisa, atuando inclusive como elemento de divulgação de algumas práticas e formas de ação coletiva. Também por esta razão, a imprensa diária e a semanal, assim como a TV, foram testemunhos privilegiados pela pesquisa, que, na medida do

possível, dados a natureza e os limites desta pesquisa, pautou-se pela reflexão sobre o papel da mídia na produção e condução da opinião pública, na fabricação de visões e interpretações para o real como parte dos ingredientes de composição do que chamamos real. Portanto, o tipo de unidade popular que exibiu seu protagonismo por ocasião do Plano Cruzado não foi aquela originada das lutas sociais circunscritas apenas às experiências no mundo do trabalho e na comunidade (embora esses espaços tenham sido relevantes), mas, ao lado destas, às diversas experiências coletivas (incluindo as negativas), vivenciadas diretamente ou não, reverberadas pelos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, pude comprovar que tradições e modos de ação surgidos em espaços sociais não populares foram articulados, com outros sentidos, a imagens, gestos, vozes e falas populares socialmente disseminados.

Nesse ponto, cabe retomarmos um questionamento inicial: quais foram os elementos que legitimaram as ações dos “fiscais do Sarney”? Creio ter sido acertada a opção pelos pressupostos teóricos que Edward Thompson formulou para explicar o caso inglês para averiguar a existência de noções legitimadoras capazes de orientar as multidões do Cruzado, quais sejam: 1º) a defesa de direitos; 2º) o apoio da “nação”; 3º) o endosso das autoridades; e 4º) a ausência ou inibição do medo ou respeito a pessoas em posição social e/ou econômica superior, em função do apoio da “nação”. Os registros também confirmam que as classes populares haviam elaborado e introjetado uma certeza de que o direito à subsistência e o consumo de alimento e acesso a serviços básicos deveriam estar sempre acima das leis de mercado. Some-se a isso uma população que, em grande medida, se enxergava como responsável por “fazer dar certo”, lia a realidade em termos classistas e que se encontrava irmanada por inúmeras experiências coletivas anteriores, e podemos entender a euforia e a fúria populares, observadas nas jornadas do Cruzado.

A afirmação de que os “fiscais do Sarney” já estavam formados antes do presidente anunciar o seu plano equivale a dizer que somente uma unidade popular prévia poderia permitir um engajamento “nacional” em menos de 24 horas, tal como ocorreu. O perfil radicalizado dos populares esteve a serviço do núcleo de valores das classes populares, qual seja o direito a ter direitos, bem como o seu corolário. Àquela altura da vida nacional, é bem possível que qualquer um que estivesse ocupando a Presidência da República e se dispusesse (ou aparentasse), como o ex-arenista José Sarney, a fazer com que a República se tornasse uma “Nova” República, receberia o apoio popular, haja vista que os populares acreditavam que tiveram um papel fundamental na transição para o regime democrático.

Os fiscais, portanto, não foram do Sarney. Em que pesem a alegria e o orgulho que muitos sentiram por terem um presidente que parecia estar ao lado do povo – fato inédito em duas décadas –, o rótulo “fiscais do Sarney” que lhes fora dado pela mídia foi assumido, antes de mais nada, pelo seu caráter instrumental. Em termos realmente práticos, ele servia às lutas cotidianas da maioria por subsistência digna. Os populares sabiam, ou intuía, que oportunidades para impor-se sobre os ricos eram raras, quando não inexistentes, assim como sabiam, ou intuía, que estavam situados “em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres”, e que, diante disso, dispunham, “apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação”.<sup>1714</sup> A brecha aberta pela convocação governamental, repercutida pela mídia, em defesa do Plano Cruzado foi uma destas oportunidades. Por outro lado, a maior – e inequívoca – evidência histórica de que os intitutados (e autointitulados) “fiscais do Sarney” não hipotecaram a ele sua fidelidade ou adesão irrestrita está em sua reação ao Cruzado II. No momento em que ficou notório o caráter eleitoreiro do plano ruiu a popularidade do presidente na esteira da frustração e da fúria das classes populares, independentemente do aparato midiático que tentou sustentá-lo.

Apesar de, a meu ver, este trabalho oferecer contribuições para a compreensão do ímpeto das mobilizações populares dos anos 1980, em especial as ligadas ao Cruzado, ele mais suscita questões do que apresenta respostas; ele mais abre do que fecha. Fica a dever, entre outras questões, um exame acurado do papel dos meios de comunicação na construção das classes populares, uma investigação mais detalhada do pensamento e das ações dos movimentos populares organizados e uma averiguação da correspondência entre os produtos culturais que continham formas de crítica social e a constituição das classes populares.

Contudo, se há alguma virtude, possivelmente residirá na demonstração de que o cruzamento de experiências às vezes tão díspares propiciou o nascimento de uma unidade popular que buscou condições de sobrevivência e tratamento dignos, justiça social e democracia, e que, da forma como pôde, ingressou “no bloco dessa mocidade que sai da batalha e constrói a manhã desejada”, no dizer do cantor e compositor Gonzaguinha. Alargando os limites demarcados pelo Estado e elites, os integrantes do campo dos

---

<sup>1714</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 140.

oprimidos deram a tônica ao que entendo como a longa década de 1980, período compreendido entre as greves do ABC, no final da década de 1970, a meados dos anos 1990, período marcado pela intensificação das lutas sociais, dos conflitos de classe e, conseqüentemente, das conquistas sociais. Nesse sentido, talvez o principal, ela não pode ser tida como uma “década perdida”. Se é que fora mesmo perdida.

## **BIBLIOGRAFIA E FONTES**

### **BBLIOGRAFIA**

- ALDU. **Do Cruzado ao cruz-credo: a trágica farsa do plano cruzado**. Rio de Janeiro: Ribro Arte Ed., 1988.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ASSIS, José Carlos. **À sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o sistema bancário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BARBOSA, Fernando de Holanda; SIMONSEN, Mário Henrique (orgs.). **Plano Cruzado: inércia X inépcia**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- BIER, Amaury G.; MESSEMBERG, Roberto; PAULANI, Leda. **O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRAGA, Carlos Alberto Primo et. al. (orgs.). **O Plano Cruzado na visão de economistas da USP**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- CARNEIRO, Ricardo (org.). **A política econômica do Cruzado**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Biental, 1987.
- CARONE, Edgard. **O movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.
- CURRAN, Mark J. **História do Brasil em cordel**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- DAPIEVE, Arthur. **BrRock: o rock brasileiro dos anos 80**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- FONTES, Paulo (org.). **A química da cidadania. Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo: 20 anos de lutas, democracia e conquistas**. São Paulo: Viramundo, 2002.
- FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: do Cruzado ao pacto social**. Porto Alegre: Tchê!: 1987.
- KAREPOVS, Dainis (coord.) **A história dos bancários; lutas e conquistas. 1923-1993**. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, 1994.
- KOTSCHO, Mara Nogueira. **A cabeça do brasileiro: uma análise das pesquisas de opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das Diretas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOUTZII, Flávio (org.). **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

- LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje**. São Paulo: Editora Sumaré: Instituto Roberto Simonsen, 1992.
- MAKSoud, Henry. **O cruzado e outras ilusões**. São Paulo: Visão, 1987.
- MICHILES, Carlos et. al. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MODIANO, Eduardo. **Da inflação ao Cruzado: a política econômica no primeiro ano da Nova República**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- NANI et. al. **Tem que dar certo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- NASSIF, Luís. **O Cruzado: por dentro do choque**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1986.
- NEPOMUCENO, Eric. **O outro lado da moeda: Dílson Funaro: histórias ocultas do Cruzado e da moratória**. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 1990.
- NICOLAU, Jairo Marconi (org.). **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998
- NOVAES, Carlos Eduardo. **O cruzado de direita**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.
- PAIVA, Paulo et. al. **Plano Cruzado: ataque e defesa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney. O discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública: a grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às ruas**. São Paulo: Ática, 1992.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estatização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: Editora FGV, 1999.
- SETTI, Ricardo A. **A história secreta do Plano Cruzado**. São Paulo: Editora Canarinho, 2001.

SOLA, Lourdes (org.). **O Estado da transição: política e economia na Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987;

STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

## **FONTES BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALMEIDA, Antônio de. **Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores**. Uberlândia, MG: UDUFU, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

FENELON, Déa et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo, Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v. 4).

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão dos. **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3)

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

GARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa Buarque; VENTURA, Zuenir (orgs). **Cultura em trânsito: da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Nacional Libertadora (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HOBBSAWM, Eric John. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric John. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luzia. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

MELHEM, Celia Soilbelmann; RUSSO, Sonia Morgenstern. **Dr. Ulysses: o homem que pensou o Brasil. 39 depoimentos sobre a trajetória do Sr. Diretas**. São Paulo: Artemeios, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia (Jornalismo como produção social de segunda natureza)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: Pensar e Fazer**. Niterói, RJ: Laboratório Dimensões da História, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999.

- NEVES, Guilherme Pereira et al. **Brasil: de terra ignota ao Brasil atual**. Rio de Janeiro: Log On Editora Multimídia, 2002.
- OLIVEN, Ruben George; MARCELO, Ridenti; BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: ANPOCS, 2008.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROSEN, Keith e DOWNES, Richard (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SMERECSÁNI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Vol. 1.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sudermann”, 2004.

## **PERIÓDICOS**

- Almanaque Abril (1988)
- Jornal da Tarde (1986)
- Jornal do Brasil (1976-1987)
- Jornal Folha de São Paulo (1977-1987)
- Jornal O Dia (1987)
- Jornal O Estado de São Paulo (1976-1987)
- Jornal O Globo (1987)
- Revista Isto É (1984-1987)
- Revista Showbizz (2000)
- Revista Veja (1973-1987)
- Revista Visão (1984-1987)

## FONTES DIVERSAS

“Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 1. [www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses\\_disc\\_constituintes.pdf](http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituintes.pdf). Acessado em 22 jan. 2012.

IPEA. Ipeadata: base de dados macroeconômicos. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos\\_precos/rendimentos/rendimentos.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/rendimentos.shtm). Acessado em 21 ago. 2011.

“Número total de pobres (em milhões) e percentual de pobres, por ano – 1977/1999 (PNAD): Brasil”. Estatísticas Econômicas. Estatísticas do Século XX. [www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos\\_precos/rendimentos/rendimentos.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/rendimentos.shtm). Acessado em: 07 jun. 2012.

“O PT e os resultados das eleições”. Documento datilografado, anexo à ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em Bragança Paulista. *Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Vol. 1, n. 2 (2007), p. 103.

“Pela unidade dos trabalhadores”. Panfleto conservado no CSBH/FPA. Extraído de *Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Vol. 1, n. 2 (2007).

BENEDITA DA SILVA: “CEM ANOS DE ABOLIÇÃO, E A OPRESSÃO CONTINUA”. Publicado em *PT na Luta da Constituinte* n. 7. Brasília, mar. 1988, p. 4. Extraído de *Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda*. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

FALA DO PT AOS CONSTITUINTES E À NAÇÃO. Publicada no *Boletim Nacional* n. 25, São Paulo, fev. 1987, p. 3, sob o título “O PT na Constituinte”. *Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda*. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

JusBrasil Jurisprudência. TRF2 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 176942 RJ 98.02.30314-3. [www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3065587/apelacao-civel-ac-176942-rj-980230314-3-trf2](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3065587/apelacao-civel-ac-176942-rj-980230314-3-trf2). Acessado em 07 mar. 2011.

LULA: “MOVIMENTO POPULAR PODE MUDAR OS RUMOS DA CONSTITUINTE”. Publicado em *PT na Luta da Constituinte* n. 1. Brasília, jul. 1987, p. 4.

*Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970). CNBB. Edição de 2004, p. 2. Disponível em [www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop\\_publish/files/files\\_49c104a7bab3a.pdf](http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_49c104a7bab3a.pdf). Acessado em 13 jan. 2011.

Série histórica do Salário Mínimo. [www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf](http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf). Acessado em: 04 mar. 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. “Exigência dos brasileiros”. *Diário Popular*, São Paulo, 22 jan. 1984, p. 6. In: *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 1 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

Site Desaparecidos Políticos. Disponível em [www.desaparecidospolíticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3](http://www.desaparecidospolíticos.org.br/pessoa.php?id=217&m=3). Acessado em 31 jul. 2010.

VIRGÍLIO GUIMARÃES: “O TEXTO FINAL DEVE IR A PLEBISCITO”. Publicado em *PT na Luta da Constituinte* n. 7. Brasília, mar. 1988, p. 4. *Perseu: história, memória e política*/Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 6 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

## FONTES AUDIOVISUAIS

Chico Especial! (DVD). TV Globo. Som Livre/Globomarcas, 2007.

Depoimento de José Bonifácio Oliveira Sobrinho sobre a cobertura da TV Globo nas Diretas Já ao site Memória Globo. [memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21751,00.html](http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21751,00.html). Acessado em 30 jun. 2008.

Depoimento do jornalista Gilnei Rampazzo sobre o jornalismo da TV Globo no Plano Cruzado. Site Memória Globo. [memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-254389,00.html](http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-254389,00.html). Acessado em 09 mar. 2011.

Depoimentos de Ruy Cesar Costa Silva. Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: [www.mme.org.br/main.?View=%7BD8F61CAF%2DFA6F%2D480C%2DB5B8%2D2B7E57510000%7D&Team=&params=itemID=%7B9538BA1E%2D16EC%2D47D1%2DBB19%2D3F7796CADD0F%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB%2D05D4%2D4644%2DA8F2%2DFAD4803C8898%7D](http://www.mme.org.br/main.?View=%7BD8F61CAF%2DFA6F%2D480C%2DB5B8%2D2B7E57510000%7D&Team=&params=itemID=%7B9538BA1E%2D16EC%2D47D1%2DBB19%2D3F7796CADD0F%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB%2D05D4%2D4644%2DA8F2%2DFAD4803C8898%7D). Acessado em 13 jul. 2011.

“Fantástico – A morte de Tancredo Neves (1985)”. [www.youtube.com/watch?v=8zMCWKNxbjo](http://www.youtube.com/watch?v=8zMCWKNxbjo). Acessado em 17 jun. 2012.

Fragmento de documentário exibido pelo Canal Brasil. Dirigido por João Batista de Andrade (título não identificado). Disponível em [www.youtube.com/watch?v=XfF6OmQ8KKs](http://www.youtube.com/watch?v=XfF6OmQ8KKs). Acessado em 20 ago. 2010.

O Jornal Nacional no Plano Cruzado. [www.youtube.com/watch?v=bOaTJzXW82w](http://www.youtube.com/watch?v=bOaTJzXW82w). Acessado em 11 jan. 2011.

“O Mundo Mágico dos Trapalhões”. Direção: Silvio Tendler; narração: Chico Anísio. RA Produções, 1981; Editora Abril, 2005.

Manifestação em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Vídeo. [www.mme.org.br/main.?ViewID={C46F803D-FB3E-447F-AD0D-C9874CDCC37A}&video=soniaPompeu\\_4.wmv](http://www.mme.org.br/main.?ViewID={C46F803D-FB3E-447F-AD0D-C9874CDCC37A}&video=soniaPompeu_4.wmv). Acessado em 13 jul. 2011.

Novela “Feijão Maravilha”. Autoria: Bráulio Pedroso. Direção: Paulo Ubiratan. Rede Globo. 19/03/1977 a 04/08/1979. 124 capítulos. [memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-230618,00.html](http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-230618,00.html). Acessado em 10 jul. 2011.

“Vinheta SBT – Crise 1987”. [www.youtube.com/watch?v=BScOKrKv4w8](http://www.youtube.com/watch?v=BScOKrKv4w8). Acessado em: 08 jan. 2011.

1979. Greves no ABCD. Vídeo. [www.pt.org.br/porta1pt/pt30anos/interna.php?id=36#](http://www.pt.org.br/porta1pt/pt30anos/interna.php?id=36#). Acesso em 17 de jan. 2011.

1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

## **FONTES MUSICAIS**

“A Rasteira do Presidente”. Composição: Bicalho; Silvio Modesto. Intérprete: Bezerra da Silva. LP “Alô malandragem, maloca o flagrante”. RCA Victor, 1986.

“A visita da nobreza do riso à Chico Rei num palco nem sempre iluminado”. Composição: Almir de Araújo, Balinha, Marquinho Lessa, Hércules. G.R.E.S. Caprichosos de Pilares. Carnaval de 1984. [www.caprichososdepilares.com.br/antigos/1984.htm](http://www.caprichososdepilares.com.br/antigos/1984.htm). Acessado em 06 set. 2008.

“Ajoelhou tem que rezar... Ou eu prometo”. Composição: Evandro Boia, Naldo do Cavaco e Toninho 70. Carnaval 1987. G.R.E.S. Caprichosos de Pilares. [www.tradicaodosamba.com.br/radio/caprichosos/SEcaprichosos87.html](http://www.tradicaodosamba.com.br/radio/caprichosos/SEcaprichosos87.html). Acessado em: 19 jan. 2011.

“Corda no pescoço”. Composição: Almir Guineto e Adauto Magalha. Intérprete: Beth. LP. RCA, 1986. [www.bethcarvalho.com/?p=255](http://www.bethcarvalho.com/?p=255); [letras.terra.com.br/beth-carvalho/175005/](http://letras.terra.com.br/beth-carvalho/175005/). Acessado em 21 jan. 2012.

“Eu quero”. Composição: Aloísio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega. G.R.E.S. Império Serrano. Samba enredo do Carnaval de 1986. Disponível em [letras.terra.com.br/imperio-serrano-rj/477555/](http://letras.terra.com.br/imperio-serrano-rj/477555/). Acessado em 23 jan. 2011.

“Homem Primata”. Composição: Marcelo Fromer, Ciro Pessoa, Nando Reis e Sérgio Britto. Titãs. Cabeça Dinossauro. LP. WEA, 1986. [www.titas.net/discografia/index.php?interface=0&acao=disco&disco\\_id=3](http://www.titas.net/discografia/index.php?interface=0&acao=disco&disco_id=3). Acessado em 31 jul. 2011.

“Homenagem ao malandro”. Composição: Chico Buarque de Holanda. Intérprete: Chico Buarque de Holanda. In: Ópera do Malandro. LP. Polygram/Phillips, 1979. Disponível em [www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.?pg=homenage\\_77.htm](http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.?pg=homenage_77.htm). Acessado em 24 jan. 2011.

“Morfeu no carnaval, a utopia brasileira”. Composição: Ary do Cavaco, Carlito Cavalcante, Vanderlei, Nilson Melodia e Paulinho. Samba enredo do Carnaval de 1986. G.R.E.S. Portela. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/portela-rj/481211/>. Acessado em 10 jul. 2011.

“Novo tempo”. Composição: Ivan Lins e Vitor Martins. Intérprete: In: Ivan Lins. Novo tempo. LP. EMI-Odeon, 1980. [www.dicionariompb.com.br/ivan-lins/discografia](http://www.dicionariompb.com.br/ivan-lins/discografia); [letras.terra.com.br/ivan-lins/46444/](http://letras.terra.com.br/ivan-lins/46444/); [ivanlins.com.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=109&Itemid=343](http://ivanlins.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=343); Acessado em 28 ago. 2011.

“O bêbado e o equilibrista”. Composição: Aldir Blanc e João Bosco. Intérprete: Elis Regina. In: Elis. CD. WEA, 1979.

“Que país é este?”. Composição: Renato Russo. Que País É Este 1978/1987. LP. Legião Urbana, EMI, 1987. [letras.terra.com.br/renato-russo/1175645/](http://letras.terra.com.br/renato-russo/1175645/). Acessado em: 19 fev. 2012.

“Reunião de Bacana”. Grupo Exporta Samba. Composição: Ary do Cavaco e Bebeto Di São João. Letra [radiosboro.musicas.mus.br/letras/892953/](http://radiosboro.musicas.mus.br/letras/892953/) Autoria [www.dicionariompb.com.br/exporta-samba/dados-artisticos](http://www.dicionariompb.com.br/exporta-samba/dados-artisticos). Acessado em 26 jan. 2011.

“Revanche”. Composição: Lobão. Intérprete: Lobão. In: O rock errou. LP. RAC, 1985. [letras.terra.com.br/lobao/47042/](http://letras.terra.com.br/lobao/47042/). Acessado em: 14 jan. 2012.

“Saco de feijão”. Composição: Chico Santana. Intérprete: Beth Carvalho. LP Beth Carvalho – Nos Botequins da Vida. RCA, 1977. Disponível em: <http://www.bethcarvalho.com/?p=35>. Acessado em 21 jan. 2012.

Simone. LP “Simone ao vivo”. EMI-Odeon. 1980. Disponível em: <http://www.simone.art.br/website/discos/D10.htm>. Acessado em 30 jul. 2012.

“Virada”. Composição: Noca da Portela e Gilper. Intérprete: Beth Carvalho. “Na fonte”. LP. RCA, 1981. [www.bethcarvalho.com/?p=251](http://www.bethcarvalho.com/?p=251); [letras.terra.com.br/beth-carvalho/175045/](http://letras.terra.com.br/beth-carvalho/175045/). Acessado em 21 jan. 2012.

## **CORDEIS**

SANTA HELENA, Raimundo. **Peleja de Sarney com Tancredo**. 1988. [docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=39414](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=39414). Acessado em: 09 jan. 2012.

SANTA HELENA, Raimundo. **Torturados e a moral dos calados**. LC9177. [docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=40501](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=40501). Acessado em 09 jan. 2012.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Brasil da nova república farol do terceiro mundo**. LC9247. [docvirt.com/docreader.net/DocReader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=43645](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=43645). Acessado em 08 jan. 2012.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Tancredo Neves aos constituintes**. LC9252. [docvirt.com/docreader.net/DocReader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=43796](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=43796). Acessado em 08 jan. 2012.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Cruzado que derrubou a inflação**. LC8578. [docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=43907](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=43907). Acessado em 18 jul. 2012.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Delfim deu fim no Brasil**. LC8364. [docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=44704](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=44704). Acessado em 08 jan. 2012.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Já estamos no futuro**. LC9271. [docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=44704](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.x?bib=CordelFCRB&PagFis=44704). Acessado em 20 fev. 2012.

## **LEGISLAÇÃO**

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. [www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2283.htm). Acessado em 05 jan. 2009.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986. Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação. [www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2284.htm). Acessado em 05 jan. 2009.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L1521.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L1521.htm). Acessado em 05 jan. 2009.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962. Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/Ldl/Ldl04.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/Ldl/Ldl04.htm). Acessado em 05 jan. 2009.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 2, de 11 de fevereiro de 1966. Autoriza a requisição de bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população e dá outras providências. [www.jusbrasil.com.br/legislacao/126220/decreto-lei-2-66](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126220/decreto-lei-2-66). Acessado em 05 jan. 2009.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 92.433, de 03/03/86. Dispõe sobre a execução das medidas previstas nos artigos 37 e 38 do Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. [www.fiscolex.com.br/doc\\_206332\\_DECRETO\\_N\\_92\\_433\\_3\\_MARCO\\_1986.x](http://www.fiscolex.com.br/doc_206332_DECRETO_N_92_433_3_MARCO_1986.x). Acessado em 05 jan. 2009.

## TESES E DISSERTAÇÕES

FONSECA, César Pinto. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, 1994.

KOCHER, Bernardo. **A economia política dos preços. Brasil, 1964-1994**. Tese de doutorado. Coordenação de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 1997.

PALHA, Cássia R. Louro. **O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)**. Tese de doutorado. Coordenação de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2007.

SOARES, Rafael Fortes. **A torcida “precisa e imparcial”: Isto É, Veja e o Plano Cruzado**. Dissertação de Mestrado. Coordenação de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2004.

#### **ARTIGOS CIENTÍFICOS**

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa**. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 270, dez. 2007.

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. **Resenhas**. *Revista de Economia Política*, vol. 8, nº 3, julho/setembro/1988.

PORTO, Fábíola Brigante del. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. *Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda*. Vol. 1, n. 1 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. **“Trabalhadores do Brasil” e “peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários**. In: *TEMPO. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: Sette Letras, nº 7, jul. 1999.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Das marcas do passado à primeira transição do PT**. *Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda*. Vol. 1, n. 2 (2007). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

VERSIANI, Maria Helena. **Uma República na Constituinte (1985-1988)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 233-252 – 2010.

#### **CARTAS DA POPULAÇÃO A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE**

**Órgão: Senado Federal**

**Fundo: Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.**

**Endereço eletrônico:** <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>

**Cartas anônimas**

ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 808 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86.

ORIGEM: L011 DATA: 06/08/86 FORMUL: 255 DV: 3 TIPO: 45 24/03/87.  
ORIGEM: L027 DATA: 11/07/86 FORMUL: 657 DV: 7 TIPO: 14 12/02/87.  
ORIGEM: C010 DATA: 13/04/86 FORMUL: 232 DV: 8 TIPO: 45 23/06/87.  
ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 248 DV: 0 TIPO: 14 31/10/86.  
ORIGEM: L105 DATA: 21/02/86 FORMUL: 115 DV: 3 TIPO: 10 06/11/86.  
ORIGEM: L008 DATA: 07/08/86 FORMUL: 192 DV: 5 TIPO: 10 25/03/87.  
ORIGEM: L128 DATA: 29/04/86 FORMUL: 679 DV: 7 TIPO: 40 19/12/86.  
ORIGEM: L004 DATA: 23/02/86 FORMUL: 078 DV: 8 TIPO: 40 09/11/86.  
ORIGEM: L017 DATA: 08/07/86 FORMUL: 422 DV: 2 TIPO: 40 06/02/87.  
ORIGEM: L023 DATA: 01/03/86 FORMUL: 572 DV: 1 TIPO: 13 17/11/86.  
ORIGEM: L038 DATA: 01/03/86 FORMUL: 956 DV: 4 TIPO: 10 19/11/86.  
ORIGEM: L028 DATA: 14/08/86 FORMUL: 698 DV: 8 TIPO: 10 07/04/87.  
ORIGEM: L027 DATA: 27/08/86 FORMUL: 670 DV: 0 TIPO: 10 12/05/87.  
ORIGEM: L021 DATA: 23/02/86 FORMUL: 512 DV: 0 TIPO: 40 11/11/86.  
ORIGEM: L009 DATA: 20/08/86 FORMUL: 217 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87.  
ORIGEM: L013 DATA: 01/09/86 FORMUL: 322 DV: 6 TIPO: 14 21/05/87.  
ORIGEM: L023 DATA: 21/02/86 FORMUL: 575 DV: 4 TIPO: 14 05/11/86.  
ORIGEM: L027 DATA: 08/08/86 FORMUL: 661 DV: 9 TIPO: 14 03/05/87.  
ORIGEM: L022 DATA: 07/08/86 FORMUL: 548 DV: 4 TIPO: 14 25/03/87.  
ORIGEM: L013 DATA: 20/08/86 FORMUL: 310 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87.  
ORIGEM: L017 DATA: 10/07/86 FORMUL: 416 DV: 6 TIPO: 40 13/02/87.  
ORIGEM: L028 DATA: 12/08/86 FORMUL: 684 DV: 0 TIPO: 10 02/04/87.  
ORIGEM: L009 DATA: 13/08/86 FORMUL: 211 DV: 8 TIPO: 40 02/04/87.  
ORIGEM: L008 DATA: 07/08/86 FORMUL: 192 DV: 5 TIPO: 10 25/03/87.  
ORIGEM: L027 DATA: 11/07/86 FORMUL: 657 DV: 7 TIPO: 14 12/02/87.  
ORIGEM: L011 DATA: 06/08/86 FORMUL: 255 DV: 3 TIPO: 45 24/03/87.  
ORIGEM: L015 DATA: 07/08/86 FORMUL: 353 DV: 9 TIPO: 14 25/03/87.  
ORIGEM: L013 DATA: 20/08/86 FORMUL: 310 DV: 8 TIPO: 14 15/04/87.  
ORIGEM: L023 DATA: 01/03/86 FORMUL: 572 DV: 1 TIPO: 13 17/11/86.  
ORIGEM: L022 DATA: 20/02/86 FORMUL: 528 DV: 2 TIPO: 40 31/10/86.  
ORIGEM: L022 DATA: 21/02/86 FORMUL: 542 DV: 9 TIPO: 14 05/11/86.  
ORIGEM: L023 DATA: 20/08/86 FORMUL: 561 DV: 1 TIPO: 40 16/04/87.  
ORIGEM: L007 DATA: 11/04/86 FORMUL: 162 DV: 2 TIPO: 10 05/12/86.

ORIGEM: L004 DATA: 23/02/86 FORMUL: 078 DV: 8 TIPO: 40 09/11/86.

## **10.2. Cartas com identificação do remetente**

Antônio José de Castro Ramos. ORIGEM: L012 DATA: 08/08/86 FORMUL: 281 DV: 0 TIPO: 14 03/05/87.

Abraão Virgulino da Costa. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 255 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86

Adair Francisco da Silva. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 229 DV: 9 TIPO: 40 04/11/86.

Adelson Dias de Souza. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 808 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86.

Ademar Ramos Brilhante. ORIGEM: L113 DATA: 22/02/86 FORMUL: 325 DV: 1 TIPO: 14 06/11/86.

Ademirço Raimundo. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 161 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86.

Adilson Souto Gouveia. ORIGEM: L106 DATA: 03/03/86 FORMUL: 133 DV: 5 TIPO: 14 01/12/86.

Adriana Cristina Alves do Amaral. ORIGEM: L022 DATA: 26/07/86 FORMUL: 544 DV: 9 TIPO: 10 07/03/87.

Afonso Marques de Sousa. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 181 DV: 2 TIPO: 30 31/10/86.

Afonso Paulo A. de Mendonça. ORIGEM: L121 DATA: 22/02/86 FORMUL: 523 DV: 8 TIPO: 14 06/11/86.

Afrânio Farias de Melo. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 269 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86.

Agamennon Luiz Carlos Isique. ORIGEM: L111 DATA: 22/02/86 FORMUL: 252 DV: 4 TIPO: 14 06/11/86.

Agenor Antônio Valim. ORIGEM: L033 DATA: 23/02/86 FORMUL: 898 DV: 5 TIPO: 60 09/11/86.

Aguinaldo Francisco Borges. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 873 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86

Ailton Claudino de Barros. ORIGEM: L030 DATA: 20/02/86 FORMUL: 724 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86.

Airton Ramos. ORIGEM: L010 DATA: 14/04/86 FORMUL: 233 DV: 8 TIPO: 14  
10/12/86.

Akihiro Furukawa. ORIGEM: L027 DATA: 04/07/86 FORMUL: 658 DV: 0 TIPO: 10  
10/02/87.

Alba Regina Macêdo Santos. ORIGEM: L103 DATA: 30/02/86 FORMUL: 054 DV: 3  
TIPO: 10 10/12/86.

Alberone Bernaldo da Silva. ORIGEM: L138 DATA: 30/02/86 FORMUL: 917 DV: 1  
TIPO: 13 11/12/86.

Alberto Silva. ORIGEM: P013 DATA: 09/12/86 FORMUL: 308 DV: 8 TIPO: 10  
27/06/87.

Alberto Teixeira Lopes. ORIGEM: L016 DATA: 27/07/86 FORMUL: 385 DV: 0 TIPO:  
14 07/03/87.

Alcides Weitexen. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 880 DV: 8 TIPO: 14  
31/10/86

Aldo Cesar da Silva. ORIGEM: L022 DATA: 18/08/86 FORMUL: 545 DV: 0 TIPO: 10  
14/04/87.

Alécio Parmigiani. ORIGEM: L014 DATA: 20/02/86 FORMUL: 336 DV: 6 TIPO: 10  
31/10/86.

Alexandre da Fonseca. ORIGEM: L033 DATA: 07/05/86 FORMUL: 815 DV: 7 TIPO: 10  
30/01/87.

Aloísio Valgueiro de C. Barros. ORIGEM: L028 DATA: 03/03/86 FORMUL: 693 DV: 1  
TIPO: 40 27/11/86.

Amália Martins. ORIGEM: L030 DATA: 28/07/86 FORMUL: 738 DV: 5 TIPO: 14  
24/03/87.

Ana Cristina Ferreira Wada. ORIGEM: L032 DATA: 11/04/86 FORMUL: 790 DV: 3  
TIPO: 14 05/12/86.

André Gonçalves. ORIGEM: L019 DATA: 01/03/86 FORMUL: 468 DV: 0 TIPO: 13  
17/11/86.

Andréa Andrade de Melo. ORIGEM: L122 DATA: 23/02/86 FORMUL: 543 DV: D TIPO:  
10 11/11/86.

Andréa da Silva Goulart. ORIGEM: L030 DATA: 01/07/86 FORMUL: 749 DV: 6 TIPO:  
13 28/01/87.

Antenor Campos Chaga. ORIGEM: L006 DATA: 21/02/86 FORMUL: 147 DV: 2 TIPO: 40 31/10/86.

Antenor Moreira Pontes. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 877 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86.

Antinar Gomes Machado. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 883 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86.

Antonio Carlos Sousa Rodrigues. ORIGEM: L109 DATA: 23/02/86 FORMUL: 215 DV: D TIPO: 10 09/11/86.

Antonio Correia Lima. ORIGEM: L132 DATA: 02/03/86 FORMUL: 786 DV: 5 TIPO: 35 25/11/86.

Antonio da Silva Vieira. ORIGEM: L030 DATA: 27/08/86 FORMUL: 742 DV: 1 TIPO: 10 12/05/87.

Antônio de Pádua. ORIGEM: L009 DATA: 14/08/86 FORMUL: 202 DV: 2 TIPO: 10 08/04/87.

Antonio Emildo Pinho. ORIGEM: L024 DATA: 08/08/86 FORMUL: 581 DV: 5 TIPO: 10 05/05/87.

Antonio Francisco Azevedo. ORIGEM: L019 DATA: 01/03/86 FORMUL: 459 DV: 1 TIPO: 13 17/11/86.

Antonio Joaquim da Silva. ORIGEM: L112 DATA: 21/02/86 FORMUL: 279 DV: 6 TIPO: 14 06/11/86.

Antonio Juarez Jesus Mello. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 249 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86.

Antonio Paladine. ORIGEM: L015 DATA: 20/02/86 FORMUL: 356 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86.

Antônio Paulo de Andrade. ORIGEM: L031 DATA: 21/02/86 FORMUL: 766 DV: 4 TIPO: 10 05/11/86.

Antônio Valério. ORIGEM: L104 DATA: 07/05/86 FORMUL: 088 DV: 8 TIPO: 13 30/01/87.

Araripe Colussi. ORIGEM: L038 DATA: 30/02/86 FORMUL: 933 DV: 7 TIPO: 10 09/12/86.

Arceonila Mendes do Carmo. ORIGEM: L040 DATA: 02/03/86 FORMUL: 995 DV: 3 TIPO: 10 26/11/86.

Arinaldo Zeferino da Silva. ORIGEM: L026 DATA: 30/02/86 FORMUL: 639 DV: 1 TIPO: 13 09/12/86.

Artur Carlos Reis. ORIGEM: L019 DATA: 12/08/86 FORMUL: 466 DV: 2 TIPO: 10 02/04/87.

Augusto Ferreira Guimarães. ORIGEM: L008 DATA: 02/08/86 FORMUL: 188 DV: 0 TIPO: 10 19/03/87.

Aujor João Righi. ORIGEM: L012 DATA: 20/02/86 FORMUL: 291 DV: 2 TIPO: 10 31/10/86.

Aurelene Mello Fortes. ORIGEM: L009 DATA: 01/03/86 FORMUL: 219 DV: 0 TIPO: 14 13/11/86.

Aurineidi Barbosa Damboril. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 021 DV: 5 TIPO: 14 31/10/86.

Benedito Martins Filho. ORIGEM: L023 DATA: 01/03/86 FORMUL: 571 DV: 5 TIPO: 13 17/11/86.

Bete de Souza. ORIGEM: L024 DATA: 11/07/86 FORMUL: 589 DV: 0 TIPO: 10 12/02/87.

Boaventura Josino da Cruz. ORIGEM: L102 DATA: 13/05/86 FORMUL: 028 DV: 3 TIPO: 10 14/01/87.

Camila Cesar Cavalcantes. ORIGEM: L117 DATA: 22/02/86 FORMUL: 414 DV: 4 TIPO: 10 06/11/86.

Castarina A. dos Santos. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 057 DV: 0 TIPO: 14 31/10/86.

Cecília Bohmgaherem Loureiro. ORIGEM: L035 DATA: 07/05/86 FORMUL: 871 DV: 4 TIPO: 14 30/01/87.

Cecília Soares Bohngahrem. ORIGEM: L031 DATA: 13/05/86 FORMUL: 753 DV: 0 TIPO: 40 14/01/87.

Célia Alves. ORIGEM: L039 DATA: 30/02/86 FORMUL: 957 DV: 3 TIPO: 30 09/12/86.

Célia Regina Correia. ORIGEM: L003 DATA: 03/04/86 FORMUL: 061 DV: 6 TIPO: 10 28/11/86.

Célide Maria Andrade. ORIGEM: L001 DATA: 19/08/86 FORMUL: 019 DV: 0 TIPO: 10 13/04/87

Charles Machado dos Santos. ORIGEM: L014 DATA: 07/08/86 FORMUL: 340 DV: 4 TIPO: 45 25/03/87.

Cidelton da Cunha Pinheiro. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 042 DV: 2 TIPO: 10 31/10/86.

Cíntia Resende dos Santos. ORIGEM: L013 DATA: 15/08/86 FORMUL: 315 DV: 5 TIPO: 10 09/04/87.

Clarimundo Americano de Faria. ORIGEM: L004 DATA: 09/04/86 FORMUL: 077 DV: 1 TIPO: 14 04/12/86.

Cláudio B. Reis da Conceição. ORIGEM: L038 DATA: 23/02/86 FORMUL: 934 DV: 1 TIPO: 10 09/11/86.

Cypriano Marques de Souza. ORIGEM: L028 DATA: 06/08/86 FORMUL: 690 DV: 0 TIPO: 25/03/87.

Damião da Silva Freire. ORIGEM: L015 DATA: 19/08/86 FORMUL: 353 DV: 9 TIPO: 10 13/04/87.

Daniela Justino. ORIGEM: L023 DATA: 15/08/86 FORMUL: 553 DV: 3 TIPO: 14 09/04/87.

Darci de Araújo Melo. L026 DATA: 18/08/86 FORMUL: 646 DV: 2 TIPO: 10 15/04/87.

Darcy Apolinário. ORIGEM: L038 DATA: 21/02/86 FORMUL: 947 DV: 9 TIPO: 14 12/02/87.

Décio Messagi Gomes. ORIGEM: L136 DATA: 23/02/86 FORMUL: 900 DV: D TIPO: 50 09/11/86.

Defendi Marchese. ORIGEM: L001 DATA: 23/02/86 FORMUL: 022 DV: 2 TIPO: 14 06/11/86.

Dejalma do Nascimento. ORIGEM: L011 DATA: 07/04/86 FORMUL: 269 DV: 1 TIPO: 13 03/12/86.

Denir de Jesus Oliveira. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 172 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86.

Deolindo Locatelli. ORIGEM: L024 DTA: 23/02/86 FORMUL: 569 DV: 1 TIPO: 14 11/11/86.

Devanir Antonio Garozi. ORIGEM: L007 DATA: 07/08/86 FORMUL: 159 DV: 8 TIPO: 40 25/03/87.

Dina Laime C. de Castro. ORIGEM: L023 DATA: 14/08/86 FORMUL: 572 DV: 4 TIPO: 10 07/04/87.

Doristoteles M. de Almeida. ORIGEM: L009 DATA: 28/08/86 FORMUL: 220 DV: 8 TIPO: 40 12/05/87.

Edeilson Santos Silva. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 038 DV: 5 TIPO: 40  
31/10/86.

Edesio Domiciano Alvarenga. ORIGEM: L011 DATA: 28/07/86 FORMUL: 274 DV: 9  
TIPO: 14 09/04/87.

Edgard Ferreira de Souza. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 055 DV: 7 TIPO:  
10 31/10/86.

Edison Luiz Borges. ORIGEM: L119 DATA: 30/02/86 FORMUL: 473 DV: 6 TIPO: 40  
09/12/86.

Edson de Almeida. ORIGEM: L006 DATA: 20/08/86 FORMUL: 136 DV: 8 TIPO: 15  
15/04/87.

Edson Estanislau Martins. ORIGEM: L012 DATA: 04/08/86 FORMUL: 283 DV: 0 TIPO:  
40 19/03/87.

Edson Medeiros de Faria. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 378 DV: 1 TIPO:  
10 31/10/86.

Elaine Márcia Greco. ORIGEM: P016 DATA: 09/12/86 FORMUL: 392 DV: 9 TIPO: 14  
27/06/87. . Acessado em 04 ago. 2009.

Eleonora Ma G. Sban. ORIGEM: C021 DATA: 13/04/86 FORMUL: 506 DV: 1 TIPO: 10  
23/06/87.

Eliane Divina Oliveira Crispim. ORIGEM: L007 DATA: 07/08/86 FORMUL: 154 DV: 6  
TIPO: 10 25/03/87.

Elias Simão Lopes. ORIGEM: L010 DATA: 30/02/86 FORMUL: 230 DV: 6 TIPO: 14  
09/12/86.

Elizabeto da Silva Leal. ORIGEM: L014 DATA: 21/02/86 FORMUL: 336 DV: 0 TIPO:  
10 04/11/86.

Elizane Pereira. ORIGEM: L002 DATA: 03/04/86 FORMUL: 042 DV: 1 TIPO: 10  
26/11/86.

Elzemir Carneiro de Lima. L026 DATA: 12/08/86 FORMUL: 637 DV: 0 TIPO: 16  
02/04/87.

Eneas Bento. ORIGEM: L004 DATA: 10/04/86 FORMUL: 099 DV: 5 TIPO: 30  
03/12/86.

Ernesto Marques Samuel. ORIGEM: L015 DATA: 02/03/86 FORMUL: 370 DV: 3 TIPO:  
10 25/11/86.

Esmeralda Rodrigues Morais. ORIGEM: L214 DATA: 02/03/86 FORMUL: 332 DV: 4 TIPO: 13 23/11/86.

Eurides Danizete de Freitas. ORIGEM: L004 DATA: 14/07/86 FORMUL: 096 DV: 6 TIPO: 14 20/02/87.

Eurípedes Balsamufu Costa Ferreira. L122 DATA: 22/02/86 FORMUL: 548 DV: 1 TIPO: 13 06/11/86.

Evandro José Afanaci. ORIGEM: L001 DATA: 21/02/86 FORMUL: 015 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86.

Everaldo Aliatti. ORIGEM: L102 DATA: 30/02/86 FORMUL: 048 DV: 3 TIPO: 10 10/12/86.

Expedito dos Santos Lima. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 229 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86.

Expedito dos Santos Lima. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 229 DV: 5 TIPO: 10 31/10/86.

Fábio Mozart Marino Costa. ORIGEM: L009 DATA: 20/02/86 FORMUL: 226 DV: 6 TIPO: 14 31/10/86.

Fernando do Mauricio Gomes. ORIGEM: L112 DATA: 22/02/86 FORMUL: 286 DV: 6 TIPO: 60 06/11/86.

Fernando G. de Almeida. ORIGEM: L015 DATA: 10/07/86 FORMUL: 354 DV: 1 TIPO: 10 13/02/87.

Fernando Leite de Carvalho. L003 DATA: 18/08/86 FORMUL: 057 DV: 7 TIPO: 40 14/04/87.

Florozita Martins Versiani. ORIGEM: L025 DATA: 06/08/86 FORMUL: 611 DV: 4 TIPO: 14 21/03/87. [sem grifos no original]

Francisca Bezerra de Oliveira. ORIGEM: L011 DATA: 07/08/86 FORMUL: 267 DV: 5 TIPO: 36 25/03/87.

Francisca Hélia de Freitas Urçulino. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 020 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86.

Francisco Alves Campos. ORIGEM: L001 DATA: 21/02/86 FORMUL: 025 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86.

Francisco C. Ribeiro. ORIGEM: L016 DATA: 17/07/86 FORMUL: 383 DV: 6 TIPO: 10 04/03/87.

Francisco Davis de Medeiros. ORIGEM: C014 DATA: 24/04/86 FORMUL: 339 DV: 3 TIPO: 40 23/07/87. . Acessado em 04 dez. 2009

Francisco de Assis Pontes. ORIGEM: L207 DATA: 03/03/86 FORMUL: 156 DV: 5 TIPO: 10 02/12/86.

Francisco de Assis Ramos. ORIGEM: L016 DATA: 30/02/86 FORMUL: 387 DV: 2 TIPO: 14 09/12/86.

Francisco de Jesus Elmiro. ORIGEM: L108 DATA: 26/05/86 FORMUL: 185 DV: 5 TIPO: 10 03/05/87.

Francisco de Paula Pinto. ORIGEM: L037 DATA: 20/02/86 FORMUL: 896 DV: 1 TIPO: 14 31/10/86.

Francisco Galdino Filho. ORIGEM: L015 DATA: 21/02/86 FORMUL: 361 DV: 4 TIPO: 14 04/11/86.

Françisley F. M. de Souza. ORIGEM: L002 DATA: 07/04/86 FORMUL: 038 DV: 9 TIPO: 10 03/12/86.

Frederico Luiz Maciel dos Santos. ORIGEM: L109 DATA: 21/02/86 FORMUL: 214 DV: 1 TIPO: 36 06/11/86.

Gaeme Cesár de Lacerda. ORIGEM: L014 DATA: 27/07/86 FORMUL: 348 DV: 9 TIPO: 14 10/03/87.

Genésio Alves Oliveira. ORIGEM: L038 DATA: 01/03/86 FORMUL: 943 DV: 0 TIPO: 30 19/11/86.

Gentil Severino Secco. ORIGEM: L029 DATA: 11/08/86 FORMUL: 716 DV: 5 TIPO: 10 28/03/87.

Gerônimo Martins Pereira. ORIGEM: L001 DATA: 21/02/86 FORMUL: 005 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86.

Gijo Serveo Malta Lobo. ORIGEM: C007 DATA: 24/04/86 FORMUL: 158 DV: 9 TIPO: 10 23/07/87.

Gilmar Antonio Ferreira. ORIGEM: L004 DATA: 21/02/86 FORMUL: 099 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

Gilson Dias Pinheiro. ORIGEM: L213 DATA: 02/03/86 FORMUL: 304 DV: 1 TIPO: 35 23/11/86.

Gracilda Moreira de Souza. ORIGEM: L024 DATA: 04/08/86 FORMUL: 595 DV: 0 TIPO: 14 19/03/87.

Hélio Ferreira do Prado. ORIGEM: L127 DATA: 01/03/86 FORMUL: 664 DV: 3 TIPO: 40 13/11/86.

Hilda Gomes de Araújo Gonçalves ORIGEM: L040 DATA: 11/06/86 FORMUL: 982 DV: 3 TIPO: 14 27/01/87.

Hortência Maria Damasceno. ORIGEM: L038 DATA: 23/02/86 FORMUL: 922 DV: 3 TIPO: 10 09/11/86.

Idalina Trindade Lopes. ORIGEM: P016 DATA: 09/12/86 FORMUL: 377 DV: 0 TIPO: 40 27/06/87.

Inácio Víctor Pereira. ORIGEM: L124 DATA: 30/02/86 FORMUL: 592 DV: 5 TIPO: 30 11/12/86.

Irac Novaes. ORIGEM: L138 DATA: 30/02/86 FORMUL: 921 DV: 9 TIPO: 13 11/12/86.

Iranete Félix Pereira. ORIGEM: L016 DATA: 24/02/86 FORMUL: 377 DV: 9 TIPO: 10 19/11/86.

Ireudo Soares Martins. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 055 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86.

Ismael de Matos Ferreira. ORIGEM: L025 DATA: 21/02/86 FORMUL: 616 DV: 2 TIPO: 14 05/11/86.

Israel Joaquim Salvador. ORIGEM: L015 DATA: 20/02/86 FORMUL: 361 DV: 1 TIPO: 20 31/10/86.

Itamar Gomes Vianna. ORIGEM: C007 DATA: 01/06/86 FORMUL: 161 DV: 7 TIPO: 34 05/08/87.

Ivaldo Assaí Costa. ORIGEM: L104 DATA: 22/02/86 FORMUL: 087 DV: 3 TIPO: 10 06/11/86.

Ivan Batista de Andrade. ORIGEM: L012 DATA: 28/07/86 FORMUL: 297 DV: 9 TIPO: 10 24/03/87.

Ivana da Silva Costa. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 013 DV: 2 TIPO: 40 31/10/86.

Ivo Pedroso. ORIGEM: C004 DATA: 18/06/86 FORMUL: 094 DV: 6 TIPO: 14 06/08/87.

Izabel dos Santos Alves. ORIGEM: L206 DATA: 30/02/86 FORMUL: 152 DV: 5 TIPO: 40 15/12/86.

J. Eugênio Corrêa. ORIGEM: L024 DATA: 23/02/86 FORMUL: 572 DV: 2 TIPO: 10  
11/11/86.

J. Ribeiro Netto. ORIGEM: L015 DATA: 21/02/86 FORMUL: 353 DV: 1 TIPO: 14  
04/11/86.

Jair Dal Pozzo. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 238 DV: 8 TIPO: 14  
04/11/86.

Jair Dal Pozzo. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 238 DV: 8 TIPO: 14  
04/11/86.

Jair Dal Pozzo. ORIGEM: L010 DATA: 21/02/86 FORMUL: 237 DV: 1 TIPO: 14  
04/11/86.

Jair Portella. ORIGEM: P010 DATA: 09/12/86 FORMUL: 229 DV: 1 TIPO: 10 27/06/87.

Jairo do Nascimento. ORIGEM: L009 DATA: 23/02/86 FORMUL: 211 DV: 0 TIPO: 10  
06/11/86.

Jan Clésio Sousa Pires. ORIGEM: L208 DATA: 03/03/86 FORMUL: 176 DV: 6 TIPO: 10  
02/12/86.

Jenivaldo Hermmann Dinys. ORIGEM: L019 DATA: 21/02/86 FORMUL: 454 DV: 2  
TIPO: 10 04/11/86.

Jeronyma Queiróz Ferreira. ORIGEM: L019 DATA: 20/02/86 FORMUL: 460 DV: 9  
TIPO: 14 31/10/86.

Joanan Soares Barreto. ORIGEM: L023 DATA: 04/04/86 FORMUL: 554 DV: 6 TIPO: 14  
03/12/86.

João Batista Alves. ORIGEM: L027 DATA: 28/04/86 FORMUL: 660 DV: 1 TIPO: 16  
16/12/86.

João Benetti. ORIGEM: L018 DATA: 26/05/86 FORMUL: 439 DV: 7 TIPO: 34  
30/04/87.

João Benetto. ORIGEM: L018 DATA: 26/05/86 FORMUL: 439 DV: 7 TIPO: 34  
30/04/87.

João Bezerra Figueira. ORIGEM: L015 DATA: 07/05/86 FORMUL: 350 DV: 4 TIPO: 14  
29/01/87.

João Conrado de Melo. ORIGEM: L013 DATA: 20/02/86 FORMUL: 321 DV: 9 TIPO: 10  
31/10/86.

João Leopoldo Bueno Faria. ORIGEM: L130 DATA: 02/03/86 FORMUL: 745 DV: 7  
TIPO: 10 23/11/86.

João Luiz Fernandes. ORIGEM: C001 DATA: 18/05/86 FORMUL: 010 DV: 5 TIPO: 10  
05/08/87.

João Macena Lucas. ORIGEM: L005 DATA: 11/04/86 FORMUL: 114 DV: 8 TIPO: 14  
05/12/86.

João Nelson Pires. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 781 DV: 0 TIPO: 10  
31/10/86.

João Vieira da Silva. ORIGEM: L018 DATA: 18/07/86 FORMUL: 434 DV: 3 TIPO: 13  
09/03/87.

Joaquim Brito de Souza. ORIGEM: L315 DATA: 22/02/86 FORMUL: 360 DV: 1 TIPO:  
10 06/11/86.

Joaquim de Freitas Moreira. ORIGEM: L122 DATA: 22/02/86 FORMUL: 548 DV: 1  
TIPO: 13 06/11/86.

Jorge Kajus Makate. ORIGEM: L104 DATA: 25/05/86 FORMUL: 086 DV: 3 TIPO: 13  
22/01/87.

Jorge Luiz Viana Pimenta. ORIGEM: L023 DATA: 20/02/86 FORMUL: 541 DV: 9 TIPO:  
30 31/10/86.

José Ailtom da Silva. ORIGEM: L123 DATA: 29/04/86 FORMUL: 573 DV: 4 TIPO: 13  
18/12/86.

José Airton Melo Aguiar. ORIGEM: L006 DATA: 20/02/86 FORMUL: 149 DV: 1 TIPO:  
10 31/10/86.

José Alcântara Cruz. ORIGEM: L007 DATA: 21/02/86 FORMUL: 170 DV: 4 TIPO: 45  
04/11/86.

José Alexandre Domingos da S.. ORIGEM: L021 DATA: 21/08/86 FORMUL: 509 DV: 2  
TIPO: 10 23/04/87.

José Antonio Alvarez Muniz. ORIGEM: L030 DATA: 27/08/86 FORMUL: 747 DV: 2  
TIPO: 10 12/05/87.

José Antônio Brehm. ORIGEM: L122 DATA: 22/02/86 FORMUL: 557 DV: 0 TIPO: 14  
06/11/86.

José Antonio Juvenal. ORIGEM: L213 DATA: 02/03/86 FORMUL: 311 DV: 7 TIPO: 30  
23/11/86.

José Benedito de Ariuda Faleão. ORIGEM: L029 DATA: 27/08/86 FORMUL: 707 DV: 1  
TIPO: 10 12/05/87.

José Bernardes Neto. ORIGEM: L013 DATA: 20/02/86 FORMUL: 322 DV: 5 TIPO: 10  
31/10/86.

José Carlos de Andrade Rocha. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 005 DV: 0  
TIPO: 20 31/10/86.

José Carlos de Souza Lemes. ORIGEM: L121 DATA: 23/02/86 FORMUL: 508 DV: D  
TIPO: 10 11/11/86.

José Cesário de Queiroz. ORIGEM: L110 DATA: 23/02/86 FORMUL: 235 DV: D TIPO:  
14 11/11/86.

José César Pinheiro Machado. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 263 DV: 9  
TIPO: 10 31/10/86.

José Clarício Gonçalves. ORIGEM: L023 DATA: 28/08/86 FORMUL: 575 DV: 1 TIPO:  
10 13/05/87.

José Cláudio Lopes. ORIGEM: ORIGEM: C016 DATA: 13/04/86 FORMUL: 376 DV: 0  
TIPO: 10 23/06/87.

José Costa Lisboa. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 253 DV: 3 TIPO: 10  
31/10/86.

José de Arimatéia Fonseca. ORIGEM: L040 DATA: 07/05/86 FORMUL: 998 DV: 4  
TIPO: 14 30/01/87.

José de Souza Aquino. ORIGEM: P017 DATA: 09/12/86 FORMUL: 418 DV: 8 TIPO: 10  
27/06/87.

José Domingos de Melo. ORIGEM: L012 DATA: 06/08/86 FORMUL: 294 DV: 9 TIPO:  
10 21/03/87.

José Edson Braga Cavalcanti. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 389 DV: 2  
TIPO: 14 31/10/86.

José Eduardo C. de Faria Monteiro. ORIGEM: C006 DATA: 13/04/86 FORMUL: 130  
DV: 1 TIPO: 10 23/06/87.

José Félix Soares Leite. ORIGEM: L033 DATA: 23/02/86 FORMUL: 809 DV: 2 TIPO: 10  
09/11/86.

José Geraldo dos Santos Rocha. ORIGEM: 08 DATA: 07/04/86 FORMUL: 188 DV: 1  
TIPO: 13 03/12/86.

José Gil de Carvalho. ORIGEM: L036 DATA: 21/02/86 FORMUL: 880 DV: 1 TIPO: 14  
06/11/86.

José Honório Gonçalves Netto. ORIGEM: L013 DATA: 22/05/86 FORMUL: 318 DV: 1 TIPO: 30 16/01/87.

José Irineu de Sousa. ORIGEM: L112 DATA: 23/02/86 FORMUL: 282 DV: D TIPO: 14 11/11/86.

José Jader dos Santos. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 025 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86.

José Jorge da Costa Santana. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 185 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

José Jota Cabral de Andrade. ORIGEM: L103 DATA: 29/04/86 FORMUL: 051 DV: 8 TIPO: 10 18/12/86.

José Lafies Soares. ORIGEM: L207 DATA: 01/03/86 FORMUL: 152 DV: 2 TIPO: 13 11/11/86.

José Lira de Souza. ORIGEM: L002 DATA: 13/07/86 FORMUL: 040 DV: 7 TIPO: 13 13/02/87.

José Lúcio de Almeida. ORIGEM: L032 DATA: 21/02/86 FORMUL: 793 DV: 1 TIPO: 10 05/11/86.

José Luiz R. Forand. ORIGEM: L027 DATA: 24/02/86 FORMUL: 651 DV: 3 TIPO: 14 20/11/86.

José Marcos Pinheiro. ORIGEM: L006 DATA: 20/02/86 FORMUL: 128 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86.

José Messias Vóri. ORIGEM: L009 DATA: 28/04/86 FORMUL: 221 DV: 7 TIPO: 10 16/12/86.

José Raimundo Batista. ORIGEM: L005 DATA: 20/02/86 FORMUL: 106 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86.

José Ribeiro Castro. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 045 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86.

José Rodrigues Nascimento. ORIGEM: L009 DATA: 03/03/86 FORMUL: 209 DV: 1 TIPO: 14 28/11/86.

José Rodrigues Rabelo Jácomo. ORIGEM: L002 DATA: 26/07/86 FORMUL: 027 DV: 4 TIPO: 14 07/03/87.

José Romão da Silva. ORIGEM: L029 DATA: 20/02/86 FORMUL: 690 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86.

José Seeifer Filho. ORIGEM: L004 DATA: 04/04/86 FORMUL: 088 DV: 5 TIPO: 13  
03/12/86.

José Soares de Souza Filho. ORIGEM: L029 DATA: 21/02/86 FORMUL: 723 DV: 3  
TIPO: 10 05/11/86.

Josenaldo Portela da Silva. ORIGEM: L009 DATA: 26/07/86 FORMUL: 202 DV: 1  
TIPO: 40 07/03/87.

Josenilda Marai de Almeida. ORIGEM: L124 DATA: 30/02/86 FORMUL: 597 DV: 7  
TIPO: 16 11/12/86.

Jovelino Rodrigues. ORIGEM: L123 DATA: 02/03/86 FORMUL: 563 DV: 6 TIPO: 30  
23/11/86.

Julia de Oliveira Lima. ORIGEM: L023 DATA: 20/08/86 FORMUL: 568 DV: 5 TIPO: 40  
16/04/87.

Julio Cesar Faustino. ORIGEM: C009 DATA: 29/05/86 FORMUL: 225 DV: 8 TIPO: 10  
05/08/87.

Julio Cesar Weyme da Cunha. ORIGEM: L002 DATA: 21/02/86 FORMUL: 032 DV: 1  
TIPO: 10 31/10/86.

Jurema Barbosa Cabral. ORIGEM: L014 DATA: 21/02/86 FORMUL: 330 DV: 1 TIPO:  
24 04/11/86.

Klebes Barbosa de Oliveira. ORIGEM: C007 DATA: 27/04/86 FORMUL: 165 DV: 6  
TIPO: 14 23/07/87.

Kleider Elias Silva. ORIGEM: L019 DATA: 20/02/86 FORMUL: 462 DV: 1 TIPO: 10  
31/10/86.

Lanhel de Moura. ORIGEM: L012 DATA: 26/07/86 FORMUL: 293 DV: 6 TIPO: 10  
07/03/87.

Lázaro Nunes da Silva. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 171 DV: 7 TIPO: 30  
31/10/86.

Leila do Carmo Lemos. ORIGEM: L039 DATA: 29/04/86 FORMUL: 978 DV: 4 TIPO: 10  
18/12/86.

Leonardo Polese Alves. ORIGEM: L024 DATA: 20/02/86 FORMUL: 572 DV: 1 TIPO:  
10 31/10/86.

Lesley Macedo de Campos. ORIGEM: L006 DATA: 17/04/86 FORMUL: 136 DV: 3  
TIPO: 10 15/12/86.

Liz Gonçalves Andrade Santiago. ORIGEM: L216 DATA: 23/02/86 FORMUL: 381 DV: 8 TIPO: 14 21/11/86.

Luci Teixeira Biscaia. ORIGEM: L004 DATA: 04/08/86 FORMUL: 098 DV: 8 TIPO: 10 19/03/87.

Luciana Cláudia Toscano. ORIGEM: L202 DATA: 02/03/86 FORMUL: 038 DV: 9 TIPO: 10 21/11/86.

Ludmila de Ávila Pacheco. ORIGEM: C018 DATA: 13/04/86 FORMUL: 438 DV: 5 TIPO: 10 23/06/87.

Luis Carlos da Glória. ORIGEM: L204 DATA: 30/02/86 FORMUL: 096 DV: 8 TIPO: 30 15/12/86.

Luiz Alves de Lima. ORIGEM: L003 DATA: 02/08/86 FORMUL: 056 DV: 6 TIPO: 14 19/03/87.

Luiz Carlos Vieira do Carmo. ORIGEM: L040 DATA: 20/02/86 FORMUL: 982 DV: 5 TIPO: 14 04/11/86.

Luiz Galdino dos Santos. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 069 DV: 8 TIPO: 14 31/10/86.

Luiz Gonzaga de Souza. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 010 DV: 3 TIPO: 14 31/10/86.

Luiz Maraschin. L034 DATA: 20/02/86 FORMUL: 831 DV: 7 TIPO: 40 31/10/86.

Luiz Maraschin. ORIGEM: L034 DATA: 20/02/86 FORMUL: 831 DV: 7 TIPO: 40 31/10/86.

Luiz Mário Munhoz Schmidt. ORIGEM: L131 DATA: 30/02/86 FORMUL: 758 DV: 1 TIPO: 10 11/12/86.

Luiz Paulo Pupim. L015 DATA: 26/08/86 FORMUL: 354 DV: 7 TIPO: 10 06/05/87.

Luiz Vilaça Dorneles. ORIGEM: L035 DATA: 28/04/86 FORMUL: 851 DV: 1 TIPO: 40 17/12/86.

Magna Muniz Moura. ORIGEM: L005 DATA: 08/08/86 FORMUL: 121 DV: 4 TIPO: 10 03/05/87.

Magneuza Cinilo dos Santos. ORIGEM: L114 DATA: 30/02/86 FORMUL: 338 DV: 1 TIPO: 30 09/12/86. [sem grifo no original]

Maisa Rodrigues. ORIGEM: L206 DATA: 02/03/86 FORMUL: 128 DV: 8 TIPO: 10 21/11/86.

Manoel Augusto C. Leopse. ORIGEM: L004 DATA: 11/08/86 FORMUL: 088 DV: 4  
TIPO: 10 27/03/87.

Manoel Francisco dos Santos. ORIGEM: L003 DATA: 02/04/86 FORMUL: 065 DV: 8  
TIPO: 10 02/12/86.

Marcelino Gonçalves Leopoldo. ORIGEM: L010 DATA: 01/07/86 FORMUL: 249 DV: 3  
TIPO: 10 28/01/87.

Márcio Nunes Machado. ORIGEM: L029 DATA: 11/04/86 FORMUL: 720 DV: 5 TIPO:  
14 05/12/86.

Marco Antônio Alves de Assis. ORIGEM: L035 DATA: 30/02/86 FORMUL: 865 DV: 1  
TIPO: 13 10/12/86.

Marco Antonio de Carvalho. ORIGEM: L024 DATA: 13/07/86 FORMUL: 589 DV: 9  
TIPO: 14 13/02/87.

Marco Antônio Pena Borges. ORIGEM: L009 DATA: 21/02/86 FORMUL: 222 DV: 4  
TIPO: 14 04/11/86.

Marco Antonio Ribeiro de Freitas. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 052 DV:  
8 TIPO: 13 31/10/86.

Marcos Antônio Breny. ORIGEM: L023 DATA: 13/08/86 FORMUL: 551 DV: 3 TIPO: 14  
02/04/87.

Marcos Antonio de Souza. ORIGEM: L015 DATA: 28/07/86 FORMUL: 350 DV: 7 TIPO:  
10 24/03/87.

Maria A. Pereira da Silva. ORIGEM: L036 DATA: 03/03/86 FORMUL: 887 DV: 0 TIPO:  
10 27/11/86.

Maria Ambrozia. ORIGEM: L019 DATA: 05/08/86 FORMUL: 470 DV: 8 TIPO: 10  
21/03/87.

Maria Aparecida Alves da Silva. ORIGEM: L032 DATA: 01/03/86 FORMUL: 808 DV: 5  
TIPO: 36 17/11/86.

Maria Aparecida da Silva. ORIGEM: L002 DATA: 07/08/86 FORMUL: 032 DV: 8 TIPO:  
14 25/03/87.

Maria Auxiliadora Martins. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 019 DV: 1  
TIPO: 10 31/10/86.

Maria Carlota de Andrade. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 201 DV: 3 TIPO:  
10 31/10/86.

Maria Cristina Demanco. ORIGEM: L113 DATA: 01/03/86 FORMUL: 312 DV: 0 TIPO: 14 13/11/86.

Maria Cristina Soares Moraes. ORIGEM: L001 DATA: 28/04/86 FORMUL: 006 DV: 9 TIPO: 13 15/12/86.

Maria da Conceição Duarte Viana. ORIGEM: L018 DATA: 21/02/86 FORMUL: 448 DV: 2 TIPO: 14 04/11/86.

Maria da Conceição V. de Brito. ORIGEM: L039 DATA: 24/02/86 FORMUL: 966 DV: 4 TIPO: 10 20/11/86.

Maria das Graças Fernandes Onofre. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 037 DV: 9 TIPO: 14 31/10/86.

Maria das Graças Soares Mota. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 060 DV: 1 TIPO: 13 31/10/86.

Maria de Fatima Sousa Oliveira. ORIGEM: L030 DATA: 21/02/86 FORMUL: 733 DV: 9 TIPO: 40 05/11/86.

Maria do Carmo. ORIGEM: L021 DATA: 07/08/86 FORMUL: 502 DV: 4 TIPO: 10 25/03/87.

Maria do Socorro da Silva Santos. ORIGEM: L113 DATA: 23/02/86 FORMUL: 305 DV: D TIPO: 16 11/11/86.

Maria Elena de Souza. ORIGEM: L041 DATA: 20/02/86 FORMUL: 988 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86.

Maria Elenice Lima. ORIGEM: L133 DATA: 03/03/86 FORMUL: 821 DV: 9 TIPO: 16 01/12/86.

Maria Emília Bitarelli Viana. ORIGEM: L016 DATA: 23/02/86 FORMUL: 400 DV: 7 TIPO: 10 11/11/86.

Maria Helena de Carvalho Magalhães. ORIGEM: C008 DATA: 24/04/86 FORMUL: 184 DV: 0 TIPO: 40 23/07/87.

Maria José Gregolelli Soler. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 399 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

Maria Lúcia Justino do Carmo. ORIGEM: L006 DATA: 29/08/86 FORMUL: 135 DV: 4 TIPO: 14 21/05/87.

Maria Lúcia Pereira de Souza. ORIGEM: L112 DATA: 29/04/86 FORMUL: 283 DV: 6 TIPO: 10 19/12/86.

Maria Maculada Aleixo. ORIGEM: L036 DATA: 30/02/86 FORMUL: 892 DV: 9 TIPO: 10 10/12/86.

Maria Madalena Santos. ORIGEM: L101 DATA: 01/03/86 FORMUL: 014 DV: 9 TIPO: 36 21/11/86.

Maria Margarida Nunes Novaes. ORIGEM: L115 DATA: 03/03/86 FORMUL: 365 DV: 3 TIPO: 13 01/12/86.

Maria Roseli Morçal Moreira. ORIGEM: L001 DATA: 20/02/86 FORMUL: 023 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

Maria Vane de Jesus. ORIGEM: L019 DATA: 11/04/86 FORMUL: 451 DV: 4 TIPO: 36 05/12/86.

Maria Vanise Oliveira Lins. ORIGEM: L015 DATA: 13/07/86 FORMUL: 368 DV: 2 TIPO: 14 13/02/87.

Maria Vieira de Carvalho. ORIGEM: L110 DATA: 01/03/86 FORMUL: 250 DV: 4 TIPO: 14 13/11/86.

Mário Francisco dos Reis. ORIGEM: L006 DATA: 10/07/86 FORMUL: 130 DV: 5 TIPO: 10 13/02/87.

Mário J Hoshiba. ORIGEM: L030 DATA: 15/08/86 FORMUL: 749 DV: 5 TIPO: 16 09/04/87.

Mario Luiz Garcia. ORIGEM: L019 DATA: 21/02/86 FORMUL: 459 DV: 4 TIPO: 40 04/11/86.

Marissônia L. de Almeida Nunes. L035 DATA: 28/04/86 FORMUL: 872 DV: 8 TIPO: 10 17/12/86.

Marlene Zanin. ORIGEM: C028 DATA: 24/04/86 FORMUL: 681 DV: 3 TIPO: 14 23/07/87.

Marli Rosa de Souza. ORIGEM: L035 DATA: 20/02/86 FORMUL: 845 DV: 8 TIPO: 13 31/10/86.

Maurilio Sérgio Medeiros dos Santos. L010 DATA: 19/08/86 FORMUL: 242 DV: 2 TIPO: 10 13/04/87.

Miguel de Marins Filho. ORIGEM: L009 DATA: 11/04/86 FORMUL: 223 DV: 1 TIPO: 23 05/12/86.

Milton Vieira da Silva. ORIGEM: L005 DATA: 20/02/86 FORMUL: 104 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

Moacir Paulino de Andrade. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 030 DV: 4 TIPO: 10 31/10/86.

Mozart Teixeira Borges. ORIGEM: L006 DATA: 01/08/86 FORMUL: 128 DV: 3 TIPO: 40 13/03/87.

Murilio(a) Palmeira de Sousa. ORIGEM: L018 DATA: 20/02/86 FORMUL: 416 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86.

Murillo Ernesto Tolentino. ORIGEM: L001 DATA: 01/03/86 FORMUL: 023 DV: 8 TIPO: 14 13/11/86.

Nascimento Gomes de Sousa. ORIGEM: L003 DATA: 20/02/86 FORMUL: 057 DV: 0 TIPO: 14 31/10/86.

Nelo de Azevedo Soares. L L028 DATA: 18/08/86 FORMUL: 696 DV: 0 TIPO: 10 14/04/87.

Nelsi A. A. Costa. ORIGEM: L032 DATA: 11/06/86 FORMUL: 777 DV: 1 TIPO: 14 26/01/87.

Nelson Gomes de Castro. ORIGEM: L128 DATA: 03/03/86 FORMUL: 698 DV: 2 TIPO: 13 01/12/86.

Nelza de Souza Sodré. ORIGEM: L123 DATA: 30/02/86 FORMUL: 561 DV: 2 TIPO: 30 11/12/86.

Nivaldo Lucas de Alencar. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 885 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86.

Notato Soares. ORIGEM: L031 DATA: 21/02/86 FORMUL: 755 DV: 2 TIPO: 14 05/11/86.

Obadias Barbosa Lins. ORIGEM: L010 DATA: 16/07/86 FORMUL: 250 DV: 2 TIPO: 40 25/02/87.

Ocevar Mattioni. ORIGEM: L010 DATA: 24/02/86 FORMUL: 227 DV: 7 TIPO: 10 19/11/86.

Odorides Custódio da Silva. ORIGEM: L012 DATA: 21/02/86 FORMUL: 283 DV: 3 TIPO: 16 04/11/86.

Olavo Rodrigues de Moraes. ORIGEM: C005 DATA: 22/04/86 FORMUL: 114 DV: 4 TIPO: 14 19/06/87.

Olímpio Benite de Cingue. ORIGEM: L124 DATA: 03/03/86 FORMUL: 588 DV: 2 TIPO: 13 01/12/86.

Oreni Rodrigues da Silva. ORIGEM: L002 DATA: 01/08/86 FORMUL: 032 DV: 6 TIPO: 10 12/03/87.

Orlando Leon. ORIGEM: L003 DATA: 27/07/86 FORMUL: 073 DV: 0 TIPO: 15 07/03/87.

Otávio Luiz Baracioli. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 400 DV: 6 TIPO: 10 31/10/86.

Ozorino Cardoso dos Santos. ORIGEM: L036 DATA: 20/02/86 FORMUL: 876 DV: 1 TIPO: 34 31/10/86.

Paulino Pereira Borges. ORIGEM: P013 DATA: 09/12/86 FORMUL: 308 DV: 8 TIPO: 10 27/06/87.

Paulo. ORIGEM: L010 DATA: 25/05/86 FORMUL: 230 DV: 7 TIPO: 10 21/01/87.

Paulo A Costa. ORIGEM: P022 DATA: 09/12/86 FORMUL: 542 DV: 1 TIPO: 10 27/06/87.

Paulo Aparecido Lyra. ORIGEM: L038 DATA: 20/02/86 FORMUL: 924 DV: 5 TIPO: 14 31/10/86.

Paulo Cavalcanti da Silva. ORIGEM: L126 DATA: 03/03/86 FORMUL: 630 DV: 9 TIPO: 14 27/11/86.

Paulo César Oliveira Ferreira. ORIGEM: L132 DATA: 03/03/86 FORMUL: 794 DV: 1 TIPO: 10 02/12/86.

Paulo Eduardo Pereira. ORIGEM: L123 DATA: 02/03/86 FORMUL: 551 DV: 8 TIPO: 30 23/11/86.

Paulo Fernando Correia. ORIGEM: L038 DATA: 23/02/86 FORMUL: 942 DV: 4 TIPO: 40 09/11/86.

Paulo Galdino da Silva. ORIGEM: L137 DATA: 24/02/86 FORMUL: 925 DV: 6 TIPO: 14 21/11/86.

Paulo Roberto da Silva. ORIGEM: L020 DATA: 07/05/86 FORMUL: 477 DV: 4 TIPO: 10 29/01/87.

Paulo Roberto de Almeida. ORIGEM: L014 DATA: 20/02/86 FORMUL: 330 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

Paulo Rodrigues da Silva. ORIGEM: L004 DATA: 09/04/86 FORMUL: 077 DV: 1 TIPO: 14 04/12/86.

Paulo Sérgio Aguiar Bastos. ORIGEM: L025 DATA: 20/02/86 FORMUL: 612 DV: 3 TIPO: 15 31/10/86.

Paulo Soares Cunha. ORIGEM: L113 DATA: 21/02/86 FORMUL: 308 DV: 6 TIPO: 13  
13/02/87.

Paulo Tarsio Cipriano Carneiro. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 383 DV: 4  
TIPO: 40 31/10/86.

Pedro Alves de Azevêdo. ORIGEM: L017 DATA: 12/07/86 FORMUL: 401 DV: 6 TIPO:  
10 25/03/87.

Pedro Holanda de Nogueira. ORIGEM: L110 DATA: 23/02/86 FORMUL: 232 DV: D  
TIPO: 45 11/11/86.

Pedro Paulo Resende. ORIGEM: P001 DATA: 09/12/86 FORMUL: 012 DV: 0 TIPO: 10  
27/06/87.

Rafael Rodrigues de Moraes. ORIGEM: L110 DATA: 22/02/86 FORMUL: 245 DV: 8  
TIPO: 14 06/11/86.

Raimundo Cavalcante de Sá. ORIGEM: L010 DATA: 20/02/86 FORMUL: 237 DV: 8  
TIPO: 40 31/10/86.

Raimundo Dias Castro. ORIGEM: L017 DATA: 17/07/86 FORMUL: 416 DV: 0 TIPO: 40  
04/03/87.

Raimundo dos Santos da Cunha. ORIGEM: L206 DATA: 30/02/86 FORMUL: 126 DV: 4  
TIPO: 40 15/12/86.

Raimundo Luis do Carmo. ORIGEM: L204 DATA: 01/03/86 FORMUL: 091 DV: 3 TIPO:  
14 21/11/86.

Reginaldo Palma Bezerra. ORIGEM: L015 DATA: 23/02/86 FORMUL: 353 DV: 9 TIPO:  
14 06/11/86.

Reinaldo Cava de Britto. ORIGEM: L002 DATA: 28/05/86 FORMUL: 032 DV: 1 TIPO:  
14 05/08/87.

Reinaldo Torres Resende. ORIGEM: L204 DATA: 03/03/86 FORMUL: 093 DV: 3 TIPO:  
10 01/12/86.

Renato Gomes dos Santos. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 778 DV: 9 TIPO:  
13 31/10/86.

Renato Neves da Silva. ORIGEM: L129 DATA: 22/02/86 FORMUL: 719 DV: 0 TIPO: 13  
06/11/86.

Renato Souza Freitas. ORIGEM: L030 DATA: 17/07/86 FORMUL: 748 DV: 4 TIPO: 14  
04/03/87.

Ricardo José Behrendt. ORIGEM: L028 DATA: 23/02/86 FORMUL: 673 DV: 3 TIPO: 40  
09/11/86.

Rivelino Bezerra da Silva. ORIGEM: L026 DATA: 21/02/86 FORMUL: 639 DV: 2 TIPO:  
10 05/11/86.

Roberto Cezar da Silva. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 794 DV: 4 TIPO:  
10 31/10/86.

Roberto I. ORIGEM: L007 DATA: 14/07/86 FORMUL: 175 DV: 3 TIPO: 10 20/02/87.

Roberto José Rossetto. ORIGEM: L009 DATA: 23/02/86 FORMUL: 218 DV: 4 TIPO: 14  
06/11/86.

Rogério Cordeiro de Farias. ORIGEM: L006 DATA: 07/04/86 FORMUL: 147 DV: 2  
TIPO: 34 03/12/86.

Rogério Kretschme. ORIGEM: L110 DATA: 30/02/86 FORMUL: 236 DV: 4 TIPO: 14  
09/12/86.

Rogério Ludovicho. ORIGEM: L020 DATA: 14/08/86 FORMUL: 491 DV: 4 TIPO: 10  
07/04/87.

Ronaldo Marcos dos Santos. ORIGEM: L029 DATA: 07/08/86 FORMUL: 706 DV: 9  
TIPO: 14 25/03/87.

Ronaus Rossi. ORIGEM: L113 L008 DATA: 04/04/86 FORMUL: 194 DV: 0 TIPO: 30  
03/12/86.

Rosalina Rosa Ferreira Fonseca. ORIGEM: L014 DATA: 11/07/86 FORMUL: 340 DV: 3  
TIPO: 10 12/02/87.

Rosângela Alves da Mota. ORIGEM: L029 DATA: 28/08/86 FORMUL: 715 DV: 7 TIPO:  
10 12/05/87.

Rose Figueiredo Cesar. ORIGEM: L009 DATA: 13/05/86 FORMUL: 220 DV: 1 TIPO: 40  
14/01/87.

Roselaine Feijó da Silva. ORIGEM: L013 DATA: 05/08/86 FORMUL: 302 DV: 8 TIPO:  
10 21/03/87.

Rubem Santos Leão de Aquino. ORIGEM: L008 DATA: 15/04/86 FORMUL: 215 DV: 3  
TIPO: 10 11/12/86.

Rui da Silva Cunha. ORIGEM: L112 DATA: 21/02/86 FORMUL: 272 DV: 1 TIPO: 10  
06/11/86.

Salmar José Leonard. ORIGEM: L105 DATA: 22/02/86 FORMUL: 122 DV: 3 TIPO: 40  
06/11/86.

Salomão Rodrigues de Souza. ORIGEM: L028 DATA: 20/02/86 FORMUL: 683 DV: 8 TIPO: 10 31/10/86.

Samoel Sales Ferreira. ORIGEM: L124 DATA: 03/03/86 FORMUL: 578 DV: 7 TIPO: 13 01/12/86.

Sandra Aparecida Neves. ORIGEM: L019 DATA: 05/08/86 FORMUL: 470 DV: 8 TIPO: 10 21/03/87.

Sandra Maria Queiroz Alves. ORIGEM: L033 DATA: 20/02/86 FORMUL: 798 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86.

Saulo Alves Paulino. ORIGEM: L017 DATA: 20/02/86 FORMUL: 406 DV: 4 TIPO: 40 31/10/86.

Saulo Alvez Paulino. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 269 DV: 7 TIPO: 10 31/10/86.

Sebastião Boaes. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 193 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. [sem grifo no original]

Sebastião Cunha. ORIGEM: L305 DATA: 22/02/86 FORMUL: 121 DV: 7 TIPO: 13 06/11/86.

Sebastião Ferraz de Camargo. ORIGEM: L009 DATA: 20/02/86 FORMUL: 207 DV: 1 TIPO: 14 31/10/86.

Sebastião Simão Evangelista. ORIGEM: L112 DATA: 22/02/86 FORMUL: 278 DV: 3 TIPO: 10 06/11/86.

Sérgio Antoninho Borin. ORIGEM: C006 DATA: 13/04/86 FORMUL: 131 DV: 7 TIPO: 10 23/06/87.

Sérgio Lucena Marques de Sá. ORIGEM: L103 DATA: 21/02/86 FORMUL: 061 DV: 1 TIPO: 40 06/11/86.

Sérgio Rebola. ORIGEM: L030 DATA: 21/02/86 FORMUL: 738 DV: 1 TIPO: 15 05/11/86.

Silvana Maia Silva Carvallho. ORIGEM: L104 DATA: 03/03/86 FORMUL: 086 DV: 7 TIPO: 14 01/12/86.

Silvia Ferraz Xavier. ORIGEM: L130 DATA: 03/03/86 FORMUL: 741 DV: 5 TIPO: 10 02/12/86.

Silvio Antonio Sicoti. ORIGEM: L016 DATA: 03/07/86 FORMUL: 385 DV: 0 TIPO: 10 06/02/87.

Silvio Antonio Sicoti. ORIGEM: L016 DATA: 03/07/86 FORMUL: 385 DV: 0 TIPO: 10  
06/02/87.

Simone Silva Pires. ORIGEM: L008 DATA: 13/07/86 FORMUL: 191 DV: 5 TIPO: 14  
13/02/87.

Síntia Socorro G. de Castro. ORIGEM: L018 DATA: 24/02/86 FORMUL: 447 DV: 7  
TIPO: 14 19/11/86.

Sonia Maria Alves de Oliveira. ORIGEM: L002 DATA: 20/02/86 FORMUL: 033 DV: 3  
TIPO: 10 31/10/86.

Sylvio Rodrigues Viamonte. ORIGEM: L014 DATA: 02/09/86 FORMUL: 336 DV: 1  
TIPO: 10 23/05/87.

Tadeu Andrade. ORIGEM: L008 DATA: 20/02/86 FORMUL: 199 DV: 9 TIPO: 10  
31/10/86.

Tânia Canadas Rodrigues de Abreu. ORIGEM: L008 DATA: 21/02/86 FORMUL: 195  
DV: 7 TIPO: 34 04/11/86.

Tânia Celestino de Resende. ORIGEM: L019 DATA: 26/07/86 FORMUL: 466 DV: 8  
TIPO: 34 07/03/87.

Tarcísio Silva. ORIGEM: L124 DATA: 22/02/86 FORMUL: 592 DV: 0 TIPO: 13  
06/11/86.

Terezinha Maria de Carvalho. ORIGEM: L040 DATA: 02/03/86 FORMUL: 995 DV: 3  
TIPO: 10 26/11/86.

Tomás de Aquino Lima. ORIGEM: L020 DATA: 18/08/86 FORMUL: 483 DV: 6 TIPO:  
40 14/04/87.

Ubiracy Rufino Carvalho. ORIGEM: L023 DATA: 24/02/86 FORMUL: 569 DV: 5 TIPO:  
14 20/11/86.

Ubirajara M. Pina. ORIGEM: L009 DATA: 21/02/86 FORMUL: 217 DV: 1 TIPO: 40  
04/11/86.

Ulisses Aparecido Ribeiro. ORIGEM: L006 DATA: 21/02/86 FORMUL: 134 DV: 8  
TIPO: 40 31/10/86.

Umberto de A. M. Malafhaia. ORIGEM: L111 DATA: 02/03/86 FORMUL: 261 DV: 0  
TIPO: 10 23/11/86.

Valcir Araújo Souza. ORIGEM: L113 DATA: 30/02/86 FORMUL: 317 DV: 4 TIPO: 13  
09/12/86.

Valdir Zonin. ORIGEM: L037 DATA: 21/02/86 FORMUL: 924 DV: 9 TIPO: 10  
06/11/86.

Valdomiro Barros da Silva. ORIGEM: L110 DATA: 22/02/86 FORMUL: 229 DV: 2  
TIPO: 10 06/11/86.

Valéria Cristina. ORIGEM: L006 DATA: 11/07/86 FORMUL: 132 DV: 0 TIPO: 14  
12/02/87.

Vanderlei José Deteri. ORIGEM: L137 DATA: 23/02/86 FORMUL: 910 DV: 5 TIPO: 10  
06/11/86.

Venina Cerqueira de Souza Brito. ORIGEM: L028 DATA: 02/03/86 FORMUL: 680 DV:  
2 TIPO: 10 26/11/86.

Vera Lúcia Carmo. ORIGEM: L017 DATA: 29/04/86 FORMUL: 428 DV: 4 TIPO: 10  
17/12/86.

Vera Lucia Gonçalves Oliveira. ORIGEM: L034 DATA: 23/02/86 FORMUL: 819 DV: 8  
TIPO: 50 09/11/86.

Vera Lucia Katia Sabino. ORIGEM: L007 DATA: 11/04/86 FORMUL: 162 DV: 2 TIPO:  
10 05/12/86.

Vicente de Paula da Costa Rodrigues. ORIGEM: L002 DATA: 14/04/86 FORMUL: 042  
DV: 8 TIPO: 10 10/12/86.

Vilma Furlanetti. ORIGEM: P015 DATA: 09/12/86 FORMUL: 369 DV: 7 TIPO: 14  
27/06/87.

Virgilio Nunes Maia. ORIGEM: L110 DATA: 22/02/86 FORMUL: 231 DV: 7 TIPO: 14  
06/11/86.

Vítor Augusto de M. Piedade. ORIGEM: L109 DATA: 30/02/86 FORMUL: 204 DV: 5  
TIPO: 10 09/12/86.

Waldemar Batista de Souza. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 259 DV: 1  
TIPO: 10 31/10/86.

Walter de Oliveira Prado. ORIGEM: L023 DATA: 04/04/86 FORMUL: 554 DV: 6 TIPO:  
14 03/12/86.

Walter José Carregosa Dias. ORIGEM: L014 DATA: 20/02/86 FORMUL: 350 DV: 9  
TIPO: 10 31/10/86.

Walter Queiroz. ORIGEM: L138 DATA: 23/02/86 FORMUL: 941 DV: 8 TIPO: 10  
11/11/86.

Walter Souza Nascimento. ORIGEM: L011 DATA: 07/08/86 FORMUL: 256 DV: 3 TIPO: 25/03/87.

Willinans Dias de Souza. ORIGEM: L006 DATA: 23/02/86 FORMUL: 141 DV: 1 TIPO: 13 06/11/86.

Wilson Guarnieri. ORIGEM: L032 DATA: 20/02/86 FORMUL: 780 DV: 3 TIPO: 10 31/10/86.

Wilson Sousa Lima. ORIGEM: L015 DATA: 27/08/86 FORMUL: 367 DV: 5 TIPO: 14 12/05/87.

Wladmir da Matta Stefanon. ORIGEM: L014 DATA: 29/04/86 FORMUL: 338 DV: 5 TIPO: 14 17/12/86.

Yara Lucia Militão Marques. ORIGEM: L023 DATA: 04/04/86 FORMUL: 554 DV: 6 TIPO: 14 03/12/86.

Yoran Sebastian Errera . ORIGEM: L026 DATA: 02/03/86 FORMUL: 638 DV: 6 TIPO: 14 26/11/86.

Zaluar Delboni. ORIGEM: L029 DATA: 21/02/86 FORMUL: 721 DV: 1 TIPO: 14 05/11/86.

Zenyr dos Santos Souza. ORIGEM: L002 DATA: 01/08/86 FORMUL: 044 DV: 4 TIPO: 10 12/03/87.

Zilda Oliveira Matta. ORIGEM: L121 DATA: 03/03/86 FORMUL: 502 DV: 1 TIPO: 14 01/12/86.